UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

DANILO ROGERIO DE SOUSA

**A CONTENÇÃO DA RÚSSIA: GEOPOLÍTICA, ESTATICÍDIO E
ASTROPOLÍTICA**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2019

DANILO ROGERIO DE SOUSA

A CONTENÇÃO DA RÚSSIA: GEOPOLÍTICA, ESTATICÍDIO E ASTROPOLÍTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de **Doutor** em Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. André Roberto Martin

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S725c Sousa, Danilo Rogerio de
 A Contenção da Rússia: geopolítica, estaticídio e
 astropolítica / Danilo Rogerio de Sousa ; orientador
 André Roberto Martin. - São Paulo, 2019.
 488 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Geografia. Área de concentração:
 Geografia Humana.

 1. Geopolítica. 2. Contenção. 3. Rússia. 4.
 Estaticídio. 5. Astropolítica. I. Martin, André
 Roberto , orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): DANILO ROGERIO DE SOUSA

Data da defesa: 05 / 08 / 2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): PROF. DR. ANDRÉ ROBERTO MARTIN

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 27 / 09 / 2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

SOUSA, Danilo Rogerio de. **A Contenção da Rússia: Geopolítica, Estaticídio e Astropolítica**. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em [Geografia Humana](#).

Aprovado em: 05 de agosto de 2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. André Roberto Martin (presidente)

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa (FFLCH – USP)

Prof. Dr. Eli Alves Penha (UERJ)

Prof. Dr. José Alexandre Altahyde Hage (UNIFESP)

AGRADECIMENTOS

Dedico esta tese, primeiramente, aos meus pais, Genésio e Terezinha, pelo apoio que me deram durante toda a minha vida.

Ao Prof. Dr. André Roberto Martin, por ter orientado esta tese, pelos ensinamentos que me deu durante toda a jornada deste doutorado, pela amizade e por toda ajuda a mim prestada durante esses últimos dezoito anos de convívio.

Em especial, agradeço aos seguintes amigos: Nuno Morgado Albino, Janio Q. Souto, De Leon Petta, Camilla J. Gonzalez, Leandro Nagatoshi, Rogerio Rozolen, Newton Campos Jr, Natália N. Patucci, Waldir W. Campos, Danilo Rapussi, Luís Mira Pereira, Rubens Silvestrini e Ricardo S. Nader, assim como a todos os que, indiretamente, me ajudaram de alguma maneira.

Aos professores Wanderley Messias da Costa, Eli Alves Penha e José Alexandre Altahyde Hage, pelos ensinamentos prestados e por terem aceito de bom grado o convite de participação na banca examinadora deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Noé Oliveira Queiroz Policarpo Polli, do Departamento de Letras Orientais (russo) da FFLCH-USP, que me ensinou muito sobre a Rússia e sua cultura.

À Prof.^a Dr.^a Maria Elizabeth Zucolotto, da UFRJ, pela amizade.

Ao Prof^o Dr. Mario De Biasi e ao Prof^o Dr. José Bueno Conti, pela amizade e pelos grandiosos ensinamentos que me fizeram ter o devido apreço à Geografia.

Last but not least, for my great and kind Bulgarian friend, PhD candidate at University of Cambridge (UK), Miss Tina Schivatcheva, for your support, articles sendd and talks that have helped me so much. *Thank you very much!!!*

Por fim, esta tese é o resultado não da inteligência, inerente nos seres humanos, mas do esforço de mais de dez horas diárias de estudo e leitura, de sábados e domingos de trabalho, de noites e madrugadas de esforço e dedicação. Se há uma grande lição que aprendi, foi a que ... *Work ethic is more important than intelligence!*

“Si la ideología determinara invariablemente la política exterior, Hitler y Stalin jamás se habrían dado la mano, como no lo habrían hecho tampoco, tres siglos antes, Richelieu y el sultán de Turquía.”

(Henry Kissinger)

“Geography is the most fundamental factor in foreign policy because it is the most permanent”.

(Nicholas Spykman)

“The most profound struggles of humanity are not about ideas but about control over territory, specifically the heartland and rimlands of Eurasia”.

(Robert D. Kaplan)

“... o homem não se pode subtrair, em absoluto, as condições naturais, políticas e culturais de seu espaço vital”.

(Therezinha de Castro)

“... os políticos passam, as tecnologias evoluem, os modismos atingem o seu termo, mas a geografia continua lá a condicionar a política”

(Políbio Valente de Almeida)

"Enxergar, no espaço, corresponde a antever, no tempo"

(Rui Barbosa)

“Ever tried. Ever failed. No matter. Try again. Fail again. Fail better.”

(Samuel Beckett)

Resumo

A ideia central desta tese é discutir o fenômeno da contenção russa a partir de três frentes dimensionais: a expansão territorial da OTAN, o estaticídio dos aliados russos e a Astropolítica, bem como a pertinência ou não da teoria do Neoeurasianismo nesse processo.

A abordagem teórica girou em torno das teorias e conceitos da geopolítica clássica bem como das abordagens realistas das relações internacionais, no intuito de ressaltar a pertinência do fator geográfico no fenômeno em questão. A representação cartográfica, sobretudo em sua vertente temática, fez-se presente por meio de uma série de mapas, boa parte confeccionados pelo autor. No tocante à gama conceitual, foram utilizados sobretudo os conceitos de *checkerboard* e *shatterbelt*, de Phil Kelly, bem como o modelo de Robert Jervis. Da mesma forma, a noção de equilíbrio de poder norteou toda a busca deste estudo. Ademais, foram salientadas as críticas de importantes realistas acadêmicos (Henry Kissinger, John Mearsheimer e Stephen Walt) e sublinhou-se, também, a primazia do espaço geográfico na determinação dos fenômenos estudados. Emergiu desta análise um novo conceito, o do Estaticídio, produto direto da relação entre a contenção russa e a formação de *checkerboards* geopolíticos, bem como o estabelecimento de *shatterbelts*.

A estrutura desta tese está dividida em seis capítulos, a saber: Introdução Metodológica, 1) a Geopolítica como ciência, 2) os problemas territoriais da Rússia, 3) a expansão da OTAN rumo a fronteira russa, 4) o Estaticídio, intervenção e desordem mundial, 5) a Astropolítica e 6) Neoeurasianismo como *Ideia Russa*.

O esforço intelectual deste estudo procurou ressaltar a importância do fenômeno da contenção russa bem como a urgência da retomada da ideia de equilíbrio de poder como moderador do acirramento geopolítico do momento histórico no qual se encontra a política internacional, sempre colocando ênfase na importância da Geografia e da Geopolítica no entendimento dessa questão.

Palavras-chave: Contenção, Rússia, Geopolítica, Estaticídio, Astropolítica.

Abstract

The central idea of this thesis is to discuss the phenomenon of Russian containment from three-dimensional fronts: the territorial expansion of NATO, the statecide of Russian allies and Astropolitics, as well as the relevance or not of the theory of Neo-Eurasianism in this process.

The theoretical approach revolved around the theories and concepts of classical geopolitics as well as realistic approaches to international relations, in order to highlight the relevance of the geographical factor in the phenomenon in question. The cartographic representation, especially in its thematic aspect, was present through a series of maps, most of them made by the author. Regarding the conceptual range, the concepts of *checkerboard* and *shatterbelt*, by Phil Kelly, as well as the Robert Jervis model were used. In the same way, the notion of balance of power guided the entire search for this study. In addition, the critiques of important academic realists (Henry Kissinger, John Mearsheimer and Stephen Walt) were emphasized and the primacy of geographic space in determining the phenomena studied was highlighted. A new concept emerged from this analysis, the Statecide, a direct product of the relationship between Russian containment and the formation of geopolitical *checkerboards*, as well as the establishment of *shatterbelt*.

The structure of this thesis is divided into six chapters, namely: Methodological Introduction, 1) Geopolitics as a science, 2) Russia's territorial problems, 3) NATO's expansion towards the Russian border, 4) Statecide, intervention and world disorder, 5) Astropolitics and 6) Neo-Eurasianism as a Russian idea.

The intellectual effort of this study sought to highlight the importance of the phenomenon of Russian containment as well as the urgency of resuming the idea of balance of power as moderator of the geopolitical escalation of the historical moment in which international politics finds itself, always emphasizing the importance of Geography and Geopolitics in understanding this issue.

Keywords: Containment, Russia, Geopolitics, Statecide, Astropolitics.

Índice de Imagens

Imagem 1 -Secretária de Estado Hillary Clinton com rebeldes do LIFG (2011).....	317
Imagem 2 - Jornal turco Takvim anunciando a 82ª província turca.....	357
Imagem 3- Ativistas do <i>Svoboda</i> com a foto de Stepan Bandera num protesto em Kiev, na Ucrânia (outubro de 2013)	386
Imagem 4 - Victoria Nuland na praça Maidan, Kiev, em 15 de setembro de 2015.....	387
Imagem 5 - O senador John McCain na praça Maidan em 15 de dezembro de 2013	387
Imagem 6 - Jens Stoltenberg e Petro Poroshenko (2017)	407
Imagem 7 - Sistema russo balístico antissatélite Nudol, lançado em 18 de novembro de 2015	429

Índice de Mapas

Mapa 1 - A Rus Kievana em sua máxima extensão.....	95
Mapa 2 - Expansão do Império Mongol.....	99
Mapa 3 - Representação cartográfica da Rússia em 1595 feita por Mercator	104
Mapa 4 - Principado de Moscúvia entre 1450–1600	107
Mapa 5 - Tratado de Andrusovo (1667)	111
Mapa 6 - As conquistas territoriais de Pedro no Báltico	117
Mapa 7 - Desenho cartográfico da Ferrovia Transiberiana (1904)	145
Mapa 8 - As ferrovias russas na Manchúria	147
Mapa 9 - A divisão da Ilha Sacalina.....	148
Mapa 10 - A Linha Durand e o <i>Great Game</i>	153
Mapa 11 - Evolução do Território Russo	154
Mapa 12 - O quadro geopolítico em 1914.....	156
Mapa 13 - As perdas territoriais russas em 1918	161
Mapa 14 - O colapso imperial após a Primeira Guerra Mundial	163
Mapa 15 - A Linha Curzon e a "dança" do território polonês.....	168
Mapa 16 - A Crimeia fora da reivindicação territorial ucraniana (1918)	186
Mapa 17 - A divisão da Polônia (1939) e o subsequente ganho territorial soviético.....	188
Mapa 18 - Os problemas territoriais da Rússia	199
Mapa 19 - Projeção polar azimutal equidistante	214
Mapa 20 - A concepção do Rimland segundo Spykman.....	219
Mapa 21 - Mapa das bases militares estrangeiras em solo alemão (2014)	228

Mapa 22 - A supremacia dos EUA na Eurásia segundo Brzezinski	261
Mapa 23 - A cabeça-de-ponte ocidental na Europa segundo Brzezinski	262
Mapa 24 - A Expansão da OTAN	264
Mapa 25 - Tropas americanas estacionadas permanentemente (2017).....	265
Mapa 26 - Three Seas Initiative: o novo <i>Intermarium</i>	268
Mapa 27 - O <i>Belt and Road Initiative</i> da China.....	270
Mapa 28 - A síntese cartográfica da contenção russa	273
Mapa 29 - As intervenções ilegais dos EUA/OTAN ao longo da história.....	299
Mapa 30 - A Líbia como <i>gateway</i> de acesso ao Sahel.....	310
Mapa 31 - As três regiões da Líbia.....	316
Mapa 32 - A fragmentação do território líbio após o estaticídio	332
Mapa 33 - As rotas de migração convergindo para a Líbia	335
Mapa 34 - A encruzilhada dos gasodutos na Síria.....	338
Mapa 35 - <i>Checkerboard</i> russo a partir da Síria e do Irã.....	338
Mapa 36 - O <i>checkerboard</i> dos EUA no Or. Médio	339
Mapa 37 - Influência geopolítica da Turquia	352
Mapa 38 - Principais rotas de imigração para a Europa (2015)	359
Mapa 39 - O conflito sírio antes e depois da participação russa.....	363
Mapa 40 - Divisão etno-linguística da Ucrânia	365
Mapa 41 - As revoluções coloridas	372
Mapa 42 - O idioma russo nas regiões ucranianas.....	374
Mapa 43 - Porcentagem eleitoral de Viktor Yanukovich por regiões (2010)	377
Mapa 44 - A relação entre intervenção militar dos EUA/OTAN e as migrações internacionais.....	408
Mapa 45 - O arco da estabilidade decorrente do estaticídio	409
Mapa 46 - A estrutura "geopolítica" de Dugin	434
Mapa 47 - As pan-regiões de Haushofer	437
Mapa 48 - A concepção "multipolar" de Dugin.....	437

Índice de Tabelas

Tabela 1 - O extermínio dos camponeses 1930-1933.....	179
Tabela 2 - Forças Nucleares (2016)	199

Tabela 3 - Potências dominantes (1500 – 2000) e seus recursos de poder	207
Tabela 4 - Shatterbelts como bases de apoio (<i>footholds</i>) estrangeiras	365
Tabela 5- Quadro partidário ucraniano (2004)	374
Tabela 6 - Riscos da imposição de opções geopolíticas contra a Rússia	399

Índice de Figuras

Figura 1 - A Geometria Política de Kautilya	12
Figura 2 - Modelo gráfico da hipótese	14
Figura 3 - A Estrutura da Geopolítica com base em Castagnin (1984).....	21
Figura 4 - Modelo da Linha de Rumo "loxodrômica" de Pedro Nunes	23
Figura 5 - Ideário de Pedro Nunes das linhas de rumo projetadas em projeções quadriculares	24
Figura 6 - Representação da projeção de Pedro Nunes em tiras quadriculadas	25
Figura 7 - Planisfério de Lopo Homem (1554)	26
Figura 8 - A medida das influências geográficas na segurança internacional de acordo com Colin Gray (1996).....	90
Figura 9 - A essência geopolítica	91
Figura 10 - Distribuição das ogivas nucleares americanas na Europa	200
Figura 11 - Modelo de confrontação na Eurásia e na Ásia do Pacífico	271
Figura 12 - A utilidade estratégica do poder aéreo.....	415
Figura 13 - A utilidade estratégica do poder espacial.....	415

Sumário

Introdução Metodológica	10
Cap. 1 - A Geopolítica como ciência	16
Cap. 2 – Os problemas territoriais da Rússia	92
Cap. 3 – A expansão da OTAN rumo à fronteira russa	206
Cap. 4 – O <i>Estaticídio</i> : intervenção e (des)ordem mundial.....	275
Cap. 5 – Astropolítica: a geopolítica ultraterrestre	410
Cap. 6 – O Neoeurasianismo como <i>Ideia Russa</i>	431
Considerações Finais	464
Bibliografia	470

Introdução Metodológica

Objetivos Geral:

Compreender o fenômeno da contenção geopolítica da Rússia a partir de suas três manifestações estruturais: a expansão territorial da OTAN; a destruição estatal de possíveis aliados russos (*estaticídio*) e a militarização do espaço exterior (Astropolítica).

Objetivo Específico:

Demonstrar as três formas de contenção identificadas e compreendê-las a partir do estudo das teorias geopolíticas, bem como suas respostas advindas do Estado Russo.

Contrapor a teoria do Neoeurasianismo a partir do fenômeno da contenção descrito e identificar as consonâncias e dissonâncias em relação ao fenômeno.

Método de Abordagem:

Utilizaremos o *Método Hipotético-Dedutivo* na concepção de Karl Popper, visando contrapor as teorias abordadas, bem como os fenômenos, através do procedimento de *falseabilidade*, isto é, buscando não apenas validá-los lógico e empiricamente, mas abordar o que os tornariam “falsos”.

Não pretendemos, como é muito corrente, fazer uma espécie de justificacionismo de determinadas teorias e/ou fenômenos, mas analisa-los no mais amplo rigor científico, procurando não tomar partido pelos mesmos e por seus críticos.

Método de Procedimento:

As teorias da Geopolítica Clássica nortearão este trabalho, bem como sua aplicação e pertinência para explicar e prever os fenômenos estatais projetados no espaço geográfico. Em especial, utilizaremos dois conceitos fundamentais desenvolvidos por Phil Kelly no intuito de embasar nossa hipótese. Tais conceitos são

os de Cinturões de Fragmentação (*shatterbelt*) e os Tabuleiros de Dama Geopolíticos (*checkerboard*). Utilizaremos as expressões originais em inglês dessas terminologias conceituais, pois entendemos que suas traduções para o vernáculo não abarcam de forma ampla os seus respectivos significados. Por *shatterbelt* entende-se regiões onde conflitos locais se cruzam com rivalidades estratégicas, enquanto o *checkerboard* demonstra padrões de aliança e rivalidades em que vizinhos são oponentes, mas vizinhos de vizinhos são amigos¹.

Phil Kelly (2011, p.515) define um *checkerboard* como sendo uma estrutura similar a um tabuleiro de damas, onde vizinhos são inimigos e vizinhos de vizinhos são aliados. Kelly ilustra essa estrutura como sendo presente na geopolítica da América do Sul, onde Brasil, Chile e Colômbia contrastavam com Argentina, Peru e Venezuela. “Para mim, não podemos analisar essas rivalidades sem depender desse básico design de locais contrastantes” (KELLY, 2011, p. 515).

Essa estrutura de *checkerboard*, porém, não é nova. Kelly transplantou essa ideia antiga para o domínio da Geopolítica, mas seu real desenvolvedor foi o filósofo da Índia antiga Kautilya (370 a.C. – 283 a.C.), que foi um pensador político que desenvolveu o primeiro modelo das relações internacionais em seu tratado clássico Arthashastra², que pode ser traduzido como “a ciência da política, a arte de conquistar e manter o poder”, e por isso é comparado a Maquiavel, pois se trata do mais completo tratado desse ramo do conhecimento escrito em sânscrito³.

O Arthashastra não se preocupa tanto em analisar questões de natureza da Filosofia Política ou Moral. Acima de tudo, o Arthashastra é um manual do estadista, uma coleção de regras e conselhos para reis e administradores estatais adquirirem e manterem o poder [...] é muito similar a tratados similares como “A Arte da Guerra”, de Sun Tzu, ou mesmo “O Príncipe”, de Maquiavel. (MODELSKI, 1964, p. 550) [tradução nossa]

¹ KELLY, Phil. *Geopolitics, part 1*. in AGNEW, John A. & DUNCAN, James S. *The Wiley-Blackwell Companion to Human Geography*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011, p. 513

² SUGANDHI, Namita S. *Between the Patterns of History: rethinking Mauryan imperial interactions in the Southern Deccan*. Tese de Doutorado. Universidade de Chicago, 2008.

³ MODELSKI, George. *Kautilya: foreign policy and international system in the ancient hindu world*. **The American Political Science Review**. Vol 58, nº 3, 1964, p. 549

Nesse tratado, Kautilya desenvolveu métodos para que um rei pudesse manter e preservar seu poder, inclusive diplomaticamente. Para compreendermos as regras diplomáticas desse método de Kautilya é preciso, primeiro, entender o seu conceito de Mandala⁴. Esse conceito é uma estrutura política – que pode ser considerada geopolítica⁵, uma vez que a posição é um elemento central do poder – onde círculos de amigos e inimigos representam a disposição dos Estados vizinhos. Assim, o vizinho direto é um potencial inimigo e o vizinho desse vizinho é um amigo em potencial⁶, conforme a Figura 1:

Figura 1 - A Geometria Política de Kautilya

Fonte: ZIMMER (1956)⁷

A estrutura de *checkerboard* geopolítico oferece um equilíbrio de poder entre rivalidades e alianças contrastantes, que surgem em vários intervalos ao longo do tempo⁸. Kelly (2016, p. 100) assevera que esse potencial entre vizinhos se equilibra ao se estabelecer alianças sob a forma saltitante (*leapfrog*) entre os vizinhos mais

⁴ CHANDRASEKARAN, Pravin. *Kautilya: Politics, Ethics and Statecraft*. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2006, p. 11

⁵ Phil Kelly chama a Mandala de Kautilya de uma “estrutura geopolítica análoga a de checkerboard” (Fonte: KELLY, Phil. *Classical Geopolitics: a new analytical model*. Stanford: Stanford University Press, 2016, p. 103)

⁶ CHANDRASEKARAN, 2006, p. 12

⁷ ZIMMER, Heinrich. *Philosophies of India*. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1953, p. 115

⁸ KELLY, Phil. *Classical Geopolitics: a new analytical model*. Stanford: Stanford University Press, 2016, p. 100

distantes, tanto em regiões quanto em continentes. Um bom exemplo disso, segundo Kelly (2016, p. 100) é o posicionamento dos EUA nas margens extremas da Eurásia (no Pacífico e no Atlântico), que aumenta seu poder de intervenção regional e estabiliza tanto regiões periféricas quanto aumenta a segurança americana.

Assim, o modelo está dado: se estruturas de *checkerboard* geopolítico permitem estabilizar e manter um equilíbrio entre os potenciais inimigos, impedir que potências antagônicas estabeleçam a estrutura de *checkerboard* geopolítico é um dever fundamental, uma vez que, se conseguissem, poderiam impor seu equilíbrio e dificultar ações, bem como limitar a ação de seus oponentes. Disso decorre nossa questão fundamental: estão os EUA impedindo a Rússia de formar *checkerboard* geopolítico com determinados países? Essa será nossa busca hipotética neste trabalho.

Ademais dessa estrutura geopolítica fundamental, utilizaremos uma tradicional gama conceitual da geopolítica clássica, na forma de seus tratados fundamentais, bem como com relação à produção recente de artigos em journals especializados. A Teoria Realista das Relações Internacional, em suas múltiplas abordagens e tendências, nos serão muito úteis na contrastação de posturas idealistas ou mesmo diante de falácias teóricas como o *wishful thinking*.

O realismo, segundo Kaplan, é crucial para a devida apreciação do mapa – e, com efeito, leva-nos diretamente a ele⁹. Assim, colocar a política sobre o mapa nos dará uma visão e uma abordagem diferenciada, o que nos permitirá desenvolver análises e conclusões que poderão ter algum valor científico na compreensão do fenômeno ao qual nos propomos a analisar.

Hipótese:

A hipótese norteadora deste trabalho é a de que a contenção geopolítica russa, operada pelos EUA e seus aliados da OTAN, se manifesta numa combinação de três elementos com características fundamentalmente geopolíticas:

⁹ KAPLAN, Robert D. *A Vingança da Geografia*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013, p. 25.

- 1) o alargamento da **OTAN** para Leste, em direção à fronteira russa;
- 2) o **Estaticídio** dos aliados russos ou dos que estão em seu entorno estratégico, com vistas a impedir a formação de um *checkerboard* geopolítico por parte da Rússia;
- 3) a militarização do espaço sideral como projeção de contenção futura – a **Astropolítica**;

Figura 2 - Modelo gráfico da hipótese

Fonte: elaboração do autor

Além disso, consideramos que a chamada teoria do Eurasianismo de A. Dugin é mais uma tentativa de ressurgência da *Ideia Russa* do que propriamente uma teoria geopolítica, uma vez que desconsidera elementos fundamentais da ciência geopolítica, tais como as contenções e os problemas geoestratégicos da Rússia, bem como não oferece um instrumental teórico que possibilite uma análise realista da geopolítica russa. As propostas de Dugin são uma tentativa mais de resgatar a chamada "*Ideia Russa*" (um messianismo russo perdido) do que, propriamente, a de estruturar uma concepção geopolítica científica que ofereça um cabedal teórico como alternativa para o processo corrente. Dugin não toma a *Geopolítica* como uma ciência (analítica,

predictiva e prescritiva), mas como um trampolim retórico para promover sua filosofia messiânica e sua retórica. É, basicamente, uma apropriação idealista da Geopolítica.

Nem sempre é fácil equacionar a Geografia com a Política e com a História. E, no entanto, o Método Geopolítico obriga-se a fazê-lo pois é só assim que atinge o seu objetivo que é o **de explicar o facto político que a História registra, através das conexões, reais ou aparentes, que esse facto tem com a geografia.** (ALMEIDA, 2012, p. 31) [grifo nosso]

É aí que reside o desafio, nas conexões dos fatos políticos com o seu *locus*, isto é, com a geografia por onde ocorrem, e muitas vezes essa geografia é que é o real desencadeador dos fatos políticos que a história registra. Estados, muitas vezes, entram em guerra por um rochedo, por um rio ou por uma faixa do terreno e isso nunca é trivial, mas enseja em si os mais complexos entrelaçamentos da realidade.

Materiais da Pesquisa

Utilizamos para a confecção desta tese uma vasta tipologia de fontes bibliográficas como teses, artigos em periódicos científicos da área, entrevistas em jornais, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e vídeos relacionados.

Primeiramente se fez uma vasta revisão bibliográfica do que existe publicado sobre os diversos temas tratados aqui em bancos de artigos científicos indexados (JSTOR, Muse, Elsevier, Scopus, Scielo, Taylor and Francis, etc.). Posteriormente, foi feito um levantamento em repositórios institucionais de teses e dissertações com o intuito de compilar o maior número possível de documentos úteis para a finalidade desta tese. Por fim, incluímos também matérias de jornais – entrevistas, sobretudo – que teriam alguma relevância para a finalidade proposta aqui.

Os mapas foram adquiridos mediante a extração dos documentos consultados e também foram confeccionados pelo autor, uma vez que nem todas as formas cartografáveis necessárias para as explicações desta tese encontravam-se disponíveis em documentos bibliográficos. Muitos deles foram apenas adaptados graficamente, acrescentando aí informações decorrentes de nossa interpretação.

Cap. 1 - A Geopolítica como ciência

"International politics is something organic, not something mechanical."

(George F. Kennan)

Existe uma extensa divergência acerca do papel científico da Geopolítica. Por diversas vezes a mesma foi acusada de ser puramente ideológica e até mesmo de não ser uma ciência, pois estaria ligada aos interesses dos Estados, alguns desses totalitários. O caso mais citado dessa tendência interpretativa foi a Escola Geopolítica de Munique, liderada pelo general-geógrafo Karl Haushofer, que teve participação direta na estruturação do projeto de poder do regime nazista na Alemanha durante a primeira metade do século XX.

Entretanto, antes mesmo dos geopolíticos de Munique, a Geografia já sofria ataques dos pensadores liberais, sobretudo em sua natureza geopolítica, que consideravam isso um instrumento do imperialismo. Já em 1887, Mackinder advertia sobre essa oposição liberal e a contestava afirmando que não se pode compreender os aspectos de defesa sem compreender os de ataque (WEIGERT, 1943, p. 15).

Há no pensamento liberal, bem como no marxista, um receio – para não dizer uma recusa – em conceber que vivemos num planeta limitado por sua geografia. Não podemos desconsiderar certas determinações. A economia, sob o prisma liberal ou marxista, tende a ver o mundo como uma “terra plana de oportunidades”, quando, na realidade, as oportunidades estão, mormente, nas peculiaridades geográficas de cada rincão do mundo. Nem mesmo o paradigma ambiental conseguiu alterar, definitivamente, essa limitação natural e, tampouco, conseguiu alertar as ideologias sobre o destino geográfico que nos cerca.

Derwent Whittlesey, professor da antiga cadeira de Geografia na Universidade de Harvard, chegou a afirmar que:

[...] a Geopolítica foi preparada para colocar a geografia a serviço de uma Alemanha militarizada. Suas funções foram a de coletar informações geográficas, orientá-las para servir os propósitos do governo e apresentar algumas delas ao público sob a forma de propaganda. (EARLE, 1948, p. 394)

No entanto, de acordo com os que abordam a Geopolítica enquanto ciência, a mesma deve permanecer longe das ideologias (de esquerda ou de direita) e visar apenas a análise realista do mundo a partir de sua gama conceitual peculiar, e deve estar acima das querelas palacianas e das quezílias partidárias (BESSA e DIAS, 2007, p.13). Os objetivos geográficos dos Estados-Nações é que devem ser analisados, para que possamos compreender melhor os vetores geopolíticos existentes no mundo.

Não é tampouco irreal que a Geopolítica contribuiu para a arte de governar, para o Estado e para o engrandecimento da ciência. Não se pode desconsiderar o caráter científico da Geopolítica unicamente porque ela foi – ou poderá ser – a *conselheira do Príncipe*. De acordo com Phil Kelly, a Geopolítica é “o estudo dos impactos e das influências de certas características geográficas... sobre as ações e a política externa dos Estados, sendo de grande ajuda à arte da política... e presta-se tanto à teoria quanto à prática política”. (KELLY, 2011) Portanto, da mesma forma que as demais ciências – seja a Química, a Física, a Informática, a Biologia, etc. – a Geopolítica também é um instrumental para governos e Estados, atestando sua utilidade prática e não diminuindo sua cientificidade. Há um imperativo que obriga tanto os Estados quanto os formuladores de políticas, militares, diplomatas e acadêmicos em geral à debruçarem-se sobre as cartas geográficas, o Estado vê-se obrigado a planejar e agir geograficamente, uma vez que “na política, como na arte militar, não se pode escusar a geografia”. (GOTTMANN, 1947, p. 649) Algumas abordagens “críticas”, porém, insistem em dizer que uma prática científica deixa de sê-lo por “dar conselhos ao príncipe”, negando assim o fato de que “todo o pensamento ocidental sobre política gira em torno disse desde a publicação do “Príncipe” de Maquiavel (1513)”. (FERNANDES, 2002, p. 24)

Acerca da incorporação do rótulo de “ciência do expansionismo totalitário” erroneamente atribuído à Geopolítica após a Segunda Guerra Mundial, J. Vicens Vives¹⁰ tira da mesma tal *exclusividade* de ciência que pretensamente serviu como justificativa do nazismo, demonstrando que todas as ciências de então foram engolidas pela ideologia totalitária e contribuíram para tal empreendimento trágico. De acordo com o geopolítico espanhol, ao definir-se conceitualmente e metodologicamente, a

¹⁰ VIVES, J. Vicens. *Tratado General de Geopolítica*. Barcelona: Teide, 1956.

Geopolítica ocupará o lugar que lhe corresponde no seio dos estudos geográficos, históricos e econômicos, e afastar-se-á de si o falso mito agressivo que lhe fora atribuído.

Então, haverá perdido o caráter agressivo, violento e imperialista que lhe foi dada pela Escola de Munique e que a fez tão pouco simpática às pessoas equânimes. Sendo que, por outra parte, não é próprio dela tal caráter, já que seguindo tal critério teríamos também que desterrar, de jogar ao ostracismo de nosso círculo de leituras, a **História**, que criou a *Pangermanentum*¹¹ anterior à Guerra de 1914; a **Antropologia e a Etnologia**, que espalharam falsos conceitos a respeito da pátria germânica dos povos arianos; a **Etnografia**, que formulou o mito racista; e, por fim, a **Física e a Química**, que forjaram as mais recentes armas de calamidades bíblicas de nossa época. (VIVES, 1956, p. 7) [grifo e tradução nossos]

Todavia, quem hoje em dia seria insano em advogar que as cirurgias de transplantes de membros não deveriam ser realizadas porque foram amplamente desenvolvidas nos campos de concentração nazistas, lideradas pelo diretor “científico” Joseph Mengele? Qualquer ideia desse tipo seria prontamente taxada de inconsequente ao querer banir a Medicina do *hall* das ciências. No entanto, muitos ainda continuam querendo fazer isso com a Geopolítica. Tampouco alguém poderia considerar a Ecologia uma ciência racista ou nazista, uma vez que foi desenvolvida pelo eugenista Ernst Haeckel¹². Se a *Geopolitik* foi usada como exemplo para se julgar toda a tradição geopolítica, mesmo sendo a mesma um claro desvio, porque o mesmo não ocorreu com os idealistas – e irracionalistas – alemães como Fichte, Nietzsche, Hegel e Heidegger ou com ramos da ciência altamente engajados tanto em projetos nazistas quanto nos eugenistas, como a Psiquiatria e a Antropologia? Há aqui, senão dois pesos, um peso muito maior e destoante pendendo para o lado da Geopolítica, injustamente, diga-se de passagem. Se ideias geopolíticas podem ser perigosas por – hipoteticamente – poderem vir a fomentar algum regime totalitário, as ideias filosóficas, psicológicas ou

¹¹ O Pangermanismo foi a ideologia e o movimento que visava agrupar num mesmo Estado todos os povos de origem germânica e tem suas origens por volta de 1860, bem antes da constituição da Geopolítica como ciência e mesmo como disciplina acadêmica.

¹² De acordo com Daniel Gasman, (*The Scientific Origins of National Socialism*. Londres: Routledge, 2004) Haeckel era monista, ou seja, afirmava que nenhuma distinção metafísica separava o homem dos demais animais; e um antisemita racista, cujas visões eram amplamente adoradas pelos líderes nazistas. Já Robert Richards, (*The Tragic Sense of Life*. Chicago: Chicago University Press, 2008, p. 433) sugere que Haeckel atraiu a simpatia dos líderes nazistas pois considerava que a Inglaterra era a grande culpada pela 1ª Guerra Mundial, e não a Alemanha. Já Stephen Jay Gould, (*Ontogeny e Phylogeny*, 1971) afirma que a maior influência de Haeckel, além de Darwin, foi o nacional-socialismo.

antropológicas são tanto quanto ou até mais, e nem por isso devem deixar de serem estudadas e nem, tampouco, rotuladas como inúteis ou fomentadoras de militarismos. O valor de uma ciência se mede por seus feitos explicativos, não por desvios ocorridos numa situação histórico-política específica.

A respeito da responsabilidade da Escola de Munique nos desenrolares do totalitarismo fascista, Jean Gottmann (1942, p. 197) argumenta que a geopolítica alemã não estava envolvida sozinha, uma vez que tanto italianos como japoneses também levaram em conta seus respectivos fatores geográficos e “foi exatamente esse plano geográfico que faltou às nações pacíficas”, que após as sucessivas conquistas dos totalitários “começaram a olhar com inveja para o plano geopolítico”¹³.

Uma vez que a Geopolítica não estava sozinha nessa empreitada trágica, se a mesma fosse “culpada” pela formulação e aplicação da expansão totalitária, acabaria por ser um fenômeno isolado e restrito às sociedades que a desenvolveram e, após o colapso dessa empreitada, a dita “ciência maldita” perderia sua importância, o que não ocorreu, sobretudo nos países livres da democracia liberal. O próprio Gottmann argumenta que “o estudo da influência dos fatores geográficos na ação política, existe desde que os homens se engajaram pela primeira vez na política”. (GOTTMANN, 1942, p. 197) Da Guerra do Peloponeso, passando pelo Tratado de Tordesilhas, pelas Guerras Napoleônicas, pela Doutrina Monroe e culminando no fascismo alemão – e posteriormente na Guerra Fria – todos esses fatos buscavam estabelecer um domínio político numa zona de influência geograficamente delimitada. E todos esses fatos históricos ocorreram muito antes da Escola de Munique e seus formuladores nascerem. Vale lembrar que Alfred Mahan, Dietrich Heinrich von Bülow, Halford Mackinder, entre outros, já haviam formulado suas teses geopolíticas muito tempo antes do surgimento do fascismo alemão. Estudos geopolíticos já existiam há séculos – mesmo por vezes não atribuindo esse nome –, mas o que surgiu com a Escola de Munique “foi uma geopolítica disfarçada de ciência”¹⁴, isto é, a *Geopolitik* foi apenas um produto adaptado pelas exigências do pangermanismo.¹⁵

¹³ GOTTMANN, Jean. *The Background of Geopolitics*. **Military Affairs**, Vol. 6, No. 4, 1942, p. 197.

¹⁴ Ibidem, p. 198.

¹⁵ GOTTMANN, Jean. *Doutrinas Geográficas na Política*. **Boletim Geográfico**. Vol 5, Nº 54, 1947, p. 649.

Assim, não há sentido nas críticas que atribuem à Geopolítica um caráter totalitário e não científico porque – durante algumas poucas décadas e num determinado país – tal ciência contribuiu para um movimento totalitário e amplamente ideologizado. Como relatou J. Vicens Vives¹⁶, todas as ciências de então estavam comprometidas com tal regime, e nem por isso hoje são desconsideradas como tais.

1.1 O homem é um ser geopolítico

Todo fato humano se localiza em um lugar, uma vez que não há nenhuma ação humana que não ocupe um determinado espaço (CASTAGNIN, 1984). A história humana sempre foi localizada no espaço e no tempo e, mesmo com o avanço tecnológico, essa determinante não mudou. Na medida que a tecnologia foi tomando mais importância nas sociedades, o homem foi ficando mais dependente do solo e também do subsolo (riquezas minerais e energéticas), assim, há um falso mito de que a tecnologia liberta o homem do seu espaço e diminui o impacto da geografia sobre a humanidade.

Castagnin (1984, p.8)¹⁷ acredita que a totalidade do poder da humanidade está condensada numa estrutura piramidal: **espaço-homem-poder**. O *espaço* reúne todos os recursos econômicos possíveis do meio físico; o *homem* tem a somatória das possibilidades imagináveis e tais dependem de sua atitude vital de como utilizá-las sobre seu espaço; e o *poder* resolve, mediante energia normativa, a relação entre os homens, assim como a utilização dos recursos à disposição dos mesmos. Toda relação entre Estados – as relações internacionais – se desenvolvem nessa tripla estrutura. Todos os Estados são um amálgama das três estruturas: o espaço (território), o homem (sociedade) e o poder (governo).

¹⁶ VIVES, J. Vicens. *Tratado General de Geopolítica*. Barcelona: Teide, 1956.

¹⁷ CASTAGNIN et al. *Poder Global y Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1984.

Figura 3 - A Estrutura da Geopolítica com base em Castagnin (1984)

Fonte: elaboração própria

De acordo com KRISTOF (1960, p. 17), “vinte séculos antes da palavra geopolítica ser cunhada, Aristóteles já discutia muitas questões que hoje poderíamos classificar como geopolíticas”, tais como o meio ambiente e seu impacto no caráter humano, suas implicações para a economia e para os assuntos militares. Para Aristóteles, a natureza, o hábito e o princípio racional são os três princípios fundamentais que moldam o homem bom e virtuoso.¹⁸ A realidade geopolítica, para Aristóteles, “pode ser facilmente entendida por qualquer um que lance seus olhos nos estados mais célebres da Hélade, bem como na distribuição de raças pelo mundo habitável” (KRISTOF, 1960)

Kristof ainda ressalta que Aristóteles foi capaz de vincular movimentos políticos à geografia, o que – na visão do mesmo – era essencial para a defesa:

Aristóteles também considera as condições geoeconômicas que o território de um Estado deve cumprir, a tal ponto que ele expressa preferência por um território estatal que possibilite a autarquia discutir os problemas geoestratégicos, enfatizando o fato de que o isolamento geográfico protege um Estado não apenas de um ataque militar absoluto, mas também de influências indesejáveis. As ideias revolucionárias do exterior podem prejudicar a estabilidade de um regime. (KRISTOF, 1960, p. 18) [tradução nossa]

¹⁸ KRISTOF, Ladis. *The Origins and Evolution of Geopolitics*. **The Journal of Conflict Resolution**, Vol. 4, Nº 1, 1960, p. 17

Durante o Império Romano, “as noções de *mare nostrum* e dos rios fronteiras já indicavam um influxo do fator geográfico sobre o pensamento político”. (GOTTMANN, 1947, p. 650) Com o final da Idade Média e de seu sistema feudal, Gottmann (1947, p. 650) atribui a mudança do fator espiritual para o material, em especial o materialismo geográfico, que seria selado definitivamente em 1648, no princípio westfaliano do “*cujus regio, ejus religio*”.

E não se pode deixar de comentar aqui o papel de Portugal no desenvolvimento geográfico e geopolítico. As potências europeias, no séc. XV e XVI, lideradas por Portugal, começaram a colocar seus projetos de poder sobre mapas e começaram a coletar, produzir e armazenar informações cartográficas vitais para o poder do Estado. A técnica de mapeamento era rara e conhecida por poucos povos. Àqueles que detinham essa técnica a tratavam como verdadeiras joias da coroa, um segredo militar:

O segredo era, então, ciosamente guardado. Muitas cartas náuticas eram propriedades dos próprios navegadores e tarde chegaram ao conhecimento dos poderes políticos. Quando chegaram, foram tratadas como verdadeiros segredos de Estado. Nessa época. Muito claramente, o conhecimento geográfico era um fator de poder. (NOGUEIRA, 2011, p. 32)

Para Nogueira (2011, p. 32), o mapa-múndi de Mercator, publicado em 1569, e que influenciou a percepção europeia do mundo pelos séculos seguintes, foi influenciado pelo matemático e cartógrafo português Pedro Nunes¹⁹. “Em 1547, Pedro Nunes foi nomeado cosmógrafo-mor do reino, tornando-se responsável pelo padrão cartográfico oficial”.²⁰ Nunes já havia publicado dois trabalhos em 1537: o *Tratado sobre certas dúvidas de navegação* e o *Tratado em defesa da carta de marear, com o regimento da altura*. (QUEIRÓ, 2002, p. 42) Nesses trabalhos desenvolveu sua principal contribuição: as linhas de rumo.

¹⁹ Pedro Nunes nasceu em 1502 em Alcácer do Sal e faleceu em Coimbra em 1578. Além de matemático (considerado o maior matemático português de todos os tempos), se destacou também como cartógrafo e cosmógrafo. Inventou uma série de instrumentos para orientação astronômica que serviram e melhoraram a capacidade de navegação portuguesa, tais como o “anel náutico”, o “instrumento de sombras” e o “nonio” (dado este nome em sua homenagem). Fonte: Instituto Camões. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia_eng/e42.html

²⁰ GASPAR, Joaquim Alves. *Pedro Nunes e a distância de Lisboa à Índia*. **Público**, 24 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/09/24/ciencia/ensaio/pedro-nunes-e-a-distancia-de-lisboa-a-india-1844698>

As *Linhas de Rumo* são linhas projetadas na superfície esférica da terra que faz um ângulo constante e igual com todos os meridianos [ver Figura 4], tornando o azimute constante em todos eles. Assim, a linha traçada tende a tornar-se uma espiral em direção aos polos, também chamada de espiral loxodrômica, que mais tarde foi confirmada por Gottfried Leibniz a partir de sua tabela logarítmica. “Essas linhas foram discutidas por Nunes e, apenas quatro anos depois, em 1541, Mercator apresentou-as no seu globo cosmográfico”. (DEKKER, 2007, p. 151)

Figura 4 - Modelo da Linha de Rumo "loxodrômica" de Pedro Nunes

Fonte: Wikipedia²¹

Seria interessante, porém, que tais linhas curvas fossem representadas numa linha reta em cartas náuticas desenhadas sobre um planisfério, pois indicariam o ponto de partida e o ponto de chegada, apontando o rumo a seguir na viagem. (QUEIRÓ, 2002, p. 46). Num de seus tratados de 1566, Pedro Nunes dizia que “por serem muito difíceis e até inviáveis para os mareantes traçar nos globos linhas semelhantes a estas... as linhas retas, então, são desenhadas no lugar dos rumos”. (QUEIRÓ, 2011, p. 23) [ver Figura 5]

²¹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Loxodromia#/media/File:Loxodrome.png>

Figura 5 - Ideário de Pedro Nunes das linhas de rumo projetadas em projeções quadriculares

Fonte: QUEIRÓ (2002)

De todas as formas usadas por Ptolomeu para representar o orbe no plano, parece-nos mais adequado para a arte de navegar o método que emprega para traçar as tábuas particulares das regiões, em que se guarda a proporção do meridiano ao paralelo médio. Nessas tábuas, porque os meridianos são paralelos uns aos outros, qualquer linha reta que sobre ele seja traçada faz sempre ângulos iguais com eles. É preciso, porém, que os paralelos extremos não distem muito uns dos outros. Deve-se colocar-se em cada tábua a totalidade da longitude do orbe. (PEDRO NUNES apud QUEIRÓ, 2011, p. 24)

Assim, como afirma Queiró (2011, p. 24), é inequívoco que Pedro Nunes já pensava na projeção das cartas de navegar representadas em linhas retas, exatamente o requisito fundamental da carta de Mercator, bem como na representação em tiras estreitas cobrindo 360º de latitude:

Figura 6 - Representação da projeção de Pedro Nunes em tiras quadriculadas

Fonte: QUEIRÓ (2011)

O que Mercator fez foi pegar essa proposta de Pedro Nunes e juntar todas essas tiras numa única carta, mas a ideia original foi do gênio português²². Queiró (2011, p. 25) afirma que, se Pedro Nunes tivesse tido a incumbência de construir um mapa-múndi, teria certamente juntado as tiras como o fez Mercator em 1569²³, o que foi atestado em 1889 pelo sueco Nordenskiöld²⁴. “E, só em 1595, foi publicada uma proposta matemática para a construção da carta de Mercator, por Edward Wright, num livro que cita longamente Pedro Nunes”. (QUEIRÓ, 2011, p. 25) Tanto as linhas loxodrômicas quanto a ideia das tiras quadriculadas foram absorvidas por Mercator posteriormente às descobertas de Pedro Nunes, o que certamente lhe garante o protagonismo e a autoria de tais ideias.

Além dessas invenções, Pedro Nunes foi responsável por recalcular a distância entre a Índia e Portugal, devido a uma reclamação de desconformidade feita pelo cartógrafo Lopo Homem (1497-1572), o qual, após as correções de Pedro Nunes, pode elaborar um mapa-múndi planisfério mais preciso²⁵. Esse mapa, publicado em 1554, também teve forte influência sobre Mercator, além de demonstrar o domínio

²² QUEIRÓ, João Felipe. *Proposta Cartográfica de Pedro Nunes em 1566*. **Suplemento do Boletim da SPM**. Vol. 65, 2011, p. 24.

²³ Ibidem, p. 25

²⁴ O trabalho ao qual se refere Queiró (2011) é o de E. Nordenskiöld, *Facsimile Atlas to the Early History of Cartography*. Estocolmo, 1889.

²⁵ GASPARD, Joaquim Alves. *Pedro Nunes e a distância de Lisboa à Índia*. **Público**. 24 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/09/24/ciencia/ensaio/pedro-nunes-e-a-distancia-de-lisboa-a-india-1844698>

geográfico das terras conhecidas pelos exploradores portugueses, tais como São João da Terra Nova (atual *Newfoundland*, Canadá), o Brasil, a Índia, as ilhas Molucas, bem como toda a costa setentrional africana.

Figura 7 - Planisfério de Lopo Homem (1554)

Fonte: Instituto e Museu da História da Ciência de Florença²⁶

Ademais, Pedro Nunes acabou por influenciar o Pe. Fernando Oliveira²⁷, autor do primeiro tratado sobre a guerra naval de que se tem conhecimento, muito antes de Alfred Mahan ou Julian Corbett. Fernando Oliveira construiu uma “obra abrangente na compreensão das principais questões náuticas nas suas vertentes genética, estrutural e operacional”. (RIBEIRO, 2008, p. XV) Seu tratado chamado *A Arte da Guerra no Mar* foi publicado em 1555 e tinha como objetivo orientar como se fazer a guerra no mar, bem como de que forma colocar em execução a mesma.

A grande originalidade do Pe. Fernando de Oliveira está na discussão da necessidade da guerra naval, e da consequente organização de uma marinha, em

²⁶ Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/09/24/ciencia/ensaio/pedro-nunes-e-a-distancia-de-lisboa-a-india-1844698>

²⁷ Também conhecido como Fernão D'Oliveira, nasceu em Aveiro em 1507 e faleceu, no mesmo sítio, em 1581. Notabilizou-se por sua “*Grammatica da lingoagem portuguesa*”, considerada a primeira gramática do nosso idioma, publicada em 1536. Era padre católico e chegou mesmo a ser preso pelo Tribunal da Santa Inquisição, pena que fora comutada posteriormente. Trabalhou como piloto de *naus* e, inclusive, participou de batalhas e missões militares a bordo de barcos franceses. Ademais, chegou a ser revisor tipográfico da Universidade de Coimbra, onde dizem que também lecionou no curso de Retórica.

função da defesa nacional e da função primordial que uma armada teria na segurança do Estado.

Num lampejo de realismo, ainda que apenas incipiente, Oliveira entende que a guerra é uma necessidade inevitável e não está em desconformidade com os princípios da Cristandade²⁸. Dizia que era “também ofensa a Deus não acudir às necessidades da guerra, que para isso nos deu potências para usarmos das virtudes, e não usando delas ofendemos sua ordenança”. (OLIVEIRA, 2008, p. 12) E, alertando quanto a possibilidade de não se saber das intenções de outros povos e nações alertava que “não se podem escusar as armas defensivas enquanto houver insultos contrários”.²⁹

Ribeiro (2008) chama a atenção para o fato de que Fernando Oliveira ressalta as estratégias indiretas das outras nações, e afirma que o conflito de interesses entre estados pode levar à guerra. “Todas as cidades e nações das gentes naturalmente tem entre si guerra e diferenças, posto que as não declarem sempre por alguns respeitos que lhes convém”.³⁰

Herdeiro da tradição de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino sobre o conceito de “Guerra Justa” – e muito antes de Hugo Grotius –, Oliveira dizia que a guerra não deveria servir para oprimir e incutir injustiças, mas para defender a fé e os interesses do Estado:

[A Guerra Justa] é aquela que castiga as sem justiça que alguma gente fez e não quer emendar. Ou a que defende o bando dos que injustamente o querem ofender... a que castiga as ofensas de Deus contra aqueles que dele blasfemam, ou deixam sua fé, ou impedem a pregação dela e perseguem as pessoas. (OLIVEIRA, 2008, p. 23)

A guerra motivada pela defesa da fé e da segurança nacional era legal e, consequentemente, justa. Ribeiro (2008, p. XXII), argui que “Oliveira considera que não se pode fazer a guerra contra os infiéis que nunca foram cristãos... e defende que, para os converter, nada melhor do que exemplos de paz e justiça”.

²⁸ “A guerra dos cristãos que temem a Deus não é má, antes é virtuosa, cá se faz com desejo de paz sem cobiça nem crueldade, por castigo dos maus e desopressão dos bons... diz o salmista, bem-aventuranças tem a espada para castigar as nações das gentes pecadoras, em cujo sangue lavam suas mãos” (Fonte: OLIVEIRA, Fernando. *A Arte da Guerra no Mar*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 7)

²⁹ OLIVEIRA, Fernando. *A Arte da Guerra no Mar*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 12.

³⁰ Ibidem, p. 8

Fernando Oliveira ressaltava que proteger o comércio marítimo era sinônimo de proteger a economia da nação e, por isso, era preciso proteger as rotas marítimas e instaurar uma dissuasão oceânica por meio da construção de uma forte esquadra, que teria como missão proteger, inclusive o litoral do território nacional:

Não somente assaltam no mar os corsários, mas se deixam ir avante, atrevem-se a sair na terra e inquieta-la... as armadas no mar que guardem as nossas costas e paragens e nos assegurem dos sobressaltos que podem vir pelo mar, que são mais súbitos que os da terra.... Portanto, estejamos providos de navios armados porque quando aventarem nas nossas paragens sejam fustigados, e não desejem tornar a elas. (OLIVEIRA, 2008, p. 19-20)

Além da preocupação política da guerra no mar, Oliveira também tece uma série de recomendações acerca de como organizar uma tecnocracia naval eficiente, que seja capaz de arregimentar um almirantado baseado no mérito, bem como os provimentos para a manutenção de uma forte esquadra. Era necessário também ter um corpo de marinheiros, pilotos e cosmógrafos em afinidade com as *“coisas da guerra”*.³¹ A influência de Pedro Nunes, uma vez mais, se faz presente e marca o pensamento do padre Oliveira:

Importa notar que é a partir deste conceito, enunciado sumariamente pelo padre Oliveira em 1555 e, desenvolvido, em 1559, por Pedro Nunes no Regimento do Cosmógrafo-mor, que começam a definir-se os conhecimentos técnico-profissionais necessários aos oficiais da Armada Portuguesa. (RIBEIRO, 2008, p. XXIX)

Interessante notar também que Oliveira recomenda criar um serviço estatal de inteligência para informar os capitães da situação de outras armadas e “disponham de aviso das frotas dos contrários... para que não falem ao necessário, nem excedam fazendo despesas demasiadas quando se podem escusar”.³² Nota-se claramente a preocupação de organizar o poder estatal em função de sua defesa naval.

A importância da obra do padre Oliveira para os estudos estratégicos foi imprescindível, sobretudo em seu aspecto naval; e ajudou, certamente, a Portugal alcançar e consolidar seus domínios marítimos mundo afora. Sua obra foi pioneira na

³¹ RIBEIRO, Antonio Silva. Estudo Introdutório. In: OLIVEIRA (2008), p. XXIX.

³² OLIVEIRA, Fernando. *A Arte da Guerra no Mar*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 68.

dimensão geográfica naval da guerra e teve o grande mérito de traduzir o gênio científico e cultural português dos séculos XV e XVI para essa dimensão:

... é possível afirmar, com plena convicção e justiça, que o Pe. Fernando Oliveira, homem de grande perspicácia e elevada cultura, é uma das maiores personalidades do Portugal de Quinhentos e de sua Marinha. Na Arte da Guerra no Mar, legou-nos um tratado de dimensão verdadeiramente mundial, que testemunha o valor científico e o sentido universalista dos grandes Portugueses do século XVI. (RIBEIRO, 2008, p. LIV)

Embora não se possa chamar de “geopolítica” (num sentido mais “puro” do termo), a obra de Oliveira foi a primeira em perceber a necessidade de teorização de uma nova dimensão geográfica da guerra, isto é, o mar. Além disso, teve o mérito de vincular tal domínio à preservação e manutenção da segurança nacional. O Pe. Oliveira colocou a política nas cartas náuticas e isso não pode ser, de forma alguma, esquecido por todos aqueles que estudam essas questões.

Ainda no século XVI, Jean Bodin argumentava que “o arquiteto tenta adaptar sua construção ao material e local que tem à sua disposição”.³³ E os políticos, seguindo o exemplo do arquiteto, deveriam “se adequar ao caráter humano moldado pelo ambiente dado”.³⁴ Bodin não considerava que o meio geográfico era apenas o fato mais importante da vida humana, como também que certas características determinadas pelo clima podem ser modificadas por outras influências. Ele acreditava que a natureza pode não apenas limitar nossas capacidades, como também determinar a nossa vontade de fazer. Kristof (1960, p. 18) acreditava que tanto Aristóteles quanto Bodin estavam preocupados em estudar os impactos inevitáveis e compulsórios do meio natural sobre a vida política dos homens... “eles buscavam as leis da natureza que regem a vida humana em seu conjunto natural”.

Assim, a concepção geopolítica de Bodin buscava compreender o relacionamento real e objetivo do homem com seu meio. Ele compreendeu que “a vontade dos homens em grande parte é determinada por condições externas e a geopolítica é, em certo sentido, não apenas objetiva, mas também amoral e apolítica”.

³³ KRISTOF, Ladis. *The Origins and Evolution of Geopolitics*. **The Journal of Conflict Resolution**, Vol. 4, Nº 1, 1960, p. 18

³⁴ *Ibidem*, p. 18

(KRISTOF, 1960, p. 19) A geografia, a partir do séc. XVIII, passa a destinar-se a traçar um quadro material dado para a ação política.³⁵

Outro autor que se debruçou sobre as influências do meio geográfico na política e na vida dos povos foi Montesquieu. O seu livro *Espírito das Leis*, publicado em 1748, era em grande parte uma discussão sobre a influência geográfica no governo dos homens.³⁶ Em seu estudo anterior denominado *Considerations sur les Causes de la Grandeur des Romains et de Leur Decadence*, publicado em 1734, traça um esboço de como a cidade de Roma se transformou em um império, e chegou à conclusão que isso se deu por conta de um problema de geografia política, isto é, os obstáculos impostos pela geografia forjaram o caráter romano. (GOTTMANN, 1942, p. 198) É sabido que Montesquieu associou claramente a moral dos povos ao clima ao qual os mesmos pertenciam, numa relação determinista que hoje carece de qualquer fundamentação científica. Entretanto, Montesquieu era produto de uma época, com as limitações próprias de seu tempo, e isso não pode ser desconsiderado. É preciso ressaltar, porém, que sua tentativa de entender a relação do homem com o meio geográfico era necessária e uma condição humana insubstituível.

Gottmann (1942, p. 200) lembra que “a *Encyclopédie* de Diderot já prescrevia confusas considerações geopolíticas, e que Malthus, em sua preocupação com a relação da população com o espaço” já podiam ser considerados estudos inovadores na geografia humana de cunho político.

Turgot, um outro autor francês do século XVIII, iria levantar novamente a questão da relação do homem com seu meio geográfico, em seu tratado *Geographie Politique*, de 1752. Conhecido muito mais por seus escritos econômicos da corrente fisiocrata, Turgot traçou nesse livro uma intenção de criar não apenas um estudo, mas uma ciência nova. De acordo com Gottmann (1942, p. 199), Turgot foi fortemente influenciado por Montesquieu, mas não apenas repetiu os ditames de seu influenciador, como percebeu que “para uma melhor compreensão do passado e do presente, as relações entre os fenômenos humanos e naturais precisavam ser esclarecidas e sistematizadas”, percebendo que nem tudo poderia ser explicado pelas

³⁵ GOTTMANN, Jean. *Doutrinas Geográficas na Política*. **Boletim Geográfico**. Vol. 5, nº 54, 1947, p. 650.

³⁶ GOTTMANN, Jean. *The Background of Geopolitics*. **Military Affairs**, Vol. 6, No. 4, 1942, p. 198

diferenças na geografia física, como Montesquieu predizia. Essa diferença fica clara nas afirmações de Turgot abaixo descritas:

A história e a geografia determinam a posição relativa dos homens; uma expressa sua posição no espaço, e a outra sua posição no tempo. A descrição estéril das regiões, por um lado, e a enumeração seca dos anos, por outro, são as telas nas quais os objetos devem ser colocados. A geografia simples e a cronologia determinam a situação; a história e a geografia política os pintam em suas verdadeiras cores. A geografia política é, se me atrevo a dizer, o perfil da história. (GOTTMANN, 1942, p. 200) [tradução nossa]

Após a Revolução Francesa e as decorrentes guerras napoleônicas, assentaram-se os princípios geográficos permanentes de dois grandes impérios: o russo e o inglês.³⁷ A Grã-Bretanha – que chegou a ser chamada de *Pérfida Albion*³⁸ – ergueu-se sobre o domínio dos mares e a colonização do mundo revelado até então pelas expedições e pelos novos mapeamentos, enquanto que o *Império dos Czares* se expandiu rumo ao oriente, incorporando tanto as gélidas terras da Sibéria quanto as ásperas paisagens da Ásia Central. Conhecer a geografia antes dos demais deu uma vantagem significativa tanto para a Inglaterra quanto para a Rússia.

O século XIX, com todo o seu esplendor e vigor científico, fez da Geografia mais uma das ciências institucionalizadas, academicamente respeitada e, com a gama de informações acumuladas pelo rápido desenvolvimento cultural e industrial pelo qual as potências europeias se encontravam, tornou-se um instrumento capaz não apenas de apontar problemas geográficos para a política, mas de formular teorias, hipóteses e leis geográficas que acabaram por desenvolver o que chamamos hoje de Geografia Política e Geopolítica. Assim, como todas as demais ciências e ramos do saber humano, a Geografia estava organizada academicamente e pronta para orientar e fomentar os objetivos geográficos nacionais.

³⁷ GOTTMANN, Jean. *Doutrinas Geográficas na Política*. **Boletim Geográfico**. Vol. 5, nº 54, 1947, p.651.

³⁸ O termo “*pérfida Albion*” foi criado pelo diplomata francês Augustin Louis Marie de Ximenez em seu poema “*L’ère des Français*”, publicado em 1793, no intuito de referir-se jocosamente à Grã-Bretanha como uma nação “traidora”. “*Deixe-nos ataca-la em suas próprias águas, pérfida Albion*” (*Attaquons dans ses eaux la perfide Albion*). A expressão passou a ser usada amplamente para referir-se à Inglaterra em termos hostis. Fonte: RATCLIFFE, Susan. **Oxford Essential Quotations**. Oxford: Oxford University Press, 2018, 6ª edição. Disponível em:

<https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780191866692.001.0001/q-oro-ed6-00011827>

Os nacionalismos emergentes da Revolução Francesa e Americana, bem como o desenvolvimento do idealismo alemão, sobretudo na obra de Fichte³⁹, passaram a dar uma visão transcendental e ideológica dos povos e das terras por eles assentados. A questão da unificação italiana e alemã tornou-se um imperativo geográfico e foi logo associado a um “destino nacional” que ganhou forma e poder, acabando por desembocar, tragicamente, no século seguinte, no inferno das duas grandes guerras mundiais. O pangermanismo e o pan-eslavismo ganharam corpo e forma, mas antes eram doutrinas filosóficas, não geográficas. Já a Doutrina Monroe⁴⁰ tornou-se a primeira manifestação geográfica da política externa de um Estado, e acabou por fundamentar o pan-americanismo e as ações dos EUA dali em diante.

1.2 A obra seminal de Ratzel

Friedrich Ratzel (1844 – 1904) é considerado o pai da moderna geografia humana⁴¹ e, também, o fundador da geografia política como ciência sistematizada⁴² e independente da geografia geral. Exerceu profunda influência acadêmica na Europa e nos Estados Unidos, onde fez discípulos que, muitas vezes, acabaram por distorcer o sentido real de seus pensamentos. Lecionou na Universidade Técnica de Munique e depois se transferiu para a Universidade de Leipzig. Para Eugen Oberhummer, “o

³⁹ Fichte não era um filósofo político, como tampouco o eram Hegel, Nietzsche e Heidegger, mas o “extrato” nacionalista retirado de sua obra pelos nazistas para justificar filosófica e cientificamente a sua ideologia não eram, tampouco, invenções. O próprio Fichte dizia que “*a formação de uma nova espécie humana, deve se aplicar, primeiro, nos alemães*” (FICHTE, J. G. *Discursos a la Nación Alemana*. Salamanca: Ediciones Orbis, 1984, p. 95). Os elementos transcendentais do idealismo alemão, amalgamados com o alto desenvolvimento industrial, tecnológico e científico alemão no final do séc. XIX e tendo como base o antirracionalismo (irracionalismo), o anti-individualismo e o anti-materialismo (elemento transcendente), forjaram muito mais a mentalidade e o comportamento dos totalitários nazistas do que as teses de Ratzel e Kjellén. De acordo com ZUBIRÍA (2014, p. 78), “as forças nacionalistas expurgaram da obra de Fichte tudo o que corroborava suas posições ideológicas”. (ZUBIRÍA, Martín. *Los Discursos a la nación alemana de Fichte*, **Revista Philosophia**. Vol. 74, nº 1, 2014, p.78). Isso também ocorreu em relação aos autores da Geopolítica, assim como os das demais ciências, como Vicens Vives (1956) já nos alertou. O grande problema é que a Geopolítica acabou por ser manchada mais fortemente do que todas as outras esferas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a construção do totalitarismo nazista, mesmo com toda a distorção dada por seus perpetradores.

⁴⁰ De acordo com GOTTMANN (1947, p. 652), a Doutrina Monroe deu a segurança nacional aos Estados Unidos sobre a carta geográfica, o que exprimiu a consciência geográfica continental desse povo.

⁴¹ NOGUEIRA, José Manuel Freire. *O Método Geopolítico Alargado*. Lisboa: IESM, 2011, p. 34.

⁴² GABAGLIA, F. A. Raja. *A Geopolítica*. **Boletim Geográfico**. Vol. 5, nº 54. Rio de Janeiro: IBGE, 1947, p. 692.

principal mérito de Ratzel reside em se ter apropriado dos estudos políticos e econômicos e lhes haver dado uma base geográfica.” (GABAGLIA, 1947, p. 692)

Mas o mais destacável em Ratzel é que o mesmo foi o primeiro autor que estipulou as bases científicas de como o homem (enquanto sociedade) interage com o seu meio (geográfico). Essa foi a pedra fundamental lançada por Ratzel e que é a própria definição da Geografia enquanto ciência. Ratzel percebeu que essa interação homem-meio poderia ser objeto de investigação científica.⁴³

Ratzel encarava a geografia política como “a influência do espaço na formação das entidades políticas” (CORREIA, 2010, p. 108) e teve a grande originalidade de perceber que os Estados concorrem territorialmente, mas não percebeu o sistema interestatal imerso numa estrutura politicamente fechada como Halford John Mackinder iria descrever alguns anos depois.

O território de um Estado, para Ratzel, era sua única unidade material. Essa centralidade do território na vida e evolução dos Estados gerou uma série de más interpretações de sua obra. Para KRISTOF (1960, p. 24), “esse reconhecimento da dimensão geográfica do Estado, ou seja, o seu fator geográfico, não é um problema, só se torna um se isso subordinar todos os demais elementos”. E essa subordinação Ratzel nunca concordou.

De acordo com VIVES (1956, p. 73), Ratzel sempre advertia contra o erro que surgiu da filosofia político-cultural hegeliana pregava:

[Sociedades e civilizações] em nenhum caso constituem um organismo biológico, sujeitos ao processo de nascimento-desenvolvimento-senilidade-morte, como pretendia Oswald Spengler, ressuscitando a velha teoria mesopotâmica do “ciclo de esferas”, baseado numa concepção agrícola do mundo. (VIVES, 1956, p. 73)

Curiosamente a pecha de determinista se abateu sobre Ratzel, não sobre Spengler, numa confusão interpretativa absurda, que tentaremos destrinchar adiante.

De acordo com Godolphim (1955, p. 421), Ratzel nunca foi um determinista pois “estabeleceu o princípio de que o homem, embora influenciado pelo ambiente

⁴³ VIVES, J. Vicens. *Tratado General de Geopolítica*. Barcelona: Teide Editorial, 1956, p. 43.

geográfico, não se deixa esmagar por ele; antes exerce influência sobre o mundo físico através de sua atividade e de sua cultura”. O Estado, como criação humana, também era parte desse fator geográfico que Ratzel descrevia.

Vives (1956, p. 44) acredita que a pujança militar, econômica e cultural da Alemanha de Bismarck foi um terreno fértil para a aceitação das ideias de Ratzel, que era um homem de seu tempo, formado por uma tradição geográfica alemã assentada sobre geógrafos europeus e americanos.

Ratzel foi taxado de ser racista e imperialista, mas isso é uma superficialidade daqueles que não entenderam a complexidade de sua obra. Fernandes (2003, p. 5) atribui esse desvio interpretativo na dificuldade de compreensão da hermética linguagem utilizada por Ratzel. Porém ressaltava as pontuações de Ratzel contra o darwinismo social e o racismo:

[...] em diversas partes dos seus trabalhos, [Ratzel] demarcou as teses racistas de Gobineau e Chamberlain e as próprias teses de Spencer... o que ocorreu foi uma espécie de racismo funcional ligado à ideologia colonialista do século XIX europeu, posição frequente na época. (FERNANDES, 2003, p. 5)

Ernst Haeckel, pai da ecologia, era eminentemente racista assim como muitos pensadores da época. O racismo era quase uma *Weltanschauung* do período, não se tratando, tão somente, de um preconceito individual. Diversos autores contribuíram muito mais para tal imperativo racista que Ratzel. Joseph Gobineau (1816-1882), diplomata francês e escritor, autor do Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas, defendia um racismo biológico no qual a raça caucasiana teria preponderância em relação as demais, estando os alemães na superioridade dessa hierarquia.⁴⁴ Já Houston Chamberlain (1885-1927) era inglês, crítico do trabalho de Gobineau, naturalizou-se alemão e casou-se duas vezes com mulheres alemãs e acreditava, fanaticamente que a Alemanha e seu povo germânico eram os legítimos representantes da raça ariana eleita.⁴⁵ Ratzel nunca reproduziu tal tipo de pensamento e chegou mesmo a criticar esse tipo de raciocínio, e um breve olhar em seus escritos é suficiente para descortinar tal nebulosidade e demonstrar a contrariedade do geógrafo

⁴⁴ CORREIA, Pedro de Pezarat. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Almedina, 2010, p. 129.

⁴⁵ Ibidem, p. 129

alemão em relação à rasura das teses de Gobineau e Chamberlain. Com isso, obviamente não se pretende amenizar o problema do racismo presente em parte da ciência europeia do séc. XIX, mas apenas pontuar uma característica que nos parece de suma relevância para evitarmos distorções desnecessárias.

Para Michel Korinman (apud FERNANDES, 2003, p.5), o pensamento de Ratzel é mais ambíguo e complexo do que se sugere: “o Estado-organismo foi capaz, através de um processo de *imitatio scientiae*, de dotar a Geografia Política de um cariz verdadeiramente científico que lhe permitisse formular leis similares às das ciências da natureza”. O que, por si só, já confere a Ratzel um alto calibre científico e intelectual. Dessa forma, a simples rotulação de que Ratzel era racista e determinista é superficial e rasa.

O próprio subtítulo da segunda edição de sua “*Geografia Política*”, em 1903, intitulava-se “Geografia do Estado, do Comércio e da Guerra” já levanta sérias dúvidas e ceticismos quanto ao rótulo de Ratzel ser determinista. Como se pode ser determinista uma geografia que era sinônimo do amálgama do Estado, do comércio e da guerra (atividades puramente humanas)? Como pode ser determinista um autor que criou uma disciplina chamada *Antropogeografia*?

Tais questões até hoje não estão devidamente esclarecidas pelos especialistas em sua obra, seja pelo áspero hermetismo do alemão científico do qual Ratzel escrevera seus livros, seja pela propaganda anti-alemã inoculada por seus detratores franceses, em especial Lucien Febvre. É senso-comum falar da excessiva impregnação propagandística e ideológica alemã à época, mas se esquece que a escola francesa também praticou o mesmo, tendo obviamente resultados políticos distintos, mas distorcendo igualmente muitas questões importantes, como a obra de Gobineau e de tantos outros demonstram.

Muito se comenta sobre o organicismo de Ratzel, mas quem fez uma abordagem completa do organicismo não foi o geógrafo alemão, mas seu compatriota Oswald Spengler, que curiosamente é estudado e debatido, sem nenhuma pecha, até hoje, tanto em filosofia quanto em ciência política. Entretanto, Ratzel foi quase proscrito pelos geógrafos por ter concepções um tanto similares, mas também bastante críticas em relação ao organicismo dito puro. De certo, o círculo acadêmico dos geógrafos

contemporâneos tem um certo preconceito infundamentado sobre seu passado e sobre suas heranças autorais, o que definitivamente deve ser mudado.

1.2.1 As ponderações ratzelianas

Ratzel fez considerações e ponderações nas “análises dos fatores físicos da situação, espaço e fronteiras dos Estados, no sentido das formas territoriais que essas adquiriam em conformidade com o relevo” (VIVES, 1956, p. 45), nunca disse que tais contingências geográficas determinavam seu destino. Eram, portanto, mais no sentido de acomodação do processo homem-meio que um fatalismo. Ponderou, igualmente, a importância do *Lebensraum* (espaço-vital) como território apropriado à realização de um ser político... reduzindo-o às suas sete leis do desenvolvimento espacial dos Estados.⁴⁶ Essas “leis” longe de refletir uma característica mecanicista, refletia uma busca por padrões mais ou menos similares que permitiriam uma melhor compreensão do comportamento político dos Estados manifestado no espaço geográfico.

O próprio Ratzel claramente condenava essa superficialidade e demonstrava que essa relação não é unívoca, direta nem tampouco fatalista:

A obscura e exagerada afirmação de que “o homem é produto do ambiente” é combatida com uma outra afirmação igualmente absoluta e pouco consistente. Esta disputa nem sequer apresenta esperança de conclusão se não restasse a confiança de que os conceitos não se opõem tão asperamente um ao outro quanto as palavras. (RATZEL, 1990, p. 54)

Assim como seria raso acreditar que o homem é produto do meio pura e simplesmente, a negação da influência do meio na formação do homem é igualmente rasa e sem muito fundamento científico:

A oposição em acolher o conceito de que a natureza exerce influências profundas sobre a história do homem encontra uma aparente justificativa na confusão de causas que determinaram essas influências e no fato de que não se pode estabelecer uma distinção entre influências mais ou menos duradouras ou mais ou menos profundas. (RATZEL, 1990, p. 54)

⁴⁶ VIVES, J. V. *Tratado General de Geopolítica*. Barcelona: Teide Editorial, 1956, p. 45.

A vaidade humana, sobretudo a de matiz acadêmica, é frequentemente criticada por Ratzel, que vê constantemente questões complexas sendo geralmente associadas ao vínculo direto do homem à paisagem ou ao meio. Segundo Ratzel, esse tipo de comportamento é mais estilístico do que científico, que faz com que geógrafos e historiadores caiam na vaidade do estilo ao invés de terem como base o frio ordenamento da razão.⁴⁷

Ideias como a de Werner Muzinger⁴⁸, naturalista suíço, que afirmava, dentre outras coisas, que onde a natureza é uniforme o homem é sem vontade, são amplamente contestadas por Ratzel:

Sem dúvida, esta equiparação das condições naturais às condições humanas produz estilisticamente uma agradável impressão; mas só estilisticamente, pois que outra justificativa poderia encontrar aquele “e assim”, que pretende estabelecer uma relação recíproca entre dois grupos de fatos que ao invés disso estão tão distantes entre si? (RATZEL, 1990, p. 55)

Notadamente, Ratzel com essa crítica afasta qualquer vínculo raso de determinismo que se possa querer rotulá-lo. Como o fizera com os deterministas franceses e ingleses, Ratzel também à literatura histórico e geográfica que se prende à abstração do incognoscível ao invés da investigação empírica e científica:

A experiência ensina que, em qualquer campo da ciência, quanto mais vasta é a matéria ainda não ou incompletamente conhecida ou mesmo incognoscível, tanto mais forte é a tendência a uma refinada arte representativa, como se apenas fosse capaz de tornar menos sensível a presença dos graves problemas não resolvidos. (RATZEL, 1990, p. 55)

Sua crítica ia além da Geografia e dos geógrafos, era quase uma crítica existencial do homem de ciência diante das equiparações simplistas. Como dizer, então, que Ratzel era um determinista sendo que ele mesmo advertia que “é preciso ter

⁴⁷ RATZEL, F. *Ratzel*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1990, p. 55

⁴⁸ Ratzel comenta a seguinte associação rasa de Werner Muzinger: “A natureza é aqui uniforme, nenhum monte se destaca no alto, nenhuma cadeia de montanhas que se distinga ou uma vasta planície conferem ao conjunto característica própria e unidade; também a vegetação arbórea é de altura média e predominam as gramíneas – e assim é o homem e o seu modo de ser; nada que revele o esforço de ascender, nada que domine o ambiente; não se encontram senão comunidades próximas umas das outras, sem unidade política nem diferenças de civilização”. (Fonte: RATZEL, op. cit., p. 55)

prudência ao chegar às equiparações desse tipo, que talvez possam ter valor de verossimilhança, mas que não contém em si um caráter de lei”? (RATZEL, 1990, p. 56)

Além das críticas às equiparações absurdas e ao pedante apreço pelo estilismo redacional, Ratzel também teceu críticas ao fenomenismo, isto é, a ideia do conhecimento pelos fenômenos, advertindo que a explicação pode não estar visível ou manifesta em fenômenos aparentes e verossimilhanças percebidas. Essa crítica de Ratzel ao fenomenismo, que teve origem na obra de David Hume (1711-1776), é uma de suas sutilezas científicas mais originais, e só seria amplamente desenvolvida no século XX depois das críticas, no campo da filosofia da ciência, feitas sobretudo por Karl Popper e Mario Bunge, a partir do método hipotético-dedutivo, que atacava a validade tanto do positivismo indutivista e fenomenista, quanto do materialismo histórico dogmático.

O modo como ele [Hume] faz essa demonstração é uma prova da insuficiência do método rigorosamente indutivo na abordagem dos problemas histórico-filosóficos, assim como as construções da nossa filosofia especulativa são por sua vez do método rigorosamente dedutivo. (RATZEL, 1990, p. 56)

Assim como o positivismo indutivista foi negado por Ratzel como um método apropriado para investigações da relação homem-meio, a questão do **tempo** na concepção ratzeliana é algo pouco explorado e imprescindível para a devida apreciação das ideias do mesmo, colocando seu pensamento na contramão do determinismo.

Devemos **renunciar totalmente** a reconstruir a essência de um povo apoiando-nos em considerações sobre o ambiente físico que o circunda... a vida breve e agitada dos povos através da história e do presente faz com que esses povos não possam jamais nos fornecer bons exemplos para representar as influências diretas de seu ambiente. (RATZEL, 1990, p. 68) [grifo nosso]

A influência do ambiente, portanto, na visão de Ratzel, não é imediata, nem tampouco se encaixa na evolução do tempo histórico das nações, isto é, é extremamente lenta, gradual e a longuíssimo prazo, adquirida numa milenar relação do homem com a natureza, que é impossível de ser determinada com precisão.

1.2.2 As Leis do Crescimento Espacial dos Estados

Antes de passarmos às análises das leis de Ratzel – que devem ser entendidas mais como “padrões” histórico-geográficos do comportamento estatal –, é preciso ressaltar que, para Ratzel, a natureza e a condição do território estatal não são estáticas, mas dinâmicas, isto é, orgânicas. Um determinado território não nasce formado; as fronteiras não estavam lá prontas e acabadas, elas cresceram e retraíram, por vezes, desapareceram, mas sempre num dinamismo de movimento, como toda a história humana. Para Ratzel, Estados se desintegram num movimento histórico e geograficamente descritos.⁴⁹

Para a geografia política, cada povo, localizado na sua área essencialmente delimitada, representa um corpo vivo que se estendeu sobre uma parte da terra e se diferenciou de outros corpos que igualmente se expandiram por fronteiras ou espaços vazios. (RATZEL, 1990, p. 176)

Esse movimento e dinamismo na conformação espacial dos Estados é sistêmico e objetivos, isto é, podem ser descritos e analisados enquanto padrões. E é dessa noção que surgem suas “leis”. A seguir, analisaremos essas leis.

As dimensões do Estado crescem com a sua cultura.

A expansão dos horizontes geográficos, produto de esforços físicos e intelectuais de inúmeras gerações, apresenta continuamente novas áreas para a expansão espacial das populações...

Embora Ratzel fale em expansão puramente espacial das populações, pode-se inferir que um Estado cresce também em sua influência externa na medida que sua cultura é influente. Os Estados Unidos, hoje, são um exemplo disso. Também é possível ler esse padrão verificando o espraio populacional de alguns povos além de suas fronteiras: chineses, albaneses, russos, mexicanos, etc., todos refletem um transbordamento populacional de suas fronteiras e clamam por unidade territorial de alguma forma, e seus respectivos Estados se beneficiam desse espraio.

⁴⁹ RATZEL, F. *Ratzel*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1990, p. 176

Foi assim que se formaram o Brasil, a Rússia, os Estados Unidos e a China. É um empreendimento puramente humano, uma vez que essa expansão pode ser política, religiosa e/ou comercial. “Embora nem sempre as maiores culturas tenham sido as maiores construtoras de Estados – a formação de Estados é apenas uma das muitas maneiras nas quais as forças culturais poder ser utilizadas”. (RATZEL, 1990, p. 177)

Somente sociedades culturalmente muito organizadas e pujantes, com capacidade de organização política elevada, podem formar um grande Estado. E é esse um dos grandes avanços da civilização moderna. De acordo com Ratzel, “entre os Estados de tamanho continental, só a China pode ser considerada antiga. O Império Russo, o Brasil, os EUA, o Canadá e a Austrália surgiram nos últimos 250 anos”⁵⁰, amalgamando e conquistando territórios de povos socioespacialmente primitivos, que não eram capazes de criar uma força orgânica para erigir um grande Estado.

O impulso, portanto, da expansão de um Estado é cultural. Não há determinismo aqui, o que determina é a vontade e a capacidade política-organizacional das nações.

O crescimento dos Estados segue outras manifestações de crescimento dos povos que, necessariamente, devem preceder o crescimento do Estado.

São as difusões que avançam mais rapidamente que o Estado; que o precedem e que lhe preparam terreno.

É o que chamamos hoje comumente de “*soft-power*”, uma espécie de conquista branda pelo interesse e amalgamento cultural. Um século antes de Joseph Nye Jr., Ratzel já intuía tal fenômeno:

[...] ideias e bens que tendem ao comércio entre os povos... devido aos rumos semelhantes de expansão, e andando por caminhos parecidos, ideias e mercadorias, missionários e negociantes frequentemente se encontram juntos. Ambos aproximam os povos, criam similaridades entre eles e, com isso, preparam o terreno para o avanço político e a unificação. (RATZEL, 1990, p. 180)

⁵⁰ RATZEL, F. *Ratzel*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1990, p. 179

Podemos dar como exemplo dessa lei de Ratzel a própria formação do Estado Alemão em 1871, onde a cultura, a política e o comércio⁵¹ uniram todas as partes menores sem uma guerra, mas por interesse mútuo e identidade. Outro exemplo no plano mais econômico, mas também político e civilizacional, é a própria União Europeia. Assim como a unificação da Alemanha, pode-se dizer que foi o mesmo interesse que uniu as treze colônias que deram origem aos Estados Unidos e, num plano mais do interesse da política e da ideologia, o que formou a ex-URSS. Tal processo não passa nem perto de qualquer relação determinista.

O nacionalismo é uma dessas formas culturais que poder ser usadas pelo Estado como elemento de consciência nacional ou para a formação do próprio Estado.

Porém, na visão de Ratzel, o comércio e as comunicações são as linhas vitais na formação e na expansão do Estado:

O comércio e a comunicação precedem de muito a política, que segue o seu mesmo caminho e nunca pode se separar profundamente deles. Um intercuro pacífico é a condição preliminar de crescimento do Estado. É preciso que se tenha formado uma rede primitiva de caminhos... se o Estado entrou em período de crescimento, então ele partilha com o comércio um interesse pelas conexões entre rotas. Na verdade, ele assume uma liderança na formação sistemática destas. Compreende-se melhor as engenhosas estradas dos antigos Estados americanos em termos de uma **geografia antes política que econômica**... as rotas comerciais preparam o caminho para a influência política e, geralmente, a colonização segue “a bandeira do comércio”. (RATZEL, 1990, p. 182) [grifo nosso]

O crescimento do Estado procede pela anexação dos membros menores ao agregado. Ao mesmo tempo, a relação entre a população e o solo torna-se continuamente mais próxima.

O crescimento de Estados que não transcendem a mera anexação produz apenas conglomerados frouxos, facilmente desmontáveis, que só podem ser mantidos temporamente.

O crescimento do Estado cria raízes em relação ao solo, é um elemento transcendente. Essa terceira lei revela a dependência cultural do solo e não o contrário.

⁵¹ Ratzel dá como exemplo o fato de que as fronteiras políticas são precedidas pelas fronteiras fiscais: a União Alfandegária Alemã foi a precursora do Império Alemão. (Fonte: RATZEL, F. *Ratzel*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1990, p. 182)

O solo também é um elemento de formação cultural e essa é inseparável do mesmo e lhe dá identidade. A identidade também é geográfica.

A nação é uma entidade orgânica que, no curso da história, torna-se cada vez mais apegada à terra onde ela vive. Exatamente como um indivíduo que luta contra a terra virgem, até transformá-la em campos cultiváveis, uma nação também luta com sua terra, dela se aproximando cada vez mais, com sangue e suor, até que se torne impossível pensa-las separadamente. Quem pode pensar os franceses sem a França, ou os alemães sem a Alemanha? (RATZEL, 1990, p. 183)

Ratzel aqui teve forte influência do processo de formação nacional de alguns Estados, incluindo o alemão. Entretanto, se examinarmos mais a fundo, verificaremos que a Rússia, os Estados Unidos e o Brasil também viveram experiências similares. Encaixa-se aqui também a ideia dos núcleos geohistóricos, onde, a partir dessa unidade geográfica, uma nação cresce e incorpora territórios no entorno.

O grau de inter-relação dos povos com o solo é proporcional ao seu grau de civilização, na perspectiva de Ratzel. Entretanto, porém, diante das novas megalópoles globais, essa noção nos parece um tanto inverídica, uma vez que nessas megalópoles, a população vive apartada do mundo natural, embora não absolutamente, e vive num estágio de artificialidade bastante elevado em relação à natureza. Entretanto, embora Ratzel não tenha atentado para essa realidade, seu posicionamento não é totalmente inverídico, uma vez que, cada vez mais, os Estados aprimoram sua relação com o solo, seja pela moderna agricultura, pelas infraestruturas de transporte, pelo desenvolvimento do turismo, etc. Também pode-se colocar sob esta ideia os conflitos pela posse da terra, majoritariamente agrários, mas também étnicos em alguns países.

Analisando por quais motivos a África nunca produziu um grande Estado, Ratzel chega a essa conclusão:

[...] nas inúmeras guerras entre eles [os africanos], o importante não era a aquisição de terras, mas sim os espólios de prisioneiros e escravos. Esse fato apresenta grandes consequências para a história da África negra: a caça de escravos dizimou a população e, ao mesmo tempo, impediu o desenvolvimento de Estados, isto é, foi uma dupla consequência negativa. (RATZEL, 1990, p. 183)

A consolidação de uma economia, ou sistema econômico, sem uma base territorial vinculada aos laços culturais dos povos da África fez com que lá não houvesse o pleno desenvolvimento de um Estado e, por consequência, o desenvolvimento como um todo (social, político e econômico). Somadas ao colonialismo predatório, que agudizou esse processo, tudo isso tornou-se uma das grandes mazelas africanas. Em suma, a falta de um poder concentrado e plenamente desenvolvido em termos territoriais fez com que a África ficasse refém de impérios estrangeiros (árabes e europeus, sobretudo) por séculos, e até hoje há essa carência de uma consolidação estatal naquele continente.

Para Ratzel, o “*valor político*” da terra diminui de forma uniforme ao retrocedermos na observação das civilizações antigas, o que significa dizer que, à medida que o tempo passa, a tendência é que a humanidade dê cada vez mais valor político ao solo e, se relacionarmos a isso a ideia de Mackinder desenvolvida alguns anos depois de Ratzel de que a humanidade, a partir do ano de 1900, viveria num sistema político fechado, concluiremos que a tendência dessa valorização tenha como consequência o aumento dos conflitos territoriais. E, o que é mais importante, aqueles povos ou nações que não valorizarem politicamente seus domínios territoriais, numa correlação mais ou menos equilibrada com a dos demais, correrão o risco e terão consequências trágicas.

Ratzel estabeleceu, assim, o que ficou conhecido como a “valorização do espaço”, noção fundamental do pensamento geográfico e que carrega em si um alto significado político, econômico e cultural.

As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo de Estado.

O Estado está sempre em crescimento, nunca está em repouso.

Na formação dos Estados, as fronteiras são elásticas e serviam de plataforma para novas aquisições territoriais. “Um contínuo efluxo sobre suas fronteiras transforma-o em um ponto de partida para expedições de conquista... a insegurança domina suas fronteiras”. (RATZEL, 1990, p. 184)

O grande problema desse posicionamento, hoje, é que não é mais tão simples a conquista e o crescimento territorial, pois a dinâmica do poder mundial alterou-se completamente no último século. Ratzel analisava o mundo de sua época, no final do século XIX, e, como tal, concluiu esse raciocínio baseado na realidade histórica que tinha estudado e no que estava ocorrendo à época, onde as potências europeias estão em franca disputa por colônias e alargamento geográfico, inclusive a Alemanha. Porém, se adaptarmos tal princípio ratzeliano do crescimento da fronteira nacional para a da esfera de influência no espaço geográfico, veremos que o princípio segue sendo válido. Estados sempre buscam aumentar sua influência sobre o espaço geográfico, sobretudo quando falamos das potências. Nesse sentido, é válido afirmar que o Estado está sempre em crescimento político.

No seu crescimento, o Estado esforça-se pela delimitação de posições politicamente valiosas.

No seu crescimento e evolução, o Estado seleciona os benefícios geográficos, elegendo bons locais em detrimento dos ruins.

Em sua formação territorial, os Estados buscaram estabelecer domínio sobre posições vantajosas, ao longo do mar, dos rios, dos lagos e nas planícies férteis. Com o tempo, os Estados embrenham-se em suas hinterlândia, conquistando o interior, as zonas de difícil acesso. Tal fenômeno pode ser constatado tanto na formação estatal moderna quanto na geopolítica atual. As bacias petrolíferas, as posições militares no Rimland, o controle ao acesso aos portos, etc. Todos são pontos geoestratégicos e disputados pelos Estados, que, ao conquistarem tais domínios exercem uma vantagem comparativa em relação aos demais. Países que não tem acesso ao mar, por exemplo, como a Sérvia e a Bolívia, continuarão buscando essa vantagem geográfica, seja por meio da diplomacia ou de um conflito futuro.

Ratzel afirma também que, além das posições vantajosas, na consolidação territorial dos Estados, “seu crescimento ocorre por meio das linhas de menor resistência”. (RATZEL, 1990, p. 188) A consolidação territorial do Brasil, por exemplo, seguiu esse exemplo, embrenhando-se em direção ao cerrado e à Amazônia, através dos expedicionários bandeirantes. A Rússia, da mesma forma, colonizou seu lado

oriental através das imensas planícies estepárias, local de pouca densidade demográfica e, conseqüentemente, pouca resistência.

Uma boa reflexão a se fazer, hoje, é qual a região que oferece a menor resistência para a projeção geopolítica de poder? Podemos inferir que o *Belt and Road Initiative* chinês obedece essa tendência descrita por Ratzel?

Os primeiros estímulos do crescimento espacial dos Estados vêm-lhes do exterior.

A fonte de tal crescimento é a colonização, no sentido mais amplo.

De acordo com Ratzel (1990, p. 188), homens de concepções espaciais mais amplas acabam levando a ideia dos Estados maiores para os menores e para as regiões semi-ocupadas, e dá como exemplo as Américas, a Austrália e a África do Sul, que antes da chegada dos europeus estavam sob o domínio de sociedades que não sofriam nenhum estímulo do exterior, o que acabou por gerar um desenvolvimento estatal mais pobre. É a ideia do mimetismo no poder, que mais tarde seria descrito por Bertrand de Jouvenel. O contato entre os entes políticos proporciona a comparação, a equiparação e a superação dos desafios e dos perigos políticos ao qual um Estado se vê em detrimento de um outro que pode incutir dano. Isso também é válido para o desenvolvimento tecnológico. O isolamento é a pior das escolhas que um Estado pode cometer, uma vez que acarreta um falso conforto e sensação de proteção, mas na realidade está gerando um atraso político e tecnológico que tornará muito difícil a sua superação num estágio posterior. Ratzel chega mesmo a dizer que “povos acomodados e sedentários tendem a recuar politicamente” (RATZEL, 1990, p. 190), uma vez que acabam por encerrar-se em sua própria dinâmica e perdendo o senso de realidade com as demais entidades externas. “Todas as colonizações exclusivamente agrícolas, a dos aqueus na Grécia, assim como a dos alemães na Transilvânia e a dos bôeres na África do Sul, tendem à letargia e são tingidas de inabilidade política”. (RATZEL, 1990, p. 190)

É curioso notar que mesmo antes da Guerra dos Bôeres e, depois, de seu inábil sistema do *Apartheid*, Ratzel já advertia que povos acomodados em suas culturas tendem a desaparecer e recuar em poder. O inverso disso ocorreu com as potências marítimas, onde todas elas, além de contato com o mundo exterior, projetaram-se

politicamente para além de seus territórios. O confinamento intrafronteiriço de um Estado representa sua atrofia geopolítica. De algum modo, Estados fortes buscam extrapolar seus domínios, seja por meio do comércio, da cultura ou da guerra – quando não dos três juntos.

A formação espacial dos Estados, para Ratzel, obedece uma direção padrão, isto é, dos mares e das estepes (lugares de movimento) para as florestas e terras aráveis (lugares de permanência).⁵² Esses lugares de movimento permitem a expansão do Estado, mediante sua possibilidade de mobilidade, enquanto que os de permanência geram estagnação.

Para Ratzel, não poderia existir poder estatal sem grandes movimentos políticos e de comércio. Disso Mackinder acabou demonstrando na sua teoria do poder terrestre e do antagonismo do poder marítimo, mas ambas com um gigantesco lastro de movimento. Enquanto um espalha-se pelas planícies o outro se embrenha no mar.

A tendência geral para a anexação e fusão territorial transmite-se de Estado para Estado, e cresce continuamente de intensidade.

Em seu valor político, a terra adquiriu influência cada vez maior como medida de poderio político e como espólio nas lutas de Estado.

Na perspectiva do final do século XIX essa tendência estava em ascensão. Porém, hoje, após o mundo se transformar num sistema político fechado, tanto a anexação quanto a fusão territorial são mais escassas e difíceis de ocorrer. Um exemplo que sobreviveu a essa tendência foram os grandes blocos econômico-políticos, como a União Europeia, mas com peculiaridades muito pontuais, não como tendência geral.

Entretanto, se observarmos o comportamento dos impérios, todos eles obedecem, de certa forma, a esse axioma ratzeliano. Mesmo os Estados Unidos anexaram territórios e fincaram bases militares (territoriais) por todo o globo. A Alemanha em 1945 foi retalhada territorialmente pelos aliados, mas antes havia anexado boa parte do continente. Guerras se encerram somente após uma delimitação territorial aceita por ambas as partes, mesmo que uma delas esteja rendida. O território

⁵² RATZEL, F. *Ratzel*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1990, p. 190

ainda é o grande espólio das guerras. E conclui Ratzel: “a luta do desenvolvimento espacial dos Estados... forjou o equilíbrio de poder europeu (o conceito).” (RATZEL, 1990, p. 190)

Ratzel também capta esse movimento mimético da imitação imperial:

Desde os minúsculos indícios de crescimento até os gigantescos Estados atuais, vemos a mesma permanência, por parte do pequeno, à imitação do grande, e por parte daqueles já grandes à imitação do maior, que almejam se igualar ao maior de todos. [...] atualmente, podemos vê-lo atuando na Europa continental onde se enfraquece a convicção sobre a necessidade de união, pelo menos econômica, contra os gigantes da Rússia, da América do Norte e do Império Britânico. (RATZEL, 1990, p. 191)

O poder é sempre relativo a um outro ente, sobretudo quando se trata do poder estatal.

Avaliando essas sete “leis” de Ratzel – ou “padrões”, numa linguagem atualmente mais aceita – reforça-nos a ideia de que a vontade humana, e não a sua submissão ao ambiente como comumente é referida, é a grande força de movimento da história. Podemos ainda assim atribuir que, para Ratzel, o motor da história é a luta por espaços, oriunda da vontade humana de conquista e domínio.

Vives (1956, p. 44) nos alerta que é inseparável da produção ratzeliana as influências nem sempre positivas de Herder, da idolatria estatal de Kant e Hegel e do belicismo histórico de Treitschke⁵³, porém assim como seria absurdo e improdutivo filosófica e cientificamente deixar de estudar as grandes contribuições de Herder, Kant e Hegel, não deveríamos tampouco deixar de nos debruçar sobre as importantes contribuições de Ratzel, considerando todos os senões de sua época e cultura, mas retendo o que ele nos relegou como universal e atemporal.

Considerar Ratzel um determinista é esquecer, nos dizeres de J. Vicens Vives (1956, p. 46), “o preponderante papel que ele concedia ao homem e à sociedade para reagir, dar forma e tingir o meio ambiente”⁵⁴.

⁵³ VIVES, J. Vicens. *Tratado General de Geopolítica*. Barcelona: Teide, 1956, p. 44

⁵⁴ De acordo com o referido autor, “deterministas foram Ellen Semple, Camille Vallaux, W. Vogel e A. Supan.” (VIVES, op. cit. p. 46)

As “leis” geopolíticas de Ratzel acabaram por influenciar, positivamente, outros dois grandes geógrafos que se debruçaram sobre a relação do poder estatal e do espaço: Otto Maull e Everardo Backheuser. Ambos autores acabaram criando “leis” complementares às de Ratzel, que são importantes indicativos nos quais podemos nos debruçar um pouco, pois revelam padrões interessantes para a reflexão geopolítica.

“Lei” do menor esforço (Otto Maull)

“A dilatação do espaço político se processa de preferência pelas linhas de menor resistência, quer física quer demográfica” (BACKHEUSER, 1950, p. 422) Ou seja, as linhas de migração e deslocamentos, se atentarmos historicamente para isso, são quase idênticas aos caminhos tomados pelos exércitos séculos depois. Já as linhas de fragilidade populacional são onde há um povoamento rarefeito, como no caso das conquistas ibéricas nos séculos XV e XVI.⁵⁵

Essa lei se aplica ao lugar, pois tem como características, fragilidades puramente locais.

“Lei” da oportunidade (Otto Maull)

“As conquistas se efetivam nos momentos politicamente favoráveis” (BACKHEUSER, 1950, p. 422). Aqui, o princípio não é locacional, mas o tempo. Segundo o autor, há épocas propícias ou inadequadas para a ocupação de uma determinada região.

Como exemplo das duas leis anteriores, pode-se citar o caso de Portugal e da Espanha na época dos descobrimentos, bem como a presença americana no leste europeu e na Ásia Central no pós-colapso soviético. São típicos casos de oportunidade espaço-temporal.

⁵⁵ BACKHEUSER, Everardo. *Leis Geopolíticas da Evolução dos Estados*. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 88, 1950, p. 422

“Lei” da retração e atomização (Otto Maull)

“Na fase de declínio dos Estados, ou o espaço se retrai para o núcleo originário, ou se processa o despedaçamento que pode atingir, com o tempo, verdadeira atomização estatal” (BACKHEUSER, 1950, p. 427). Exemplos desse fenômeno foram o Império Árabe na Idade Média, o Império Otomano, o Império da Dinamarca e o Império da Suécia, assim como o Império Espanhol na América e o Império Britânico, esses dois últimos sofreram um processo de atomização em sua fase final. O caso do Império Soviético também pode ser encaixado nessa lei, pois além da retração territorial, houve uma atomização de suas partes constituintes.

“Lei” da oscilação rítmica (Backheuser)

“Os períodos de existência de um único Império, ocupando toda a ecúmene da época, e a de vários Estados de poder equilibrado se tem sucedido intercaladamente na história da humanidade” (BACKHEUSER, 1950, p. 428). Isto é, há uma sucessão de períodos unipolares e multipolares, na visão de Backheuser. Entretanto, como demonstraremos adiante, desde o final da Idade Média, a história demonstra que houve, na realidade, uma alternância entre um sistema bipolar (dominado por uma grande potência e seguido por uma segunda não tão forte, mas que se destoa de todas as demais) e um sistema multipolar (onde há mais de quatro potências mais ou menos equiparáveis). As únicas exceções a essa regra foram os períodos de 1945 a 1949, onde prevaleceu praticamente uma unipolaridade dos EUA e, igualmente, o período de 1991 a 2001, onde, novamente, os Estados Unidos estiveram *lonely at the top*.

Pouco a pouco, durante a atomização medieval, ir-se-á manifestando o reagrupamento das unidades feudais a caminho de novas nacionalidades. É o processo geopolítico que cobre a paisagem cultural dos últimos séculos da Idade Média. A França toma a dianteira desse movimento “nacionalista”⁵⁶. Vem-lhe na esteira Espanha, Inglaterra e Rússia. Só muito mais tarde, retardadas, Itália e Alemanha. (BACKHEUSER, 1950, p. 429)

⁵⁶ Backheuser esquece-se, porém, que fora Portugal quem iniciou o processo de unificação e criação do Estado-nação moderno.

Do século XV ao XIX o mundo assistiria ao grande esforço de formação dos impérios mundiais. É a divisão pelos ‘grandes’ das ‘esferas de influência’... chama-se isso de ‘equilíbrio europeu’, mas logo Japão e EUA tomam parte no banquete das partilhas.⁵⁷

É justamente aí que Mackinder identifica o “sistema político fechado” mundial, onde não há mais espaços ociosos a conquistar. De acordo com Backheuser (1950, p. 429), no alvorecer do séc. XX havia oito potências: Inglaterra, França, Rússia, Alemanha, Áustria-Hungria, Itália, EUA e Japão. Havia a impressão de equilíbrio de forças que dava a entender que cada uma das potências estava satisfeita com sua porção. Porém, esse equilíbrio era muito precário e iria esboroar, configurando um mundo completamente diverso.

Esse esboroamento europeu representou, também, o fim do eurocentrismo geopolítico, uma vez que, após a Segunda Guerra Mundial, emergiriam duas superpotências imperiais que dividiram o mundo entre elas – incluindo aí o continente europeu –, a União Soviética e os Estados Unidos. Das oito potências antes de 1914, restaram duas depois de 1945.

Contudo, o autor supunha, esperançosamente, que o mundo caminharia para a formação de um Império Único global, dizendo: “A organização geopolítica do mundo tende para um Império Único ocupando todo o orbe terráqueo” (BACKHEUSER, 1950, p. 430). Após o fim da Guerra Fria e a atomização do antigo domínio soviético, parecia confirmar a tese de Backheuser, mas, trinta anos depois, estamos presenciando um novo processo: o ressurgimento da Rússia e da China, e de outras potências medianas, tudo levando a crer que teremos, novamente, a formação de um novo equilíbrio, tão frágil quanto o fora o do pré-Primeira Guerra.

Todas essas “leis” e padrões geopolíticos desenvolvidos tanto por Ratzel, como por Maull e Backheuser vão de encontro à lógica do determinismo. Contemplando suas proposições, é possível encontrar tendências gerais, algumas imprecisões e até mesmo padrões repetitivos que ocorrem de tempos em tempos, porém, nenhuma delas nos remete à ideia de que o ambiente domina o homem enquanto sociedade. Esses padrões

⁵⁷ BACKHEUSER, Everardo. *Leis Geopolíticas da Evolução dos Estados*. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 88, 1950, p. 429

confirmam a vontade de poder da humanidade, trágica, real e perene, que se manifesta de acordo com uma certa regularidade quando projetada no espaço geográfico. Foi essa regularidade que esses autores se debruçaram para tentar identificar e explicar, e nos relegaram uma interessante *framework* de análise que, se devidamente consideradas para o nosso tempo e nossa conjuntura geopolítica, podem nos dar pistas de como os fenômenos se sucederão no futuro, reforçando o caráter científico e preditivo da Geopolítica.

Apesar dessa constatação, a variável *espaço* segue sendo negligenciada nas análises das relações internacionais, bem como no próprio meio da ciência geográfica, onde prevalecem os estudos da microfísica do poder, ou seja, do poder sem Estado, desconectado das forças que regem a dinâmica do sistema internacional.

1.3 O poder no espaço, mas sem o Estado (o modismo crítico)

Até por volta da década de 1960, os estudos geopolíticos eram profícuos na Geografia brasileira. Autores como Everardo Backheuser, Delgado de Carvalho, Therezinha de Castro e outros estavam presentes nas principais revistas científicas da área, bem como no mercado editorial. Os periódicos de Geografia frequentemente publicavam estudos sobre teoria geopolítica, geopolítica clássica e mesmo estudos de caso envolvendo a temática geopolítica.

Foi a partir do surgimento da dita Geografia Crítica que os estudos geopolíticos passaram a serem vistos como algo não-científico, secundário ou mesmo como sendo legitimador do poder vigente e do *status quo*. Pouco a pouco, o número de publicações sobre geopolítica foi desaparecendo dos periódicos e dos livros de geografia, e passaram a ser um campo quase que exclusivamente feito pelos setores militares, salvo a exceção de Therezinha de Castro, que era civil, mas tinha forte influência na Escola Superior de Guerra, onde inclusive lecionava cursos sobre temáticas geopolíticas.

A preocupação com os destinos geopolíticos do Estado Brasileiro deu lugar a discursos obscuros sobre a “libertação das massas” ou a “rebelião das classes” e, com isso, perdeu-se a grandiosa tradição da escola geopolítica brasileira dentro da ciência geográfica. O marxismo de tipo gramsciano e a predominância de estudos urbanos e agrários tornaram-se as correntes predominantes na Geografia brasileira. Não há

quase menção a nenhuma teoria ou autor das relações internacionais entre os autores predominantes da Geografia brasileira entre as décadas de 1960 e 1990. Mas, como bem disse Aymeric Chauprade (BESSA e DIAS, 2007, p. 21), *cada país tem a geopolítica que merece e os teóricos que formou*. Forçosamente, suas perspectivas refletem a sua cultura específica.

Nesse período de obliúvio, é quase totalmente ausente a menção, em estudos geográficos, de algum autor realista das relações internacionais, ou mesmo autores da geopolítica não-alinhados com a corrente de Yves Lacoste e sua danosa visão acerca da geopolítica, que tanto contribuiu para ofuscar o real entendimento desse campo bem como de sua importância para explicar a realidade do cenário internacional. Tampouco se nota a menção de autores de geopolítica de outros países. A Guerra Fria e seu peso ideológico na academia brasileira obliteraram os estudos geopolíticos, que são fortemente de cunho realista.

Para Lacoste (2014), a geografia serviria, exclusivamente, para fazer a guerra. E a consequência dessa afirmação foi danosa. Se ela é um instrumento da guerra, quem a opera? Obviamente que é o Estado, logo, seria preciso praticar uma geografia distante disso, não-estatal, voltada para grupos (sociais, políticos, emancipatórios) e crítica das posturas de engrandecimento do poder estatal.

A geografia é, de início, **um saber estratégico** estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares e são tais práticas que exigem o conjunto articulado de informações extremamente variadas, heteróclitas à primeira vista, das quais não se pode compreender a razão de ser e a importância, se não se enquadra no bem fundamentado das abordagens do saber pelo saber. São tais práticas estratégicas que fazem com que a geografia se torne necessária, do chefe supremo, àqueles que são os **donos dos aparelhos do Estado**. (LACOSTE, 2014, p. 23) [grifo nosso]

Ao vincular a geografia exclusivamente às práticas estatais – e na imagem sugerida por Lacoste a prática estatal é tão somente opressora e autoritária –, Lacoste estimula a produção de certas formas de conhecimento geográficos apartados do Estado e, com isso, tira da ciência geográfica a possibilidade de contribuir para o estudo das realidades das relações internacionais. Dessa forma, aniquila a Geopolítica, contribuindo para o enfraquecimento do poder estatal, o que acarretará numa

condição mais débil do mesmo. Mas, além da aniquilação da própria Geopolítica, a própria Geografia é também enfraquecida por essa postura, pois a mesma perde uma parte significativa da capacidade preditiva e prescritiva no campo da política internacional, limitando-se em grande parte a uma produção de negação, tornando-a inútil na compreensão dos fenômenos espaciais decorrentes do jogo de poder do Sistema Internacional. Mais que isso, a geografia “lacosteana” acabou por constranger a Geografia em detrimento de outras áreas do saber; colocou-a numa posição antiestatal – visto apenas como um aparato opressor – e endossou uma falácia: a de que poderia engrandecer a nação diminuindo o poder estatal e sua força.

A geografia [curiosamente escrita em letra minúscula] deve absolutamente ser **recolocada**, como prática e como poder, no quadro das funções que exerce o aparelho do Estado, para o controle e a organização dos homens que povoam o seu território e para a guerra. (LACOSTE, 2014, p. 23) [grifo nosso]

Assim, a consequência imediata foi a negação da Geopolítica e de toda a sua tradição e epistemologia. Para quê desenvolver teses e proposições geopolíticas uma vez que as mesmas apenas servirão para fortalecer o aparato repressor contra o povo? Desconsiderando, dessa forma, que o Estado jamais poderá ser generoso e profícuo socialmente se se encontrar numa posição débil no cenário internacional, Lacoste acaba por endossar a desconsideração dos imperativos geográficos e, por consequência, geopolíticos nos destinos de uma nação. Assim, ao invés de engrandecer nossa condição epistêmica, a reduziu a um criticismo ingênuo e apartado da realidade político-geográfica (mas também econômica) do mundo.

Uma outra ilusão que Lacoste acabou por fomentar foi a de que se pode transformar a realidade apenas militando contra a mesma, ou seja, criando um discurso negacionista. Para Lacoste, a Geografia não é uma ciência, mas apenas um discurso, tanto é que não há sequer uma citação de grandes autores de outras correntes teóricas que foram erguidas ao longo do tempo, mas que tinham proposições distintas da sua. E com a tradição geopolítica foi ainda mais longe, pois limitou-se a dizer que Ratzel “fundou uma disciplina ligada às questões político-militares”⁵⁸ e de que o mesmo era

⁵⁸ LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 2014, p. 108.

“expansionista”⁵⁹ e “racista”⁶⁰, o que constitui um grotesco erro de interpretação da obra do intelectual alemão.

Mas a tentativa de aniquilação da Geopolítica por parte de Lacoste não para por aí. O autor diz que “a geopolítica é o espectro que ronda a geografia humana há cerca de meio século, e o horror e o desgosto que ela provoca se manifestam ainda hoje”. (LACOSTE, 2014, p. 121) Nesse aspecto, sua visão coincide com a visão liberal/construtivista. Reivindica, além disso, que “a exclusão da geopolítica é a condição principal para que a geografia seja reconhecida como ciência”⁶¹ e que a mesma, citando Pierre George, foi a pior caricatura da geografia no séc. XX, justificando conquistas e pilhagens com argumentos pseudocientíficos⁶².

A Geopolítica, na visão de Lacoste, é uma espécie de lepra (e leprosos são aqueles que manifestadamente a praticam) a ser extirpada. Cabe, aqui, uma reflexão inconveniente e incômoda: se a extirpação da Geopolítica da prática dos geógrafos é pré-condição para a consagração científica da disciplina, por que isso não ocorreu sob o paradigma da chamada Geografia Crítica? Sobretudo no Brasil, onde a partir da década de 1960 e 70 a produção geopolítica foi praticamente extinta dos periódicos geográficos mais importantes, o que se constata analisando as edições do Boletim Geográfico e da Revista Brasileira de Geografia. Ao que nos parece, a consideração da produção científica da Geografia por outros ramos do saber não aumentou, mas, ao contrário, acabou até por diminuir, pois boa parte da produção geográfica passou a militar e a praticar uma forma ingênua e muitas vezes grotesca de justificação e defesa de dogmas políticos tão autoritários quanto os regimes que Lacoste dizia que a geopolítica justificava.

Esse criticismo militante acabou por desgeografizar a política, afastar a Geografia (e, por consequência, a Geopolítica) da produção e do debate acadêmico das relações internacionais, e tampouco a Geografia Crítica conseguiu emancipar os grupos do poder maquiavélico e opressor do aparato estatal. Aliás, no caso brasileiro, contribuiu para o atraso no desenvolvimento de teorias geopolíticas inovadoras e que

⁵⁹ LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 2014, p. 109

⁶⁰ Ibidem, p. 122

⁶¹ LACOSTE, op. cit., p. 124.

⁶² Ibidem, p. 124

poderiam inspirar uma posição mais privilegiada do Brasil no jogo internacional do poder.

Lacoste critica o distanciamento daqueles que ele chama de “geógrafos universitários” dos fenômenos políticos⁶³, porém, sua proposta igualmente se afasta dos fenômenos políticos internacionais e interestatais, do entendimento dos conceitos e dos conflitos de origem geopolítica, bem como de todo debate e literatura da diplomacia e das relações internacionais. E foi exatamente isso que se abateu, de forma ampla, na Geografia brasileira da década de 1970 em diante, muito antes do entusiasmo precipitado dos liberais na década de 1990 que defendiam que conflitos sistêmicos eram coisa do passado e que a Geopolítica teria pouca importância e relevância explicativa no séc. XXI. A Geografia crítica já o fazia vinte anos antes, extirpando a Geopolítica dos currículos universitários e a substituindo – ou pelo menos tentando – por enfoques econômicos e sociais, muitos deles desgeografizados.

A despeito do que a Geopolítica lhe causava, Lacoste afirma:

Isso pode parecer um efeito de estilo um pouco excessivo, mas, quanto mais eu penso, mais a imagem do espectro me parece a mais apropriada, naquilo que ela exprime de mágoa (“não é científico”), de temor (Hitler), de irracional, a tal ponto que não se quer falar dela, nem a mencionar. (LACOSTE, 2014, p. 129)

Lacoste ao taxar a tradição geopolítica – tradição essa que o autor notadamente detrata, dado as generalizações esparsas que faz de autores como Ratzel, por exemplo – ignorou as metodologias desenvolvidas por Ratzel e Kjellén, sobretudo; mas também por Mackinder, Mahan, Corbett e Spykman, dentre outros. Nenhum desses autores produziu “espectros”, mas análises e teorias inovadoras para o momento histórico de então. E confundir a *Geopolitik* de Munique com toda a tradição geopolítica é um despropósito que mais confunde do que explica qualquer coisa.

Mas o raciocínio que ele envolve [geopolítica], de uma certeza pseudocientífica, parecem, para a maioria, de um simplismo consternador se os confrontarmos com a complexidade das situações geográficas.... Esses pretensos imperativos ou evidências geopolíticas são **raciocínios perigosos**, pois eles não só manipulam a opinião, mas também aqueles que a dirigem. (LACOSTE, 2014) [grifo nosso]

⁶³ LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 2014, p. 126-127

Achar que algo não deve ser entendido ou estudado porque é um “raciocínio perigoso” não nos parece um argumento científico cabível. A metodologia geopolítica, seus conceitos e sua base interpretativa desenvolvida ao longo dos anos parece, para Lacoste, como uma metafísica maligna. Mas por que a Geopolítica é considerada maligna e o pensamento maquiavélico ou hobbesiano não? Deveríamos banir o raciocínio político realista porque os mesmos lidam com a conquista e a estruturação do poder e isso poderá, um dia, ser usado por um líder inescrupuloso em algum lugar do futuro? Obviamente que tal intuito de proscrição de coisas “perigosas” se aproxima muito mais da postura anticientífica, da qual Lacoste se auto intitula um combatente, do que da prática daqueles que exercem as disciplinas por ele rotuladas. A despolitização da Geografia, que Lacoste tanto diz combater, começou com a proscrição da Geopolítica, tão defendida por ele.

Afastar a Geopolítica do Estado, bem como de suas ações, é como separar a geografia da crosta terrestre, isto é, separar-se de sua essência primária. A corrente denominada de *critical geopolitics* pretende exatamente isso, tirar o Estado da Geopolítica e a Geopolítica do Estado. A Geopolítica separada do Estado não é capaz de entender as nuances geográficas das relações internacionais, ditadas de forma positiva e primaz pelos Estados, sobretudo pelas potências.

1.3.1 A *Critical Geopolitics*

Enquanto o pensamento clássico da geopolítica debruça-se sobre a análise estrutural da projeção geográfica de poder das potências, não estando preocupado com a transformação dessa realidade, o pensamento dito “crítico” esquece dessa realidade inerente do sistema internacional e foca na transformação do mesmo, mas muitas vezes desconsiderando as bases estruturais de como a realidade política internacional está assentada ou professando interesses de algum viés político específico, notadamente à esquerda do espectro ideológico, no caso da *critical geopolitics*. O clássico não está preocupado em construir um mundo melhor, mas prescrever ações (mas também análises) eficientes que possam descortinar a realidade dura na qual os Estados se digladiam no sistema internacional.

Como outros ramos, a Geopolítica não tem uma abordagem unificada. Isso se deve, de acordo com Kelly (KELLY, 2006, p. 25), pelas seguintes razões: a) a natureza inexata dos temas tratados pela geopolítica, geografia e teoria das relações internacionais; b) as visões conflitantes sobre o propósito das próprias teorias; c) a incapacidade dos acadêmicos concordarem com os pressupostos comuns subjacentes aos quadros conceituais; d) a natureza em constante mudança das próprias relações exteriores, que requer ajustes frequentes entre teoria e prática.

Assim, não é pretensão aqui tentar unificar nem tampouco compartimentar a geopolítica numa única visão ou num esquema único, até porque seu objeto de análise é fluido, incerto e em constante mudança. Devido a isso, não cabe aqui fazer nenhum tipo de apreço a descon siderações de outras abordagens, porém, é dever ético de todo pesquisador primar pela objetividade, cientificidade e, apesar de ser impossível num nível absoluto, pela imparcialidade. E é por isso que teceremos considerações críticas em relação à corrente da *critical geopolitics*.

De acordo com Kelly (2006, p. 26), a geopolítica clássica pode ser definida como um conjunto de teorias e conceitos que podem vir a construir (ou auxiliar) o poder estatal, uma vez que ressalta e destaca sua posição geográfica, conscientizando-o de sua condição periférica ou central no tabuleiro mundial, o que acaba por “exercer impacto político mesmo que os estadistas não estiverem realmente cientes desse posicionamento”⁶⁴

A perspectiva ontológica da geopolítica clássica é que a realidade é distinta do observador, permitindo assim uma abordagem objetiva.⁶⁵ A realidade é “*out there*”, independente do julgamento e da concordância do analista, assemelhando-se, assim, a perspectiva do realismo.

A epistemologia da geopolítica clássica baseia-se em formulações empíricas fundamentadas em premissas como as do “ator racional” e da “utilidade esperada”, o que sugere que os líderes persigam o interesse nacional. Uma das dimensões desse interesse é a realidade geográfica.⁶⁶

⁶⁴ KELLY, Phil. *A Critique of Critical Geopolitics*, **Geopolitics**, vol.11, 2006, p. 26.

⁶⁵ Ibidem, p. 26

⁶⁶ Ibidem, p. 26

1.3.2 Idealismos Geopolíticos

A geopolítica clássica também teve seus momentos de idealismo militante, embora raros, uma vez que seus preceitos se adequam mais às correntes realistas das relações internacionais. Kelly (2006, p. 27) identifica três desses momentos. O primeiro dele foi o caso da obra de Haushofer. As proposições do general-geógrafo eram, acima de tudo, idealistas; não se fundamentavam numa interpretação realista do mundo, eram um constructo a ser desenvolvido.⁶⁷

O segundo, foi a geopolítica professada, segundo Kelly, pelo diplomata Henry Kissinger durante a Guerra Fria, que vinculava a ideia geopolítica à ideia de segurança nacional, quase que a tornando sinônimo da última.⁶⁸ Pode-se dizer, também, que Brzezinski entraria nessa classificação, pois professava mais os interesses nacionais dos EUA do que estava preocupado em elaborar ou entender o fenômeno geopolítico por si só. Brzezinski e Kissinger eram típicos casos de *policy makers* que utilizavam a geopolítica para o engrandecimento do Estado⁶⁹, o que chamaremos de “geopolítica aplicada”. No caso, era a geopolítica como geoestratégia.

Já a terceira variedade, a *critical geopolitics*, originada do pós-modernismo e da especificamente os estudiosos da teoria crítica que criticaram a geopolítica clássica, sobretudo sua vertente alemã, bem como à da Guerra Fria. Suas tentativas de reformular uma 'nova' geopolítica em direção a uma perspectiva revisionista tiveram forte influência de acadêmicos da geografia cultural e política.⁷⁰

A *critical geopolitics* é derivativa das teorias críticas da Escola de Frankfurt e de pensadores como Michel Foucault, Antônio Gramsci e o geógrafo Yves Lacoste. Basicamente buscava interesses subjetivos nos discursos dos líderes estatais, bem como um processo social emancipatório.⁷¹

De acordo com Kelly, a *critical geopolitics* foi uma reação à obra do neorrealista Kenneth Waltz das RI's, que buscava entender as relações internacionais por meio de

⁶⁷ Muito similarmente, Alexander Dugin, na Rússia atual, atua da mesma forma, reavivou a ideia de pan-regiões e prega uma doutrina (Eurasianismo) que mais atende a seu desejo ideológico do que a uma leitura realista e estrutural da geopolítica da Eurásia.

⁶⁸ KELLY, Phil. *A Critique of Critical Geopolitics, Geopolitics*, vol.11, 2006, p. 27

⁶⁹ Ibidem, p. 27

⁷⁰ Ibidem, p. 27

⁷¹ Ibidem, p. 28

métodos cientificamente objetivos, não por critérios ideológicos ou discursivos. Os críticos passaram então a rejeitar essa postura, que pejorativamente denominavam de “objetividade positivista” que deveria, ao seu ver, ser desconstruída e substituída.⁷²

A ambição da *critical geopolitics* ainda continua a ser uma exposição dos excessos da geopolítica clássica e da geopolítica da Guerra Fria, assim como a remodelação dessas geopolíticas anteriores num movimento de reconstrução e transformação global, mantendo o rótulo de “geopolítica” como sinônimo de “revolução” e, como tal, emancipando-se de seu formato clássico na esperança de uma reestruturação da sociedade internacional. (KELLY, 2006, p. 29) [tradução nossa]

Note-se que Kelly atribuiu a *critical geopolitics* o comportamento denunciata e militante, que a afastou tanto do método científico como da própria base conceitual da geografia. Se o que os geopolíticos clássicos faziam era apenas a estruturação da exploração da sociedade, então, bastava-lhes contrapor com um discurso revolucionário. Logo, não se trata de pensar segundo critérios geográficos, mas segundo critérios ideológicos. Para fazer a revolução, era preciso o denunciismo, não a gama conceitual e a estrutura de raciocínio desenvolvida durante mais de um século pela tradição geopolítica. Assim, perdeu-se a essência geográfica, como similarmente ocorreu aqui no Brasil com a geografia crítica, que sempre foi amplamente devedora desses preceitos, mas que solapou o pensamento geopolítico a segundo plano. Dessa perspectiva idealista, para não dizer “sonhadora”, de transformar a sociedade internacional a partir de um pseudodiscurso acadêmico, relegou-se ao esquecimento uma sofisticada estrutura intelectual que poderia ajudar a compreender melhor o mundo e, aí sim, transformá-lo em certa medida, beneficiando, inclusive, aqueles nos quais os partidários da *critical geopolitics* tanto professam ser defensores.

No tocante à estrutura, na visão dos geopolíticos clássicos, é objetiva e duradoura, são padrões internos compostos pelos países ou blocos mais importantes, e suas funções contribuindo para resultados regionais ou estratégicos, sejam eles estáveis, cooperativos, belicosos, e assim por diante.⁷³ Num raciocínio altamente considerativo com a postura do geógrafo de relacionar as atividades humanas ao seu

⁷² KELLY, Phil. *A Critique of Critical Geopolitics*, **Geopolitics**, vol.11, 2006, p. 28

⁷³ Ibidem, p.31

meio - essência primaz do raciocínio geográfico - o geopolítico clássico observa, primeiro, quais são os elementos estruturais proeminentes que condicionam, e que por vezes determinam, as posturas e as resoluções dos Estados no cenário internacional, o que torna a ideologia, senão desimportante, secundária. A *raison d'État* impera sobre a vontade do estadista assim como a estrutura geográfica sobre a ideologia, pelo menos a longo prazo. O exemplo russo demonstra isso. De uma monarquia absolutista, passando pelo comunismo militante e chegando ao republicanismo semi-autocrático de hoje, os interesses geográficos russos tomaram que quase as mesmas feições. O czar, o camarada Stálin e Putin buscaram (e buscam) frear o cerco contencioso ao qual seu Estado está submetido, pouco ou nada tendo de ideológico nisso. Os três são obrigados a agir nessa direção, é um imperativo de Estado.

Para os críticos, a estrutura é mais fluida e imediata, com ênfase na dinâmica do discurso e na desterritorialização, nos efeitos da mídia e da tecnologia e em declarações prescritas. O foco da *critical geopolitics* é o do nível social ou da tomada de decisão, entendendo que a geopolítica é uma “prática de pessoas” e não uma realidade internacional.⁷⁴ “Sua essência... está em expor os jogos de poder envolvendo grandes esquemas geopolíticos... através das práticas de representação dos intelectuais de segurança nacional”. (Ó TUATHAIL apud KELLY, 2006, p. 31)

Os pós-modernistas clássicos negam a existência de qualquer verdade objetiva, apoiando-se num mundo totalmente subjetivo, deslocando assim substancialmente as posições epistemológicas e ontológicas para longe da visão clássica... os pós-modernistas rejeitam, igualmente, as abordagens estruturalistas e positivistas que tem sido pilares da maioria das modernas teorias acadêmicas das relações internacionais, incluindo aí o realismo e mesmo a geopolítica clássica. (KELLY, 2006, p. 32) [tradução nossa]

O risco dessa postura é o de se cair num raciocínio puramente abstrato, desvirtuando a geografia, uma ciência biossocial, onde a relação homem-meio é a pedra fundamental. Se o conhecimento é altamente dependente do poder existente, como os críticos afirmam, negar conhecer tais estruturas mais ofuscaria a compreensão das

⁷⁴ KELLY, Phil. *A Critique of Critical Geopolitics*, **Geopolitics**, vol.11, 2006, p. 31

relações de poder do que ajudaria a entendê-las; alienaria mais ainda os ditos, se existirem, “marginalizados”.

Advogar uma transformação radical em favor dos marginalizados do sistema tendo como base uma negação do poder, do Estado e da própria geografia, não pode ser uma decisão razoável, nem tampouco racional, além de contribuir para o encobrimento de boa parte das estruturas que governam esse mundo tão desigual e injusto que os críticos visam combater. Esquecer a geografia – inclusive por meio da negação da geopolítica – é pagar um preço dobrado.

O disparate em relação à geopolítica não foi exclusivo de Lacoste, já analisado nesta tese e que chamava a geopolítica de “espectro”. Ó Tuathail afirma que a geopolítica é “panóptica [numa afirmação nada original, copiando a expressão de Foucault] que buscava aprimorar a arte da prática do poder estatal das grandes potências, atividade essa imperialista e que serve para perseguir seus rivais.” (KELLY, 2006, p. 33)

Além de um despautério, o estudioso irlandês esquece-se que países do então chamado “Terceiro Mundo” tiveram grandes escolas geopolíticas, e não as usaram para fazer imperialismo ou tampouco para perseguir quaisquer inimigos, o Brasil e a Argentina tiveram - e infelizmente não as tem mais devido a infecção desse modismo crítico que substituiu o Estado por determinadas ideologias ditas libertárias - uma grande escola geopolítica. Portugal da mesma forma, produziu bons geopolíticos mesmo depois do fim de seu império e nenhum deles advogou a reconquista das colônias.

Mackinder tampouco era determinista ou imperialista no sentido raso do termo:

Mackinder só era imperialista porque a Grã-Bretanha, na época, comandava um império mundial, e ele era um esclarecido patriota britânico, que entendia que a perspectiva de desenvolvimento humano – e sobretudo da democracia – era mais provável sob influência dos britânicos do que dos russos ou alemães [...] um tema central de seu *Democratic Ideals and Reality* é a capacidade da agência humana de superar os ditames da geografia [...] onde, “os que trabalham em harmonia com as influências ambientais vão triunfar sobre os que com ela se digladiam”. (KAPLAN, 2013, p. 71)

Sem mais delongas, Ó Tuathail chega a confessar que sua *critical geopolitics* não tem relação alguma com a geografia, afirmando que:

“[...] tendemos por vezes a afastar-nos dos aspectos geográficos e posicionais da geopolítica tradicional”, uma vez que a nova ordem “desterritorializava os governos nacionais, colocando uma cronopolítica da velocidade no lugar do espaço ou do próprio Estado, que está a desaparecer, numa globalização que está a fundir os domínios locais e globais” (Ó TUATHAIL apud KELLY, 2006, p. 33) [tradução nossa]

Da mesma forma que a pedagogia socioconstrutivista, a *critical geopolitics* rotula todas as manifestações anteriores a ela de “tradicionais”, amaldiçoando o termo e colocando diversas escolas de pensamento, premissas distintas e métodos diferentes na mesma categoria, num intuito evidente de difamar, não de explicar qualquer coisa. Além disso, Ó Tuathail é pouco crítico em relação a essa “desestatização” da geopolítica, onde a cronopolítica substituiria o espaço. Os acontecimentos mundiais pós 11 de setembro alertaram o mundo de que a geografia ainda segue sendo um fator determinante da política internacional e os Estados seguem definindo a projeção desse poder espacialmente, para o bem e para o mal.

Kelly argumenta que, diferentemente dos geopolíticos clássicos, a *critical geopolitics* não se pauta por metodologias científicas, mas por aspectos subjetivos.⁷⁵ [...] os críticos concentram-se dentro de discussões epistemológicas dentro da geografia política. Já para os classicistas, as teorias das RI's procuram identificar uniformidades num sortimento de dados e tentam corrigir probabilisticamente esse resultado. Esse processo é possível e produtivo porque o mundo pode ser visto objetivamente distinto do observador e seus parâmetros espaciais fixos.⁷⁶

Nesse aspecto, Kelly se aproxima de nosso prisma, ressaltando a importância da geopolítica ter um aporte científico em seus estudos, não pautada em dogmas ideológicos nem comprometimentos de quaisquer tipos.

Na visão de críticos como Ó Tuathail, a teoria é sempre suspeita e geralmente não relevante porque o mundo é subjetivo. Sua missão é criticar essa subjetividade.⁷⁷

⁷⁵ KELLY, Phil. *A Critique of Critical Geopolitics*, **Geopolitics**, vol.11, 2006, p. 34

⁷⁶ Ibidem, p. 34

⁷⁷ KELLY, op. cit., p. 35

O objetivo da *critical geopolitics* é melhorar o mundo por meio da desconstrução das teorias geopolíticas. O que se pergunta é onde está assegurado que o mundo melhorará caso isso seja feito?

A perspectiva epistemológica da *critical geopolitics* é, ao nosso entender, anticientífica, irracionalista e antigeográfica. Anticientífica porque nega a possibilidade de se construir teorias e qualquer conhecimento objetivo, bem como suas verificações e falseamentos; irracionalista porque tira do homem a capacidade racional de perceber realidades que estejam além de si mesmo e, por fim, é antigeográfica porque entende que essa dimensão da realidade é secundária, senão inexistente ou irrelevante, para o entendimento da dinâmica política mundial:

O que é importante não é o cenário geográfico das nações e continentes, mas o discurso e o contexto dos 'intelectuais do aparato estatal'... em suma, a geopolítica moderna é uma condensação da arrogância epistemológica e ontológica ocidental - uma imaginação do mundo de um ponto de vista imperial" (Ó TUATHAIL apud KELLY, p. 39) [tradução nossa]

Tudo se resume a uma desconstrução de discursos enviesados. Entretanto, cabe aqui uma pergunta nada conciliadora para com a *critical geopolitics*: como saber qual discurso não é enviesado? Existe algum que não o seja? E o discurso crítico, também não é enviesado? Uma vez que não há método científico confiável, pois tudo está impregnado politicamente, como proceder, praticamente, em relação à realidade? Essas respostas a *critical geopolitics* não nos oferece.

Os críticos não enxergam o mundo como ele é, tampouco aceitam como ele foi teorizado pelas teorias clássicas, as quais considera não como ciência, mas como "truques divinos", máscaras ideológicas.⁷⁸ Nos dizeres de KELLY (2006, p. 35), "A geopolítica crítica pode ser amplamente entendida como as práticas intelectuais críticas e pós-estruturalistas de desvendar e desconstruir disfarces geográficos e relacionados, dissimulações e racionalizações de poder." É uma prática denunciadora de algo obscuro, ruim e tido como destruidor, que precisa ser removido do universo acadêmico e que não tem nada a oferecer àqueles comprometidos com a

⁷⁸ KELLY, Phil. *A Critique of Critical Geopolitics*, **Geopolitics**, vol.11, 2006, p. 35

“emancipação” dos grupos marginais. Portanto, não é ciência, mas um desejo, um “*wishful thinking*”.⁷⁹

Morgado afirma que a maioria dos autores da *critical geopolitics* posicionam-se como “anticiência”, verdadeiros antípodas de uma realidade objetiva além da mente humana, além de utilizar métodos que fogem da esfera científica como “desconstrução” e “genealogia” de discursos. (MORGADO, 2017, p. 38)

Um outro aspecto importante é a recusa da *critical geopolitics* em trabalhar com a essência dos instrumentos da ciência geográfica, ou seja, os mapas⁸⁰; além disso, seu caráter antiambiental, que preferimos chamar de antigeográfico e anticartográfico⁸¹, pois nega as bases que distinguem a ciência geográfica das demais ciências, substituindo-os por análise de discursos de poder e comprometimento com emancipação social.

Haverluch et. al. (2014, p. 20) descrevem a *critical geopolitics* como um “utópico *wishful thinking* da esquerda radical, que substitui o bom senso pelos jargões de um discurso particular dentro de seu próprio campo. Ou seja, a *critical geopolitics* é um aspecto de um debate politizado, e não o produto de uma cultura acadêmica tal como é entendida classicamente”.

A falácia do *wishful thinking* não é privilégio apenas da *critical geopolitics*, mas também atingiu um ramo significativo da ciência geográfica brasileira, a geografia crítica, que desde sua ascensão na década de 1970, ofuscou a geopolítica (clássica, neoclássica e toda a extensa produção brasileira até então) ao ostracismo, onde o que emergiu foi o desejo de fomentar uma transformação radical (na denotação marxista do termo) da sociedade, mesmo que isso fosse na contramão dos pressupostos fundamentais da ciência. E há que se dizer, a transformação da sociedade brasileira, se é que houve alguma, não ocorreu em decorrência da militância dos membros da geografia crítica⁸².

⁷⁹ MORGADO, Nuno. *Towards the New World Order? A Geopolitical Study of Neo-auranianism and Meridionalism*. Tese de Doutorado. Charles University in Prague: Praga, 2017, p. 40

⁸⁰ Ibidem, p. 40

⁸¹ HAVERLUCK et al. *The Three Critical Flaws of Critical Geopolitics: towards a neo-classical geopolitics*. **Geopolitics**, vol. 19, nº 1, 2014

⁸² DINIZ FILHO, Luis Lopes. *Por Uma Crítica da Geografia Crítica*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

Para Klaus Doods, a *critical geopolitics* não faz um exame rigoroso de verificação científica - até porque críticos não acreditam em procedimentos científicos - mas sim em levantar “problematizações”, subjetivas na maior parte dos casos.⁸³ É o costume tão impregnado de “fazer discussão”, que tomou o lugar das análises e verificações científicas em boa parte da ciência geográfica. Enquanto os classistas enxergam a geopolítica como uma aplicação natural das oportunidades ambientais, os críticos percebem-na como um instrumento de exploração impregnado ideologicamente.⁸⁴

Enquanto os geopolíticos clássicos vêm a teoria do *Heartland* de Mackinder como um fato conspícuo, os críticos chamam a geopolítica clássica e suas teorias de um mero discurso obscuro, que visa obliterar a política e a geografia, conforme Ó Tuathail professa.⁸⁵ Os críticos não buscam reconhecer padrões, mas criticar os padrões reconhecidos - sejam esses erigidos sobre bases científicas ou não - e atribuí-los uma rotulação de artífices do poder dominante, cujos feitos são subjetivos. É, portanto, uma negação da inteligência humana em sentido amplo, uma vez que, se tudo é subjetivo, logo, não há objetividade que mereça crédito, por mais bem trabalhada que tenha sido. Como bem destaca KELLY (2006, p. 37), “se tudo é comandado por uma imagem subjetiva, esta última construída e muitas vezes manchada ideologicamente através de discursos e guiões compostos por elites partidárias... a realidade não existe ‘em parte alguma’.”

1.3.3 A perspectiva ontológica da *critical geopolitics*

A premissa fundamental sobre a qual estão assentados todos os argumentos da *critical geopolitics* pode ser ilustrada na seguinte frase de Hepple:

[...] os textos do discurso geopolítico [clássico] não são contribuições livres e inocentes para um conhecimento 'objetivo', mas estão enraizados em um ... 'poder/conhecimento', que serve aos interesses de grupos particulares da sociedade e ajuda a sustentar e legitimar certas perspectivas e interpretações. (HEPPLE apud KELLY, 2006, p. 37) [tradução nossa]

⁸³ KELLY, Phil. *A Critique of Critical Geopolitics*, **Geopolitics**, vol.11, 2006, p. 36

⁸⁴ Ibidem, p. 36

⁸⁵ KELLY, op. cit., p. 37

Não se trata aqui de negar que todos os seres humanos tenham algum tipo de inclinação política, mas se trata de afirmar que, por terem algum tipo de inclinação política, isso, por si só, já condena todo e qualquer trabalho intelectual feito por essas pessoas ou grupos. Logo, o axioma da *critical geopolitics* pode, inclusive, ser usado contra ela mesma. Tudo é uma questão de servidão. Tudo é uma questão de superficialidade e servidão política, não há nada aproveitável, uma vez que tudo deriva de uma projeção cultural e política. Entretanto, se assim for, quem garante também que o prisma crítico também não carece do mesmo mal?

Logo, KELLY conclui muito bem o que acabamos de ressaltar:

Uma vez que a realidade não está em nenhum lugar, as teorias tradicionais não são úteis, particularmente do ponto de vista de Ó Tuathail, uma vez que sua dependência deve estar em fatos subjetivados e generalizações, tornando o acordo entre estudiosos impossível e a fixação de probabilidades de resultados irrelevantes. (KELLY, 2006, p. 37) [tradução nossa]

Mas negar a atividade geopolítica não altera em nada o impacto da mesma. O mundo não deixa de existir, nem tampouco torna-se mais humano e generoso, porque se nega uma realidade objetiva descrita e analisada por um determinado grupo:

Um mundo exterior realmente existe, um mundo relativamente estabelecido que pode ser imaginado pelos seres humanos da mesma forma, embora muitas vezes melhor por especialistas, e que pode ser demonstrado historicamente. A geografia influencia as formulações da política externa e essa conexão pode ser observada, replicada e transformada em teoria. O impacto das elites, embora faça parte de qualquer sistema político, separa-se do geográfico, uma vez que uma realidade objetiva do ambiente internacional está prontamente presente para que todos constatem. Consequentemente, julga-se que as políticas e as ações dos Estados são impactadas pela posição geográfica, bem como por outras motivações não espaciais, objetivas e subjetivas, independentemente do status e da consciência do observador. (KELLY, 2006, p. 37-38) [tradução nossa]

Se tudo fosse subjetivo e impregnado de servidão política, não existiria história para constatar as ações objetivas da humanidade. O que fazem os geopolíticos clássicos é tentar desvendar – uma vez que um dos objetivos da ciência é desvendar o que não é aparente na realidade objetiva do mundo – os padrões geográficos nas ações dos Estados dentro do jogo internacional de poder. A influência do poder terrestre e do

poder marítimo independe da ideologia professada pelos atores submetidos a essas contingências. A Rússia é o melhor exemplo disso. O “*Great Game*” eurasiático foi constatado pelos geógrafos do século XIX e o mesmo processo é percebido hoje por estudiosos atuais. As potências seguem buscando tanto a hegemonia na Ilha Mundial de Mackinder, bem como a contenção da mesma. Não há subjetividade nisso.

1.3.4 A questão da hegemonia das grandes potências

A realidade do poder internacional é negada pela *critical geopolitics*, sobretudo no que tange à prática da “política de poder”, assim como a configuração de “tabuleiro de xadrez” do jogo geopolítico no sistema internacional. Ó Tuathail afirma que a geopolítica é apenas uma ficção conveniente praticada pelas potências hegemônicas, e que deve ser substituída por configurações sociais melhoradas (KELLY, p. 39). O que Tuathail esquece é que mesmo países não hegemônicos elaboram, praticam e desenvolvem teorias e práticas geopolíticas, como no caso do Brasil, por exemplo.⁸⁶ Se a geopolítica aconselha como alcançar o poder no cenário internacional, o que não pode ser negado, ela também aconselha os membros menos poderosos a como tirar vantagem dessa configuração de poder, a como proceder e com quem formar alianças. Não é verdade que seja exclusivamente para beneficiar as grandes potências, seria como dizer que as teorias econômicas também servem para beneficiar as grandes potências, assim como qualquer outra ciência ou teoria. A *critical geopolitics* faz um reducionismo estreito, desconsiderando a história e a filosofia das ciências, bem como a própria história mundial. Chega mesmo a ser ofensiva do ponto de vista intelectual.

Ó Tuathail chega mesmo a dizer que, por ter sido concebida no seio acadêmico e militar dos países centrais, a geopolítica só serve para atender aos interesses dos mesmos. É um, e tão somente, olhar paroquial.⁸⁷

⁸⁶ O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a produzir conhecimento geopolítico acadêmico, já logo em 1925, Everardo Backheuser – o precursor da geopolítica no Brasil – publicava o artigo “*A Política e a Geopolítica segundo Kjellén*”, dois anos após o lançamento da revista que difundiu mundialmente a geopolítica, a *Zeitschrift für Geopolitik*, editada pelos autores que ficariam conhecidos como a “Escola Geopolítica de Munique”, sob liderança – embora não exclusivamente – de Karl Haushofer. Backheuser era discípulo direto de Rudolf Kjellén e praticou a geopolítica clássica sem carregá-la com os preconceitos do major-general Haushofer e seu círculo em Munique.

⁸⁷ KELLY, Phil. *A Critique of Critical Geopolitics*, **Geopolitics**, vol.11, 2006, p. 39

O grande problema desse tipo de inferência é que a sua consequência é desastrosa, e não apenas para a geopolítica, mas para toda e qualquer ciência. Se é válido o argumento de que algo não serve porque foi desenvolvido em um determinado local acusado de ser imperial, nada ali produzido poderá ter valor. É, portanto, essencialmente, um julgamento moral, um juízo de valor pernicioso. Se a geopolítica é essencialmente contaminada por ter sido elaborada por e em países imperialistas, todas as teorias das RI's e da ciência política também o são, assim como quase todas as teorias científicas. Afirmar isso é afirmar que um pensamento não vale por ter sido concebido numa determinada coordenada geográfica, o que seria um absurdo diletante.

O que, de fato, propõe a *critical geopolitics* é uma estreiteza do pensamento, uma redução absurda a uma espécie de “lei” que permeia tudo, a da onipresença elitista a nível mundial: “[...] uma vez que a premissa [onipresença elitista por meio do imperialismo] é definida, o elitismo permeia todos os ambientes; tal pressuposto é tudo o que precisamos, saber sem nenhum tipo de generalização adicional.” (KELLY, 2006, p. 40)

Isso é muito diferente e distante de uma postura científica, que se perguntaria, antes de tudo, onde o imperialismo atua, de que modo, quais as diferenças regionais de sua manifestação e se sua própria manifestação existe ou não em determinados ambientes. Da mesma forma, se perguntaria se as teorias “x” ou “y” da geopolítica tem validade, as contrastariam com fatos, falsearia suas hipóteses e apontaria soluções e previsões mais precisas. A resposta não seria dada, de forma alguma, *a priori*, como o faz a *critical geopolitics*. A postura crítica não permite uma verificação científica, não tenho como saber se tais fatos realmente existem, mas tenho que “aceitar” o mantra da emancipação como se fosse um valor moral superior, inclusive, à postura científica.

Já os geopolíticos clássicos, ao contrário, buscam fornecer um método para compreender os assuntos mundiais e regionais com base em comparações espaciais. Constatam que Estados grandes e pequenos formulam políticas apropriadas (ou não) às suas próprias perspectivas geográficas.⁸⁸ As hipóteses da geopolítica clássica são muito fáceis de serem contrastadas e verificadas, pois são elaboradas a partir de fatos

⁸⁸ KELLY, Phil. *A Critique of Critical Geopolitics*, **Geopolitics**, vol.11, 2006, p. 40

históricos determinados, não de elucubrações mentais abstratas e militantes. As teses de Ratzel e Mackinder, por exemplo, estão até hoje a serem debatidas e verificadas, e mesmo falseadas. Não é raro vermos publicações apontando validades e invalidades dessas teorias. Há perspectivas que se aplicam em determinado momento histórico e a outros não, mas de alguma forma, essas teses seguem explicando e inspirando interpretações originais do comportamento geopolítico mundial, sobretudo de sua dinâmica espacial. O grande “calo” no sapato da *classical geopolitics* é que até hoje ninguém conseguiu negar consistentemente que “certos países e regiões têm predominado porque possuem vantagens especiais dadas pela geografia.” (KELLY, 2006, p. 40)

Tampouco é verdade que a geopolítica seja apenas uma ferramenta do imperialismo, como grosseiramente definiu Ó Tuathail, chamando-a de “panóptica”⁸⁹. “A geopolítica aconselha os decisores políticos sobre como utilizar a posição e os recursos da melhor forma possível para todos os sortimentos de países, tanto os poderosos quanto os menos influentes.” (KELLY, 2006, p. 40) O Brasil, a Argentina, a China, a Índia, a Austrália, e mesmo a Bolívia e o Irã, se beneficiaram de toda a tradição geopolítica e isso, de uma forma ou de outra, ajudou-os a compreender melhor, inclusive, as dimensões imperialistas que se abateram sobre eles. A geopolítica não aconselha, tampouco, apenas os decisores políticos, mas também os setores militares, o industrial e as estruturas comerciais como um todo, além de ser um grande ramo do conhecimento acadêmico das ciências humanas, inspirando professores e pesquisadores ao redor do mundo, inspiração essa atestada nos diversos periódicos internacionais dedicados a essa temática.

As definições da geopolítica clássica podem ser verificadas e testadas, não estando contidas apenas em interpretações subjetivas. Ela está aberta a novas interpretações, teorias e conclusões, não é estática. Acima de tudo, a geopolítica clássica oferece a oportunidade ao analista de que pode estar errada e ser consertada

⁸⁹ “Nas concepções convencionais que dominaram o século XX, a geopolítica [clássica] era uma forma panóptica de poder/conhecimento que procurava analisar a condição do poder mundial a fim de auxiliar a prática da arte estatal pelas grandes potências. Integrada nos projectos imperialistas de vários Estados ao longo do século, a geopolítica gerou visões abrangentes da política mundial, propondo também estratégias que os estados devem seguir contra os seus rivais.” (Fonte: KELLY, Phil. *A Critique of Critical Geopolitics*. **Geopolitics**, vol. 11, 2006, p. 33)

(ou melhorada). “Podemos ver (e citar) a realidade objetiva e explicar o que estamos observando para que outros possam repetir nossas observações e testar nossas conclusões” (KELLY, 2006, p. 41). Não se pauta apenas em críticas discursivas, e oferece algo ainda mais precioso: uma gama de conceitos próprios que refinam as análises das RI's bem como enobrecem a ciência geográfica e sua importância no universo das ciências humanas.

Em 1998, eclipsado pela unipolaridade vigente, processo do qual a *critical geopolitics* foi muito pouco crítica e presciente, Ó Tuathail afirmava:

Num mundo de velocidade e movimentos perpétuos, convulsionado pela globalização, saturado pela informação e fascinado por espetáculos efêmeros da mídia e pela hipérbole, a geopolítica [moderna] parece decididamente antiquada e deslocada. De facto, na busca de um novo paradigma da política mundial, vários estrategistas e políticos proclamaram o fim da geopolítica, o seu eclipse e superação pela geoeconomia, ou pela ecopolítica. Em muitas análises, [esse tipo de] geopolítica foi deixada a morrer.” (Ó TUATHAIL in KELLY, p. 41) [tradução nossa]

Kaplan define muito bem esse período e o nomeia como o do “esquecimento da geografia”⁹⁰, geografia essa que não tardaria em se vingar de tais interpretações. Os críticos da geopolítica acabaram por reproduzir um erro e uma ideologia que nada tinha a ver com seus pressupostos e que de certa forma contrariava seus princípios ideológicos. A aldeia global tinha muito mais relação com as ideologias liberais dos centros mundiais do poder do que com posturas marxistas dos críticos, entretanto, a *critical geopolitics* não só acreditou nessa falácia temporária, como direta e indiretamente a reproduziu.

O mundo não só não apagou a geopolítica como a mesma renasceu na década seguinte, o que fez ressurgir o interesse, a pesquisa e o debate sobre as teses da

⁹⁰ De acordo com Kaplan (2013, p.5), o período entre 9 de novembro de 1989 e 11 de setembro de 2001 pode ser rotulado como “o esquecimento da geografia”. “[...] um intervalo de 12 anos que viu assassinatos em massa e intervenções humanitárias tardias frustrarem os intelectuais idealistas, ainda que o êxito último dessas intervenções tenha elevado o triunfalismo idealista a píncaros que se revelariam catastróficos na década iniciada após o 11 de setembro [...] a geografia, fator atuante nos Balcãs e na África nos anos de 1990, seguiria causando danos irreparáveis às melhores intenções americanas no Oriente Próximo [...] deixaria patentes os limites do universalismo liberal e, nesse processo, granjearia respeito renovado no mapa topográfico.” (Fonte: KAPLAN, Robert D. *A Vingança da Geografia*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2013, p. 5)

geopolítica clássica, provando assim que ela não apenas não estava morta como os que a criticavam cometiam um erro precipitado e falacioso ao afirmar isso. Hoje, no mundo que assiste a ressurgência da potência russa e a ascensão do colosso chinês, bem como o reordenamento da presença militar dos EUA no mundo, a geopolítica não é vista mais como um discurso, mas uma necessária *framework* interpretativa sem a qual não se pode elucidar os processos políticos no espaço, tal como o *New Great Game*, a Nova Guerra Fria, a astropolítica e a contenção.

A natureza de base territorial, como bem afirmou Spykman, influenciou os tomadores de decisões no passado e continuarão a fazê-lo no futuro.⁹¹ De que maneira tais influências irão influenciar os Estados, seja por meio de seus determinismos ou possibilismos, quem escolherá serão os próprios Estados.⁹²

Ao contrário disso, a *critical geopolitics* inverte as postulações, entende essa questão ao contrário. Ao invés dos fatores geográficos – e, por consequência, a geopolítica – serem um dos pilares que conformam, influenciam e determinam a política externa, eles são relegados, tão somente, a serem um produto da mesma, isto é, apenas um produto ideológico da política externa, um elemento subalterno. Porém, desde a muito tempo sabe-se que isso não é bem assim.

O diplomata alemão Richard von Kühlmann (1873 – 1948), que serviu como ministro das relações exteriores da Alemanha no final da Primeira Guerra Mundial, já dizia que:

A posição geográfica e o desenvolvimento histórico são fatores tão determinantes da política externa que, independente da mudança caleidoscópica dos eventos contemporâneos, e não importa que forma de governo tenha sido instituída ou o partido que possa estar no poder, a política externa de um país tem uma tendência natural de voltar, vez por outra, ao seu alinhamento geral e fundamental. (SPROUT e SPROUT, 1957, p. 309) [tradução nossa]

Já o diplomata francês Jules Cambon (1845 – 1935), um dos elaboradores do Tratado de Paris de 1898, além de chanceler da França durante a Primeira Guerra

⁹¹ SPYKMAN, Nicholas. *Geography and Foreign Policy I*, **American Political Science Review**. Vol. 32, nº 1, 1939, p. 29-30

⁹² SPROUT, H. e SPROUT, M. *Environmental factors in the study of international politics*. **Conflict Resolution**, 1(4), 1957.

Mundial, afirmava que: “a posição geográfica de uma nação... é o principal fator que condiciona sua política externa, e a razão principal para que haja uma”. (SPROUT e SPROUT, 1957, p. 309)

Com isso, também, a *critical geopolitics* desconsidera a previsão de oportunidades que a geopolítica oferece, uma vez que só a enxerga como justificativa de uma ação imperial. Os Estados, antes de estipularem suas políticas de poder, fazem ampla consideração de sua condição geográfica para, só depois, mediante condições logísticas, tentarem implementá-las. A consciência geográfica, e a elaboração geopolítica decorrente, oferecem as possibilidades para os Estados preverem suas oportunidades estratégicas, sejam elas econômicas, militares ou políticas. Essas oportunidades estão disponíveis para todos os Estados do mundo, inclusive para os menores, e não apenas para as grandes potências.

Já a geopolítica clássica considera essa previsão de oportunidades estratégicas, uma vez que:

[...] repousa, assim como os realistas e sistemistas das RI's, sobre causas e processos objetivos provenientes das próprias estruturas globais/regionais e sobre as localizações de generalizações simples embasadas em probabilidades. Nisso, é racional assumir que os estadistas irão atuar no interesse do Estado e, portanto, os estudiosos são capazes de contornar a tomada de decisão e se concentrarem no âmbito internacional, embora especialistas em geopolítica deem conselhos aos formuladores de políticas baseados nas teorias espaciais e correlatas. (KELLY, 2006, p. 31)

1.3.5 A *critical geopolitics* como antigeopolítica

O que os críticos chamam de antigeopolítica, é uma “geopolítica a partir de baixo” (KELLY, p. 43), como Paul Routledge confessa de forma clara:

A antigeopolítica representa uma afirmação de independência permanente do Estado que está no poder, e articula duas formas inter-relacionadas de luta contra-hegemônica. Primeiro, desafia o poder geopolítico material (econômico e militar) dos Estados e das instituições globais; segundo, desafia as representações impostas pela política e pelas elites econômicas sobre o mundo e seus diferentes povos, que apenas são para servir seus interesses geopolíticos. (ROUTLEDGE apud KELLY, p. 43)

Isso destaca a essência ilusória e idealista-utópica dos críticos, que negam o principal ator político do Sistema Internacional e, com isso, negam também a possibilidade de contrapeso geopolítico por parte de outros Estados, o que por si só já desconsidera noções como *Razão de Estado* e *Equilíbrio de Poder*. Uma geopolítica antiestado e antigeográfica não poderia nunca ter a alcunha de “geopolítica”, pois é uma contradição em termos com o próprio nome.

Supostamente desafia as representações de elite, imaginando isso ser possível a partir de um ativismo acadêmico e vinculando o pensamento geopolítico que não o de sua corrente, incluindo aí aqueles oriundos de países não hegemônicos ou do Terceiro Mundo, às intenções imperiais. Esse pseudodesafio pode ser ilustrado pelo que já foi mencionado a respeito das conclusões precipitadas feitas pelos teóricos da *critical geopolitics* acerca do papel do Estado no século XXI durante a década de 1990, onde a unipolaridade fê-los crer que uma geopolítica não mais explicaria a realidade espacial das relações internacionais como antes. Aliás, cabe aqui um amargo e realista questionamento: *é possível combater um império senão por meio de um outro império?* A ascensão chinesa, a ressurgência russa e mesmo a projeção de poder de alguns atores regionais nos apontam (ou pelo menos sugerem) que, infelizmente, não, uma vez que a dinâmica do poder mundial é mimética, não negacionista.

Kelly critica pontualmente o argumento principal da *critical geopolitics* dizendo: “não vi uma caracterização clara de uma sociedade melhor nem um roteiro específico para alcançar tal melhoria nos escritos críticos”.⁹³ Isto é, a *critical geopolitics* limita-se a desconstruir, não a oferecer um empreendimento realizável, nem mesmo no plano intelectual.

Já os clássicos, numa atitude mais próxima da humildade intelectual, sabem que, como os realistas, não podem transformar o mundo a partir de sua cátedra. Da mesma forma que os realistas, procuram identificar as “linhas vermelhas” do jogo internacional do poder, e não acreditam serem capazes de modificar substancialmente o mundo, mas em trabalhar com suas principais forças no intuito de tentar, ao máximo, senão evitar a guerra, prolongar os períodos de paz.

⁹³ KELLY, Phil. *A Critique of Critical Geopolitics*, **Geopolitics**, vol.11, 2006, p. 43

O principal erro, segundo Kelly, é que:

[...] as tendências não clássicas da geopolítica tendem a não entender sua principal intenção: **o impacto de certas características geográficas sobre a política externa**. [...] e não são rigorosas para colocar suas aplicações, sendo elas próprias imprecisas em sua definição do que é “geopolítica” (KELLY, p. 44) [tradução e grifo nosso]

Os geopolíticos clássicos podem até pecar por sua fé na racionalidade dos atores no Sistema Internacional. Entretanto, esse é um mal menor pois “se a racionalidade é rejeitada, o mesmo ocorre com a capacidade de criar quadros teóricos legíveis” (KELLY, p. 44), bem como modelos com capacidade produtiva. Nisso, os classicistas são bem mais acurados que os críticos. E, “...se rejeitarmos até mesmo as alegações modestas sobre a racionalidade, é difícil imaginar a construção de uma teoria geral”. E, se há problemas no mundo político com relação à racionalidade, geopolíticos clássicos, realistas e positivistas não podem evitá-los, mas podem calibrá-los dentro de suas formulações.⁹⁴

As diferenças de personalidade podem ser, genericamente, dispostas em cada adepto de cada corrente, “os tradicionalistas tendem a ser reformadores liberais/conservadores, enquanto que os críticos tendem a uma visão radical... os classicistas acreditam que o poder é natural e onipresente em qualquer sistema político, daí a necessidade de monitorar e apagar seus excessos”.⁹⁵

A *critical geopolitics* também é prematura na crença do fim do Estado-nação, uma vez que provas contraditórias demonstram o contrário em relação à permanência do poder do Estado.⁹⁶ Nesse quesito, ressaltamos que não foram capazes de perceber a ideologia vigente - assim como a esperança exacerbada - do período imediato à queda do Muro de Berlim, gerando o que Kaplan⁹⁷ chama de os doze anos do esquecimento da geografia, caracterizado pela unipolaridade dos EUA e que ofuscaram as interpretações de política externa no tocante à permanência da importância da geografia. Esse período, felizmente, sofreu transformações e, hoje, estamos novamente encurralados numa nova guerra fria que se começa a dispor, espacialmente, no *rimland*

⁹⁴ KELLY, Phil. *A Critique of Critical Geopolitics*, **Geopolitics**, vol.11, 2006, p. 44

⁹⁵ Ibidem, p.45

⁹⁶ KELLY, op. cit., p. 45

⁹⁷ KAPLAN, Robert. *A Vingança da Geografia*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2013.

eurasiano, onde EUA, China e Rússia buscam mover suas posições e obter vantagens geoestratégicas no tabuleiro de xadrez geopolítico. Esse novo movimento geopolítico das principais potências não foi previsto pelas análises de discursos feitas pela *critical geopolitics*, o que empiricamente depõe contra a mesma.

Dizer que a disposição espacial dos Estados não exerce poder é ilógico e contra evidências históricas e estatísticas. O aspecto posicional e a permanência geográfica representam uma contribuição fundamental dos clássicos, e **a *critical geopolitics* não aborda adequadamente essa questão.** (KELLY, 2006, p. 48) [tradução e grifo nossos]

Uma interessante possibilidade levantada por KELLY (2006, p. 48), que é também um alerta, é a de que é preferível corrigir as deficiências da geopolítica clássica do que mergulhar num terreno radical desconhecido. Ou seja, substituir um problema clássico por um pós-moderno nos soa como apenas mais uma ideologia, não uma solução. Assim também, ligar as ações da política externa apenas ao discurso dos líderes, esconde uma gama de influências que o Estado é submetido e que não aparece nos discursos de seus líderes. Adicional a isso, “os radicais podem ser tão impuros quanto as hegemonias que pretendem derrotar” (KELLY, 2006, p. 49), o que não lhes garante nenhuma isenção a priori, sendo necessário submeter suas hipóteses aos mais rigorosos testes e verificações, e não os confiar uma credibilidade devido ao fato de se posicionarem como emancipadores sociais.

Igualmente, acrescentaríamos, ligar tudo a uma manifestação do imperialismo oculta, engana e confunde a compreensão de uma complexa e amalgamada estrutura que é a política externa, assim como as causas e determinantes das manifestações espaciais da mesma. Já alertava sobre isso Nicholas Spykman, um geopolítico clássico erroneamente rotulado de determinista que:

Os fatores que condicionam a política dos Estados são muitos; são permanentes e temporários, óbvios e ocultos; incluem, além do fator geográfico, a densidade populacional, a estrutura econômica do país, a composição étnica do povo, a forma de governo e os complexos preconceitos e estigmas dos ministros de Relações Exteriores; e é sua ação e interação simultâneas que criam o fenômeno complexo conhecido como “política externa”. (SPYKMAN, 1939, p. 28) [tradução nossa]

No tocante ainda aos discursos, os mesmos podem ter apenas caráter promocional, retórico, eleitoreiro e propagandístico; e estão voltados apenas para o convencimento de uma dada situação; e não traduzem, necessariamente, as linhas e posturas da política externa de um país, muito menos de sua geopolítica⁹⁸. Discursos podem e são enganosos, e pautar uma análise científica essencialmente sobre esses alicerces nos parece prematuro para se compreender um fenômeno tão complexo quanto o que envolve a política entre os Estados.

Já a geopolítica tradicional é operacionalizável, uma vez que oferece recursos que podem ser aplicados à política externa dos países, enquanto que a *critical geopolitics* limita-se a ser um discurso acadêmico diletante, servindo no máximo como alerta para determinadas explorações, mas nem sempre, uma vez que muito de sua produção é impregnada com dogmas ideológicos que dificilmente terão espaço na dura e fria realidade operacional da diplomacia.

A *critical geopolitics* poderia ser um interessante aliado nessa busca por uma melhor cientifização da geopolítica, desde que abandonasse seu comportamento essencial de detratar a geopolítica clássica, assim como sua militância enviesada politicamente, e focasse na elaboração de denúncias e críticas construtivas, que inclusive apontasse explorações e maus usos da ciência geopolítica. A geopolítica clássica não é um inimigo a ser combatido, mas sim um essencial aliado na construção de uma teoria geopolítica mais sólida e científica.

1.4 A Escala dos Eventos Geopolíticos

Se conseguirmos identificar a configuração do tabuleiro ao qual o Estado está inserido, então, seremos capazes de nos antecipar às consequências geográficas do mesmo. Como bem dizia Rui Barbosa⁹⁹, “...*enxergar, no espaço, corresponde a antever, no tempo*”.

⁹⁸ Ainda no tocante ao problema da análise de discursos em política externa, Phil Kelly (2006, p. 49) ainda ressalta que: “Limitar a discussão da geopolítica clássica à dominação dos assuntos mundiais pelas grandes potências, restringe e distorce amplamente o estudo da geopolítica... As evidências para a exploração das elites são escassas e pouco prováveis, embora certamente alguma delas existam, ainda assim dentro do amálgama da política”.

⁹⁹ Rui Barbosa. “*A Lição das Esquadras*”. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1898. Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/2009/06/26/a-licao-das-esquadras/>

Que forma tem o tabuleiro geoestratégico e quais vantagens ou desvantagens ele nos oferece? Só olhando o mapa político do mundo para termos uma ideia da dimensão espacial dos fenômenos, e, como bem lembrou Chauprade, sem os mapas, não há geopolítica¹⁰⁰. Colocar a política no mapa é o primeiro passo de um geopolítico.

Para o geopolítico norte-americano Nicholas Spykman, a Geopolítica é o planejamento da política de segurança de um país em termos de seus fatores geográficos. (TOSTA, 1984)

“...da análise dos fatores geográficos será possível considerar os problemas de segurança em termos geográficos de tal maneira que as conclusões a que se chegue, sejam de uso direto e imediato para os homens de Estados encarregados de formular a política exterior”. (SPYKMAN *apud* TOSTA, 1984, p. 30)

Ler as influências geográficas do território é vital para a política externa do Estado, pois assim o mesmo poderá tirar proveito, planejar e elaborar uma geoestratégia inteligente que leve em conta as possíveis consequências geográficas que a análise geopolítica evidenciou. “O poder é, em última instância, a capacidade de travar uma guerra bem-sucedida e, na geografia, encontram-se as pistas para os problemas da estratégia militar e política”. (SPYKMAN, 1942, p. 41)

Já para Francis P. Sempa, o estudo das relações internacionais é impossível sem um amplo e profundo conhecimento da geografia. Tal como Spykman, acredita que o fator geográfico é o mais fundamental da história humana, justamente porque é o mais constante.

Populações aumentam e diminuem, recursos naturais são descobertos e consumidos, regimes políticos frequentemente sofrem mudanças, Impérios e Estados surgem e desaparecem, tecnologias surgem e declinam, mas a localização dos continentes, ilhas, mares e oceanos não se alteraram significativamente durante toda a história humana. É por isso que grandes nações que negligenciaram o estudo da geografia, pereceram. (SEMPA, 2002, p. 9)

É interessante notar como Spykman concebe a ideia de geopolítica como sendo orientadora do Estado, dos *policy makers* e mesmo dos estadistas. Para ele, não há uma contradição entre o saber geopolítico (no sentido científico) e o fazer estatal.

¹⁰⁰ BESSA, Antonio. M.; DIAS, Carlos. M. M. *O Salto do Tigre*. Lisboa: Prefácio, 2007, p. 21

Partimos da definição conceitual do geopolítico norte-americano Phil Kelly:

Geopolítica é o estudo do impacto e da influência de certas características geográficas (posição e localização de Regiões, Estados, recursos, topografia, clima, distância, demografia, etc.) sobre a **política externa dos Estados** e suas ações, servindo de suporte para os mesmos. Consequentemente, tal estudo presta-se tanto à teoria quanto à política. (KELLY, 2011, p. 514) [grifo e tradução nossa]

A essência da Geopolítica, portanto, é a de evidenciar as influências e as consequências geográficas na (da) política externa dos Estados; ou seja, as projeções do poder político-militar dos Estados manifestadas de forma geográfica.

Quer se considere, segundo desejam alguns, como uma espécie de geografia política dinâmica, quer, mantendo a conceituação originária de Kjellén, se compreenda como uma das subdivisões da política, o fato é que a Geopolítica destinará sempre, ao lado de outros, capítulo especial para o estudo da *evolução dos espaços* ou, o que vale o mesmo, para a *evolução dos Estados*. (BACKHEUSER, 1950, p. 419)

1.4.1 O Território na Geopolítica

Apesar de toda estrutura global vigente no mundo contemporâneo, tal como as redes, a realidade virtual, etc. – mundo este auto proclamado “global”, “aldeia global” ou “mundo sem fronteiras” – o território (espaço e posição), segue sendo um aspecto muito importante nos assuntos internacionais. (BRZEZINSKI, 1998)

“Durante quase toda a história dos assuntos internacionais, o controle territorial constituiu o foco dos conflitos políticos. A autossatisfação pela aquisição de um território maior e o sentimento de carência nacional pela perda de terras ‘sagradas’ foram as causas da maior parte das guerras sangrentas que estouraram desde a ascensão dos nacionalismos. Não é exagerado afirmar que **os imperativos territoriais foram o principal impulso dos comportamentos agressivos dos Estados-Nações**. Também se construíram impérios mediante a cuidadosa tomada e manutenção de possessões geográficas vitais, tais como Gibraltar, o Canal de Suez ou Cingapura, que serviram como pontos de estrangulamento ou eixos de um sistema de controle imperial”. (BRZEZINSKI, 1998, p. 45) [tradução e grifo nossos]

Países seguem entrando em guerra por questões territoriais, e a própria noção de equilíbrio de poder contém em seu âmago a ideia de controle territorial. “E a ordem

internacional tem sido sempre territorial, consagrando um acordo entre soberanias, e compartimentalizando o espaço”. (ARON, 2002)

[...] a competição fundada na territorialidade segue dominando os assuntos mundiais, por mais que atualmente suas formas tendem a ser mais civis. Nessa competição, a **situação geográfica** segue sendo o ponto de partida para a definição das prioridades externas dos Estados-Nações e o **tamanho do território** segue sendo, também, um dos principais indicadores de *status* e poder. (BRZEZINSKI, 1998, p. 46) [grifo e tradução nossos]

E se é verdade a constatação de Ratzel que “grandes estadistas nunca deixaram de perceber a geografia”¹⁰¹, então, a geografia é o fator mais fundamental das relações internacionais, porque é o mais permanente¹⁰²; e “o território de um Estado é a base no qual o mesmo opera em tempos de guerra e a posição estratégica que ele ocupa durante o armistício temporário chamado de paz”. (SPYKMAN, 1942, p. 41)

1.5 Geografia Política ou Geopolítica?

Se a distinção entre a política de um estado (política interna) e sua política externa, assim como sua atuação nas relações internacionais, é notória tanto em teoria quanto em método, seria absurdo imaginar, portanto, algo similar na questão da diferenciação entre a Geografia Política e a Geopolítica que, a nosso ver, obedecem à mesma lógica.

As interações políticas dentro de uma unidade política (estado) são essencialmente diferentes das interações desse mesmo estado num sistema composto por vários estados e cuja autoridade superior a eles não existe (princípio da anarquia do sistema internacional). Então, qual razão há para se dizer que a influência geográfica mediada, impulsionada ou mesmo sofrida pela política dentro de um estado não obedece a essa mesma proposição? Se a política interna obedece a um padrão distinto da política externa, porque os padrões políticos sob o prisma geográfico haveriam de ser distintivos? Certamente ninguém dirá que a estrutura geográfica dentro de uma unidade política é anárquica; da mesma forma, ninguém dirá que a geografia das

¹⁰¹ SPYKMAN, Nicholas J. *America's Strategy in World Politics: the United States and Balance of Power*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1942, p. 165.

¹⁰² Ibidem, p. 41

relações internacionais é pautada por uma autoridade política que não sejam os interesses egoístas dos próprios estados. Então, a Geopolítica é essencialmente distinta da Geografia Política.

Desde os primórdios da Geografia, a mesma continha sempre duas dimensões, a saber: a “física” e a “política”; uma tratava da natureza e a outra das questões humanas, essa última era chamada de geografia política, genericamente, pois continha várias dimensões: econômicas, história, governo, população, comércio, etc.

No final do século XIX, Jean Brunhes cunhou o termo “*geografia humana*” o que ajudou a refinar as diferenciações setoriais dentro da ciência geográfica, cada vez mais precisas e especializadas. Aparecem na mesma época a *Antropogeografia* de Ratzel e a *Geografia Social* de Vallaux. Os neologismos começaram a povoar a Geografia como um todo.

CARVALHO e CASTRO (1956, p. 382) definem Geografia Política como “a relação entre os grupos humanos organizados e o espaço (ou território) que eles ocupam”.

Deffontaines definiu a geografia política, em 1926, como “o exame crítico e comparativo dos fenômenos da superfície pelos quais se expressa a vida e se traduz a expansão das sociedades e dos Estados” (CARVALHO e CASTRO, 1956, p. 383) Porém, estava mais preocupado com a consolidação desses territórios, suas redes de comunicação e de cidades, ou seja, com o aparelhamento infraestrutural do território.

Arthur Dix declarava que a geografia política se ocupava “das relações das coletividades políticas com o espaço que habitam e sua área de tráfego” (CARVALHO e CASTRO, 1956, p. 383), cujas fronteiras que separam tais grupos seria o seu campo de observação.¹⁰³

Como o Estado é uma entidade territorial e jurídica, a geografia política ficou ligada a essas dimensões, tratando tanto de questões de geografia geral quanto das de soberania.¹⁰⁴ E passou a tratar de elementos tais como: o espaço e a posição, os limites e as fronteiras¹⁰⁵, o que nos evidencia sua estreita ligação com a geografia regional.

¹⁰³ DIX, Arthur. *Geografia Política*. Barcelona: Editorial Labor, 1929, p. 9.

¹⁰⁴ CARVALHO, Delgado e CASTRO, Therezinha. *Geografia Política e Geopolítica*. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, p. 384.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 384

Já os franceses Jean Brunhes e Camille Vallaux passaram a relacionar o estudo da geografia política em três eixos fundamentais: a) estado e território; b) estado, estradas e fronteiras; c) estado e a capital.¹⁰⁶ Assim, podemos constatar que a preocupação era a da consolidação política do território nacional. Não havia preocupação na dimensão internacional do poder espacial, pelo menos não na visão desses autores franceses. E é aqui que começa a surgir a diferença primordial, a geografia política trata, essencialmente, dos problemas espaciais “dentro” das fronteiras nacionais, enquanto que a geopolítica estuda a o poder estatal projetado espacialmente “fora” de suas fronteiras. A geografia política é mais regional/local; a geopolítica é mais global. É uma questão essencialmente de escala.

É tradição também colocar a distinção entre geografia política e geopolítica no que Castro e Carvalho (1956, p. 385) clarificava como relações estáticas (geografia política) do Estado com o território e relações dinâmicas (geopolítica). Consequentemente, a definição que salta dessa classificação é que a geografia política trabalha com estruturas enquanto que a geopolítica trabalha com processos do poder estatal no espaço.

Pode-se dizer que a geografia política é mais sintética na avaliação das condições de um território, enquanto que a geopolítica lida mais com análises das projeções espaciais de poder dos Estados no teatro internacional. “A geografia política indica a ocupação do solo”¹⁰⁷, enquanto que a geopolítica analisa a influência das condições geográficas na política externa.

Não por acaso foram os geopolíticos os precursores das preocupações que damos o nome hoje de Relações Internacionais, uma vez que Ratzel, Kjellén e Mackinder foram os primeiros a levantar a problemática da disputa espacial na arena internacional do poder¹⁰⁸. O conceito ratzeliano de *espaço-vital* é um exemplo cristalino disso, bem como a própria definição de Kjellén e o famoso conceito do *heartland* de Halford Mackinder. Nenhum deles entendia o território nacional em si mesmo, mas em relação com o poder global a partir de suas conformações geográficas.

¹⁰⁶ CARVALHO, Delgado e CASTRO, Therezinha. *Geografia Política e Geopolítica*. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, p. 384

¹⁰⁷ Ibidem, p. 386.

¹⁰⁸ NOGUEIRA, José Manuel Freire. *O Método Geopolítico Alargado*. Lisboa: IESM, 2011.

A diferença entre geografia política e geopolítica era de escala e acabou evoluindo, com o passar do tempo, para uma diferença de método. Quando Haushofer disse que “era de vital importância para a Alemanha e a Rússia unirem suas forças”¹⁰⁹, não estava pensando nos termos da geografia política, mas sim da geopolítica. Nos dizeres de Carvalho e Castro (1956, p. 389), “a geopolítica ultrapassa um pouco o âmbito da geografia propriamente dita”, assim como, acrescentamos, as relações internacionais iriam ultrapassar o âmbito da ciência política após a segunda metade do século XX.

A confusão entre os dois termos é de longa data, mas a geopolítica acabou por ser mais transfigurada do que a geografia política, na maior parte dos casos confundida com ciência política¹¹⁰, e hoje é frequentemente confundida com política internacional, estudo das guerras ou simplesmente política (em seu sentido mais raso). Lembra Backheuser (1942, p. 23) que “segundo Kjellén, a geopolítica não é sinônimo ou um setor da geografia política”, e que o ilustre professor de Uppsala “só se utilizou da geografia como um elemento subsidiário”.¹¹¹

É comum presenciarmos essa confusão da geopolítica com a geografia política inclusive no ambiente acadêmico da Geografia. A geopolítica “é confundida por leigos e até por autores de Geografia... e a frequência dessa confusão já começa a atingir os jovens que se especializam no setor de Geografia”. (BACKHEUSER, 1942, p. 21)

No tocante ainda às diferenciações entre geografia política e geopolítica, Costa (2008, p. 18) diz que tais distinções são “estéreis ou até mesmo inúteis”. Mas ao mesmo tempo diz que “a geopolítica [...] é antes de tudo um subproduto e um reducionismo teórico e pragmático da geografia política”. (COSTA, 2008, p. 55) “[...] a geopolítica representa um inquestionável empobrecimento teórico em relação à análise geográfico-política de Ratzel, Vallaux, Bowman, Gottmann, Hartshorne, Whittlesey, Weigert e tantos outros”.¹¹²

¹⁰⁹ CARVALHO, Delgado e CASTRO, Therezinha. *Geografia Política e Geopolítica*. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, p. 389

¹¹⁰ BACKHEUSER, Everardo. *Geografia Política e Geopolítica*. **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 4, nº1. Rio de Janeiro: IBGE, 1942, p. 23.

¹¹¹ Ibidem, p. 23.

¹¹² COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 55

Costa (2008) acaba por reproduzir em sua obra o receio da terminologia “geopolítica”, que considera superficial em relação ao que ele chama de estudos “geográfico-políticos”¹¹³ ou mesmo de “influência geográfico-política”¹¹⁴. Porém, não é tampouco verdade que os geopolíticos clássicos empobreceram os autores citados por Costa. Nicholas Spykman, por exemplo, foi muito mais preciente e científico do que Camille Vallaux ou Isaiah Bowman, tendo desenvolvido um conceito-chave para a compreensão da contenção, o *Rimland*, como veremos no transcorrer desta tese. E não há como comparar a produção de Mackinder à de Whittlesey, este último um grande detrator da geopolítica, assim como Hans Weigert. Nenhum deles desenvolveu uma tese que pudesse ter validade ao longo de quase um século, como as de Mackinder, Mahan, Corbett, Spykman, etc. Aliás, é necessário ressaltar que Ratzel, embora não se autodenominasse “geopolítico”, certamente estaria mais de acordo as produções geopolíticas de Spykman, Mackinder e Kjellén do que a de Bowman, Whittlesey e Hartshorne.

O próprio Costa reconhece que “[...] um conhecimento que pretenda científico e não for capaz de explicar os mecanismos fundamentais que regem determinados processos e fenômenos [...] não seria um conhecimento, mas uma ideologia”. (COSTA, 2008, p. 16) Mackinder e Spykman nos trouxeram conceitos que explicaram melhor a dinâmica do poder mundial durante o século XX, mas também agora no início do século XXI, do que Weigert, Whittlesey, Gottmann e tantos outros que foram apenas estudiosos letrados de geografia política, notadamente críticos textuais da geopolítica, mas não propositores originais de métodos analíticos e conceitos originais como o fizeram Mackinder, Spykman e Ratzel, por exemplo. Assim, se tomarmos à medida que é científico aquilo que descortina fenômenos que não poder ser percebidos pelo senso-comum, uma vez que são invisíveis ao mesmo, então, chegaremos à conclusão que a geopolítica clássica trouxe muito mais conteúdo científico explicativo que a tradicional geografia política, assim como suas versões críticas e mesmo a *critical geopolitics* surgida na década de 1980.

Outro problema que vemos em Costa (2008), é que ele atribui erroneamente que a produção da geopolítica “tem sido geralmente realizada fora do sistema

¹¹³ COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 55

¹¹⁴ Ibidem, p. 15

precipuamente acadêmico”. (COSTA, 2008, p. 19). Isso é apenas parcialmente verdade, uma vez que Nicholas Spykman, Mackinder, o próprio Ratzel, Saul B. Cohen, Colin Gray, Colin Flint, Therezinha de Castro, Rudolf Kjellén, Everardo Backheuser, Phil Kelly, Francis Sempa, Jakub Grygiel, António Marques Bessa, Políbio Valente de Almeida, André R. Martin e outros tantos eram (ou são) professores e acadêmicos respeitáveis, que se dedicavam – e alguns se dedicam até hoje – à construção de conhecimento eminentemente geopolítico. É fato também que a geopolítica não é nem nunca foi produzida exclusivamente por acadêmicos, mas teve também militares e homens de Estado como seus contribuintes, tais como Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Zbigniew Brzezinski, Pedro de Pezarat Correia, Karl Haushofer, George Friedman, e mesmo jornalistas especializados em assuntos geopolíticos como o destacado Robert D. Kaplan. Cabe ressaltar, porém, que a própria ciência geográfica – assim como a ciência política – acabaram por, voluntariamente, proscrever os estudos geopolíticos, sobretudo devido ao modismo crítico imperante a partir da década de 1960.¹¹⁵

E embora dizendo que a indistinção impera entre os termos, Costa afirma que há uma “queda acentuada na quantidade de estudos *explicitamente geopolíticos*” (aqui a ressalva à uma distinção é afirmada) (COSTA, 2008, p. 25). O que tampouco seja verdade, assim como a produção geopolítica não se encontra apenas em círculos específicos como o autor sugere, o que foi demonstrado acima e pode ser refutado ao consultarmos periódicos científicos dedicados, exclusivamente, à produção científica em geopolítica, como o destacado *Journal Geopolitics*¹¹⁶, criado em 1998 e editado pela Taylor & Francis, considerado o principal periódico de geopolítica do mundo atualmente, com o mais alto fator de impacto na referida área, bem como tantas outras publicações que agregam a geopolítica com estudos estratégicos, questões de fronteira, entre outros temas.

Um bom exemplo que contrapõe essa ideia de que os estudos geopolíticos estavam diminuindo, em especial dentro do campo acadêmico, é o que ocorreu na França após o fim da Guerra Fria, destacado por Fernandes (2002, p. 13). Houve uma

¹¹⁵ Sobre o império do esquerdismo na academia americana na década de 1960 e seus efeitos sobre o ensino da geopolítica, consultar: SEMPA, Francis. *Why Teach Geopolitics?* **International Social Science Review**. Vol. 65, nº 1, 1990, p. 16

¹¹⁶ O referido periódico está disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/fgeo20/current>

profícua produção de conteúdo eminentemente geopolítico, distanciado da tradição da geografia política praticada por Yves Lacoste e seu círculo em torno da revista *Herodote*. Destacam-se os principais autores e suas principais obras: Michel Korinman (*Quand l'Allemagne pensait le monde: grandeur et decadence d'une Geopolitique*, de 1990); Pierre-Marie Galois (*Geopolitique: les voies de la puissance*, de 1990); Paul Claval (*Geopolitique et Geostrategie*, de 1994); François Thual (*Méthodes de la Geopolitique*, de 1996) e Aymeric Chaupadre (*Geopolitique – constantes et changement dans histoire*, de 2002; *Introduction à l'Analyse Geopolitique*, de 1999 e *Geopolitique des Etats-Unis*, de 2003).¹¹⁷

Desse grupo supracitado, destacam-se Paul Claval, profícuo autor de livros de Geografia; Aymeric Chauprade, ex-oficial da Marinha Francesa, defensor da *realpolitik*, deputado francês no Parlamento Europeu, assíduo contribuidor de publicações que enfatizam uma geopolítica francesa mais sintonizada com a *realpolitik* ao invés de princípios ideológicos; e, por fim, François Thual, um geopolítico que imprime uma nova abordagem da geopolítica, utilizando recursos como a fenomenologia, o estudo das culturas e religiões. Tanto Thual quanto Chauprade são considerados como geopolíticos neoclássicos.¹¹⁸

Essa nova safra francesa de geopolíticos emergiu justamente no momento em que muitos diziam que a geopolítica tinha morrido (Edward Luttwak) e onde o tempo acelerado suplantaria o espaço (Paul Virilio)¹¹⁹. Da mesma forma que “com o fim da 2ª Guerra Mundial acreditou-se que a tecnologia viria, invariavelmente, a prevalecer nos conflitos futuros” (NOGUEIRA, 2011, p. 19), onde a capacidade aérea e nuclear faziam crer que o futuro da guerra seria decidido “nos botões”¹²⁰, essa tendência logo se decepcionou, sobretudo a partir da Guerra do Vietnã, da invasão soviética do Afeganistão e dos conflitos do terceiro mundo, geralmente envolvendo guerra de

¹¹⁷ FERNANDES, José Pedro Teixeira. *Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Pós-Moderna*. **Revista Política Internacional**, Lisboa, nº 26, 2002, p. 13

¹¹⁸ MORGADO, Nuno. *Towards the New World Order? A geopolitical study of Neo-Eurasianism and Meridionalism*. Tese de Doutorado. Charles University in Prague: Praga, 2017, p. 43-44.

¹¹⁹ Edward Luttwak, por exemplo, afirmou que “a penetração nos mercados sustentados pelo Estados substitui as bases e guarnições militares em solo estrangeiro, bem como a influência diplomática”. Fonte: FERNANDES, José Pedro Teixeira. *Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Pós-Moderna*. **Revista Política Internacional**, Lisboa, nº 26, 2002, p. 21. Já Paul Virilio dizia que “a cronopolítica substituiria a tradicional geopolítica, uma vez que o espaço material perderia importância para a microeletrônica e as tecnologias da informação”. Fonte: FERNANDES, op.cit. 2002, p. 22.

¹²⁰ NOGUEIRA, José Manuel Freire. *O Método Geopolítico Alargado*. Lisboa: IESM, 2011, p. 19.

guerrilhas, ou seja, a guerra irregular, onde as armas atômicas e os bombardeiros estratégicos não poderiam ser eficazes. Nogueira (2011, p. 19) se pergunta: “num mundo estrategicamente plano... para quê interessava a geografia?”. Foi essa pergunta que os entusiastas do tempo acelerado e da geoeconomia, Virilio e Luttwak, respectivamente, se fizeram, pois acreditavam, errônea e ilusoriamente, que a geografia estava morta, assim como a geopolítica.

Embora a diminuição no entusiasmo no início da década de 1990 seja verdadeiro, uma vez que direta ou indiretamente todos acabaram embebidos e contaminados pelo paradigma da globalização e da “aldeia global”, a geopolítica permaneceu viva e ativa, mesmo que subjacente ou percolando as estruturas do poder mundial. Notadamente, os EUA não abandonaram seus imperativos geopolíticos, como atestam as publicações de Brzezinski, Thomas Barnett e outros, assim como a expansão da OTAN e a presença militar na Ásia Central, o que certamente fez surgir críticas consistentes em relação aos adeptos da Nova Ordem Mundial, bem como da ideia de fim do Estado-nação e das fronteiras.

A assim chamada “evidente desestatização do objeto da geografia política” (COSTA, 2008, p. 25) acabou por tirar da mesma os estudos relacionados ao poder mundial, substituindo-o por pesquisas sobre empoderamento de grupos e pela microfísica do poder. A geografia política “desestatizada”, assim como a *critical geopolitics*, também desestatizada, não foram capazes de prever muitas coisas e, nesse quesito, ficaram bem aquém da geopolítica clássica que, a despeito de todas as críticas e polêmicas, criou uma gama conceitual, de teorias e de modelos bem amplos e que, inclusive hoje, explicam ou ajudam explicar boa parte dos acontecimentos ocorridos no cenário internacional. A própria contenção geopolítica seguiu ocorrendo após o colapso da URSS e a recente reemergência da Rússia e da China descortinaram essa indispensabilidade do raciocínio geopolítico na compreensão, assim como no planejamento, do jogo internacional do poder, que continua sendo projetado espacialmente na terra, no mar, no ar e no espaço exterior.

“Todos sabemos que geoquímica não significa geografia química”, argumenta Backheuser (1942, p. 21). E assim também não devemos confundir esses dois ramos a que estamos a nos debruçar. Geofísica não significa geografia física, e assim por diante.

Em critérios etimológicos, “a geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas” (BACKHEUSER, 1942, p. 22), o que certamente não a define com exatidão, uma vez que termos etimológicos não traduzem com precisão o significado científico ou filosófico de um conceito ou de uma ciência.

O termo “geopolítica” surge na Universidade de Uppsala, Suécia, em 1916, cunhado pelo político¹²¹ e professor ciência política e estatística, Rudolf Kjellén, em seu livro *Staten som Lifsform* (O Estado como forma de vida), que fora traduzido para o alemão no ano seguinte e acabaria por influenciar a geração da Escola Geopolítica de Munique¹²².

Kjellén entendia a política – e estava teorizando sobre isso, não sobre geografia – dividida em cinco categorias, a saber: geopolítica, demopolítica, ecopolítica, sociopolítica e cratopolítica. “É interessante notar que, com exceção da geopolítica, nenhum dos outros termos saídos da forja genial de Uppsala conseguiu aceitação”. (BACKHEUSER, 1942, p. 25) Dessa forma, diferentemente da geografia política, uma parte da geografia, para Kjellén, a geopolítica era uma parte de seu sistema político. A geopolítica, portanto, já nasce com essa distinção fundamental.

Isso não quer dizer que a ciência geográfica não tenha tido importância, muito pelo contrário, a geopolítica acabou por sobreviver nos departamentos de geografia, entre os cultores dessa ciência estavam civis e militares e, de acordo com Backheuser (1942, p. 25), só teve êxito devido à adesão dos geógrafos de indiscutível prestígio e foi produto desses mesmos. Em síntese, a geopolítica nasce da cabeça de um professor de política, mas ganha consistência teórica dentro da ciência geográfica e sua herança; foi e é praticada – ainda que não exclusivamente – por geógrafos (civis e militares) ou por grandes cultuadores do conhecimento geográfico alocados em outros departamentos. Prova disso é sua estreita ligação com a herança de Ratzel e Mackinder, dois grandes fundadores do pensamento geográfico acadêmico. Da herança do professor de Leipzig, a geopolítica herdou os princípios de “espaço” e “posição” (*raum* e *lage*, em alemão).

¹²¹ Rudolf Kjellén foi deputado da Câmara Baixa do Parlamento Sueco de 1905 a 1908, e da Câmara Alta de 1911 a 1917.

¹²² Apesar de não ser geógrafo de formação, Kjellén detinha um alto apreço pela ciência geográfica e seu conhecimento, inclusive tendo escrito em 1900 um livro chamado *Introdução à Geografia Sueca*, baseado em suas palestras dadas na Universidade de Gotemburgo, instituição na qual lecionou antes de se transferir para Uppsala.

Portanto, Kjellén foi produto do pensamento geográfico e acabaria o influenciando definitivamente.

De fato, Kjellén, cumpre acentuar, não era um geógrafo, mas ao desejar firmar as bases telúricas da política, teria sopesado as várias teorias reinantes no campo da geografia e verificado que a de Ratzel era aquela que apresentava a melhor estrutura científica. (BACKHEUSER, 1942, p. 26)

Urge, portanto, após todas essas reflexões, ressaltar a necessidade da geopolítica voltar a ser ensinada, verdadeiramente, tanto como disciplina dos cursos de geografia como nos de relações internacionais e diplomacia, uma vez que, sem isso, não iremos poder, de forma alguma, entender nossa presença no mundo, nem a dimensão da presença dos demais países e potências.

Assim, já em 1990, o estudioso norte-americano de geopolítica, Francis Sempa, já nos advertia acerca do processo de esquecimento da geopolítica nas universidades americanas e dos perigos que isso acarretaria:

Abordar essas [formulações da estratégia global] e outras decisões políticas de forma fragmentada – num vácuo estratégico global – é cortejar o desastre. Se nossas faculdades e universidades são fiéis ao seu propósito, elas irão reinstitucionalizar o ensino da geopolítica e, assim, preparar nossos futuros líderes para governar esta nação no séc. XX e para além dele. (SEMPA, 1990, p. 20) [tradução nossa]

1.6 O imperativo realista na análise geopolítica

Tucídides acreditava que o que motiva a natureza humana é o **medo**, o **interesse** e a **honra**. Já Hans Morgenthau acrescenta que, para melhorar o mundo, é preciso trabalhar com essas forças, não contra elas. (KAPLAN, 2013, p. 25)

Um realista – e, por consequência, um geopolítico clássico – recorre sempre mais ao precedente histórico do que aos princípios abstratos; mais aos ganhos estratégicos do que às unidades espirituais. Dessa forma, uma análise cartográfica do território da Ucrânia, por exemplo, explicaria muito mais a realidade daquele país do que qualquer princípio ou necessidade de democracia. Análises imparciais, científicas e por vezes frias são muito mais garantidoras do sucesso do que princípios morais e/ou

nobres. Já dizia Morgenthau que boas intenções têm pouco a ver com resultados positivos.

Os mapas são neutros em termos morais, ou seja, são frios, realistas por definição. E, por isso mesmo, são cruciais para o entendimento da política mundial. É sobre a fundação relativamente estável da geografia que se ergue a pirâmide do poder nacional, dizia Morgenthau. Assim, o realismo consiste no reconhecimento da mais obtusa, incômoda e determinista das verdades: a da geografia. (KAPLAN, 2013)

Assim, como assertivamente pronunciou Robert Kaplan, a posição de um Estado no mapa é o primeiro elemento que o define, mais até que sua filosofia de governo¹²³.

Se a política externa de um estado é para ser prática, então ela deve ser concebida não em termos de algum mundo de sonhos, mas em termos das realidades das relações internacionais, em termos de política de poder. A comunidade internacional não tem governo, isto é, não há uma autoridade central para preservar a lei e a ordem, o que não garante aos Estados membros nem sua integridade territorial, nem sua independência política ou seus direitos sob a lei internacional. (SPYKMAN, 1942, p. 446)

1.7 Segurança Internacional e Geopolítica

Se como bem ressaltou SPYKMAN (1942, p. 447), “a comunidade internacional é um mundo em que a guerra é um instrumento da política nacional”, então, entender como os estados projetam poder, mesmo em tempos de paz, por meio de suas especificidades geográficas e de seu posicionamento territorial, é o grande dever da Geopolítica.

Imaginar um mundo mais seguro requer, primeiramente, identificar as relações da localização geográfica de um Estado com os respectivos centros de poder militar dominantes, e isso define seu problema básico de segurança. E é assim que Estados conduzem sua estratégia militar em tempos de guerra, bem como sua estratégia política em tempos de paz.¹²⁴

¹²³ KAPLAN, R. D. *A Vingança da Geografia*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013, p.29

¹²⁴ SPYKMAN, Nicholas J. *America's Strategy in World Politics: the United States and Balance of Power*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1942, p. 447

Como assertivamente Colin S. Gray coloca, apesar do gigantesco fenômeno transnacional, a política internacional segue sendo marcada pelos Estados, assentados territorialmente.¹²⁵

O desafio não é defender ou atacar a proposição de que existem influências geográficas sobre a segurança internacional, pois isso é bastante evidente. O desafio, ao invés disso, é identificar verdades importantes sobre as formas, a estrutura e a intensidade dessa influência. (GRAY, 1996, p. 248) [tradução nossa]

Este trabalho pretenderá exatamente isso: identificar as verdades geográficas sobre o fenômeno da contenção russa por meio de suas formas, estruturas e intensidades.

Figura 8 - A medida das influências geográficas na segurança internacional de acordo com Colin Gray (1996)

Fonte: elaboração própria

¹²⁵ Colin S. Gray. *The Continued Primacy of Geography*. **Orbis**. Vol. 40 nº 2, 1996, p. 248

Figura 9 - A essência geopolítica

Fonte: elaboração própria.

Cap. 2 – Os problemas territoriais da Rússia

*“Never fight against Russians. Your every cunning will be responded
by their unpredictable stupidity”
(Otto von Bismarck)*

Como já foi discutido, a geografia é uma condição imprescindível na configuração de um Estado e, também, na formação da identidade de um povo. No caso russo, isso é ainda mais significativo. Detentora da maior extensão territorial soberana do planeta, a Rússia, além de ter construído uma noção de império moldada territorialmente, também incorporou essa feição geográfica à sua cultura. As famosas estepes russas permearam o imaginário literário russo durante séculos.

Escritores como Dostoievski ou Solzhenitsyn elevaram a **terra russa** ao status de símbolo essencial da Identidade Russa. De acordo com eles, as estepes russas, a taiga siberiana e as aldeias camponesas são feições inerentes dessa identidade. (PONSARD, 2007, p. 7) [tradução e grifo nossos]

2.1 Território e Identidade

O imenso território russo estende-se da Europa de Leste até o Extremo Oriente, passando pelas taigas siberianas. É natural que tamanha imensidão contenha em si um alto valor estratégico. Com exceção dos Estados Unidos, nenhum outro país dispõe de um raio de soberania territorial tão extenso e numa posição geográfica tão privilegiada. Além do valor geográfico, esse território superlativo contém imensos recursos naturais e, por consequência, acaba por exercer uma influência muito significativa sobre todos os seus vizinhos fronteiriços.

Porém, não é só de benesses que o território regala à Rússia. Há os malefícios e os aspectos negativos também. Em tal território, por possuir uma extensão tão larga, foi objeto de dezenas de invasões ao longo da história. Dos mongóis, passando por Napoleão e Hitler, a Rússia sempre se viu ameaçada por invasões estrangeiras; e, todas elas, cunhavam fortes traumas na sociedade russa, que ajudaram a forjar parte do caráter nacional de dita sociedade. Como bem frisou George Vernadsky, “cada uma

dessas invasões trouxe novos padrões culturais, deixando sua marca indelével na Rússia”.¹²⁶

Esse sentimento deve ser entendido em termos de uma espécie de indeterminação existencial entre o Oriente e o Ocidente, uma verdadeira geoesquizofrenia que durante quase três séculos penetrou irresistivelmente e tortuosamente até o cerne da autoconsciência da sociedade. Nesse contexto, **a posição geográfica da Rússia é um fator fundamental**, no sentido de os russos saberem que são diferentes, pois não fazem parte nem da família europeia e ocidental, nem tampouco da asiática. (PONSARD, 2007) [tradução e grifo nossos]

Essa característica geográfica deu ao povo russo uma qualidade diferenciada. Mesmo os antigos habitantes da *Rus Kievana* eram distintos de seus vizinhos, incluindo aí a fé cristã, pois as tribos nômades do entorno praticavam uma variedade de cultos pagãos e xamânicos.¹²⁷

Apesar do incessante debate de especialistas nos assuntos russos, a noção de *identidade russa* ainda carece de uma configuração definida¹²⁸. Não existe uma definição plena do que é a tal identidade russa. O certo é que tal questão é extremamente complexa e cheia de elementos diversos, como a etnia, a história, a geografia, a religião, etc.

Na tentativa de ilustrar como se deu tal formação de uma certa identidade russa, passaremos a expor os principais períodos da história russa e sua relação com o território.

2.2 A Rus Kievana

A história da Rússia começa antes mesmo de seu nome “Rússia”. Os habitantes da Rus Kievana, um principado medieval que teve sua existência entre os anos de 882 a 1240, e que deu origem ao que hoje chamamos de Rússia, chamavam a si mesmos e a terra onde habitavam – num exemplo perfeito de simbiose entre a cultura e a geografia

¹²⁶ PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p. 8

¹²⁷ Ibidem, p. 8

¹²⁸ PONSARD, op. cit., p. 6

– de “*rus*”. É considerado como o período glorioso e brilhante do início da história russa¹²⁹.

Até o séc. XV, o povo chamava a si mesmo e a sua terra de “*rus*”, e não Rússia (*Rossia*) e ela compreendia muitos territórios que hoje não estão mais dentro das fronteiras russas. Desde o princípio, ela continha povos que não eram russos, nem mesmo eslavos, mas que os russos viam como parte integrante de sua sociedade. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 16) [tradução nossa]

A Rus Kievana compreendia o território que, em sua máxima extensão, abarcava o que hoje é o centro-leste da Ucrânia, a Bielorrússia e a parte noroeste da Rússia europeia. Tinham como vizinhos os polacos, húngaros, bizantinos, escandinavos¹³⁰, dentre outros. O território estendia-se, portanto, dos Cárpatos ao Mar Negro ao sul até a região da Carélia na região setentrional. Basicamente, o território da Rus Kievana era de planícies cobertas por florestas (decíduas ao sul e de coníferas ao norte). O solo era a “terra preta” (*tchernoziom*) ao sul e à medida que se estendia para o norte ficava arenoso e pantanoso. A população concentrava-se às margens dos grandes rios (Dnieper, Dvina, Volga e Oka), que eram importantes rotas de comunicação com o norte e com o sul.

A Rus Kievana nasce entre duas grandes civilizações: os varengues (Vikings) e os gregos (Império Bizantino). Além disso, hordas mongólicas à leste e tribos polaco-lituanas à oeste completavam o quadro geopolítico na qual a Rus Kievana floresceu. Seu apogeu foi durante o reinado de Vladimir (978 – 1015) e de seu filho Iaroslav (1019 – 1054). Após o reinado de Iaroslav, durante os dois séculos subsequentes, a Rus Kievana passou por uma série de guerras civis e que culminou com a invasão e conquista mongol em 1240, o que marcou o fim da Rus Kievana¹³¹

¹²⁹ RIASANOVSKY, Nicholas V. *Russian Identities: a historical survey*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 18

¹³⁰ Os escandinavos eram chamados de “*varengues*” pelos habitantes da Rus Kievana.

¹³¹ RIASANOVSKY, op.cit, p. 18.

Mapa 1 - A Rus Kievana em sua máxima extensão

Fonte: elaboração própria com base em Wikipédia¹³²

De acordo com Riasanovsky¹³³, a Rus Kievana não pode ser considerada um Estado, tal qual o entendemos hoje. Não havia uma centralização rígida de poder e tampouco uma linha sucessória definida. A força bélica estava centrada na *druzhina*¹³⁴, que eram tropas selecionadas para a proteção particular de um soberano, como uma guarda pretoriana; além das campanhas militares, ajudavam também na coleta de impostos. Havia um conselho, uma espécie de assembleia popular, chamada *veche*, que deu origem as *dumas* do Império Russo. Até hoje o parlamento russo tem o nome de *duma*. E não se pode esquecer do papel da Igreja nisso tudo, que foi um dos elementos, junto com os descritos anteriormente, que deram uma certa centralidade à Rus Kievana.

¹³² O mapa base original encontra-se disponível em:

[https://en.wikipedia.org/wiki/Kievan_Rus%27#/media/File:Principalities_of_Kievan_Rus%27_\(1054-1132\).jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Kievan_Rus%27#/media/File:Principalities_of_Kievan_Rus%27_(1054-1132).jpg)

¹³³ RIASANOVSKY, Nicholas V. *Russian Identities: a historical survey*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 18

¹³⁴ *Druzhina*: em russo, “equipe/grupo de companheiros”.

Essa estrutura política estava sustentada por uma rica e variada economia para a época. As condições geográficas eram favoráveis, uma vez que os domínios kievanos abarcavam desde o Mar Báltico até quase Constantinopla. Se analisarmos a configuração geográfica da Rus Kievana [ver mapa 1] perceberemos que a mesma se encontrava numa encruzilhada de rotas. Era acesso para quem ia em direção ao oriente e vice-versa, além de estar na rota de ligação do Báltico com a principal potência da época, Constantinopla.

Apesar de ser uma sociedade amplamente agrícola, argumenta Riasanovsky (2005, pg. 19), também havia muitas cidades e uma classe média mais proeminente do que em outras sociedades europeias da época ou mesmo da Rússia em tempos posteriores.

Até o reinado de Vladimir, não havia uma religião oficial na Rus Kievana. A escolha do Cristianismo pelo monarca foi a primeira manobra geopolítica dos russos. Cercados por mongóis e judeus a leste, por islâmicos a sudoeste, por pagãos ao norte e boa parte do oeste, a aliança mais estratégica seria com o Império Bizantino ao sul. Vladimir, muito astutamente, percebeu que a posição geográfica determina as alianças.

Além da situação geoestratégica peculiar, o soberano Vladimir percebeu que precisava de uma ideologia para ajudar a cimentar a unidade nacional, se é que assim podemos chamar a unidade da Rus Kievana:

Muitas vezes é atribuído ao desejo de Vladimir de obter uma religião forte para servir de suporte para seu poderoso estado... reza a lenda que uma das razões para a escolha do Cristianismo em detrimento do Islamismo foi que esse último proibia o álcool e beber era a alegria dos russos. (RIASANOVSKY, 2005, p. 19)

A adoção do Cristianismo qualificou e requintou a cultura da Rus Kievana, pois incorporou a alta cultura bizantina nos ritos governamentais (leis, arquitetura) e populares (costumes, literatura, música). Por ter batizado a Rússia no Cristianismo, Vladimir foi canonizado como santo pela Igreja Ortodoxa Russa.

O Cristianismo, acredita Riasanovsky (2005, p. 20), se tornou parte da identidade russa e, mais tarde, do próprio nacionalismo russo. Politicamente, deu ao príncipe da Rus Kievana uma base ideológica mais forte, instando a unidade política do

país e, ao mesmo tempo, enfatizando seus laços com Bizâncio e com o mundo cristão como um todo. A adoção do Cristianismo a partir de Bizâncio, e não de Roma, determinou grande parte da história subsequente do país e o isolamento da Rússia em relação à Civilização Europeia, sobretudo após 1054. Notavelmente, ajudou a inspirar as suspeitas russas do Ocidente e a trágica inimizade entre russos e poloneses. O batismo cristão da Rússia nasce, portanto, no período mais glorioso da Rus Kievana.

A Rus Kievana formou a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia. É um erro, corroborando com o argumento de Riasanovsky, atribuir a ela apenas a identidade ucraniana, uma vez que o caminho “dos varengues aos gregos” corria do norte ao sul da Rússia, era o caminho entre Novgorod e Kiev. E, adicional a isso, se analisarmos que a própria ideia de nacionalismo ucraniano só tomou corpo no final do século XIX, então, chegaremos à conclusão que o exclusivismo ucraniano da Rus não faz o menor sentido. A Rus Kievana deu origem a uma ampla civilização que, com o passar dos séculos, foi se especiando nacionalmente. Para Riasanovsky (2005, p. 22), muitos historiadores que defendem a exclusividade ucraniana erram porque adiam o surgimento da Rússia para o período da ascensão do domínio de Moscou e de seus czares.

Riasanovsky (2005, p. 31) considera um erro classificar a Rus Kievana como feudal pura e simplesmente, uma vez que as relações econômicas eram mediadas monetariamente, havia propriedade fundiária relativamente livre e a autoridade era limitada por uma representação delegada aos senhores locais. Além disso, a sociedade era relativamente livre, mesmo tendo escravos em sua composição.

2.2.1 O Fim da Rus Kievana e o Jugo Mongol

O fim da Rus Kievana dá-se com a invasão mongol e a destruição de seu domínio político por parte das hordas de Gengis Khan. “Em 1223, um povo estranho apareceu nas estepes meridionais... eram os mongóis, que destruíram completamente o exército de Rus”. (BUSHKOVITCH, 2014, p.41). Durante os dois séculos seguintes, a Rússia - ou aquilo que viria a ser chamada de Rússia - iria viver um período decisivo na sua formação nacional e territorial. Além da questão cultural e religiosa, expulsar os mongóis das estepes era um dever territorial para a liberdade russa.

Situada numa região de planícies longínquas e gigantescas, sem nenhuma barreira natural que pudesse servir de proteção ou vantagem militar contra a invasão galopante dos mongóis, os habitantes da região da Rus Kievana estavam totalmente expostos aos conquistadores, dependendo única e exclusivamente de sua vontade e determinação militar. Esse elemento certamente foi a gênese de um sentimento muito presente na mentalidade russa até hoje: a de que os estrangeiros são uma ameaça real à integridade territorial russa. Os séculos seguintes iriam testemunhar outras invasões, o que reforçaria tal sentimento de perigo e vulnerabilidade territorial.

De acordo com Bushkovitch (2014, p. 43), após a desintegração da Rus Kievana, a região assistiu ao surgimento de diversos núcleos territoriais que começaram a formar uma língua e cultura próprias, no nordeste do território da Rus Kievana, na região de Novgorod, e que hoje podemos chamar de cultura russa. “Movimentos populacionais levaram a colonização de vastas terras no norte e no nordeste da Rússia europeia... irradiando depois para os antigos centros da Rus Kievana como Novgorod, Rostov e Suzdal” (RIASANOVSKY, 2005, p. 34)

Entre 1211 e 1227, Genghis Khan expandiu enormemente os domínios do Império Mongol, recobrando toda a Ásia setentrional, bem como a Ásia Central [ver mapa abaixo]. Após sua morte, em 1227, os mongóis rumaram para o oeste sob o comando do neto de Khan, Batu. “Com cerca de 100 mil guerreiros, subjugou a Bulgária do Volga e, entre os anos de 1237 e 1240, numa série de campanhas, esmagou Vladimir e outras cidades do nordeste da Rus Kievana” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 44). De acordo com Bushkovitch (2014, p. 44), o extermínio da região de Kiev foi tão grande que o núcleo populacional não se recompôs antes de um século e meio. Esse subjugo de mais de 150 anos, de acordo com Ponsard (2007, p. 8), foi o único caso de subjugo total a um invasor estrangeiro em toda a história da Rússia, o que marcou profundamente a mentalidade nacional daquele país.

Mapa 2 - Expansão do Império Mongol

Fonte: Columbia University¹³⁵

Só em 1380, na batalha de Kulikova, onde o príncipe Dmitri derrotou os exércitos mongóis¹³⁶, instigado pelo inconformismo gerado pela cobrança de altos tributos que os mongóis impuseram às terras conquistadas, é que se começou a questionar a hegemonia da horda mongólica.

Apesar da superioridade militar - e de serem implacáveis nas conquistas - os mongóis não levavam aos povos conquistados sua cultura, exigindo apenas tributos e a obediência, contrariando o que Ratzel analisou no século XIX como uma “lei” da evolução geopolítica dos Estados. O Império Mongol pecou por somente anexar territórios sem, contudo, ampliar sua cultura. Como bem dizia Ratzel, anexação pura e simplesmente não garante hegemonia por muito tempo. Nem mesmo a língua mongólica fora imposta. “A língua da Horda não era o mongol, mas o túrquico *kiptchak*, a língua franca da estepe e da capital Sarai” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 45). Tampouco havia uma religião mongólica, nem mesmo durante a conversão do clã de *Uzbek*¹³⁷ ao

¹³⁵ Disponível em:

<http://www.columbia.edu/itc/mealc/pritchett/00maplinks/medieval/mongols/map1259max.jpg>

¹³⁶ PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p. 8

¹³⁷ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 45

islã em 1330 os mongóis impuseram a religião aos conquistados, o que certamente ajudou na desagregação territorial do império posteriormente, uma vez que não havia um elemento cultural unificador. Não havia, portanto, uma “civilização” mongol propriamente dita, pois sua cultura nunca foi absorvida pelos conquistados.

Muitos autores consideram que esse jugo mongol acabou afastando a Rússia do melhor da Europa por cerca de trezentos anos, justamente no período de florescimento cultural europeu, condenando a Rússia a ficar isolada tanto da cultura quanto do progresso desenvolvidos na península europeia. Nikolai Berdyaev chegava mesmo a afirmar que a dominação tártara retardou o povo russo.¹³⁸

Outros autores mais idealistas e focando apenas nas heranças positivas, como os eurasianistas George Vernadski e Nikolai Trubetskoi, afirmavam que os mongóis unificaram politicamente as vastas estepes, o que teria possibilitado a formação da Rússia e sua condição de “herdeira do Império Mongol”. (PONSARD, 2007, p. 10). Tal explicação é um tanto questionável, uma vez que a unificação mongol nunca se deu de fato, não houve processo de amalgamação cultural, nem tampouco absorção de uma cultura mongol. O Império Russo vindouro só conquistaria o extremo leste da Ásia no final do século XIX, movidos sobretudo pelo poder das ferrovias e da militarização mecanizada da época. “Para esses autores, o principado de Moscú foi o grande herdeiro do Império Mongol e não da Rus Kievana” (PONSARD, 2007, p. 10)

Riasanovsky (2005, p. 33), acredita que o legado mais importante da Rus Kievana foi o de “terra russa” comum, que foi fundamental na luta e na resistência contra os invasores mongóis entre os séculos XIII e XIV, o que teria garantido a sobrevivência dos russos enquanto povo, que renasceria no posterior e poderoso Estado de Moscou, ainda que bem diferente de seu antecessor.

Mas, de qualquer forma, o que vale ressaltar é que o período de domínio mongólico os diversos principados russos estiveram isolados do mundo ocidental. Isso só começou a romper-se à medida que as revoltas contra os mongóis iam se consolidando. Em 1340, surge a primeira fortificação de Moscou, ainda em madeira,

¹³⁸ PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p. 9

mas foi somente no final do século XV que a Rússia passa a existir como Estado e a terminologia “*Rossia*” começou a substituir o antigo termo “*rus*”.¹³⁹

2.3 O principado de Moscou (Moscóvia) e a origem do Estado Russo

De acordo com BUSHKOVITCH (2007, p. 61), “se tivermos de escolher um momento em que o principado de Moscou dá origem à Rússia, este é a anexação final de Novgorod por Ivã III em 1478... Ivã uniu os dois principais centros políticos e eclesiásticos da Rússia medieval sob um só governante”. É daí que surge o núcleo geohistórico russo, que permanecerá sendo a região mais importante do país até os dias atuais e, mesmo após a consolidação de Moscóvia e sua expansão, continuou sendo a Rússia propriamente dita até o séc. XVIII, onde eram centralizados à administração do Estado e da Igreja.¹⁴⁰

Ponsard (2007, p. 10) ressalta que a primeira aproximação da Rússia com o Ocidente não se deu com Pedro, o Grande, mas já no século XVI com Ivan IV, que convidou diversos especialistas militares e comerciais da Inglaterra, Dinamarca e reinos germânicos. Não houve uma “modernização” como a de Pedro, mas foi o primeiro sinal de aproximação com as potências europeias, notadamente mais desenvolvidas que os países ao sul e à oriente.

Embora entre a Ásia e a Europa, o território russo nunca foi via de passagem mercantil ou de grandes caravanas que ligavam o ocidente europeu ao extremo oriente asiático. Durante a Rus Kievana, haviam as rotas de comércio ligando Bizâncio e os povos nórdicos, mas a “ponte” com o oriente não chegava nem perto do que ocorria ao sul, nos antigos caminhos da Rota da Seda, por meio do Oriente Médio, da Ásia Central, norte da Índia e da China, tanto pela questão do clima, uma vez que o inverno era mais ameno que o amargo inverno russo, quanto pelas possibilidades mercantis, uma vez que no sul encontravam-se povos e civilizações com uma tradição comercial milenar. O *heartland* seguia impenetrável o obscuro para a maior parte do mundo.

Em 1430, o principado de Moscou tinha em seu entorno uma configuração geopolítica favorável. A horda mongólica estava reduzida aos *khanatos* de Astrakhan,

¹³⁹ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 61

¹⁴⁰ Ibidem, p. 61

de Kazan e da Crimeia. Nos dois últimos predominava o comércio com Bizâncio e, em Kazan, os tártaros viviam como os russos, da agricultura.¹⁴¹ Nem de longe representavam a força ameaçadora de trezentos anos antes e eram completamente atomizados. Além disso, o rio Moscou serviu como uma importante artéria comercial, o que acabou por favorecer o aumento das relações econômicas e políticas da cidade, que também era um importante cruzamento de rotas comerciais.¹⁴²

Ao sul, sobretudo após a tomada de Constantinopla por Mehmed em 1453, os turcos representavam a maior potência do mundo de então. Após Constantinopla, conquistaram o Egito, o norte da África, a Mesopotâmia, a Hungria, a Alemanha e cercaram Viena em 1529. “Naquela época, os turcos otomanos davam pouca atenção à Rússia. Seus grandes adversários eram o Irã e o Sacro Império Romano”. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 62). Assim, a Rússia estava fora do alvo dos otomanos, o que lhe permitiu crescer à leste sem maiores preocupações com seus vizinhos mais poderosos e sem alterar o equilíbrio de poder de então.

A oeste, havia a única preocupação russa, o Estado Polaco-Lituano, que era a grande potência hegemônica do Leste europeu de então, que tinha mais poder e população que a Rússia.¹⁴³

A situação dos seus vizinhos permitiu que a Rússia despontasse no cenário da política europeia num momento excepcionalmente favorável. Os *khanatos* tártaros estavam preocupados uns com os outros e com os otomanos, enquanto que a Livônia [atual Letônia e Estônia] e a Suécia, por motivos muito diferentes, não chegavam a tirar o sono dos russos. A Rússia tinha apenas um rival importante, a Polônia-Lituânia, o foco principal de sua política externa. Esse rival era poderoso o bastante para representar um desafio para o novo Estado de Ivan III, um desafio que ele geriu com grande habilidade. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 63)

O oportunismo geopolítico não fugiu à regra com os russos. Com dois poderes maiores que si ao sul e a oeste, o império moscovita rumou para o norte e leste, onde

¹⁴¹ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 62

¹⁴² RIASANOVSKY, Nicholas V. *Russian Identities: a historical survey*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 36

¹⁴³ BUSHKOVITCH, op.cit., p. 62

as linhas de fraqueza eram maiores e o poder era rarefeito. Só em 1514 é que entrariam em guerra com a Polônia-Lituânia e conquistariam a cidade de Smolensk.¹⁴⁴

Já havia, portanto, uma certa divisão étnica em jogo no antigo território da Rus Kievana, o que mais tarde acabaria por se formalizar em três nacionalidades: a russa, a bielorrussa e a ucraniana, consolidando uma divisão étnica bastante sutil sobre um território bastante homogêneo e de difícil demarcação fronteiriça, o que provocou uma “dança” dessas fronteiras durante os séculos subsequentes, sendo as mesmas rearranjadas de acordo com os interesses geopolíticos de então.

[Essa divisão foi] causada, em parte, tanto pelo colapso da Rus Kievana quanto pela subsequente história de sua população e, em particular, pelo fato do sudoeste e do oeste russos, onde os ucranianos e os bielorrussos emergiram, experimentaram uma forte influência lituana e, notadamente, polaca, ao passo que, o território russo propriamente dito localizado fora dessa região, permaneceu imune a tais influências. (RIASANOVSKY, 2005, p. 34) [tradução nossa]

Com as partes ocidentais sob o domínio dos lituanos e polacos e, no norte, sobretudo em Novgorod enfrentando ataques dos cavaleiros teutônicos (alemães), suecos e noruegueses, além dos próprios lituanos, a situação da região era caótica e atomizada. Essa atomização provocada pelo vácuo de centralização surgido após a retirada dos mongóis fez com que os diversos principados, cidades e núcleos urbanos estivessem dispostos e desprotegidos contra quaisquer invasões estrangeiras. Foi “assim que a Lituânia e a Polônia tomaram a parte ocidental do país” (RIASANOVSKY, 2005, p. 35). Esse vácuo entre o fim da presença mongol e o surgimento do Principado de Moscou ficou conhecido como o “apanágio russo”, e a “união da terra russa” proclamada pelos moscovitas marcou o fim desse apanágio.¹⁴⁵

Entre 1462 e 1505, Ivan, o Grande, unificou os territórios setentrionais de Novgorod e Tver e, sob a tutela de seu filho, Basílio III, as terras da antiga Rus Kievana passaram a ser divididas entre Moscou e uma espécie de Estado lituano-polaco.¹⁴⁶

¹⁴⁴ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 70

¹⁴⁵ RIASANOVSKY, Nicholas V. *Russian Identities: a historical survey*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 35

¹⁴⁶ Ibidem, p. 37

A Rússia do século XV era muito mais organizada estatalmente e muito mais poderosa do que os reinos que a antecederam na Id. Média. Ivan III reinava em conjunto com um conselho de cerca de 40 famílias que compunham a elite do país e formavam a Duma, responsável por regular a hierarquia militar, da corte e do governo.¹⁴⁷ De acordo Bushkovitch (2014, p. 64), “a principal obrigação dos nobres russos eram servir ao Exército, sobretudo na fronteira, uma vez que a administração do Estado estava nas mãos de um grupo seleto de oficiais”. O Estado criou uma nobreza e a atraía dando-lhe parte das terras anexadas como recompensa. Começava a surgir uma estrutura moderna de militar e administração na Rússia, havia já uma certa regularidade funcional e administrativa.

Mapa 3 - Representação cartográfica da Rússia em 1595 feita por Mercator

Fonte: Wikipedia¹⁴⁸

Mas além do refinamento do aparato estatal, havia um elemento de destaque na Rússia do séc. XV: a religião. Diferentemente dos mongóis, que tinham um vasto império sem uma ideologia transcendente que unificasse os conquistados, e mesmo os nacionais, os russos agora centralizavam o poder político em paralelo com o poder

¹⁴⁷ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 63

¹⁴⁸ Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/69/Russia_Mercator_1595.jpg

religioso. Criou-se uma ideia de que a nova situação da Rússia era produto de um plano divino e que a mesma deveria ser a “nova Israel”, uma vez que os russos eram o povo eleito de Deus com a missão de defender sua fé ortodoxa dos ímpios vizinhos católicos e muçulmanos.¹⁴⁹ Criou-se um “*soft-power*” e ao mesmo tempo um elemento de união nacional. Segundo Bushkovitch (2014, p. 68), cada cidade russa possuía um monastério ortodoxo, ou mais de um.

Assim, a religião tornou-se um símbolo do país e os russos não lutariam apenas por suas terras, mas por sua fé peculiar altamente permeada pelo Estado. Nascia ali o messianismo russo, que forjaria boa parte da cultura do país nos séculos seguintes.

2.3.1 Ivan IV, o terrível: nasce o expansionismo russo.

Com o imperador Ivan IV (1530-1584), a Rússia começa a ganhar a forma de país continental, uma vez que o mesmo incrementou enormemente as conquistas territoriais do país. Coroado como *tsar* (César, em russo)¹⁵⁰, deu a seu posto de imperador uma legitimidade divina. A alcunha *tsar* equiparava-o aos antigos reis Davi e Salomão do Antigo Testamento.¹⁵¹

Em 1552, Ivan IV anexou a cidade de Kazan sob a justificativa de que a mesma estava sob a ameaça de cair sob o domínio de *khanatos* hostis a Moscou. Em 1556, Ivan tomou Astrakhan, ao sul. Essas conquistas fizeram com que a Rússia deixasse de ser um Estado tão somente ortodoxo e passou a contar com uma grande população de fé muçulmana em seus domínios.¹⁵² Essas conquistas territoriais tampouco representaram uma tentativa de conversão forçada, ao contrário. De acordo com Bushkovitch (2014, p. 72) nunca houve tal tentativa de conversão e muito menos uma expulsão dos mouros como ocorrera na Espanha na época da Reconquista.

Essas anexações de Ivan, o terrível, já eram as maiores da história da Rússia, mas o mesmo não se daria por satisfeito. Percebendo que se a Rússia não quisesse ter

¹⁴⁹ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 68

¹⁵⁰ O nome “*tsar*” era o nome que os eslavos antigos davam aos reis e imperadores tanto do Antigo Testamento quanto das hordas mongólicas e seus *khanatos*, bem como os imperadores romanos e bizantinos.

¹⁵¹ BUSHKOVITCH, op.cit., p. 71

¹⁵² Ibidem, p. 72

o mesmo destino da Rus Kievana e mesmo do Império Mongol, haveria de ter que dominar territórios geograficamente estratégicos e que permitissem a defesa militar e que colocasse as fronteiras cada vez mais perto de seus possíveis invasores. Foi assim que, em 1560, Ivan estabeleceu uma fortificação ao pé do Cáucaso, junto ao rio Terek, bem como relações diplomáticas com os circassianos e chechenos.¹⁵³

A conquista de Astrakhan e de toda a bacia do Volga, “colocou a Rússia numa nova situação geopolítica” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 72), uma vez que, de Kazan à Astrakhan, a fronteira estabelecida por Ivan margeava todo o rio Volga, o que demarcava e dividia as estepes eurásianas ao meio. As fronteiras nacionais começavam a ter contornos geográficos bem demarcados.

Assim como a política de Estado, Ivan IV tentou modernizar a Rússia no campo técnico-científico, decorrente dos séculos de ocupação mongol e do apanágio, importando médicos, professores, engenheiros e geólogos dos países europeus¹⁵⁴. Era preciso colocar o Estado em paridade minimamente equivalente à de seus vizinhos.

Em 1558, Ivan começou uma guerra no intuito de anexar a Livônia, onde a princípio capturou as cidades de Tartu e de Narva. Porém, a Rússia foi derrotada em inúmeras batalhas pelo Exército polonês, além do que a Suécia resolveu ajudar a Estônia, transformando a guerra num evento tripartido.¹⁵⁵ Essa guerra tinha por objetivo o amplo acesso da Rússia ao Mar Báltico, o que beneficiaria sua fronteira ocidental amplamente, mas a guerra acabou por gerar uma instabilidade interna dentro do Kremlin.

De 1564 a 1570, Ivan IV instalou um expurgo que justificou posteriormente sua alcunha de “o terrível”. Só em Novgorod, de acordo com Bushkovitch (2014, p. 75), Ivan mandou executar mais de 2 mil pessoas. Esse expurgo teve origem na chamada *Oprichnina*, um sistema paraestatal criado por Ivan para isolar os boiardos opositores¹⁵⁶, o que acabou por sangrar política e economicamente a Rússia.

¹⁵³ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 72

¹⁵⁴ RIASANOVSKY, Nicholas V. *Russian Identities: a historical survey*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 40

¹⁵⁵ BUSHKOVITCH, op. cit., p. 73 e 74

¹⁵⁶ RIASANOVSKY, op. cit., p. 38

Por fim, o Estado lituano-polaco acabou por expulsar os russos da Livônia em 1580 e a dividiu com o Reino da Suécia, frustrando os planos russos de dominarem a costa do Mar Báltico de forma ampla.

Mapa 4 - Principado de Moscúvia entre 1450–1600

Fonte: adaptado de FRANKLIN e WIDDIS (2004)¹⁵⁷

Antes de sua morte, ocorrida em 1584, Ivan IV acabou anexando mais uma boa parte de território à Rússia, apoiando logística, militar e financeiramente o cossaco Yermak, que adentrou a Sibéria Ocidental, cruzando os Urais¹⁵⁸, dando início a um largo processo de expansão territorial sem precedentes na história moderna, processo esse que culminaria com a conquista das terras da costa do Pacífico no final do séc. XIX.

Após a morte de Ivan IV, sucedeu-se um período de lutas pela sucessão de seu trono conhecido como o “*tempo de dificuldades*”, onde emergiu uma violência social combinada tanto dos cossacos e camponeses como dos aristocratas rurais, em

¹⁵⁷ FRANKLIN, S.; WIDDIS, E. *National Identity in Russian Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

¹⁵⁸ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 76

detrimento dos privilégios dos boiardos na corte. Esse período assiste a invasão da Polônia ao território russo em 1604, e em 1606 a mesma toma a cidade de Smolensk¹⁵⁹. A anarquia combinada com a presença de estrangeiros no Estado (sobretudo poloneses e ucranianos), teve um impacto negativo sobre o povo russo, já calejado com as hordas de saqueadores e invasões. O então tsar Vassili Shuiskii recorre a um pacto com a Suécia cedendo para a mesma o golfo da Finlândia, em troca de mercenários, mas os suecos acabaram trocando de lado e ficando do lado dos polacos.¹⁶⁰ Diante dessas invasões e da falta de ordem interna, o tsar Vassili é destituído do trono. Wladyslaw, filho do rei polaco Sigismundo, acaba sendo escolhido pelos boiardos em 1610, quando então o Exército polonês ocupa Moscou, que só seriam derrotados dois anos depois, em 1612 pelas tropas do príncipe Dmitri Pozharski, que destitui o tsar polaco e coroa, em conjunto com os boiardos, Fyodor Romanov, cuja dinastia durou até 1917.¹⁶¹ Fora de Moscou, entretanto, “foram necessários mais cinco anos para derrotar os poloneses e suecos em Novgorod e no Noroeste” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 80).

O impacto dessa anarquia foi devastador para a Rússia. “A sociedade russa fora esmagada, Smolensk perdida para a Polônia e a costa russa do golfo da Finlândia cedida para a Suécia em 1617. Imensas áreas estavam devastadas e despovoadas” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 81). Territórios foram perdidos, alianças foram desfeitas e as potências vizinhas estavam mais poderosas do que antes. A Rússia se encontrava numa situação política, econômica e militarmente muito delicada e seu futuro enquanto Estado era incerto.

Nota-se, até aqui, que os domínios territoriais russos foram sendo alargados, mas não sem uma contração provocada por seus vizinhos, sobretudo na fronteira oeste e noroeste, mas na fronteira leste o caminho era quase livre, e a expansão não pararia nos Urais nem na Sibéria ocidental. Essa “pressão” advinda de fora, endossou a vontade de expansão territorial russa, que passou a associar essa expansão à ideia de segurança nacional, algo que veremos frequentemente nos períodos posteriores.

¹⁵⁹ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 80

¹⁶⁰ Ibidem, p. 80

¹⁶¹ Ibidem, p. 80

2.3.2 O séc XVII e a fundação do Império Russo

Após a convulsão do “tempo de dificuldades”, a dinastia Romanov estava coroada na figura do tsar Michael Romanov, que reinou de 1613 até sua morte em 1645. Seu grande feito foi a construção de uma linha de fortificações ao longo da fronteira meridional, uma linha gigantesca, de cerca de 1500 quilômetros, que ia da fronteira da Polônia até os Urais.¹⁶² Isso permitiu e garantiu a segurança para que os proprietários aristocratas se instalassem no sul, numa verdadeira frente pioneira que valorizou imensamente o território. “Cem anos após a conquista de Ivan, o Terrível, a estepe meridional finalmente começou a contribuir para a riqueza e o poder da Rússia” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 85).

Além da ocupação funcional da fronteira sul, a Sibéria também foi sendo gradativamente ocupada, em 1632 o posto de Yakutsk foi estabelecido e em 1652 o de Irkutsk. E já em 1689 a fronteira com a China foi delimitada por um tratado ao longo do rio Amur.¹⁶³

No começo do séc. XVII, porém, o grande Estado do leste europeu era o Estado polaco-lituano, que dominava a região política e culturalmente, onde Kiev era um grande centro religioso de alto impacto na Rússia.¹⁶⁴ Isso causava incômodo em Moscou, que precisava encontrar um meio de limitar o poder polaco para assumir sua hegemonia na região.

A Guerra Polaco-Russa (1654-1667), também conhecida como “Guerra dos Treze Anos”, alterou definitivamente o equilíbrio de poder na região. Essa guerra, segundo Bushkovitch (2014, p. 90), marcou a ascensão da Rússia como grande potência da região e *hegemon* do leste europeu, bem como sepultou a Polônia como potência, *status* que ela jamais voltaria a desfrutar¹⁶⁵.

Com a morte do tsar Michel, assume o trono o seu filho Aleksei. Até esse conflito eclodir, a fronteira ocidental russa permanecia a mesma e, numa revolta dos cossacos ucranianos, em conjunto com os tártaros da Crimeia, acabou por despertar o interesse

¹⁶² BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 84-85

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ BUSHKOVITCH, op. cit., p. 84

¹⁶⁵ Os poloneses se referem a essa guerra como “o Dilúvio”, simbolizando a grande tragédia nacional daquele país.

do novo tsar, que serviu de pretexto para uma nova guerra que poderia resultar de ganhos territoriais sobre o inimigo mais poderoso de então.

Os cossacos ucranianos, majoritariamente ortodoxos, começaram a ser perseguidos pelos polacos que, em 1596, decidiram-se por se unir ao catolicismo romano e declararam a ortodoxia ilegal no país.

Então, no inverno de 1648, os cossacos ucranianos elegeram um novo líder (*hetman*) sem a aprovação do rei, que começou a pregar a liberdade religiosa no país. O exército polonês, arregimentado às pressas, foi completamente aniquilado e as terras ucranianas explodiram em revolta; camponeses e cossacos matavam e expulsavam a aristocracia polonesa, os uniatas e os judeus. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 89)

O líder dos cossacos, Khmelnitski, buscou aliança com os tártaros da Crimeia bem como com Moscou, pois sabia que sozinho dificilmente resistiria ao poder do Estado lituano-polaco, maior potência da região à época. Assim, buscou o apoio do tsar Aleksei, que no princípio relutava em ajudar. “Na primavera de 1653, Khmelnitski ofereceu a Aleksei a soberania sobre a hoste dos cossacos ucranianos” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 89), o que foi prontamente aceito pelo tsar.

Em julho de 1654, um exército de mais de 40 mil homens sitiou Smolensk e, a partir de vários outros pontos na fronteira, adentraram o território polaco. Em 1655 os russos tomaram Vilnius e depois atacaram Lublin e Brest. Nesse ínterim, os suecos temendo pela situação da Livônia, também invadiram o Estado polaco-lituano a partir do norte. Desgastados por uma guerra em duas frentes, os poloneses concordaram em assinar o Tratado de Andrusovo (1667), o que os fez perder para os russos tanto Smolensk quanto a parte oriental da Ucrânia após o rio Dnieper, incluindo aí a cidade de Kiev [ver Mapa 5]. Esse ganho territorial foi o primeiro conquistado pela Rússia sobre uma potência europeia e, até hoje, essa banda oriental da Ucrânia, entre o rio Dnieper e a fronteira com a Rússia, é motivo de controvérsias e disputas entre russos e ucranianos.

Mapa 5 - Tratado de Andrusovo (1667)

Fonte: Wikipedia¹⁶⁶

Além do ganho territorial supracitado, a Rússia conseguiu enfraquecer a Polónia e já não tinha uma potência em suas fronteiras que pudesse lhe ameaçar. Além disso, durante o século XVII, “a expansão na estepe meridional aumentou enormemente o território, o potencial agrícola, a população e o poder da Rússia... e fez também que a Rússia se tornasse um Estado multinacional.” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 90).

Mas, o fator mais fundamental foi o grande alargamento geográfico do Estado russo. Das possessões que Ivan IV tinha relegado (que iam no máximo até os Urais), a Rússia deu um salto gigantesco avançando Sibéria adentro e chegando na fronteira setentrional da China, bem como no extremo norte siberiano, conquista essa só equiparável à das Grandes Navegações europeias. A Rússia, de um simples principado relativamente pequeno e isolado, tornou-se o maior país do mundo em cerca um século, fato esse beneficiado amplamente por sua geografia.

¹⁶⁶ Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/9f/Truce_of_Andrusovo_1667-es.svg/1132px-Truce_of_Andrusovo_1667-es.svg.png

Muitos estudiosos consideram o século XVII como uma transição entre a velha e a nova Rússia, e alguns consideram-no já uma nova era. No entanto, foi apenas com Pedro o Grande e os seus sucessores que a orientação para o Ocidente se tornou uma política governamental abrangente e, em pouco tempo, também parte da identidade dos russos instruídos. (RIASANOVSKY, 2005, p. 73) [tradução nossa]

2.4 Pedro, o Grande, e a transformação da Rússia numa potência moderna.

Pedro, o Grande, representou, sem dúvida, a maior transformação estrutural e cultural da Rússia antes da Rev. Russa de 1917. Colocou a Rússia no círculo íntimo das monarquias europeias, modernizou o Estado importando o que havia de melhor no Ocidente e, a partir dali o papel da Rússia no equilíbrio europeu não seria mais secundário, mas decisivo. A Rússia tornou-se um império europeu, em poder e em cultura.

Riasanovsky (2005, p. 74) assinala que “muitos economicistas e deterministas sociais não consideraram a época de Pedro, o Grande”, por simplesmente julgarem que a servidão não tenha sido abolida.¹⁶⁷ Isso certamente constitui uma rasura de interpretação do período e do impacto - sobretudo geopolítico - que Pedro relegou à Rússia. Essa atitude revela um procedimento muito comum nas ciências humanas e em algumas correntes da Geopolítica, especialmente a *critical geopolitics*, de colocar a ênfase nos discursos de poder e no empoderamento das classes sociais, esquecendo-se, muitas vezes, dos avanços estruturais da geopolítica e da projeção de poder de um determinado país e sua condição no jogo político internacional. Esquecer - ou simplesmente relegar - a geografia e seus fatores fundamentais ao ostracismo explicativo é uma tendência empobrecedora na compreensão de seus reais impactos e na dimensão que a geografia ocupa na história de um país.¹⁶⁸

De acordo com Bushkovitch (2014, p. 100), quando jovem, Pedro ficou fascinado por embarcações depois que um tutor holandês o apresentou um barco distinto das embarcações russas projetado especialmente para navegar contra o vento. Desde

¹⁶⁷ RIASANOVSKY, Nicholas V. *Russian Identities: a historical survey*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 74

¹⁶⁸ De acordo com Riasanovsky (2005, p. 74), diplomatas e historiadores de política externa partilham de uma visão diferente, mais realista e considerativa pelas estruturas do poder, e atribuem ao período um avanço impressionante, que projetou a Rússia como grande potência europeia.

então, o jovem Pedro cultivou uma relação de amor pelos barcos e com a navegação em geral, que mais tarde iria refletir na fundação e na modernização da Marinha Russa.

As influências de estrangeiros na personalidade de Pedro foram muitas, mas duas em particular moldaram sua cosmovisão da Rússia em relação ao mundo: Patrick Gordon, um católico escocês especialista em fortificações e artilharia que era um forte defensor de uma guerra contra os otomanos e que, mais tarde, acabou por desempenhar um decisivo papel no treinamento de novos regimentos de estilo europeu no Exército russo¹⁶⁹; e François Lefort, um mercenário suíço cuja influência foi mais ao nível pessoal do que a de Gordon. Ambos, tornaram-se os estrangeiros favoritos de Pedro e de seu círculo de conselheiros.¹⁷⁰

Essas amizades estrangeiras fizeram Pedro perceber o relativo atraso no qual a Rússia se encontrava em relação às potências europeias de então, o que foi decisivo para sua tomada de decisão de modernizar o país e colocar a Rússia ao nível dessas potências. “No espaço de duas décadas, abriu o seu país aos costumes ocidentais. Ele pretendia despertar o seu povo do que chamava de letargia e barbárie.” (PONSARD, 2007, p. 10)

Inspirado pelas influências estrangeiras, Pedro empreendeu sua primeira empreitada militar em 1694 na cidade de Azov, então uma fortificação otomana. Foi derrotado sobretudo porque os turcos reabasteciam o forte a partir do mar, o que despertou uma inovadora ideia em Pedro: a de construir a Marinha Russa¹⁷¹. Para isso, contratou carpinteiros e construtores navais holandeses e oficiais navais da França, de Veneza e dos Países Baixos. Dois anos depois, em 1696, a esquadra estava montada e Pedro tomou o forte de Azov dos turcos.

Pedro fez então uma longa viagem aos países europeus, parando em Riga (atual Letônia), Berlim e Amsterdã, onde aprendeu línguas e a arte da navegação nos estaleiros de Zaandam. Dali, Pedro foi para Londres para aprender mais sobre as novas técnicas navais que os ingleses haviam inventado, e tomou contato com astrônomos em Greenwich e com a Casa da Moeda Inglesa¹⁷². Toda essa peregrinação educativa,

¹⁶⁹ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 104

¹⁷⁰ Ibidem, p. 104

¹⁷¹ BUSHKOVITCH, op. cit., 104

¹⁷² Ibidem, p. 105

deu a Pedro uma bagagem cultural e estratégica que seria fundamental na construção do novo império russo, ao ponto que muitos estudiosos salientam que, “embora anteriormente a ocidentalização tinha chegado à Rússia principalmente através da Polônia, Pedro capturou o Ocidente através das suas próprias viagens, convidando numerosos especialistas estrangeiros para Rússia” (RIASANOVSKY, 2005, p. 75).

Quando retornou à Rússia, Pedro reordenou a coleta de impostos sobre documentos oficiais, substituiu os boiardos por cargos de confiança e redistribuiu os tributos eclesiásticos com o fim de que gerissem uma receita de guerra.¹⁷³

Pedro decretou as primeiras reformas, ordenando que os homens das classes altas raspassem a barba e que ambos os sexos da aristocracia vestissem roupas ocidentais... também ordenou que o ano fosse datado a partir do nascimento de Cristo, e não da criação do mundo, para que a Rússia fosse integrada ao mundo civilizado como ele o via. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 106)

Pode-se dizer que Pedro criou e ordenou o Estado moderno russo¹⁷⁴, lançando reformas econômicas, políticas e culturais de grande alcance com o claro objetivo de europeizar a sociedade russa.¹⁷⁵

Pedro, o Grande, mudou por atacado as instituições governamentais e todo o aparelho administrativo da Rússia moscovita, incluindo a transferência da capital de Moscou para São Petersburgo, ainda em construção. Esforços para delimitar claramente a autoridade de cada agência governamental, para separar poderes e funções, para padronizar o procedimento e explicar cada detalhe poderiam muito bem ser considerados revolucionários do ponto de vista moscovita. E essa qualidade revolucionária foi enfatizada pelo próprio governante, que odiava a velha ordem, que ele identificou com atraso e estagnação, bem como com a intriga letal e conspiração que o cercaram em seus primeiros anos. (RIASANOVSKY, 2005, p. 75) [tradução nossa]

A europeização de Pedro também a fonte de grandes cismas que afligiram a sociedade russa, onde o novo sistema se chocava com o velho e as classes educadas

¹⁷³ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 107

¹⁷⁴ De acordo com Ponsard (2007, p. 10), Pedro tinha a intenção de transformar o velho mercantilismo russo numa estrutura empresarial moderna, composta por administradores, cientistas, generais e estadistas, além de transformar a velha nobreza atrasada em uma classe governante moderna, culta e ativa.

¹⁷⁵ PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p.10

com o povo camponês.¹⁷⁶ Criou-se a partir dali uma distinção muito acentuada entre os membros da elite e do Estado e o cidadão comum, típico de transformações bruscas e reformas fulminantes como as de Pedro. Assim, também nasce um procedimento que seria recorrente ao longo da história russa dali em diante: o das reformas estatais de cima para baixo, autoritárias, sem o devido consentimento ou apelo do povo.

Segundo o Marquês de Custine, Pedro tentou plantar a árvore da civilização europeia já amadurecida durante séculos num país que mal tinha saído da Idade Média, ao invés de semear as sementes e esperar a devida germinação de seu próprio solo.¹⁷⁷ Essa “pressa” reformista também se deu com a Revolução Russa de 1917 e a subsequente implementação da URSS, onde o governo tentou forjar uma nova sociedade num povo que muitas vezes não entendia o que estava ocorrendo. Tal “forja” estatal russa criou e edificou coisas surpreendentes num espaço de tempo relativamente pequeno, tanto com Pedro quanto com Stálin, mas relegou uma herança trágica, amarga e incorrigível à história daquele país.

2.4.1 A Grande Guerra do Norte (1700-1721)

Em 1698, o rei da Polônia, Augusto da Saxônia, começou a bolar um plano geoestrategicamente pensado para tomar da Suécia os países bálticos. Isso poderia, na visão de Bushkovitch (2014, p. 107), fortalecer sua posição interna que estava bastante instável com a aristocracia polaca. Mas, para esse plano dar certo, precisaria do apoio da Dinamarca e da Rússia, geograficamente localizadas, a fim de formar uma frente de coalizão que encurralasse a Suécia militarmente.

Nota-se aqui um pragmático raciocínio geopolítico por parte do monarca polaco, tentando construir uma aliança entre oponentes rivais de um poder mais forte. Porém, ao tentar tomar Riga em 1700, a Suécia prontamente respondeu e esmagou o exército polaco, assim como anulou diplomaticamente a Dinamarca.¹⁷⁸

A Grande Guerra do Norte (1700-1721) foi uma grande coalizão formada entre a Rússia, a Polônia, a Saxônia e a Dinamarca contra a supremacia sueca na região. A

¹⁷⁶ PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p. 11

¹⁷⁷ Ibidem, p. 11

¹⁷⁸ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 107

coalizão lançou uma ofensiva contra a Livônia sueca em 1700, que prontamente foi derrotada e desarticulada pelo exército sueco. Embora o tsar tivesse construído seu exército rapidamente, o mesmo permaneceu muito inferior ao de Carlos em equipamento, treinamento e liderança, que, com uma força sueca de menos de um terço da dos russos, rapidamente os derrotou e libertou a cidade de Narva em novembro.¹⁷⁹ Após isso, Carlos lançou uma contra-ofensiva contra as forças do monarca polaco Augusto e as empurrou para a Saxônia. Augusto foi destronado pelos suecos em 1706.

Pedro, porém, viu uma oportunidade no evento. Suas intenções eram a de recuperar a região que hoje é a cidade de S. Petersburgo que a Rússia havia perdido pra Suécia durante o “tempo de dificuldade” e, com isso, estabelecer um porto estratégico que daria acesso ao Mar Báltico, uma vez que os otomanos impediam os russos de navegar por meio do Estreito de Bósforo, ao sul.¹⁸⁰ Assim, a política era colocada sobre o mapa não apenas com o rei polaco, mas também com Pedro que já, rudimentarmente, pensava em projetar o poder russo através do mar, como forma de escapar desse “cerco” no qual a Rússia se encontrava à época.

Em 1703 Pedro desceu o rio Neva e tomou rapidamente a pequena cidade sueca na foz do rio, onde ele imediatamente começou a construir uma nova fortaleza, a fortaleza de S. Pedro e S. Paulo, para que pudesse defender a área por mar e por terra. Em volta dessa ele começou a construir uma nova cidade como base naval e um porto comercial potencial para a Rússia no Báltico. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 108-109)

São Petersburgo nasce, portanto, de uma geoestratégia naval de Pedro, que ao mesmo tempo pensava na defesa militar e nas possibilidades econômicas por meio da Marinha russa. Além disso, pela primeira vez na história, a Rússia começou a ter um exército profissional, que vinha aprendendo corretamente com as ações dos demais exércitos europeus e se tornando cada vez mais forte e equipado. Esse “revigoramento” militar russo também foi um dos grandes legados de Pedro.

Em 1709, Carlos, o monarca sueco, dispõe seu exército na Rússia para enfrentar Pedro, mas é derrotado na famosa Batalha de Poltava, onde perde totalmente o seu

¹⁷⁹ OAKLEY, Stewart P. *War and Peace in the Baltic 1560-1790*. Londres: Routledge, 1992, p. 107

¹⁸⁰ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 108

derrota os dinamarqueses, mas é morto ao tentar lançar um contra-ataque na Noruega, em 1718.

A paz com os reinos germânicos foi assinada em 1719 no Tratado de Estocolmo; em 1720 o Tratado de Frederiksborg estabelece a paz com os dinamarqueses e, finalmente, o Tratado de Nystad, em 1721, põe fim à guerra com a Rússia. Assim como a Polônia alguns anos antes, a Suécia nunca mais voltaria a ser uma potência.

Stewart P. Oakley (1992, p. 119) levanta um ponto interessante que explica muito bem a condição de potência da Suécia e da Polônia na época. De acordo com o autor, a Suécia só se tornou uma potência por uma série de circunstâncias, dentre as quais as mais evidentes foram o enfraquecimento da Dinamarca e dos reinos germânicos pela Guerra dos Trinta Anos e a fraqueza russa oriunda do *tempo de dificuldades*. Ou seja, a fraqueza da vizinhança foi mais determinante do que a força do país propriamente dita. A posição dos poloneses era similar, porém, quando essas situações “favoráveis” começaram a mudar, os dias desses estados-nações como potências haviam acabado definitivamente.

A vitória decisiva sobre a Suécia, confirmada pelo Tratado de Nystad, em 1721, projetou a Rússia na condição de grande potência europeia e, em breve, mundial... e no decurso das guerras petrinas, a Rússia criou uma marinha impressionante, criada quase que a partir do nada, e que transformou o seu antiquado exército numa força poderosa e atualizada. (RIASANOVSKY, 2005, p. 74) [tradução nossa]

Para Riasanovsky (2005, p. 77), Pedro introduziu na Grande Guerra do Norte o conceito de “interesse de Estado”, no lugar da antiga ideia de interesse do monarca, vigente ainda na Rússia. “O princípio do serviço devotado e abnegado ao Estado, à Rússia, ao invés à pessoa do governante, tornou-se um dos legados do imperador aos seus sucessores”.¹⁸³

Vale notar que Pedro fora extremamente belicista durante seu reinado, tanto que somente um ano de sua regência é que não houve nenhuma guerra (1724)¹⁸⁴. E vale notar também que, sem as duras reformas de Pedro, o Estado russo jamais teria

¹⁸³ RIASANOVSKY, Nicholas V. *Russian Identities: a historical survey*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 78

¹⁸⁴ Ibidem, p. 78

conseguido assegurar sua soberania, nem tampouco seu desenvolvimento futuro¹⁸⁵, e tampouco sua consolidação geopolítica como *hegemon* no leste europeu.

Após vencer a Suécia, Pedro devolveu a Finlândia para os mesmos, com exceção da cidade de Viborg, estrategicamente localizada à nordeste de S. Petersburgo e que até hoje é de domínio russo. As províncias bálticas agora eram domínio de Pedro e a cidade de S. Petersburgo estava com sua segurança assegurada.¹⁸⁶ [ver Mapa 6]

Os ganhos territoriais russos não se limitaram à saída para o Mar Báltico. Já em 1700 o território russo já alcançava o Oceano Pacífico e a Sibéria Oriental. Em 1716, Pedro funda a cidade de Omsk. Quando Pedro morre, em 1725, a Rússia já era o maior país do mundo, consolidada como a maior potência terrestre do planeta. [ver Mapa 11]

Riasanovsky (2005, p. 75) argumenta que ainda que essas reformas atingissem, num primeiro momento, apenas as estruturas estatais, com o povo russo, sobretudo aqueles assentados nas longínquas regiões interioranas, continuando a viver sob as antigas regras práticas do dia-a-dia, “a ocidentalização do país foi feita, e já não era mais possível haver retorno ao passado moscovita nem a seu isolamento”.¹⁸⁷ Pedro conduziu a Rússia para um destino glorioso e tirou a mesma da Idade Média e a fez entrar no mundo moderno, a ponto de Catarina, sua sucessora imperial, declarar ao mundo que “a Rússia é um Estado moderno”¹⁸⁸, ainda que alguns intelectuais eslavófilos negassem tal grandeza.

2.5 Catarina, a Grande.

Após a morte de Pedro, o Grande, a Rússia viveu alguns anos de instabilidade política internamente, numa contínua guerra entre os membros da realeza pela sucessão do trono do antigo imperador. Entretanto, no plano externo, nas relações internacionais, o Império Russo foi bem-sucedido durante todo o século XVIII, não sofrendo nenhuma derrota no campo militar até as Guerras Napoleônicas.¹⁸⁹

¹⁸⁵ PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p. 11

¹⁸⁶ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 110

¹⁸⁷ RIASANOVSKY, Nicholas V. *Russian Identities: a historical survey*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 75

¹⁸⁸ Ibidem, p. 75

¹⁸⁹ RIASANOVSKY, op. cit., p. 99

Catarina II, conhecida como “Catarina, a Grande”, reinou sobre a Rússia de 1762 até a sua morte em 1796. Prussiana de nascimento, converteu-se à ortodoxia russa e casou-se com o príncipe Pedro Feodorovich, do qual, após um golpe de Estado, Catarina tomaria o poder e se tornaria a Imperatriz da Rússia.

Seu primeiro teste foi em política externa. A primeira guerra com a Turquia (1768-1774) colocou Catarina numa complicada situação. A Turquia era uma grande potência na época e tinha uma força militar mais poderosa que a da Rússia de então. Além disso, “a Rússia teria de cruzar as vastas extensões da estepes meridional antes mesmo de enfrentar o inimigo”. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 142) Mas os russos acabaram se saindo bem. Catarina absorveu a região da Nova Rússia - que hoje volta a ser palco de disputas entre russos e ucranianos), a Crimeia, a Ucrânia, a Bielorrússia, a Lituânia e a Curlândia¹⁹⁰ na vitória sobre os turcos. Em 1783 a Crimeia é libertada do jugo otomano; em 1769, Bucareste também é libertada pelos russos e, no Cáucaso, com a ajuda dos georgianos, o Império Russo derrota os turcos e funda a fortaleza de Poti. Com isso, a Rússia agora tinha amplo domínio sobre quase todo o entorno do Mar Negro e o Cáucaso. No Tratado de Küçük Kaynarca (1774), fica assinalada a derrota turca sob as condições que Catarina impôs, ficando com a Rússia as possessões territoriais de Azov e Kerch, além da Crimeia.

É preciso destacar que a vitória russa não se deu mediante o uso apenas do Exército. Catarina fez talvez a primeira grande empreitada naval da Rússia. Sua marinha saiu de São Petersburgo, contornou o continente europeu, para finalmente combater e derrotar a esquadra turca na Batalha de Chesme em 1770¹⁹¹. Foi a primeira grande vitória da Marinha russa e isso assinalou o quão grande era o poder militar daquela potência, que agora estendia seus tentáculos bem além de suas fronteiras e projetava seu poder sobre seus vizinhos.

A conquista dos territórios do sul, incluindo a Crimeia, conferiu à Rússia não apenas a posse territorial, mas o direito de comercializar através do Mar Negro e ali construir uma Marinha¹⁹². Ou seja, agora, além da conquista geopolítica que Pedro havia concretizado garantindo a saída para o Mar Báltico, Catarina dera a Rússia um

¹⁹⁰ Região que hoje é o litoral oeste da Letônia.

¹⁹¹ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 143

¹⁹² Ibidem, p. 143

novo flanco naval de altíssimo valor estratégico, que projetaria a Rússia maritimamente em direção ao Mediterrâneo e consolidaria sua esfera de influência na parte sul do Leste europeu.

Ao mesmo tempo que entrava em guerra com os otomanos, Catarina fez uma aliança com Frederico da Prússia e, em 1772, dividiu o reino da Polônia entre a Prússia e a Rússia. “O resultado foi o tratado de partição de 1772, que deu distritos amplos e valiosos à Áustria e a Prússia... Catarina ficou com a Bielorrússia Oriental, o que deu a Rússia maior comunicação fluvial com Riga”. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 143)

A Rússia, após a partilha da Polônia, a conquista dos países bálticos, da Crimeia e da região costeira do Mar Negro, além do Cáucaso, “empurrava” as potências vizinhas para longe de seu núcleo geo-histórico, garantindo sua segurança territorial e, ao mesmo tempo, ameaçava as grandes potências continentais europeias.

As antigas incursões mongóis na região meridional da Rússia já não existiam mais¹⁹³, as conquistas haviam garantido a pacificação da região e a segurança do território. Assim, a Rússia manifestava materialmente o que estava implícito, e consolidado, em sua política externa: sua posição geográfica.¹⁹⁴ A geografia determinou as ações da política externa tanto de Pedro quanto de Catarina. Ambos consolidaram o objetivo de encontrar uma saída para o mar para que a Rússia pudesse construir uma forte marinha e, ao mesmo tempo, anexaram vastíssimas regiões territoriais, incluindo aí posições geoestrategicamente valiosas no Leste europeu. [ver Mapa 11]

Catarina colocou a política do Estado russo sobre o mapa e agiu a partir dele, consolidando seu espectro geopolítico, que agora não era mais regional, mas mundial:

As conquistas militares, juntamente com uma diplomacia eficaz, levaram à captura da Turquia de toda a Ucrânia meridional e da Rússia, e à surpreendente [...] divisão da Polônia. Enquanto enormes terras caíram sob o domínio dos Romanovs, soldados russos ocuparam Berlim durante a Guerra dos Sete Anos e marinheiros russos navegaram pelo Mediterrâneo nas suas campanhas contra o sultão. O outrora isolado Moscovo tinha claramente tornar-se uma grande potência europeia, profundamente envolvida nos assuntos do continente. Iluminada ou não, a monarquia russa poderia certamente reivindicar respeito segundo o aos critérios mais antigos e mais

¹⁹³ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 143

¹⁹⁴ MADRIAGA, Isabel de. *Catherine the Great: a short history*. New Haven: Yale University Press, 1996, p. 38

geralmente aceitos de poder e sucesso. (RIASANOVSKY, 2005, p. 99)
[tradução nossa]

Essas conquistas, bem como a mão de ferro com que Catarina governava, fizeram-na conhecida e famosa em todas as cortes europeias. Admiração, medo e espanto eram as reações atribuídas ao sentimento em relação à monarca russa. Diderot chegou mesmo a escrever que Catarina possuía “o espírito de Brutus no corpo de Cleópatra; a coragem de um e os encantos da outra”¹⁹⁵. Já na visão de François de Labriolle, a Rússia saiu de seu não-ser histórico para se tornar uma espécie de estado modelo dos intelectuais europeus. “A Moscóvia de 1700 transformou-se num império iluminado, num país de ‘Luz’, num exemplo”, cujos escritos e códigos de leis de Catarina eram admirados por todos (LABRIOLLE apud RIASANOVSKY, 2005, p. 100).

Na última década do século XVIII a Rússia começou a despertar a desconfiança dos ingleses, que viam suas manobras navais no Mediterrâneo com preocupação. A Revolução Francesa e novos conflitos com a Suécia e a Turquia - ambas derrotadas novamente - exigiram uma forte governança por parte de Catarina. A Polônia fora novamente dividida, mas desta vez excluída como Estado, a Rússia então tomou posse da Ucrânia ocidental, do restante da Lituânia e da Bielorrússia, as partes com população etnicamente polonesas ficaram com os austríacos.¹⁹⁶

Agora a Rússia havia se tornado um verdadeiro império multinacional. Os 5,5 milhões de novos súditos levaram a proporção dos russos no Estado de 85% para 70%. Catarina não tratava a guerra para reunir os eslavos orientais, mas havia de fato incluído no seu império praticamente todo o território da Rus de Kiev medieval. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 156)

Assim, o Estado russo não visava a unidade étnica, mas o domínio imperial amplo, multinacional e multireligioso. Correntes idealistas tendem a ressaltar o eslavofilismo, mas em termos de geopolítica, o debate ocidentalismo *versus* eslavofilismo nunca fez muito sentido, sobretudo após a Rússia consolidar-se como potência.

¹⁹⁵ RIASANOVSKY, Nicholas V. *Russian Identities: a historical survey*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 99

¹⁹⁶ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 156

A morte de Catarina em 1796 encerrou o século XVIII politicamente para a Rússia, século esse que mais representou ganhos territoriais para aquele país. [ver Mapa 11] Um século antes, a Rússia não passava de um reino bárbaro, culturalmente sem influência e sem nenhuma participação no equilíbrio de poder mundial, que penava para lutar contra hordas de cavaleiros que provinham das estepes orientais e atemorizavam suas aldeias fronteiriças. Agora, a Rússia era o maior país do mundo, com um exército que incutia derrotas às diversas potências de então e com uma marinha que já despertava preocupação do poderio naval inglês - já hegemônico na época -, além de ser um Estado moderno e organizado aos moldes do que havia de melhor e de pior no Ocidente. Sua transformação científica já fazia-se notar nos principais centros da Europa. Cientistas, pintores, compositores e escritores russos já eram conhecidos nos principais centros europeus e ganhavam notoriedade pelo mundo afora.

Paulo, filho de Catarina, tornou-se, então, o novo tsar. Dentre outras medidas adotou o modelo de treinamento militar prussiano, que muitos consideravam ultrapassado após os exércitos revolucionários franceses.¹⁹⁷ Atormentado pelas ameaças revolucionárias que vinham da França, tomou uma série de medidas apavoradas, proibindo inclusive vestimentas e vinhos franceses. Entretanto, seu impacto mais desastroso foi sua recusa em perceber a evolução das técnicas bélicas e insistir nas tradicionais e ultrapassadas.

Conforme Bushkovitch (2014, p. 161), “assim que Paulo ascendeu ao trono, Napoleão Bonaparte estava obtendo suas primeiras vitórias sobre a Áustria na Itália Setentrional”. Os movimentos de Napoleão logo foram percebidos como ameaça pelos russos. Ao conquistar o Egito, Napoleão sinalizou à Rússia que poderia estar indo em direção à Constantinopla, o que configuraria uma óbvia ameaça.¹⁹⁸ Tudo isso, somada à anexação de Malta por Napoleão em 1798, levou o tsar Paulo a unir-se à Áustria e a Grã-Bretanha, juntamente com outras potências, numa coalizão antifrancesa.¹⁹⁹

Pela primeira vez na história, a potência terrestre hegemônica (Rússia) e a potência marítima dominante (Grã-Bretanha) formavam uma coalizão contra um ator

¹⁹⁷ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 160

¹⁹⁸ Ibidem, p. 160.

¹⁹⁹ BUSHKOVITCH, op. cit., p. 160

revisionista que pretendia aniquilar o equilíbrio continental. A política, novamente, era posta sobre o mapa, e a geopolítica comandava as alianças.

Com a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas, a Rússia sofreria uma transformação radical diante de novas ameaças e temores, inclusive de ordem territorial e de soberania, o que exigiria da mesma novas posturas que teriam um impacto notório sobre sua postura geopolítica.

2.6 Alexandre I: a Era do Iluminismo russo

Em 11 de março de 1801, o tsar Paulo foi assassinado numa conspiração e Alexandre I assumiu o trono. Como novo tsar, adotou reformas liberais, afrouxou a censura e fundou a Universidade de Kazan (1804), a Universidade de Kharkov (1805) e a Universidade de S. Petersburgo (1819)²⁰⁰, numa clara manifestação em direção ao aprimoramento técnico e intelectual da Rússia. “Ao contrário de seu pai, Alexandre não via a Revolução Francesa simplesmente como uma ameaça... mas como parte das mudanças que varriam a sociedade europeia”. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 163).

Alexandre I funda, de fato, o estado burocrático russo, inspirado, sobretudo, nos ministérios da França napoleônica. Esse estamento burocrático perdurou na Rússia até a revolução de 1917.²⁰¹

Em 1809, o tsar Alexandre I toma a Finlândia da Suécia e a anexa ao Império Russo, o que seria sua primeira conquista territorial significativa.

Em decorrência dos temores acerca de Petersburgo e de complicações da política externa, a Rússia anexou a Finlândia da Suécia em 1809, e ao fazê-lo deu ao país um governo próprio pela primeira vez, embora fosse apenas um governo autônomo dentro do Império Russo. Assim, a Rússia autocrática adquiriu uma unidade constitucional dentro do Império que durou como tal até o colapso do império. Na Finlândia, o tsar russo era o monarca constitucional. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 165)

A anexação da Finlândia, além de dar a mesma uma autonomia regional inédita, também a consagrou como um *estado-tampão* entre a Rússia e a Suécia, condição que

²⁰⁰ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 163

²⁰¹ Ibidem, p. 164

continuou durante o século XX e até os dias atuais. Sua posição geográfica a torna essencial na segurança territorial russa, e como tal, sua condição geográfica determinou seu papel geopolítico ao longo da história.

Essa ideia da Finlândia apartada da Suécia e servindo de estado-tampão entre ambos impérios já há tempos vinha sendo pensada. Já em 1740, ainda sob o reinado de Elisabeth, a Rússia havia proposto autonomia aos finlandeses, mas sob soberania russa²⁰². Em 1788, no que ficou conhecido como Conspiração de Anjala (ou Liga de Anjala), oficiais finlandeses pertencentes ao Exército sueco propuseram como forma de acabar com as guerras entre russos e suecos a independência da Finlândia. Entretanto, tanto os camponeses - que temiam virarem servos nas mãos dos russos - quanto boa parte dos soldados finlandeses eram leais ainda à coroa sueca.

De acordo com Singleton (2004, p. 61-62), o envolvimento desastroso da Suécia em diversas guerras com a Rússia, assim como o comportamento autocrático de Gustavo III e as diversas legislações suecas, já vinham causando insatisfação e desgosto na educada nobreza finlandesa.

A anexação da Finlândia deveria ser melhor definida como “incorporação”, uma vez que se fez de forma voluntária. Foi, portanto, um amalgamento territorial, votado na Dieta Finlandesa em 1809, onde o tsar Alexandre I declamou um “Ato de Fiabilidade”, reconhecendo plenamente os direitos dos finlandeses.²⁰³ Uma semana após esse ato, o tsar declarou por meio de um decreto:

Quando convocamos os Estados da Finlândia para uma Dieta Geral, e recebemos o seu juramento de lealdade, quisemos, por meio de um ato solene, confirmar e garantir-lhes a manutenção de sua religião e leis fundamentais, juntamente com as liberdades e direitos de cada Estado em particular e de todos os habitantes da Finlândia em geral que até agora têm gozado. Nós consideramos o juramento de lealdade dos Estados em geral e dos deputados e camponeses em particular para sermos bons e comprometidos com todos os habitantes da Finlândia. (ALEXANDRE I, apud SINGLETON, 2004, p. 62) [tradução nossa]

Começa-se a esboçar a ideia de um governo constitucional, comprometido com a proteção dos diversos povos constituintes de uma incipiente federação. O direito de

²⁰² SINGLETON, Fred. *A Short History of Finland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 62

²⁰³ Ibidem, p. 62

proteger era a grande obrigação e comprometimento dos russos, que, por sua vez, davam garantias de liberdades econômicas, religiosas e culturais aos finlandeses.

De acordo com Singleton (2014, p. 63), o tsar participou de uma outra sessão solene da Dieta Finlandesa pessoalmente, tranquilizando os finlandeses em relação à sua confiança neles. Após o Tratado de Paz de Hamina, em 1809, Alexandre disse que “a Finlândia podia agora ocupar o seu lugar na hierarquia das nações, governadas por suas próprias leis”. (SINGLETON, 2014, p. 63). Alexandre via, por meio de seu liberalismo, um futuro promissor em um Império Russo multinacional agrupando unidades menores semi-autônomas abrigadas pelo reinado do tsar.²⁰⁴ De fato, após o Congresso de Viena, tanto a Polônia quanto os países bálticos gozaram de uma certa autonomia interna, porém em grau menor que o da Finlândia. “A Finlândia manteve seu estatuto especial que lhe serviu de trampolim para sua independência total em 1917.” (SINGLETON, 2014, p. 63). Mas o fato a ser destacado aqui é que a realeza russa cumpriu suas promessas constitucionais até sua própria crise no início do século XX²⁰⁵.

O avanço napoleônico sobre a Europa Central trouxe, porém, uma nova perspectiva de ameaça para a Rússia. Após a vexaminosa derrota de Austerlitz em dezembro de 1805, os russos perceberam que suas áreas de interesse direto, a Europa de leste e o Mar Negro poderiam estar diretamente sob ameaça. Em 1807, Alexandre resolve se encontrar com Napoleão em Tilsit, na Prússia Oriental, e assinar um acordo de paz.²⁰⁶

Foi essa frágil paz que permitiu, entretanto, que a Rússia adquirisse os territórios ao sul, onde “a guerra com os turcos possibilitou a anexação da Bessarábia (1812) e da Geórgia (1803), que deu a Rússia uma base sólida na vertente sul do Cáucaso” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 167). Essas conquistas, mais a anexação da Finlândia, como anteriormente analisado, deram a Rússia uma vantagem geoestratégica sobre seus vizinhos.

²⁰⁴ SINGLETON, Fred. *A Short History of Finland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 63

²⁰⁵ Segundo Jason Lavery, “de 1809 até 1890, a autonomia finlandesa e o poder russo trabalharam harmoniosamente em conjunto; só depois é que colidiram.” (Fonte: LAVERY, Jason. *The History of Finland*. Westport: Greenwood Press, 2006, p. 51)

²⁰⁶ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 167

Napoleão, com a entusiasmada adesão dos poloneses ao seu projeto, traindo definitivamente o equilíbrio europeu, viu-se na possibilidade de derrotar a Rússia e foi assim que “reuniu cerca de 400 mil homens do Exército imperial francês e outros aliados na fronteira ocidental da Rússia em junho de 1812” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 168).

A invasão de Napoleão à Rússia já foi amplamente documentada e analisada, sendo desnecessária a repetição de tais acontecimentos detalhadamente aqui, mas, vale destacar que a Batalha de Borodino, decisiva na derrota do imperador francês, travada em 7 de setembro de 1812, travada a apenas 150 km de Moscou, foi a mais sangrenta do século XIX na Europa.²⁰⁷ As retiradas estratégicas russas, bem como as diversas ciladas perpetradas pelos russos, incluindo camponeses e civis, contra as tropas francesas, deixavam Napoleão com cada vez menos soldados e sem condições de abastecer as tropas. Com a chegada do inverno rigoroso, “o imperador dos franceses abandonou seu Exército à própria sorte e fugiu para Paris”²⁰⁸, e apenas alguns milhares de franceses conseguiram retornar para a fronteira com a Polônia. A geografia, somada ao forte caráter de resistência dos russos, derrotavam a maior potência militar de então.

De uma situação catastrófica e de iminente derrota para a maior potência militar de então, que acabara de invadir seu território, a Rússia conseguiu reverter a situação e, com o recuo francês, lançou um contra-ataque passando pelos territórios da Polônia, Prússia e, finalmente, chegando em Paris. Em 1814, Napoleão estava definitivamente derrotado e, como ocorrera com a Polônia no século anterior, a França nunca mais conseguiu ser a potência hegemônica da Europa após ser derrotada pela Rússia.

A cataclísmica invasão de 1812, em Borodino e em outros lugares, fez com que os soldados russos demonstrassem a sua firmeza na defesa dos seus país. Em relação ao público instruído, o ano de 1812 deixou uma impressão indelével não só sobre os contemporâneos, mas também sobre as gerações vindouras, uma vez que eles passaram a considerar a natureza da Rússia e o seu papel no mundo. (RIASANOVSKY, 2005, p. 112) [tradução nossa]

²⁰⁷ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 168

²⁰⁸ Ibidem, p. 170

A vitória sobre Napoleão não apenas consolidava o Estado e a potência russa, mas também a noção dos próprios russos de que seu país era imprescindível para o destino mundial. Alexandre I combinou, nas palavras de Riasanovsky, “a magnanimidade para com os franceses, o liberalismo da Constituição polaca, com a paz e a fraternidade cristã demonstradas na Santa Aliança” (RIASANOVSKY, 2005, p. 112). A figura do tsar - antes vista com temor e associada ao despotismo bárbaro - agora era um exemplo para os monarcas europeus e para a política continental como um todo, como ficou demonstrado na atuação de Alexandre I no Congresso de Viena. A Rússia agora era respeitada não só por sua bárbara força, mas por seu exemplo.

A empreitada russa através do continente trouxe também, junto com os soldados retornados do front, ideais liberais e revolucionários apreendidos na França e nos Estados germânicos, e a comparação da situação russa com o estilo de vida europeu foi inevitável. Esses ideais iriam fomentar o descontentamento e muitas revoltas no futuro, abalando totalmente a estrutura interna do poder russo e acabaria por culminar, um século depois, na revolução bolchevique de 1917.

2.7 O Atribulado Século XIX

Em 1825, uma sociedade secreta composta por oficiais das forças armadas, denominada de Sociedade Setentrional, tinha por objetivo derrubar a monarquia e implantar um Estado constitucional na Rússia²⁰⁹, visto que a mesma ainda não usufruía de tal condição, mesmo que regiões autônomas como a Finlândia ou a Polônia já gozassem desse privilégio constitucional. Esse grupo deu origem a várias facções conspiracionistas que ficaram conhecidas como “os deembristas”²¹⁰, visto que, após a morte do tsar Alexandre em 19 de novembro de 1825, tentaram dar um golpe aquartelando o Palácio de Inverno em São Petersburgo no intuito de impedir Nicolau I de assumir a linha sucessória de Alexandre. “Os Deembristas eram liberais na tradição do Iluminismo e da Revolução Francesa; queriam estabelecer o constitucionalismo e as liberdades fundamentais na Rússia e abolir a servidão” (RIASANOVSKY, 2005, p. 125). Mas Nicolau não perdeu tempo e ordenou que a artilharia dispersasse os rebeldes.

²⁰⁹ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 174

²¹⁰ O nome “deembristas” é devido ao fato de que o golpe se deu no dia 14 de dezembro de 1825 no antigo calendário juliano, ainda em vigor na Rússia de então.

“Tinha acabado a primeira tentativa de revolução na história russa” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 175).

Embora o julgamento dos dezembristas ficou mundialmente conhecido como um símbolo da crueldade da monarquia russa²¹¹, tal procedimento não fora mais cruel do que ocorria com as revoltas contra as monarquias nos demais países da Europa. Entretanto, vale notar que o novo tsar, ao contrário de seu antecessor, não despertou inspiração fora da Rússia. Se Alexandre ficou continentalmente conhecido pela temperança, liberalismo e por ser um estadista constitucional²¹², Nicolau I tratou logo de impor a autocracia para combater todo tipo de progressismo. Segundo Bushkovitch (2014, p. 179), talvez a única medida positiva importante de seu reinado tenha sido a codificação do Direito Russo, que acabou por vigorar até 1917.

Do ponto de vista da consolidação territorial, a estepe meridional seguia sendo o destaque, com a consolidação da cidade de Odessa como um porto importante²¹³. Também é nesse período que começa a surgir o fenômeno da industrialização russa, que, também tirou proveito da implantação da indústria na Polônia, países bálticos e na Finlândia²¹⁴. A partir dessa experiência da industrialização, a Rússia constrói sua primeira ferrovia, em 1837, e alguns anos depois, inaugura uma linha férrea ligando Moscou a São Petersburgo, em 1851, mas construída pelo engenheiro norte-americano G.W. Whistler, pois a Rússia não possuía mão de obra especializada para tal, sendo que sua primeira escola de engenharia fora fundada apenas em 1828 (o Instituto Tecnológico de S. Petersburgo).²¹⁵

É também obra de Nicolau I, em 1832, um programa educacional cujo objetivo era implementar a autocracia, a ortodoxia e a nacionalidade²¹⁶, nascendo assim o nacionalismo estatal russo, mas que na prática era muito difícil de se consolidar, uma vez que a Rússia já era uma nação multinacional e cheia de poloneses, finlandeses e outros estrangeiros dentro da elite estatal. Essa nova “doutrina” de Nicolau I, na visão

²¹¹ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 177

²¹² RIASANOVSKY, Nicholas V. *Russian Identities: a historical survey*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 112-113

²¹³ BUSHKOVITCH, op. cit., p. 177

²¹⁴ Ibidem, p. 180.

²¹⁵ Ibidem, p. 180

²¹⁶ PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p. 13

de Ponsard (2007, p. 13), não era adequada ao desenvolvimento da Rússia e acabou por deixá-la ainda mais distante em relação ao desenvolvimento dos países do Ocidente.

A partir de 1820, houve uma intensa influência do pensamento ocidental na Rússia. O idealismo alemão, sobretudo na figura de Schelling e Hegel, levantava o debate intelectual e congregava uma série de estudiosos que debatiam essas ideias²¹⁷. Tais ideias, segundo Bushkovitch (2014, p. 184), acabou por apontar dois caminhos aos quais a Rússia deveria seguir: a Rússia deveria imitar o capitalismo constitucionalista do Ocidente ou seguir uma via própria inspirada numa outra tendência ocidental: o socialismo. É interessante notar que ambas opções tinham origem no Ocidente e pouco tinham de contribuição russa propriamente dita.

Dessa percepção desses dois caminhos ocidentais é que surge uma reação a ambos e, pela primeira vez, aparece uma grande corrente intelectual propriamente russa: o eslavofilismo. Seu principal proponente foi Konstantin Aksakov, que pensava que “a Rússia era fundamentalmente diferente do Ocidente devido à sua particular cultura nacional eslava”. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 185) A partir daí os intelectuais russos oscilariam em duas grandes tendências gerais: os ocidentalistas e os nacionalistas-eslavófilos. Isso teria marcas profundas inclusive sobre a geopolítica, uma vez que o Eurasianismo foi uma decorrência desse movimento nacionalista russo no campo intelectual.

Nascia, portanto, o eslavofilismo ortodoxo como profilática para os males do Ocidente:

A Europa estava atolada no egoísmo, cujos resultados eram evidentes no embate político e no empobrecimento do povo em decorrência do capitalismo industrial... A Rússia, com suas tradições da comunidade camponesa e a (suposta) harmonia entre nobres e camponeses, tsar e súditos, havia escapado em grande medida aos males que afligiam o Ocidente. A ocidentalização da Rússia por Pedro ameaçava arrastar a Rússia para o lodaçal, mas um retorno aos valores russos reverteria o processo. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 185)

²¹⁷ Surgiu um grupo na Universidade de Moscou em 1830 para estudar as obras de Hegel. Seu líder era Nikolai Stankevich, que morreu em 1840, mas que deixou um grupo de estudantes continuando seu trabalho. Esse grupo resultaria em figuras de grande renome intelectual, dentre os quais se encontrava Mikhail Bakunin e Alexander Herzen. (Fonte: BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 184)

Além dessa harmonia entre os camponeses e a nobreza ser falsa, o idealismo eslavófilo desconsiderou que, em termos de poder, não há como escapar, negar ou recusar os avanços tecnológicos, científicos e culturais, venham de onde venham. Do ponto de vista de um saudosismo cultural que idolatrava um passado que fora, depois, corrompido pela modernidade, tal negação do Ocidente poderia até fazer algum sentido. Mas, no plano político e, sobretudo, no geopolítico, isso não só não fazia o menor sentido como, de fato, nunca foi posto em prática. O movimento eslavófilo nunca teve uma teoria geopolítica de poder, e tampouco considerou isso. Mesmo nos tempos da URSS, as inovações e as tecnologias ocidentais eram amplamente apreendidas e, por vezes, até mesmo superadas. “A maioria da *intelligentsia* das classes altas, por mais que fossem patriotas e por vezes até religiosas, continuaram a ser, em maior ou menor grau, ocidentalizantes.” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 186). O eslavofilismo era mais um romantismo abstrato calcado num idealismo nacional (radical) do que uma orientação política racional, objetiva ou minimamente viável, além de ser extremamente xenófobo, anti-semita e, muitas vezes, racista para com os “não-russos”.

Assim, com o advento do eslavofilismo, a política russa passou a manifestar um discurso um tanto “esquizofrênico”. Por um lado, se dizia nacionalista calcado nos preceitos eslavófilos, mas na prática, tanto em política externa, quanto na economia e nas questões militares, a Rússia seguia sendo um país ocidental. De certa forma, isso perdurou mesmo durante a URSS e segue atualmente, sobretudo na tendência do neoeurasianismo de Aleksandr Dugin.

As vantagens que permitiram a Rússia conquistar seu enorme território foram devidas aos melhoramentos e às implementações dos conhecimentos descobertos e desenvolvidos fundamentalmente no Ocidente. O contato com os países europeus permitiu a sociedade russa comparar sua condição social, despertou a necessidade dos direitos do povo russo, sobretudo em questões de constitucionalidade e respeito aos direitos fundamentais do homem, bem como o próprio desenvolvimento da *intelligentsia* russa. O que seria essa *intelligentsia* russa sem a cultura ocidental? O próprio Estado foi erguido sob moldes ocidentais e com técnicos e profissionais importados da Europa para ensinar aos russos os conhecimentos burocráticos necessários para implementar tal empreendimento. As universidades só foram instituídas na Rússia após a modernização estatal de Pedro e por inspiração puramente

ocidental. A literatura, que no século XIX, tornou-se uma das mais belas e proíficas do mundo, floresceu na Rússia em decorrência da influência e da absorção da produção de escritores e filósofos da Europa ocidental. Nenhum grande escritor russo se inspirou na literatura mongol, na persa nem tampouco no Alcorão islâmico. O próprio precursor do eslavofilismo, Konstantin Aksakov, era leitor de Hegel e produto da cultura alemã de então. Em suma, a Rússia se tornou uma grande potência justamente por ter sabido absorver o conhecimento ocidental e aplicá-lo à sua condição geográfica específica.

Territorialmente, até meados do século XIX, a Rússia manteve seu *status quo* na fronteira oeste, tendo apenas se envolvido no levante polonês em 1830 e na revolta na Hungria em 1848, essa última com envio de tropas, inclusive.²¹⁸ Já na região sul, especificamente na região do Cáucaso meridional, o Irã tentou reconquistar o Azerbaijão em 1826, mas foi derrotado prontamente pela Rússia, que se apossou do *khanato* de Ierevan, de maioria armênia. Isso levaria, com o tempo, a formação do novo Estado Armênio, uma vez que milhares de armênios, após a conquista russa do *khanato*, passaram a migrar para lá da Turquia e o do Irã, principalmente.

Com o objetivo de consolidar sua posição na região frente aos otomanos, os russos passaram a incluir cada vez mais os georgianos nos estamentos do império. “Os russos agiram muito para incluir a nobreza georgiana na elite do Império, modernizaram seu sistema escolar e a alta aristocracia georgiana estudava em colégios de elite em S. Petersburgo.”²¹⁹ Ou seja, os russos europeizaram tanto os georgianos quanto os armênios, integrando-os no império e moldando suas instituições, além de protegendo ambos contra seus mais ameaçadores vizinhos: os turcos e os persas. Portanto, é incorreto afirmar que houve “jugo russo” sobre os georgianos e que os mesmos foram explorados pelos russos. Antes, os russos os salvaram do extermínio e da islamização que se abateria sobre eles caso os otomanos conseguissem se apossar de seus domínios.

Na parte setentrional do Cáucaso, a coisa não foi tão pacífica, pois essa região, sobretudo nas localidades da Chechênia e do Daguestão, era habitada por povos semi-

²¹⁸ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 187

²¹⁹ Ibidem, p. 188

nômades e islamizados. Diversos conflitos estouraram nessa região²²⁰, mas eram de tipo guerrilha e tinham mais valor pela localização estratégica da região do que pela conquista desses povos em si. Entretanto, dessa intervenção militar russa é que nascem os ressentimentos e a rivalidade daqueles povos, sobretudo chechenos e circassianos, que iriam ganhar dramaticidade quase dois séculos depois, após o colapso soviético. Esses povos islamizados, diferentemente de georgianos e armênios, jamais aceitaram pertencer ao império russo cristão.

A decadência do Império Otomano preocupava os russos, uma vez que isso poderia fortalecer as posições das outras potências, notadamente a Grã-Bretanha e a França. De acordo com Bushkovitch (2014, p. 190) havia uma verdadeira “guerra fria” entre russos e ingleses que durou até 1907. O colapso otomano poderia levar os Bálcãs para o controle britânico, além de colocar em risco a estabilidade do Mar Negro e do Cáucaso, por consequência. Na visão russa, as consequências geopolíticas de um colapso turco seriam desastrosas para toda a região do Mar Negro.

2.7 A Guerra da Crimeia e o Fim da Santa Aliança

A Guerra da Crimeia (1853-1856) foi uma consequência tanto da decadência dos otomanos nas regiões marginais do Mar Negro quanto da tentativa de intervenção, por parte da Rússia, nos lugares sagrados do Cristianismo sob tutela dos otomanos, bem como das intervenções nos Bálcãs.

O Império Otomano perdeu toda a sua esquadra para os russos na Batalha de Sinop, em 30 de novembro de 1853, mas isso não resultou em uma vantagem significativa para a Rússia, uma vez que ela foi obrigada a afundar toda a sua esquadra do Mar Negro em Sebastopol para defender o porto da invasão inglesa e francesa.

As vantagens diplomáticas que a Rússia havia conquistado no Congresso de Viena foram perdidas com a Guerra da Crimeia. No período de 1815 a 1853, a Rússia

²²⁰ Em 1834, o guerreiro avar Shamil tornou-se líder e levou a guerra contra os russos para a Chechênia e as partes setentrionais do Daguestão, enquanto o conflito com os circassianos ainda continuava mais a oeste. Ao estourar a guerra da Crimeia, em 1853, o Exército russo havia empurrado Shamil até sua fortaleza nas altas montanhas do Daguestão, mas não havia subjugado nem ele nem os circassianos. (BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 189)

ficou conhecida como a “Gendarme da Europa”²²¹, e agora via-se diante de uma coalizão de potências que a isolou diplomaticamente. Nicolau I conseguiu unir as potências europeias todas contra a Rússia, que agora era vista como um grande inimigo a ser combatido²²².

A Guerra da Crimeia marcou também o fim da Santa Aliança, a coalizão que garantiu a paz e o equilíbrio de poder na Europa, onde as coroas da Áustria, da Prússia e da Rússia equilibraram-se de uma forma relativamente estável contra as insurreições revolucionárias. É necessário lembrar que tal aliança foi uma ideia do tsar Alexandre I, no intuito de reprimir quaisquer revoltas liberais ou nacionalistas contra as monarquias de então. Entretanto, com o declínio otomano, as terras balcânicas viraram alvo de interesse tanto dos russos quanto dos austríacos, que passaram a considerar a região uma zona de influência direta.

Mas não foi só o interesse territorial e geopolítico que desencadeou a guerra. As intervenções russas na Hungria colocaram os britânicos em alerta, bem como os franceses, de que a Rússia poderia estar pretendendo conquistar e monopolizar o poder no continente europeu. Os acontecimentos de 1848 e as intervenções subsequentes acabaram por minar o equilíbrio concertado em 1815. Na ótica de Taylor (1954, p. 61), “os receios britânicos de que a Rússia planejava o desmembramento da Turquia eram tão fundamentados quanto os receios da Rússia de que as potências ocidentais ameaçassem sua segurança no Mar Negro. O medo mútuo, não a agressão mútua, causou a Guerra da Crimeia.” (TAYLOR, 1954, p.61)

A Guerra da Crimeia foi travada contra a Rússia e não a favor da Turquia²²³. Havia uma grande diferença entre as perspectivas da França e da Inglaterra a respeito. Os britânicos acreditavam que uma derrota russa fortaleceria o equilíbrio europeu, enquanto que os franceses achavam o contrário.²²⁴

²²¹ TAYLOR, A. J. P. *The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918*. Oxford: Oxford University Press, 1954

²²² “A reputação da Rússia como “gendarme da Europa” foi reforçada em 1849, quando Nicolau I enviou as suas tropas para reprimir uma revolução contra os Habsburgos que eclodiu na Hungria. Durante as décadas seguintes, a Rússia foi intensamente desaprovada pelos círculos revolucionários e liberais em toda a Europa” (Fonte: COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 52)

²²³ TAYLOR, op.cit., p. 61

²²⁴ Ibidem, p. 61

Pela primeira vez havia acontecido algo que se tornaria o grande foco de tensão entre a Rússia e as potências da Europa ocidental, isto é, o contato e a “fricção” das zonas de influência dessas potências na Europa oriental. A projeção de poder sob tal buffer-zone gerou a Guerra da Crimeia e tantas outras subsequentes.

A tentativa de se substituir o equilíbrio pragmático por comprometimentos idealistas como o do concerto liberal britânico ou a associação revolucionária de Napoleão III, acabou levando a Europa para uma anarquia, onde cada potência se sentiu no direito de buscar e impor seus próprios ideais. A velha Santa Aliança, enquanto ordem, havia sido sepultada e a segunda metade do século XIX seria marcada por tensões cada vez maiores oriundas dessa “multipolaridade” decorrente, que acabaria por contribuir para a hecatombe humana de 1914. A tentativa de reformular a ordem europeia acabou por destruí-la.

A guerra só terminou após a morte do tsar em 1855 e a capitulação da Rússia se deu após a invasão francesa em Sebastopol. Ficou nítido, no final do processo, que o intuito de Nicolau I de intervir nos santuários do Or. Médio, naquela época sob a tutela do sultão otomano, carecia de uma análise ou mesmo de qualquer consideração geopolítica. Movido mais por um idealismo religioso, as ações russas mostraram-se imprudentes e que, por sorte, devido ao alto custo humano para todos os envolvidos na Guerra da Crimeia, não houve grandes perdas territoriais. A Crimeia continuou sob soberania russa, que teve de abrir mão de sua esquadra do Mar Negro, já quase toda afundada em Sebastopol. “A verdadeira derrota fora a revelação de que o sistema de Nicolau I tinha fracassado em preservar a Rússia como potência terrestre suprema da Europa, que parecia garantida em 1815”. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 192)

A derrota na Guerra da Crimeia (1855) pôs fim ao estatuto da Rússia como potência europeia predominante, especialmente nos assuntos balcânicos e otomanos, de que tinha gozado desde a época de Catarina II. O protetorado imperial russo sobre as províncias de Danúbio e nas dos cristãos ortodoxos balcânicos foi encerrado. A influência austro-húngara nestas áreas estava na ascensão. Rússia perdeu seu acesso ao delta do Danúbio no Mar Negro, as ilhas de Aaland foram desmilitarizadas, e a província de Kars foi rendida ao Império Otomano. (COHEN, 1996, p. 52) [tradução nossa]

Há especulações, inclusive, de que tanto a Inglaterra quanto a França não tinham a intenção de fazer a guerra contra a Rússia, quando adentraram com suas frotas no Mar Negro, mas apenas de fazê-la ceder.²²⁵ Obviamente essa estratégia não deu certo e o desfecho foi a guerra.

Esse tipo de deslocamento de forças militares no intuito de “fazer pressão” costuma ter desfechos trágicos, como a Guerra da Crimeia atestou. Mas, cabe-nos indagar: estaríamos hoje presenciando o mesmo erro com o avanço da OTAN para as fronteiras russas? Terá essa pressão um resultado pacífico ou assistiremos a um novo conflito como o que ocorreu no século XIX? Essa discussão será mais amplamente abordada no decorrer desta tese, porém, o que precisa ser ressaltado por hora é que tanto a Inglaterra quanto a França desarticularam a ordem europeia, mas não conseguiram destruir a Rússia como potência. Apesar de sua perda da hegemonia nos Bálcãs, a Rússia dali em diante voltar-se-ia para a Ásia Central e o Extremo Oriente, se afastando de suas projeções no continente europeu, pelo menos por algumas décadas.

Mas a derrota na Guerra da Crimeia teve consequências impactantes dentro da Rússia, não apenas politicamente, mas também devido ao fato de que a derrota evidenciou o atraso russo perante a França e a Inglaterra. O atraso russo não se devia apenas ao seu sistema ineficiente, mas também à velocidade que a ciência e a técnica estavam provocando na Grã-Bretanha e nos EUA.²²⁶ Cohen (1996, p. 52) chega a fazer um paralelo entre a repercussão negativa que a invasão do Afeganistão teve no governo de Gorbachev e a repercussão negativa da derrota russa na Crimeia. Em ambos os episódios, os governantes que herdaram essa derrota fizeram reformas profundas que reestruturaram o Estado russo e a própria sociedade.²²⁷

Alexandre II, após a morte de seu pai Nicolau I, em 1855, assumiria como novo tsar e implementaria as mais profundas reformas na Rússia desde a época de Pedro, o Grande.²²⁸ Suas reformas, “ajudariam a reverter o declínio da posição internacional da

²²⁵ TAYLOR, A. J. P. *The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918*. Oxford: Oxford University Press, 1954, p. 62

²²⁶ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 207

²²⁷ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 52

²²⁸ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 208

Rússia decorrente da derrota na Guerra da Crimeia, impedindo que o Império Russo tivesse o mesmo destino do Império Otomano". (COHEN, 1996, p. 52)

Havia um entendimento de que a servidão tinha levado o estado a um beco sem saída. Se o desenvolvimento econômico e administrativo fosse alcançado, as reformas não poderiam ser evitadas. Foi reconhecida a necessidade de um "realismo" nas relações internacionais - vários anos de paz para empreender uma grande limpeza da casa -. Além disso, a modernização das forças armadas e a construção de ferrovias foram vitais para manter o *status* da Rússia como grande potência. (COHEN, 1996, p. 52) [tradução nossa]

Vale destacar que as ferrovias estavam dinamizando não apenas o capitalismo, mas também a guerra e isso ficaria claro no decorrer do século XIX e a própria Rússia acabaria por se apropriar desse invento, o que a daria uma vantagem comparativa imensa sobre seus adversários, uma vez que a mesma conseguiria combinar seu imenso território e posição geográfica privilegiada com o sistema técnico que aceleraria o domínio desse espaço geográfico e a consolidaria, uma vez mais, como a grande potência terrestre.

As ferrovias, para os russos, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, acabariam por impulsionar muito mais seu poder geopolítico do que a sua marinha, uma vez que interligariam territórios imensos, esparsamente povoados e que ainda não eram alvo de outras potências como a França ou a Inglaterra. Se a marinha havia sofrido um golpe com a derrota na Guerra da Crimeia, as ferrovias estavam compensando o poder russo ao consolidarem seu amplo território asiático. Não apenas a Rússia estava consolidando seu imenso território continental, mas também os EUA. As ferrovias demonstraram ser um instrumento de conquista e consolidação territorial. Como Mackinder havia observado, as ferrovias deram ao poder terrestre russo o que a marinha havia dado aos ingleses, ou seja, seu imenso império. Enquanto o Ocidente estava se engalfinhando pelas colônias na África e no sul e sudeste asiático, a Rússia estava consolidando seu império na Ásia Central e no nordeste asiático por trem e a cavalo.

Em março de 1861, durante a Quaresma, Alexandre II aboliu a servidão. A escolha do período da Quaresma foi pensado estrategicamente, como forma de evitar rebeliões entre o povo, o que de fato deu resultado, visto que houve pouquíssimos

distúrbios relacionados a essa causa.²²⁹ Esse ato de Alexandre II iria transformar radicalmente o tecido social russo, sendo considerado por muitos estudiosos o maior feito de seu reinado. Tal reforma deu origem a uma ampla sequência de reformas do Estado, como as do Judiciário e do Exército e “a maioria dos liberais, da *intelligentsia* e a minoria liberal da nobreza continuaram a apoiar o governo e aderiram com entusiasmo ao processo da reforma” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 213).

A transferência de terras na maioria das áreas para as comunas camponesas, em vez de para os camponeses individuais, provavelmente representou outro grande erro... Mas as desvantagens da comuna superavam as vantagens. De importância primordial era o fato de que a comuna tendia a perpetuar o atraso, a estagnação e a superpopulação no campo, precisamente quando a agricultura russa precisava drasticamente de melhorias e modernização. (RIASANOVSKY, 2005, p. 170) [tradução nossa]

Porém, nem tudo eram flores na política de Alexandre II, e logo o império que antes aglutinava as diversas nacionalidades voluntariamente, passaria a ser temido pelas mesmas. Alexandre II passa a adotar posturas nacionalistas sob o slogan de “Ortodoxia, Autocracia e Populismo”, que acabam virando sua bandeira de Estado.²³⁰ A situação política na Rússia pós-Guerra da Crimeia era um caldeirão de tendências divergentes, dentre as quais liberais, conservadores, eslavófilos e democratas radicais elaboravam suas críticas ferozes contra a burocracia estatal. O elo comum que unia todos eles era o estamento burocrático do império.²³¹

Nessa conjuntura, o nacionalismo, amplamente embebido na tradição eslavófila²³², acabou representando uma alternativa à autocracia e unificou as diversas forças sociais russas.²³³

Isso acabou por desencadear uma grande contradição e gerar um grandioso problema até então não enfrentado pelo Estado russo, uma vez que essa espécie de

²²⁹ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 212

²³⁰ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 53

²³¹ Ibidem, p. 53

²³² Os eslavófilos encontraram apoio entre banqueiros e milionários têxteis de Moscou... e o nacionalismo tornava-se cada vez mais a característica dominante da ideologia eslavófila... Ivan Aksakov, um dos mais proeminentes líderes eslavófilos, apoiava a autocracia e era altamente conservador e abertamente antisemita. (Fonte: BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 221-222)

²³³ COHEN, op. cit., p. 53

nacionalismo num país multiétnico e multinacional como era o Império Russo de então, acabaria por alimentar graves tensões. “O nacionalismo russo militante da elite governamental trouxe consigo as sementes da destruição do império meio século mais tarde.” (COHEN, 1996, p. 53)

A manifestação mais trágica dessa tendência histórica foi o levante polonês de 1863. Descontentes com a situação dos poloneses no império uma série de distúrbios ocorreram em Varsóvia, sendo amplamente reprimidos pelas forças do tsar. Alguns estudiosos ressaltam mais ou menos a importância desse fenômeno. Bushkovitch (2014, p. 214), por exemplo, diz que “a revolta era basicamente uma pequena ação de pequenos grupos de guerrilha”, enquanto que para Cohen (1996, p. 53), “essa revolta criou um efeito unificador na opinião pública russa”, que embebida em um nacionalismo exacerbado, clamava contra a reivindicação dos polacos.

Uma vez mais o nacionalismo estava minando a integridade territorial do império. O eslavofilismo estava mais para um sentimento de russificação do que para uma união entre os povos eslavos, e os poloneses jamais se beneficiaram de tal ideologia. Como bem notou Nikolai Bediaev, “os eslavófilos estavam sob a influência de suas ilusões populistas” (RIASANOVSKY, 2005, p. 153). E essa perseguição aos polacos no Império Russo foi um prenúncio do que ocorreria com os judeus nas décadas de 1940 e 1950.²³⁴ Em nome da pátria, a xenofobia foi incrementada amplamente; e esse mesmo argumento xenófobo serviria de justificativa para o massacre de Katyn ocorrido em abril de 1940²³⁵. Infelizmente a história demonstrou que sentimentos xenófobos contra um povo, uma raça, uma religião ou mesmo uma etnia, não termina com o regime que o patrocina, mas se perpetua ao longo dos séculos, como esses trágicos eventos contra os cidadãos da Polônia nos demonstraram.

Alexandre II resolveu russificar a Polônia, abolindo a mesma como “reino” e a transformando apenas numa “província” do império (a Província de Vístula); a língua

²³⁴ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 54

²³⁵ O Massacre de Katyn ocorreu entre os meses de abril e maio de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, onde, sob a ordem deliberada de Stálin, os soviéticos exterminaram 22 mil vidas de oficiais militares da Polônia.

polonesa foi proibida em todo o império e todas as propriedades da Igreja Católica na Polônia foram confiscadas²³⁶.

A magnanimidade de Pedro, o Grande, para com a Finlândia e a Polônia um século e meio antes, concedendo-lhes direitos e liberdades e uma ampla autonomia dentro do Império, condizia mais com a natureza do Império Russo. Agora, Alexandre II, movido não pelo desejo de modernização - inclusive cultural - de Pedro, mas por um sentimento de revanchismo e xenofobia, lançava contra os polacos e ucranianos, outrora bastante influentes na própria constituição e estruturação do Estado russo, o peso da perseguição contra esses povos que ajudaram a edificar esse mesmo Estado. “Em 1875, todas as publicações em língua ucraniana foram proibidas”²³⁷, e o movimento nacionalista ucraniano logo foi dizimado²³⁸. O russo foi oficializado como única língua do império e outras minorias começaram a sofrer a perseguição xenófoba, como os finlandeses, alemães, armênios, etc.²³⁹ O Império Russo agora não era mais a casa de todos os povos que compunham a Rússia, mas apenas dos russos étnicos. Assim, o império minou sua legitimidade, e o império amalgamador de outrora, agora se transformava num tirano cruel, segregador e excludente. Assim, logo começaram a surgir os clamores de independência nessas comunidades perseguidas, alimentadas pela insanidade eslavófila e nacionalista.²⁴⁰

O movimento eslavófico acabou por gerar ainda mais problemas para a Rússia, sobretudo no âmbito diplomático e da política externa. Após a “ameaça” polonesa ser contida, os eslavófilos começaram a formular novos objetivos, dos quais o que mais se

²³⁶ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 54

²³⁷ Ibidem, p. 54

²³⁸ Ibidem, p. 54

²³⁹ Ibidem, p. 54

²⁴⁰ Havia também rivalidades entre as diversas minorias e o clima entre os russos e não-russos dependia muito da localidade geográfica: “Boa parte das minorias estava mais preocupada umas com as outras do que com os russos ou o Estado imperial. Os povos bálticos viam nos alemães seus principais antagonistas, os finlandeses lutavam pela questão da língua sueco-finlandesa, os movimentos nacionalistas poloneses e ucranianos temiam-se entre si e aos judeus. Os judeus politizados voltavam-se cada vez mais para os movimentos socialistas judaicos (a *Bund*) ou para o sionismo. Ao mesmo tempo, as grandes cidades [...] eram forças poderosas de integração que atraíam milhares de migrantes dos povos bálticos, finlandeses, poloneses e judeus.” (Fonte: BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 288). Isso revela que o clima nacional nas últimas décadas do Império Russo não era nada pacífico. Se por um lado, nas grandes cidades havia um certo cosmopolitismo, na esfera do poder e no interior, bem como nas regiões étnicas predominantes de não-russo, as rivalidades tomavam forma cada vez mais radical e violenta.

destaca é o do futuro confronto dos eslavos com os teutônicos.²⁴¹ Puramente influenciados tão somente pela ideia obscura de que havia muita influência germano-báltica dentro da corte russa e isso teria de alguma forma contribuído para a decadência da mesma, os eslavófilos desconsideraram, como é típico de movimentos idealistas militantes, os fatores geopolíticos e as determinantes da política externa.

Viena impedia, na ótica eslavófila, a unificação dos eslavos menores (dos Bálcãs e da Europa Central) com o irmão maior russo, uma vez que o Império Austro-Húngaro dominava essas regiões.²⁴² Dessa forma, de acordo com Cohen (1996, p. 55), com o arrasador desenvolvimento militar prussiano, que havia ganhado a Guerra Austro-Prussiana de 1866 e a Guerra Franco-Prussiana de 1870, bem como da impossibilidade dos produtos russos concorrerem com os germânicos - incluindo aí os agrícolas - a eslavofilia foi canalizada para um sentimento cada vez maior de “germanofobia”.

Da mesma forma, a situação das relações russas com a Inglaterra e a França já não eram boas desde a Guerra da Crimeia, agora, os eslavófilos tinham enfileirado mais duas potências como inimigas da Rússia: a Áustria e a Prússia. Ao ponto de que “as declarações dos líderes pan-eslavistas eram muitas vezes embaraçosas tanto para a burocracia quanto para a coroa russa” (COHEN, 1996, p. 55), o que ajudava a deteriorar qualquer tentativa de se construir um diálogo ou estabelecer algum tipo de confiança diplomática.

Essa germanofobia acabaria por deteriorar a própria qualidade da diplomacia e da política externa russa. Para Cohen (1996, p. 55), a Rússia se recusou a delimitar de forma clara uma linha de influência sobre os Bálcãs, motivada por setores radicais eslavófilos que pregavam que seria um dever da Rússia salvar os povos balcânicos do jugo germânico. Isso gerou confusão e incertezas no cenário diplomático ao ponto de que o “compromisso russo de dominar os estreitos balcânicos acabou por contribuir para a calamidade da Primeira Guerra Mundial” (COHEN, 1996, p. 55).

Em 1881, Alexandre II é assassinado num ato terrorista e seu filho, Alexandre III, torna-se o novo tsar. Começaria um sombrio período para a história russa, onde, dentre outras medidas trágicas, iniciaram-se os pogroms contra os judeus na ucrânia

²⁴¹ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 54

²⁴² Ibidem, p. 54

meridional²⁴³. O processo de russificação se intensificou, onde a língua russa e a religião ortodoxa deveriam ter a proeminência no império, para legitimar a nação russa²⁴⁴.

A Rússia agora era um império distinto do Estado multiétnico baseado na servidão e no messianismo nacional metafísico que havia preponderado sobre a sociedade nos três séculos anteriores. Agora, o império era constituído, sobretudo, por ascendentes filosofias materialistas que rejeitavam essa herança tradicional metafísica. Na visão de Geoffrey Hosking, “um mito nacional messiânico que tinha demonstrado a sua viabilidade nas crises do século XVI e XVII foi rejeitado em favor de um cosmopolita projeto iluminista que exigiu todos os esforços de um Estado policial bem ordenado” (HOSKING apud RIASANOVSKY, 2005, p. 167).

A perda dessa condição mitológica por parte do Estado, paulatinamente à perseguição de algumas minorias nacionais e às críticas liberais alimentadas por ideais europeus iluministas, corroeu o mito nacional russo e o próprio império, que no início do século XX ruiu definitivamente.

2.8 O Impacto do Capitalismo Nascente

Até a metade do século XIX a sociedade russa era pautada intelectualmente pela metafísica, pela religião e pela filosofia idealista alemã, sobretudo. Depois de 1860, argumenta Riasanovsky (2005, p. 173), o materialismo, o utilitarismo o positivismo e o realismo “niilista”, assim como o realismo crítico, tomaram o lugar das velhas e antigas crenças.

Isso era certamente antagônico com os princípios eslavófilos e o desafiou de tal forma que alimentou a queda do império algumas décadas depois. O surgimento do capitalismo na Rússia trouxe consigo também a nata das tendências filosóficas e científicas surgidas e desenvolvidas na Europa Ocidental. Tanto o marxismo, quanto o positivismo eram doutrinas eminentemente materialistas e caíam como uma bomba iconoclasta no seio da antiga sociedade russa ortodoxa, serviu e eslavófila, amplamente moldada por uma metafísica que já não satisfazia os anseios intelectuais e morais

²⁴³ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 226

²⁴⁴ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 55

daquela sociedade. Se o eslavofilismo moldou e transformou o comportamento da realeza russa, as novas correntes agora moldavam a sociedade como um todo. A Rússia, novamente, estava se europeizando, só que agora de baixo para cima.

O capitalismo também modificou a Rússia estruturalmente, tendo como marcas mais visíveis a transformações das cidades e a construção das ferrovias. São Petersburgo, por exemplo, passou de 1 milhão de habitantes em 1890 para 2 milhões de habitantes em 1914²⁴⁵, dobrando sua população no espaço de um quarto de século.

Embora as filosofias materialistas começaram a dominar a *intelligentsia* russa, o Estado permaneceu no seu aristocracismo eslavófilo-metafísico alicerçado na ortodoxia. Da mesma forma, com a industrialização e o capitalismo nascente, os incrementos industriais eram ascendentes, mas o Estado ainda era dominado por uma aristocracia fundiária e o grosso da população ainda era de camponeses. O capitalismo industrial criou uma nova classe dominante e uma nova classe subalterna, mas não eliminou as antigas, o que contribuiu enormemente para o acirramento social que se deu décadas depois e que acabou nas revoluções do século XX. A Rússia era cada vez mais um país de contrastes dúbios e acirrados, que conviviam lado a lado, numa esquizofrenia social que pouco se viu em outros lugares do mundo. Essa conflituosidade peculiar russa também proporcionou o surgimento de uma elevada vanguarda artística e científica, mas também resultou em grandes mazelas.

Um exemplo dessa esquizofrenia social que dominou a Rússia na segunda metade do século XIX foi o processo de industrialização iniciado pelas famílias do ramo “velho crente” (*old believers*)²⁴⁶, como os Morozovs, Riabushinskii e Guchkovs²⁴⁷. “Sua adesão fiel às variantes introspectivas e às vezes xenófobas da Velha Crença não os impedia de comprar maquinário inglês e alemão” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 231), nem tampouco em educar seus filhos nas tradições do mundo moderno, tão duramente criticado pelos eslavófilos.

É curioso notar que até hoje essa tendência se manifesta nos círculos culturais da Rússia. Os eurasianistas, por exemplo, tem como sua figura de máxima expressão o

²⁴⁵ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 228

²⁴⁶ Os “velhos crentes” são um segmento ortodoxo que pratica a liturgia ritualística mais antiga do Cristianismo.

²⁴⁷ BUSHKOVITCH, op. cit., p. 232

sociólogo Alexandr Dugin, um velho crente profundamente ligado às antigas tradições metafísicas da ortodoxia, cujo mote principal é a luta contra o que ele denomina por “liberalismo” e “mundo moderno”, embora a difusão de suas ideias se dê, basicamente, por meio das redes sociais ocidentais. Assim como os velhos crentes de outrora e como boa parte dos eslavófilos, o discurso ideológico nem sempre era afinado com uma prática econômica condizente com seus princípios, até porque nem os eslavófilos, nem os eurasianistas nunca tiveram ou desenvolveram qualquer teoria econômica que pudesse fundamentar suas ações. O tradicionalismo eslavófilo e eurasianista é acéfalo em termos econômicos, ficando reféns por vezes das correntes marxistas, por vezes das correntes liberais, por vezes das protecionistas-nacionalistas obscuras.

Um fenômeno importantíssimo para se compreender o poder espacial do Império Russo do final do século XIX é o das ferrovias. As ferrovias russas eram uma expressão dessa industrialização, financiadas pelo tesouro do império, mas não necessariamente construídas pelo mesmo, mas que tinham também um grande aporte de capital estrangeiro.²⁴⁸

Para Bushkovitch (2014, p. 234), a maior maravilha técnica da época era também uma grande máquina de corrupção. “Embora o Estado garantisse e regulasse praticamente todas as companhias ferroviárias, até a década de 1890, a maioria das ferrovias russas continuou nas mãos de particulares”.

Independente disso, o fato é que as ferrovias, na segunda metade do século XIX, deram a Rússia um controle territorial quase que hemisférico e delinearam a ocupação e a demarcação das fronteiras nacionais. A Ferrovia Transiberiana, que liga Moscou à Vladivostok, até hoje a mais longa linha férrea do mundo, teve seu início em 1891 e foi concluída em 1916. Seu impacto na geografia econômica da Rússia também foi avassalador:

A Ferrovia Transiberiana orientou o campesinato siberiano para exportações volumosas de manteiga e outros laticínios para a Rússia Europeia, e por volta de 1914, o campesinato siberiano era tão próspero que companhias americanas abriram dezenas de lojas na região para vender maquinário agrícola, algo inimaginável a oeste dos Urais. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 236)

²⁴⁸ Ibidem, p. 233

O plano da construção da Transiberiana não fora o de construir uma mera ferrovia, mas o de levar a amplas regiões uma estrutura para o abastecimento da mesma, criando infra-estruturas e desenvolvimento de forças produtivas para o extremo leste russo.²⁴⁹ Além disso, a Rússia se aproveitou da fraqueza chinesa devido à Guerra do Ópio (1839-1842) e ampliou sua presença na Manchúria. Em 1853, a Rússia assume o controle da ilha de Sakalina e, em 1855, as ilhas Kurilas foram divididas com o Japão no Tratado de Shimoda. O Delta do Amur também foi delimitado em favor da soberania russa, que ficou com o território entre o rio Ussuri e o Oceano Pacífico, permitindo assim a construção do porto de águas quentes de Vladivostok²⁵⁰. [ver Mapa 7]

Mapa 7 - Desenho cartográfico da Ferrovia Transiberiana (1904)

Fonte: Transsib.ru²⁵¹

²⁴⁹ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 239

²⁵⁰ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 59

²⁵¹ Disponível em: <https://transsib.ru/Map/transsib-express-1903.jpg>

Pouco se comenta, mas o impacto geopolítico da Ferrovia Transiberiana acabou por desencadear o ataque japonês de 1904. O então Ministro das Finanças russo, o conde Sergei Witte, resolveu “passar a linha férrea pela Manchúria em vez de pelo interior da Rússia” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 239), o que acabou sendo revogado após a guerra contra o Japão. Mas isso ilustra o quão determinante eram os traçados ferroviários no equilíbrio de poder de então. As ferrovias eram verdadeiros tentáculos das potências, seja na expansão yankee para o oeste dos EUA, seja dos ingleses no subcontinente indiano e no interior da África, seja com os alemães na Europa e com os russos na Sibéria.

No embate entre a China e o Japão em 1894 pelo controle da Coreia, o Japão exigiu a península de Liaodong, incluindo a posse do porto de Port Arthur, entretanto a Rússia conseguiu adiar a anexação da Manchúria pelo Japão por algum tempo, até a Ferrovia Transiberiana ficar concluída. (COHEN, 1996, p. 59) [tradução nossa]

A Rússia decidiu construir uma ferrovia ligando Harbin a Port Arthur [ver mapa abaixo], expandindo assim seu domínio e influência sobre a China. De acordo com Cohen (1996, p. 60), a exigência da Rússia de uma “zona de ação exclusiva” no Turquestão chinês e no norte da China, fez com que a mesma representasse uma ameaça direta ao Japão, que considerava o expansionismo russo seu mais fidedigno concorrente pela hegemonia da região.

Mapa 8 - As ferrovias russas na Manchúria

Fonte: elaboração própria a partir de mapa original de *Old Tokyo*²⁵²

A guerra entre o Japão e a Rússia foi evitada em 1898 num acordo, onde a Rússia reconheceu a soberania japonesa na Coreia, porém, os japoneses apenas ganharam tempo e o conflito foi protelado por alguns anos. Os japoneses, enquanto isso, trabalharam diplomaticamente para conseguir o apoio chinês e inglês contra os russos.

Quando a rebelião antiocidental dos Boxers irrompeu, o Japão saiu em defesa da China, e os russos recuaram, assinando um tratado com a China (2 de abril de 1902) no qual as tropas russas deveriam ser retiradas até outubro de 1903. Os japoneses, percebendo a intransigência russa sobre a Manchúria, fizeram uma aliança com a Grã-Bretanha em 30 de janeiro de 1902, que consolidou os interesses japoneses na Coreia e lhe proveu uma aliança militar. (COHEN, 1996, p. 60) [tradução nossa]

²⁵² Disponível em: <http://www.oldtokyo.com/south-manchuria-railway-co-c-1930-1940/map-of-manchukuo-1932-150/>

A guerra com o Japão era uma questão de tempo e seria trágica para a Rússia. Os russos não perceberam como os movimentos diplomáticos dos japoneses eram estratégicos e acabaram pagando caro por isso. No final, a derrota russa para os japoneses acabaria derrubando a própria monarquia.

Em 27 de janeiro de 1904, a Marinha Japonesa atacou a base russa de Port Arthur e afundou a maior parte da esquadra russa²⁵³. Então, Nicolau II resolveu enviar toda a frota do Mar Báltico para a região, numa viagem épica, que contornou a África e a Ásia, mas que foi igualmente trágica, pois ao se deparar com a esquadra japonesa em Tsushima, em 1905, foi quase que integralmente destruída.²⁵⁴

Não havia outra opção aos russos senão a paz, que foi assinada em 23 de agosto de 1905 na cidade americana de Portsmouth, New Hampshire, intermediada pelo então presidente americano Theodore Roosevelt²⁵⁵. Nesse acordo, a Rússia perdeu a metade meridional da ilha de Sacalina, ao sul do paralelo 50'²⁵⁶ [ver Mapa 9], território esse que acabaria por recuperar após a Segunda Guerra Mundial. Esse território foi a única perda que a Rússia sofreu na derrota para o Japão.

Mapa 9 - A divisão da Ilha Sacalina

Fonte: Wikipedia²⁵⁷

²⁵³ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 299

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ Por essa mediação no conflito russo-japonês, Theodore Roosevelt foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 1906.

²⁵⁶ BUSHKOVITCH, op. cit., p. 300

²⁵⁷ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Sakhalin#/media/File:Karafuto_map.png

2.9 O Alasca

O único território abandonado pelos russos no Extremo Oriente foi o do Alasca, uma vez que a exploração da caça do elefante marinho havia diminuído drasticamente e era a única fonte de renda da região²⁵⁸, o que acabou levando a decisão por parte dos russos de vender o território para os Estados Unidos.

Alexandre II não apenas cometeu imprudências estratégicas com relação às potências europeias. Sua decisão de vender o Alasca para os Estados Unidos demonstrou que o monarca russo, bem como todo o Estado imperial, carecia de um senso geopolítico de longo prazo, colocando a questão apenas sob o prisma econômico.

De acordo com Cohen (1996, p. 59), “o governo russo gastou grandes somas de dinheiro para pressionar o Congresso dos EUA e a mídia americana para apoiarem a compra do Alasca por 7 milhões de dólares”. Essa venda teria consequências consideráveis para a geopolítica russa, sobretudo um século depois, durante a Guerra Fria. A monarquia russa, inconscientemente, acabou criando uma vantagem geoestratégica para os EUA sem o perceber. A Rússia poderia continuar a ser um país tricontinental, o que certamente reconfiguraria o equilíbrio de poder na América do Norte, porém, a visão russa era imediatista e não levou em consideração tal possibilidade. “O tratado que finalizou a transação foi assinado em 30 de março de 1867 e os EUA assumiram a soberania do território em 18 de outubro de 1867” (COHEN, 1996, p. 59)

2.10 A Ásia Central

Outro incremento territorial foi a ocupação da Ásia Central, tanto pela incorporação dos territórios do Turcomenistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, na fronteira com o Irã e o Afeganistão, o que acabaria por ficar conhecido como o *Great Game*, ou seja, a grande disputa dos impérios russo e britânico pela hegemonia na região. Da mesma forma que os russos, os ingleses seguiam, a partir do sul, a mesma direção na

²⁵⁸ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 59

ocupação da região, o que mais tarde daria substância para a formulação das teses de Halford Mackinder sobre a teoria do poder terrestre.

Nesse mesmo período, o Império Russo começou a povoar as vastas estepes do que hoje é o Cazaquistão²⁵⁹ com camponeses independentes russos.²⁶⁰ A Sibéria, os Urais e os longínquos territórios russos eram também colonizados e surgiram aí um dinâmico setor econômico que estabeleceu a consolidação e o assentamento nessas regiões antes escassamente habitadas. Da mesma forma, os campos de petróleo no Mar Cáspio acabaram por dinamizar uma nova dinâmica territorial e geopolítica, como veremos no decorrer deste trabalho. “Na década de 1880, toda a Ásia Central estava direta ou indiretamente sob domínio russo. Numa imitação explícita da Índia Britânica, a Rússia começou a construir um império colonial moderno” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 269)

Se no Leste e na Ásia Central a consolidação das fronteiras foi relativamente tranquila, não se pode dizer o mesmo das fronteiras a oeste, que sempre foram desprotegidas, sem nenhuma barreira natural e com poucas comunicações. No final do século XIX, sobretudo após os levantes polacos de 1863, a Rússia começou a temer uma interferência britânica ou francesa naquela região, e por isso logo tratou de se aliar com a Prússia, e posteriormente com o Império Alemão de Bismarck, garantindo, pelo menos temporariamente, a estabilidade das suas fronteiras ocidentais.²⁶¹ Bismarck derrotou dois grandes rivais da Rússia: a Áustria e a França, o que permitiu um fôlego no turbulento período russo pós-Guerra da Crimeia. A ameaça central da Europa era a Alemanha, o que fez com que as demais potências relegassem suas preocupações com a Rússia à segundo plano.

Vale notar que o raciocínio imperial russo no tocante à geopolítica de suas fronteiras ocidentais obedeceu a lógica de *checkerboard*: garantindo uma aliança com a Alemanha, a Polônia estaria contida em duas frentes. Esse raciocínio garantiu a estabilidade da região até a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Quando o realismo foi

²⁵⁹ No Cazaquistão, diferentemente da Ucrânia e da Polônia, não houve confrontos com os cazaques e a “russificação” da região foi pacífica.

²⁶⁰ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 240

²⁶¹ Ibidem, p. 268

aplicado à política externa, a Rússia se preservou, quando o idealismo prevaleceu, as consequências foram a perda de prestígio ou mesmo de território.

Os eslavófilos viam na conquista da Ásia uma dupla missão: uma contra o Islã e a outra contra o Ocidente²⁶². Dessa ideia, nasce uma outra corrente de pensamento que seria uma alternativa tanto ao eslavofilismo quanto ao liberalismo e demais doutrinas ocidentais: o eurasianismo.

Derivados da ideia eslavófila de que a Rússia era uma civilização única, produto singular do amálgama cultural europeu com o túrquico-mongólico, os eurasianistas defendiam essa “fusão” intercivilizacional como elemento maior da integração nacional russa. O eurasianismo tirou a pecha racista dos eslavófilos, mas ao mesmo tempo preservou a ideia de que a Rússia era singular. Ademais, os eurasianistas deram também uma conotação geográfica às suas teses, enquanto que o eslavofilismo era essencialmente abstrato e cultural. O messianismo é outro elemento comum entre os eurasianistas e os eslavófilos, mas ambas são, essencialmente, idealistas. De acordo com Cohen (1996, p. 58), os conceitos eurasianistas influenciaram os ideólogos soviéticos da Era Krushev, com sua defesa da fusão da mistura de grupos étnicos, culminando na criação da “Grande Cultura Russa”.

Entretanto, a expansão territorial russa começou muito antes dos eurasianistas e dos eslavófilos. Desde o século XVIII a Rússia tinha essa preocupação de ocupar a Ásia Central, mas isso só se concretizou na segunda metade do século XIX. “Após a campanha fulcral sem sucesso do general Perovsky, em 1839, foi empreendida uma política de cerco e avanço constante. Uma nova unidade geográfica foi criada, que se chamou Turquestão”. (COHEN, 1996, p. 58)

De 1860 até 1864, os russos a borda meridional da estepe cazaque; em 1865, a cidade de Tashkent foi ocupada e deu à Rússia o controle do rico vale de Fergana; em 1881, o general Mikhail Skobelev eliminou a última resistência entre os turcomenos²⁶³. Os canatos foram conquistados um a um, e o domínio russo seguiu até as fronteiras da Pérsia e do Afeganistão, ameaçando diretamente os domínios do Império Britânico um pouco mais ao sul, “o que quase provocou uma guerra entre a Rússia e o Império

²⁶² COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 58

²⁶³ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 283

Britânico. Um acordo estabelecendo a fronteira do Império Russo foi assinado entre as duas potências em 1895²⁶⁴.

De acordo com Cohen (1996, p. 58), a Rússia dominou o Turquestão com apenas 50 mil homens, onde “a colonização agrícola serviu os passos dos soldados, um requisito para a subjugação bem-sucedida na estepe” (COHEN, 1996, p. 58). Essa colonização foi obtida através de um processo de modernização num estilo de ocupação e imperialismo mais parecido com o do Império Britânico do que com o estilo russo de outrora. Assim como os ingleses faziam na Índia, os russos fizeram na Ásia Central, implementando a cultura do algodão para abastecer as indústrias têxteis de S. Petersburgo²⁶⁵.

A modernização da Ásia Central, de acordo com Bushkovitch (2014, p. 284), trouxe consigo a criação de uma intelligentsia que acabou por promover o desenvolvimento de ideias antagônicas à presença russa na região, tais como o panturquismo e o jadidismo, ambos movimentos inspirados no pensamento de um islâmico modernizador crimeio-tártaro chamado Ismail Gasprinski, que defendia uma modernização do Estado e do Islã, mas sob uma unidade política dos povos túrquicos, o que fez os russos relacionarem suas ideias à promoção dos interesses otomanos na região.²⁶⁶

Porém, toda essa ocupação foi relativamente pacífica, tendo havido apenas uma revolta islâmica em Andijan em 1898, e nem o panturquismo nem os britânicos conseguiram substituir a hegemonia russa na região. Essa ocupação notadamente possuía interesses geopoliticamente delineados e claros. O império já sabia de seu potencial para estabilizar ou desestabilizar o equilíbrio de poder mundial e, no caso da Ásia Central, o pragmatismo realista sobressaiu sobre qualquer ideologia.

A manifestação do equilíbrio de poder na região foi materializada na Linha Durand, uma linha de fronteira delimitada em 1893 por Sir Mortimer Durand e o governante afegão de então no intuito de demarcar a fronteira da Índia Britânica, bem como estabelecer uma *buffer-zone* entre os interesses geopolíticos britânicos e russos

²⁶⁴ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 58

²⁶⁵ BUSHKOVITCH, op. cit., p. 284

²⁶⁶ Ibidem, p. 284

na região.²⁶⁷ O Corredor de Wakhan [ver Mapa 10] foi uma solução geográfica para que os dois impérios não fizessem fronteira um com o outro e, com isso, ambos preservariam um certo equilíbrio de poder na região. Tanto a Linha Durand quanto a designação do Afeganistão como um *buffer-state* tiveram consequências geopolíticas até hoje manifestadas, mas o objetivo principal de ambas, o de evitar uma guerra real entre a Inglaterra e a Rússia, foi alcançado.

Mapa 10 - A Linha Durand e o *Great Game*

Fonte: elaboração própria

Ao final do século XIX, a Rússia havia consolidado sua maior extensão territorial desde a sua formação como Estado-Nação [ver Mapa 11]. Esse território praticamente seria o mesmo do herdado pela União Soviética, que viria a emergir duas décadas depois.

Embora não totalmente pacíficas, a maior parte das incorporações territoriais russas, como no Cáucaso, na Sibéria e na Ásia Central, foram relativamente estáveis. O Alasca e a Manchúria foram as duas atitudes geopolíticas desastrosas da Rússia. O primeiro, não por gerar uma guerra, mas pelo fato da Rússia ter, voluntariamente, disposto de um território de altíssimo valor geoestratégico para aquele que viria a ser o seu grande inimigo no século seguinte; o segundo caso, embora não tenha acarretado

²⁶⁷ URADNIK, Kathleen. *Battleground: government and politics*. Santa Barbara: Greenwood, 2011, p. 18

nenhuma perda territorial para a Rússia, levou a mesma à guerra contra o Japão que estava apoiado por uma coalizão de potências (China e Inglaterra) que além de enfraquecer a diplomacia russa, acabou por gerar um sentimento de frustração imenso na população e isso acabou por ser decisivo na derrubada da monarquia alguns anos depois.

É curioso notar que o Estado russo oscilou entre escolhas estratégicas realistas e idealistas - ou até mesmo desastrosas - durante o século XIX. Se o jogo diplomático do *Great Game* e o estabelecimento consequente da Linha Durand demonstravam um alto valor estratégico e uma ampla consideração geopolítica, as questões do Alasca e da Manchúria, e mesmo o envolvimento russo nos Bálcãs, demonstravam uma falta de perspectiva geográfica da política externa do Império Russo. Essa dissonância de decisões geopolíticas tornou-se uma marca estatal russa e teria impactos profundos no século seguinte.

Mapa 11 - Evolução do Território Russo

Fonte: HOBBS (2009)²⁶⁸

²⁶⁸ HOBBS, J. *World Regional Geography*. Belmont: Brooks/Cole, 2009, p. 164

Em 1894, morre o tsar Alexandre III e, com ele, o século XIX para a Rússia. O herdeiro de Alexandre III, Nicolau II, não conseguiria manter o império unido e forte como seu pai, bem ou mal, tinha conseguido garantir²⁶⁹. A ascensão de Nicolau II ao trono russo marca o início do século XX e o fim do Império Russo, pois em duas décadas o mesmo seria derrubado pela revolução bolchevique de 1917.

2.11 A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa

Os dois acontecimentos mais importantes territorialmente para a Rússia, no início do século XX, foram a Primeira Guerra e a Revolução de 1917. Ambos eventos alteraram não apenas a configuração territorial da Rússia, mas também todo o equilíbrio de poder mundial, e conseqüentemente a forma como a Rússia encararia sua política externa e jogaria o jogo de poder do sistema internacional.

Logo após a derrota vexaminosa para o Japão, onde a Rússia perdera quase todo o seu poderio naval, a Rússia trata de aliar-se com a Inglaterra, em 1907, encerrando o *Great Game* e dividindo o Irã entre ambos: a Rússia ficaria com a parte setentrional do Irã e a Inglaterra com a parte meridional. Isso fez com que a Rússia passasse a ser um aliado tanto da Inglaterra como da França. O poder naval uma vez mais aliava-se com o poder terrestre contra os poderes da Europa Central, à época, a Áustria e a Alemanha, com a vassala Turquia num império já agonizante.

²⁶⁹ De acordo com Bushkovitch (2014, p. 296), a demissão de Sergei Witte do Ministério das Finanças, homem que havia garantido a industrialização da Rússia e a construção da Transiberiana, acabou por enfraquecer ainda mais a Rússia e polarizar as classes sociais e a nobreza. Nicolau acabou por destruir as poucas medidas acertadas que seu pai tivera. (Fonte: BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014)

Atlântico e o Mediterrâneo) levavam uma significativa vantagem posicional para o teatro de guerra.

De acordo com Bushkovitch (2014, p. 310), “um dos numerosos fatores que aguilhoavam o Estado-Maior alemão e o *Kaiser* a forçar uma guerra imediata era o temor de que a Rússia pudesse ser muito mais difícil de derrotar dentro de poucos anos”. Assim, a guerra inicia-se por um erro de cálculo, não por uma questão inevitável, pelo menos no tocante à Rússia.

Se analisarmos sob o prisma das duas estruturas geopolíticas da qual estamos dissertando, isto é, dos *checkerboards* e dos *shatterbelts*, a elucidação geoestratégica da Primeira Guerra Mundial fica ainda mais cristalina.

Na observação do mapa acima (mapa do quadro geopolítico europeu), percebemos que as potências ocidentais (Grã-Bretanha e França), ao se aliarem à Rússia, estabeleceram uma clara estrutura de *checkerboard*, encapsulando as potências do centro da Europa. Por outro lado, se observarmos a posição da Alemanha, Áustria e Turquia, não havia uma situação similar, isto é, não havia um outro Estado aliado com o qual pudessem se aliar para estabelecer uma segunda frente de batalha contra seus inimigos. Além disso, o próprio Império Austro-Húngaro era um verdadeiro *shatterbelt*, uma miríade de nacionalidades que foram sendo cooptadas pelos aliados a assumirem suas respectivas autodeterminações nacionais. Ao contrário da Segunda Guerra, não havia um aliado oriental que pudesse fazer frente à Rússia no Pacífico, nem tampouco um aliado além do Atlântico que tivesse o mesmo poder.

Somando-se a desvantagem marítima com a situação de precariedade diante do *checkerboard* da Entente, as potências centrais colapsaram. Ademais, a fraqueza militar russa pretensiosamente alegada pelos decisores germânicos acabou sendo irrelevante diante de seu imenso território de manobra, e que acabou sendo compensado pelas esquadras britânicas e francesa. Por fim, a entrada dos Estados Unidos na guerra acabou por liquidar qualquer possibilidade de vitória do eixo central europeu.

Não poderemos nunca ter a certeza se a Primeira Guerra Mundial não tivesse ocorrido a Revolução Bolchevique teria vingado, entretanto, é fato que a última se beneficiou amplamente das consequências da primeira. Lênin em certa feita afirmou

que “ao entrar na guerra, o tsarismo deu o presente mais esplêndido à revolução” (LÊNIN apud MEYER, 1999, p. 83).

A Primeira Guerra Mundial não era uma vontade russa. De forma alguma a Rússia ansiava e provocava uma guerra contra os impérios germânicos continentais. “Quando, em 1918, Viena aproveitou a revolução turca para anexar a Bósnia-Herzegovina, os russos tranquilizaram os turcos e os sérvios” (MEYER, 1999, p. 83-84). Havia, certamente, um antagonismo entre Moscou e Viena, mas tudo era contornado diplomaticamente e os ministros aconselhavam o tsar a não colocar a Rússia num conflito europeu mesmo já em janeiro de 1914.²⁷¹

Em 23 de junho, o arquiduque Francisco Ferdinando foi assassinado em Sarajevo, na Bósnia, o que acabou culminando com a declaração de guerra da Alemanha contra a Rússia em 1 de agosto de 1914, mas de forma alguma foi a Rússia quem impôs um ultimato ou forçou uma situação bélica.

Diante do ultimato austríaco à Sérvia e a consequente mobilização, Rússia multiplicou seus conselhos de moderação aos seus aliados sérvios, mobilizando apenas 13 de seus 37 corpos militares [...] [a Sérvia e o Império Austro-Húngaro] são muito mais responsáveis pela guerra do que a Rússia. De todas as grandes potências, somente a Áustria queria a guerra, e assim mesmo uma pequena guerra local. (MEYER, 1999, p. 84) [tradução nossa]

Como que prevendo essa situação trágica, esses conselhos de moderação por parte dos russos não surtiram efeito e a Rússia entrou na Primeira Guerra Mundial com uma derrota, em Tannenberg, em setembro de 1914, mas obteve também algumas pequenas vitórias, como as do Cáucaso contra os turcos e a da Galícia oriental sobre os austríacos. Para Meyer (1999, p. 86), a opinião pública russa no começo da guerra consolava-se com essas pequenas vitórias, mas o soldado russo não entendia muito bem porque estava lutando tão longe de casa.

Entretanto, tal consolação duraria pouco, pois no ano seguinte, em maio de 1915, com o ataque alemão ao seu front, a Rússia perdeu metade de sua força militar e um amplo território. Estima-se que os russos perderam 150 mil homens, com mais de

²⁷¹ MEYER, Jean. *Rússia y sus Imperios 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 84

700 mil feridos e 900 mil presos²⁷², ou seja, uma baixa de 1 milhão e 750 mil soldados, uma derrota indiscutivelmente catastrófica e humilhante.

Já as perdas territoriais foram igualmente avassaladoras:

A Polônia, a Lituânia, parte da Letônia e a Galícia caíram nas mãos do adversário, um adversário inteligente que estimulava os sentimentos nacionais báltico e polaco (em 1916 Berlim reconheceu a independência da Polônia) e tratava tão bem aos judeus que os mesmos os receberam como um grande libertador. (MEYER, 1999, p. 86) [tradução nossa]

Esse artifício de insuflar o nacionalismo dos povos do leste europeu tornou-se um mecanismo recorrente não apenas da política externa alemã, mas de sim de toda a ocidental. Durante a Segunda Guerra Mundial isso foi utilizado pelos nazistas e mesmo após a Guerra Fria tal mecanismo segue sendo de grande valia para minar ou mesmo desestabilizar o poder e a influência russa na região.

A Polônia uma vez mais se beneficiava de um agressor da Rússia, na esperança de conseguir sua tão almejada independência, o que certamente contribuiu para o sentimento revanchista russo, que se abateria sobre a mesma algumas décadas depois. Já os judeus do oeste da Ucrânia, que já eram considerados traidores em potencial pelo tsarismo antes mesmo de 1915²⁷³, foram considerados culpados pela derrota e sofreram uma trágica perseguição, incluindo deportações em massa e expropriações ilegais²⁷⁴. Começava ali uma sequência trágica para os judeus na Europa do século XX, que culminaria com o holocausto na Alemanha nazista e com o subsequente genocídio nos *gulags* do stalinismo soviético.

Em meados de 1916, a Rússia começa a reagir militarmente e conseguiu derrotar os austríacos num front de batalha de 135 km²⁷⁵. Esse avanço obrigaria a Alemanha a reagir e, já em 1917, a lutar a guerra em duas frentes, o que foi decisivo para a sua derrota posterior.

²⁷² MEYER, Jean. *Rússia y sus imperios, 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 86

²⁷³ Ibidem, p. 86

²⁷⁴ Ibidem, p. 86

²⁷⁵ Ibidem, p. 86

A questão das linhas fronteiriças após o Tratado de Brest-Litovsk, assinado em 3 de março de 1918, onde a Rússia renunciava aos territórios da Finlândia, Polônia, Estônia, Livônia, Curlândia, Lituânia, Bessarábia e Ucrânia - territórios esses que deveriam independizar-se sob a esfera de influência dos impérios germânicos -, acabou por trazer mais do que uma sensação de derrota no povo russo; era uma verdadeira amputação territorial como nunca antes o Estado russo tinha sofrido [ver mapa abaixo], acostumado até então a expandir-se territorialmente. O tratado perdeu a validade com a derrota dos impérios centrais, mas todas essas áreas não voltaram ao domínio russo automaticamente, pelo menos até a década de 1940, já durante a Segunda Guerra Mundial.

O caso ucraniano é particularmente curioso, pois entre os anos de 1917 e 1920 houve uma série de tentativas de autodeterminação e independência política por parte dos ucranianos, mas essas sempre foram frustradas tanto por poloneses quanto pelos russos.

Após a dissolução do Império Austro-Húngaro, a região da Galícia oriental passou a ser alvo de disputas entre polacos e ucranianos, o que acabou por decorrer na Guerra Polaco-Ucraniana (1918-1919), guerra essa que não terminou com uma capitulação ou vitória militar definitiva, mas que acabou dando o controle do território da Galícia aos polacos. Essa questão só seria decidida numa arbitragem da Liga das Nações em 1923, que acabou por reiterar a posse polonesa na região, que só voltaria ao controle dos ucranianos após a Segunda Guerra Mundial, mas onde a Ucrânia já não era um Estado soberano, sendo apenas uma república (província) soviética.

Mapa 13 - As perdas territoriais russas em 1918

Fonte: Wikipedia²⁷⁶

Na Guerra Polaco-Soviética (1919-1921), liderada por Józef Piłsudski, que almejava reconstruir a Grande Polônia de outrora, aproveitando-se tanto da fragilidade alemã quanto da soviética no período, empreendendo a construção de uma espécie de federação de países da Europa Oriental e do Báltico sob influência polaca. Esse constructo ganharia o nome de *Intermarium* (*Międzymorze*, em polonês) e funcionaria como uma espécie de *buffer-zone* entre o mundo germânico e o russo.²⁷⁷

Os ucranianos acabaram por escolher ficar do lado da Polônia, que era um ator evidentemente menor e mais débil militarmente que a recém-criada URSS herdeira do Império Russo e, assim, tentaram consolidar sua independência. Além disso, os bolcheviques haviam invadido a Ucrânia no intuito de instalar ali uma república socialista, o que também contribuiu para essa decisão dos ucranianos. Juntamente com os polacos, as forças ucranianas tentaram lançar um ataque sobre Kiev e retomá-la dos

²⁷⁶ Disponível em:

https://es.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Brest-Litovsk#/media/File:TratadoDeBrestLitovsk.svg

²⁷⁷ A geoideologia do *Intermarium* tem reflexos até hoje, estando hoje institucionalizada no Three Seas Initiative, que será abordado no decorrer dos capítulos seguintes desta tese.

comunistas, mas acabaram sendo derrotados. Os poloneses, igualmente, não conseguiram expulsar os bolcheviques do território ucraniano e acabaram por perder a guerra. O Tratado de Riga, de 1921, deu à URSS os territórios da Bielorrússia e da Ucrânia e, em 1922, os bolcheviques incorporaram a República Socialista Soviética da Ucrânia à URSS, tornando-a uma mera república (província) daquele império. O sonho de independência dos ucranianos iria esperar por mais setenta anos e os russos voltaram a incorporar antigos territórios do Império Russo.

Uma das consequências geográficas dessa guerra para a Rússia foi a de que, com a emergência do conflito com os turcos, que controlavam os estreitos do Mar Negro, assim como o bloqueio de sua frota no Mar Báltico pelos alemães, a “Rússia não podia exportar o seu trigo nem importar material industrial e militar” (MEYER, 1999, p. 87). Esse drama geográfico perduraria ao longo do século XX, tanto durante a Segunda Guerra Mundial quanto na Guerra Fria e, de certa forma, até mesmo hoje. As opções navais russas sempre estiveram estranguladas no Mar Negro e no Mar Báltico por estreitos controlados pelas potências ocidentais, restando-lhe - como forma de saída marítima ampla e irrestrita - apenas o Ártico e os portos do Oceano Pacífico, bem distantes de seu núcleo geo-histórico e pouco operáveis à época da Primeira Guerra Mundial.

Com o fim do Império Russo, as possessões territoriais russas haviam perdido uma grande faixa de terra que ia da Finlândia ao Mar Negro, composta agora por países anti-soviéticos, aliados dos alemães e dos britânicos que formavam uma verdadeira zona-tampão configurando o Leste da Europa como um verdadeiro *shatterbelt*, onde mais de uma potência exercia influência e presença direta na região. [ver Mapa 14] Essa região também assistiria a uma instabilidade geopolítica que não se restringiria apenas aos eventos da Primeira Guerra Mundial, perpassando por todo o século XX e mesmo agora no século XXI é ainda palco de uma disputa geopolítica entre a Rússia e a OTAN.

Mapa 14 - O colapso imperial após a Primeira Guerra Mundial

Fonte: adaptado de Vox²⁷⁸

Diferentemente do imperialismo ocidental, o russo nunca foi movido em busca de energia e/ou matérias primas (escravos, carvão ou petróleo). As invasões russas no Báltico ou na Ucrânia tinham mais relação com o posicionamento estratégico ou com questões sociais (religião, etnia, etc). Embora a Rússia tenha efetivamente participado do processo de dominação ocidental na China, sua presença ali era mais justificada por uma questão de acesso a um porto de águas quentes - no caso, o de Port Arthur - do que pela pilhagem de matérias-primas. Garantir que suas linhas de defesa estivessem mais além de suas fronteiras justificou boa parte das ações imperialistas russas.

O imperialismo russo e sua expansão territorial sempre seguiu uma lógica geográfica. A partir do curso de quatro grandes rios, os russos moviam-se em direção aos quatro mares: o Negro, o Cáspio, o Branco e o Báltico²⁷⁹. Essa expansão, notadamente terrestre, enquanto que os impérios coloniais da Europa ocidentais se expandiam através dos mares e sobre colônias ultra-mar, deu aos russos uma unidade geográfica única. “A maioria do impulso russo foi empreendida contra caçadores e

²⁷⁸ Disponível em: <https://www.vox.com/a/world-war-i-maps>

²⁷⁹ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 62

coletores dos Urais e da Sibéria e contra nômades das estepes asiáticas, que careciam de qualquer organização estatal” (COHEN, 1996, p. 61). Assim, da mesma forma que as Treze Colônias dos EUA se expandiram sobre tribos indígenas, os russos o fizeram sobre habitantes que viviam em situação similar, o que permitiu que esses mesmos povos fossem mais facilmente dominados e, por vezes, exterminados.

Em 300 anos (1600 - 1900) a Rússia cresceu 17 milhões de quilômetros quadrados, assemelhando-se aos grandes impérios do passado: o chinês, o romano e o otomano. Sua natureza era de um império universal, uma unidade histórica e geográfica que media seus valores políticos e feitos em relação a si mesmo, não em comparação com outros países. (COHEN, 1996, p. 61) [tradução nossa]

O Império Russo, em seus dias derradeiros, deixava como herança à nova empreitada político-ideológica que se abatia sobre a Rússia o maior império terrestre contínuo dos últimos mil anos, um território único que ia da Europa oriental até quase a longitude americana, estrategicamente posicionado no norte da Eurásia. Esse gigantismo não foi erguido para medir força ou poder com os impérios coloniais ocidentais, e isso teria um efeito determinante na formação capitalista tardia na Rússia. E certamente, em nossa interpretação, isso foi imprescindível para os acontecimentos tanto de 1905 quanto os de 1917²⁸⁰. De acordo com Cohen (1996, p. 62), a Rússia não desenvolveu um imperialismo capitalista. “Ao invés de ampliar a base social, o tsar Nicolau II resolveu recuperar, em nome do esforço de guerra, aquilo que havia concedido durante as reformas de 1905” (MEYER, 1999, p. 97)

2.12 A Revolução Russa

Ao contrário dos postulados marxistas e mesmo da bandeira política contra as atitudes imperiais da monarquia russa, os bolcheviques acabaram por criar um verdadeiro império, ao qual chamamos de Império Russo-Soviético, uma vez que - sob a bandeira do comunismo - manteve uma atitude expansionista e imperialista contra

²⁸⁰ Cohen (1996, p. 62), considera que, similar ao Império Otomano e o dos Habsburgos, o Império Russo falhou na assimilação das nacionalidades diversas não-russas e que, com a ascensão da política da “Grande Rússia”, em sua maior parte chauvinista, acabou por incentivar tais nacionalidades a sair do arranjo imperial.

tanto os povos internos do antigo Império Russo como em relação aos estados-satélites no entorno russo.

Os bolcheviques mantiveram as bases territoriais do Império Russo e criaram um corolário de Estados-satélites ao longo do rimland eurasiático, numa evidente postura geopolítica assentada nas teses de Mackinder, Spykman e reativa em relação à futura teoria da contenção de George Kennan. Entretanto, cometeram o mesmo erro autoritário em relação às minorias nacionais não-russas, que passaram a ser meros vassalos na estrutura imperial dos soviéticos. Isso, mais tarde, teria um efeito desagregador, que acabou por implodir o Império Russo-Soviético. Tanto o antigo Império Russo quanto o Império Russo-Soviético colapsaram num golpe de Estado impulsionados pelo descontentamento da população e mesmo por uma parte das elites, ou seja, aqueles grupos integrantes do arranjo imperial.

De acordo com Cohen (1996, p. 62), sem o autoritarismo do Exército Vermelho e da cúpula dos bolcheviques, o Império Russo-Soviético não teria subsistido durante seus setenta anos (1921-1991). Dentre essas atitudes autoritárias, destaca-se a russificação dos povos não-russos, o que se assemelhou ao ocorrido nos domínios coloniais europeus de ultramar. Esse autoritarismo só ocorreu, de acordo com o autor, devido a rígida e opressora estrutura centralizada bolchevique. “Sem isso, esses processos não teriam ocorrido com a mesma intensidade se tivesse sido criada uma estrutura federativa ou confederativa, ao invés da estrutura centralizada” (COHEN, 1996, p. 62).

Mesmo se tentarmos entender esse autoritarismo pela intervenção estrangeira em favor dos Brancos (mencheviques), isso tampouco se justifica, uma vez que essas intervenções causaram mais danos do que favoreceram os oponentes dos bolcheviques²⁸¹. De acordo com Meyer (1999, p. 128), George Kennan acreditava que essas intervenções nunca ocuparam um lugar primordial nas metas das potências estrangeiras, uma vez que eram feitos pequenos, confusos e obscuros, não estando firmemente assentados no combate ao poder soviético por razões ideológicas.

Diante desse autoritarismo, isso significava que a tão propagandeada “autodeterminação dos povos” não passara de um mote eleitoreiro e populista, sendo

²⁸¹ MEYER, Jean. *Rússia y sus imperios, 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 128

abolida assim que a centralização do poder pelos bolcheviques se assentou. Isso ocorreu por diversos motivos, tanto pela impossibilidade de manter a unidade territorial num gigantesco país em guerra civil, quanto pela recorrente proclamação de independência das dezenas de comunidades não-russas do império. Ao assumirem o poder, os bolcheviques não conseguiram descolar da mentalidade das nacionalidades não-russas que o império era a “prisão dos povos”²⁸², o que se comprovou ao longo dos setenta anos subsequentes e que foi expresso por Lênin nos seguintes termos:

[...] nosso reconhecimento irrestrito do esforço para a liberdade da autodeterminação não nos compromete de qualquer maneira a apoiar cada demanda de autodeterminação nacional. O Partido Socialdemocrata considera que é sua tarefa positiva e principal a de promover a autodeterminação do proletariado em cada nacionalidade ao invés da dos povos e nações. (LÊNIN apud COHEN, 1996, p. 67) [tradução nossa]

O cinismo de Lênin deixa claro que o novo regime não iria na contramão do regime dos Romanov no tocante às minorias não-russas. O novo império seguiria sendo a “prisão dos povos”, que só conseguiriam suas respectivas independências após o colapso do Império Russo-Soviético. Além das minorias dentro do império, os países satélites também foram eclipsados nessa nova filosofia proletária no discurso, mas totalitária e centralizadora na prática. Não por acaso houve uma “virada de costas” para Moscou após o colapso da URSS em 1991.

O comissário dos bolcheviques para a questão das nacionalidades não era ninguém menos que Josef Stálin e a doutrina relativa à questão nacional era confusa e contraditória²⁸³, bem antes mesmo da revolução estourar. Em 1913, Lênin já dizia: “Somos a favor do centralismo democrático, sem restrições, contra a federação, a favor dos jacobinos e contra os girondinos... somos contra a separação, mas a favor do direito à separação” (LÊNIN apud MEYER, 1999, p. 129). E, em 1918, ressaltou esse viés ao declarar que os direitos do socialismo eram superiores a quaisquer direitos nacionais²⁸⁴.

²⁸² COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 67

²⁸³ MEYER, Jean. *Rusia y sus imperios, 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 129

²⁸⁴ Ibidem, p. 129

Ao constatarmos esses pensamentos de Lênin, conseguimos interpretar, um século depois, que a questão nacional para os bolcheviques não passava de um mero instrumento de poder, que deveria ser usado somente quando fosse útil ou favorável para a revolução, não estando de maneira nenhuma posta como uma necessidade inerente. Se o discurso nacionalista contribuísse para a edificação do comunismo no sítio onde estava assentado os bolcheviques apoiavam; se indicasse qualquer demanda de autonomia, federalismo ou independência, o Comitê Central ordenava sua liquidação.

O cinismo e a crueldade com que os soviéticos trataram a questão nacional foram justificados em nome da “liberdade social”²⁸⁵. Já em 1912, Stálin opõe-se à autodeterminação dos azeris²⁸⁶, bem como à secessão dos poloneses.²⁸⁷ “Enquanto a fórmula da autodeterminação nacional proclamada pelos bolcheviques declarou o direito à separação em teoria, Stálin certificou-se de que todos os passos haviam sido dados para impedir que ela se tornasse efetiva, na prática”. (COHEN, 1996, p. 68)

A propaganda em relação à autodeterminação ia no sentido contrário às práticas dos bolcheviques. Vendia-se a ideia, somente para o exterior, de que os revolucionários eram favoráveis à autodeterminação da Polônia e da Finlândia, por exemplo, mas isso se devia apenas a uma tática de guerra, uma vez que a Polônia fora invadida pelos alemães, confirmando a ideia de que os bolcheviques só apoiavam a questão nacional quando essa contribuía para seu fortalecimento político, não como princípio fundamental:

Por decreto do Conselho dos Comissários dos Povos de 29 de abril de 1918, a República Russa revogou todos os tratados e acordos feitos pelo antigo regime tsarista relativos à divisão da Polônia. Mas foi necessária a guerra sangrenta de 1920, na qual a Polônia derrotou miraculosamente as tropas invasoras do Exército Vermelho, para resolver temporariamente a disputa entre a Rússia comunista e os polacos. Nos acontecimentos fatais de agosto e setembro de 1939, a Polônia foi novamente dividida, desta vez por Hitler e Stálin. (COHEN, 1996, p. 72) [tradução nossa]

²⁸⁵ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 68

²⁸⁶ Como georgiano, Stálin possuía uma certa rivalidade pelo povo do Azerbaijão, historicamente rival da Geórgia.

²⁸⁷ COHEN, op. cit., p. 68

A Polônia foi reconhecida como nação pelo Tratado de Versalhes (do qual a Rússia não participou), mas fixou suas fronteiras de uma forma um tanto ambígua, onde as potências ocidentais propuseram a *Linha Curzon* [ver Mapa 15], mas o nacionalista Pilsudski clamava por mais territórios a oeste²⁸⁸

A *Linha Curzon* separou os domínios territoriais da Polônia e da URSS somente após a Segunda Guerra Mundial, ficando a Polônia, a princípio, com uma extensa área a Oeste (zona cinza do mapa x). É mister reparar que a região da Galícia Oriental, representada pelas cidades de Lviv (*Lwów*, em polonês) e Stanisławów (a atual cidade de Ivano-Frankivsk, na Ucrânia) ficaram sob soberania soviética e, posteriormente, ucraniana.

Após a Segunda Guerra Mundial, a fronteira polonesa praticamente obedeceu a Linha Curzon quando foi oficializada em 1947, território vigente até hoje [ver Mapa 15]. O território polaco foi “deslocado” para oeste, aglutinando regiões antes pertencentes à Alemanha e perdendo território nos antigos domínios polacos na Lituânia, Bielorrússia e Ucrânia. A Polônia perdia, uma vez mais, território para os russos.

Mapa 15 - A Linha Curzon e a "dança" do território polonês

Fonte: adaptado de Wikipedia²⁸⁹

²⁸⁸ MEYER, Jean. *Rússia y sus imperios, 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 131

²⁸⁹ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Curzon_Line

Como bem assevera Meyer (1999, p. 130), os casos finlandês e polaco “demonstrou que o direito à autodeterminação estava reservado, para os bolcheviques, somente aos trabalhadores que podiam se opor ao separatismo burguês”. Todas as expressões de autodeterminação foram severamente suprimidas pelos bolcheviques²⁹⁰, e isso demonstra muito claramente as intenções dos bolcheviques do que as meras palavras retóricas de Lênin.

Com a Revolução Bolchevique, a então URSS não se tornou a “gendarme da Europa”, mas continuou sendo o “cárcere dos povos”, uma vez que nunca obteve o respeito voluntário das potências europeias como havia tido na época de Pedro, o Grande; mas tampouco deixou de ser um regime autoritário e opressor, como na época dos tsares. De acordo com Meyer (1999, p. 96), se houve uma similaridade entre o novo regime soviético e o antigo regime tsarista foi o do fracasso na colaboração pactual em nome do patriotismo entre o governo e a sociedade como um todo.

Antes de tudo, a Revolução Bolchevique era um acontecimento russo, tendo pouca influência das outras nacionalidades do império²⁹¹. Os poloneses estavam mais preocupados com sua nacionalidade do que com questões de classe; na Ucrânia, a grande maioria das cidades eram de população russófona, e a minoria local era basicamente de judeus. Os militantes nacionalistas eram um pequeno grupo de intelectuais com vínculos com os camponeses, mas nada organizado militarmente, o que facilitou a dizimação dos mesmos pelo Exército Vermelho²⁹². A russificação transformou-se numa bandeira política que pregava o socialismo e a libertação dos povos, mas na realidade dizimava qualquer grupo que se opunha.

Essa questão da resistência nacionalista à russificação bolchevique acabou angariando apoio externo e contornos geopolíticos:

Nas províncias bálticas, o colapso da ocupação alemã também levou à guerra civil, pois Riga, em particular, possuía uma classe operária grande e muito radical. A Grã-Bretanha, contudo, via o Báltico como esfera de influência sua e transportou soldados *Freikorps* (paramilitares nacionalistas alemães de direita)²⁹³ em 1919 para

²⁹⁰ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 72

²⁹¹ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 330

²⁹² Ibidem, p. 330

²⁹³ Os “*freikorps*” eram um grupo paramilitar formado por ex-militares e cidadãos comuns numa espécie de exército informal nacionalista com o objetivo de combater os levantes comunistas no entre guerras

expulsar os vermelhos... Depois os britânicos instalaram um governo nacionalista no seu lugar e expulsaram os *Freikorps* também. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 330)

Os países bálticos, como constatado, sempre foram um alvo para interferência das potências europeias como forma de contenção à Rússia. Desde os poloneses e suecos, passando pelos alemães e britânicos e, hoje, com os americanos. Por se tratarem de países muito pequenos, sem nenhuma força militar capaz de impor uma soberania plena e cercados de potências, onde a Rússia sempre foi a maior ameaça, esses três Estados acabaram por se tornarem uma verdadeira *buffer-zone*, salvo no período de domínio soviético. [ver Mapa 14]

Da mesma forma que a Polônia, os países bálticos e a Finlândia sofreram tentativas bolcheviques de golpe, mas conseguiram derrotar o Exército Vermelho, o que nunca foi aceito por Lênin que, segundo Cohen (1996, p. 74) teria dito que “a paz com a Estônia foi uma vitória do imperialismo internacional sobre os trabalhadores russos”, ainda que não houvessem operários russos naquele país. Os soviéticos apenas deram tempo ao tempo e, durante a Segunda Guerra Mundial, voltaram a anexar novamente os países bálticos e os provicianizaram. Apenas a Finlândia escaparia do jugo soviético, e mesmo assim após uma dura guerra de independência; os demais, inclusive aí a Polônia, caíram sob o jugo soviético e ficariam presos à Cortina de Ferro até 1991.

Aos poucos, o Exército Vermelho consolidou-se ao longo do vasto território do antigo império: no Cáucaso, na Ásia Central e no Extremo Oriente, mas a um custo elevadíssimo. A guerra civil, de acordo com Bushkovitch (2014, p. 331), matou cerca de 6 milhões de civis e mais de 1 milhão de soldados, tanto em decorrência dos combates como também pela fome e doenças provocadas pela escassez da situação caótica de guerra. Além disso, cerca de 2 milhões de russos, incluindo aí a alta classe da *intelligentsia*, deixaram o país definitivamente.

Particularmente dramático foi a condição dos camponeses russos e não russos dentro da URSS nos primeiros anos da revolução. O comunismo nunca foi uma bandeira

na Alemanha. Esses *freikorps* foram usados contra os levantes espartaquistas, mas também em ações no Báltico, na Silésia e na Prússia, bem como nos sudetos alemães durante a Segunda Guerra Mundial.

dos camponeses soviéticos. Era uma ideologia puramente urbana e os bolcheviques não apenas desconheciam as tradições, os costumes e a realidade dos camponeses como também os desprezavam²⁹⁴. Em 1918, no intuito de implantar a *kommunnia* abominada pelos camponeses, os bolcheviques criaram os “comitês dos camponeses pobres”, dividindo as comunidades e os cossacos, implantando o confisco dos grãos e gerando uma imensa ruptura no campo.²⁹⁵ Essa situação toda tinha raízes na idealização de Lênin em relação a como deveria ser o campo:

Lênin sonhava com uma grande cultura cerealista mecanizada ao estilo dos EUA, mas abominava o êxito possível de um pequeno proprietário ao estilo francês, diabolizando a figura inventada do *kulaks*²⁹⁶, a quem considerava um demônio capitalista rural... Não havia camponeses no Partido... Por que ter, então, escrúpulos em confiscar-lhes os grãos daqueles que se recusavam a entregá-los? (MEYER, 1999, p. 146) [tradução nossa]

A revolução, assim, tornou-se sinônimo de um grande roubo e confisco rural, de uma dimensão muito maior do que a servidão abolida meio século antes, sobretudo nas áreas interioranas da Rússia e nos países satélites que agora estavam sendo anexados ao novo império.

De acordo com Meyer (1999, p. 147), a guerra entre os camponeses e os Vermelhos foi muito maior e intensa do que a guerra entre Vermelhos e Brancos, tanto pelo número de participantes quanto pela dimensão geográfica. Todo o país estava em armas, tanto é que para vencer essa situação os bolcheviques empreenderam uma campanha militar formal contra o próprio povo do campo, em 1921, utilizando-se de tanques, gases venenosos (armas químicas), artilharia, aviões e mais de 45 mil soldados que devastaram o território e genocidaram, sem julgamento, os camponeses.

A ordem de Lênin era clara: “desatar o terror massivo, sem piedade, contra os *kulaks*, curas e guardas brancos; encarcerar todos os elementos suspeitos em campos de concentração fora das cidades” (LÊNIN apud MEYER, 1999, p. 148). Estava assim

²⁹⁴ Não faltaram críticas severas aos danos causados pelos bolcheviques aos camponeses. Ivan Bunin dizia que “o comunismo era para o mujique como uma cadeira para uma vaca” e, Vladimir Bogoraz asseverava que “o país regredia um século por ano”. Escritores como Isaac Babel e Mikhail Sholokhov também relatavam severas críticas ao que ocorria no campo soviético. (Fonte: MEYER, 1999, p. 146)

²⁹⁵ MEYER, Jean. *Rusia y sus imperios, 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 146

²⁹⁶ Camponeses bem-sucedidos e que empregavam mão de obra assalariada no campo.

instaurado o terror leninista ou terror vermelho (*Krasny Terror*), com o uso de campos de concentração muito antes dos alemães. Muitos camponeses, então, fugiram para os bosques com medo dos bolcheviques, e levavam suas famílias junto, uma vez que os vermelhos sequestravam entes dos que consideravam desertores como forma de chantagem e castigo²⁹⁷. Isso alavancou críticas até mesmo de intelectuais do movimento comunista. Na obra “A Revolução Russa”, escrita em 1918, Rosa Luxemburgo dizia que o remédio (a ditadura e o terror) era pior que o mal. “O poder não é uma bola de areia que ao girar se desintegra, mas sim uma bola de neve que, quando gira, cresce constantemente”. (LUXEMBURGO apud MEYER, 1999, p. 162)

A pena de morte e o terror era proclamado abertamente por Lênin²⁹⁸, que via, inclusive, a necessidade da jurisprudência do terror, tornando “legal” a dizimação de todo e qualquer oponente:

[...] é necessário por abertamente os princípios politicamente justos (e não apenas estritamente jurídicos) motivando a essência e a justificação do terror, suas necessidades e seus limites. A jurisprudência não pode pôr fim ao terror [...] a jurisprudência deve fundamentá-lo, legalizá-lo em seu princípio, de forma clara, sem nenhum erro [...] Há que ampliar a pena de morte à todas as atividades mencheviques, social-revolucionárias, à propaganda e a agitação que conduzam a ajuda à esse pedaço da burguesia internacional que não reconhece o direito de propriedade comunista. [Todos eles] deverão ser castigados com a pena capital. (LENIN apud MEYER, 1999, p. 162) [tradução nossa]

Embora havia também um certo “terror” dos Brancos (mencheviques), isso não passava de obra de alguns indivíduos, não de uma sistemática partidária e estatal. Assim, no entender de Meyer (1999, p. 163), Lênin pode ser classificado como um verdadeiro terrorista, uma vez que sistematizou e institucionalizou o terror por meio da Cheka, que viria mais tarde a se transformar na temida e conhecida KGB.

A proclamação do terror não se restringia apenas a Lênin, mas também a outros importantes líderes bolcheviques. Zinoviev, um dos principais dirigentes vermelhos dizia: “Dos 100 milhões de habitantes da Rússia soviética, devemos ganhar 90 para a nossa causa. Quanto aos demais, não temos nada a dizer, há que exterminá-los”

²⁹⁷ MEYER, Jean. *Rusia y sus imperios, 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 149

²⁹⁸ De acordo com Meyer (1999, p. 176), Lênin era conhecido na Rússia durante os primeiros anos da revolução como o “Genghis-Khan de telefone”.

(MEYER, 1999, p. 164). Já o conhecido Martin Latsis, membro da Cheka, recomendava exterminar qualquer suspeito de não pertencer à classe proletária²⁹⁹.

Esse genocídio proclamado, essa “limpeza de classe”, que em muitos locais podia-se confundir com uma limpeza étnica (uma vez que seus métodos eram idênticos), foi o tom da prática bolchevique, e um prenúncio sombrio do que haveria de suceder na Europa inteira alguns anos depois, com a ascensão do nazi-fascismo e do stalinismo, que foram responsáveis por milhões de mortes e que tinham sempre o mote do extermínio daqueles que eram considerados divergentes ou “culpados”, fossem eles um grupo religioso, uma etnia, uma raça, um partido político ou mesmo uma ideologia.

O escritor russo Ivan Bunin, laureado com o Prêmio Nobel de Literatura em 1933, denunciou em seu diário a loucura bolchevique:

Eis o diabólico segredo dos bolcheviques: matar a sensibilidade. A sensibilidade e a imaginação têm limites, então, passem dos limites. É como o preço da carne e do pão. O que? Três rublos a libra? Peçam mil e a surpresa se acabará, assim como os gritos, o espanto. Eis a insensibilidade. Como assim sete enforcados? - Não, amigo, não são sete, são setecentos. E então, o espanto: alguém pode imaginar sete enforcados, mas não setenta, nem tampouco setecentos. (BUNIN apud MEYER, 1999, p. 165) [tradução nossa]

O comunismo de guerra - como o terror vermelho era denominado oficialmente pelos bolcheviques - foi tão devastador para a produção agrícola que, em 1921, a produção tinha recuado 75% em relação à de 1913. Para completar o quadro desastroso, uma gigantesca seca se abateu sobre a URSS, da Ucrânia às estepes do Cazaquistão³⁰⁰. “Cinco milhões de camponeses morreram de fome, outros doze milhões foram salvos de uma morte horrível graças à ajuda internacional europeia e norte-americana” (MEYER, 1999, p. 150). A situação era tão dramática que os soviéticos aceitaram a ajuda da American Relief Administration para fornecer comida às regiões do sul do país assolados pela fome³⁰¹, o que demonstra o quão grande era o estado

²⁹⁹ Dizia Latsis, “Estamos exterminando a burguesia como classe. Não é necessário provar que fulano ou ciclano contrariou os interesses do poder soviético. A primeira coisa que devem perguntar a um detido é a qual classe ele pertence, de onde é, qual educação recebeu e qual é a sua profissão. Essas perguntas decidirão o seu destino. Essa é a quintessência do terror vermelho.” (Fonte: MEYER, Jean. *Rússia y sus imperios, 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 164)

³⁰⁰ MEYER, Jean. *Rússia y sus imperios, 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 150

³⁰¹ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 334

famélico no qual se encontrava a população soviética, bem como a desorganização econômica que imperou nos primeiros anos da revolução. Assim, dizimados pela guerra e pela fome, os camponeses foram derrotados pelos bolcheviques.

O terror bolchevique talvez tenha sido um trágico exemplo de um aspecto da natureza humana que, de tempos em tempos, a aflige: a ira associada com a carnificina irracional e incontrolável. Jonathan Swift, escritor satírico anglo-irlandês, já prenunciava isso no século XVIII: “Os povos em revolta não trabalham senão para algum tirano e para sua própria ruína, com um instinto tão cego como o do bicho da seda que morre tecendo um tecido magnífico para seres de uma natureza estranha à sua.” (SWIFT apud MEYER, 1999, p. 145)

Como forma de amenizar essa trágica desorganização do país, Lênin instaurou a *Nova Política Econômica*, conhecida pelo acrônimo em inglês NEP. Segundo Meyer (1999, p. 153), a situação da Rússia na época da NEP era similar à da Alemanha após a Guerra dos Trinta Anos, ou seja, uma verdadeira catástrofe. Não apenas a produção agrícola era $\frac{1}{3}$ da de 1913, mas todo o PIB, que regrediu ao nível de 1860; as fábricas produziam $\frac{1}{7}$ parte de 1913. “Nesses anos, morreram na Rússia mais gente do que em toda a Primeira Guerra Mundial” (MEYER, 1999, p. 153). Essa medida, como forma de aliviar a tensão, pôs fim à coletivização forçada de cereais, substituindo-a por um imposto em espécie, dando aos produtores o direito de comercializar o restante após o pagamento do imposto. Dessa forma, o governo esperava fazer o dinheiro a voltar a circular, bem como que os empreendimentos privados suprissem as necessidades mais básicas da população, ajudando a combater a fome que tinha se abatido sobre o país a partir de 1922.

Era o recuo de Lênin diante da fome e como última tentativa de preservar o poder político do Partido, mas ainda assim a NEP foi uma vitória mascarada, uma vez que o Código Agrário de 1922 dava ao campesinato apenas o “usufruto” da terra, mas nunca a sua propriedade³⁰². Rizanov, um dos teóricos bolcheviques, chegou a dizer que a NEP foi a “Brest-Litovsk camponesa” (MEYER, 1999, p. 155)

Dessa forma, o capitalismo foi reintroduzido na base da sociedade soviética, aliviando a situação momentaneamente, mas tendo como efeito colateral a formação embrionária de uma espécie de mercado negro e contrabando, o que décadas depois se

³⁰² MEYER, Jean. *Rusia y sus imperios, 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 155

consolidaria como a máfia russa³⁰³. Já em 1926, “a produção em quase todas as áreas havia retornado aos níveis do pré-guerra” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 335) e o país pode voltar a funcionar minimamente, mesmo ainda sob o totalitarismo estatal e o banditismo social plenamente instalado e tolerado pelo Estado.

A NEP pode ter aliviado a miséria material dos soviéticos temporariamente, mas de acordo com Meyer (1999, p. 166), foi o período onde os soviéticos mais expulsaram a inteligência do país: poetas, escritores, músicos, filósofos, cientistas e intelectuais em geral.

2.13 A Coletivização e a Fome como Punição

A tragédia camponesa na URSS não se limitou, infelizmente, aos primeiros anos da revolução. Os camponeses ainda seriam vítimas da coletivização forçada, iniciada após o breve interregno da NEP, em 1928, e com o processo de “deskulakização” do campo, o que acarretou a grande fome de 1932-1933, um dos eventos mais trágicos do século XX.

De acordo com Meyer (1999, p. 189), a coletivização gerou um desastre demográfico de tamanho maiúsculo e a criação ampla e definitiva dos *Gulags* (os campos de concentração soviéticos), condição *sine qua non* para as grandes ondas de repressão e expurgo que não se limitariam apenas aos camponeses.

³⁰³ Embora a consolidação dos grupos criminosos organizados se deu de forma ampla e definida durante a década de 1950, surgido a partir dos campos de concentração soviéticos (*Gulags*), no período pós-revolucionário e, sobretudo, durante a NEP é que tal fenômeno começa a crescer embrionariamente na sociedade russa. De acordo com Albini et al (1995, p. 219), “existe, atualmente, uma crença equivocada, mas prevalecente de que, na Rússia, o crime organizado em suas formas contemporâneas não existia até a queda da Cortina de Ferro ou, dito de outra forma, que o crime organizado russo surgiu primeiro como resultado da Glasnost e da Perestroika”. (Fonte: ALBINI, Joseph L. et al. *Russian Organized Crime: Its History, Structure and Function*. **Journal of Contemporary Criminal Justice**. Vol.11, Nº 4, 1995, p. 219) Disponível

em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.886.1679&rep=rep1&type=pdf>
 Já para Utrata (2014, p.5), “durante o ano de 1917, na Revolução Bolchevique, gangues armadas do *vory v zakone* (literalmente “*ladrões na Lei*”) controlavam as ruas de Moscou, explorando o caos em que a sociedade russa tinha caído. Era especialmente fácil para os *vory* tomar o poder e estabelecer conexões burocráticas durante esse tempo, já que muitos deles tinham apoiado os revolucionários na sua luta contra o Czar Nicolau II. No entanto, assim que Josef Stalin tomou o poder após a morte de Vladimir Lenin em 1924, os *vory* foram jogados nos Gulags de Stálin, onde o submundo criminoso da Rússia realmente tomou forma”. (Fonte: UTRATA, Alina et al. *Russian Organized Crime*. **Stanford Model United Nations Conference**. Stanford University, 2014. Disponível em: <http://web.stanford.edu/group/sias/cgi-bin/smunc/wp-content/uploads/2014/10/Russia-BG-Final.pdf>

Essa deskulakização não visou apenas o desmonte do kulak enquanto classe nem tampouco se limitou ao confisco de seus bens, mas tinha como objetivo acirrar o conflito, isto é, jogar os camponeses pobres contra aqueles melhor abastados ou supostamente enriquecidos, o que desarticulou a resistência camponesa contra os bolcheviques, uma vez que os camponeses passaram a lutar contra si³⁰⁴. Esse assalto aos *kulaks* tinha um efeito demonstrativo: fazer os camponeses participar das pilhagens e tornarem-se cúmplices das atrocidades soviéticas, o que acabou por gerar um sentimento desmoralizador de culpa entre os mesmos³⁰⁵, além de destruir a entidade social camponesa, ou seja, o camponês como ente social.³⁰⁶

A coletivização forçada foi uma guerra do poder soviético contra os seus povos: os camponeses formavam 80% da população. Foi uma das guerras mais terríveis e cruéis que a Rússia já tinha conhecido durante os seus mil anos de existência. Em nome da ideia do bem social, foram à vala comum milhões de inocentes. (MEYER, 1999, p. 226) [tradução nossa]

Em nome de um idealismo radical, os bolcheviques acabaram por botar em prática uma irracionalidade, dizimando uma parte essencial de sua população. Ao taxar indiscriminadamente milhões de camponeses de serem *kulaks*, acusava-se o camponês de ser inimigo da cooperação no campo e um obstáculo ao progresso agrícola, justamente aqueles que representavam o setor mais progressista do setor agrário. “Não há algo de loucura numa política que pretende melhorar a sorte dos pobres para depois castigá-los por terem se tornado menos pobres? ” (MEYER, 1999, p. 226). O incentivo à riqueza ou mesmo a uma pequena melhoria material acabou por se tornar uma sentença de morte, tanto para o camponês enquanto pessoa como para a ideia de prosperidade no campo.³⁰⁷

³⁰⁴ MEYER, Jean. *Rusia y sus imperios, 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 190

³⁰⁵ Ibidem, p. 190

³⁰⁶ De acordo com Meyer (1999, p. 226), entre 1928 e 1953 não houve mais “crise camponesa”, uma vez que o campesinato deixou de existir como ente social, assassinado, pilhado e exterminado pela coletivização e pela guerra, reduzido assim a uma condição de lumpemproletariado, onde havia uma submissão de obediência servil sob o mando arrogante e feroz do bolchevismo, muito pior que a servidão anterior.

³⁰⁷ O escritor Vassili Grossman relatou em seu diário essa trágica e triste situação dos kulaks: “Eu me lembro que, antes de prendê-los, se lhes impunha um imposto. Na primeira vez pagavam, aguentavam; na segunda, vendiam o que podiam para pagar. Acreditavam que se pagassem o Estado teria piedade deles. Alguns matavam o gado, destilavam os grãos, comiam e bebiam, porque de qualquer modo, diziam, a vida havia terminado para eles. Talvez isso tenha se passado de uma outra forma em outras regiões,

Um milhão de pessoas foram deportadas para campos de concentração nas províncias longínquas, incluindo idosos, mulheres e crianças³⁰⁸, e tudo isso era justificado como uma medida profilática contra o capitalismo³⁰⁹, um verdadeiro genocídio contra um inimigo inventado ideologicamente, que se tornou bode expiatório para todos os problemas do país, como bem descreve Vassili Grossman:

O *kulak* era um ente metafísico, inventado ideologicamente, um grupo infra-humano, um inimigo condenado a desaparecer... Sob Stálin, o *kulak* era como o judeu para Hitler, isto é, uma raça maldita. Uma vez despojado, o *kulak* não se transformava em camponês pobre, mas ficava estigmatizado como um sub-humano, impedido de entrar nos *kolkhozes*, para trabalhar em fábricas ou mesmo para servir ao Exército. Quando suas crianças não eram deportadas com seus pais, erravam pelos campos, onde ninguém tinha permissão para acolhê-las” (GROSSMAN apud MEYER, 1999, p. 193) [tradução nossa]

Assim, os bolcheviques liquidaram a elite produtiva do campo e, com ela, uma das maiores civilizações agrárias do mundo. O resultado não poderia ter sido outro: a produção agrícola despencou como nunca e a fome generalizada se abateu sobre a URSS no biênio de 1932-1933.

O sistema era extraordinariamente corrupto e, longe de implementar a libertação do campesinato - ou mesmo dar-lhes alguma condição produtiva mais favorável -, representou sua nova servidão. Todo e qualquer motivo servia para acusar alguém de ser um *kulak* e, assim, roubar-lhe os bens e eliminá-lo.

Os altos impostos em espécie provocaram uma fome artificial, pois quase não sobrava comida para os camponeses. Cerca de 5 milhões de camponeses ucranianos morreram lentamente de fome, naquilo que ficaria conhecido como o “genocídio ucraniano”, o Holodomor (literalmente, “*matar de fome*”, em língua ucraniana). Tal

mas foi assim conosco. Primeiro prendiam os pais de família e os homens que haviam servido em unidades cossacas. O GPU prendia não os militantes ou ativistas. Todo o primeiro contingente de presos foi fuzilado, nenhum se salvou. Os presos em fins de dezembro duraram dois ou três meses no cárcere, para logo serem mortos nas “migrações especiais”... As direções regionais davam a lista e o número de *kulaks* para serem presos... eram levantadas por uma *troika*, três pessoas decidiam quem devia viver e quem devia morrer... muitas coisas estavam em jogo: dinheiro, vinganças pessoais... Ao final, se podia decretar que pobres eram *kulaks*, enquanto aqueles que podiam pagar compravam sua liberdade” (Fonte: MEYER, Jean. *Rússia e seus impérios, 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 192-193)

³⁰⁸ MEYER, Jean. *Rússia e seus impérios, 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 193

³⁰⁹ Ibidem, p. 193

morticínio foi apenas um dos efeitos nefastos da coletivização, mas também foi uma vingança pessoal de Stálin contra os ucranianos³¹⁰. “Entre 1918 e 1922, a Ucrânia havia sido, junto com o Cáucaso e a região do Volga, as áreas mais rebeldes, e coincidentemente foram as áreas mais castigadas pela repressão e pela fome” (MEYER, 1999, p. 208). Stálin usou todo o trigo confiscado, não para alimentar as cidades, mas para exportá-lo para o mercado internacional no intuito de gerar divisas de capital para a URSS. Curiosamente, aquele que se dizia o maior combatente do capitalismo matava milhões de seus compatriotas de fome justamente para angariar capital.

Os ministros Molotov e Kaganovich insistiram, em julho de 1932, para que não houvesse abrandamento na coletivização e na pressão sobre os *kolkhozes* (fazendas coletivas) visando o aumento no fornecimento de cereais³¹¹. Em agosto de 1932, Stálin manifestou seu descontentamento com a situação da Ucrânia, dizendo que o partido na Ucrânia estaria infestado de contrarrevolucionários nacionalistas. Stálin propõe a Kaganovich que assuma o cargo de secretário-geral do PC ucraniano e destitua antigos líderes³¹². “A república deve ser preservada, não podemos poupar dinheiro nisso. Se isso não for feito, poderemos perder a Ucrânia” (STÁLIN apud REES, 2002, p. 22)³¹³

De acordo com Rees (2002, p. 24), a consciência da situação famélica da Ucrânia era conhecida por Stálin, uma vez que, em janeiro de 1933, o primeiro-secretário de Kharkov, R. Terekov disse a Stálin, categoricamente, que a fome grassava na Ucrânia. Stálin acusou-o em tom debochado dele ser um romântico e todas as tentativas de discutir o assunto foram simplesmente descartadas por completo. Em 11 de janeiro de 1933, o Comitê Central instituiu a purga, conduzida sob a direção de Kaganovich, o que se abateu sobre todas as organizações partidárias rurais.

³¹⁰ “Stálin enviou delegações plenipotenciárias com o objetivo de confiscar a produção de grãos em toda a Ucrânia e insistiu para que seus secretários liderassem uma campanha de confisco de grãos, da mesma forma que exigiu medidas para conter a influência *kulak* e para esmagar qualquer oposição à política oficial”. (Fonte: REES, E. A. *The Changing Nature of Centre-Local Relations in the USSR, 1928-1936*. Londres: Palgrave, 2002, p. 21-22)

³¹¹ REES, E. A. *The Changing Nature of Centre-Local Relations in the USSR, 1928-1936*. Londres: Palgrave, 2002, p. 22

³¹² Ibidem, p. 22

³¹³ Em 4 de novembro, uma comissão especial autorizou o expurgo dos cereais das pessoas hostis ao comunismo que conduziam uma política kulak. (REES, op. cit., p. 23)

Durante a coletivização, a “deskulakização” e a fome, o Estado soviético demonstrou o seu enorme poder sobre as zonas rurais. Os pontos fortes do regime eram os principais centros urbanos-industriais. Os distúrbios em Ivanovo em 1932 demonstrou o potencial de vulnerabilidade do regime em seu core, o que constituiu o pano de fundo para os novos expurgos partidários iniciados em 1933. Iniciou-se também a introdução dos passaportes internos a partir de 1933, que se destinava a “limpar” os principais centros urbanos de elementos não fiáveis. (REES, 2002, p. 25-26) [tradução nossa]

O impedimento da livre circulação da população indica a consciência do problema por parte do Estado, bem como sua preocupação em omitir as notícias sobre a fome, uma vez que se isso se espalhasse, poderia abalar de alguma forma a credibilidade do regime. Segundo Rees (2002, p. 25), Stálin tentaram jogar a culpa da crise agrícola e da fome numa suposta incompetência dos dirigentes regionais. Assim, além de um pretexto para limitar ainda mais a autonomia regional, tanto no que diz respeito às questões econômicas quanto à questão nacional, o regime reforçava seu centralismo, instaurando uma campanha contra o “nacionalismo burguês” na Ucrânia, na Bielorrússia e na Ásia Central³¹⁴.

Ellman (2005, p. 828) afirma que Stálin declarava explicitamente que estava em guerra contra o campesinato, guerra essa que vitimou cerca de 3 milhões de camponeses [ver Tabela 1]

Tabela 1 - O extermínio dos camponeses 1930-1933

PEASANTS REPRESSED IN 1930 – 1933	
1. Category I ‘kulaks’ arrested January – September 1930	283,717 ^a
2. Total number condemned on OGPU cases in 1931 – 33	562,279 ^b
3. Category II ‘kulaks’ deported in January 1930 – September 1931	1,803,392 ^c
4. Category III ‘kulaks’ resettled in 1930	c. 250,000 ^d
5. 1932 – 33 deportees who arrived alive	339,327 ^e
Less	
Non-peasants in rows 2 and 5, say	c. 200,000 ^f
Total	c. 3,000,000 ^g

Fonte: ELLMAN (2005)³¹⁵

³¹⁴ De acordo com Rees (2002, p. 25), a partir daí o processo de russificação da URSS se intensificou, onde políticas relativas às línguas e às culturas não-russas foram cada vez mais restringidas.

³¹⁵ ELLMAN, Michael. *The Role of Leadership Perceptions and Intent in the Soviet Famine of 1931-1934*. *European-Asia Studies*. Vol. 57, nº 6, 2005, p. 828

Havia a clara intenção, de acordo com Ellman (2005, p. 827), de Stálin em punir os camponeses pela fome como força de repressão pelas supostas sabotagens dos mesmos na entrega dos grãos, que foram confiscados com o argumento de alimentar as cidades, mas foram vendidos no mercado internacional. Dessa forma, e com as medidas restritivas de circulação nas zonas famélicas, “havia toda uma cadeia de ações stalinistas interligadas e interdependentes (total ou parcialmente conscientes) para organizar a grande fome” (ELLMAN, 2005, p. 828). Assim, a fome tornou-se uma medida “pedagógica”³¹⁶.

Para a doutrina totalitária bolchevique, os camponeses que protestavam, não cumpriam as cotas ou simplesmente exigiam maiores esforços do Estado, eram rotulados como “sabotadores” e eram acusados de travar uma “guerra” contra o poder soviético. “A fome contra aqueles que lutavam contra o Exército Vermelho, logo, contra os trabalhadores, era uma justiça poética”. (ELLMAN, 2005, p. 829)

O partido não focou seus esforços em resolver ou aliviar o fardo das cotas cerealistas, nem tampouco estipulou uma medida para combater a fome e nem deixou de exportar o trigo no intuito de utilizá-lo para ajudar as zonas famélicas do país, tampouco foi capaz de importar comida ou pedir ajuda internacional. Para Ellman (2005, p. 829), juntamente com o decreto que proibia a migração das zonas famélicas (Ucrânia e o norte do Cáucaso), essas medidas formam um conjunto de ações que podem ser consideradas evidências cabais do intuito bolchevique de usar a fome como punição.

Esse irracionalismo seria uma peculiaridade apenas dos bolcheviques ou havia alguma substância teórica no comunismo que dava margem a esse tipo de ação? Leszek

³¹⁶ Um líder bolchevique louvou tal medida ao fazer um discurso no baixo Volga em junho de 1933: “As aquisições de grãos são uma alavanca com a qual conseguimos a reeducação socialista do agricultor coletivo. Ensinamo-lo a pensar de uma maneira diferente, não mais como proprietário de grãos, mas como um participante na competição socialista, conscientemente e de forma disciplinada em relação às suas obrigações para com o Estado proletário. As aquisições de grãos são aquela parte do nosso trabalho pelo qual levamos em conta o agricultor coletivo e colocamo-lo no caminho da disciplina proletária”. (Fonte: ELLMAN, Michael. *The Role of Leadership Perceptions and Intent in the Soviet Famine of 1931-1934*. **European-Asia Studies**. Vol. 57, nº 6, 2005, p. 823). No mesmo estudo, Ellman afirma que: “A ideia de que a liderança do partido considerava a fome como sendo um instrumento educativo positivo na educação dos camponeses para trabalharem bem nas fazendas coletivas foi evidenciada no relatório de Kosior para Stálin de 15 de março de 1933. Nesse relatório (escrito no auge da fome) Kosior explicou que os esforços educacionais do partido ainda não tinham sido bem-sucedidos. A preparação insatisfatória para a semeadura nas regiões mais afetadas mostra que a fome ainda não ensinou a muitos agricultores o bom senso (*umu-razumu*)”. (ELLMAN, op. cit. p. 830)

Kolakowski argumenta que, embora Marx nunca tivesse imaginado o comunismo como um campo de concentração, dizia que todo o comunismo poderia ser resumido numa única sentença: a abolição da propriedade privada. Assim, uma ideia de comunismo universal pressuporia uma nacionalização universal³¹⁷. “Nacionalizar tudo implica nacionalizar gente, e nacionalizar gente pode conduzir à escravidão” (MEYER, 1999, p. 227). E foi exatamente isso que os bolcheviques fizeram.

O poeta simbolista Nikolai Kliuyev, que foi posteriormente fuzilado nos expurgos stalinistas contra os intelectuais soviéticos, declarou certa feita: “Percebo a coletivização como o processo destruidor do campo russo; a percebo como um horror místico, como uma bruxaria diabólica” (KLIUYEV apud MEYER, 1999, p. 255). Tal horror ainda perduraria por mais duas décadas em sua forma mais intensa: *gulags*, expropriações e expurgos.

2.14 O Federalismo Étnico da URSS

Um dos grandes problemas que acometeram o território da URSS após o seu colapso em 1991 foi a questão étnica e a divisão territorial dos Estados nacionais. Porém, a origem desse tipo de conflito foi justamente a divisão administrativa que os bolcheviques estipularam para o território imperial que herdaram. Nascido das experiências revolucionárias de 1917, o federalismo soviético tinha como base a etnicidade, não o território.

O partido bolchevique sempre afirmava que o Império Russo era a “prisão dos povos” e que combinava o pior do colonialismo europeu com o velho despotismo militar dos tsares... e propunham a autodeterminação para os povos não-russos muito antes da Primeira Guerra Mundial. Durante a revolução, a maioria dos grupos nacionais do império formou partidos nacionalistas, e alguns já os tinham antes disso (como no caso da Finlândia e da Polônia), partidos que defendiam alguma espécie de autonomia nacional. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 340)

A Ucrânia não existia como província étnica no Império Russo, nem os ucranianos étnicos ocupavam todo o território daquilo que denominavam por Ucrânia.

³¹⁷ MEYER, Jean. *Rusia y sus Imperios 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 226

A fundação da Rep. Socialista Soviética da Ucrânia foi mais para conter os nacionalistas ucranianos, partidários mais dos mencheviques, do que por uma consideração pela autodeterminação dos ucranianos³¹⁸.

Da mesma forma, a Bielorrússia surgiu artificialmente mais no intuito de conter os interesses polacos sobre aquele território do que por alguma preocupação étnica com os bielorrussos, que eram indiferentes a essa questão nacional³¹⁹. Assim, a questão nacional, no caso bielorrusso, foi justificada mais por uma questão geopolítica, tentando integrar mais os habitantes bielorrussos à federação e impedindo, assim, que os mesmos pudessem cair sob o domínio ou mesmo a influência de Varsóvia.

Porém, essa relação consideração étnica não significava independência e nem mesmo sequer autonomia, de fato. “As repúblicas soviéticas bielorrussa e ucraniana eram independentes *de jure* de Moscou, mas seus partidos comunistas não. Eles eram explicitamente submetidos às ordens do Comitê Central em Moscou” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 341). Criava-se assim uma estrutura contraditória - ou até mesmo cínica -, pois de um lado era criado uma administração com demarcação territorial com base étnica em nome da autodeterminação dos referidos povos, mas, ao mesmo tempo, no tocante ao poder de fato, os partidos comunistas locais eram meros membros do poder central, apenas cumpriam ordens e determinações sem nenhuma autonomia. Justamente por isso, o Partido Comunista acabou se tornando o símbolo da opressão nacional dos povos não-russos, o que de fato contribuiu para a implosão do Império Russo-Soviético de 1991.

Já em relação aos povos islâmicos da Ásia Central, “o nacionalismo era muito fraco e a identidade predominante era islâmica e muito local”. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 341) No final, os soviéticos acabaram por criar diversas repúblicas autônomas de acordo com a etnia mais ou menos predominante, com exceção do Cáucaso, onde a multiplicidade étnica e religiosa, bem como sem uma delimitação fronteiriça clara e consensual entre os diversos povos, tornava a conflituosidade ainda mais acirrada. “A solução foi uma federação que deu uma certa autonomia a todos e que forneceu,

³¹⁸ BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 341

³¹⁹ Ibidem, p. 341

aparentemente, um obstáculo ao nacionalismo dos grandes grupos”. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 342)

Ainda na Ásia Central, cabe ressaltar o problema dos bolcheviques com os muçulmanos dali residentes. Os vermelhos não toleravam as organizações muçulmanas e, logo que subiram ao poder, começaram a perseguí-las. Já em 1918 atacaram os tártaros da Crimeia, que haviam ali proclamado a República Popular da Crimeia, no processo de secessão da Ucrânia, república essa que durou apenas dois meses, entre dezembro de 1917 e janeiro de 1918. O Exército Vermelho atacou, também, os muçulmanos no Cazaquistão e em Tashkent.

De acordo com Cohen (1996, p. 73), o Exército Vermelho usava contra os muçulmanos a tática do “dividir para dominar” e assim conseguiam dividir e jogar uma etnia contra, sobretudo no Cáucaso.

Em 6 de fevereiro de 1918, tropas soviéticas invadiram Kokand, onde dezenas de milhares de pessoas foram massacradas... em 27 de fevereiro, a Frente Nacional Tártara foi desmoralizada... em março de 2018, os bolcheviques - em sua maioria armênios - atacaram os bairros azeris em Baku, Azerbaijão. Três mil foram mortos e a comuna de Baku foi estabelecida. (COHEN, 1996, p. 73) [tradução nossa]

A situação do Cáucaso era complicada. “Armênios, massacrados pelos turcos, clamavam pelos russos; os azeris, por temer aos russos, clamavam pelos turcos; e os georgianos, por medo tanto dos russos quanto dos turcos, clamavam pelos alemães e, depois, pelos ingleses” (MEYER, 1999, p. 133), o que tornou a região fértil para intervenções externas, um verdadeiro *shatterbelt*. Em 1920, “o 11º Exército Vermelho ocupou o território do Daguestão, onde cometeu inúmeras atrocidades, incluindo a destruição de mesquitas e a violação de mulheres”. (COHEN, 1996, p. 73)

O *shatterbelt* estava estabelecido. Além das brigas internas entre azeris, armênios e georgianos, havia também a disputa na região entre Brancos e Vermelhos, ódios étnicos e religiosos e missões estrangeiras para complicar ainda mais o caos, tornando o quadro político local difícil de ser contornado mediante um consenso. Porém, até o final de 1921 os bolcheviques conquistaram toda a região³²⁰. Isso acabou

³²⁰ MEYER, Jean. *Rusia y sus Imperios 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 123

por provocar uma balcanização lenta e gradual, que acabou culminando com as Guerras da Chechênia na década de 1990. O ressentimento dessas atrocidades cometidas pelos bolcheviques não ficou restrito a esse grupo político, mas aos russos em geral. Os caucasianos já haviam experimentado o amargo sabor da opressão do Império Russo e, agora, novamente, russos - só que com outra bandeira política - cometiam atrocidades novamente. O comunismo soviético, ali, era visto e sentido como imperialismo russo, tanto é que os grupos locais (comitês da Geórgia, Armênia e Azerbaijão) se recusavam a aceitar a legitimidade dos bolcheviques russos, criando a Federação Transcaucasiana³²¹, mas essa iniciativa não durou muito tempo e, em 1921, o Exército Vermelho tomou toda a região.

Um bom exemplo desse sentimento de imperialismo em relação aos bolcheviques pode ser expresso nas palavras de Zinoviev, que em setembro de 1920 desdenhava ao afirmar que: “não tomamos o indispensável petróleo do Azerbaijão e o necessário algodão do Turcomenistão como os antigos exploradores o faziam, mas como irmãos maiores que carregam a tocha da civilização” (ZINOVIEV apud MEYER, 1999, p. 133). Para os azeris ou os turcomanos não importava muito se quem os explorava eram brancos ou vermelhos, o fato é que sua produção estava sendo drenada colonialmente por um ator que consideravam estrangeiro, que se achava no direito de comandar e os explorar tal como o Império Russo e outros o fizeram anteriormente. Agora, o imperialismo estava presente em nome da revolução.

Cohen (1996, p. 74) afirma que Lênin nunca cumpriu as promessas de reparação turca que fizera aos armênios e, pior, deu a Turquia as regiões de Karabakh e Nakhichevan, no intuito de equilibrar as relações com a Turquia kemalista. A geopolítica solapava o destino nacional dos armênios, que foram coagidos a assinar o Tratado de Erevan, em 2 de dezembro de 1920, tornando o território armênio uma república socialista soviética. Ali, uma vez mais, o sentimento que ficou foi o de provincialização, não de soberania.

A situação do Azerbaijão foi similar, pois havia proclamado sua independência em 29 de maio de 1918, mas já em abril de 1920 o Exército Vermelho invadiu o país e o proclamou como uma “província” soviética, com o nome de república socialista.

³²¹ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 73

Moscou, assim, estava garantindo a integridade territorial com medidas altamente centralizadoras que subordinavam todas as repúblicas ao poder do Comitê Central russo, mediante os respectivos partidos comunistas locais. Era uma federação política na forma, mas uma união centralizada na prática.

Bushkovitch (2014, p 343) chama a atenção para a confusão que tanto Lênin quanto Stálin cometeram: o de confundir a língua com a etnia. E isso fez com que o Estado criasse regiões que falavam uma língua diferente mesmo se não houvesse ali uma etnia representada, como no caso dos mordovianos (russos que foram assim rotulados como uma “etnia” simplesmente por falarem uma língua fino-úgrica)³²². E mesmo no caso ucraniano, “grandes cidades com pouquíssimos falantes da língua ucraniana, como Odessa, em pouco tempo já não possuía nenhum jornal em russo, só em ucraniano” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 343). Esse exemplo se seguiu também na Crimeia e em outros pontos do território ucraniano.

O próprio movimento soberanista ucraniano não reclamava a Crimeia para si. O jornal americano The New York Times, em 17 de fevereiro de 1918, publicou uma matéria intitulada “*Dismembered Russia - Some of the Fragments*”, onde relatava a luta pela soberania ucraniana. “A Crimeia, de acordo com as mais recentes notícias, não será incluída no novo Estado Ucraniano”³²³. O mapa publicado na matéria deixava bem claro as regiões reclamadas pelo então Estado Ucraniano recém proclamado, onde é possível ver (no detalhe do Mapa 16) que a Crimeia, uma parte da região administrativa da Taurida, estavam fora das reivindicações ucranianas [ver Mapa 16]

³²² BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 343

³²³ The New York Times. *Dismembered Russia - some of the fragments*. 17 de fevereiro de 1918. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1918/02/17/102671665.pdf>

Mapa 16 - A Crimeia fora da reivindicação territorial ucraniana (1918)

Fonte: The New York Times³²⁴

Esses exemplos de delimitações confusas em relação ao conhecimento da realidade do próprio país, sobretudo das regiões não russas, acabaram por gerar rivalidades entre as próprias etnias, manifestadas sobretudo após o colapso da URSS. A crise atual da Ucrânia, em grande medida, pode ser atribuída a essa “reengenharia étnico-linguística” promovida pelos soviéticos, que acabou por forjar nacionalidades onde as mesmas não existiam, de forma artificial, típica de decisões burocráticas desconexas da realidade geográfica. Uma das consequências trágicas para essa confusão entre língua e etnia é que, se isso for levado a sério, equivaleria dizer que aqueles que não falam o russo como língua materna não são russos, o que para a Rússia, um país com dezenas de povos que falam diversas línguas, seria um motivo desagregador e trágico para a união e estabilidade nacional. O federalismo étnico soviético foi a origem de grande parte dos problemas envolvendo as nacionalidades e o território do antigo espaço soviético após 1991, como se verá mais adiante.

³²⁴ Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1918/02/17/102671665.pdf>

2.15 O Pacto Molotov-Ribbentrop: a geopolítica diabólica

Territorialmente, até o início da Segunda Guerra Mundial, a URSS manteve-se relativamente estável. Seus problemas internos (guerra civil, fome, coletivização e expurgos) obliteraram qualquer pretensão imperialista dos bolcheviques. Entretanto, no entender de Cohen (1996, p. 85), os soviéticos seguiram a velha fórmula do imperialismo russo com a tríade *ortodoxia-autocracia-patriotismo* adaptando-a ao marxismo-leninismo: o marxismo no lugar da ortodoxia, o culto à personalidade como autocracia e o patriotismo russo-soviético. Mudavam-se as cores, mas a essência seguia a mesma.

Uma manifestação nefasta do totalitarismo soviético foi sua política externa a partir da década de 1930, com a ascensão do regime nazista na Alemanha e sua aproximação desse regime materializada no pacto de não-agressão germano-soviético, que ficou conhecido como o Pacto Molotov-Ribbentrop, assinado em 23 de agosto de 1939.

Embora filosoficamente distintos, o stalinismo e o nazismo tinham similaridades que se tornaram um tabu para muitos historiadores, e ainda hoje causa muita discórdia e desconforto identificar tais similaridades. Entretanto, os próprios intelectuais soviéticos admitiam tal fenômeno, como foi o caso de Plekhanov que disse que “valeria a pena comparar a URSS com o III Reich” (MEYER, 1999, p. 325). Trotsky tampouco deixou essa questão despercebida e dizia que “Stálin e Hitler são estrelas gêmeas” (MEYER, 1999, p. 325). O fato é que, para o povo da Polônia, ambos impérios eram a mesma face do mal, que os retalhou ao meio e exterminou boa parte de seu povo.

Do ponto de vista diplomático, a URSS fazia um jogo duplo também com os países capitalistas. A ideia diplomática de Lênin era se fazer parecer pacífico para então infiltrar-se e inocular os agentes bolcheviques no Ocidente:

Devemos manifestar nosso desejo de estabelecer de imediato as relações diplomáticas com os países capitalistas sobre o fundamento da não-intervenção nos assuntos internos... Ficarão loucos de alegria, mas abrirão suas portas pelas quais entrarão nossos agentes da *Komintern* e nossos espiões do Partido, que estabelecerão células em seus países, fazendo-se passar por representantes diplomáticos, culturais ou comerciais. (LÊNIN apud MEYER, 1999, p. 329) [tradução nossa]

A ideologia imperial seguiu sendo a base dos interesses bolcheviques e, “na sequência do Pacto Molotov-Ribbentrop, Stálin conseguiu recuperar para a URSS quase todo o antigo patrimônio dos Romanov” (COHEN, 1996, p. 87). O pacto não foi apenas um tempo de respiro na preparação para a guerra, como é comumente alegado, mas foi também uma oportunidade de reconquistar os territórios de povos que tinham se libertado do jugo russo. A Ucrânia, que até então nunca fora um Estado unitário territorialmente, virou um motivo e pretexto para os bolcheviques anexarem os territórios de Lviv, da Bucovina do Norte e dos Cárpatos ucranianos³²⁵ (Bessarábia). “A conquista desses territórios também proporcionou a oportunidade para a repressão total dos nacionalistas ucranianos e bielorrussos que haviam operado sob o regime polonês” (COHEN, 1996, p. 87), atestando, mais uma vez, que o terror era associado pelos não-russos como uma ação imperialista russa dentro e fora da URSS.

O território polaco foi dividido com os nazistas e, a parte que coube aos russos, nunca mais retornou para a soberania da Polônia, nem mesmo depois da 2ª Guerra Mundial [ver Mapa 17].

Mapa 17 - A divisão da Polônia (1939) e o subsequente ganho territorial soviético.

Fonte: Peter Hanula³²⁶

³²⁵ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 87

³²⁶ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Molotov%E2%80%93Ribbentrop_Pact

O pacto foi geopoliticamente perverso, pois os bolcheviques tinham em mente retomar o território do Leste Europeu e do Báltico. A URSS acordou com a Alemanha hitlerista não apenas a divisão da Polônia, mas também a anexação dos países bálticos, que foi trocada pela cidade polonesa de Lublin, onde até então prevalecia a influência russa e passaria para a germânica³²⁷. Toda essa região do *Intermarium* - bem como os povos que ali viviam - tornaram-se meras moedas de troca entre os dois impérios totalitários, onde os bolcheviques passaram a fazer uma verdadeira “limpeza” de classe contra os que consideravam burgueses, *kulaks* ou inimigos do regime. Os três países bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia) foram cooptados a entrar no Tratado de Assistência Mútua após os bolcheviques disporem de tropas militares em seus respectivos territórios³²⁸.

O caso da anexação da Finlândia não deu certo, pois os finlandeses se recusaram a assinar o Tratado de Assistência Mútua (o que seria uma renúncia à sua soberania) com os soviéticos, que retaliaram anulando o Tratado de Não-Agressão assinado com os finlandeses em 1932, cortando assim as relações diplomáticas entre os dois países³²⁹, o que também demonstrou a falta de compromisso dos bolcheviques com a legitimidade diplomática. Estava muito evidente: os bolcheviques de então assinavam e rasgavam tratados de acordo com a sua conveniência. Isso teria um impacto profundo na desconfiança dos povos não-russos em relação ao compromisso russo e sua fiança diplomática até os dias de hoje.

O objetivo dos bolcheviques era conquistar a Finlândia como tinham feito com os países bálticos, mas foram derrotados pelas tropas bem-treinadas de Helsinque. De acordo com Cohen (1996, p. 88), a URSS foi expulsa da Liga das Nações por essa tentativa de anexar a Finlândia e as potências ocidentais ameaçaram juntar-se à guerra numa coalizão ao lado dos finlandeses. Stalin então teria cedido e aceitou a independência da Finlândia se essa cedesse parte de seu território [ver mapa molotov], o que prontamente foi aceito pelos finlandeses.

³²⁷ COHEN, Ariel. *Russian Imperialism: development and crisis*. Westport: Praeger Publishers, 1996, p. 87

³²⁸ De acordo com Cohen (1996, p. 88), Molotov havia dito ao embaixador estoniano que, se o ultimato para aderir ao tratado não fosse aceito, o Exército Vermelho marcharia para dentro do país, suprimindo qualquer resistência mediante o uso da força... a invasão então se deu; o parlamento foi ocupado pelos comunistas, o então presidente K. Pats foi preso e deportado para um *gulag* de onde nunca mais se ouviria notícias dele e a Estônia foi admitida - forçosamente - à URSS em 6 de agosto de 1940.

³²⁹ COHEN, op. cit., p. 88

A invasão soviética nesses territórios despertou o ódio desses povos contra tudo o que fosse russo ou soviético, uma vez que a brutalidade da repressão praticamente aniquilou as elites intelectuais, políticas, artísticas e econômicas dessas pequenas nações.

Para além dos comunistas locais, dezenas de milhares de russos e ucranianos foram “importados” para governar os domínios recentemente ocupados com seus 23 milhões de habitantes. A posição histórica dos russos como administradores coloniais (imperiais), abandonada em 1917, foi restabelecida como uma vingança sob a liderança de Stálin vinte anos mais tarde. (COHEN, 1996, p. 89) [tradução nossa]

Nem de longe essa situação lembrava a de Pedro, o Grande, que conquistou a confiança dos finlandeses e bálticos ao oferecer-lhes uma autonomia livre e vantajosa dentro do Império em troca de uma proteção russa e da lealdade territorial desses domínios. Nada disso fazia parte do *modus operandi* dos bolcheviques, o que foi demonstrado nas dezenas de repressões contra os povos dentro e no entorno da URSS ao longo dos anos.

A geopolítica e a política externa russa no período entre 1917 e 1941 foi sempre de mão dupla, tentando sempre aliar-se a países que fossem, de uma maneira ou de outra, inimigos do liberalismo das potências ocidentais. Um claro exemplo disso foi a cooperação militar que os soviéticos estabeleceram com a Alemanha já em 1921, violando as resoluções do Tratado de Versalhes³³⁰. “[...] os soviéticos montaram bases secretas no território alemão para treinar pilotos, em troca, os alemães montaram uma fábrica de aviões a poucos quilômetros de Moscou.”³³¹ (MEYER, 1999, p. 330). Ademais, os soviéticos começaram a intervir em questões políticas internas dos países do entorno como o Afeganistão, a Bulgária, a Turquia e a China, onde foram derrotados. É interessante notar que os soviéticos inventaram o que hoje chamamos de *regime change*, interferindo conscientemente na política dos Estados vizinhos visando instalar um regime afinado ao de Moscou, como bem ressalta Meyer: “Em 1921, o Exército

³³⁰ MEYER, Jean. *Rusia y sus imperios 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 330

³³¹ Curiosamente, ao mesmo tempo que ajudavam militarmente o Estado Alemão, patrocinavam a derrubada do regime, por meio do financiamento dos comunistas locais, o que acabou por fracassar.

Vermelho ocupou a Mongólia, provocando um conflito com a China, numa clara tentativa de exportar a revolução na ponta das baionetas”. (MEYER, 1999, p. 330)

Stálin não viria a mudar sua postura em relação aos alemães nem mesmo depois do incêndio do *Reichtag* e a subsequente perseguição comunista pelos nazistas, e tentou enfatizar o espírito de Rapallo³³², tendo em vista que, do ponto de vista geopolítico, ter a Alemanha como aliada - ou pelo menos como não inimiga - dava a Stálin uma certa tranquilidade, uma vez que afastaria e dificultaria qualquer intervenção das potências ocidentais em prol dos países invadidos e ocupados do leste europeu, que estavam literalmente “espremidos” entre dois impérios terrestres.

A Alemanha sempre atraiu mais a atenção dos bolcheviques do que as democracias ocidentais³³³, que via no país germânico o principal inimigo anglo-francês, e é difícil acreditar que isso teria mudado caso a Alemanha não tivesse invadido e declarado guerra à URSS em 1941.

Stálin, conscientemente ou não, acabou por colocar em prática o maior medo geoestratégico de Mackinder, ou seja, a união das duas potências continentais contra as potências marítimas do Ocidente. Nesse quesito, o realismo geopolítico preponderou sobre a ideologia, o que pode ser adicionado como mais uma contradição do regime soviético. Quiçá, Stálin e seus camaradas bolcheviques tivesse uma fé de que um dia poderiam converter o nacional-socialismo no social-nacionalismo bolchevique, o que felizmente não ocorreu para nenhum dos lados, ao custo de milhões de vidas.

De acordo com Meyer (1999, p. 334), Stalin nunca perdeu a esperança de usar a Alemanha como um “quebra-gelo” contra o mundo capitalista. Ao mesmo tempo que incitava o comunismo na Alemanha, tentava fazer acordos com o Estado.

As relações entre a URSS e a Alemanha hitlerista eram ambíguas, mas consistentes. Ao mesmo tempo que Alemanha, Japão e Itália assinavam um pacto anti-*komintern*, “o Reich outorgou créditos substanciais à URSS, os quais convenceram Stálin de que um dia ‘nos entenderemos’.” (MEYER, 1999, p. 335)

³³² MEYER, Jean. *Rússia y sus imperios 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 331

³³³ “[...] no segundo congresso do Komintern afirmava-se que a Alemanha soviética unida a uma Rússia soviética se revelaria mais forte do que todos os países capitalistas unidos [...] dizia Goebbels que ‘a URSS é o verdadeiro aliado da Alemanha contra os demônios e a corrupção do Ocidente’” (Fonte: MEYER, Jean. *Rússia y sus imperios 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 334).

Entretanto, havia quadros do alto escalão militar da URSS que se preocupavam com o perigo que os nazistas representavam. O marechal Mikhail Tukhachevsky foi um deles. De acordo com Meyer (1999, p. 335), Tukhachevsky tentou convencer a França e a Inglaterra a formar uma coalizão contra Hitler, mas nunca obteve sucesso. Stálin, ao perceber as visões antagônicas de Tukhachevsky em relação aos nazistas, tratou logo de acusá-lo de ser um agente externo e o encarcerou, levando-o ao banco dos réus dos expurgos do final da década de 1930.

Em 23 de maio de 1937, Stalin advertiu Voroshilov: “Tenho em mente alguma forma de colaboração com Hitler, talvez uma aliança algum dia. Mas, para isso, preciso me desfazer... de uma quadrilha militar... que quer a qualquer preço uma guerra preventiva contra a Alemanha” [...] Em 27 de maio, Tukhachevsky foi preso³³⁴. (MEYER, 1999, p. 336) [tradução nossa]

Dessa forma, Stálin executou não apenas a Tukhachevsky, mas a todo o alto comando do Exército Vermelho entre 1937 e 1938, o que comprova que ele não pretendia entrar em guerra contra os nazistas, como Alexander Wat destaca:

O exército era a única força capaz de rebelar-se. Stálin temia que Hitler fizesse uma guerra preventiva, por medo ao comunismo. Era, portanto, uma maneira de lhe dizer: “não tenham medo, não faremos a guerra, pois fuzilamos a todo o Estado-Maior, a todos os oficiais superiores. Então, como faremos a guerra?” [...] No delírio de Stálin surgiu um método extraordinariamente consequente e forte. Stálin não pensava em criar um regime comunista, mas somente criar dificuldades aos regimes capitalistas; opor França e Inglaterra contra Itália e Alemanha. (WAT apud MEYER, 1999, p. 336) [tradução nossa]

Stalin jogava com as potências ocidentais, tanto as democracias quanto com a Alemanha hitlerista, enquanto temia pela rápida ascensão militar japonesa no Oriente. Mas seria a decisão mais inteligente destruir toda a elite militar do país como uma estratégia militar racionalmente pensada? Não parece lógica a intenção de dissuadir a Alemanha com os expurgos contra os militares e, ao mesmo tempo, argumentar uma

³³⁴ A história do extermínio de Tukhachevsky é uma das mais tristes e dramáticas da história da URSS. Sua filha mais velha, ao saber que o pai fora preso acusado de ser um traidor, se enforcou. Sua esposa foi presa e enviada a um campo de concentração posteriormente e sua filha mais nova foi enviada para um orfanato destinado aos inimigos do povo; ao sair, foi presa pela KGB e enviada para um *gulag*, onde permaneceu por mais cinco anos. O marechal Tukhachevsky só seria reabilitado na memória soviética em 1961, durante os processos de desestalinização liderados por Nikita Khrushchev.

preocupação pela ascensão militar do Japão e uma possível invasão japonesa no leste do país. É mais sensato a interpretação de que Stálin intencionalmente acreditava que o eixo poderia lhe ser útil numa eventual guerra contra as potências capitalistas liberais (EUA, Grã-Bretanha e França). A afirmação de Stalin de que tinha em mente uma colaboração com Hitler é a melhor evidência disso.

Outra evidência do intuito de Stalin sinalizar algo positivo ao Reich foi a substituição do Ministro das Relações Exteriores Litvinov, que era judeu, por Molotov, em 3 de maio de 1939, poucos meses antes da assinatura do pacto de não-agressão, o que, no entender de Meyer (1999, p. 337), teria feito Berlim saudar tal nomeação de Molotov, a quem consideravam um “ariano verdadeiro”.

As decisões de Stalin não eram, do ponto de vista geoestratégico, opções sem fundamento, embora do ponto de vista moral fossem totalmente condenáveis. A aliança das duas grandes potências continentais tornaria a possibilidade de uma agressão por parte das potências marítimas muito mais complicada, e isso valeria inclusive para o Japão. Uma aliança com a Alemanha hitlerista dissuadiria uma possível invasão japonesa na URSS e enfraqueceria as potências ocidentais. Essa era a razão fria e crua que Stalin tinha em mente, por isso, o Pacto Molotov-Ribbentrop, apesar de realista até certo ponto - uma vez que a Alemanha, como se viu no decorrer da Segunda Guerra Mundial, não tinha a intenção de permanecer aliada e pacífica com a URSS por muito tempo -, pode ser considerado como o ápice de uma geopolítica comprometida tão somente com a manutenção do *status quo* dos regimes totalitários. Isso teria consequências não apenas para os Estados envolvidos nessa trama, mas também para a credibilidade da Geopolítica enquanto ciência. A Escola de Munique, que fundamentava geopoliticamente o poder nazista, somada às decisões estratégicas de Stalin, mancharam e rotularam a Geopolítica como sendo uma disciplina exclusivamente criada para promover a tirania, o que levou mais de meio século para ser corrigido no campo acadêmico, mas ainda hoje há respingos dessa sombra nesse domínio do saber. Essa mesma Geopolítica comprometida com os regimes totalitários não impediu e não teve força suficiente para evitar que ambos entrassem em guerra, quando Hitler decide então invadir a URSS. Se a Geopolítica era o fundamento-mor de tal regime, e sabendo-se que Haushofer nunca propôs que a Alemanha fosse inimiga da URSS, como então o Estado Alemão tomava uma decisão contrária a essa doutrina?

Essa questão obviamente não coaduna com a explicação de que a geopolítica existia para promover a tirania, o que, hoje, sabemos, não corresponde com a realidade. Havia, sim, um substrato geopolítico por detrás da constituição tanto do poder nazista quanto do poder soviético, mas da mesma forma havia esse substrato nas potências democráticas, não sendo, portanto, exclusividade de tais regimes tirânicos o uso e o desenvolvimento de tal ciência. O que se pode afirmar, de forma clara e precisa, é que tais regimes eram extremamente idealistas e irascíveis na busca por tais princípios ideais que os alimentavam, o que os fez usarem e abusarem de todo e qualquer tipo de conhecimento - não somente o geopolítico - na busca insana de seus ideais. Se se usou a Geopolítica, usou-se mal, uma vez que a desconsideraram como um instrumento de elucidação das possibilidades de equilíbrio de poder, o que faltou sobretudo ao regime hitlerista.

Na assinatura do Pacto Molotov-Ribbentrop colocou-se sobre o mapa as “moedas de troca” entre os dois regimes: Hitler ofereceu os países bálticos e metade da Polônia e Stalin viu a oportunidade de reconquistar os antigos domínios do Império Russo. O pacto também anulou a possibilidade de o Ocidente atuar a partir da Polônia, num verdadeiro jogo estratégico de *checkerboard* geopolítico, o que obrigaria a Alemanha a lutar em duas frentes e colocaria as forças ocidentais na fronteira da URSS. O Ocidente tampouco considerou a URSS como um possível aliado até a eclosão da guerra, ausentando-se de qualquer movimentação nesse sentido. Hitler, por outro lado, anteviu a possibilidade de anular uma possível movimentação do Ocidente numa frente oriental contra ele, sabendo que seu aliado no Oriente, o Japão, manteria a URSS contida e cercada geograficamente.

Meyer (1999, p. 338) assevera que a delimitação das esferas de influência russa e alemã foram previamente delimitadas antes da assinatura do pacto, evidenciando uma intenção de equilíbrio de poder combinado com um raciocínio geopolítica, ao menos temporariamente.

Não se sabe, e talvez nunca poderemos saber com certeza, caso Hitler não tivesse rompido o Pacto Molotov-Ribbentrop, a URSS teria ou não se tornado um aliado do Ocidente contra Hitler. O que é perfeitamente possível afirmar é que Stalin desde o

começo manifestou o intuito de manter as relações pacíficas com a Alemanha hitlerista e de não se tornar seu inimigo, o que o pacto provou ser verdade.

A notícia da assinatura do pacto com os nazistas foi recebida com entusiasmo na URSS:

Os jornais soviéticos publicaram o brinde de Stalin: “Levanto minha taça e saúdo o chanceler do Reich. Sei o quanto o povo alemão o deseja e sei que os alemães querem a paz” [...] mas os jornais emitiram a seguinte declaração: “o governo soviético considera o pacto com a maior seriedade. Stalin dá sua palavra de honra de que a União Soviética não irá trair seu camarada”. Speer conta que quando o telegrama que anunciava a assinatura do pacto chegou, Hitler pulou de alegria e erguendo o punho teria dito: “Agora eu os tenho!” (MEYER, 1999, p. 338) [tradução nossa]

A aplicação do pacto deu-se logo depois. Em 1 de setembro de 1939, a Alemanha invade a Polônia pelo Oeste e, em 17 de setembro do mesmo ano, o Exército Vermelho invade a Polônia a partir do Leste. E é curioso constatar que o gesto alemão foi um ato de guerra na visão das potências ocidentais, mas o gesto soviético não foi encarado da mesma forma. Por que a Grã-Bretanha não declarou, igualmente, guerra à URSS da mesma forma que o fizera com a Alemanha pela mesma invasão da Polônia? Tal resposta ainda não está satisfatoriamente respondida pelos historiadores, porém, o fato é que, ao ocuparem o território polaco previamente estabelecido pelo pacto, os soviéticos se vangloriaram. Molotov disse a respeito que: “Bastou que o Exército Alemão, e logo o Exército Vermelho, dessem um breve golpe na Polônia para que não restasse mais nada do filho monstruoso do Tratado de Versalhes” (MEYER, 1999, p. 339). Na visão soviética, portanto, a dupla invasão da Polônia era um acerto de contas em relação ao caduco Tratado de Versalhes.

O tratado também previa compromissos mútuos entre a URSS e a Alemanha. Os soviéticos se comprometeram em fornecer trigo, petróleo e metais para o Reich, enquanto que ambos lutariam em conjunto, incluindo aí troca de informações entre a Gestapo e a KGB, contra a resistência nacional polonesa. E o que é mais impressionante é que, como forma de compromisso com o pacto, a KGB entregou para a Gestapo cerca de 800 comunistas alemães que viviam refugiados na Rússia³³⁵.

³³⁵ MEYER, Jean. *Rusia y sus Imperios 1894-1991*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 339

Portanto, concretamente, houve colaborações e ações mútuas entre os dois impérios totalitários, que anulavam as pequenas nacionalidades eslavas e bálticas que se assentavam entre ambos no intuito de impedir que o Ocidente delas se fizesse aliado. O Pacto Molotov-Ribbentrop não teve vida longa e, em 1941, Hitler, contrariando os princípios estratégicos da Escola de Munique, invade a URSS. Começava ali sua derrota e a aliança entre soviéticos e os aliados ocidentais. Entretanto, as fronteiras da Europa de Leste nunca mais seriam as mesmas e a geopolítica envolvendo a URSS tomaria um rumo que ninguém até então imaginaria: de aliado vencedor do fascismo, a URSS tornar-se-ia o maior inimigo dos Estados Unidos, naquilo que ficou conhecido como a Guerra Fria.

Cabe ressaltar que, desde a formação da URSS, havia uma preocupação com os territórios da Europa de Leste. A perda da Polônia e dos países bálticos deixou a fronteira ocidental da URSS aberta às alianças com potências inimigas, e isso fazia os bolcheviques temerem uma coalização internacional contra o seu império. Da mesma forma, o Japão ameaçava sua integridade no oriente. Era um pesadelo mackinderiano no qual potências rivais (Japão e as potências ocidentais) eram uma ameaça contra o país detentor do *heartland*. A tentativa de dissuadir tal cerco foi o Pacto Molotov-Ribbentrop, que materializou o temido pesadelo, para o Ocidente, de uma aliança entre os dois poderes terrestres (o alemão e o russo) visando uma coalizão contra os poderes marítimos. Felizmente, para todo o mundo, os alemães traíram os soviéticos, que foram obrigados a aliar-se às potências ocidentais, tanto porque necessitavam ajuda bélica e humanitária (suprimentos, alimentos e logística) quanto porque sua existência estava colocada em risco. Pela primeira vez, desde 1812, os russos se viam diante de uma invasão militar estrangeira em seu solo, sob um inimigo tecnicamente muito mais avançado e determinado e sem uma aliança com outros poderes que lhe pudessem servir de ajuda imediata.

Ao final da Segunda Guerra, Stalin tinha recuperado não apenas os territórios perdidos em 1918, mas todo o Leste Europeu, que agora pairava sob sua influência direta. Agora, a URSS era uma superpotência mundial, que só poderia ser contida pelo seu antagonista atlantista, e ambos dividiriam o poder mundial durante a segunda metade do século XX.

Cabe ressaltar, também, que a expansão do Império Russo-Soviético durante e após a Segunda Guerra Mundial não se deu pela benevolência, nem tampouco pela confiança e segurança, nem tampouco pela identificação de propósitos, mas sim sob uma tirania política e militar que faziam seus subjugados simplesmente aceitarem a condição de “aliados”. Não havia *soft-power* algum na esfera de influência soviética, mas sim o jugo militar. E os bolcheviques, assim como o fizeram antes do início da 2ª Guerra Mundial, seguiram perseguindo as minorias nacionais dentro do império e mesmo na sua esfera de influência, o que reforçou ainda mais o sentimento anti-russo desses povos. De acordo com Cohen (1996, p. 91), junto com a expulsão das tropas alemãs a partir de 1941, a URSS começou uma política de deportações de povos tidos como suspeitos: finlandeses, poloneses, chineses, judeus e coreanos. “A política de expulsões culminou, durante e depois da guerra, com as deportações de nações inteiras. No caso dos tártaros da Crimeia, um terço da nação pereceu como resultado desse processo” (COHEN, 1996, p. 91)

A geopolítica soviética, que até o final da 2ª Guerra Mundial foi jogada apenas em seu entorno estratégico, agora, visaria o planeta inteiro. Exportar a revolução para o resto do planeta era o maior dos objetivos e a bipolaridade remoldaria o pensamento geopolítico a partir de então.

Como bem nos lembra Backheuser³³⁶, em determinados momentos, alguns estados deixam de ter vitalidade e mesmo perdem sua capacidade de se expandir (ou, adaptando para a denominação mais adequada: deixam de *projetar sua influência* sobre outros estados), mas nem por isso estão tendendo para o desaparecimento ou mortos, apenas estão em *estado catalítico*, onde preservam uma dinâmica latente e um provável ressurgimento.

De 1991, quando do colapso da antiga URSS, até por volta do ano 2000, com a eleição presidencial de Vladimir Putin, a Rússia viveu um estado catalítico profundo como estado. Sua economia foi desestruturada, a organização interna do país entrou em colapso, surgiram movimentos separatistas, a criminalidade explodiu, o

³³⁶ BACKHEUSER, Everardo. *Leis Geopolíticas da Evolução dos Estados*. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950, p. 419.

desemprego era imenso e a participação russa no cenário internacional era praticamente nula.

A Nova Rússia ressurgiu com problemas territoriais com os quais terá de lidar neste século XXI, o que, sem uma análise e consideração pelos mesmos não poderá orientar-lhe o posicionamento realista no tabuleiro do Sistema Internacional. Esses problemas [ver Mapa 19] comprometem a estabilidade da Rússia e a ameaçam, direta ou indiretamente. O posicionamento da OTAN nos países bálticos, a guerra civil na região de Donbass na Ucrânia, o shatterbelt no Cáucaso, o terrorismo e o tráfico de drogas na Ásia Central, a imigração chinesa na Sibéria oriental e a recente disputa pela hegemonia militar no Ártico são problemas que não podem ser desconsiderados nas diretrizes estratégicas que a Rússia vier a elaborar nesse início de século.

Ainda que debilitada economicamente decorrente de uma profunda crise econômica de mais de uma década, a Rússia ainda é uma superpotência militar, com o maior arsenal de ogivas nucleares do planeta [ver Gráfico 1] e [Tabela 2] e sua posição militar é defrontada com a disposição de um gigantesco arsenal nuclear norte-americano disposto em território europeu [ver Figura 10], o que torna o cenário delicado e complexo.

Gráfico 1 - Capacidade Nuclear das potências (2016)

Fonte: Federation of American Scientists³³⁷

³³⁷ Disponível em: <https://fas.org/issues/nuclear-weapons/status-world-nuclear-forces/>

Tabela 2 - Forças Nucleares (2016)

WORLD NUCLEAR FORCES, 2016			
Country	Deployed warheads	Other warheads	Total inventory
USA	1 800	5 000	6 800
Russia	1 950	5 050	7 000
UK	120	95	215
France	280	20	300
China	–	270	270
India	–	120–130	120–130
Pakistan	–	130–140	130–140
Israel	–	80	80
North Korea	–	(10–20)	(10–20)
Total	4 150	10 785	14 935

Fonte: SIPRI³³⁸

Mapa 18 - Os problemas territoriais da Rússia

Fonte: elaboração própria

³³⁸ SIPRI Yearbook. 2017, p. 16.

Figura 10 - Distribuição das ogivas nucleares americanas na Europa

Fonte: Valdai Club³³⁹

Tabela 3 - Tendências do poder russo

Ocidentalistas (liberais)	Imperialistas (Rússia Imperial)	Realistas (Russia Strong)
Rússia como federação moderna e multiétnica	Rússia como centro da grande civilização imperial da Eurásia	Rússia é uma grande potência na Eurásia
Culturalmente pluralistas	Os russos primeiro (ortodoxos e <i>ruskiis</i>)	Nominalmente pluralistas Islã é uma ameaça
Integrar a Rússia na economia global e na ordem hegemônica liberal	As terras imperiais ocupadas por russos devem ser reincorporadas à Rússia	Restabelecer o poder estatal vertical: integridade territorial e fortalecimento do Estado
Fim da URSS foi positivo, pois surgiu a oportunidade para a nova Rússia democrática	Fim da URSS foi conspiracional. Perda do império e grandeza.	Sentimento misto. Reconhecem a fraqueza soviética, mas também a regressão do <i>status</i> de grande potência.

³³⁹ Disponível em: <http://valdaiclub.com/multimedia/infographics/u-s-nuclear-weapons-in-europe/>

Os russos que vivem em outros países devem buscar uma nova cidadania	Nação fragmentada, pois o povo russo está artificialmente dividido.	Encorajam a dupla cidadania e o relacionamento especial com o espaço geopolítico comum.
Estados pós-soviéticos são aceitos, mas protestam contra suas políticas nacionalizantes.	Hostilidades em relação a suas políticas/orientações independentes.	Aceitam, mas lutam por criar um espaço geopolítico comum. (<i>Russian Sphere of Influence</i>)
Fronteiras pós-soviéticas são aceitas como legais	Revisionistas. Tais fronteiras são artificiais e injustas	Aceitação pragmática. Aceitam a realidade como ela é.
Oficialmente rejeitam o separatismo de territórios russos fora da Rússia	Apoiam os territórios imperiais	Apoio contingente.
Consideram a Ucrânia um estado independente e soberano	Ucrânia é um país artificial e remendado. É uma pequena <i>nação-irmã</i> eslava dentro do espaço histórico russo.	Ucrânia é um estado eslavo de vital interesse para a segurança nacional da Rússia.
O Ocidente é amigo. Estão abertos à cooperação em múltiplos <i>fronts</i> .	Hostis em relação aos EUA, mas menos em relação aos poderes europeus	Pragmáticos, mas suspeitosos. Cooperação é possível em algumas preocupações comuns.
Discursos ameaçadores: - neocomunismo - nacionalismo antiliberal - extremismos - falhas na modernização	Ocidentalização é corrupta. Impérios rivais. Conspirações contra a restauração imperial forte e gloriosa da Rússia.	Separatismo. Islamismo radical. Oligarquias antipatrióticas. Grandes potências rivais. Subversão patrocinada.
Diferenças entre correntes: - internacionalistas neoliberais - socialdemocratas - desenvolvimentistas europeus	Branco: czarismo ortodoxo; Red: neo-sovietistas; Brown: neofascistas; Multicolor: Rússia-Grande	Realistas Defensivos (<i>baixo nacionalismo</i>); Realistas Ofensivos (<i>projeção de poder</i>); Eurasianistas modernizadores.
Intelectuais:	Alexander Dugin	Andranik Migrayan

Gennadi Burbulis Valery Tishkov Alexei Arbatov Dmitri Trenin	Alexander Panarin Eduard Limonov Alexander Solzhenitsin	Yevgeny Ambartsumov Konstantin Sivkov* Sergei Karaganov*
Políticos: Andrei Kozyrev (parcial) Boris Nemtsov Vladimir Ryzhkov Gary Kasparov	Vladimir Zhirinovsky Gennadi Zyuganov Yuri Luzhkov Konstantin Zatulin Aleksei Mitrofanov Dmitri Rogozin Konstantin Malofeev	Yevgeny Primakov Vladimir Putin Dmitri Medvedev*

* inseridos pelo autor desta tese, não pelo autor original.

Fonte: TOAL, Gerard. *"Near Abroad: Putin, the West and the contest over Ukraine and the Caucasus"*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 72-73.

A tabela acima contesta a ideia de Segrillo (2010) de que Pútín é um ocidentalista "moderado". Putin está mais para um realista com tendências imperialistas do que para um liberal ocidentalizador. Além do mais, a concepção eslavófilos versus ocidentalistas, no plano geopolítico, não tem nenhum sentido. Como demonstraremos, não existe geopolítica "eslavófila". O movimento eslavófilo era cultural, portanto, não se pode atribuir a essa dicotomia uma classificação geopolítica.

A elite de Putin vê a Rússia como essencial para o equilíbrio geopolítico da ordem internacional, o equilíbrio natural entre o Oriente e o Ocidente e, mais especificamente, entre os Estados Unidos e a China. Esse autoatribuído papel decorre da localização da Rússia no coração eurasiático e de uma história de triangulação estratégica entre Moscou, Washington e Pequim. Embora esse equilíbrio parecia se tornar obsoleto com o fim da Guerra Fria, a deteriorização das relações com os Estados Unidos durante a década de 1990 incentivou um novo impulso para posicionar a Rússia como um "poder balanceador" (swing power) global [...] o apelo a uma nova ordem multipolar para o século XXI, em oposição à unipolaridade americana, foi direcionada para esse fim. (LO, 2015, p. 50) [tradução nossa]

Esquema genérico realista das formas e regimes políticos

Autocráticos	Totalitários	Fascista (Itália de Mussolini)
		Nacional-Socialista (Alemanha de Hitler)
		Comunista (URSS stalinista, China maoísta, Coreia do Norte)
	Autoritários	Comunista (URSS pós-Stálin, China atual, Cuba)
		Monarquias Absolutas (Arábia Saudita, Bahrein, Catar)
		Ditaduras Consulares (Chile de Pinochet, Líbia de Kadafi)
		Democracias Orgânicas ³⁴⁰ (Portugal de Salazar, Espanha de Franco, Irã teocrático, Rússia de Putin, Brasil da ditadura)
Democrático-liberais	Presidencialistas	Presidencialistas Puros (Estados Unidos, Brasil, Argentina, Chile, México)
		Semipresidencialistas (França)
	Parlamentares	Parlamentares de Gabinete (Reino Unido)
		Parlamentar de Assembleia (Itália)
	Semidiretos	Parlamentar Direcional (Suíça)

Fonte: elaboração própria, adaptado de (BESSA e PINTO, 2002, p. 238)

³⁴⁰ O que se chama aqui de *democracia orgânica*, segundo os autores, são os sistemas de representação híbrido, de tipo corporativo, fundamentado na intervenção de certos poderes intermédios, como os interesses empresariais, sindicais, religiosos, culturais e municipais, no exercício do poder político, mas em regime de coexistência com a prática autoritária do poder. (BESSA, Antonio. M.; PINTO, Jaime N. *Introdução à Política*. Lisboa: Verbo, v. 3, 2002, p. 224)

A representatividade é precária, mas há uma legitimação do poder por grande parte da população e também pelos demais estamentos sociais (empresários, políticos, militares, etc.). Os meios de comunicação não são totalmente livres e a oposição é vigiada, mas há um “acordo subjetivo” entre os pilares do poder nacional que considera o regime e a forma necessários na defesa dos interesses nacionais e da *raison d’Etat*. Nem de longe lembram os regimes totalitários, tampouco as democracias parlamentaristas europeias.

A nosso ver, a Rússia figura-se entre as democracias orgânicas de cunho autoritário, pois encaixa-se na denominação dos autores (BESSA e PINTO, 2002) de um regime semi-autoritário, onde estado e sociedade compactuam um jogo de interesses, dando origem a um sistema jurídico-político ascendente e a uma filosofia e prática autoritária do poder.³⁴¹

2.16 Mimetismo russo?

Haveria um mimetismo estratégico russo ou a Rússia é que inspira mimetismos estratégico-militares? A resposta a esta questão é crucial para entendermos os movimentos geopolíticos recentes.

Segundo Bertrand de Jouvenel (1998), é facilmente explicável porque países copiam hábitos e posturas de outros países, mesmo que esses hábitos sejam reprováveis do ponto de vista de quem os copia. Um país onde o serviço militar não é obrigatório pode torna-lo obrigatório quando seu adversário faz uso desse recurso e o toma como vantagem. Foi assim nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, diante da ameaça da Alemanha nazista. E, “quando o adversário, para melhor manejar os corpos, mobiliza os pensamentos e os sentimentos, é preciso imitá-lo sob a pena de ficar em desvantagem. Assim, o mimetismo do duelo aproxima do totalitarismo as nações que o combatem” (JOUVENEL, 1998, p. 24).

Sempre foi assim com relação às inovações técnico-militares. Um país, ao perceber a evolução técnica ou comportamental de outro, o copiava, ou tentava fazê-lo. E não foi diferente com relação as armas nucleares e de destruição em massa. A ex-União Soviética tomou como prioridade, após a Segunda Guerra Mundial, a elaboração de seu próprio arsenal nuclear, como fez a China de Mao Tsé-tung vinte anos depois. O paradigma nuclear alterou definitivamente a geoestratégia das nações. Desde a bomba de Hiroshima, pairou sobre os geoestrategistas do mundo o *mimetismo nuclear*, e todos estados aspirantes a potência tentaram busca-lo, gostando ou não de tal procedimento.

Montesquieu já advertia sobre o mimetismo bélico:

³⁴¹ BESSA, Antonio. M.; PINTO, Jaime N. *Introdução à Política*. Lisboa: Verbo, v. 3, 2002, p. 224

Uma nova doença se espalhou na Europa: ela se apoderou de nossos príncipes e os faz manter um número desordenado de tropas. Tem suas reincidências e torna-se necessariamente contagiosa, pois, tão logo um Estado aumenta o que ele chama suas tropas, os outros aumentam as deles; de modo que se ganha com isso apenas a ruína comum. Cada monarca conta com todas as tropas de que puder dispor, se seu povo estiver em perigo de ser exterminado: e chama-se paz esse estado de esforço de todos contra todos. (MONTESQUIEU, 1973)

A Rússia passou a reestruturar seu arsenal bélico a partir do momento que sua economia começou a se reconstruir, visando se defender do avanço da OTAN para leste, do crescimento do terrorismo internacional (dentro e fora de suas fronteiras) e da possibilidade da expansão chinesa. Da mesma forma, passou a controlar a imprensa, sobretudo a televisão, bem como os fluxos de notícias oriundos das agências internacionais, visando não apenas combater a ingerência interna (revoluções coloridas, primavera árabe, etc.), como também para adquirir tal capacidade de ingerência. Muitos atribuem uma ingerência russa nas eleições americanas de 2016, ainda não totalmente comprovada, mas que, se comprovada ou não, já atesta que o estado russo passou a usar as mesmas armas que os EUA sempre usaram, só que para defender seu interesse nacional e incutir alguma vantagem estratégica sob aquele que a rotula de *inimiga-mor*.

Veremos no capítulo 3, que a questão da Criméia seguiu exatamente os mesmos métodos do que ocorreu em Kosovo em 1999, só que desta vez para o lado russo. O famigerado direito de proteger, agora, era rotulado de expansionismo, mas em 1999 era chamado de dever ético.

Foi a Rússia que colocou suas tropas na zona de influência americana ou é a OTAN que avança rumo a fronteira russa? A resposta a esta questão se encontra no próximo capítulo.

Cap. 3 – A expansão da OTAN rumo à fronteira russa

“Mit der Dummheit kämpfen Götter selbst vergebens”

(Schiller)

3.1 A geografia como condicionante

O poder geopolítico refere-se, necessariamente, ao poder exercido pelos Estados *além de suas fronteiras*. Não que a configuração das fronteiras seja algo desprezível, muito pelo contrário, a posição e o tamanho dos territórios são de fundamental importância nas táticas geoestratégicas, mas a dinâmica geopolítica não está contida (e tão somente) dentro das fronteiras nacionais, mas além delas.

A desigualdade de poder entre as nações é algo notável e perceptível. Estados possuem importâncias diferenciadas. Há aqueles que dispõem de melhores condições do que outros, configurando, assim, a essência desigual do poder mundial. Como bem notou BESSA e PINTO (2002, p. 243), “... se há diferença entre homens – de inteligência, de educação, de estatuto, de riqueza, de força – muito maiores são as correspondentes entre os Estados”. E devido a essa desigualdade natural, somente alguns estados estão aptos para projetar poder além de suas fronteiras nacionais. A esses, dá-se o nome de *potências*³⁴².

Há, porém, os estados medianos, que não conseguem projetar seu poder além de suas fronteiras, mas que desempenham uma posição privilegiada, seja pelo tamanho de seu território ou de sua economia. Tais estados estão sob o jogo das potências, mas exercem uma soberania contida, é o caso do Brasil, do Canadá, da Austrália e mesmo da Alemanha que, embora seja o estado mais ocupado por tropas estrangeiras do mundo [ver Mapa 21] tem uma economia robusta e um território de grande envergadura no espaço político europeu.

³⁴² De acordo com Philip Kelly, “potências são poderes que se estendem além de suas fronteiras e cuja autonomia é ampla o suficiente para estabelecer laços de segurança com estados distantes quando tais relações são vistas como importantes para o interesse nacional.” (Fonte: KELLY, Philip L. *Escalation of regional conflict: testing the shatterbelt concept*. **Political Geography Quarterly**. Vol. 5, nº 2, 1986, p. 168).

Já os pequenos estados vivem a sofrer as consequências do jogo geopolítico internacional sem ter muito o que fazer, nem mesmo em relação as suas próprias fronteiras nacionais. É o caso de países como o Paraguai, Portugal, Croácia, Bielorrússia, Tunísia e muitos outros.

Há notórias, porém raras exceções a essa regra. A Inglaterra sempre teve um pequenino território, mas sempre teve uma grande economia assentada num gigantesco poderio bélico, de ordem naval, sobretudo. Israel também é outra exceção, embora com território minúsculo e economia igualmente pequena, o país é cabeça-de-ponte para a projeção do poder de uma grande potência na região, no caso, os EUA e, devido a isso, adquiriu uma força militar muito superior em relação a seus vizinhos e inimigos próximos, o que o tornou uma clara exceção de poder na região.

Mas, de modo geral, pode-se afirmar que grandes estados (potências) projetam poder além de suas fronteiras; estados médios influem na projeção de poder das potências sobre seus espaços e pequenos sofrem as projeções de poder sem muito poderem fazer, a não ser requisitar uma aliança com uma potência que as resguarde.

Joseph Nye Jr, afirma que a cada período histórico há o predomínio de uma potência dominante no sistema internacional, como demonstra na tabela a seguir.

Tabela 4 - Potências dominantes (1500 – 2000) e seus recursos de poder

ÉPOCA	POTÊNCIA DOMINANTE	PRINCIPAIS RECURSOS
Séc. XVI	Espanha	Ouro em barra, comércio colonial, laços dinásticos, exército mercenário, marinha.
Séc. XVII	Holanda	Comércio, mercados financeiros, marinha de guerra.
Séc. XVIII	França	População, indústria rural, administração pública e exército.
Séc. XIX	Grã-Bretanha	Indústria, coesão política, finanças e crédito, marinha de guerra, situação insular (fácil defesa), legislação liberal.
Séc. XX	Estados Unidos	Economia de escala, liderança científica e tecnológica, cultura universal, força e alianças militares, mundialização dos regimes liberais, centro de comunicações internacionais.

Fonte: NYE Jr., 2002.³⁴³

³⁴³ NYE Jr, Joseph. *Compreender os conflitos internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002, p.73

Porém, para cada potência hegemônica de cada período, há sempre uma outra grande potência rival (ou mais de uma), questionadora ou mesmo revolucionária. No séc. XVI, Portugal fazia frente à Espanha; no XVII, a França fazia oposição à Holanda; no XVIII a Inglaterra e a Áustria enfrentavam a França e, no séc. XIX, a Alemanha de Bismarck e o Império Austro-Húngaro balanceavam com a Inglaterra o poder mundial. Já no séc. XX, a União Soviética dividiu o poder hegemônico com os Estados Unidos. No séc. XXI, tudo leva a crer que teremos os Estados Unidos liderando, mas com forte oposição econômica da China e militar da Rússia, herdeira da URSS.

Como se vê, nunca um único estado teve o domínio global. A ordem sempre foi bipolar ou multipolar, ora tendendo mais para um lado ora mais para outro.

3.2 Os Estados Unidos e seu império talassocrático

É lugar-comum dizer que os Estados Unidos são a maior força político-militar da história, que nunca antes na história humana um império concentrou tanto poder e tamanha capacidade de destruição. Entretanto, nem sempre foi assim e, até recentemente, os Estados Unidos viviam num isolacionismo manifestado.

Até 1939, os Estados Unidos tinham um exército com pouco mais de 185.000 homens e um orçamento militar por volta de US\$ 500 milhões. Não havia alianças traçadas com outros países e nem tropas americanas estacionadas em qualquer outro país. O isolacionismo era a tendência política dominante. A segurança territorial dos Estados Unidos, condição *sine qua non* de sua política externa, parecia segura, não por conta das alianças ou de sua força militar, mas sim por conta da distância existente entre a América e qualquer outro inimigo potencial. (AMBROSE e BRINKLEY, 2011)

Hoje, os Estados Unidos possuem um orçamento militar de cerca de US\$ 700 bilhões³⁴⁴, cerca de 1,3 milhão³⁴⁵ de soldados em prontidão, bases militares distribuídas por todo o planeta, soldados espalhados por mais de cem países e um

³⁴⁴ Military budget of the United States. Disponível em:

https://en.wikipedia.org/wiki/Military_budget_of_the_United_States

³⁴⁵ U.S. Department of Defence. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/News-Releases/News-Release-View/Article/652687/departement-of-defense-dod-releases-fiscal-year-2017-presidents-budget-proposal/>

lastro de intervenções nos cinco continentes, onde edificaram e destruíram estados e governos, em nome de seus interesses nacionais.

Antes da Segunda Guerra Mundial, entretanto, pairava um sentimento na maioria dos americanos que acreditavam que a paz era a condição natural das nações³⁴⁶. O clima do isolacionismo era pleno, embora já havia ocorrido ações militares fora do território dos EUA antes, tais como a invasão de Cuba e das Filipinas, a construção do Canal do Panamá e a formação de uma marinha de guerra que suplantaria a Marinha Inglesa como força dominante dos mares.

Essa visão era fortemente influenciada pela concepção de política externa dos pais fundadores, que tinham uma visão isolacionista muito arraigada, o que marcou a política externa dos EUA por mais de um século:

Em seu discurso de despedida, George Washington instou seus compatriotas a evitar alianças permanentes com qualquer parte do mundo estrangeiro. Thomas Jefferson, em sua primeira posse, aconselhou a paz, o comércio e a amizade sincera com todas as nações; e não enredar alianças com ninguém. (HOPKINSON, 2001, p. 21)

Também já haviam sido formuladas teorias da expansão do poder americano, tal como a do almirante Alfred Mahan e a própria Doutrina Monroe era uma consequência disso. Mas, tudo isso era projetado – ao menos efetivamente – em termos regionais. Os Estados Unidos mantinham e asseguravam sua hegemonia no continente americano e na Bacia do Pacífico, mas não havia um discurso – pelo menos declarado e manifesto às massas – de que era necessário levar a força militar *yankee* aos quatro cantos do mundo e tampouco essa disposição se manifestava além de sua esfera de influência.

De acordo com Ambrose e Brinkley (2011), a grande maioria dos americanos acreditava numa espécie de paz onde as nações viviam em harmonia e que a guerra era apenas um produto de líderes maus e psicóticos e que não beneficiava ninguém³⁴⁷.

Era estranho que uma nação que tivesse surgido através de uma guerra vitoriosa, que ganhou grandes porções de seu território por meio da guerra, que estabeleceu sua revolução industrial e sua

³⁴⁶ AMBROSE, S. E.; BRINKLEY, D. G. *Rise to Globalism: american foreign policy since 1938*. Nova Iorque: Penguin Books, 2011.

³⁴⁷ Ibidem.

unidade nacional por meio de uma guerra civil sangrenta, pudesse crer que a guerra não beneficiava ninguém. No entanto, a maioria dos americanos na década de 1930 acreditava nisso. (AMBROSE e BRINKLEY, 2011)

Isso se deveu, em parte, à política neutralista e de desarmamento que ocorreu nos EUA após a Primeira Guerra Mundial³⁴⁸. Os Estados Unidos, tendo entrado na guerra de forma decisiva em 1917, haviam se desiludido com seu desfecho, tendo se recolhido num relativo isolamento.³⁴⁹ Mas essa neutralidade unilateral e essa ausência americana foram determinantes para o não estabelecimento de uma ordem efetiva que incluísse, inclusive, os derrotados; isso acabou por impedir a formação de uma forte aliança dos EUA com outras potências de então, o que levou a uma vantagem de oportunidade por parte da Alemanha nazista e do Japão, que emergiram sem uma força contenciosa estabelecida e que pudesse atrapalhar seus planos expansionistas. “A combinação tóxica dos anos do entre guerras, combinando pacifismo frívolo, desequilíbrio geopolítico e desunião entre aliados permitia que essas forças atuassem livremente” (KISSINGER, 2014, p. 91).

Aqui é necessário levantar uma questão: o que causa mais desequilíbrio na ordem mundial, a ausência da principal potência ou sua presença desmedida? Nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial, a ausência geopolítica dos EUA nos principais cenários estratégicos – bem como nos principais organismos multilaterais – acabou por levar o mundo ao maior conflito bélico da história e, como decorrência, à Guerra Fria.

Hoje, após o desmoronamento do bloco comunista, parece que vivemos uma situação inversa, mas, ainda assim, qual seria o preço a se pagar por um possível vácuo geopolítico por parte dos EUA hoje? Uma possível ausência da contenção levaria o mundo a assistir ao surgimento de outros poderes ameaçadores como o chinês e o russo, por exemplo? Ou, o mundo assistiria a um esplendor de paz e harmonia por conta da ausência americana? Uma ausência geopolítica dos Estados Unidos, como ocorreu no pós-Primeira Guerra, levaria o mundo à paz? É algo bastante relevante e sensato para se refletir e calcular.

³⁴⁸ AMBROSE, S. E.; BRINKLEY, D. G. *Rise to Globalism: american foreign policy since 1938*. Nova Iorque: Penguin Books, 2011

³⁴⁹ KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 88

Após Pearl Harbor e, sobretudo, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a postura geopolítica americana modificou-se consideravelmente. A percepção da necessidade dos americanos estarem dispostos a entrar em guerra para garantir sua paz tomou o lugar do otimismo pacifista das décadas anteriores. Agora, como forma de evitar uma outra guerra, os EUA não mais apostariam na neutralidade, ao contrário, implementaram um programa de rearmamento constante e maciço e isso significava, inclusive, dispor de tropas e mísseis em bases militares no exterior. O cenário também era outro, pois a tecnologia dos mísseis ameaçava agora a integridade e a segurança do território americano. No mundo pós 1945, não havia mais garantia do isolamento e a distância que trinta anos antes protegia a América; agora, isso apenas influenciava na disposição geoestratégica. A tecnologia bélica alterou o equilíbrio de poder, bem como a assertiva presença militar dos EUA ao redor dos cinco continentes.

3.3 Nicholas Spykman: o precursor da contenção

Nicholas Spykman (1893-1943), professor da prestigiada Universidade de Yale e partidário de uma visão realista assentada nos princípios geopolíticos do funcionamento do Sistema Internacional, constatou que não haveria sobrevivência geopolítica nos princípios do isolacionismo americano. Assim sendo, uma estratégia ofensiva seria a melhor maneira de preservar o poder:

Isolacionismo *versus* intervencionismo não é mais um debate sobre a participação na guerra, mas duas teorias geopolíticas que essas atitudes representam e continuarão a influenciar nosso pensamento sobre os princípios da Grande Estratégia que devem nos guiar na condução da guerra e na formulação das condições da paz. Ainda existe o perigo de que as ideias errôneas a respeito da natureza do Hemisfério Ocidental inerentes à posição isolacionista possam levar as pessoas a exortar uma estratégia defensiva na crença de que o Novo Mundo poderia sobreviver a uma vitória germano-japonesa no exterior. (SPYKMAN, 1942, p. 450)

É justamente nesse período pós 1945 que emerge dentro dos EUA uma corrente de pensamento que enxerga o país como uma luz-guia para o resto do mundo³⁵⁰,

³⁵⁰ HOPKINSON, William. *Enlargement: a New NATO*. **Chaillot Paper** nº 49. Paris: Institute for Security Studies, 2001, p. 22.

imbuída pela pujança econômica e militar que o país desfrutava. Com a Europa destruída pela guerra e com a contingência de conter o avanço do comunismo soviético, os EUA era o único ator do Sistema Internacional que poderia desempenhar esse papel. E Nicholas Spykman era o resultado dessa corrente de pensamento, pois uma vez “criticando a visão isolacionista, redarguiu que a primeira linha de defesa deveria situar-se não no continente americano, mas do outro lado do Atlântico e do Pacífico.” (MELLO, 1999, p. 97). Com essa primeira linha de defesa colocada no interior da Europa e na zona costeira do Extremo Oriente, é que então seria possível estabelecer uma segunda linha de defesa na América do Norte.

Com a consciência de que não há defesa do Hemisfério Ocidental em seu próprio território, isto é, a defesa do mesmo se dará na Ásia e na Europa, Spykman reproduz a herança da concepção mackinderiana de que a estrutura do sistema interestatal é sensível a qualquer oscilação do equilíbrio de poder mundial³⁵¹, e que, por isso mesmo é preciso adaptar-se à nova realidade que a guerra impunha ao mundo. “A Segunda Guerra Mundial será perdida ou ganha na Europa e na Ásia. Os quadros estratégicos exigem que conduzamos nossas operações militares na forma de uma grande ofensiva pelo oceano.” (SPYKMAN, 1942, p. 457). A condução dos interesses estratégicos dos EUA fora de seu território é que garantirá sua estabilidade geopolítica, a paz temporária e a vitória eventual da guerra, e sua condução deverá ser no *rimland* eurasiático. Para o geógrafo americano, o isolacionismo era, portanto, uma “*política de avestruz* que, ao mergulhar a cabeça na falsa segurança da fortaleza americana, insiste em não enxergar os perigos decorrentes da dimensão planetária do sistema internacional e dos avanços da tecnologia bélica.”³⁵²

O poder aéreo, que emergiu após a Primeira Guerra Mundial, tornou o isolamento privilegiado da América do Norte ineficaz. A insularidade que a América do Norte gozou durante o século XIX já não mais era uma realidade, uma vez que a aviação bélica havia colocado em xeque tal proteção, e isso foi bem exemplificado pelos ataques japoneses à Pearl Harbor. Dessa forma, Spykman “percebeu que para os EUA, assim como para a Inglaterra, não existia o esplêndido isolamento possível num sistema em

³⁵¹ MELLO, Leonel I. A. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1999, p. 98

³⁵² Ibidem. p. 99

que as relações políticas, econômicas e militares tornaram-se inteiramente globalizadas.”³⁵³

É preciso destacar aqui que a percepção do funcionamento do sistema internacional, geograficamente manifestado, foi absorvida por Spykman de uma maneira muito distinta do que fora por Mackinder. Enquanto o geógrafo inglês recorrera à projeção cartográfica de Mercator para tecer suas considerações acerca da distribuição do poder mundial, onde a Europa perdia sua centralidade para o *heartland* siberiano, o geógrafo americano recorreu à projeção azimutal equidistante centralizada no Polo Norte, o que torna a visão acerca da distribuição das massas continentais muito diferente. [ver Mapa 19] Nessa, a América do Norte e a Eurásia aparecem lado a lado, mediadas pelo Oceano Ártico, enquanto que na de Mercator, utilizada por Mackinder, o continente americano era reproduzido nas duas extremidades do planisfério. Na projeção utilizada por Spykman havia o imperativo da aviação de guerra, ou seja, o poder aéreo se beneficiava da proximidade polar entre a Eurásia e a América do Norte, enquanto que na projeção escolhida por Mackinder, a dinâmica se dava apenas entre as forças terrestres e marítimas. O poder aéreo tornou o Polo Norte um pivô fundamental da geopolítica mundial, pois aproximou, em termos táticos, a Eurásia da América do Norte; os Estados Unidos da Rússia.

³⁵³ MELLO, Leonel I. A. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1999, p. 99

Mapa 19 - Projeção polar azimutal equidistante

Fonte: adaptado de Dartmouth College³⁵⁴

Disso, Spykman conclui que: “as relações entre a América do Norte e os dois lados do continente eurasiático são as linhas de base da política mundial, enquanto as relações entre a América do Sul, a Austrália e a África não são importantes.” (SPYKMAN, 1942, p. 178).

3.4 A questão da projeção nas ilhas-continente

Se a Europa e a Ásia fossem dominadas por um único poder, esse poderia projetar-se sobre o Atlântico e o Pacífico, e acabar por conter o hemisfério ocidental. Já se os EUA conseguissem manter o equilíbrio de poder na Europa e na Ásia, poderia projetar-se nas duas extremidades da Eurásia.³⁵⁵

³⁵⁴ Disponível em:

http://northstar-www.dartmouth.edu/doc/idl/html_6.2/Azimuthal_Projections.html

³⁵⁵ MELLO, Leonel I. A. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1999, p. 103

O que estava em jogo era o equilíbrio de forças não em escala hemisférica, mas mundial. Em resumo: a hegemonia seria conquistada por uma potência ou coalizão que conseguisse acumular uma margem de poder residual que pudesse ser aplicada no exterior para cercar a outra ilha continente. (MELLO, 1999, p. 105)

Havia uma nítida diferença entre a projeção continental de Mackinder e de Spykman. A ideia basilar do geógrafo inglês é que a pressão centrífuga da potência dominante do *heartland* iria em direção aos estados do *Inner Crescent*, ou seja, a sua periferia. No entanto, MELLO (1999, p. 106) questiona o fato de que Spykman tenha colocado em xeque a concepção geopolítica de Mackinder, que predizia o contrário: que as potências marginais do *heartland* é que fariam uma pressão centrípeta em direção ao mesmo. Spykman deduziu essa ideia do fato de que nas duas guerras mundiais, uma potência continental (a Alemanha) e uma potência oceânica (o Japão) tentaram invadir o coração da Eurásia a partir de sua periferia, e não o contrário. Entretanto, o próprio Mackinder já havia aventado a possibilidade da conquista do *heartland* por uma potência marginal³⁵⁶. O grande temor de Spykman residia no fato de duas potências hegemônicas dividirem a Eurásia, pois assim, teriam como exercer uma contenção dos EUA, que ficaria cercado por dois gigantes impérios, que estrangulariam o hemisfério ocidental. “A proposta do geógrafo americano era uma espécie de Doutrina Monroe geopolítica, levada às últimas consequências pela lógica da guerra” (MELLO, 1999, p.113).

3.5 A ordem do pós-guerra

Spykman acreditava que a ordem internacional após a Segunda Guerra Mundial deveria obedecer a alguns pontos fundamentais com vistas à preservação do equilíbrio de poder mundial, a saber: a hegemonia total dos EUA no continente americano; os poderes divididos e equilibrados na Eurásia; o Sistema Internacional controlado por um pequeno número de grandes potências; o impedimento de uma federação europeia e uma aliança ampla com o Japão.³⁵⁷

³⁵⁶ MELLO, Leonel I. A. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1999, p. 108

³⁵⁷ Ibidem. p. 114

O primeiro ponto, a hegemonia total dos EUA no continente americano, era o mais simples de ser alcançado, pois bastava manter o *status quo*, uma vez que nenhum dos outros Estados do continente teria como questionar a hegemonia norte-americana. Tanto o Brasil quanto a Argentina tinham limitações militares e econômicas que impediam ambos de sonhar com qualquer questionamento geopolítico na esfera de influência americana. Seriam mais propensos à adesão vantajosa da hegemonia dos EUA do que uma contestação da mesma e com o estalar da Guerra Fria isso se desenhou mais claramente.

O segundo ponto, os poderes divididos e equilibrados na Eurásia, emergiram com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Tanto o Japão quanto a Inglaterra tornaram-se os grandes aliados dos EUA nas duas pontas da Eurásia, assim como a França e a Coreia do Sul, o que equilibrou a contenção soviética e chinesa pelas próximas décadas e marcou a presença militar americana tanto na Europa quanto na Ásia.

O terceiro ponto diz respeito a construção de um Sistema Internacional dirigido por um pequeno grupo de potências, o que se materializou com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) após a guerra. O Conselho de Segurança da ONU reflete perfeitamente o ideário de Spykman para administrar o equilíbrio de poder mundial institucionalmente.

O quarto ponto, impedir uma Europa federada, talvez seja o mais polêmico dos pontos de Spykman, sintetizado em sua máxima: “Nem federação, nem hegemonia, mas equilíbrio europeu”³⁵⁸ Isso significava, para Spykman, impedir uma hegemonia alemã no continente que pudesse vir a concorrer com os EUA na balança do hemisfério ocidental, o que acarretaria numa perda de influência por parte dos americanos. Entretanto, com a divisão alemã e a criação da OTAN, a ideia de uma federação europeia foi modificada, uma vez que o comando militar da Aliança Atlântica estava integralmente nas mãos dos americanos, o que afastou a ideia dos europeus chegarem a ameaçar sua hegemonia.³⁵⁹

³⁵⁸ MELLO, Leonel I. A. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1999, p. 117

³⁵⁹ Uma “federação europeia” não fazia parte dos planos dos EUA, pelo menos até 1942, ano da publicação do livro de Spykman. Balancear era mais importante do que integrar. Após 1991, a equação se inverteu: integrar sobrepujou o balanço, o que acabou por forçar um contrabalanço da Rússia.

Spykman entendia que não poderia haver o estabelecimento de uma hegemonia sobre o espaço europeu (de um ou mais estados) (SPYKMAN, 1942, p. 466) e que o ambiente no pós-Guerra seria tomado pela Grã-Bretanha, Rússia e Alemanha, o que de fato não ocorreu, pois, a Alemanha foi retalhada por EUA e Rússia e a França acabou por assumir o terceiro posto. Propunha, sim, para conter a URSS, uma grande federação de pequenos estados no *intermarium*³⁶⁰ e que os EUA seguissem engajados no território europeu afim de garantir esse equilíbrio. Essa ideia da federação no *intermarium* foi retomada por alguns teóricos após o alargamento da OTAN para o leste europeu no início do séc. XXI.

O último ponto refere-se ao Japão. De inimigo durante a guerra, deveria tornar-se um grande aliado no pós-Guerra. Note-se que Spykman vislumbrava essa possibilidade antes mesmo do final da 2ª Guerra Mundial como forma imperativa da contenção no flanco asiático. Spykman já alertava que “os EUA terão de adotar uma política semelhante de proteção do Japão se quiserem manter, hoje e amanhã, um equilíbrio de poder no Extremo Oriente.”³⁶¹

A proposta de Spykman de fixar as linhas de defesa dos Estados Unidos nas bordas da Eurásia tomou forma e acabou por estabelecer as bases do jogo geoestratégico na segunda metade do séc. XX.

3.6 *Rimland*: a geografia da paz

Spykman polemizou ao questionar a clássica teoria do *Heartland* de Mackinder e estabeleceu uma teoria alternativa – a do *Rimland* – que desempenhou uma forte influência na estratégia americana do pós-guerra.³⁶² Contrastando com a alegação de MELLO (1999, p. 106), é preciso mencionar que, embora Mackinder houvesse sinalizado uma possibilidade de uma potência do *Inner Crescent* vir a dominar o jogo geopolítico na Eurásia, o mesmo não criou uma teoria para tal possibilidade. A diferença entre Spykman e Mackinder, neste ponto, é a teorização. Spykman criou uma

Entretanto, fora do espaço europeu, a política do equilíbrio ainda domina as diretrizes geoestratégicas norte-americanas.

³⁶⁰ SPYKMAN, Nicholas J. *America's Strategy in World Politics: the United States and Balance of Power*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1942, p. 467

³⁶¹ MELLO, Leonel I. A. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1999, p. 117

³⁶² Ibidem, p. 119.

teoria do controle anfíbio do *Rimland*, enquanto que o geógrafo inglês apenas considerou tal possibilidade.

Spykman substituiu o *Inner Crescent* de Mackinder, isto é, a região marginal do *Heartland* que margeava toda a borda eurasiática pelo conceito de *Rimland*. De acordo com essa proposição, essa região tem uma geografia essencialmente anfíbia, uma vez que tanto o poder terrestre oriundo do *Heartland* quanto o poder marítimo das potências navais circundantes, atuavam em sua dinâmica. Assim como o *Heartland* era o axioma fundamental da teoria do poder terrestre, o *Rimland* tornou-se a ideia axiomática da proposição de Spykman, que alegava que a mesma tinha como característica fundamental ser uma zona tampão entre o poder marítimo e o poder terrestre. “É na sua natureza anfíbia que está a base de seus problemas de segurança” (MELLO, 1999, p. 122)

Mackinder foi questionado por Spykman que contrastou o fato de que a planície central siberiana não ter se tornado o novo polo de poder mundial. No entender de Spykman, o equilíbrio mundial de poder ainda era dividido em três regiões: a América do Norte, a Europa Atlântica e a região costeira do Extremo Oriente. No tocante à Rússia, a sua parte europeia é que continuava sendo seu ecúmeno de poder.³⁶³ Spykman rebate Mackinder que afirmava que o poder terrestre (Rússia) e marítimo (Inglaterra) digladiar-se-iam pela hegemonia mundial. Na ótica de Spykman, as duas grandes guerras mundiais refutavam essa tese, bem como as guerras napoleônicas. Em tais eventos, houve uma aliança entre o poder terrestre e o poder marítimo contra um terceiro poder continental assentado no *Rimland*.³⁶⁴

³⁶³ MELLO, Leonel I. A. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1999, p. 124-125

³⁶⁴ Ibidem.

Mapa 20 - A concepção do Rimland segundo Spykman

Fonte: adaptado de SEDIS/UFRN³⁶⁵

Para Spykman, o *Rimland* é a região desestabilizadora do equilíbrio mundial. As grandes guerras não foram desencadeadas pela expansão do *Heartland*, mas por um poder revisionista no *Rimland*. Assim, Spykman sintetizou seu axioma parafraseando àquele de Mackinder:

*“Quem controla o Rimland domina a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo”*³⁶⁶

A partir desse axioma, Spykman conclui que uma aliança com a Rússia era imprescindível para a manutenção do equilíbrio de poder mundial, contrariando as teses de Mackinder uma vez mais:

Na visão de Spykman, a estratégia de segurança dos EUA deveria pautar-se por uma política de equilíbrio de poder tanto na Europa como na Ásia. Para garantir a existência de forças divididas e compensadas nas duas pontas da Eurásia, era necessário para o poder naval anglo-americano manter a aliança com o Estado-pivô soviético. Potência dominante do *Heartland*, somente a Rússia tinha os indispensáveis recursos de poder para equilibrar a Alemanha na Europa e a China no Extremo Oriente, neutralizando assim os principais poderes do *Rimland* eurasiático. (MELLO, 1999, p. 126)

³⁶⁵ Disponível em:

<http://sedis.ufrn.br/bibliotecadigital/site/interativos/geopolitica/pgs/box-figura7.html>

³⁶⁶ MELLO, Leonel I. A. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1999, p. 126

A Guerra Fria acabou por alterar, momentaneamente, essa equação. Porém, com o colapso do regime soviético e a Nova Rússia ressurgente, o axioma de Spykman se apresenta, uma vez mais, como uma solução para o equilíbrio de poder mundial. Poderia se pensar, hoje, numa aliança do poder marítimo anglo-americano (representado pela OTAN) com a Rússia com o intuito de conter o colosso chinês que emerge no séc. XXI? Essa é uma especulação realista levantada, sobretudo, por John Mearsheimer, e que será retomada mais adiante. Porém, vale destacar que, mesmo durante a Guerra Fria, as principais guerras de procuração (*proxy wars*) foram largamente empregadas no *Rimland* de Spykman, o que atesta uma vez mais a validade do axioma do geógrafo americano.

De acordo com MELLO (1999, p. 128), durante a Guerra Fria tanto a teoria de Mackinder como a de Spykman foram colocadas à prova e a estratégia de contenção dos EUA assumiu a formulação de ambos:

Nem o clássico equilíbrio de poder regional nem a típica oposição oceanismo *versus* continentalismo, mas um modelo misto que combinava aspectos essenciais dos dois modelos anteriores. Nesse terceiro modelo, o equilíbrio bipolar e regional do esquema de Spykman foi substituído por um equilíbrio bipolar e mundial, ao passo que o domínio do *Heartland* da fórmula de Mackinder cedeu lugar ao controle do *Rimland* como centro nevrálgico da disputa americano-soviética. (MELLO, 1999, p. 128)

Antes mesmo da guerra terminar, Spykman chamava a atenção para um detalhe pouco percebido e que poderia ter sido pensado ao final da Segunda Guerra bem como repensado após o final da Guerra Fria, mas segue aliado dos debates estratégicos: o fato de uma real necessidade da destruição da capacidade militar das potências vencidas. Spykman questionava o fato de se era uma necessidade intrínseca da vitória dos aliados a destruição do poder militar do Japão e da Alemanha, uma vez que isso colocaria em vantagem a Rússia, bem como a China.³⁶⁷ Teria a Guerra Fria existido caso a preservação da Alemanha e do Japão – duas potências contenciosas no *Rimland* – como potências militares? Essa é uma questão fundamental e pouco indagada, uma vez que, ao que parece, seria pouco provável uma ordem bipolar com esses dois atores

³⁶⁷ SPYKMAN, Nicholas J. *America's Strategy in World Politics: the United States and Balance of Power*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1942, p. 460

permanecendo com o *status* de potências militares. Uma Alemanha e Japão vencidos e em armistício com os aliados poderiam ter contribuído para um equilíbrio de poder distinto daquele que se desenhou? Retomaremos essa indagação a despeito do alargamento da OTAN após o fim da URSS e da reestruturação da Rússia como potência que, sob o nosso prisma, ocorreu o mesmo erro fundamental.

3.7 A rejeição às ideias de Spykman

De acordo com Colin Gray (2015, p. 878), o livro de Spykman de 1942 “enfrentou uma tempestade de protestos, bem como uma antipatia generalizada (sobretudo liberal), da qual ele nunca se recuperou”. O meio acadêmico não aceitou o realismo manifesto de Spyman nem tampouco seus imperativos geográficos. Muitos desses acadêmicos, “professaram estar chocados com as premissas que embasavam a teoria de Spykman, que privilegiava o poder como principal vetor da ordem internacional” (GRAY, 2015, p. 879) Assim, o que nos parece, hoje, uma constatação empírica da realidade geopolítica, à época, não fora bem recebida no círculo acadêmico, sobretudo entre os liberais³⁶⁸.

Um de seus principais detratores foi Edward Mead Earle³⁶⁹, que chegou a publicar que se os EUA seguissem o conselho de Spykman à respeito da necessidade do equilíbrio de poder na Europa e na Ásia para evitar uma coalizão entre o poder soviético e chinês, “poderia até garantir o equilíbrio de poder, mas nos faria perder nossas roupas e nossa alma.”³⁷⁰ A verdade é que, de fato, a aproximação da Rússia com a China se deu após a Segunda Guerra Mundial, e só teve uma ruptura vinte anos depois. Spykman estava correto em suas predições, e Earle passou para a história apenas como um detrator. E, por não levar em consideração as sábias advertências de Spykman, os EUA tiveram que se aproximar da China trinta anos depois, em 1975, na manobra diplomática orquestrada por Henry Kissinger, que uma vez mais acabou por validar as hipóteses de Spykman.

³⁶⁸ Colin Gray (2015, p. 885) comenta que “um dos pecados de Spykman contra a ortodoxia liberal era sua insistência de que a luta por um equilíbrio de poder deveria ser considerada permanente.”

³⁶⁹ Professor da Universidade de Princeton, consultor do governo americano para assuntos estratégicos e autor de livros sobre pensamento estratégico.

³⁷⁰ GRAY, Colin S. *Nicholas John Spykman, the Balance of Power, and International Order*. **The Journal of Strategic Studies**, vol. 38, nº 6, 2015, p. 880.

Esse desprezo pelas questões geográficas relacionadas ao equilíbrio de poder não eram exclusividade de Earle, mas de toda uma cultura da década de 1930 e mesmo algumas décadas depois. Ladis Kristof, um dos mais notáveis historiadores do pensamento geopolítico, afirmou em seu clássico artigo de 1960 que “na América, alguns percebiam que o trabalho de Spykman era da safra de livros de propaganda de guerra que emanava de nossas universidades.”³⁷¹ Além disso, Kristof sugeriu que o *America's Strategy* de Spykman foi muito mais uma reminiscência de Haushofer, o que lhe valeu, não imerecidamente, a alcunha de “*Haushofer americano*”.³⁷²

Tudo isso era produto de uma época onde a geopolítica era professada e estudada seriamente por muito poucos. Basicamente, a crítica ao trabalho de Spykman provinha de argumentos moralizantes por parte da comunidade acadêmica que desconhecia a teoria geopolítica como um todo, bem como o arcabouço intelectual da Geografia. Note-se que essas críticas ao trabalho de Spykman vinham, sobretudo, de estudiosos de ciência política. E, o que é mais decepcionante, Kristof, um profundo conhecedor do tema, vinte anos após a morte do geógrafo americano, endossou essas injustas críticas. Como bem lembra GRAY (2015, p. 882), no fim da década de 1930 a geopolítica não existia como rótulo acadêmico e, “até mesmo estudos de relações internacionais careciam de reconhecimento institucional e eram desprovidos de uma teoria explanatória razoavelmente confiável”.

Outro aspecto notório é que o orgulho tribal que é muito familiar no mundo acadêmico contaminou a análise de Kristof, que passou a reproduzir as dúvidas de Edward M. Earle, replicando a mesquinhez do comportamento acadêmico americano dos anos 30, que exigia uma sutileza hipócrita de seus membros.³⁷³

Vale ressaltar aqui que GRAY (2015) merecidamente presta uma devida e honrosa homenagem ao brilhantismo acadêmico de Spykman afirmando que o mesmo, além de ter-se tornado uma vítima desse ambiente pantanoso, “estimulou a hostilidade dos acadêmicos por sua ousadia e intransigente defesa da necessidade do foco no

³⁷¹ KRISTOF, Ladis. *The Origins and Evolution of Geopolitics*. **Journal of Conflict Resolution**, vol. 4, nº 1, 1960, p. 21

³⁷² GRAY, Colin S. *Nicholas John Spykman, the Balance of Power, and International Order*. **The Journal of Strategic Studies**, vol. 38, nº 6, 2015, p. 881

³⁷³ Ibidem, p. 882

equilíbrio de poder para a manutenção da ordem internacional”.³⁷⁴ Assim, Spykman pagou um alto preço por ter sido precursor de uma ideia, e, até hoje, continuamos – tanto na Geografia quanto nos cursos de Relações Internacionais – não dando o devido crédito a esse geógrafo que tanto contribuiu para os estudos geopolíticos, estratégicos e, sobretudo, o realismo nas relações interestatais. Devido a isso, acredita GRAY (2015), até hoje os estudantes continuam sendo expostos às teorizações que os fazem pensar que o aspecto geográfico das relações internacionais é desimportante.³⁷⁵

Spykman foi precursor tanto da teoria da contenção³⁷⁶ quanto da teoria do *Rimland*, o que contribuiu, de maneira definitiva, para o enobrecimento acadêmico tanto da Geopolítica quanto dos estudos de segurança nas Relações Internacionais, o que fica evidente na constatação sintética de Colin Gray:

Na verdade, Spykman conseguiu para os Estados Unidos e seus dependentes de segurança o que Mackinder não o fez pela Grã-Bretanha. Ele explicou o contexto geopolítico global e seu significado geoestratégico, em termos que não eram difíceis para os americanos entenderem. Ele traduziu a geografia para a moeda do poder. Além disso, ele explicou que o equilíbrio de poder no supercontinente da Eurásia não era o produto benigno de uma misteriosa mão oculta da história, mas precisava ser sustentado por um esforço contínuo e prudente. (GRAY, 2015, p. 884)

Adicional a isso, vale ressaltar que o desenvolvimento de uma estratégia realista, embasada não em princípios morais, mas em questões pragmáticas, acabou por influenciar o realismo das relações internacionais³⁷⁷. Sua estratégia de um poder marítimo circunferencial ao *Rimland* serviu tanto para entender os tempos de guerra como os tempos de paz; e mesmo hoje, se colocarmos a devida atenção aos eventos ocorridos no *Rimland*, veremos que os princípios de Spykman estão em pleno vigor.

³⁷⁴ GRAY, Colin S. *Nicholas John Spykman, the Balance of Power, and International Order*. **The Journal of Strategic Studies**, vol. 38, nº 6, 2015, p. 882

³⁷⁵ Ibidem, p. 882

³⁷⁶ Colin Gray ressalta que, embora não seja atestado a Spykman a primazia do desenvolvimento da teoria da contenção, o mesmo deveria ser reconhecido como tal, pois decifrou todas as bases geográfico-estratégicas globais que permitiram os EUA elaborar sua política da contenção soviética. (GRAY, op. cit., p. 887)

³⁷⁷ Colin Gray (2015) coloca que o realismo nas relações internacionais surge na mesma década de Spykman, mais precisamente em 1948, com a publicação do livro *A Política entre as Nações*, de Hans Morgenthau que, ao contrário de Spykman, foi ovacionado pela comunidade acadêmica americana, mesmo tendo proferido os mesmos ataques às questões morais e sua insignificância na política internacional.

3.8 Kennan complementa Spykman

George Frost Kennan (1904 – 2005) foi uma das figuras mais emblemáticas e decisivas da Guerra Fria. Conhecido como o pai da teoria da contenção (*containment*), a despeito da primazia de Spykman nesse campo, influenciou decisivamente a geopolítica dos EUA a partir de 1947 em seu famoso telegrama “X”, publicado pela revista *Foreign Affairs* em julho do mesmo ano sob o título de *The Sources of Soviet Conduct*.³⁷⁸

MELLO (1999, p. 130) argumenta que a doutrina de Kennan podia ser resumida na seguinte sentença: “É claro que o principal elemento da política norte-americana em relação à União Soviética deve ser a contenção a longo prazo, paciente, porém firme e vigilante, das tendências expansionistas russas”. Entretanto, as bases geopolíticas e estratégicas dessa contenção já haviam sido formuladas por Spykman³⁷⁹, que deveria ter sido considerado o legítimo precursor da contenção, uma vez que já tinha delineado a mesma em seu livro *Geography of the Peace*, de 1944.³⁸⁰

O artigo de Kennan começa chamando a atenção para o perigo da cultura dogmática do socialismo e para seu maniqueísmo em relação ao capitalismo. Adverte que, devido a seu antagonismo inato, os soviéticos não reconhecem a sociedade internacional:

Se o governo soviético ocasionalmente fixa sua assinatura em documentos que indicam o contrário, isso deve ser considerado como uma manobra tática permissível ao lidar com o inimigo (que não tem honra) e deve ser tomada no espírito de advertência. (KENNAN, 1947)

Não sendo confiáveis, os soviéticos deveriam ser analisados diante das seguintes considerações: o sigilo, a falta de franqueza, a duplicidade, a suspeita desconfiada e a hostilidade básica de propósitos. E, de acordo com Kennan, nenhum desses fatores irá mudar num futuro previsível.

³⁷⁸ Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/2016-10-31/sources-soviet-conduct-excerpt>

³⁷⁹ MELLO, Leonel I. A. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1999, p. 131

³⁸⁰ Ibidem.

No tocante ao cinismo dos soviéticos, Kennan observa que os russos não têm pressa e possuem uma fé inabalável na ideia do colapso do capitalismo:

Quando há algo que os russos querem de nós, uma ou outra dessas características de sua política podem ser colocadas temporariamente em segundo plano... e quando isso ocorrer, sempre haverá americanos que darão saltos com anúncios alegres de que “os russos mudaram”. Mas não devemos ser enganados por essas manobras táticas. (KENNAN, 1947)

Na visão do diplomata americano, os soviéticos possuíam um senso estratégico elevado, que seria capaz de se colocar contra um movimento socialista se esse causasse algum tipo de embaraço para o Kremlin. Ressalta a disciplina do Partido Comunista e de sua fé maior: a infalibilidade do Kremlin. Assim, a verdade dos fatos dependerá das circunstâncias e poderá ser mudada de uma semana para outra; o Kremlin mudará sua verdade quando desejar e a diplomacia não foge a essa regra, uma vez que “não pode haver apelos para propósitos comuns. Sua preocupação principal é garantir que ela tenha preenchido todos os cantos e recantos disponíveis na bacia do poder mundial.”³⁸¹

Kennan acreditava que a diplomacia do Kremlin era mais complicada de se lidar do que a de Hitler ou Napoleão. Além da paciência baseada no fanatismo dogmático, os líderes russos tampouco eram desprovidos do ego e do prestígio, e recomendava:

... é uma condição *sine qua non* de sucesso com a Rússia que o governo estrangeiro em questão permaneça sempre frio e recolhido, e que suas demandas sobre a política russa sejam apresentadas de maneira a deixar o caminho aberto de modo a não prejudicar o prestígio russo. (KENNAN, 1947)

O conselho dado por Kennan é quase análogo a um conselho dado para uma pessoa lidar com pessoas com problemas mentais e infantilizados; ou mesmo com fundamentalistas religiosos, o que analogamente faz algum sentido tendo em vista o dogmatismo infalível professado pelos soviéticos à época. Era como se dissesse para deixar os russos se sentirem à vontade e nunca os irritar ou provocar, para assim poder

³⁸¹ KENNAN, G. *The "X" article (The Sources of Soviet Conduct)*. **Foreign Affairs**, Washington, Julho 1947. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/2016-10-31/sources-soviet-conduct-excerpt>.

agir sobre suas fraquezas. Uma vez não comprometidos em essência com o sistema internacional e avançando e recuando de acordo com a conveniência estratégica deles, o melhor a fazer seria contê-los de forma articulada e dinâmica:

A pressão soviética contra as instituições do mundo livre ocidental é algo que pode ser contido pela aplicação hábil e vigilante de uma contraforça em uma série de **pontos geográficos** e políticos em constante mutação, correspondendo às manobras da política soviética. (KENNAN, 1947) [grifo nosso]

Embora mencione a questão geográfica *en passant*, a persistência e foco de Kennan é em fatores psicológicos, de inteligência e de postura diplomática na política de poder. Adverte que a URSS era um rival e que a coexistência com eles a longo prazo é insustentável, exigindo uma política que os enfraqueça, inclusive dentro de seu próprio país, pois “as possibilidades da política americana não se limitam de modo algum a esperar pelo melhor. É possível que os EUA influenciem por meio de suas ações desenvolvimentos internos na URSS, bem como de todo o comunismo internacional.”³⁸² E recomenda que os EUA devem passar a impressão de força e vitalidade espirituais, uma vez que o comunismo se alimenta da paralisia do capitalismo, assim como a desilusão e indecisão internas dos EUA.

Claro estava a necessidade de criação de um discurso forte e coerente de política externa para combater a propaganda soviética, tanto dentro da mesma como nos países aliados. Além disso, provocar ações para encurralar os soviéticos diplomaticamente era altamente recomendado, uma vez que “os EUA têm o poder de aumentar enormemente as tensões sob as quais a política soviética deve operar, para impor ao Kremlin um grau muito maior de moderação e circunspeção”.³⁸³ A capacidade de constranger era uma arma vital na diplomacia antissoviética.

A receita de Kennan era para tornar os EUA o líder do Sistema Internacional, não um mero *player*. Ele forneceu o argumento filosófico-moral da contenção, mas não sua estrutura, que fora sabiamente formulada por Nicholas Spykman alguns anos

³⁸² KENNAN, G. *The "X" article (The Sources of Soviet Conduct)*. *Foreign Affairs*, Washington, Julho 1947. Disponível em:

<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/2016-10-31/sources-soviet-conduct-excerpt>

³⁸³ Ibidem

antes. Dessa forma, a teoria da contenção estava pronta: com uma justificativa moral e uma geopolítica própria. Faltava agora somente formalizar uma aliança com os países ditos livres, isto é, fundar a OTAN.

Sobretudo nos dez primeiros anos após o final da Segunda Guerra, os Estados Unidos reinaram praticamente sozinhos no mundo. Não havia outra potência com tamanha concentração de poder e, tampouco, uma estrutura econômica intacta e gigantesca. Além disso, o monopólio da bomba atômica (que durou até 1949 quando os soviéticos explodiram seu primeiro artefato nuclear) deu uma vantagem geoestratégica incomparável aos EUA.

O ano de 1949 entraria para a história militar por conta de dois grandes acontecimentos que alterariam a forma como a geopolítica mundial seria pensada e estruturada. O primeiro, a 3 de abril, foi a fundação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), uma aliança militar formada pelas potências ocidentais com vistas a se protegerem de um possível ataque soviético; o segundo, em agosto³⁸⁴, foi a detonação da primeira bomba atômica soviética.

Ainda em 1949 os Aliados acordaram em criar no território ocupado a República Federal da Alemanha, onde, mais tarde, na parte de ocupação soviética, emergiu um novo país, a República Democrática Alemã. A Alemanha, novamente, era a pedra angular do equilíbrio europeu, dividida e manipulada, como nos últimos três séculos anteriores. Essa divisão perdurou por quarenta anos e somente em 1989 a Alemanha voltaria a ser um estado unificado, porém ainda ocupado por tropas americanas em suas 14 bases no solo alemão [ver Mapa 21].

³⁸⁴ Em 29 de agosto de 1949, nas estepes do Cazaquistão, a União Soviética detonou sua primeira bomba atômica, chamada de **RDS-1**, ou *Codiname Relâmpago*, como ficou conhecida.

Mapa 21 - Mapa das bases militares estrangeiras em solo alemão (2014)

Fonte: Wikipedia³⁸⁵

Em 1955, a URSS detona sua primeira bomba de hidrogênio³⁸⁶ e funda o Pacto de Varsóvia, uma aliança militar, composta pelos países comunistas do leste europeu sob a hegemonia e comando de Moscou, incluindo aí a Alemanha Oriental, com vistas a fazer frente à OTAN. A Guerra Fria estava instalada e o mundo não poderia mais desconsiderar as armas nucleares. O terror nuclear fazia parte do cotidiano mundial e anseios como os vividos nos EUA na década de 1920 davam lugar a paranoias militares de ambos os lados da contenda. Agora, a missão americana seria a de controlar o mundo, mas primeiro era preciso conter e derrotar a URSS geoestrategicamente.

³⁸⁵ Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:US_military_bases_in_Germany_2017.png

³⁸⁶ Em 22 de novembro de 1955, a **RDS-37** foi detonada em Semipalatinsk, no Cazaquistão.

3.9 A origem institucional da contenção: a criação da OTAN

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), foi criada em 1949 com o intuito de formar uma aliança defensiva contra um possível ataque militar por parte da então União Soviética. Seu primeiro secretário-geral, Lord Ismay, cunhou uma frase que viria a ser lembrada como o *slogan* da real função da organização: “*to keep the Americans in, the Russians out and the Germans down*”³⁸⁷.

A organização cumpriu o desígnio de Lord Ismay, pois manteve a supremacia militar dos EUA na Europa, conteve a União Soviética e submeteu a Alemanha a uma nulidade militar. E esse objetivo perdurou mesmo depois do fim da Guerra Fria, inclusive, com ações agressivas como a ocorrida durante o ataque a ex-Iugoslávia em 1999.

O alicerce da Aliança Atlântica é exposto, principalmente, pelos seus artigos 4º e 5º do Tratado do Atlântico Norte³⁸⁸:

Artigo 4: as partes consultar-se-ão em conjunto sempre que, na opinião de qualquer uma delas, a integridade territorial, a independência política ou a segurança de qualquer das partes estiver ameaçada.³⁸⁹

Artigo 5: as partes concordam que um ataque armado contra qualquer um ou mais membros, na Europa ou na América do Norte, será considerado um ataque contra todos eles e, conseqüentemente, eles concordam que, se tal ataque armado ocorrer, cada um deles, no exercício autodefesa coletiva reconhecida pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, ajudará cada parte ou partes assim atacadas, assumindo, individualmente e em conjunto com as outras partes, as medidas que julgar necessárias, incluindo o uso da força armada, para restaurar e manter a segurança da área do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desse tipo e todas as medidas tomadas como resultado do mesmo serão imediatamente comunicadas ao Conselho de Segurança. Tais medidas serão encerradas quando o Conselho de Segurança tomar as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais. (OTAN - ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE, 1949)

³⁸⁷ BANDEIRA, Luiz. A. Moniz. *A Desordem Mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 53.

³⁸⁸ É também chamado por alguns autores de Tratado de Washington, pois foi assinado em 4 de abril de 1949 na capital dos Estados Unidos, Washington D.C.

³⁸⁹ O artigo 4º da OTAN sempre causou uma certa dúvida de interpretação e mesmo de aplicação, sobretudo no fato da organização dever ser o principal fórum de consulta de seus membros em questões de segurança. De acordo com HOPKINSON (*Enlargement: a New NATO. Chaillot Paper*, Paris, Outubro de 2001, p. 34), isso nunca foi de fato verdade e, na prática nunca funcionou, pelo menos até o final da Guerra Fria.

A invocação desses artigos nunca ocorreu durante a Guerra Fria, mas sim durante os ataques de 11 de setembro de 2001, numa agressão contra os Estados Unidos feitos por um inimigo difuso e até hoje mal identificado.

A OTAN sempre teve como salvaguarda principal a defesa dos valores da liberdade, da democracia, da liberdade individual e do estado de direito, mas, embora valores manifestados na fundação da organização, só teve mesmo aplicação concreta, isto é, só realmente se tornou um pré-requisito para a adesão de um membro após o final da Guerra Fria, quando a Eslováquia pleiteou adentrar na aliança e “lhe foi negado por falta das credenciais democráticas necessárias exigidas do então primeiro-ministro Vladimir Mečiar³⁹⁰” (HOPKINSON, 2001, p. 34). Vale recordar que, um de seus membros fundadores foi Portugal, que à época da fundação da aliança era uma ditadura. Seguindo o antigo preceito de Nicholas Spykman, “a busca pelo poder não é feita para a conquista de valores morais; valores morais é que são usados para facilitar a obtenção do poder”³⁹¹, e assim foi. A geopolítica determinou os fatos.

3.10 A Rússia e a OTAN no pós-Guerra Fria

Durante meio século, a Rússia e a OTAN foram inimigos primordiais. Após o fim da URSS, haveria a possibilidade dessa realidade mudar ou isso seria apenas um “*wishful thinking*”? Ponsard (2007, p.60) acredita que o novo paradigma pós-Guerra Fria não deu outra escolha a ambos atores que não o de construir um novo relacionamento, se possível, cooperativo. Porém, depois de décadas de uma concorrência acirrada, não havia nenhuma proposta razoável de como isso seria possível, atendendo aos interesses de ambos.

Quando se tornou obvio tanto para a OTAN como para a Rússia que eles teriam que construir algum tipo de relacionamento cooperativo, a lacuna de identidade entre a Rússia e os países que compunham a OTAN subitamente se destacou. Naquela época, muitos especialistas defendiam que essa lacuna de identidade seria sempre um

³⁹⁰ Presidente da Eslováquia de 1992-94 e de 1994-98, era tido por seus opositores como um autocrata com fortes vínculos com o crime organizado. Além disso, os países do Ocidente o tinham como um corrupto, envolvido em privatizações nebulosas e em controlar a liberdade de imprensa com “mãos de ferro” ao velho estilo do comunismo.

³⁹¹ SPYKMAN, Nicholas J. *America's Strategy in World Politics: the United States and Balance of Power*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1942, p. 18

impedimento para uma verdadeira aproximação entre as duas partes.
(PONSARD, 2007, p. 60)

Isso seria apenas um problema de identidade e de afinidade entre as nações ou haveria algum outro elemento que pesou mais nessa balança decisória? Como vimos no capítulo anterior, a relação do povo russo com seu território acabou por moldar sua atitude desconfiada em relação às outras potências ocidentais. Na década de 1990, essa atitude simplesmente não poderia evaporar-se do imaginário russo, sobretudo após setenta anos de um regime que considerava a aliança que agora se fazia de amiga como sua maior inimiga mortal.

Mas, para a nova liderança russa, valeria a pena mostrar-se disposta a cooperar com o Ocidente. Em 1991, herdeira do arsenal militar e nuclear da antiga URSS, a Rússia estava disposta a integrar uma nova arquitetura de segurança europeia, como bem manifestou seu Ministro das Relações Exteriores de então, Andrei Kozyrev:

A OTAN não é um bloco militar agressivo, mas uma força para a estabilidade na Europa e no mundo, que deveria continuar o seu papel de única organização de defesa capaz de enfrentar ameaças à paz.
(Kozyrev, Andrei. *apud* PONSARD, 2007, p. 61)

Kozyrev não via o Ocidente como um inimigo, mas como um parceiro natural da Rússia. Costumava fazer menções a Pedro, o Grande, como forma de transmitir a boa vontade do novo cenário político russo. Além disso, Kozyrev aceitou todas as condições ocidentais para uma nova relação cooperativa: aproximou-se do Ocidente, permitiu que a Alemanha unificada aderisse à OTAN, apoiou no Conselho de Segurança da ONU, a resolução contra o Iraque, retirou as tropas russas definitivamente do Afeganistão, adotou o sistema democrático, a economia de mercado e a adesão ao FMI. Até mesmo a possibilidade de adesão à OTAN era vista como real por Kozyrev.³⁹²

Notoriamente, o tom diplomático russo não era o da URSS, nem mesmo apontava para uma oposição ou rivalidade, tampouco continha aspectos imperialistas ou pretensões militares nos quais o Ocidente deveria se preocupar, até porque “todas essas concessões foram baseadas na suposição de que a Rússia seria totalmente

³⁹² PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p. 62

integrada ao clube de grandes potências com direitos equânimes” (PONSARD, 2007, p. 62).

Essa aceitação quase que total das estruturas e condições ocidentais acabou por criar uma situação de acusações contra o governo por parte de setores da sociedade russa, que alegavam que a Rússia estava sendo vendida aos interesses ocidentais.³⁹³ Isso, certamente, alimentou uma “reação de medo” por parte daqueles que se preocupavam com os interesses estratégicos da Rússia. Essa “boa vontade” excessiva de Kozyrev, não foi devidamente medida estrategicamente, uma vez que não transpareceu que se estava fazendo um acordo e preservando os interesses do país. Quiçá algumas imposições por parte de Kozyrev à OTAN poderia ter dissuadido seus críticos, mas o fato é que isso não ocorreu e deu combustível para os antagonistas moldados à lógica dos tempos da rivalidade bipolar.

Nesse estágio, a ameaça não era percebida pelo Ocidente, mas pelos russos. Não havia motivo algum para que a Rússia fosse vista como uma ameaça aos países vizinhos ou mesmo os membros da OTAN. No entanto, aceitação submissa de Kozyrev acabou por gerar medo nos russos.

Vale a pena lembrar que a Rússia pós-soviética adentrou à cena internacional com uma forte orientação pró-Ocidente (de fato, pró-europeia). Destruído o antigo regime, livrou-se do passado comunista, proclamou a si mesma decisivamente em favor da democracia e da economia de mercado – e tudo isso foi considerado para prover o ingresso da Rússia na comunidade dos “países civilizados” (BARANOVSKY, 2000, p. 447) [tradução nossa]

Tais medidas revelaram um erro de cálculo. Tanto Kozyrev quanto os líderes ocidentais não tomaram o cuidado de ponderar medidas para que o sentimento de medo dos russos não fosse despertado e que isso pudesse gerar algum efeito contrário. Concessões desmedidas e injustificadas à Europa levaram a oposição tanto os comunistas quanto os ortodoxos, que alegavam que Gorbachev e Shevarnadze traíam os interesses do país.³⁹⁴

³⁹³ PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p. 62

³⁹⁴ BARANOVSKY, Vladimir. *Russia: a part of Europe or apart from Europe*. **International Affairs**. Vol. 76. Nº 3. Julho de 2000, p. 448

Não devemos nos esquecer que perder a Guerra Fria gerou um sentimento de humilhação nacional. Após o colapso do império soviético, a Rússia entrou em uma transição do poder imperial para um status muito mais modesto e continuamente tentou superar uma espécie de “síndrome de império perdido” através da definição de uma nova identidade nacional russa. Nesse ponto, a Rússia teve dificuldade em decidir se era parte do Ocidente ou uma contraposição do mesmo. (PONSARD, 2007, p. 62) [tradução nossa]

Tal síndrome apontada por Ponsard não era sem razão de ser, pois a Rússia havia perdido bastante território depois da independência da dezena de países da CEI, a economia se encontrava colapsada, o Estado era considerado “pobre”³⁹⁵ e os russos estavam confusos se eram ocidentais, orientais ou outra denominação qualquer. Não por acaso, é nesse clima que reemergiu a ideia de Eurasianismo, que é um dos grandes efeitos colaterais de toda essa circunstância, como será analisado no capítulo 6. “Apesar das suas capacidades militares, sua posição de negociação na cena internacional foi fundamentalmente afetada pela instabilidade interna e problemas econômicos.”³⁹⁶ Vale lembrar que a Rússia perdeu sua influência direta sobre Angola, parte do Oriente Médio, alguns países como Nicarágua e Cuba e até mesmo o Vietnã. O antigo império, agora, não passava de uma potência adormecida por sua profunda crise interna e, de acordo com Ponsard (2007, p. 63), isso logo se traduziria “numa política externa imperialista revigorada”.

[...] a retirada das forças armadas soviéticas da Europa central, a aceitação da reunificação alemã e a dissolução do “*outer empire*” foram todos considerados como poderosas moedas de troca que poderiam ter sido negociadas por significativas compensações à Moscou, mas ao invés disso elas foram simplesmente doadas. (BARANOVSKY, 2000, p. 448) [tradução nossa]

De acordo com Baranovsky (2000, p. 448), essa concessão desmedida tinha seus fundamentos assentados numa certa visão liberal, que acreditava que o desengajamento da Rússia nos assuntos europeus, permitiria a mesma se livrar de compromissos desnecessários e de um fardo oneroso – fardo esse que teria sido o

³⁹⁵ PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p. 63

³⁹⁶ Ibidem, p. 63

grande causador do colapso soviético. Nessa perspectiva, a Rússia deveria ter visto tudo isso como um ganho (monetário) e não uma perda.

De fato, se formos analisar a questão apenas pelo gasto monetário, não resta dúvida que a Rússia tenha se livrado de um fardo excessivo, porém, tais questões não podem ser analisadas tão somente pelos resultados econômicos. E é aqui que a interpretação liberal falhou; e foi por essa falha que, hoje, é amplamente rejeitada dentro do Estado russo e em boa parte da *intelligentsia* do país. Boa parte das críticas exacerbadas ao liberalismo que muitos autores e estrategistas russos fazem até hoje se devem, basicamente, à memória desse período e as falhas decorrentes da desconsideração estratégica que a visão liberal, encarnada à época por Kozyrev, acabou por consolidar³⁹⁷. E não é possível desconsiderar que, ganhando ou não monetariamente, a Rússia foi empurrada para a periferia do continente do ponto de vista estratégico. Antes, as forças russas estavam na fronteira direta com a OTAN, na então Alemanha Oriental, agora, após tais concessões desmedidas, havia duas zonas que a separava da OTAN: **a)** o conjunto de países ex-aliados do Pacto de Varsóvia; **b)** as ex-repúblicas ocidentais da ex-URSS. E ambas com fortes inclinações a adentrar na Aliança Atlântica.

O sentimento de fraqueza que imperou sobre a Rússia no início da década de 1990 teve razão de ser. Desde a década de 1930 o país não se via em tamanha desvantagem militar. Seu exército e forças convencionais haviam tido uma redução drástica, assemelhando-se a um mero país europeu. O declínio econômico, a crise financeira sem precedentes e as obrigações oriundas dos acordos internacionais foram os grandes responsáveis por tal situação³⁹⁸.

Entretanto, essa fraqueza acabou por estimular um erro de interpretação no tocante ao poder russo dali em diante. Baranovsky (2000, p. 449) reproduziu um erro comum e frequente: o de que uma gigantesca força militar e nuclear pode desaparecer

³⁹⁷ É necessário ressaltar que, embora a percepção de fragilidade e de falta de uma estratégia consistente fora atribuída à figura de Kozyrev, o então ministro das relações exteriores tentou ao máximo, no limiar de sua capacidade, inserir a Rússia na esfera de poder europeia, o que será discutido mais adiante no que ficou chamado como “doutrina Kozyrev”. Seria injusto atribuir unicamente à figura de Kozyrev como responsável pelos fracassos daquela época, bem como não ressaltar seus esforços e intenções de preservar o status de potência da Rússia.

³⁹⁸ BARANOVSKY, V. *Russia: a part of Europe or apart from Europe*. **International Affairs**, v. 76, n. 3, Julho 2000, p. 449

no transcurso de uma década, num país com as dimensões geográficas e com os imperativos geopolíticos que a Rússia possui. Inclusive, chega a duvidar da capacidade de manutenção do poderio nuclear que, na sua visão, “*é improvável que a Rússia seja capaz de mantê-lo*”³⁹⁹. Além da descrença no potencial russo, algumas de suas considerações duvidavam até dos que poderiam acreditar nisso:

Não existem forças políticas na Rússia de hoje que acreditem que seja possível reestabelecer o *status quo* anterior nem que seja um objetivo praticável. Nesse sentido, a emergência de qualquer revanchismo significativamente na política externa russa parece impossível, quaisquer que sejam as mudanças domésticas que possam vir a ocorrer. (BARANOVSKY, 2000, p. 449) [tradução nossa]

Essa situação pessimista, na realidade, não se verificou nem em questões relacionadas à capacidade militar convencional nem em relação às nucleares, tampouco em relação à inovação militar. Em vinte anos, a Federação Russa conseguiu reestruturar suas forças armadas bem como modernizá-las. O revanchismo, de fato, não voltou a ocorrer, pelo menos não na intensidade e manifestado oficialmente pela postura diplomática russa que, inclusive, ficou ao lado dos Estados Unidos durante o episódio de 11 de setembro. Entretanto, essa percepção do autor de que ninguém acreditava numa ressurgência do poderio russo é um tanto imprecisa, como demonstram os acontecimentos posteriores ao ano 2000 e com a subida ao poder do presidente Vladimir Putin.

Certamente, a nosso entender, a Rússia não merecia – e não deveria – ter sido tratada como um país derrotado, o que acabou por incentivar uma reação doméstica que exigiu uma postura mais dura em relação aos atores internacionais. Tanto a descrença relatada por Baranovsky (2000) quanto a postura da diplomacia russa em ser excessivamente colaborativa, aceitando condições sem negociar contrapartidas à altura, acabaram por incentivar a reação mais positiva e dura da Rússia nos anos vindouros.

³⁹⁹ BARANOVSKY, V. *Russia: a part of Europe or apart from Europe*. **International Affairs**, v. 76, n. 3, Julho 2000, p. 449

3.11 A errônea lógica da cooperação

De forma bastante realista, os russos não aceitaram a perda de seu *status* de grande potência. Já em 1993, o então presidente Boris Yeltsin já dava sinais de que a Rússia iria se reerguer em termos de poder, estabelecendo o que foi chamado por Ponsard (2007, p. 63) de um *neoimperialismo* no entorno próximo. Não era uma questão apenas de recusa, mas um imperativo em um país com a capacidade bélica, o tamanho do território e a população que a Rússia tem. A Rússia não agiria como um mero *buffer-state*.

3.12 A Doutrina Kozyrev.

O primeiro chanceler das relações exteriores da então formada Federação Russa foi Andrei Kozyrev, que formulou uma doutrina que levou o seu nome e que tinha como objetivos os seguintes pontos:

- a) Evitar o isolamento internacional da Rússia, aproximando-a das estruturas de segurança ocidentais;
- b) Criar um sistema de segurança pan-europeu do Báltico aos Urais onde a OTAN esteja subordinada;
- c) O imperativo da Rússia ser integrante de qualquer sistema de segurança europeu institucionalizado;
- d) Rejeitava o direito de decisão dos países do *intermarium*.

De acordo com o *Conceito de Política Externa da Rússia*, uma espécie de Livro Branco da Defesa, publicado em 1993:

A tarefa estratégica no estágio atual é evitar que a Europa Oriental se transforme em uma espécie de zona tampão, isolando-nos do Ocidente. Por outro lado, não podemos permitir que as potências ocidentais forcem a Rússia para fora da região da Europa Oriental, que já está se tornando uma realidade. (DULEBA, 1998, p. 28)

Karaganov (1993) declarou que “a Rússia deve insistir na adesão paralela à OTAN, juntamente com os países da Europa Central. Moscou tem de apresentar uma escolha à OTAN: ou se admite a Rússia, ou se favorece abertamente seu isolamento” (KARAGANOV apud DULEBA, 1998, p. 28)

Em sua apresentação sobre a conferência "A Rússia na Europa: Novos Desafios de Segurança" (Moscou, março de 1994), Nikolay Afanasyevsky, o vice-Ministro das Relações Exteriores da Rússia, formulou claramente o ponto de vista russo:

A Rússia não pode aceitar uma organização na qual não tenha o direito de voto igual em suas decisões. Menos aceitável ainda é a perspectiva de criar uma zona de segurança especial com base na OTAN e nos países da Europa Ocidental com a exclusão da Rússia ... A cooperação deve ter como objetivo eliminar antigas linhas de confronto e impedir o surgimento de novas, só se pode aceitar o espaço entre o Atlântico e os Urais como um quadro histórico e geográfico para resolver as questões de segurança na Europa. (DULEBA, 1998, p. 28) [tradução nossa]

Na perspectiva russa, dadas as condições estipuladas acima, o único constructo institucional que poderia se adequar e servir com o propósito de segurança era a OSCE (*Organization for Security and Cooperation in Europe*), uma vez que a mesma daria à Rússia uma posição equânime com os demais países, inclusive com o poder de veto, e permitiria que a Rússia mantivesse a garantia ampla de defesa das minorias russas no ex-espaço soviético, sobretudo através de missões de paz sob mando da OSCE⁴⁰⁰.

Para Kozyrev e sua doutrina de política externa a ideia central girava em torno do princípio de que a Rússia poderia, gradualmente, adquirir o status de superpotência mundial se cooperasse e tivesse o recíproco apoio dos EUA. Kozyrev estava convencido de que, na nova ordem que emergia, os EUA precisariam da Europa e da Rússia fortes e estáveis para manterem a segurança internacional minimamente administráveis⁴⁰¹.

Estava claro que o tratamento em relação a Rússia não seria o mesmo dos países que foram incorporados pela OTAN em seu alargamento. A ideia da OSCE substituir a OTAN, ou se amalgamar a ela para formar uma nova organização, seria a solução ideal para todas as partes, menos para os EUA, como o desenvolvimento dos fatos acabou demonstrando. O Ocidente não tinha abandonado a ideia de contenção da Rússia, mas silenciosamente foi construindo uma implementação da mesma, utilizando-se de forma astuta da fraqueza político-institucional daquele país.

⁴⁰⁰ DULEBA, Alexander. *From Domination to Partnership: the perspective of Russian-central-east European relations*. NATO Research Fellowship Program. 1998, p. 28

⁴⁰¹ Ibidem, p. 29

Aleksandr Dugin (2014, p. 92) tem uma opinião um tanto radical sobre Kozyrev, e não totalmente justa em nossa opinião. De acordo com o filósofo russo, Kozyrev encarnava o espírito marítimo da geopolítica americana e legitimou isso ao colocar a Rússia em prol dessa geopolítica, uma vez que considerava a unipolaridade como fato consumado. Kozyrev buscava “o consentimento para construir a política externa da Rússia em correspondência com a política estratégica dos EUA, adaptando-se a ela e só então perseguir os próprios interesses nacionais” (DUGIN, 2014, p. 92).

Essa interpretação de Dugin desconsidera, porém, os esforços de Kozyrev de preservar a Rússia como potência, a despeito de toda a fraqueza na qual a mesma se encontrava e da situação política em que estava mergulhada. Kozyrev, realista e pragmático, aceitou as regras do jogo. Num cenário de fraqueza estrutural, não há como ser revisionista ou negar-se a participar do sistema, como Dugin sugere. O que Kozyrev fez foi tentar obter o máximo de vantagens possíveis para a Rússia nos assuntos estratégicos, tentando preservá-la de uma derrota ainda maior.

Um dos indicativos positivos dessa fase foi a assinatura do START 2, o *Strategic Arms Reduction Talks*, no qual os Estados Unidos e a Rússia assinaram a redução de cerca de 3 mil ogivas nucleares estratégicas para cada um dos lados⁴⁰². Os EUA pressionaram, também, a Bielorrússia, a Ucrânia e o Cazaquistão a entregar os arsenais nucleares dispostos em seus respectivos territórios para a Rússia (acordo START 1), numa espécie de gesto de confiança, mas que também pode ser entendido como um ato de segurança, uma vez que seria muito difícil esses países manterem seguras e protegidas tais ogivas.

3.13 A crise russa de 1993 e suas consequências para a política externa

Em 1993, porém, houve uma crise institucional na Rússia, onde Yeltsin sufocou a rebelião ocorrida no Parlamento Russo ordenando o bombardeamento do mesmo. Segundo Duleba (1998, p. 32), esse episódio, somado à aprovação de uma nova Constituição para a Federação Russa, onde os poderes do presidente foram

⁴⁰² DULEBA, Alexander. *From Domination to Partnership: the perspective of Russian-central-east European relations*. NATO Research Fellowship Program. 1998, p. 30

aumentados a um ponto quase autoritário, demonstrou para o Ocidente de que a Rússia ainda não estava preparada para ser uma democracia liberal ao estilo europeu.

Além disso, após a nova Constituição e o episódio do parlamento, houve uma guinada nas diretrizes da política externa russa. Kozyrev não mais ditava as diretrizes da política externa após outubro de 1993. Numa carta dirigida aos líderes ocidentais, o presidente Yeltsin deixou claro que a Rússia estava se posicionando contra o alargamento da OTAN para o ex-espço soviético e sugeriu que a segurança dessa região fosse feita conjuntamente pela Rússia e pelas potências ocidentais⁴⁰³. Ademais, afirma Duleba (1998, p. 32), uma nova doutrina militar foi implementada na Rússia sem o aval do parlamento, bombardeado dias antes, o que gerou certo receio nos países ocidentais. Nessa doutrina a Rússia não tinha como objetivo o puro e simples desarmamento nuclear, mas o oferecimento de um “guarda-chuva” de segurança para si e para seus aliados, se comprometendo a buscar um equilíbrio nuclear e diminuir as tensões envolvendo esse tipo de arsenal. Porém, a Rússia não descartava nessa doutrina o uso das mesmas, caso fosse atacada ou a segurança de si ou de algum de seus aliados fosse comprometida seriamente. O ponto mais polêmico era o fato de que o arsenal poderia ser usado “também em caso da implantação de bloqueios por alianças militares em detrimento da segurança da Rússia” (DULEBA, 1998, p. 33), o que foi entendido como uma resposta à OTAN.

Nesse momento, os EUA percebem que a Rússia não estaria totalmente sujeita aos seus ditames e não será apenas mais um país grande e “normal”, mas que irá buscar, pelo menos manter, seu status de potência militar de nível global. Os resultados logo vieram meses depois, durante a cúpula da OTAN em 1994:

O presidente dos EUA, Bill Clinton, declarou na cúpula que a questão do **alargamento da OTAN não é de "se" mas "quando"**. O porta-voz do Departamento de Estado, Nicholas Burns, refletindo sobre a política americana em relação à Rússia em 1992 e 1993 observou que "o maior erro das administrações Bush e Clinton em relação aos novos estados independentes da antiga União Soviética tinha permanecido por um período de tempo muito prolongado em posições russocentristas, em vez de desenvolver importantes relações com a Ucrânia e outras repúblicas" (DULEBA, 1998, p. 33) [tradução e grifo nosso]

⁴⁰³ DULEBA, Alexander. *From Domination to Partnership: the perspective of Russian-central-east European relations*. NATO Research Fellowship Program. 1998, p. 32

Estava claro desde então, para os EUA/OTAN, que a Ucrânia teria um papel significativo na desestruturação da Rússia enquanto potência, era apenas uma questão de tempo, como sugerem as palavras de Nicholas Burns. Além disso, o fato da Rússia reagir não deveria ter decepcionado os políticos americanos, mas encorajado a uma parceria mais efetiva visando o equilíbrio de poder, o que nunca foi proposto, de fato.

A partir dali estava claro que os objetivos de Kozyrev tinham fracassado, a Rússia não iria conseguir construir em parceria com a Europa e os EUA um constructo conjunto de segurança continental, mas o que não se pode dizer é que Kozyrev não tenha tentado fazê-lo, numa perspectiva de equilíbrio.

Em setembro de 1995, a OTAN publica um estudo admitindo a possibilidade de alargamento da aliança, o que prontamente foi respondido por Nikolai Afanasyevsky, que disse: “rejeitamos rigorosamente o estudo da OTAN sobre o futuro alargamento da aliança para leste” (AFANASYEVSKY apud DULEBA, 1998, p. 34). Da mesma forma, o próprio Kozyrev reagiu: “nós rejeitamos o alargamento da OTAN, e é por isso que não pode haver qualquer negociação sobre essa questão” (DULEBA, 1998, p. 34). De acordo com Duleba (1998, p. 34), Kozyrev rejeitava enfaticamente o alargamento da OTAN para leste. Isso revela que o mesmo não estava comprometido com a estratégia norte-americana, como sugeriu Dugin, mas apenas tentava enquadrar a Rússia numa posição mais confortável, onde pudesse seguir seu caminho sem perder – mais do que já tinha perdido – suas posições. Em janeiro de 1996, Kozyrev foi substituído por Yevgueni Primakov.

Ponsard, toma por base de sua interpretação que o Ocidente abriu as portas da cooperação à Rússia e que a mesma aceitou a princípio, mas acabou por preferir uma política neoimperialista. Segundo ele, “ao vestir as roupas políticas da oposição, Yeltsin começou a jogar o jogo do nacionalismo pragmático, mas também sacrificou os princípios da democracia liberal.”⁴⁰⁴

De fato, a Rússia começou a estabelecer tratados bilaterais militares em todos os países da CEI e isso causou alguns atritos sobretudo com a Ucrânia (devido à frota do Mar Negro estacionada na Criméia, até então um território ucraniano), na Geórgia e o Azerbaijão. “No entanto, a nova política externa de Yeltsin preservou sua orientação

⁴⁰⁴ PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p. 63.

subjacente em relação à parceria com o Ocidente” (PONSARD, 2007, p. 63). Esses tratados bilaterais também fazem parte de acordos cooperativos, uma vez que os países da antiga CEI, sobretudo os da Ásia Central e do Cáucaso, não tinham a menor condição técnica e operacional de preservar sua estabilidade interna, muito menos suas fronteiras, que estavam sob o ataque de um novo fenômeno conflituoso emergente no pós-Guerra Fria: o terrorismo islâmico.

Diante da instabilidade fronteiriça e mesmo uma ameaça à integridade territorial na sua *buffer-zone*, a Rússia naturalmente se posicionou em favor de intervenções pontuais se necessárias forem para conter tais perigos. Não se trata apenas de “interesses geopolíticos tradicionais”⁴⁰⁵, o que seria de bastante peso decisório numa hipotética crise, mas também de preservar militarmente o próprio território russo. Uma questão geralmente esquecida nesse tipo de análise é a de que potências sempre influenciam e procuram manter a estabilidade seu entorno próximo. Isso ocorre por um motivo muito simples: a proteção e a preservação da integridade de suas fronteiras, bem como de suas áreas de interesses vitais. Assim, é natural que a Rússia atue em sua *buffer-zone*.

Explicar a questão como sendo produto de, apenas, um novo “neoimperialismo”⁴⁰⁶ ou de um sentimento saudosista de “grandeza”⁴⁰⁷, simplesmente não é correto. Tampouco é correto afirmar que a Rússia abandonou a cooperação “no momento exato em que o Ocidente lutou para integrá-la à ordem europeia abrangente”.⁴⁰⁸ Como o próprio autor menciona, Yeltsin não abandonou seus compromissos com o Ocidente⁴⁰⁹, mas apenas reestruturou, ou melhor, começou a criar uma doutrina de política externa para a Rússia que era inexistente até 1993. Pressupor que uma potência como a Rússia deveria manter tal *status* de ausência de uma doutrina de política externa, ou mesmo abandonar tal intuito, nos parece ingênuo e descabido.

⁴⁰⁵ PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p. 64.

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 64

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 64

⁴⁰⁸ Ibidem, p.64

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 63

3.14 A OTAN como “sistema cooperativo de segurança”

Após o final da Guerra Fria e do desmembramento do Pacto de Varsóvia, muitos acreditavam que a existência da OTAN não teria mais razão de ser. Seu inimigo primordial havia sido vencido sem uma guerra e a aliança inimiga havia sido dissolvida. Porém, “a OTAN não viu qualquer razão pela qual deveria compartilhar o destino do Pacto de Varsóvia como um ato de *fair play*”⁴¹⁰ O que ocorreu foi uma redefinição do papel da aliança, que deveria, dali em diante, ter como objetivo fundamental a “estabilização do cenário internacional”⁴¹¹. “Em desacordo com muitas hipóteses teóricas sobre as alianças se dissolvendo na ausência de uma ameaça, a OTAN moveu-se para o centro de um emergente sistema de segurança cooperativo europeu.”⁴¹²

Ora, o próprio autor admite que não houve *fair play*, então, como não admitir que tal *status* de manutenção da aliança não ofereceria um risco à Rússia? Muito antes da reorientação da política externa de Yeltsin, essa reestruturação dos objetivos da OTAN já sinalizava suas pretensões de ampliação, pretensões a nosso entender baseadas em concepções geopolíticas orgânicas.

Já em 1991, a OTAN sustentou o seu Artigo 5 sobre a autodefesa coletiva e enfatizou que “a aliança manteria uma capacidade militar adequada e uma preparação clara para agir coletivamente em sua defesa comum”⁴¹³ Obviamente que, a Rússia não fazendo parte dessa coletividade, não haveria como não entender isso como uma ameaça.

É interessante notar que, em dezembro de 1991, numa carta à primeira reunião do NACC⁴¹⁴, Yeltsin declarou que **a Rússia também tinha o objetivo de entrar na OTAN**. Esta carta não obteve uma resposta real, exceto por alguns comentários que afirmavam que **convidar novos membros tornaria as coisas mais complicadas para a OTAN**. Não podemos deixar de reconhecer que essa resposta

⁴¹⁰ PONSARD, Lionel. *Russia, NATO and Cooperative Security*. Londres: Routledge, 2007, p. 64.

⁴¹¹ Ibidem, p. 64.

⁴¹² Ibidem, p. 64

⁴¹³ Ibidem, p. 65

⁴¹⁴ NACC (North Atlantic Cooperation Council) foi um fórum de diálogo, criado a 20 de dezembro de 1990, entre a OTAN e os antigos adversários do Pacto de Varsóvia. Era visto como uma “mão estendida” aos países do bloco antagonista.

(Fonte disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69344.htm) Esse fórum era visto pelos russos como um órgão meramente consultivo, que não tinha poder decisório e que perdeu a oportunidade de conceder à Rússia um status especial que a mesma poderia reivindicar (PONSARD, op. cit., p. 65)

não estava à altura das oportunidades e responsabilidades históricas em jogo. (PONSARD, 2007, p. 65) [tradução e grifo nosso]

Isso não apenas sinalizou à Rússia de que ela não seria aceita, como também que a viam como um problema. Aliás, o subterfúgio usado era falso, uma vez que a aliança convidou novos membros para a organização seis anos depois, usando como pretexto a segurança dos mesmos, fundamentada num receio aos russos. Como bem declarou Ponsard (2007), tal atitude foi irresponsável do ponto de vista histórico. Isso acabou contribuindo, futuramente, para um novo acirramento entre a Rússia e o Ocidente.

A Rússia, por outro lado, como ficou claro na declaração de Yeltsin na reunião do NACC, tinha o desejo de integrar-se à estrutura de segurança ocidental. Além disso, empreendeu considerável esforço político e diplomático para se adequar a tais estruturas.⁴¹⁵

Se o objetivo fosse incluir a Rússia como um membro ativo e pleno, onde qualquer ressurgimento de rivalidade fosse neutralizado, a OSCE é que deveria ter herdado o papel da OTAN no constructo institucional de cooperação, o que obviamente soa como um delírio sob perspectiva realista. Porém, aqui neste ponto, fica demonstrado a fraqueza evidente das ideologias institucionalistas. Se a visão cooperativa-institucionalista fosse mais relevante nas relações internacionais que a geopolítica e os preceitos realistas, a OSCE teria tido um sucesso vigoroso, uma vez que a Rússia já tinha aceitado todos os seus pressupostos e demandas. Entretanto, foi o realismo e os interesses geoestratégicos da OTAN que acabaram preponderando.

Na visão russa, os líderes ocidentais, apesar de buscarem acordos de cooperação com a Rússia, decidiram, de fato, reduzir o poder de qualquer instituição de segurança na qual a Rússia tivesse um status equânime e, ao mesmo tempo, reforçar a OTAN e a EU, na qual a Rússia não gozava de *status* pleno e não o teria tampouco. Isso explicava a persistente repreensão russa em relação à decisão da OTAN de permanecer numa “aliança defensiva” em vez de iniciar a criação de um mecanismo de apoio à segurança internacional para ser integrada à OSCE – onde Moscou tinha um poder de decisão substancial. (PONSARD, 2007, p. 65) [tradução nossa]

⁴¹⁵ BARANOVSKY, V. *Russia: a part of Europe or apart from Europe*. **International Affairs**, v. 76, n. 3, Julho 2000, p. 452

Evidente fica, também, que a recusa em aceitar a Rússia no quadro de segurança europeia esteve sempre presente e foi bem anterior ao redirecionamento da política externa que o presidente Yeltsin fez em 1993. Note-se que não foi a Rússia que se negou a colaborar, mas a comunidade europeia que não permitiu a mesma usufruir de seu *status* de potência dentro de tal arranjo.

Ponsard (2007, p. 66) considera a possibilidade da OSCE assumir o legado da OTAN utópico, uma vez que tal arranjo estaria amarrado a um consenso de atuação, o que tornaria a OSCE ineficaz para a segurança europeia tal qual a Liga das Nações o fora em seu tempo. Entretanto, ressalta que uma OSCE reforçada seria muito mais eficaz na prevenção de conflitos e, inclusive, ajudaria na integração da Rússia no quadro de segurança europeu.

Os russos perceberam que a possibilidade do alargamento da OTAN para leste representaria uma ameaça aos seus interesses nacionais. Isso foi reforçado pelo desejo manifestado dos europeus que o papel central da segurança europeia seja conduzido por uma estrutura na qual a Rússia não tivesse acesso direto.⁴¹⁶ Ademais, o alargamento da própria União Europeia, que também não é era mal visto pelos russos no começo, começou a despertar desconfiança, uma vez que tal avanço não foi colocado de forma clara.⁴¹⁷

3.15 Acordos bilaterais como *realpolitik*

Diante disso, os acordos bilaterais acabaram sendo mais promissores para a Rússia do que os arranjos institucionais multilaterais⁴¹⁸, uma vez que a Rússia poderia negociar seus interesses diretamente com outro ator e aceitar ou não o mesmo. Assim, o primeiro grupo que a Rússia visou como prioritário no estabelecimento desses acordos bilaterais foram, justamente, as potências europeias, isto é, a França, a Alemanha e o Reino Unido. Para Baranovsky (2000, p. 454), tal escolha se deu por algumas distinções de cada potência: a França por ter uma política externa

⁴¹⁶ BARANOVSKY, V. *Russia: a part of Europe or apart from Europe*. **International Affairs**, v. 76, n. 3, Julho 2000, p.452

⁴¹⁷ Ibidem, p. 452

⁴¹⁸ Ibidem, p. 454

independente dos EUA, a Alemanha por sua posição geopolítica crucial e o Reino Unido pela sua liderança financeira e política internacionalmente.

Aqui, novamente, cabe um comentário apropriado a respeito da geopolítica. A Rússia, imobilizada pelos entraves institucionais multilaterais – todos eles envolvendo os países do chamado *intermarium* e do antigo espaço soviético – resolveu “saltar” geograficamente o problema procurando acordos diretos com as potências europeias. O realismo tem como alvo de suas decisões, primeiramente, os detentores do poder real (as potências), e não estados-tampões. A prioridade era garantir acordos reais e construtivos para a economia russa. Assim, o pragmatismo sobressaiu-se em relação ao idealismo institucional. O nível de força da Rússia em hipótese alguma poderia ser constrangido por países como a Lituânia ou a Polônia, como de fato não ocorreu. Se o *intermarium* é a região mais arredia ao poder russo, isso não significa que terão condições de impedir as ações e manobras russas. Como decorrência dessa opção realista russa pela bilateralidade, projetos como o *Nord Stream* emergiram e comprovaram o “contorno geopolítico” pragmático entre a Rússia e a Alemanha, pelo menos nas questões econômicas mais prioritárias. A necessidade, mais uma vez, foi a maior das virtudes.

3.16 A presença americana na Europa

Um ponto fundamental na compreensão da percepção de ameaça vista pelos russos foi a presença americana na Europa após a dissolução do Pacto de Varsóvia. Um novo antiamericanismo emergiu na Rússia, talvez herdado pela visão negativa da Guerra Fria, mas fundamentado muito mais na postura unipolar dos EUA no pós-Guerra Fria⁴¹⁹, que passaram a agir e operar na arena internacional à despeito dos interesses legítimos de outras potências.

O fato mais significativo, sem dúvida, foi a atuação americana no Kosovo. Isso deixaria claro para os russos que a contenção geopolítica não havia desaparecido para os americanos, mas ainda era um projeto em pleno desenvolvimento. Tal fenômeno

⁴¹⁹ BARANOVSKY, V. *Russia: a part of Europe or apart from Europe*. **International Affairs**, v. 76, n. 3, Julho 2000, p. 454

reforçou definitivamente as visões negativas da Rússia para com os países europeus⁴²⁰, mas também em relação aos Estados Unidos.

De fato, as operações da OTAN contra a Iugoslávia foram avaliadas como uma flagrante violação do Direito Internacional, como um pesado golpe contra o sistema das Nações Unidas baseado nas leis internacionais, como uma tentativa de estabelecer uma “nova ordem mundial” pela força, permitindo, assim, interferências arbitrárias nos assuntos internos dos estados. Além disso, a Rússia fora duramente afetada pelo fato de que a decisão do uso da força foi tomada **a despeito de suas objeções**; tal decisão foi interpretada como uma manifestação adicional de **ofensa insultante** em relação a Rússia e como mais uma tentativa de dissociá-la dos assuntos europeus cruciais. (BARANOVSKY, 2000, p. 455) [tradução e grifo nossos]

O episódio do Kosovo contribuiu para a consolidação da postura anti-OTAN da Rússia, mais do que o alargamento da aliança. As preocupações de como prevenir essa Nova Guerra Fria tomaram lugar ao debate de como se prevenir/responder a uma agressão da OTAN, uma vez que o ataque à Iugoslávia foi uma obra exclusivamente dos Estados Unidos, e não dos europeus, que atuaram basicamente por pressão americana.⁴²¹

O oportunismo geoestratégico, motivado pela fraqueza operacional militar russa naquele momento, bem como sua crise econômica, desagradou os russos e deixou claro para eles que em nenhuma perspectiva eles seriam considerados “parceiros do Ocidente”. Certamente isso motivou a reestruturação da máquina de guerra russa, que foi abarcada como uma questão de sobrevivência e de soberania. O episódio do Kosovo selou a percepção negativa dos russos em relação ao Ocidente. A racionalidade estratégica, a partir daí, não era mais de como se adequar ao quadro de segurança europeu, mas de como sobreviver ao mesmo. “Os Estados Unidos, no Kosovo, criaram um polo de instabilidade no espaço europeu”, afirmou o ex-ministro de defesa russo Nikolai Mikhailov.⁴²²

⁴²⁰ BARANOVSKY, V. *Russia: a part of Europe or apart from Europe*. **International Affairs**, v. 76, n. 3, Julho 2000, p. 455

⁴²¹ Ibidem, p. 455

⁴²² Ibidem, p. 455

Após essa recusa a Rússia foi forçada a melhorar seu relacionamento com a OTAN, mas, como veremos mais adiante, essas relações foram se deteriorando ano após ano com o avanço territorial da aliança em direção à *buffer-zone* russa.

3.17 Os argumentos a favor da presença americana na Europa.

De acordo com HOPKINSON (2001, p. 29), os argumentos que defendem o envolvimento dos Estados Unidos na segurança europeia partem de alguns pontos fundamentais, a saber:

1 – Os europeus não podem se defender de grandes agressões externas.

Sim, é necessário reconhecer que sem o aparato nuclear, de mísseis intercontinentais e de todas as bases militares americanas em território europeu, não haveria a menor chance dos europeus se defenderem de um ataque perpetrado pela URSS à época da Guerra Fria. Entretanto, logo após o colapso do império soviético e com as proposições analisadas anteriormente da política externa russa, de fato, não haveria razão iminente para se temer alguma grande agressão externa. E, como ressaltamos, perdeu-se ali uma chance de se findar, em definitivo, toda a desconfiança e receio entre russos e europeus. Porém, tal chance foi desperdiçada, muito devido à presença americana incentivando o alargamento da OTAN entre os pequenos países do leste europeu.

Hoje, o cenário volta a se repetir. Os europeus, novamente, estão dependentes dos artefatos e da logística militar dos EUA, uma vez que as relações com a Rússia se deterioraram nos últimos anos e a mesma ressurgiu como potência militar e modernizou seus dispositivos bélicos de uma forma só equiparável aos equipamentos dos EUA e, talvez, da China.

2 – Os europeus não podem projetar poder para proteger seus interesses no mundo;

De fato, o espectro de atuação da projeção europeia de poder no pós-Segunda Guerra Mundial reduziu-se drasticamente. Hoje, pode-se dizer que a atuação das potências europeias, pelo menos no campo militar, limita-se a atuações na África e no Or. Médio, mas muitas vezes associadas às ações combinadas com os Estados Unidos. A França tem um certo envolvimento nos países famélicos do Sahel, do Mali ao Chade, sobretudo para garantir seu abastecimento de urânio, mas fora isso, há pouca atuação unilateral europeia longe de seu entorno próximo.

3 – A hegemonia americana é mais aceitável do que a hegemonia alemã ou francesa, sobretudo nos países menores da Europa;

Certamente, os poloneses, tchecos, italianos e espanhóis sentem-se muito mais tranquilos com a presença da força americana na Europa do que a de seus vizinhos poderosos (França e Alemanha). O medo do ressurgimento dos nacionalismos, sobretudo nessas potências, também alimenta esse sentimento de que, além de fornecer segurança, os EUA também estabilizam e mitigam de forma eficaz qualquer surto nacionalista de tom agressivo ou revisionista de questões históricas.

Num continente onde a grande maioria das fronteiras não obedece a critérios naturais, sobretudo na região do *intermarium*, o medo da desproporção de poder que França, Alemanha e Inglaterra têm em relação aos demais é bem notório. Além disso, numa eventual ressurgência do poder alemão, quem garante que o mesmo não voltaria a aliar-se ao poder russo, questão essa já levantada desde os tempos de Mackinder?

4 – A própria Rússia acolhe genuinamente o envolvimento dos EUA

Aqui é um ponto delicado, uma vez que, se de um lado a Rússia pode negociar diretamente questões militares de alto padrão com os EUA, como as negociações envolvendo questões nucleares, de mísseis balísticos e atuações geopolíticas, por outro, a Rússia só se sente ameaçada justamente pela presença dos EUA nos países da OTAN, sobretudo naqueles que compunham a sua antiga zona de influência.

5 – Os Estados Unidos trazem capacidades únicas de inteligência que os europeus não podem se igualar.

Tanto no tocante a questões de *cibersegurança*, quanto em questões do combate ao terrorismo e ações de espionagem, os EUA, sem dúvida, contribuem enormemente para a segurança europeia. Ademais, o treinamento de pessoal europeu, civil e militar, traz uma vantagem comparativa sem igual para a maioria dos países europeus. Se considerarmos as questões da Astropolítica, então, a dependência é ainda maior.

6 – Grande oportunidade para a cooperação mútua entre a Europa e os EUA em vários setores além da segurança.

Os Estados Unidos ajudam na logística do combate de lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, venda e transações de armamentos sensíveis, além de informações para setores bancários e de pesquisa científica e tecnológica. Milhares de pesquisas na área da saúde e da tecnologia são feitas em parcerias entre instituições americanas e europeias. A difusão da cultura europeia e americana em ambos os lados é bem estimulado muito devido ao fato dessa colaboração de mais de 70 anos entre os dois lados do Atlântico.

Acrescentaríamos aqui uma questão fundamental: *o custo*. Grande parte dos países europeus não teriam recursos suficientes para bancar uma estrutura de segurança tão complexa e sofisticada, bem como teriam receio de aceitar o comando ou as diretrizes vindas de países como a Alemanha, por exemplo. Nesse quesito, a conta paga pelos EUA tem um peso fundamental, mesmo agora havendo uma possibilidade de revisão desses diretrizes por parte do governo de Donald Trump.

3.18. Os argumentos contra a presença americana na Europa:

1 – Não é mais necessária, pois não há mais ameaça significativa na Europa;

Esse princípio tinha sua razão de ser logo após a dissolução da União Soviética, porém, com o alargamento da OTAN após 1996 e a deterioração das relações com a

Rússia, hoje, na perspectiva dos europeus, a Rússia segue sendo uma ameaça à segurança europeia, embora não a única. Países do Or. Médio como o Irã e a Síria também preocupam os formuladores de segurança europeus.

2 – Os europeus devem crescer militar e politicamente;

A vontade de que a Europa seja dona de seu próprio destino, espaço e segurança não é algo a se desconsiderar, porém, é um tanto difícil imaginar que um país como a Alemanha possa voltar a se rearmar e isso não gerar ainda mais divisões dentro do espaço europeu. Tampouco é realista imaginar que a Grã-Bretanha possa voltar a ser (e a ter) um império como já teve no passado e ser um bastião do equilíbrio europeu como o fora no século XIX.

3 – Os Estados Unidos são unilaterais e perseguem seus objetivos a seu modo.

Em si, essa assertiva não é errônea; os EUA realmente buscam o seu interesse nacional acima de qualquer outro princípio, como o fazem outras potências. Porém, não é necessariamente verdade que isso arraste de forma total todos os países europeus para tais objetivos. Um dos exemplos claros foi a invasão do Iraque em 2003, onde apenas a Grã-Bretanha deu o suporte militar e apoio político a tal empreitada. França e Alemanha, bem como boa parte dos outros países europeus, declararam contra ou, no mínimo, se mantiveram neutros naquela questão.

Não se pode desconsiderar que boa parte do desgaste nas relações com a Rússia deve-se, primordialmente, às posturas norte-americanas.

4 – Existem profundas divergências nas interpretações do Dir. Internacional e das instituições multilaterais.

É fato também que europeus e americanos discordam ou até mesmo possuem visões antagônicas quanto a determinados aspectos do Direito Internacional. Questões como migrações, direitos humanos, ajuda humanitária e mesmo acordos multilaterais são vistos por prismas diferentes. Os EUA, por exemplo, não reconhecem o Tribunal

Penal Internacional, tampouco o Tratado dos Mares nem mesmo o Tratado do Espaço Exterior, enquanto que quase todos os europeus são signatários e defensores de tais instituições e princípios.

5 – Existem divergências reais de interesses no Oriente Médio, no Mediterrâneo e em assuntos como defesa antimísseis.

Aqui é uma questão de geopolítica, por isso é extremamente sensível e complexa. Os interesses dos EUA se sobrepõem ao dos europeus por uma questão de defesas de suas linhas vermelhas. Para os EUA, o Oriente Médio é uma das regiões vitais de sua geopolítica, assim como a Rússia é um antagonista primordial. Não necessariamente o são para os europeus. A Alemanha, por exemplo, não é manifestadamente inimiga do Irã, tampouco a França. Entretanto, essa sobreposição não coloca em risco a segurança dos europeus para que seja tida como algo prioritário a ser revisto.

6 – O envolvimento dos EUA na Europa atrairá o terrorismo

De fato, muitos atentados terroristas em solo europeu tem uma ligação com a relação dos europeus com os EUA ou mesmo com Israel, mas é bom ressaltar que os países atingidos têm mais esse efeito colateral devido a sua real participação em ações conjuntas com os EUA em determinados países, como a Síria, o Iraque e a Líbia. Obviamente que tal relação nem sempre é direta, o fato dos europeus não mais participarem de ações conjuntas no Oriente Médio não garante que não mais haverá terrorismo dentro do espaço europeu, porém, há uma certa congruência entre esses fenômenos que não pode ser ignorada.

7 – A abordagem dos EUA nos assuntos internacionais está reduzindo a segurança internacional;

Talvez esse ponto seja o mais importante dentre os críticos da presença americana na Europa. Como foi abordado, muita das geoestratégias americanas tem por princípio o aniquilamento de determinados oponentes e isso, por si só, já gera uma

instabilidade na segurança internacional. As intervenções humanitárias acabaram por se demonstrar muito mais desestabilizadoras do que pacificadoras, assim como alguns ataques pontuais. A manifestada política de *regime change* tampouco contribuiu para a segurança europeia, assim como o estaticídio decorrente de tal ação.

O imperativo de promover a democracia por meio de *regime changes* e de *social engineering*, como ocorreu nas revoluções coloridas no leste europeu, acabaram por acirrar ainda mais a insegurança tanto na perspectiva russa quanto na dos pequenos países europeus do *intermarium*. Nesse ponto a promoção da democracia não mitigou os conflitos, mas os acirrou; e teve um impacto profundo nas diretrizes geopolíticas da Rússia, sobretudo.

8 – As relações bilaterais podem ser prejudiciais para a integração europeia;

As guerras comerciais podem e poderão ser um bom exemplo dessa última crítica. A China, hoje, tem relações comerciais gigantescas com a União Europeia e, se persistir a guerra comercial dos EUA de Trump com a China, bem como o desejo de implementação de medidas protecionistas nos EUA, isso poderá, em algum momento, atrair o desejo de algum membro importante da UE a rever seus contratos e parcerias com o bloco. Não é vetada a saída do bloco econômico, como foi bem exemplificada pelo Brexit. Poder-se-ia imaginar, no futuro, o mesmo ocorrendo com a Alemanha, a França ou mesmo a Itália? Não sabemos, entretanto, o que é fato é que a mera possibilidade de dissociação já é um ponto negativo nessa integração.

Por outro lado, no tocante à segurança, não há um desejo manifestado de saída da OTAN por nenhum membro, o que torna a Aliança Atlântica muito mais sólida e legítima do que a União Europeia. As vantagens oferecidas pela OTAN, pelo menos até agora, são incontestáveis para todos os membros europeus, tanto na aquisição de know-how e equipamentos, quanto nos custos assumidos em grande parte pelos EUA na operação da mesma.

O fato é que uma Europa dividida, mesmo com uma suposta ascensão militar da Alemanha algum dia, não terá o mesmo impacto que a OTAN tem hoje e, geopoliticamente, deixaria a Europa mais vulnerável e com uma capacidade de coordenação muito diminuída. No mundo no qual a possibilidade da guerra se

transferir para novas frentes como o ciberespaço ou mesmo para o espaço exterior (astropolítica), a Europa só terá alguma chance de estar segura unida e em parceria com os EUA e, se possível e desejável, com a Rússia.

O excepcionalismo americano é um problema menor para os europeus e, apesar dos efeitos colaterais que isso tem ou possa vir a ter, as vantagens ainda são maiores que as desvantagens.

No século XXI, ao que tudo indica, a nova economia capitalista está migrando para o Extremo Oriente e para o Sudeste Asiático. Manter o progresso alcançado pelos europeus no séc. XX poderá ser uma tarefa vital para os interesses vitais dos EUA, mas também da Rússia. E, diferentemente do que afirma HOPKINSON (2001, p. 31), os EUA ainda são indispensáveis na segurança europeia, sobretudo na liderança da mesma.

Seria a expansão da OTAN uma ação pérfida contra a Rússia em seu momento mais vulnerável? Durante mais de três séculos a Grã-Bretanha jogou o *balance of power* com as demais potências do continente e, por isso, foi ironicamente batizada de Pérfida Albion. Estaria a Aliança Atlântica hoje, bem como os EUA, utilizando a mesma tática?

Sob o nosso prisma interpretativo, o que difere o atual alargamento da OTAN das estratégias anteriormente praticadas pela Grã-Bretanha é que, agora, o equilíbrio não mais é o fim último, uma vez que tal alargamento não visa equilibrar o poder no continente europeu, mas aniquilar estrategicamente a Rússia. Tal avanço, bem como a política do estaticídio dos potenciais aliados russos acabaram não por equilibrar o poder, mas por gerar uma preocupante situação de desequilíbrio com finalidades aniquiladoras.

3.19 O Rimland no século XXI

O alargamento da OTAN acabou por repetir o erro que Spykman havia advertido os EUA durante a Segunda Guerra Mundial, isto é, a destruição do poder militar de potências no *Rimland*, pode não ser a melhor estratégia. À época, Spykman se referia ao Japão e à Alemanha, o que acabou por beneficiar a posição estratégica dos soviéticos no *Heartland* e dificultou a contenção dos mesmos por parte dos EUA. Hoje, porém, escolheu-se, ao invés de uma política de estratégia cooperativa de longo prazo com a

Rússia, a tentativa de aniquilação militar e estratégica da mesma, o que acabou por recriar o perigo russo, hoje muito mais próximo dos chineses do que dos europeus. Uma coalizão russo-chinesa na Eurásia tornará muito mais complicada a tarefa de contenção no *Rimland* por parte dos aliados ocidentais. Ao invés disso, se prevalecesse a ideia de que a Rússia poderia, de algum modo, contribuir para uma aliança com o ocidente, a tarefa de contenção chinesa seria mais eficaz. Entretanto, questões ideológicas acabaram por sobrepujar o interesse geoestratégico, que está beneficiando a fragmentação do *Rimland* entre potências mundiais e regionais e tornando o equilíbrio de poder cada vez mais distante.

O mundo pós-guerra ainda será um mundo de descentralização do poder com zonas autônomas no Extremo Oriente, na América do Norte e na Europa, e as relações entre essas três zonas continuarão a dominar a política mundial. Basicamente, a nova ordem mundial não diferirá da velha e a sociedade internacional continuará a operar com os mesmos padrões de poder fundamentais. Será um mundo da política de poder em que os interesses dos Estados Unidos continuarão a exigir a preservação de um equilíbrio de poder na Ásia e na Europa... e continuarão exigindo nossa participação na vida política das zonas transoceânicas nos tempos de paz. (SPYKMAN, 1942, p. 461) [tradução nossa]

A pergunta que fazemos em relação a essa constatação de Spykman é: como preservar o equilíbrio de poder na Ásia e na Europa nessa política de quase incentivo da aproximação estratégica da Rússia com a China? A resposta a essa pergunta passará, certamente, pela orientação estratégica que a OTAN tomar de agora em diante.

3.20 O Fim da URSS e a expansão da OTAN para leste

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), foi criada em 1949 com o intuito de formar uma aliança defensiva contra um possível ataque militar por parte da então União Soviética. Seu primeiro secretário-geral, Lord Ismay, cunhou uma frase que viria a ser lembrada como o *slogan* da real função da organização: “*to keep the Americans in, the Russians out and the Germans down*”⁴²³.

⁴²³ BANDEIRA, Luiz. A. Moniz. *A Desordem Mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 53.

Tal organização cumpriu o desígnio de Lord Ismay, pois manteve a supremacia militar dos EUA na Europa, conteve a União Soviética e submeteu a Alemanha. E esse objetivo perdurou mesmo depois do fim da Guerra Fria, inclusive, com ações agressivas como a ocorrida durante o ataque a ex-Iugoslávia em 1999. É importante ressaltar que a visão do “*Russians out*” perdura até hoje, tanto na percepção russa que vê a OTAN como uma ameaça latente aos interesses nacionais russos quanto nos países do leste europeu que adentraram na organização, fundamentalmente para manter os russos fora de seus territórios.

Por que a URSS decidiu morrer pacificamente? Uma grande parte da resposta foi a compreensão, explícita segundo alguns, mas nunca formalmente codificada, de que o Ocidente não tiraria vantagem estratégica do recuo de Moscou. Se Moscou tivesse imaginado que o Ocidente expandiria a OTAN às suas portas, o Pacto de Varsóvia e a própria URSS provavelmente não teriam expirado pacificamente. (MCCORNELL, 2014)

De acordo com Owens Harries⁴²⁴, não era o objetivo da OTAN expandir-se para o Leste, apenas restaurar a independência dos países da região.

O fator crítico, à época, era o destino da Alemanha, maior potência da Europa e fonte dos maiores conflitos do século XX. Poderia a Alemanha ser reunida como parte da OTAN? Evidentemente, sim.

A medida que o processo prosseguia, guiada pelos EUA, a Rússia foi informada de forma bastante explícita que a ideia ocidental não era levar a OTAN até suas fronteiras⁴²⁵.

“Em 1990, o Ocidente nos disse claramente que a dissolução do Pacto de Varsóvia e a Reunificação Alemã não levariam à expansão da OTAN. Não exigimos garantias escritas, porque na atmosfera eufórica da época teria parecido quase indecente”. (KARAGANOV *apud* MCCORNELL, 2014)

⁴²⁴ MCCORNELL, Scott. *NATO Wrong Turn*. **The American Conservative**. 28 de Março de 2014. Disponível em: <http://www.theamericanconservative.com/articles/natos-wrong-turn/>

⁴²⁵ Ibidem.

Em recente publicação pelo Arquivo Nacional da George Washington University⁴²⁶, revelou-se documentos desclassificados que comprovam que, no encontro do então Secretário de Estado dos EUA, James Baker, e o líder soviético Mikhail Gorbachev, em 9 de fevereiro de 1990, Baker teria dito que a OTAN não avançaria “uma polegada em direção a leste” (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2017). Segundo esse estudo, houve uma verdadeira cascata de promessas (sic) dos líderes ocidentais a Gorbachev durante o processo de reunificação alemã entre 1990-91.

O presidente George H.W. Bush havia assegurado a Gorbachev durante a cúpula de Malta em dezembro de 1989 que os EUA não aproveitariam as revoluções na Europa Oriental para prejudicar os interesses soviéticos; mas nem Bush nem Gorbachev naquele momento (ou, por sinal, o chanceler alemão ocidental Helmut Kohl) esperavam tão cedo o colapso da Alemanha Oriental ou a velocidade da unificação alemã. (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2017) [tradução nossa]

Tal compromisso foi como um acordo entre duas namoradas de não seduzirem o marido da outra. E, logo, essa euforia acabou, uma vez que a namorada mais versátil logo seduziu a Polônia, a Hungria e a Rep. Checa. Em seu ensaio de 1997, Owen Harries⁴²⁷ descreveu a decisão de expandir a OTAN como *ominosa*⁴²⁸, pois os EUA haviam decidido projetar seu poder em uma região altamente sensível.

O presidente Bill Clinton violou tais compromissos assumidos entre os então presidentes George Bush (pai) e Mikhail Gorbachev de que haveria o compromisso da OTAN de não avançar para além das fronteiras da antiga Alemanha Oriental em direção a leste como condição da reunificação da mesma com a Alemanha Ocidental. A União Soviética, e mesmo depois a Rússia, cumpriram a sua parte, os EUA, não.

O romantismo idealista tomou lugar ao realismo precavido e os russos se esqueceram de que compromissos não escritos não são compromissos.

⁴²⁶ Disponível em: https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/russia-programs/2017-12-12/nato-expansion-what-gorbachev-heard-western-leaders-early#_edn2

⁴²⁷ HARRIES, Owen. *The Danger of Expansive Realism. The National Interest*. Inverno de 1997. Disponível em: <http://nationalinterest.org/article/the-dangers-of-expansive-realism-551>

⁴²⁸ Ominoso: que gera ódio; funesto; detestável; execrável.

Mas por que a OTAN traiu esses compromissos? Na concepção de Scott McCornnell⁴²⁹, a vitória expansionista da OTAN se deu, em parte, pela força burocrática da mesma, que precisava de uma justificativa para continuar existindo. E também devido à campanha eleitoral de Clinton que, para conquistar eleitores de origem polaca e do leste europeu, prometeu expandir a OTAN para “protege-los”. Parte também foi devido aos falcões neoconservadores que continuavam tendo a visão da Guerra Fria, pregando uma cruzada democrática na Europa Oriental. Além disso, havia também uma questão “moral” de que deveríamos “fazer o certo” com os europeus do Leste que, por duas vezes, foram abandonados à própria sorte – primeiro em Munique⁴³⁰, depois em Yalta⁴³¹.

Um outro aspecto, alertado por (HOPKINSON, 2001, p. 26), seria o fato de que a colaboração imperativa e harmoniosa entre europeus e norte-americanos, após o desmanche do império soviético, não ser tão mais óbvia. Sem uma ameaça que os unia, até que ponto ambos estariam dispostos a pagar o preço (inclusive monetário) de tal arranjo de segurança? Precisariam de uma nova ameaça para continuar unidos? Se sim, a expansão da OTAN acabou por recriar tal ameaça e, novamente, os russos tornaram-se o elemento unificador a ser combatido.

Inconscientemente ou não, a criação de um novo motivo para manter os laços estratégicos entre europeus e norte-americanos foram prontamente tomados. O então assessor de Segurança Nacional, Anthony Lake, junto com o secretário de Estado, Warren Christopher, incitou o presidente Bill Clinton a aproveitar o *vacuum* deixado pelo fim da URSS e aprofundar a hegemonia americana na Europa⁴³².

Em 1995, entretanto, houve a primeira reação estratégica a este plano dentro dos EUA. Theodore Sorensen, ex-assessor e amigo do ex-presidente Kennedy, publicou

⁴²⁹ MCCORNELL, Scott. *NATO Wrong Turn*. **The American Conservative**. 28 de Março de 2014. Disponível em: <http://www.theamericanconservative.com/articles/natos-wrong-turn/>

⁴³⁰ Também conhecido como Pacto de 1938, assinado em 29 de setembro de 1938, onde as potências ocidentais (Inglaterra, França e Itália) concederam a região dos Sudetos, na então Tchecoslováquia, à Alemanha nazista. O então primeiro-ministro britânico Arthur Neville Chamberlain teria sido recibo como herói em Londres por ter evitado a guerra. Winston Churchill teria dito ao mesmo: “*Entre a desonra e a guerra, escolheste a desonra, e terás a guerra!*”

⁴³¹ Conferência de Yalta, realizada entre 4 e 11 de fevereiro de 1945, na cidade homônima na Criméia. Participaram os então líderes da União Soviética (Josef Stálin), dos Estados Unidos (Franklin Roosevelt) e da Inglaterra (Winston Churchill). Nessa conferência, ficou acertado que o Leste europeu ficaria sob influência soviética.

⁴³² ANDERSON, Perry. *American Foreign Policy and his Thinkers*. Londres: New Left Review, 2013, p. 152.

um artigo no jornal *The Washington Post* assertivamente contra a política exterior do presidente Clinton, assinalando que era difícil de imaginar uma mais provocativa decisão tomada sem a devida consulta e consideração sobre suas consequências. (BANDEIRA, 2016, p. 113)

Esta foi a primeira reação ocidental para com a Rússia, demonstrando que para os interesses do Ocidente, um equilíbrio de poder com a Rússia não era prioridade, ou melhor, sequer era considerado, embora isso pudesse ter consequências graves para o cenário internacional nas próximas décadas.

A 5 de fevereiro de 1997, o antigo estrategista da contenção soviética, George Keenan, publicou um artigo no jornal *The New York Times* condenando tal atitude e dizendo que “essa expansão da OTAN poderá vir a ser o mais fatídico erro da política americana de toda a era pós-Guerra Fria”⁴³³

“Tal decisão irá insuflar as tendências nacionalistas, antiocidentais e militaristas da opinião russa; terá um efeito adverso no desenvolvimento da democracia russa; restaurará a atmosfera da Guerra Fria nas relações Leste-Oeste; e impulsionará a política externa russa em direções opostas ao nosso gosto. E, por último, e não menos importante, poderia tornar muito mais difícil, senão impossível, assegurar a ratificação do Parlamento Russo ao acordo START II e conseguir a redução dos armamentos nucleares”. (KENNAN, 1997)

Foi exatamente isso o que ocorreu: a ascensão de tendências nacionalistas russas (incluindo aí o Neoeurasianismo), o aumento do sentimento antiocidental e a revalorização do poder militar russo como reação a tal acercamento da OTAN.

O saudoso estrategista americano lembrou muito bem que tal situação é perigosa e lamentável, considerando a falta total de qualquer necessidade para este movimento e que tais garantias da OTAN de que seu movimento não representaria uma intenção hostil nunca foi totalmente aceita pela opinião russa, que continuaria a encará-la como um repúdio por parte do Ocidente e, provavelmente, buscariam em outro lugar as garantias de um futuro seguro e mais esperançoso para si mesma. (KENNAN, 1997).

⁴³³ KENNAN, George. “A Fateful Error”. *The New York Times*, 05/02/1997. Disponível em: <http://www.netwargamingitalia.net/forum/resources/george-f-kennan-a-fateful-error.35/>

Kennan era excessivamente presciente, pois a reação negativa da Rússia não surgiu imediatamente. Moscou, diante de uma insurgência chechena mais imediata e letal, parecia distraída demais para se concentrar na OTAN. Seria preciso meia-geração antes que a expansão da OTAN se tornasse uma questão obviamente sensível.⁴³⁴

Ainda em 1997, o ex-embaixador britânico em Moscou, escreveu um artigo para a revista inglesa *Prospect Magazine* onde perguntava:

“... qual seria o melhor caminho para os vencedores depois de uma guerra? O modelo de 1815, quando uma França derrotada foi trazida para o ‘Concerto Europeu’; o de 1945, quando a Alemanha, ou boa parte dela, foi integrada ao Sistema Ocidental; ou Versalhes, onde após a Primeira Guerra Mundial uma derrotada Alemanha fora humilhada e obrigada a pagar uma forte imposição? (BRAITHWAITE, 1997)

Pode-se dizer que George Bush (pai) talvez pensasse nas linhas de 1815 ou 1945. Mas, gradualmente, sua política foi revertida por seus sucessores; primeiro pela dupla Clinton-Albright, depois por seu filho George W. Bush e, agora, por Obama pressionado por sua assessora beligerante Victoria Nuland⁴³⁵.

Em seu clássico livro, O Grande Tabuleiro Mundial (*The Grand Chessboard*), Zbigniew Brzezinski, lamenta o fato de que a configuração geopolítica dos limites da Europa não seja a mesma da Europa completa⁴³⁶, que é muito maior e vai muito além.

Tal Europa “completa”, se formos analisar a configuração geográfica dos países europeus, começa em Lisboa e termina em Vladivostok. Entretanto, nem a UGI⁴³⁷ a considera assim, pois determina que o continente europeu finda nos Montes Urais, na Rússia; nem mesmo as estruturas geopolíticas refletem tal realidade. Pode-se dizer que, tanto o continente europeu não abarca todo o espaço ocupado por europeus, como também as instituições que se autodenominam europeias (OTAN e União Europeia) estão bem aquém do espaço europeu completo.

⁴³⁴ MCCORNELL, Scott. *NATO Wrong Turn*. **The American Conservative**. 28 de Março de 2014. Disponível em: <http://www.theamericanconservative.com/articles/natos-wrong-turn/>

⁴³⁵ Atual porta-voz do Departamento de Defesa dos EUA. É considerada anti-russa, anti-muçulmana e pró-sionismo. Nuland teria dito: **Fuck, the EU!**, na ocasião em que era, à época, subsecretária de Estado para a Europa, em um telefonema com o embaixador americano em Kiev, Geoff Pyatt, quando discutiam os próximos passos a seguir para tentar resolver a crise pelos protestos em favor da democracia naquele país.

⁴³⁶ BRZEZINSKI, Z. *El Gran Tablero Mundial*. Barcelona: Paidós, 1998, p. 88

⁴³⁷ União Geográfica Internacional.

Entretanto, tal visão da possível “Europa completa” é demasiado idealista, pois desconsidera os espaços de influência das potências. E, no espaço europeu, esses espaços são muitos e se sobrepõem, às vezes. Além do mais, há uma clara confrontação entre o que seria o espaço de influência da OTAN e o da Rússia.

“... além de ser uma civilização, a emergente Europa unida é também um modo de vida, um estandarte de vida e uma organização política com procedimentos democráticos compartilhados que não suporta o peso de conflitos étnicos nem territoriais”. (BRZEZINSKI, 1998, p. 88)

O que é incoerente nessa assertiva de Brzezinski é que ocorreu, justamente, um forte conflito étnico e territorial logo após o final da Guerra Fria, bem no coração da Europa. A Guerra Civil Iugoslava foi o maior morticínio desde a Segunda Guerra Mundial e ocorreu à margem da influência russa, que estava à época com sua economia em frangalhos.

É bem verdade que o equilíbrio europeu é muito frágil e não suportaria um conflito territorial amplo sem a interferência tanto dos Estados Unidos quanto da Rússia. Tal conflito levaria, necessariamente, a um confronto de ambas potências.

Cabe aqui um estudo sobre a “fronteira” que a Ucrânia representa. Seria a mesma o *limes* da civilização ocidental? Pode-se considerar a Ucrânia – inclusive a origem etimológica do nome “*ukraina*” significa fronteira – como sendo a zona de fronteira russa, isto é, a área após a hinterlândia?

Tal acercamento às fronteiras russas não é de hoje retratado com insensato. Bismarck mesmo já advertia do perigo de ter a Rússia como inimigo e que, em nome da estabilidade política da Alemanha que governava, necessitava relações amistosas com a Rússia, entre as quais não havia nenhuma fronteira natural que as separasse. Ademais, considerava os projetos pangermânicos de obter novos territórios nas costas da Rússia uma loucura⁴³⁸. Bismarck tinha como princípio o equilíbrio de poder e sabia que, para a longa sobrevivência do estado alemão que acabara de ajudar a fundar, era

⁴³⁸ STRAUSZ-HUPÉ, Robert. *Geopolítica: la lucha por el espacio y el poder*. México: Editorial Hermes, 1945, p. 52.

preciso muita cautela em relação ao poder terrestre russo; e, qualquer tentativa de afrontamento com o continentalismo russo resultaria numa desgraça para a Alemanha.

O que se presenciou no alargamento da OTAN não foi uma ponderação equilibrada quanto a contrução de uma nova ordem que considerasse diversos players, mesmo que em consonância com os EUA. Já em 1997 o eminente geoestrategista americano Zbigniew Brzezinski expressava a real intenção dos EUA em aproveitar essa oportunidade histórica para marcarem território:

Chegou a hora dos Estados Unidos formularem e executarem uma geoestratégia integrada, extensa e de longo prazo para toda a Eurásia. Essa necessidade deriva da interação de duas realidades fundamentais: os EUA são atualmente a única superpotência global e a Eurásia é o principal campo de jogo do planeta. A partir daí, o que suceder com a distribuição de poder no continente eurasiático terá uma importância decisiva para a primazia global e para o legado histórico dos EUA. (BRZEZINSKI, 1998, p. 197) [tradução nossa]

A conquista da Eurásia, ou das posições no *rimland*, era a tarefa geoestratégica fundamental dos EUA na visão de Brzezinski, e o alargamento da OTAN atenderia a dois objetivos: estabelecer as bases norte-americanas cada vez mais no interior do continente eurasiático e enfraquecer as posições da Rússia. A ideia geoestratégica central, portanto, não era de equilíbrio, mas de aniquilação. [ver Mapa 22]

Mapa 22 - A supremacia dos EUA na Eurásia segundo Brzezinski

Fonte: adaptado de Brzezinski (1998)

Nesse processo geopolítico amplo, a posição da Europa seria central, e não apenas dos aliados tradicionais dos EUA, mas do imenso espaço que, com o colapso soviético, ficou a deriva e representava uma plataforma de ampliação do poder dos EUA/OTAN nunca antes presenciada, pelo menos não enquanto possibilidade de expansão sem uma reação imediata da Rússia. Para Brzezinski (1998), tinha chegado a hora de agir. “Na Europa, os jogadores-chave seguirão sendo a França e a Alemanha e a principal meta dos Estados Unidos deveria ser a de consolidar e ampliar a existente cabeça-de-ponte democrática na periferia ocidental da Eurásia” (BRZEZINSKI, 1998, p. 197). Essa cabeça-de-ponte foi, passo a passo, construída rumo a leste: primeiro a França tornou-se um aliado fundamental após as duas guerras mundiais, depois a Alemanha Ocidental – e posteriormente à reunificação, toda a Alemanha Federal –, depois com a Polônia sendo incorporada à OTAN em 1999 e, já desde a publicação de seu livro em 1997, Brzezinski já manifesta seu interesse de sacar a Ucrânia da esfera russa e coloca-la como cabeça-de-ponte do Ocidente. [vide Mapa 23]

Mapa 23 - A cabeça-de-ponte ocidental na Europa segundo Brzezinski

Fonte: BRZEZINSKI (1998)

Brzezinski e sua estratégia aniquiladora desconsiderou os conselhos de Kennan, bem como os princípios-chave do realismo, pois acreditava, juntamente com o *establishment* liberal que comandava a política externa norte-americana, que a lógica da ordem assentada sobre a rivalidade das potências havia chegado ao fim. A Rússia havia chegado ao fim na cabeça de Brzezinski. John Mearsheimer (2014) acrescenta que boa parte desse *staff* via a hegemonia americana como um “idealismo benigno”⁴³⁹, mas não era o caso do experiente Brzezinski. Para esse, era a oportunidade de ouro para liquidar a potência russa.

O alargamento da OTAN deu-se a partir de dois momentos críticos: o primeiro, em 1999, adicionando a Polônia, a Rep. Tcheca e a Hungria [ver Mapa 24], o que já sinalizava para Moscou de que as promessas de não expansão tinham sido palavras ao vento. Essa fase se fez estabelecer convencendo os europeus “de que a ideia da geopolítica já não era importante e que uma ordem liberal *all-inclusive* poderia manter a Europa em paz” (MEARSHEIMER, 2014).

Já na segunda – e mais crítica – etapa de expansão, em 2004, não dava mais para vender a ideia de que se tratava apenas de uma questão de segurança europeia, uma vez que a OTAN incorporou a Estônia, a Letônia e a Lituânia, países que nunca foram vitais para o espaço de segurança europeu, mas que, inversamente, o eram para a segurança russa, o que se caracterizava como uma afronta direta à Rússia, uma vez que a Aliança Atlântica agora estava em suas fronteiras. Adicional a isso, foram incorporadas a Romênia e a Bulgária, o que representava um cerco marítimo da OTAN ao sul e a oeste do Mar Negro. [ver Mapa 24]

A Aliança Ocidental, agora, era uma ameaça real e presente territorialmente nas fronteiras russas, embora, como ressaltou Mearsheimer (2014), houvesse pouca oposição realista nos EUA a respeito desse empreendimento. “Os liberais passaram a dominar tão completamente o discurso sobre a segurança europeia nessas décadas que mesmo quando a aliança adotou uma política de crescimento de portas abertas, houve pouca resistência” (MEARSHEIMER, 2014).

⁴³⁹ MEARSHEIMER, John J. *Why the Ukraine Crisis is the West's Fault*. **Foreign Affairs**. Outubro de 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>

Mapa 24 - A Expansão da OTAN

Fonte: Council on Foreign Relations⁴⁴⁰

A ação era geopolítica, o discurso era liberal, mas a ameaça era real para a Rússia, que não haveria de reagir e perceber tudo isso da forma construtivista, mas sim na mais clássica forma do realismo.

Em essência, os dois lados têm operado com diferentes cartilhas: Putin e seus compatriotas tem pensado e agido com base nos ditames realistas, enquanto seus homólogos ocidentais têm aderido a ideais liberais sobre a política internacional. O resultado foi que os Estados Unidos provocaram uma grave crise na Ucrânia. (MEARSHEIMER, 2014) [tradução nossa]

Até a segunda etapa da expansão da OTAN, a Rússia não havia feito nenhum movimento geoestratégico ou militar, inclusive até deixou um aliado histórico seu, a Sérvia, ser atacada pela OTAN em 1999 sem ter reagido como deveria. Com a presença da OTAN, a partir de 2004, em suas suas fronteiras, tudo isso iria mudar. Pode-se mesmo atribuir suas ações na Geórgia, em 2008, e na Crimeia em 2014-15 como uma resposta a esse alargamento ocidental inconsequente.

⁴⁴⁰ Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/north-atlantic-treaty-organization-nato>

Até mesmo Noam Chomsky, esquerdista radical, crítico contundente do autoritarismo russo, expressou sua preocupação acerca da insana colocação da máquina bélica da OTAN na fronteira russa. Segundo ele, “se a Rússia colocasse suas tropas no México, o mundo já teria vivido uma guerra nuclear”⁴⁴¹. Há cerca de 200 mil soldados americanos permanentemente estacionados ao longo do *rimland* eurasiático [vide Mapa 25] e, ao que tudo indica, essa presença não dá sinais de mudança a longo prazo.

Mapa 25 - Tropas americanas estacionadas permanentemente (2017)

Fonte: SIPER⁴⁴²

3.21 O *Intermarium*: a face institucional da contenção

Paralelamente às ações da incorporação militar dos países do antigo bloco soviético na Europa oriental, uma antiga ideia geopolítica renasceu, a da consolidação

⁴⁴¹ Entrevista dada a jornalista Carmen Aristegui, da CNN em Español, em 22 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G0I8lJdg5to>

⁴⁴² Disponível em:

<https://www.siper.ch/en/assets/uploads/files/diagrams/SIPER%20Grafik%20TOP-10%20der%20am%20staerksten%20von%20US-Soldaten%20besetzten%20Laender%20im%20Jahr%202017.pdf>

do *intermarium*, uma antiga pretensão polaca de dominação da região entre os mares Báltico, Adriático e Negro.

Nascida da ideia do antigo ditador da Polônia, Jozef Pilsudski (1867 – 1935), que fora líder da Segunda República Polonesa, entre 1926-35, visava criar uma Polônia multicultural composta por diversos povos do Leste Europeu, notadamente lituanos e ucranianos sob a égide dos polacos, e assim reconstruir o grande Estado Polaco-Lituano de outrora e que chegou mesmo a ser mais poderoso que a Rússia. Esse Estado seria uma espécie de federação, a federação do *Intermarium* (*Miedzymorze*, em polonês, e que significa “entre os mares”), uma espécie de *commonwealth* eslava sob liderança da Polônia.

Geopoliticamente, pode-se colocar o conceito de *intermarium* como sendo uma resposta ao de *lebensraum* (alemão) e do pan-eslavismo (russo). Embora desconsiderando fatores geográficos importantes, esse conceito alegava razões geopolíticas significativas: zona de influência, *buffer-zone* e *rimland*. É inerente ao *intermarium* a sua posição no *rimland* eurasiático como uma grande *buffer-zone*. Umland (2008) argumenta que a própria ideia de Europa era dissociada dos países do Leste, uma vez que a civilização europeia era associada à Europa ocidental e germânica.

Esse sonho federativo de Pilsudski já não teria sentido pleno atualmente, visto que quase todos os países da região já se encontram sob a UE e a OTAN⁴⁴³, porém algumas construções como o Grupo de Visegrad⁴⁴⁴ e, sobretudo, o *Three Seas Initiative* possuem um ideário similar à ideia geopolítica do *intermarium*, pelo menos de forma subjacente.

Uma das manifestações disso é o papel polonês para ampliar a OTAN na região. De acordo com Kieniewicz (1997, p. 56), “a Polônia quer e deve interceder pela vinculação da Bielorrússia na OTAN, uma vez que esse país é inseparável da parte da Europa que deveríamos voltar a chamar de *intermarium*” (KIENIEWICZ, 1997, p. 56). Kieniewicz também encarna o que Mearsheimer (2014) chamou de ideário liberal, ou

⁴⁴³ UMLAND, Andreas. *How to Solve Ukraine's, Moldova's and Georgia's Security Dilemma? The Idea of a Post-Soviet Intermarium Coalition*. **Foreign Policy Association**. 24 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://foreignpolicyblogs.com/2018/08/24/how-to-solve-ukraines-moldovas-and-georgias-security-dilemma-the-idea-of-a-post-soviet-intermarium-coalition/>

⁴⁴⁴ Grupo fundado em 1991 pela Polônia, Rep. Tcheca, Eslováquia e Hungria, no intuito de promover a integração econômica, energética e militar desses países.

seja, um discurso liberal ofuscando a realidade geopolítica. Isso fica claro na declaração de Kieniewicz de que “o preço da consolidação da democracia é o rechaço da dominação geopolítica com vistas ao fortalecimento de sua própria identidade e da melhoria do bem-estar” (KIENIEWICZ, 1997, p. 58).

Apesar de dizer que a Polônia estava se afastando de projetos geopolíticos, Kieniewicz vê como uma necessidade de a mesma atuar também fora de suas fronteiras, promovendo a democracia e o Estado de Direito em toda a região pós-soviética⁴⁴⁵. Assim, a Polônia complementaria a ideia de Brzezinski de anulação geopolítica da Rússia e assumiria uma influência mais direta na Ucrânia. É, portanto, uma ação geopolítica que nega, em discurso, a geopolítica.

Kieniewicz (1997, p. 63) ainda ressalta que Yalta é um símbolo de dominação e que é preciso alterar isso. E, em nome da segurança europeia, não se deve resignar a expandir a OTAN para leste, pois assim Moscou acabaria por fazer mais reivindicações. Se isso não é geopolítica, o que é então? Entretanto, foi justamente o contrário que ocorreu, pois o incremento da ofensiva da OTAN estimulou a Rússia a ressurgir como potência militar. Esse é o típico erro de leitura dos liberais, atestado por Mearsheimer (2014), e que acaba por incitar justamente o dizem lutar contra.

Mais sincero e direto do que Kieniewicz é Andreas Umland que, num artigo de 2018, expressou que iniciativas apenas comerciais ou institucionais sem um substrato militar não irão conter a Rússia e que o ideal seria “unir as forças nacionais menores da Europa Central e Oriental contra um inimigo geopolítico militarmente mais poderoso, e que teria uma amplitude de Narva (Estônia) a Batumi (Geórgia)” (UMLAND, 2018). Portanto, além da OTAN, Umland propõe mais um acordo militar adicional para a região.

Se realista ou não; se é possível ou não, as ideias de Umland revelam uma certa dúvida quanto ao respaldo da OTAN à região. Talvez a desconfiança maior seja a de que, numa situação extrema de crise, a OTAN possa escolher não entrar numa guerra com a Rússia em nome de países tão pequenos, embora isso esteja assegurado em seu estatuto e, nos últimos 25 anos, a postura da aliança parece ir no sentido inverso a isso.

⁴⁴⁵ KIENIEWICZ, Jan. *Polonia en la OTAN*. **Política Exterior**. Vol. 11, nº 59. Outubro de 1997, p. 60

No intuito de promover o diálogo e a integração entre os países da Europa centro-oriental, em agosto de 2016 é fundado o Three Seas Initiative, uma iniciativa que visa incrementar a construção de uma rodovia ligando a Lituânia à Grécia (Via Carpathia) e uma infraestrutura de gás natural ligando terminais portuários na Polônia e na Croácia com os países sem acesso ao mar, de modo a incrementar essa rede de pipelines. [Ver Mapa 26]

Mapa 26 - Three Seas Initiative: o novo *Intermarium*

Fonte: elaboração própria

De acordo com o General James L. Jones, um projeto visando unir as infraestruturas energéticas dos três mares deveria ser uma prioridade estratégica na Administração Trump. “Este é um projeto verdadeiramente transatlântico que tem

enormes ramificações geopolíticas, geoestratégicas e geoeconômicas”, afirmou o general⁴⁴⁶.

Essa ideia se parece muito com a do *Belt and Road Initiative* chinês, interligando países sem saída para o mar com outros com portos marítimos, numa ampla rede de comunicação. O general Jones ainda afirmou:

O Three Seas Initiative é um verdadeiro projeto de segurança do século XXI [...] é um projeto que vai além do bem-estar econômico da Europa [...] a forma como os europeus centro-orientais olham para o mundo e para as ameaças que enfrentam está muito mais alinhada com forma como os americanos olham o mundo do que com o de nossos tradicionais aliados na Europa Ocidental. (ANSLEY, 2017) [tradução nossa]

A estrutura visa atender às emergências caso o gás russo ou norueguês venha a ser cortado algum dia e citam o caso da Polônia – exemplo na questão – que desde 2015 conseguiu estruturar uma rede que permite importar gás liquefeito GNL de várias fontes externas, bem como permite a entrada do mesmo para toda a Europa⁴⁴⁷. Entretanto, de acordo com ANSLEY (2017), Bruxelas não está muito disposta a financiar tamanho projeto, daí a necessidade dos EUA apostarem seus investimentos nesse constructo.

3.22 A China no *Rimland* e a possibilidade de confrontação

No mundo pós-Guerra Fria, estaria o *rimland* sendo paulatinamente ocupado pela China? A contenção russa promovida pela OTAN e a decorrente prática do estaticídio estão contribuindo para a presença chinesa nas fímbrias da Eurásia. O projeto *Belt and Road Initiative* é a prova disso e reforça a ideia de Spykman e Mearsheimer de que uma aliança com a Rússia no decorrer do século XXI seria a solução mais equilibradora para conter o colosso chinês. Do contrário, é bem possível que a China e a Rússia se aproximem cada vez mais, dominem o *Heartland* e boa parte do *Rimland* e, com isso, tornem a próxima guerra total uma realidade.

⁴⁴⁶ ANSLEY, Rachel. *Making the Three Seas Initiative a Priority for Trump*. **Atlantic Council**. 3 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/making-the-three-seas-initiative-a-priority-for-trump>

⁴⁴⁷ Ibidem.

O projeto *Belt and Road Initiative* que a China promove hoje se materializa basicamente na *buffer-zone* envoltória do *heartland*, denominada por Spykman por “*rimland*”, bem como no oceano marginal Índico e no continente africano.

É possível entender essa projeção chinesa como uma contra-contenção ou apenas uma sobreposição geoeconômica?

Mapa 27 - O *Belt and Road Initiative* da China

Fonte: Herbert Smith Freehills⁴⁴⁸

A presença econômica chinesa, mas também política, ao longo de todo o *rimland* também faz emergir algumas dúvidas e questionamentos. Até que ponto a China não representará uma ameaça também para a Rússia? Não estaria a China conquistando mais efetivamente o *rimland* do que os EUA através do BRI? Ao que tudo indica, embora seja arriscado querer especular qualquer desenrolar da geopolítica para o século XXI, as três grandes potências mundiais (EUA, Rússia e China) estão, pouco a pouco, fincando suas bases fortemente ao longo de toda a margem eurasiática (*rimland*). Isso certamente poderá se tornar uma zona de fricção geopolítica com eventuais conflitos entre as três esferas. Em algum momento, esses três poderes fortemente assentados numa mesma zona geográfica irão se chocar e, daí, se até então não haver

⁴⁴⁸ Disponível em:

https://www.herbertsmithfreehills.com/sites/contenthub_mothership/files/Website-graphics-1v2.png

um constructo que permita evitar um conflito de grandes proporções, estaremos mais próximos de uma grande guerra. A Eurásia e a Ásia do Pacífico não só estão atraindo os fluxos econômicos do mundo como também estão aproximando três mundos geopolíticos distintos [ver Figura 11], o que tenderá a ficar cada vez mais claustrofóbico politicamente. Se a lógica da confrontação persistir, como os eventos recentes indicam estar ocorrendo, ao invés de um apaziguamento visando o equilíbrio de poder, poderemos assistir nas próximas décadas um modelo conflituoso [ver Figura 11] que dificilmente poderá ser apaziguado, e onde a paz e a ordem internacional poderão ser as primeiras vítimas.

Figura 11 - Modelo de confrontação na Eurásia e na Ásia do Pacífico

Fonte: elaboração própria

Diante do que relatamos neste capítulo, é mister recordar as palavras de Bertrand de Jouvenel que dizia que “não é a vontade do ambicioso nem a necessidade do atacado que, por si sós, explicam a imensidade dos meios atualmente empregados” (JOUVENEL, 1998, p. 25), uma vez que tais meios são apenas reflexo do poder dos que o possuem, seja em nome do ataque ou da defesa.

A vontade de poder, aliada ao vácuo deixado pelo oponente, permitiu que a Aliança Atlântica avançasse rumo a leste, o que de fato ocorreu com relativo sucesso e

sem uma reação positiva por parte da Rússia até meados da primeira década do séc. XXI. Entretanto, a partir de 2008 as coisas efetivamente tomaram um rumo diferente, e as reações russas se manifestaram inclusive territorialmente. Daí, passou-se a divulgação do *expansionismo russo*, do *perigo russo* e de outras alcunhas do gênero. Mas, quem realmente começou uma expansão não foi a Rússia, essa apenas reagiu – por vezes de forma autoritária e violenta – mas, especialmente em geopolítica, quem dá o primeiro tiro é o responsável pelo processo decorrente, não quem reage a ele. E a reação, quase nunca, é formosa ou cristalina.

3.23 Uma constatação trágica

Ao criticar àqueles que defendiam a ausência dos EUA dos assuntos militares fora do hemisfério ocidental, Nicholas Spykman, em 1942, advertia que: “não há na história das relações internacionais ou na natureza da política de poder que nos permita supor que, no caso da conquista do Velho Mundo pela aliança eurasiática, a luta pelo poder cessaria automaticamente” (SPYKMAN, 1942, p. 389). O mesmo vale para a conquista da Europa continental pela OTAN, uma vez que nada pode garantir que a mesma finde seu alargamento ou sua busca pelo poder. Como vimos nas análises anteriormente expostas, não há uma fronteira delimitada para os limites da OTAN e, tais limites obedecem uma lógica de crescimento orgânico, em sintonia com uma das leis do crescimento geopolítico de Ratzel.

Portanto, o que espera pela humanidade é uma realidade de conflito no séc. XXI. Não é possível afirmar ou crer que a Aliança Atlântica irá parar de se desenvolver ou requerer mais espaço, da mesma forma como a Rússia também não parece estar disposta a assistir todo esse processo sem esboçar nenhuma reação. Adicional a isso, vemos nascer o poder chinês, conquistando a cada dia mais posições no *Rimland* e nos oceanos marginais, o que irá compor um elemento a mais de conflito nesse cenário.

A contenção da Rússia na Europa se faz de maneira multidimensional, seja por meios militares, encapsulando os mares interiores do continente [ver Mapa 28] na tentativa de controlar a saída das águas quentes da Rússia e onde estão suas bases navais mais importantes; seja através da construção de infraestruturas como o Three Seas Initiative ou pela insistência na presença da Aliança Ocidental no que chamamos

de buffer-zone que ainda separa a Rússia dessa aliança. O “sufocamento” russo está sendo feito por mecanismos diversos e isso certamente contribui para o acirramento das hostilidades e para a corrosão da ordem internacional, como veremos mais adiante.

Mapa 28 - A síntese cartográfica da contenção russa

Fonte: elaboração própria

A expansão orgânica da OTAN nos fará lembrar das leis ratzelianas e dos princípios de Kautsky, mas não apenas. Uma importante geógrafa do início do século XX, talvez a maior discípula do velho mestre de Leipzig, conseguiu sintetizar um princípio acerca das expansões das sociedades politicamente organizadas que hoje, aplicado à realidade de como se deu o alargamento da OTAN soaria como profético:

Qualquer coisa que aumente a força expansiva de um povo – o estabelecimento de um governo mais satisfatório pelo qual a **consciência nacional é desenvolvida**, como nas revoluções americana e francesa, o prosseguimento de uma guerra bem sucedida pela qual as energias populares são liberadas de uma antiga restrição,

o mero aumento da população, ou um impulso comunicado por alguma força hostil e irresistível por trás – terá como resultado um **avanço de fronteira** do povo em questão e uma retração correspondente da fronteira do seu vizinho. (SEMPLE, 1907, p. 389) [tradução e grifo nosso]

Seria exagero substituir a denominação “povo” de Miss Semple pelo tão corrente termo “civilização”? Se não, uma estrutura civilizacional organizada militarmente sob a forma de uma aliança repetiu exatamente as palavras da professora norte-americana um século depois. Considerada determinista e, por vezes, até mesmo racista, por pronunciar determinadas sentenças acerca de como os povos agem, Miss Semple acabou por revelar um preceito difícil de ser questionado cientificamente: o de que povos conscientemente organizados necessariamente acabam por alargar suas fronteiras. À época, obviamente, ela se referia à consciência nacional, mas isso foi metamorfoseado numa espécie de “consciência civilizacional”, ou mesmo “dos povos livres” nos dias atuais.

Podemos ressaltar que o avanço da fronteira não ficou tão somente na dimensão geográfica “terrestre”, como imaginava Miss Sempre, mas ganhou forma sob outras dimensões: o mar e, como veremos mais adiante neste trabalho, o espaço exterior. O fato é que, até hoje, a manifestação geográfica de um poder se manifesta no avanço de suas fronteiras, só que de forma multidimensional e não restrita apenas ao seu limite terrestre. A essência do raciocínio de Semple sobreviveu aos fatos e ao falseamento teórico, a OTAN e a Astropolítica ratificaram-no.

Cap. 4 – O *Estaticídio*: intervenção e (des)ordem mundial.

“Sempre que a paz – entendida como abstenção da guerra – foi o objetivo principal de uma potência, ou grupo de potências, o sistema internacional esteve à mercê do membro mais inescrupuloso da comunidade das nações”.

(Henry Kissinger)

Na história das relações internacionais não é incomum que países conspiram contra outros. Desde a Antiguidade isso ocorre e já foi mesmo até descrito como uma “arte da guerra”, por Kautilya na Índia Antiga, que já recomendava conspirar contra inimigos com o fim de enfraquece-los. Golpes de Estado, intervenções humanitárias e ações indiretas continuam ocorrendo até hoje, sobretudo financiados por uma grande potência. Tais ações são, aliás, uma das características das grandes potências: a capacidade de conspirar e intervir fora de seu espaço político territorial.

Entretanto, e se adicionarmos a isso o fator geopolítico, há um curioso fenômeno ocorrendo na última década: o do *estaticídio*. Por *estaticídio* entendemos as ações indiretas de uma ou mais potências em um determinado país com o objetivo de desestruturá-lo internamente enquanto Estado a fim de impedir que o mesmo se alie com uma potência oponente com o objetivo de formar uma estrutura de *checkerboard*. Geralmente essas ações ganham um aspecto ideológico específico (promoção da democracia) e também justificativas morais (libertação dos povos oprimidos, derrubada de um tirano, etc.), assim como a utilização de ferramentas como redes sociais e propaganda de massa difundida tanto pela internet quanto pelos canais convencionais de comunicação (rádio e tv), bem como promoção de grupos dissidentes (armados ou não) no intuito de criar uma “engenharia social” específica.

Portanto, o conceito de *estaticídio* decorre, diretamente, tanto de conceitos tradicionais da geopolítica clássica (*rimland*, *heartland*, *checkerboard*, *shatterbelt*) quanto do realismo das relações internacionais (*equilíbrio de poder*, *MAD*⁴⁴⁹).

Estudaremos como exemplos de ocorrência de *estaticídio* em três países representativos: a Líbia, a Síria e a Ucrânia.

⁴⁴⁹ *Mutual assured destruction* (Destruição mútua assegurada)

O imperativo da democracia liberal, baseada na concepção de política externa dos neoconservadores, não é, nem nunca foi, uma postura realista. Ao contrário, demonstra ser um idealismo, aniquilador, diga-se de passagem.

Na história mundial, valores nunca foram garantidores da paz. Geralmente, quando um valor se torna um princípio de expansão e justificativa de um império (ou de um Estado-Nação), tem-se, na verdade, o prenúncio da guerra. E, quase que certamente, o resultado não é apenas uma guerra, mas uma catástrofe.

[...] o mero fato de uma determinada nação ser uma democracia não implica que sua política externa seja necessariamente melhor ou mais esclarecida do que a de um Estado ditatorial; pois a ‘necessidade de arregimentar as emoções populares’, segundo Morgenthau, ‘não pode deixar de prejudicar a racionalidade da política externa em si’. Democracia e moralidade não são conceitos sinônimos. (KAPLAN, 2013, p. 26)

Podemos lembrar da Guerra de 1812, guerra pouco estudada e comentada, travada entre os EUA e a Inglaterra, duas democracias. O mito de que duas democracias não entram em guerra é facilmente contestado por essa e outras guerras travadas entre democracias durante a história contemporânea. No entanto, o fundamentalismo da difusão democracia liberal segue sendo a agenda política, militar e acadêmica dos EUA, assentada num idealismo que longe está de ser mais pacífico ou promotor de uma paz sistêmica, servindo mais como justificativa moral para uma potência (ou um grupo delas) difundir e estabelecer seus objetivos geoestratégicos.

4.1 - A Teoria da Paz Democrática como “*social engineering*”

A Teoria da Paz Democrática (TPD) tem como premissa a ideia de que estados democráticos se comportam de maneira distinta em relação aos não-democráticos. De acordo com (LAYNE, 1994, p. 5), “os formuladores que abarcam a teoria da paz democrática vêem um elo crucial entre a segurança nacional dos EUA e a disseminação da democracia”. Ou seja, não promover a implementação da democracia liberal em nível global colocaria os EUA numa posição desvantajosa em termos de segurança. Assim, os EUA estariam mais seguros quanto mais países adotarem a democracia (voluntariamente ou não), pois subjaz a ideia de que duas democracias não entrariam

em guerra uma com a outra, logo, como afirma Layne, tal espriamento serviria como um antídoto contra guerras futuras.

[...] alguns teóricos da Paz Democrática, como Bruce Russett, acreditam num sistema internacional que compreenderia uma massa crítica de estados democráticos, “que poderiam substituir os princípios realistas (a anarquia, o dilema de segurança dos Estados, etc.) que dominaram – com exceção dos liberais e idealistas – o sistema desde pelo menos o séc. XVII”. [tradução nossa] (LAYNE, 1994, p. 5)

Há dois pontos estruturais de interpretação na teoria da paz democrática:

- 1) A ausência de guerras entre democracias por conta de *restrições institucionais*; o impacto que isso teria na *opinião pública*, além dos freios e contrapesos na estrutura de um estado democrático;
- 2) A ausência de guerras se deve, sobretudo, pelo conjunto de *normas e cultura democráticas*, isto é, compromissos compartilhados com julgamento pacífico, etc.

De acordo com Layne (1994, p. 6), a primeira vertente não oferece uma explicação convincente para a ausência de guerras entre democracias. E, muitas vezes, a hostilidade entre duas democracias é declarada, como no exemplo das relações entre Inglaterra e França durante o século XIX, de 1815 até a chamada *Entente Cordiale*. Durante tal período, havia uma intensa rivalidade geopolítica dessas duas potências democráticas sobre a Bélgica, a Espanha e o Or. Médio, onde seus interesses se contrapunham. A ameaça era uma situação considerada por ambas potências. Vale lembrar que a própria ciência geopolítica surge nesse “caldo” de rivalidades nacionais; rivalidades entre democracias.

O ministro das relações exteriores inglês, Lord Palmerston, desconfiava profundamente das ambições francesas e insistia constantemente em que a Inglaterra mantivesse um poder naval suficiente para defender seus interesses contra qualquer desafio francês. (LAYNE, 1994, p. 6) [tradução nossa]

Outros exemplos são as relações conflituosas entre França e Itália no final da década de 1880; a Alemanha guilhermina; as crises marroquinas 1905 e 1911 e as

crises samoanas 1889-1899. A própria Primeira Guerra Mundial é um exemplo empírico da falácia da teoria da paz democrática. A guerra civil americana e a Guerra de 1812 são outros exemplos de conflitos entre democracias ou entes democráticos.

A teoria da paz democrática, porém, não afirma que estados democráticos são menos propensos à guerra, mas apenas que não atacam outras democracias. Em segundo lugar, se acaso democracias entram em conflito, elas jamais usam a força, porque consideram-na “ilegítima”.⁴⁵⁰

Voltando ao primeiro princípio da teoria da paz democrática, o de que constrangimentos institucionais fazem com que a guerra seja evitada, isto é, em estados democráticos a decisão nunca é unilateral e obedece a um ritual amplo e variado de decisores. O executivo é um corpo selecionado mediante uma concorrência política e a responsabilidade decisória recai sobre múltiplas instituições e indivíduos (ministérios, forças armadas, serviço secreto, órgãos do executivo, etc.) e isso, por si só, já induz a uma menor propensão do referido estado entrar em uma guerra. Porém, ressalta Layne (1994, p.12), se a opinião pública tivesse efeito pacificador, esse efeito seria tanto em relação a países democráticos quanto aos não-democráticos. E, se cidadãos e governantes fossem sensíveis aos custos e às mortes de uma guerra, essa sensibilidade deveria ocorrer tanto em conflitos com democracias ou não-democracias, uma vez que tais custos seriam os mesmos, independentemente do regime do adversário. Portanto, a guerra não é inibida pela opinião pública e pela sensibilidade dos governantes, e tampouco por seus custos.

Exemplos de que a opinião pública muitas vezes endossa a guerra (efeito contrário ao que diz a TPD) foram a Guerra Hispano-Americana de 1898, quando a opinião pública impeliu o presidente McKinley a declarar guerra à Espanha. E “em 1914, a guerra foi entusiasticamente abraçada pela opinião pública na Grã-Bretanha e na França.”⁴⁵¹

No caso do segundo princípio, o das normas democráticas e da cultura, que permite o comprometimento e a resolução pacífica dos conflitos sem a ameaça da violência no interior dos países, é levado através das fronteiras em direção aos demais

⁴⁵⁰ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p.7

⁴⁵¹ Ibidem. p. 12

países democráticos. Trocando em miúdos, se na sociedade democrática, a resolução legal é o princípio geral, nas relações internacionais entre democracias isso ocorreria da mesma forma. O princípio seria aplicado mutuamente pelo simples fato de que essa é a essência da democracia. A competição torna-se regulada.

Essa percepção, argumenta-se, baseia-se numa espécie de aprendizado. Os estados democráticos se beneficiam das relações de cooperação entre si e querem expandir suas interações positivas. Por sua vez, esse desejo os predispõe a responder às necessidades de outros estados democráticos e, em última instância, leva-os à criação de uma comunidade de interesses. À medida que as democracias se movem em direção à comunidade, elas renunciam à opção de usar (ou mesmo de ameaçar usar) a força em suas interações mútuas. (LAYNE, 1994, p. 10) [tradução nossa]

Esse *etos* democrático, argumenta Layne, explicaria porque democracias não concorrem violentamente entre si e também, como não há esse *etos* em relação aos estados não-democráticos, porque com eles a guerra é mais propensa. Os estados não-democráticos que não são constrangidos por essa regra acabam ameaçando a existência dos democráticos e, por isso, esses últimos guerreiam com os primeiros, isto é, por uma questão de sobrevivência do modelo.

Assim, esse é o postulado fundamental da TPD: que as democracias se comportam de maneira qualitativamente diferente em suas relações com as outras do que em suas relações com não-democracias.⁴⁵²

Se a TPD for válida, sobretudo em sua segunda vertente, ela deverá atender a alguns pontos como forma de referendar os testes teóricos de sua validade: a opinião pública deverá ser sempre pacífica; as elites políticas deverão abster-se de fazer ameaças militares contra outras democracias e devem abster-se de fazer preparativos para tal⁴⁵³. Ademais, deveriam não ter bases militares em países igualmente democráticos, como a Alemanha, a Itália, o Japão, a Espanha, a Coreia do Sul, Taiwan, etc. Tampouco deveriam engajar alianças e acordos com países não-democráticos. E é aqui que a falha teórica emerge, pois, os EUA, considerado o melhor modelo de democracia, deliberadamente procede dessa forma. Em nome da segurança nacional e

⁴⁵² LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 10

⁴⁵³ Ibidem, p. 13

de seus interesses, durante toda a sua história diplomática, fizeram alianças com ditaduras, muitas vezes sanguinárias e antidemocráticas, como no caso da Arábia Saudita, Qatar, Bahrein, etc. Tampouco, se o princípio motor entre democracias é o compartilhamento de experiências e o aprendizado mútuo, democracias não deveriam incentivar a derrubada de outras democracias, como no caso do Irã em 1956, onde Mossadegh foi derrubado num golpe de estado promovido pela agência de inteligência dos EUA, assim como em outras ocasiões (colocar aqui outras interferências em democracias pelo mundo). Nesses episódios, a geoestratégia prevaleceu sobre a paz democrática e os princípios que a regem.

Um ponto fundamental no entendimento da Teoria da Paz Democrática é o de que, em sua essência, mudanças internas dos estados podem ser transplantadas para o sistema internacional e modificá-lo. Este ponto é fundamental para nosso estudo, como veremos nos capítulos seguintes, uma vez que a promoção da democracia é fortemente influenciada por essa visão de mundo. Podemos mesmo afirmar que há uma crença enraizada de que tal câmbio é possível a partir da promoção ideológica de um princípio e da implementação das formas ideológicas em um estado estrangeiro. Entretanto, nem sempre estados democráticos, sobretudo as potências, tem isso em última instância, utilizando-se, sobremaneira, de postulados mais próximos da *realpolitik* do que da TPD.

Os entusiastas da Teoria da Paz Democrática creem numa hipótese inversa a do realismo, que não advoga princípios estruturais internos para o sistema internacional. Realistas consideram que mesmo que “mesmo que estados mudem internamente, a estrutura do sistema internacional permanecerá a mesma”. (LAYNE, 1994, p. 12)

Numa análise distinta, um realista consideraria os seguintes pontos: a) a razão do interesse nacional é condição para o respeito democrático. Numa crise, é mais provável que um Estado aja por motivos realistas do que pelas normas democráticas; b) Estados sempre se preocupam com questões estratégicas e sua diplomacia age mais em função das distribuições das capacidades estratégico-militares do que por

fidelidade às ideologias; c) considerações geopolíticas relativas à posição de um estado contribuem significativamente para o resultado de uma crise.⁴⁵⁴

4.1.1 Ameaças e “quase-guerras” entre democracias.

Contrariando o postulado da TPD, Layne disserta sobre quatro episódios históricos representativos de como potências democráticas, quando seus interesses nacionais são colocados em xeque, ameaçam outras democracias, inclusive com a possibilidade da guerra. Reproduziremos a seguir tais eventos representativos.

4.1.2 O caso “*Trent*” envolvendo os EUA e a Grã-Bretanha, em 1861

Durante a Guerra de Secessão, em 1861, a União e a Grã-Bretanha quase entraram em guerra. O bloqueio continental contra os Confederados impediu as exportações de algodão, que era vital para a indústria têxtil inglesa. A 8 de novembro de 1861, o USS *San Jacinto*, a mando direto de Washington, interceptou o navio correio britânico “*Trent*”. No navio estavam dois comissários da Confederação que seriam enviados à Inglaterra e à França para tentar o apoio desses países contra a União. Ambos foram encarcerados em Boston.

Quando a notícia foi recebida na Grã-Bretanha, o público foi dominado pela febre da guerra. “*A primeira explosão da imprensa, ao receber as notícias do Trent, foi extraordinária.*” Um cidadão americano residente na Inglaterra relatou ao secretário de Estado William H. Seward: “*As pessoas estão furiosas de raiva e se pesquissassem 999 homens no país, 1000 declarariam guerra.*” De Edimburgo, outro americano escreveu: “*Nunca vi um sentimento tão intenso de indignação em minha vida.*” (LAYNE, 1994, p. 16) [tradução nossa]

A imprensa da época endossou o sentimento anti-britânico na população do norte dos EUA, pregando que a União deveria enfrentar aos britânicos e invocando que a população rejeitasse a libertação de Mason e Sidell. O grito de guerra reverberou fortemente durante as semanas do cárcere de Mason e Sidell.⁴⁵⁵

⁴⁵⁴ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 14

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 19

Na Grã-Bretanha deu-se o mesmo, a população não foi avessa à guerra, muito pelo contrário, clamou pela guerra, inclusive a imprensa britânica, como a citação acima bem ilustra. Houve uma fúria generalizada no país, e o humor do estado britânico não foi distinto ao da população em geral. Alegando infração do Direito Internacional por parte da União, o conselho de ministros adotou uma linha dura que espelhava o clima nacional. Lord Palmerston escreveu ao Secretário da Guerra que devido ao conflito com a União, o governo estaria reconsiderando o corte de verbas militares previstos para o ano seguinte.⁴⁵⁶

Londres usou ameaças militares para coagir os Estados Unidos diplomaticamente, deu-lhe um ultimato, embora orientou seu ministro a transmitir sua comunicação de uma maneira cautelosa. Em menos de sete dias Londres esperava uma retração por parte dos americanos. Os britânicos apostaram na ameaça militar como forma de garantir a paz, embora estivessem cientes de que isso poderia levar à guerra. A disposição de ir à guerra era tão grande que o secretário de negócios estrangeiros afirmou: “Nossa única chance de paz está no trabalho sobre os temores do governo e do povo dos EUA”⁴⁵⁷ Foi o medo que garantiu a paz, não a cooperação.

As atitudes da Grã-Bretanha nesse episódio constataam mais a noção realista de que o interesse nacional sobrepõe a ideia de norma democrática como prega a TPD. Os ingleses fizeram ostentações militares amplas, embargaram exportações de armas, munições e salitre; criaram um comitê especial de guerra; aumentaram o contingente militar e naval; aumentaram as tropas estacionadas no Canadá de 5 mil para 17 mil homens e os navios de guerra na costa americana de 15 para 40 embarcações.⁴⁵⁸

Os legisladores britânicos acreditavam que a determinação, a credibilidade e a reputação da Inglaterra estavam em jogo internacionalmente, e não apenas em suas relações com os EUA... os britânicos **estavam dispostos a aceitar o custo de uma guerra anglo-americana**, em vez de sacrificar seu prestígio como uma grande potência pela derrota diplomática precipitada. [tradução e grifo nosso] (LAYNE, 1994, p. 18)

⁴⁵⁶ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 16

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 17

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 18

No final, a guerra não veio às vias de fato, mas os interesses britânicos foram preservados, o que foi uma vitória para a Grã-Bretanha e uma humilhação diplomática para a União, que já não ia bem na guerra contra os Confederados. Lutar em duas frentes seria uma derrota catastrófica para Washington e os britânicos sabiam disso e não tiveram pudores em explorar esse fato. “Quando os Estados Unidos perceberam que a ameaça da Grã-Bretanha de ir à guerra não era um blefe, considerações estratégicas e de interesse nacional ditavam que Washington cedesse à Grã-Bretanha.”⁴⁵⁹

A TPD não explica o desenrolar desse evento histórico, mas sim o realismo. Londres pautou-se mais pela defesa de seus interesses do que pelas normas democráticas. As populações de ambos os lados do Atlântico clamaram pela guerra.⁴⁶⁰ E tanto a Grã-Bretanha como os Estados Unidos pensaram mais de forma estratégico-militar do que nos princípios “democráticos” de cooperação:

O conflito anglo-americano foi evitado apenas porque a administração Lincoln chegou a entender que a humilhação diplomática era preferível à uma guerra que teria aliado a Grã-Bretanha com os Confederados e isso, portanto, praticamente asseguraria a independência do sul. (LAYNE, 1994, p. 22) [tradução nossa]

4.1.3 A crise anglo-americana na Venezuela (1895-96)

No final do século XIX, a Venezuela e a Guiana Inglesa entraram numa disputa fronteiriça pela posse da região de Esequibo. Os Estados Unidos, em conformidade com sua Doutrina Monroe, ameaçaram intervir em prol da Venezuela. Em 20 de Julho de 1895, o Secretário de Estado Richard Olney emitiu uma nota onde os Estados Unidos afirmavam seu direito de intervir em favor da Venezuela, evocando sua Doutrina Monroe. Para Olney, a referida doutrina não apenas dava aos EUA o direito de intervir no continente americano, mas também em todo o hemisfério ocidental.⁴⁶¹

Para Washington, a controvérsia entre Londres e Caracas foi um pretexto bem-vindo para afirmar a reivindicação dos EUA de sua primazia geopolítica no hemisfério ocidental. Foi por essa razão que

⁴⁵⁹ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 21

⁴⁶⁰ Ibidem, p.21

⁴⁶¹ Ibidem, p. 22

os EUA provocaram um embate na disputa fronteiriça anglo-venezuelana. (LAYNE, 1994, p. 22) [tradução nossa]

Segundo Layne (1994, p. 23), ao desafiar a Grã-Bretanha, o presidente Grover Cleveland e seu Secretário de Estado perceberam que estavam dando um passo sério e arriscado, que poderia ser interpretado por Londres como um ultimato.

Já de acordo com um dos maiores historiadores da política externa americana, o presidente Grover Cleveland sentiu-se sensibilizado pela questão fronteiriça que a Venezuela reclamava por ser um fervoroso anti-imperialista e, contrariamente a seus sucessores, que evitaram evocar a Doutrina Monroe, Cleveland não tardou em fazê-lo.⁴⁶²

De forma mais geral, Cleveland respondeu a uma ampla ameaça de um imperialismo europeu crescente e ao medo de os europeus pudessem voltar suas atenções para a América Latina, ameaçando assim os interesses dos Estados Unidos. Então, ele decidiu usar tal disputa para afirmar a preeminência dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental. (HARRING, 2008, p. 307) [tradução nossa]

O fato é que o risco de guerra foi real e os Estados Unidos, novamente, estavam à beira da guerra com a Grã-Bretanha. Salisbury, o ministro inglês de então, rejeitou categoricamente as proposições de Olney, que considerava sem validade para a questão e que a Doutrina Monroe não se aplicava à Venezuela. Porém, Salisbury preferiu correr o risco da guerra achando que os Estados Unidos iriam recuar e que não levariam isso às últimas consequências.⁴⁶³ Não foi o que ocorreu.

Harring (2008, p.307) afirma que Olney, agressivamente, emitiu em sua nota o que chamou de “arma de vinte polegadas”, isto é, os novos encouraçados *Dreadnought*⁴⁶⁴ equipados com canhões de vinte polegadas, ameaçando deliberadamente usá-lo contra a esquadra inglesa, caso fosse necessário. Ademais, reivindicou o poder hegemônico dos Estados Unidos: “*Hoje, os Estados Unidos são*

⁴⁶² HARRING, George G. “*From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776*”. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 307

⁴⁶³ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p.24

⁴⁶⁴ Um tipo de encouraçado modificado com canhões de 20 polegadas, o que dava aos EUA vantagem bélica enorme em relação à Esquadra Naval Britânica.

praticamente soberanos neste continente e seu decreto é lei sobre os assuntos aos quais ele limita sua interposição” (HARRING, 2008, p. 307)

Não apenas de palavras duras usadas com finalidade de intimidação marcaram os Estados Unidos nessa época. O senso estratégico, ou melhor, geoestratégico conduzia a política externa americana. A recusa americana em aceitar o controle britânico do Orinoco é simbólica dessa postura. Além disso, os americanos fizeram uma leitura geopolítica precisa da situação do Império Britânico no mundo, que enfrentava crises e conflitos no Oriente Médio, na Ásia e, sobretudo, na África do Sul, onde os bôeres impuseram um desafio militar nunca antes enfrentado.⁴⁶⁵ Os americanos perceberam essa fragilidade e, taxativamente, marcaram sua postura radicalmente em defesa dos princípios de sua Doutrina Monroe e fizeram a Grã-Bretanha, posteriormente, reconhecer a sua hegemonia.

Pode-se mesmo afirmar que a Grã-Bretanha não foi à guerra por essa situação desvantajosa. Temiam que a guerra se prolongasse, o que beneficiaria os americanos, com economia e forças armadas mais preparadas para isso. Além disso, temiam uma invasão do Canadá, caso a guerra contra os Estados Unidos se prolongasse. Devido à crise com os bôeres na África do Sul, a Alemanha rompeu relações com a Grã-Bretanha, o que a colocou em posição diplomática de quase isolamento com as potências de então.⁴⁶⁶ Numa importante reunião de gabinete a 11 de janeiro de 1896, Salisbury permaneceu firme em sua posição de não negociar, mas seus pares o contrariaram e decidiram acordar uma solução pacífica com Washington. O realismo inclinou os britânicos a recuar e preservar ao máximo as possessões que detinham em seu império cada vez mais visto com hostilidade pelo mundo.⁴⁶⁷

No final, a Venezuela acabou ficando quase que na mesma posição ao fim da disputa, mas adquiriu uma pequena faixa do Orinoco, o que impedia o controle desse rio por parte dos britânicos, garantindo assim o que Washington pretendia evitar. A

⁴⁶⁵ HARRING, George G. *“From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776”*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 308

⁴⁶⁶ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 25

⁴⁶⁷ Ibidem, p. 25

Grã-Bretanha manteve a soberania sobre a região de Esequibo, que até hoje é domínio da Guiana.

Assim, os imperativos geográficos, a segurança nacional e hemisférica, além da postura realista na diplomacia foram muito mais determinantes para a resolução dessa contenda do que os princípios da Teoria da Paz Democrática.

A postura agressiva e até mesmo bombástica do secretário Olney garantiu a imposição da Doutrina Monroe muito além do território americano e, com isso, conseguiu também que o comércio com a América do Sul fosse aumentado. Olney anunciou ao mundo, especialmente à Grã-Bretanha, que os Estados Unidos estavam preparados para estabelecer seu lugar entre as potências mundiais, independentemente do que os europeus pensassem.⁴⁶⁸

O secretário Olney conseguiu uma dupla transformação: primeiro, elevou a Doutrina Monroe a um culto quase sacro, quase que ao nível das Sagradas Escrituras, dentro dos Estados Unidos. A mesma foi aceita por todos, democratas e republicanos, o que deu a tal doutrina um significado único e uma projeção geopolítica justificada. Nenhum presidente americano até hoje ousou questionar ou adotar uma política externa contrária ou que atentasse contra os princípios da Doutrina Monroe. Segundo, tal postura marcou o fim dos esforços britânicos para contestar a proeminência dos Estados Unidos no Caribe.

A partir daí, da consolidação dessas duas situações, os Estados Unidos se apresentaram ao mundo como a grande potência do século que estava por nascer e estavam decididos a exportar seus domínios e princípios através do mundo. Suas posições estratégicas, seus princípios internos e suas zonas de influência falavam muito mais alto do que quaisquer supostos princípios universalistas da Teoria da Paz Democrática. Os Estados Unidos emergiram como potência não defendendo princípios internacionais, mas àqueles que lhes garantiam sua segurança nacional.

De 1895 em diante, o projeto expansionista ganhou escopo nos Estados Unidos. George G. Herring (2008, p. 309), ressalta que na eleição de 1896, o candidato republicano William McKinley estabeleceu uma agenda expansionista completa: a

⁴⁶⁸ HARRING, George G. *From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 308

retirada europeia do hemisfério, a construção de um canal no istmo do Panamá controlado pelos Estados Unidos, a aquisição das Ilhas Virgens, a anexação do Havaí e a independência de Cuba. McKinley foi eleito presidente.

A reação da opinião pública – um dos pilares da Teoria da Paz Democrática – tampouco se manifestou contrária à guerra, tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha. Os pronunciamentos de Cleveland tiveram um apoio massivo da população americana, que não desejava a guerra, mas a aceitaria como necessidade de defesa dos interesses da nação com entusiasmo.⁴⁶⁹

Não há praticamente nenhuma evidência que apoie uma explicação da Teoria da Paz Democrática sobre o resultado da crise da Venezuela. Embora a crise tenha terminado antes que Londres e Washington pudessem fazer ameaças à guerra, tanto os Estados Unidos quanto a Grã-Bretanha começaram a planejar militarmente para um possível conflito. Isso sugere que tanto os legisladores britânicos quanto os americanos consideravam que a guerra, ou pelo menos a preparação para a mesma, era um componente legítimo de suas estratégias diplomáticas. (LAYNE, 1994, p. 26) [tradução nossa]

O “relacionamento especial” que posteriormente surgiu entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha emergiu mais como uma necessidade estratégica do que para atender princípios de relacionamentos entre democracias. Londres não podia mais competir geopoliticamente com Washington, então, para salvaguardar suas áreas de interesse vital, preferiu perder parte dessas áreas para os americanos do que se ver com mais um inimigo e pôr em risco sua vasta coleção de posições ao redor do planeta.

4.1.4 A crise de *Fashoda*, 1898 (disputa anglo-francesa pelo controle do Nilo)

Embora de domínio do Império Otomano, até 1882, o Egito fora, de fato, administrado por uma espécie de condomínio anglo-francês. Sua posição era geoestrategicamente vital para o Império Britânico, uma vez que o Canal de Suez era rota primordial para a Índia. Portanto, quem detivesse o controle do canal, deteria o controle do comércio colonial britânico.

⁴⁶⁹ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p.26

Em 1882, houve uma revolta nacionalista no Egito⁴⁷⁰. Os britânicos prontamente sufocaram tal revolta e, sob as ordens de Lord Salisbury – o mesmo que quase declarou guerra aos Estados Unidos alguns anos antes durante a crise da Venezuela –, determinou que “para salvaguardar os interesses britânicos no Egito, a Grã-Bretanha deveria deter o controle da nascente do Nilo” (LAYNE, 1994, p. 28)

Porém, durante tal revolta no Egito, a França deixou os britânicos sozinhos contra os árabes, se retirando completamente do cenário. Não quiseram mais cooperar com os ingleses para estabilizar a situação no Egito, condição essa que até mesmo o sultão turco havia aceitado, mas os franceses tornaram-se um problema.⁴⁷¹

O condomínio, portanto, foi revisto e a França em nome de seu prestígio geopolítico resolveu ocupar Fashoda (no sul do Sudão), onde poderia impedir o domínio britânico sobre as águas do Nilo. Theophile Delcasse, então ministro francês das colônias declara que a ocupação britânica era uma afronta à França e exige a retirada imediata das tropas britânicas do Egito.⁴⁷²

Em 1896, a França aprova um plano para ocupar Fashoda, não visando um confronto direto (a princípio) mas um entendimento acordado (“*entente*”). No entanto, de acordo com Layne (1994, p.29), estavam convencidos de que a opinião pública francesa não aceitaria uma *entente* a menos que a mesma resolvesse a questão para ambas as partes, isto é, sem prejudicar os interesses franceses. Portanto, do ponto de vista francês, o envio de tropas para Fashoda teve a intensão de forçar os britânicos a negociar a questão egípcia, o que faria o prestígio da França aumentar.

Porém, os britânicos não estavam dispostos a negociar tal questão. O cálculo de poder dos franceses havia falhado e a crise se instalou. Os britânicos declararam que viram na atitude francesa um ato hostil e, então, Londres resolve reconquistar totalmente o Sudão. A 19 de setembro de 1898, as tropas do Marechal Kitchener

⁴⁷⁰ Essa revolta nacionalista matou cerca de cinquenta cidadãos europeus, incluindo o cônsul britânico em Alexandria. Os egípcios construíram peças de artilharia com o intuito de repelir as esquadras em seu litoral. Instados pelos britânicos a desistir, os árabes se negaram e a esquadra britânica abriu fogo, destruindo todas a artilharia egípcia em apenas dez horas. (ADAMS, James Truslow. *Empire on the Seven Seas: the British Empire 1784-1939*. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1940, p. 234)

⁴⁷¹ ADAMS, James Truslow. *Empire of Seven Seas: the British Empire 1784-1939*. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1940, p. 235

⁴⁷² LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 29

chegaram a Fachoda, onde foram recebidos pacificamente pelos franceses ali instalados.⁴⁷³ “O conflito anglo-francês não era sobre Fachoda, ou sobre o destino do Sudão, ou sequer sobre as águas do Nilo, mas sobre o status relativo de Londres e Paris como potências”. (LAYNE, 1994, p. 30)

Uma vez mais, a posição estratégica, a condição geopolítica da potência falava mais alto do que qualquer respeito por princípios democráticos. A opinião pública tampouco foi contra um possível conflito entre os dois estados. E, em nome do prestígio geopolítico, tais estados entrariam em guerra se assim fosse necessário.

A diplomacia linha-dura de Londres foi esmagadoramente apoiada pela opinião pública belicosa. Mesmo antes de Fachoda, por causa das tensões geradas pela rivalidade colonial anglo-francesa, a guerra com a França não era exatamente desejada na Inglaterra, mas seria aceita sem hesitação se a ocasião surgisse. Uma vez que a crise começou, a imprensa apoiou esmagadoramente a decisão do governo de recusar negociações com a França e, durante a crise, a imprensa popular britânica se entregou a uma orgia de obscenidades. Havia muito espírito de guerra no país, e a opinião pública britânica era **agressivamente fanática** em relação a Fachoda. A expressão inequívoca da opinião britânica estava solidamente por trás da política linha dura do Gabinete. Isso, sem dúvida, era verdade porque o público britânico acreditava que o prestígio da Inglaterra estava em jogo e, conseqüentemente, estava com disposição para responder vigorosamente ao desafio francês. (LAYNE, 1994, p. 31) [tradução e grifo nosso]

A 27 de outubro, anunciaram que deixariam Fachoda, mas pediram uma compensação em troca aos ingleses, coisa que foi prontamente rechaçada por Salisbury, que determinou que os franceses deveriam retirar-se sem compensação alguma.⁴⁷⁴

A diplomacia linha dura de Londres foi esmagadoramente apoiada pela opinião pública e o clima inflamado da população legitimou as decisões de Salisbury, que colocou o almirantado, em outubro de 1898, em prontidão de guerra:

[...] os britânicos sabiam que se Paris não capitulasse, haveria guerra. A 15 de outubro a Frota do Canal foi montada; em 26 de outubro a Marinha Real já havia desenvolvido planos de guerra detalhados; em 28 de outubro um esquadrão se concentrou em Portland, a Frota do

⁴⁷³ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 30

⁴⁷⁴ Ibidem, p. 31

Canal foi enviada à Gibraltar e a Frota do Mediterrâneo enviada à Malta. Essa mobilização militar causou forte impacto nos políticos franceses. (LAYNE, 1994, p. 32) [tradução nossa]

Cabe aqui um breve apontamento relacionado à Geopolítica. Essa determinação nacional britânica era derivada de diversas circunstâncias: o país mais rico do mundo de então, a maior indústria do planeta, o maior império em extensão, a maior marinha, etc. Porém, nas últimas décadas do séc. XIX, a cultura inglesa produziu diversas obras louvando e estimulando as glórias dessa empreitada imperial criada pelos britânicos. Livros, peças de teatro, poesia e grandes romances faziam grandes louvores e colocavam o povo britânico orgulhoso de sua civilização e de suas conquistas. Entretanto, foi um livro de um almirante americano que mais serviu de estímulo ao fervor nacionalista. O almirante era Alfred Mahan e o livro era *A Influência do Poder Naval na História* que “pela primeira vez demonstrou o papel esmagador desempenhado pela marinha britânica na história mundial.” (ADAMS, 1940, p. 254)

O realismo outra vez se fez presente, a Grã-Bretanha não hesitou em defender seus interesses estratégicos e a França preferiu uma humilhação diplomática à guerra. Layne (1994, p.33) ressalta que a intransigência britânica foi diretamente contrária aos postulados da Teoria da Paz Democrática de que as relações entre estados democráticos são governadas pelo respeito mútuo baseado em normas democráticas. Também de acordo com o autor, tanto a elite britânica quanto a opinião pública apoiaram fortemente as ações belicosas do estado britânico o que acabou por deixar Paris com apenas duas opções: a humilhação diplomática ou a derrota militar.⁴⁷⁵ Paris, realisticamente, escolheu a primeira.

4.1.5 A crise franco-alemã no Ruhr, 1923.

Após mais de quatro anos da assinalação do Tratado de Versalhes, tropas francesas e belgas invadiram o Vale do Ruhr em 11 de janeiro de 1923 como forma de obrigar Berlim a pagar as reparações de guerra e, assim, impondo um controle sobre a

⁴⁷⁵ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 33

produção industrial de ferro e aço, bem como sanções políticas e territoriais aos alemães.

Berlim exigia a revisão nas reparações de guerra, que estavam por liquidar econômica e financeiramente o país, já à beira do colapso, mas tais reivindicações foram tomadas como uma preocupação por parte dos franceses, que já tinham planos estratégicos audaciosos para o território alemão no pós-Primeira Guerra.

Embora a Alemanha tenha sido derrotada e seu poder de curto prazo restringido pelo Tratado de Versalhes, as fontes subjacentes de sua geopolítica – sua base industrial e sua enorme população – permaneceram intactas. Os políticos franceses estavam obcecados com o ressurgimento de uma ameaçadora segurança alemã e decidiram impedi-la impondo restrições militares, territoriais e econômicas à Alemanha. (LAYNE, 1994, p. 34) [tradução nossa]

Vale lembrar que a Alemanha de então vivia sob o regime político que ficou conhecido como a República de Weimar, uma democracia representativa semipresidencial.

Layne (1994, p. 34) alerta que desde antes do final da guerra, mais precisamente em 1915, os franceses já imaginavam dividir a Alemanha em vários pequenos estados, juntamente com a anexação da margem esquerda do Reno e a criação de estados “satélites” franceses independentes; com isso, garantiriam a segurança militar franceses e obteriam o controle do ferro e do aço alemães, fonte fundamental da indústria e cujos elementos eram escassos no território francês.

Com exceção da anexação do Reno, os objetivos franceses permaneceram os mesmos após a guerra, pois uma vez que os alemães estivessem em dificuldades de cumprir as reparações de guerra, as tropas francesas teriam razões para permanecer em solo alemão. Foi esse o espírito que inspirou a invasão do Ruhr em 1923.

A opinião pública francesa foi fortemente favorável à política de seu país para a Alemanha e exigiu que os acordos impusessem maiores restrições à influência e ao poder alemão.⁴⁷⁶ A opinião pública e a oficial se apoiavam mutuamente. A

⁴⁷⁶ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 35

germanofobia foi canalizada para o pós-guerra e, quando os alemães resolveram questionar as reparações, Paris decidiu invadir a Alemanha.

Layne (1994, p. 35) acredita que a motivação principal de Paris era a de se tornar a maior economia da Europa, para isso precisava minar o poder alemão e conseguir seu ferro e aço. Segundo o autor, “há evidências de que a ocupação do Ruhr foi realizada especificamente para avançar os objetivos franceses de anexação, separatismo e dissolução do Reich” (LAYNE, 1994, p. 35)

A França não hesitou em usar a força militar contra a democracia da Rep. de Weimar em nome de sua segurança... Ao contrário dos britânicos, que logo após a guerra passaram a acreditar que a Alemanha democrática seria a chave para manter a paz na Europa, **a França preferiu colocar a democracia alemã em risco**, ao invés de abandonar sua estratégia de proteger sua segurança com garantias tangíveis. (LAYNE, 1994, p. 36) [tradução e grifo nosso]

Aqui cabe uma reflexão pontual. A crise do Ruhr serve para demonstrar não apenas que uma democracia pode querer o fim da outra, invadir a outra, mas também que países com regimes democráticos podem deixar de sê-lo em poucos anos. O exemplo alemão na década de 1920 é o mais notório. Uma suposta perenidade da democracia não pode ser atestada, uma vez que nada garante que a democracia reine para sempre em um determinado estado. A TPD além de não explicar a invasão francesa do Ruhr, tampouco explica como estados democráticos acabam se tornando totalitários e ditatoriais.

O que os franceses perceberam foi que, uma Alemanha unida e forte, fosse ela democrática ou ditatorial, monarquista ou republicana, representava uma ameaça geopolítica à França e certamente dominaria economicamente a Europa, eclipsando assim a suposta hegemonia francesa. Para os franceses, havia muito pouca conexão entre as formas de governo e a política externa dos países e a ideia wilsoniana de que democracias resultam sempre em uma política externa mais pacífica encontrou poucos adeptos em Paris.⁴⁷⁷

Paradoxalmente, essa estratégia francesa de destruir a unidade territorial alemã e sua força geopolítica acabaram por fazê-la renascer ainda mais forte, sob um

⁴⁷⁷ Ibidem, p. 36

signo sombrio e com uma sanha revanchista alimentada, sobretudo, pelos episódios do Ruhr. Se algo unia os alemães fortemente, independente da classe social, era o ódio a Versalhes e aos franceses após a invasão do Ruhr, que foi claramente percebido pela população como um objetivo primaz de fragmentar a nação germânica. O Estado alemão, incapaz de reagir militarmente, começou a dar subsídio aos movimentos pacíficos de não-cooperação com as forças invasoras, que estavam ali para saquear a produção alemã. Isso uniu ainda mais os alemães, e teve efeito direto na opinião pública posterior que acabou sendo canalizado pelos nazistas, que se aproveitaram das tristes lembranças do sofrimento alemão durante a ocupação francesa, e juraram se vingar. “A longo prazo, a ocupação do Ruhr fortaleceu os partidos nacionalistas de extrema direita e serviu para desacreditar a democracia de Weimar” (LAYNE, 1994, p. 37)

4.2 A inconsistência teórica da Teoria da Paz Democrática

Layne conclui seu artigo dizendo que, nos quatro episódios analisados e testados, em nenhum deles, a TPD forneceu uma explicação mais convincente do que o realismo.⁴⁷⁸ O teste feito por Layne tem o grande mérito de colocar sob teste hipotético-dedutivo os pressupostos da TPD e, nisso, resultou que – contrariamente do que deveria ocorrer segundo a TDP – os estados democráticos estavam preparados para ir à guerra contra outros estados democráticos; usaram de violência contra outras nações democráticas (o caso do Ruhr é exemplo disso) e que a guerra fora evitada mais por razões realistas (assimetria de poder) do que pelos motivos que a TDP atribui.

Quando alguém realmente olha mais além dos resultados dessas quatro crises (“democracias não lutam contra democracias”) e tenta entender por que essas crises ocorreram como ocorreram, fica claro que a lógica causal da Teoria da Paz Democrática tem apenas poder explicativo mínimo. (LAYNE, 1994, p. 38) [tradução nossa]

Há um problema de imprecisão e não há um nexos causal entre estruturas domésticas e a ausência de guerras entre democracias. As estatísticas são

⁴⁷⁸ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 38

impressionantes, mas inconclusivas, sem contar o fato de que inúmeros casos de guerras não foram contabilizados.⁴⁷⁹

Se é improvável imaginarmos um mundo onde todas as nações sejam pacíficas e rejeitem a guerra, seria igualmente improvável que um mundo composto apenas de democracias liberais, onde todos os estados adotassem tal regime, fosse mais pacífico, ou melhor, onde a guerra não existiria. A TPD não diz que um mundo liberal e democrático é *menos violento*, mas sim que *não há guerras* entre democracias. Logo, no mundo hipotético da TPD, a guerra não existiria. Criou-se uma utopia, não uma teoria, uma vez que a mesma não responde aos testes lógicos e empíricos, tampouco consegue explicar, predizer ou examinar os eventos históricos, como foi demonstrado. A TPD não conseguiu explicar sequer quando uma díade democrática entrou em conflito. Além do mais, o número de democracias no mundo é um universo muito pequeno para que isso possa ser generalizado como “lei”.

Outro aspecto importante de se ressaltar é que o teste teórico só pode ser feito em uma díade democrática potencialmente conflituosa. Uma díade só é significativa se ela representa um caso em que há uma possibilidade real de dois estados irem à guerra. Em outras circunstâncias, a possibilidade de verificação e falseamento é impossível. Não se pode “provar” se a TPD é verdadeira em díades harmoniosas. Se a pedra fundamental da TPD é a não-guerra entre democracias, então, só podemos analisar situações belicosas entre democracias onde tal princípio prevaleceu, e não numa situação pacífica entre dois estados.

Tampouco é forte o suficiente o argumento de que uma das partes não é uma democracia *consolidada*. A TPD não diz que a guerra não ocorre somente em casos das democracias serem de *alto nível* ou coisa parecida, mas de que não há guerras entre democracias, porque a opinião pública, as normas democráticas e a estrutura estatal impedem que a mesma ocorra. Tampouco afirma que a contraparte da democracia é uma *ditadura*, apenas se refere a uma *não-democracia*, o que torna ainda mais imprecisa a aplicação da teoria em situações historicamente dadas. O que impede de uma nação ser taxada de “não-democrática” somente para se justificar uma condição

⁴⁷⁹ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 38

de guerra? E, mais uma vez, se democracias são apenas os países aliados do Ocidente, a teoria não tem validade universal, uma vez que o universo amostral é muito reduzido, as exceções são mais numerosas do que os casos válidos, sendo assim, tem uma carga de ideologização alta. Layne aponta que “teóricos como Bruce Russett escapam dessa contestação afirmando que a Guerra de 1812, por exemplo, não foi entre duas democracias” (LAYNE, 1994, p. 40). Outrossim, coloca-se que a guerra entre os estados americanos (Guerra de Secessão) era uma guerra interna, mas não explicam a premissa de que as normas e cultura democráticas que operam dentro de uma democracia e que, de acordo com os postulados fundamentais da TPD, são externalizadas por elas nas relações com outros países, não são suficientes para evitar uma guerra civil, por exemplo. A Guerra de Secessão também falseia tal argumento.

Layne (1994, p. 41) conclui: “Se as normas e cultura democráticas não impedem a eclosão de uma guerra civil nas democracias, que razão há para acreditar que impedirão a eclosão de guerras interestatais entre democracias? ” Esse raciocínio é autoexplicativo e não carece de explicações adicionais.

O desmembramento mais enfático por parte de Layne (1994) da TPD é o de que o melhor exemplo de como a TPD é inválida foi a Primeira Guerra Mundial. A Alemanha Guilhermina, uma monarquia constitucional democrática – tão democrática que seu *Reichstag* era amplamente dominado pelo SPD (Partido Social-Democrata Alemão), até então, o partido socialista mais poderoso do mundo⁴⁸⁰ – declarou apoio incondicional ao Império Austro-Húngaro, que acabara de declarar guerra à Sérvia. Assim, com a Alemanha lutando contra a França, a Inglaterra e depois os Estados Unidos, todos estados democráticos, jogou-se a estabilidade e a paz da Europa no tórumulo. E, em nenhum momento, as normas democráticas impediram a Alemanha de guerrear com França e Inglaterra e, tampouco, tal guerra foi para exteriorizar os princípios democráticos que imperavam na Alemanha de então, tido por muitos como o país mais desenvolvido política e economicamente do mundo de então. “No domínio da política externa, a França e a Grã-Bretanha não eram nem mais nem menos democráticas que o Segundo Reich”. (LAYNE, 1994, p. 43)

⁴⁸⁰ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 41

Assim, a TPD inverte erroneamente a estrutura das relações internacionais, assim como boa parte das correntes construtivistas/institucionalistas das RI's. Layne (1994), parte da hipótese realista de Otto Hinze que advoga que as estruturas políticas domésticas de um estado são altamente influenciadas pelos fatores externos, e não o contrário.⁴⁸¹ Dessa forma, “Quanto maior a ameaça externa que um estado enfrenta (ou acredita enfrentar), mais “autocrático” será seu processo de formulação de política externa e mais centralizadas serão suas estruturas políticas” (HINZE *apud* LAYNE, 1994, p. 44) Isto é, estados com alto grau de segurança e estabilidade externa como a Inglaterra e os EUA acabam por adotar estruturas minimalistas internamente. Já estados cercados por inimigos e com alto grau de insegurança, como a Alemanha no início do séc. XX, Israel pós 1948, a Rússia desde sempre, a Índia e tantos outros, escolhem formas democráticas mais estatistas ou mesmo estruturas autoritárias, uma vez que o Estado precisa mobilizar os recursos nacionais de poder, necessitando, assim, de uma estrutura organizativa altamente centralizada e pautada no sacrifício e na vontade política de se defender de uma ameaça externa.

Um fator que cabe ressaltar aqui é que nem Layne, tampouco Hinze, consideram a *situação geográfica* dos estados. Estados localizados em zonas de fricção geopolítica tendem a ser mais centralizados, uma vez que as ameaças são mais iminentes do que estados com cerco isolamento natural (distância ou insularidade), tais como a Inglaterra, Austrália, os Estados Unidos, o Brasil, etc. A Alemanha, que quase não possui fronteiras naturais e está contida entre potências a leste e a oeste, durante toda a sua história, teve de se adaptar a essa determinação geográfica. Não é possível desconsiderar tal fator e, certamente, a TPD não faz uso desse fator, o que a coloca em situação de fragilidade explicativa. A geografia de um estado é tão importante, senão mais, do que sua constituição parlamentar no relacionamento com outros estados. Por isso mesmo, democracias em diversos momentos históricos se aliaram com ditaduras sangrentas no intuito de formar uma aliança contra um inimigo comum. Os Estados Unidos têm um relacionamento muito mais estreito com a Arábia Saudita, notoriamente um país não-democrático e autoritário, do que com a Rússia atual, que, apesar das críticas de não ser uma democracia ao molde anglo-saxão, é bem mais

⁴⁸¹ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 44

liberal e democrática do que o regime de Riad. Essa proximidade se dá muito mais por razões geopolíticas do que por questões filosóficas de poder. A Arábia Saudita localiza-se numa posição considerada de interesse vital para o poder norte-americano enquanto que a Rússia domina o *heartland*, a região antagônica do poder naval atlantista. Se questões democráticas importassem mais do que as geopolíticas e estratégicas, o Irã – assim como a Rússia – seria mais próximo dos Estados Unidos do que a Arábia Saudita, e a realidade é exatamente oposta. Dessa forma, aponta Layne, “a teoria da paz democrática está olhando pela extremidade oposta do telescópio”⁴⁸²

Assim, como a teoria realista previa, a estrutura sistêmica internacional não é apenas o determinante primário do comportamento externo de um estado, mas também pode ser um elemento crucial na formação de seu sistema político doméstico. Esta hipótese pode fornecer uma abordagem mais útil do que a teoria da paz democrática para investigar as ligações entre estrutura interna e política externa. (LAYNE, 1994, p. 45) [tradução nossa]

Uma questão a se levantar: a opinião pública em potências reage da mesma forma da dos países mais fracos? Pelos episódios históricos apresentados, tendemos a crer que não, que o prestígio de uma potência é um fator determinante inclusive na opinião pública desses estados. Sabe-se que a forma como os estados são no atual Sistema Internacional é desigual; potências agem de uma forma (geralmente projetando poder além de suas fronteiras) enquanto que países menores tendem a atuar de maneira distinta. A opinião pública, então, teria o mesmo peso ou a mesma forma de impactar nas decisões de estados potência e de estados comuns? Essa é uma questão necessária e não completamente respondida até hoje.

Ademais da questão da opinião pública nas potências, é prudente ressaltar se estados democráticos, segundo os postulados da TPD, devem manter bases militares em outros países democráticos com o intuito de controlá-los. Seria este fato uma norma democrática no relacionamento de duas democracias? Ou, mais uma vez, o imperativo geopolítico é mais decisivo no sistema internacional? Os Estados Unidos mantêm bases na Alemanha, na Itália, no Japão, na Coreia do Sul, assim como a Grã-Bretanha mantém bases na Espanha, no Canadá, na Alemanha, em Singapura, no Chipre e em Belize. Todos

⁴⁸² LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 45

esses países são democráticos e nenhum deles ameaça deixar de sê-lo, tampouco são um risco para as potências democráticas. No entanto, por sua geografia, representam pontos estratégicos *sui generis*, e questões estratégicas seguem sendo determinantes na política externa dos estados, muito mais do que normas democráticas. É bom ressaltar que a geografia determina as alianças no jogo geopolítico internacional, detalhe nada trivial.

4.3 A TPD como doutrina da política externa dos Estados Unidos

Como foi analisado, a TPD serve muito mais como doutrina do que como teoria científica propriamente dita. Nesse caso, a TPD é a estrela-guia da política externa americana no pós-Guerra Fria⁴⁸³, conjugada com ações militares altamente assentadas em princípios realistas.

Se recordarmos o princípio realista de que as relações internacionais ainda são *o estado de natureza hobbesiano*, então, parafraseando Fareed Zakaria⁴⁸⁴, que disse que a pergunta central nas relações internacionais deveria ser “*quem pode fazer o que a quem?*”, perguntaríamos, hoje, adaptando tal pergunta realista para nosso enfoque: ***o que os EUA e a Rússia podem fazer um ao outro?***

⁴⁸³ LAYNE, C. *Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace*. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994, p. 45

⁴⁸⁴ ZAKARIA, Fareed. *Is Realism Finished?* **The National Interest**, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/42896823.pdf>

Mapa 29 - As intervenções ilegais dos EUA/OTAN ao longo da história

Fonte: SIPER⁴⁸⁵

Os Estados Unidos nunca colocaram o equilíbrio de poder como princípio basilar de sua política externa, embora sempre produziram ótimos realistas em suas instituições, vide Hans Morgenthau e Henry Kissinger, etc.; este último, inclusive, foi membro de Estado. Preferiram, sempre, o idealismo da liberdade e da democracia ao do equilíbrio de poder.

Os realistas valorizam menos a liberdade que a ordem: a seu ver, a primeira só adquire importância uma vez que a segunda esteja estabelecida. (KAPLAN, 2013) A ordem, seja no Iraque, na Líbia e na Síria se mostrou mais humana que a liberdade posteriormente imposta ou a tentativa de impô-la. O caos gerado pela implosão dos assim chamados autoritarismos foi muito pior. No final, nem a democracia e os valores liberais foram estabelecidos e o que restou foi um vácuo político ocupado amplamente por forças ainda mais nefastas que os ditadores precedentes: o terrorismo fundamentalista. A máxima realista se mostrou verdadeira, uma vez mais.

⁴⁸⁵ Disponível em:

<https://www.siper.ch/en/assets/uploads/files/diagrams/SIPER%20Grafik%20Illegale%20Kriege%20Oder%20NATO-Laender.pdf>

Talvez pela larga superioridade militar, econômica e tecnológica, superioridade esta que foi designada como *unipolaridade* pelos estudiosos das relações internacionais, tais como William C. Wohlforth⁴⁸⁶ e outros, a visão americana desde o fim da Guerra Fria sempre esteve mais focada na promoção de seu messianismo universal, isto é, a difusão da democracia liberal aos quatro cantos do mundo, custe o que custar.

Tal postura idealista vê o mundo, sob certas perspectivas assertivas, como plano⁴⁸⁷ e pretende unificar a humanidade em seu projeto, com a vã esperança de que se a democracia for imposta universalmente, a guerra será uma realidade extinta. É uma postura que desconsidera a geografia, o mapa, as diferenças nas quais os diversos grupos humanos, organizados em Estados ou não, se estruturam, vivem e, sobretudo, lutam!

“Os realistas, desde os antigos gregos e chineses até, em meados do século XX, o filósofo francês Raymond Aron e seu contemporâneo espanhol, Jose Ortega y Gasset, sempre acreditaram que a guerra é naturalmente inerente à divisão da humanidade em Estados e outros agrupamentos. Com efeito, a soberania e as alianças raramente ocorrem em um vácuo; são decorrentes de diferenças com outros. Enquanto os devotos da globalização salientam o que unifica a humanidade, os realistas tradicionais sublinham o que nos divide”. (KAPLAN, 2013)

Obama disse que Assad “*must step out*”, como tinha dito para Kadafi “*must go out*”. (BANDEIRA, 2016, p. 25) Isso demarcava seu compromisso em levar a cabo uma “cruzada liberal” dos EUA pelo mundo, mas somente onde houvesse interesse estratégico ou conveniência para o mesmo.

Já a ex-Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, disse às gargalhadas numa entrevista ao canal americano CBS a respeito do assassinato de Muamar Kadafi, amplamente patrocinado pela coalizão da OTAN: “*We came, we saw, he died!!!*”⁴⁸⁸

⁴⁸⁶ WOHLFORTH, William C. *The Stability of a Unipolar World*. **International Security**, Vol. 24, No. 1 (Summer 1999), pp. 5–41. Disponível em:

<http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/wohlforthvol24no1.pdf>

⁴⁸⁷ Thomas Friedman, jornalista do New York Times, escreveu um *best-seller* chamado “*O Mundo é Plano: uma breve história do século XXI*”, que virou referência entre os defensores da globalização.

⁴⁸⁸ <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2051826/We-came-saw-died-What-Hillary-Clinton-told-news-reporter-moments-hearing-Gaddafis-death.html>

Ao processo de destruição estatal feito a partir de forças internas e sem necessariamente dividir o país em regiões separatistas, como foi o processo da ex-Iugoslávia conhecido como balcanização, damos o nome de *Estaticídio*. Esta prática está sendo amplamente utilizada pelos EUA e seus aliados da OTAN para desestruturar países-chave no arranjo geopolítico distinto dos de seus interesses.

Líbia, Síria e Ucrânia formam a base do fenômeno que denominamos de *Estaticídio*, isto é, um “genocídio” do Estado, apoiado amplamente do exterior (geralmente uma potência) e “corroído” por dentro, através de lutas entre facções. Esse apoio do exterior pode ganhar a forma de intervenção militar, humanitária ou, simplesmente, apoio financeiro e bélico.

Sob o pretexto de implantar a democracia, à força, os Estados Unidos destruíram esses países – todos eles com fortes laços com a Rússia – e, no lugar da liberdade democrática, esses países passaram a viver guerras civis sangrentas e o desmantelamento de todo o aparato estatal. “O respaldo de Washington ao golpe de Estado na Ucrânia e à oposição na luta armada contra o regime de Assad não visavam ao estabelecimento de nenhuma democracia em qualquer dos países” (BANDEIRA, 2016, p. 25)

Isso não é apenas uma conjectura intelectual, mas está claramente declarado na Estratégia Militar dos Estados Unidos da América de 2015:

“Durante a última década, nossas campanhas militares consistiram principalmente em operações contra a redes extremistas violentas. Mas, hoje, e no futuro previsível, devemos prestar mais atenção aos desafios colocados pelos **atores estatais**. Eles têm cada vez mais a capacidade de contestar a liberdade regional de movimento e ameaçam nossa pátria. Especialmente preocupantes são a proliferação de mísseis balísticos, tecnologias de ataque de precisão, sistemas não tripulados, capacidades espaciais e cibernéticas e armas de destruição maciça (WMD) – tecnologias destinadas a conter as vantagens militares dos EUA e restringir o acesso aos bens comuns globais”⁴⁸⁹ [grifo nosso]

⁴⁸⁹ THE UNITED STATES. **The National Military Strategy of the United States of America**. 2015, p. 3. Disponível em: [http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/2015 National Military Strategy.pdf](http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/2015%20National%20Military%20Strategy.pdf)

Claro está que esses “atores estatais” são a Rússia e a China, pois são os únicos com capacidade e posse de sistemas de mísseis balísticos, tecnologias militares avançadas e capacidades espaciais e cibernéticas – Astropolítica e *Cyberwar* – capazes de ameaçar (ou, no mínimo, conter) os Estados Unidos.

Entretanto, tal ação não se concentra apenas nessas grandes potências, como também, e sobretudo, nos países menores aliados dessas mesmas potências. Tal é o caso da Síria, da Líbia e da Ucrânia.

4.4 O Ensaio do Estaticídio: a Operação *Restore Hope* (Somália, 1993)

Em 1990, George Bush (pai), eleito no ano anterior, declarava que o sucesso da contenção estabelecida pelos EUA não só tinha eliminado sua principal ameaça, a URSS, como também criado novas condições e novas oportunidades para a nova geração de americanos. Entretanto, dizia ele, nossos valores básicos e *nossas necessidades geopolíticas permanecem*. Como a democracia mais poderosa do mundo, somos inescapavelmente o líder, o elo de ligação numa aliança global de democracias. A responsabilidade principal assegurar a estabilidade do equilíbrio internacional continua a ser nosso, mudança em uma nova era. À medida que o mundo entra em um período de nova esperança para a paz, seria imprudente negligenciar as condições básicas de segurança que o mesmo está nos trazendo⁴⁹⁰.

Entretanto, essa *Pax Americana*, celebrada a princípio como uma era de paz, manifestadamente fundamentada por teorias sobre a globalização, a aldeia global, o fim da história, a afirmação da Teoria da Paz Democrática, etc., logo deu lugar a interpretações mais conflitivas, menos otimistas e alegando que haveria um Choque de Civilizações – como sugeriu Samuel Huntington – daquele momento em diante.

Outrossim, muitos autores e políticos passaram a defender a ideia de que os Estados Unidos deveriam manter e expandir a ordem estruturada durante a Guerra

⁴⁹⁰ THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington: The White House, março de 1990, p. 2.

Fria com o intuito de estabelecer a Nova Ordem Mundial, sob a tutela do *Leviatã Liberal*, assim denominado por G. John Ikenberry⁴⁹¹.

A nova estratégia de Bush não reelabora a estratégia da contenção, mas a adapta às novas ameaças: armas de destruição em massa, terrorismo, criminalidade transnacional e o tráfico de drogas. É também curioso notar que tal estratégia vê como ameaça os *Estados que estão em situação calamitosa*, os assim chamados “*failed states*”. Dentre vários pontos da nova estratégia, destaca-se o que reza que é de interesse nacional americano *um mundo seguro e estável com a promoção da liberdade, direitos humanos e instituições democráticas*.⁴⁹²

Nota-se que a concepção de mundo seguro não faz menção a qualquer balança de poder ou estabelecimento de diálogo com a Rússia ou a China, mas sim com a promoção dos valores americanos.

O primeiro ensaio a esse novo *front* idealista foi a pobre e famélica Somália, mergulhada uma guerra civil sangrenta promovida por várias facções rivais visando atingir o poder, ocioso desde deposição antigo ditador Muhammad Siad Barre, que governava o país desde 1969.

A violência desencadeada por essa guerra civil gerou uma crise humanitária no país. Em 24 de abril de 1992, a Resolução 751 do Conselho de Segurança da ONU é aprovada e estabelece-se que haveria o envio de tropas e ajuda humanitária a fim de combater a fome e gerar um cessar-fogo entre as facções conflitantes. Tal empreitada, entretanto, não deu certo, uma vez que os grupos rebeldes ocuparam estradas e o Aeroporto de Mogadíscio, impossibilitando quase completamente a operação.

Em dezembro de 1992, os Estados Unidos, juntamente com vários outros membros da ONU, lançaram a Força Tarefa Unificada (UNITAF) através da Resolução 794, aceitando a oferta dos Estados Unidos de envio de tropas, ao serviço da ONU, sob comando norte-americano, com o objetivo de estabelecer um ambiente seguro para a distribuição de ajuda humanitária e devolver as condições de normalidade à Somália.

⁴⁹¹ Autor dos livros *Liberal Leviathan* (2011) e *After Victory* (2001), ambos pela Princeton University Press.

⁴⁹² The National Security Strategy (1990), op. cit., p. 2-3.

Tal empreitada facilitou mais a ação e a exportação das empresas petrolíferas ali presentes do que necessariamente a ajuda humanitária.

A Operation Restore Hope, sob o mando da United Nation Operation on Somalia (Unosom), conseguiu algum êxito: possibilitou a construção de 2.000 quilômetros de estradas, para o transporte das quatro grandes empresas petrolíferas que lá já estavam a trabalhar; 700 civis foram massacrados pelos *'peacekeepers'* desde o começo da operação, e o país continuou dividido e instável. Contudo, em 3 de outubro de 1993, os contingentes da Joint Special Operations Task Force (JSOTF) e das Special Forces Operational Detachment (DELTA), sob o comando do general William Garrison, sofreram uma derrota, durante a batalha, quando se acercavam de Mogadíscio, a fim de capturar o general Maxamed Faarax Caydiid. (Mais conhecido como Farrah Aidid) (BANDEIRA, 2013, p. 49)

O resultado foi desastroso para a Somália e um fiasco para as tropas americanas, fiasco este inclusive explorado por Hollywood⁴⁹³. Como foi citado por Bandeira (2013, p. 49), a intervenção humanitária não passou de uma fachada para facilitar e promover a ação de alguns grupos ligados à exploração petrolífera.

Diante do choque da opinião pública ao ver pela televisão a tragédia instalada na Somália, inclusive com massacres de soldados americanos, o presidente Bill Clinton decide retirar as tropas da Somália em 31 de março de 1994.

Até hoje a Somália é um *"failed state"* e não tem sequer uma estrutura central de poder. Vive sob o comando de clãs regionais que constantemente disputam o poder entre si. Nesse vácuo estatal proliferaram grupos terroristas, piratas e até mesmo desastres ambientais orquestrados por máfias europeias⁴⁹⁴.

Uma vez mais, a geografia foi desconsiderada em nome de um princípio moral universal. A intervenção "humanitária" gerou o estaticídio!

⁴⁹³ O filme *"Falcão Negro em Perigo"*, do diretor Ridley Scott, lançado em 2001, traz um relato do que foi a batalha entre as forças especiais americanas e os insurgentes somalis na capital Mogadíscio em outubro de 1993.

⁴⁹⁴ O documentário francês *"Toxic Somalia"* denunciou como as máfias europeias – especialmente a italiana – faziam acordos para o descarte de lixo nuclear no litoral da Somália sem qualquer conhecimento por parte das autoridades legais internacionais. Isso acarretou o envenenamento do pescado e das comunidades de pescadores, que passaram a sofrer as consequências de enfermidades como o câncer, alterações genéticas, etc. A partir desse envenenamento generalizado do litoral somali, os antigos pescadores passaram a buscar sobrevivência na atividade pirata. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2adeyeoKF1w>

4.5 Da Sérvia para a Líbia: o refinamento do *Estaticídio*.

Na década de 1990 os Estados Unidos estavam no auge de seu império unipolar. Sem a Rússia e a China para atrapalhar – a primeira por estar desorganizada e sem condições de reagir a qualquer movimento americano; a segunda ainda em fase de crescimento e estruturação e buscando implementar suas relações com os americanos –, os Estados Unidos puderam implantar e aprimorar suas táticas e sua geopolítica de *lonely power*.

O então presidente Bill Clinton acentuou o compromisso com o processo de globalização e manteve a agenda de seus antecessores Reagan e Bush, no sentido de substituir o conceito de soberania nacional pelo de *World Government*. (BANDEIRA, 2013, p. 53). Tal governança global estaria sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Entre março e junho de 1999, a OTAN, liderada pelos Estados Unidos, começou a chamada *Operation Allied Force*, bombardeando a Sérvia também sob o pretexto de uma intervenção humanitária, para defender os albaneses das atrocidades cometidas pelo governo de Slobodan Milosevic, então presidente da Rep. Federal da Iugoslávia, à época a federação que juntava a Rep. da Sérvia e a Rep. de Montenegro. Essa operação foi realizada sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU e teve como decorrência a morte de mais de 1200 civis, além da colonização militar do Kosovo por parte da Aliança Ocidental, mais precisamente pelo Exército dos EUA, que lá instalou sua maior base militar fora do território americano, a *Camp Bondsteel Base*.

Segundo Bandeira (2013, p. 56), a intervenção encoberta na Sérvia começou em 1998, quando um grupo de estudantes desencadeou o movimento chamado OTPOR (*Resistência*), com suporte financeiro dos Estados Unidos, através da U.S. National Endowment for Democracy (NED), que ajudou a mobilizar a população para derrubar o governo do presidente Slobodan Milosevic, mediante a chamada *Bager revolucija* (Revolução Escavadora), no ano 2000.

“Paul B. McCarthy, diretor da NED, financiada pelo Congresso dos EUA, revelou que a partir da desintegração da Federação da Iugoslávia essa entidade estava a dar assistência aos movimentos pela democracia na Sérvia, em Montenegro e no Kosovo e que, desde setembro de 1998, os dólares começaram a fluir significativamente para o OTPOR e cerca de US\$ 3 milhões foram gastos na Sérvia”. (COHEN, 2000)

Além do NED, outros financiadores norte-americanos ajudaram na derrubada de Milosevic através de suas doações “pela liberdade”, principalmente ao OTPOR, tais como a USAID (US\$ 23 milhões) e também George Soros (US\$ 100 milhões)⁴⁹⁵.

4.6 A destruição da Líbia

É um erro considerar a guerra civil apenas como uma luta contra Kadafi e seus asseclas. O que estava em jogo era um projeto geopolítico amplo e dendrítico, isto é, com ramificações multidirecionais e atendendo a numerosos objetivos: derrubar regimes laicos como o de Kadafi e de Assad, fragmentar esses países territorialmente, inviabilizar qualquer possibilidade de aliança com outras potências (notadamente a Rússia), tomar conta da rica produção de petróleo (caso líbio) para que as divisas geradas não financiassem mais regimes arredios aos interesses da OTAN e impossibilitar a formação de um *checkerboard* geoestratégico com a Rússia, o que atenderia um duplo interesse anti-OTAN.

Mas por que a Líbia? Por que a *freedom agenda* mirou o regime de Kadafi uma vez que o mesmo era um declarado combatente do jihadismo internacional e dos grupos extremistas wahabitas?

De acordo com Bandeira (2013, p. 271-272), após a invasão do Iraque pelos EUA, Kadafi negociou o fim de seu programa nuclear em troca do levantamento das sanções contra a Líbia. Além do programa nuclear, os líbios entregaram dois suspeitos dos ataques terroristas em Lockerbie em 1988, após a intermediação feita pelo embaixador saudita nos EUA, Bandar bin Sultan⁴⁹⁶. Toda essa negociação ocorreu em 1999 e os EUA colocaram como pré-condição do levantamento das sanções um desmantelamento total dos projetos de armas de destruição em massa da Líbia, o que foi aceito por Trípoli.

⁴⁹⁵ BANDEIRA, L. A. M. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.57

⁴⁹⁶ LEVERETT, Flynt. *Why Libya Gave Up on the Bomb*. **The New York Times**, 23 de janeiro de 2004. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/01/23/opinion/why-libya-gave-up-on-the-bomb.html>

O jornalista Flynt Leverett chega mesmo a citar como exemplo esse modelo de negociação utilizado para com a Líbia e incentivando que o mesmo fosse aplicado ao Irã e à Síria:

Altos funcionários sírios – incluindo o próprio presidente Bashar al-Assad – me disseram que querem um melhor entendimento estratégico com os EUA. Para conseguir isso, no entanto, Washington precisa estar disposto a explicitar o que a Síria receberia em troca para abrir mão de seus laços com terroristas, bem como de seu armamento químico e mísseis balísticos. Como o senhor Assad me disse, “a Síria é um Estado, não uma caridade – se desistir de algo, deve saber o que ganhará em troca”. (LEVERETT, 2004) [tradução nossa]

Leverett (2004) critica a leniência da Administração Bush em propor tal modelo tanto à Síria como ao Irã e faz uma ressalva de que o sucesso dessa negociação com a Líbia só foi possível porque foi conduzida por Condoleezza Rice e Colin Powell, que afastaram o grupo neoconservador, representado pela figura de John Bolton, dessas negociações, o que para Leverett era um claro sinal de um radicalismo ideológico acima do realismo dos interesses nacionais dos EUA⁴⁹⁷.

A esperança nutrida por Leverett (2004) não apenas não se concretizou como, ainda, tornou-se um contraexemplo diplomático, uma vez que todo o procedimento pragmático anteriormente utilizado com a Líbia foi descartado em favor de uma ideologia radical que moveu o Império para a destruição daquele país, afastando definitivamente – ou pelo menos a longo prazo – qualquer possibilidade de uma negociação similar como a que ocorreu em 1999.

O filho de Kadafi, Saif al-Islam Kadafi, apontou também como um grande erro, além do aceite de destruir seu projeto de armamentos de destruição em massa, o atraso da Líbia em adquirir equipamentos militares russos⁴⁹⁸: “[...] nosso exemplo significa

⁴⁹⁷ Leverett chegou mesmo a declarar que: “Talvez uma coalizão com os membros mais pragmáticos do Conselho de Segurança Nacional possa traçar um rumo semelhante envolvendo o Irã e a Síria. No entanto, até que a Administração aprenda as lições reais do precedente líbio, a política em relação a outros regimes desonestos (rogue states) provavelmente permanecerá na lama da ideologia” (Fonte: LEVERETT, Flynt. *Why Libya Gave Up on the Bomb*. **The New York Times**, 23 de janeiro de 2004. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2004/01/23/opinion/why-libya-gave-up-on-the-bomb.html>

⁴⁹⁸ BANDEIRA, L. A. M. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 274

que ninguém pode confiar no Ocidente e deve estar sempre alerta”. (BANDEIRA, 2013, p. 274)

Do ponto de vista geopolítico, a Líbia era um dos maiores e melhores potenciais aliados para a Rússia, que tinha largos contratos de vendas de armas e de investimentos em infraestruturas no país, notadamente no setor de petróleo e gás, onde a estatal líbia tinha parcerias estratégicas com as empresas russas Gazprom e a Lukoil. Estrategicamente localizada na margem do Mediterrâneo, a Líbia é sem dúvida o maior potencial energético da região, influenciando diretamente no fornecimento de energia (petróleo e gás) para o continente europeu.

De acordo com Anishchuk (2011), havia pouco antes da queda de Kadafi um contrato firmado entre a Rússia e a Líbia, no valor de US\$ 4 bilhões para a compra de armamentos russos⁴⁹⁹. “O valor de US\$ 4 bilhões é apenas nominal, a receita real perdida pode chegar a dezenas de bilhões de dólares”, disse Mikhail Dmitriyev⁵⁰⁰, [...] “Não há dúvida de que houve perdas... Não temos mais contratos com a nova liderança líbia no campo da defesa”. (ANISHCHUK, 2011). Ademais, esses contratos assinados entre Kadafi e Moscou representaram, em 2010, o montante de 12% das exportações russas de armas, num valor estimado de US\$ 10 bilhões⁵⁰¹.

Portanto, havia interesses estratégicos russos naquele país, envolvendo a venda de armas, mas não somente. Ademais, empresas russas investiram pesadamente na exploração de petróleo e gás na Líbia, bem como em infraestrutura, como a do projeto de construção de uma ferrovia no valor de US\$ 3 bilhões ao cargo da *Russian Railways*⁵⁰².

As empresas petrolíferas do país tinham uma variedade de interesses na Líbia, desde um acordo histórico de troca de ativos entre a ENI da Itália e o ramo petrolífero da Gazprom, até uma relação de fornecimento de petróleo bruto entre a Líbia a uma importante refinaria do Mediterrâneo de controle da Lukoil⁵⁰³. (ANISHCHUK, 2011) [tradução nossa]

⁴⁹⁹ ANISHCHUK, Alexei. *Gaddafi fall cost Russia tens of billions in arms deals*. **Reuters**. 2 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/russia-libya-arms-idUSL5E7M221H20111102>

⁵⁰⁰ Chefe do Serviço Federal de Cooperação Militar e Técnica da Rússia.

⁵⁰¹ ANISHCHUK, op. cit., 2011.

⁵⁰² Ibidem.

⁵⁰³ A “Lukoil” é a maior empresa privada do setor de petróleo e a segunda maior da Rússia, atrás apenas da Gazprom.

Além disso, na visão do ex-embaixador russo na Líbia, Vladimir Chamov, Kadafi sempre se posicionava contra a OTAN⁵⁰⁴, criticando suas ações na Sérvia, no Kosovo, no Afeganistão, bem como sua expansão para leste agregando os antigos Estados da órbita soviética. Além disso, continua o embaixador, “Kadafi rejeitava categoricamente a ideia de adesão da Ucrânia e da Geórgia na OTAN... além de ter apoiado as ações russas em 2008 visando impedir um genocídio na Ossétia do Sul” (ISAEV, 2019).

Assim, Kadafi representava um excelente potencial aliado de Moscou e possuía recursos (políticos e financeiros) que tinham impacto direto por todo o continente africano, geralmente relacionados com o patrocínio de ações humanitárias, projetos de infraestrutura, energia, assim como na manutenção de tropas de paz. Se Moscou por ventura estreitasse definitivamente seus vínculos com Trípoli, a importância geopolítica da Líbia em toda a região cresceria, o que a tornaria um forte *player* antiamericano, anti-OTAN e, mais importante, anti-wahabismo - bem como todo o terrorismo patrocinado pelo mesmo.

O território líbio poderia servir de plataforma para ações militares russas na região, uma vez que oferece uma ampla costa mediterrânea voltada para a Europa meridional, bem como um acesso direto, pelo sul, ao Sahel africano, região rica em petróleo, gás e urânio, e de vital importância energética, sobretudo para a França, que depende do urânio dali extraído para tocar sua produção nacional de energia elétrica, onde 85% são de matriz nuclear.

O Níger, por exemplo, possui a 4ª maior reserva de urânio do mundo e sua exploração vem cada vez mais sofrendo influência comercial chinesa, num setor tradicionalmente explorado por empresas francesas.

Até 2007, a AREVA (Orano) era a única empresa industrial capaz de extrair urânio no país, mas em julho de 2007, o Níger permitiu que a empresa chinesa Sino-U explorasse o valioso minério, o que foi considerado uma ameaça direta aos interesses ocidentais. Essa situação ilustra bem a batalha entre a França e a China pelo acesso aos recursos do Sahel. (BURGIS, 2010)⁵⁰⁵ [tradução nossa]

⁵⁰⁴ ISAEV, Leonid. *Why Might Russia Need Libya?* **Portal Riddle**. 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.ridl.io/en/why-might-russia-need-libya/>

⁵⁰⁵ BURGIS, Tom. *Uranium: coup alters the balance as nations jostle for positions*. **Financial Times**, 14 de junho de 2010. Disponível em: <https://www.ft.com/content/93e487c6-74ed-11df-aed7-00144feabdc0>

Desde 2014, o governo do Níger vinha exigindo uma revisão dos contratos com os franceses, visando melhorar o preço de venda do urânio⁵⁰⁶. Segundo Flynn & De Clerq (2014), a alíquota de imposto que o Níger cobrava pela extração do urânio era de apenas 5,5% em 2014, enquanto que no Canadá era de 13% e no Cazaquistão de 18%. Com a entrada da concorrente chinesa, o governo do Níger percebeu que era mais vantajoso fazer negócio com os chineses, que aceitavam pagar as alíquotas maiores e, com isso, o governo passou a angariar cerca de 30 milhões de Euros a mais.

Após a derrubada do regime de Kadafi, a França fez uma série de intervenções no Sahel visando garantir seu suprimento de urânio, uma vez que a China estava comprando o mesmo minério desses países por um preço mais elevado.

Mapa 30 - A Líbia como *gateway* de acesso ao Sahel

Fonte: adaptado de Geopolitical Intelligence Services⁵⁰⁷

De acordo com Chossudovsky (2011), “a presença da China no norte da África é considerada por Washington como uma intrusão. Do ponto de vista geopolítico, a China é um usurpador. A campanha militar dirigida contra a Líbia pretende excluir a China

⁵⁰⁶ FLYNN, Daniel & DE CLERQ, Geert. *Special Report: Avena and Niger's uranium fight*. **Reuters**, 5 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-niger-areva-specialreport/special-report-areva-and-nigers-uranium-fight-idUSBREA140AA20140205>

⁵⁰⁷ Disponível em: <https://www.gisreportsonline.com/gis-dossier-sub-saharan-africa.politics.2264.report.html>

do norte da África”⁵⁰⁸. Chossudovsky acredita que há um processo atual de redesenho do mapa da África estabelecido na Conferência de Berlim em 1884, onde as antigas possessões francesas (domínio francês) estão sendo reconquistadas pelos EUA com o apoio da OTAN. O autor sugere que está havendo uma nova corrida neocolonial com o intuito de usurpar da França sua esfera de influência⁵⁰⁹.

Entretanto, essa explicação não condiz muito com a própria atitude militar e política da França, que apoiou desde o início tais intervenções americanas. Se há uma tentativa de “usurpar” da França tal esfera geopolítica, por que a mesma apoiaria tudo isso? Sob o nosso prisma de análise, a França não vê como uma usurpação, mas como uma garantia de seus interesses tais intervenções apoiadas política e militarmente pelos EUA, participando ativamente em tais empreendimentos, como o caso da Líbia demonstrou. A predominância de empresas francesas como a TOTAL e a AVENA na exploração dos recursos energéticos do Sahel não se alterou após as intervenções militares, sendo as únicas concorrentes de sua predominância as empresas chinesas.

Além disso, o DGSE (*Direction Générale de la Sécurité Extérieure*), o serviço secreto francês, teve um papel ativo no complô contra Kadafi. De acordo com Bandeira (2013, p. 275), a inteligência francesa, em 2010, já planejava a rebelião em Benghazi quando Nuri al-Mesmari desertou da Líbia e aliou-se aos franceses.

Já em 2002, o Departamento de Estados dos EUA criou o *Pan-Sahel Initiative* (PSI) no intuito de conter os investimentos chineses - não os franceses - em todo o Sahel. Vinculado a uma estratégia propagandística de combate ao terrorismo na região, esse programa investiu US\$ 500 milhões para fortalecer os laços bilaterais militares de todos esses países da região com os EUA⁵¹⁰.

Já desde 2004, o Pan-Sahel Initiative (PSI), ou a “invasão americana” como ficou conhecida pelos habitantes locais, já operava militarmente na região através do envio de 500 militares de um esquadrão anti-terror na Mauritânia e do envio de 400 *rangers* para a região da fronteira Chade-Níger, justificada pelo argumento do Pentágono de

⁵⁰⁸ CHOSSUDOVSKY, Michel. *Insurrection and Military Intervention: the US-NATO attempted Coup d'État in Libya?* **Global Research**, 7 de março de 2011. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/insurrection-and-military-intervention-the-us-nato-attempted-coup-d-etat-in-libya/23548>

⁵⁰⁹ CHOSSUDOVSKY, op.cit., 2011.

⁵¹⁰ BANDEIRA, L. A. M. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 362

que se tratava de uma “*ungoverned area*”. (KENNAN, 2013, p. 14)⁵¹¹
[tradução nossa]

4.6.1 Os investimentos de Kadafi no continente africano

Conhecido por ser um declarado pan-africanista, Kadafi era o maior patrocinador da União Africana de Nações, investiu mais de US\$ 90 bilhões em fundos soberanos africanos e em projetos diversos⁵¹².

De acordo com o portal *InformAfrica*, no Mali, Kadafi ofereceu ajuda bélica ao governo daquele país no intuito de combater as atividades da Al-Qaeda no norte; no Congo, construiu estradas e rede hoteleira; na Libéria, financiava um setor de processamento de borracha na cidade de Gbarnga; no Níger, criou um fundo de investimentos de US\$ 100 milhões, começou a construir a estrada Transaariana e estabeleceu uma sociedade entre a Libya Oil e a empresa francesa Total para explorarem os recursos energéticos daquele país; no Chade, Kadafi ajudou a organizar um acordo de paz entre os diversos grupos no país, assolado pelas guerras civis desde sua independência em 1960⁵¹³; na República Centro-Africana, Kadafi enviou um destacamento de paraquedistas, em 2001, para proteger o frágil governo de um golpe rebelde. Em 2008, Kadafi intermediou um acordo de paz entre o governo e os rebeldes; na Mauritânia, o governo líbio tinha investimentos de cerca de US\$ 200 milhões; no Sudão, as 20 mil tropas de paz estacionadas em Darfur dependiam diretamente do financiamento de Kadafi⁵¹⁴; na Etiópia, a União Africana de Nações ali sediada era majoritariamente patrocinada por Kadafi, que arcava com cerca de 15% do orçamento da instituição, além de cobrir as cotas de países muito pobres. Além disso, em 2008, a Libya Oil comprou a Shell Ethiopia. Já na Somália, a força de paz da União Africana, de cerca de 8 mil soldados, estabelecida ali para combater o radicalismo islâmico,

⁵¹¹ KENNAN, Jeremy. *The Dying Sahara: US imperialism and terror in Africa*. Londres: Pluto Press, 2013, p. 14

⁵¹² InformAfrica. *Gaddafi Placed \$97 Billion On Table to Free Africa From Imperialism*. 25 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.informafrika.com/blog/gaddafi-placed-97-billion-on-table-to-free-africa-from-imperialism/>

⁵¹³ Em 2010, a Líbia fez um enorme investimento na National Telecom do Chade, o que significou um aumento do número de usuários de telefones celulares de 100 mil para 2 milhões (Fonte: InformAfrica, 2011).

⁵¹⁴ Kadafi, culpava Israel pela crise de Darfur. Fez uma série de tentativas de estabelecer conversações entre os rebeldes de Darfur e o governo sudanês. (Fonte: InformAfrica, 2011). O Sudão do Sul, uma mutilação territorial do país, foi amplamente apoiado por Israel e criticado por Kadafi.

dependia do financiamento líbio.⁵¹⁵ “Em 2008, a Líbia concedeu um fundo de investimento à Somália para fomentar a infraestrutura do país”. (INFORMAFRICA, 2011) Não por acaso, após a derrubada de Kadafi e a subsequente destruição do Estado líbio, as atividades do grupo terrorista islâmico *Al-Shabaab* tomaram conta do país.

4.6.2 As ações geopolíticas da *Freedom Agenda*

No intuito de promover a política de *regime change* com o intuito de instituir um governo aliado a seus interesses - ou mesmo apenas desestabilizar um governo antagônico a esses mesmos interesses -, os EUA começaram a elaborar uma nova forma de ação geopolítica. Para isso, portanto, era preciso instituir organizações capazes de implementar tais ações, uma vez que não se tratava, apenas, de uma ação militar pontual, mas de todo um complexo sistema de ação que envolvia uma intrincada rede: mídia, redes sociais, grupos rebeldes, terrorismo, *think tanks*, massiva propaganda internacional, *fake news*, promoção de determinados valores, etc...

Assim, em 2002, por iniciativa do então Secretário de Estado Colin Powell, foi criada a MEPI (*Middle East Partnership Initiative*), no intuito de promover institucionalmente tal agenda. Segundo sua própria definição, a MEPI estava estruturada:

Com o objetivo de promover a estabilidade e a prosperidade no Oriente Médio e no Norte da África (MENA), o programa Iniciativa de Parceria do Oriente Médio (MEPI) apoia governos e seus cidadãos para **alcançar objetivos políticos**, econômicos e de estabilidade compartilhados. O programa MEPI responde às necessidades e oportunidades emergentes para os cidadãos e organizações que visam dois objetivos principais: Governança Participativa e Oportunidade Econômica. Um tema transversal é o foco nas relações governo-cidadão: capacitando parcerias entre cidadãos, organizações não-governamentais, o setor privado e instituições governamentais para promover soluções compartilhadas para o povo do Oriente Médio e do Norte da África. (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2002)⁵¹⁶ [tradução e grifo nossos]

⁵¹⁵ InformAfrica. *Gaddafi Placed \$97 Billion On Table to Free Africa From Imperialism*. 25 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.informafrika.com/blog/gaddafi-placed-97-billion-on-table-to-free-africa-from-imperialism/>

⁵¹⁶ Disponível em: <https://mepi.state.gov/about-mepi/>

Na visão de Colin Powell, a MEPI ajudaria os povos daquela região a construir suas próprias nações⁵¹⁷, como se as mesmas já não tivessem sido criadas. De fato, o que se promovia era a promoção da democracia liberal no mundo árabe, mas apenas nos ditos “Estados Laicos”, pois naqueles onde monarquias absolutistas eram fortes aliadas dos EUA, a MEPI não promoveu nenhuma democracia ou mudança de regime.

A ação não era apenas uma ação de um governo específico, no caso, o de George W. Bush, mas uma política de Estado contínua e persistente, que prosseguiu no governo de Barack Obama. De acordo com Bandeira (2013, p. 89), a então assistente de segurança nacional Condoleezza Rice, a MEPI é uma transformação da diplomacia em ação. “O programa financiava as ONGs americanas e começou a distribuir diretamente bolsas para ONGs no Egito, com o intuito de apoiar *political activists and human rights groups*”. (BANDEIRA, 2013, p. 90)

Assim, a MEPI tornou-se um braço da *freedom agenda*, com o objetivo oficial de promover a democracia e supostamente, com isso, conter o fundamentalismo islâmico, mas tendo como objetivo real a ação política dos EUA em regiões de interesse geoestratégico, no caso, o *rimland*, com o intuito de conter tanto a reemergência russa quanto chinesa.

Embora como experimento social - um verdadeiro *social engineering* - que foi implementado do Marrocos a Omã, sua efetividade teve efeito apenas em países cujos regimes não eram afinados com Washington. Com exceção da Tunísia, onde curiosamente o resultado foi o inverso das prerrogativas do MEPI de anular o islamismo como fator político, em todos os outros países “autoritários” e com fortes laços tanto com o fundamentalismo islâmico quanto com os EUA, o MEPI falhou e seus efeitos foram violentamente reprimidos, para não dizermos censurados completamente, como nos casos da Arábia Saudita, Bahrein e Emirados Árabes Unidos.

Não se pode compreender, portanto, o vínculo do “sucesso do MEPI” sem a questão geopolítica de fundo. O real objetivo não era tornar o mundo árabe (do Marrocos a Omã) um *democratic belt*, mas desestabilizar regimes inimigos que poderiam criar uma configuração geopolítica de *checkerboard* com a Rússia, sobretudo.

⁵¹⁷ BANDEIRA, L. A. M. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 90

Já em 2002, Igor Ivanov, o chanceler russo de então, já apontava a interferência americana na Geórgia e em toda a região geoestratégica vital da Rússia⁵¹⁸. Estava claro que, ademais do alargamento da OTAN no leste europeu, os EUA atuariam também no *rimland* eurasiático, fomentando desestabilizações no Oriente Médio, no Cáucaso, na Ásia Central e mesmo no Norte da África⁵¹⁹.

Diferentemente do que ocorreu no Egito e na Tunísia, os protestos na Líbia não foram pacíficos. Insurgentes da Cirenaica (a parte oriental da Líbia) tomaram bases militares e estações de polícia, matando centenas de militares e se apossando das armas⁵²⁰. Em Benghazi, prédios públicos e delegacias foram incendiados. “Kadafi não tem mais presença aqui... as regiões orientais da Líbia estão agora livres... Se ele quiser recuperá-las, ele precisará nos bombardear com bombas nucleares ou químicas... As pessoas aqui não irão recuar” (BLACK & BOWCOTT, 2011), dizia um dos revoltosos.

A geografia da Líbia também era diferente da Tunísia e do Egito. O semitribalismo líbio contribuiu para seu regime autoritário na figura de Kadafi, uma vez que era a única forma de manter e forjar uma unidade nacional numa sociedade tão estratificada, inclusive territorialmente. Entretanto, esse semitribalismo contribuiu também para a derrubada do regime, mediante a inoculação das táticas de Gene Sharp e da *freedom agenda* nas diferentes facções do país. Num país tão estratificado, gerar o descontentamento e a discordância era uma tarefa mais simples, uma vez que a “obediência tribal enfraquecia a lealdade nacional e retirava a autoridade do governo” (BANDEIRA, 2013, p. 253).

⁵¹⁸ BANDEIRA, L. A. M. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 91

⁵¹⁹ “Washington conseguiu que o Uzbequistão autorizasse a instalação de uma base aérea em Khanabad e outra - Ganci Air Base - no Aeroporto Internacional de Manas, perto de Bishkek, a capital do Quirguistão, para a passagem de tropas americanas com destino ao Afeganistão, mas que visavam assegurar a construção de dutos pela Union Oil Company of California (UNOCAL) para o transporte do petróleo do Uzbequistão até o Oceano Índico sem atravessar o território da Rússia”. (Fonte: BANDEIRA, op. cit., p. 91)

⁵²⁰ Ibidem, p. 251

Mapa 31 - As três regiões da Líbia

Fonte: Geopolitical Intelligence Services⁵²¹

No início de 2011, fortes manifestações contra o governo de Kadafi começaram a ocorrer no Leste da Líbia, sobretudo na cidade de Benghazi, o que gerou uma violenta resposta governamental, inclusive com o uso de forte aparato militar, que teria causado 61 mortes⁵²². Manifestantes da oposição usaram amplamente o Facebook para convocar “um dia de raiva” contra o regime⁵²³, o que reforça o vínculo de tais protestos com as teses de Gene Sharp⁵²⁴. “Multidões em Tobruk foram vistas destruindo uma estátua do Livro Verde de Kadafi e cantando ‘queremos que o regime caia’” (BLACK & BOWCOTT, 2011), numa atitude similar ao que ocorreu no Egito.

Para Chossudovsky (2011), em nome da guerra ao terrorismo, a OTAN e os EUA apoiaram grupos terroristas na Líbia⁵²⁵. Havia muitas facções dentre os grupos de

⁵²¹ Disponível em:

<https://www.gisreportsonline.com/libya-and-the-franco-italian-rivalry.politics,2833,report.html>

⁵²² BLACK, Ian & BOWCOTT, Owen. *Libya protests: massacres reported as Gaddafi imposes news blackout*. **The Guardian**, 18 de fevereiro de 2011. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2011/feb/18/libya-protests-massacres-reported>

⁵²³ Ibidem.

⁵²⁴ De acordo com Peter Dale Scott, “o chefe militar do Conselho Nacional de Transição disse que a revolução não fora iniciada pelos mais velhos, mas pelas ‘crianças do Facebook’, inspiradas na juventude da Tunísia e do Egito” (Fonte: SCOTT, Peter Dale. *Who are the Libyan Freedom Fighters and Their Patrons?* **Asia-Pacific Journal**. Vol. 9, nº 13, março de 2011). Disponível em: <https://apjif.org/-Peter-Dale-Scott/3504/article.pdf>

⁵²⁵ CHOSSUDOVSKY, Michel. “Our Man in Tripoli”: *US-NATO Sponsored Islamic Terrorists Integrate Libya’s Pro-Democracy Opposition*. **Global Research**, 1 de abril de 2011. Disponível em:

oposição, destacando-se os *royalists*, desertores do regime de Kadafi como Moussa Koussa, membros das forças armadas, a Frente Nacional para a Salvação da Líbia (NFSL), a Conferência Nacional para a Oposição Líbia (NCLO) e o Grupo de Combate Islâmico da Líbia (LIFG)⁵²⁶.

Imagem 1 -Secretária de Estado Hillary Clinton com rebeldes do LIFG (2011)

Fonte: The Daily Mail⁵²⁷.

A Frente Nacional para a Salvação da Líbia (NFSL) foi criada por Israel e os EUA em 1989 com sua base de operação a partir do Chade, onde treinaram mais de 2000 rebeldes líbios. Além disso, era financiada por países como o Egito, a Arábia Saudita, o Marrocos e o Iraque⁵²⁸. “Os sauditas, por exemplo, doaram US\$ 7 milhões ao NFSL (também financiado pela inteligência francesa e pela CIA)” (SCOTT, 2011). De acordo com Scott (2011), a NFSL realizou congressos em Londres, em 2005, e em Washington, em 2007, no intuito de orquestrar a derrubada de Kadafi⁵²⁹.

<https://www.globalresearch.ca/our-man-in-tripoli-us-nato-sponsored-islamic-terrorists-integrate-libya-s-pro-democracy-opposition/24096>

⁵²⁶ Para Chossudovsky (2011), esses grupos eram compostos sobretudo por milícias civis, mas a LIFG tinha fortes relações com a Al-Qaeda.

⁵²⁷ Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2051826/We-came-saw-died-What-Hillary-Clinton-told-news-reporter-moments-hearing-Gaddafis-death.html>

⁵²⁸ SCOTT, Peter Dale. *Who are the Libyan Freedom Fighters and Their Patrons?* **Asia-Pacific Journal**. Vol. 9, nº 13, março de 2011.

⁵²⁹ Ibidem.

A Conferência Nacional para a Oposição Líbia (NCLC), foi o principal grupo que liderou a oposição ao regime de Kadafi e era uma milícia armada patrocinada pelos EUA, formada principalmente por expatriados e tribos líbias que se opunham a Kadafi⁵³⁰.

A despeito desse apoio, o Conselho de Segurança da ONU já classificava o LIFG como grupo terrorista e o próprio Departamento do Tesouro dos EUA, em fevereiro de 2006, já o classificava, também, como uma organização terrorista⁵³¹, o que demonstra que tal suporte violava tanto as leis internacionais quanto as leis norte-americanas. Paradoxalmente, a promoção da democracia começava com um amplo suporte a grupos terroristas.

4.6.3 As origens do *Libya Islamic Fighting Group* (LIFG)

Amplamente documentado, parte daquilo que chamamos de *jiḥād* islâmica tem sido secretamente apoiada pela CIA desde a guerra soviético-afegã. A CIA, no intuito de dispersar os soviéticos, treinou e armou os *mujahedins* afegãos, utilizando-se de informações e acessos do Serviço de Inteligência do Paquistão (ISI). Foi dessa expertise dada pela CIA que o LIFG foi fundado no Afeganistão por um antigo combatente líbio que lutou com os *mujahedins* na década de 1980⁵³².

De acordo com Gerald A. Perreira, David Shayler, um antigo agente do MI6, que trabalhou na Líbia em meados dos anos 90, teria afirmado que o pessoal do serviço secreto britânico colaborou com o LIFG, que era ligado a um homem de confiança de Bin Laden⁵³³.

Desde o início, em meados da década de 1990, o LIFG desempenhou o papel de recurso de informação em nome da CIA e do MI6 britânico. A partir de 1995, o LIFG esteve ativamente envolvido na realização de uma *jiḥād* islâmica dirigida contra o regime secular líbio, incluindo

⁵³⁰ SCOTT, Peter Dale. *Who are the Libyan Freedom Fighters and Their Patrons?* **Asia-Pacific Journal**. Vol. 9, nº 13, março de 2011

⁵³¹ CHOSSUDOVSKY, Michel. *"Our Man in Tripoli": US-NATO Sponsored Islamic Terrorists Integrate Libya's Pro-Democracy Opposition*. **Global Research**, 1 de abril de 2011.

⁵³² *Ibidem*.

⁵³³ Gerald A. Perreira. *British Intelligence Worked with Al Qaeda to Kill Qaddafi*. in: CHOSSUDOVSKY, 2011. Disponível em:

<https://www.globalresearch.ca/our-man-in-tripoli-us-nato-sponsored-islamic-terrorists-integrate-libya-s-pro-democracy-opposition/24096>

uma tentativa de assassinato de Kadafi em 1996. (CHOSSUDOVSKY, 2011) [tradução nossa]

Há comprovações de que o MI6 deu US\$ 160.000 ao LIFG no intuito de que esse assassinasse Kadafi já em meados da década de 1990. Além disso, a Grã-Bretanha permitiu que o LIFG montasse uma base de apoio logístico em seu território. O homem-chave dessa operação era Moussa Koussa, antigo Ministro das Relações Exteriores da Líbia e chefe do Serviço de Informação da Líbia⁵³⁴, ou seja, um homem no alto escalão do governo líbio, de confiança de Kadafi, que na realidade era tão somente um agente duplo a serviço dos britânicos⁵³⁵.

De acordo com Thomas & Giannangeli (2011), Moussa Koussa teria sido agente do MI6 infiltrado no alto escalão líbio por mais de dezesseis anos. Além da ilegalidade em fomentar um grupo terrorista como o LIFG, os britânicos fizeram de um de seus agentes um homem diretamente envolvido no ataque terrorista de Lockerbie e no fornecimento de armas para o IRA⁵³⁶. Koussa teve um papel direto no desenvolvimento do LIFG na Líbia e no estreitamento das relações desse grupo com o MI6 e com a CIA. Atualmente, de acordo com Chossudovsky (2011), Koussa é analista sênior da Fundação Quilliam, que é um *think tank* britânico focado na luta contra o extremismo e que promove valores democráticos no mundo islâmico e que recebe fundos diretos do governo do Reino Unido⁵³⁷.

Sob seu comando, Moussa Koussa infiltrou diversos agentes ocidentais no Serviço de Informação da Líbia, o que permitiu à CIA estabelecer um programa anti-terrorista encoberto na Líbia⁵³⁸. “O programa de luta contra-terrorista de 2009 tem uma relação direta com a rebelião de março de 2011. Permitiu à CIA, juntamente com

⁵³⁴ CHOSSUDOVSKY, Michel. “Our Man in Tripoli”: US-NATO Sponsored Islamic Terrorists Integrate Libya’s Pro-Democracy Opposition. **Global Research**, 1 de abril de 2011.

⁵³⁵ De acordo com Chossudovsky (2011), Moussa Koussa reuniu-se em outubro de 2001 com o Secretário de Estado dos EUA, William J. Burns, onde estiveram presentes altos funcionários da CIA e do MI6, incluindo Sir John Scarlett, chefe do CME (Comitê Conjunto de Informações), que se reporta diretamente ao primeiro-ministro britânico.

⁵³⁶ THOMAS, Gordon & GIANNANGELI, Marco. *Libya defector Moussa Koussa was an MI6 double agent*. **Daily Express**. 3 de abril de 2011. Disponível em: <https://www.express.co.uk/news/uk/238354/Libya-defector-Moussa-Koussa-was-an-MI6-double-agent>

⁵³⁷ CHOSSUDOVSKY, Michel. “Our Man in Tripoli”: US-NATO Sponsored Islamic Terrorists Integrate Libya’s Pro-Democracy Opposition. **Global Research**, 1 de abril de 2011

⁵³⁸ Ibidem.

o MI6, prestar apoio secreto ao LIFG na expectativa da insurreição armada de 2011” (CHOSSUDOVSKY, 2011). O objetivo não era combater o terrorismo, mas Kadafi, que sempre fora um combatente declarado do terrorismo islâmico. Assim, toda uma operação foi montada para dar suporte a um grupo ligado à Al-Qaeda no intuito de destruir o Estado líbio.

O levante popular era uma fachada com ar de protesto voluntário contra uma tirania, mas tudo foi milimetricamente orquestrado pelos serviços de inteligência ocidentais. Somados às táticas de Gene Sharp para insuflar a população, o regime de Kadafi não teria muito o que fazer. Porém, o que é raramente ressaltado, é que os métodos de Gene Sharp não conseguiriam, por si só, derrubar o regime, necessitando um braço armado dessa revolta. Esse braço armado foram as guerrilhas jihadistas, que acabaram por derrubar o regime e destruir o Estado, ou seja, tudo foi uma estratégia combinada.

A derrubada de Kadafi, porém, já tinha sido planejada bem antes dos protestos de 2011, e Washington apenas aguardava o pretexto ideal para intervir naquele país⁵³⁹. Segundo o General Wesley Clark, que afirmou em uma entrevista ao programa de rádio *Democracy Now!*, em 2 de março de 2007, bem antes da Primavera Árabe, que os EUA desde a Administração Bush havia planejado atacar sete países em cinco anos: o Iraque, a Síria, a Líbia, a Somália, o Sudão e o Irã⁵⁴⁰. Assim como no do Afeganistão, onde o planejamento para a construção de uma grande rede de *pipelines* levaria petróleo e gás do Mar Cáspio até o Afeganistão e à Turquia já estava em operação bem antes de 2003, a invasão da Líbia também estava e seguiu o mesmo *modus operandi*.

Começou-se, então, a formação de uma coalizão internacional dos EUA com os países da OTAN, bem como de seus vassalos no Oriente Médio, notadamente, a Arábia Saudita, que enviou armas para o LIFG, incluindo foguetes antitanque de mísseis terra-mar fornecidos por Washington e Bruxelas⁵⁴¹. Essa coalizão internacional operou uma verdadeira intervenção militar no território líbio, sob o pretexto da implementação da democracia e do “direito de proteger” os opositores, que são classificados pela

⁵³⁹ BANDEIRA, L. A. M. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 281

⁵⁴⁰ CLARK, Wesley. “I Think About It Every Day”. **Democracy Now**. 2 de março de 2007. Disponível em: https://www.democracynow.org/2007/3/2/gen_wesley_clark_weighs_presidential_bid

⁵⁴¹ CHOSSUDOVSKY, Michel. “Our Man in Tripoli”: US-NATO Sponsored Islamic Terrorists Integrate Libya’s Pro-Democracy Opposition. **Global Research**, 1 de abril de 2011.

Resolução 1267 do Conselho de Segurança da ONU como grupos terroristas⁵⁴², mas isso foi ocultado e deliberadamente usado pelas forças da OTAN. De acordo com Chossudovsky (2011), o Almirante James Stavridis, do Comando Supremo Aliado da OTAN teria dito que “os guerrilheiros da LIFG constituem a espinha dorsal da insurreição armada”.

A rebelião, não por acaso, começou na região separatista da Cirenaica, na cidade de Benghazi, região que concentra o maior número de refinarias do país, refinarias essas que foram ocupadas, logo que o conflito começou, por forças treinadas por divisões especiais da França e da Inglaterra⁵⁴³. Diferentemente do Egito, e mesmo da Síria, na Líbia (sobretudo na região da Cirenaica) não havia na população um forte sentimento nacionalista, pró-Estado, muito pelo contrário, o povo da Cirenaica odiava o governo e as forças estatais.

Já oriundos de uma outra situação patrocinada pelo Pentágono, esses grupos jihadistas detinham *know-how* com armamentos, bem como uma larga experiência de combate de guerrilha contra forças “tradicionais”. Assim, a “oposição democrática” líbia era composta, fundamentalmente, de terroristas treinados e armados pelos EUA.

O ex-diretor da CIA, George Tenet, reconhece em sua autobiografia que o abrandamento das tensões com a Líbia foi um dos maiores sucessos de seu mandato, pois levou à cooperação entre os dois serviços espões... Não deve haver dúvidas: a OTAN e o LIFG são companheiros de cama. A aliança militar ocidental apoiou uma rebelião integrada por terroristas islâmicos, em nome da “guerra ao terror”. (CHOSSUDOVSKY, 2011) [tradução nossa]

O Egito também teve participação ativa no apoio logístico-militar aos rebeldes da LIFG, enviando a partir de sua fronteira armamentos leves como fuzis e munições⁵⁴⁴. O jornal *The Wall Street Journal* dizia que “os carregamentos egípcios são a mais forte indicação até a data de que alguns países árabes estão a atender aos apelos do Ocidente

⁵⁴² CHOSSUDOVSKY, Michel. “Our Man in Tripoli”: US-NATO Sponsored Islamic Terrorists Integrate Libya’s Pro-Democracy Opposition. **Global Research**, 1 de abril de 2011

⁵⁴³ BANDEIRA, L. A. M. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 254

⁵⁴⁴ SCOTT, Peter Dale. *Who are the Libyan Freedom Fighters and Their Patrons?* **Asia-Pacific Journal**. Vol. 9, nº 13, março de 2011.

para assumirem uma liderança nos esforços de intervenção em nome dos rebeldes pró-democracia na Líbia contra Kadhafi” (SCOTT, 2011).

4.6.4 As *psy-ops* e a fabricação de *fake news*

Bandeira (2013, p. 264) acredita que rebeldes foram apresentados como civis que se insurgiam contra o regime, numa verdadeira *psy-ops* da CIA difundida globalmente pelos veículos de comunicação.

A remuneração paga a editores de jornais pelo MI6 podia chegar a 100.000 libras, com acesso ao dinheiro via um *off-shore bank* sediado em algum paraíso fiscal... [o MI6] possui uma *I/ops* (*information operation*), uma divisão encarregada de planejar as operações de guerra psicológica... Sua tarefa consistia em planejar e plantar na imprensa falsas histórias, rumores e informações por meio de *off-the-record briefing* e *double sourcing*, confirmadas por outro agente contratado para essa função. (BANDEIRA, 2013, p. 264)

De acordo com o jornalista David Leigh (2000), os jornalistas britânicos - e os jornais britânicos - estão sendo manipulados pelas agências secretas de informação, e penso que deveríamos tentar por-lhes um fim⁵⁴⁵. Leigh argumenta que o MI6 recruta jornalistas para serem espiões; agentes passam-se por jornalistas para escrever notícias falsas usando nomes fictícios e mapeiam tudo o que sai na imprensa britânica de modo a implementar sua “I/Ops”, ou seja, suas operações de informação. Comenta que os leitores do Sunday Telegraph foram confrontados com uma notícia sobre o filho de Kadhafi estar ligado a uma rede de falsificação de moeda. A história foi escrita por Con Coughlin e foi falsamente atribuída a um “funcionário bancário britânico”⁵⁴⁶. Na verdade, tinha lhe sido dada por oficiais do MI6⁵⁴⁷. “Na nossa vaidade, imaginamos que controlamos as fontes. Mas a verdade é que eles é que estão deliberadamente buscando nos controlar” (LEIGH, 2000).

⁵⁴⁵ LEIGH, David. *Britain's Security Services and Journalists: the secret story*. **British Journalism Review**. Vol 11, nº 2, 2000.

⁵⁴⁶ Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/uknews/1391457/Gaddafis-son-settles-for-apology-in-libel-case.html>

⁵⁴⁷ LEIGH, op. cit., 2000.

As “*I/Ops*”, assim como as “*Psy/Ops*” são uma prática comum no ramo da espionagem e desinformação. Com o advento das redes sociais essas operações tornaram-se mais abrangentes e fáceis. A manipulação agora é entregue no varejo.

Além do MI6, o *U.S. Army Civil Affairs and Psychological Operations Command* (USACAPOC) usaram os veículos midiáticos internacionais para inocular a contra-informação⁵⁴⁸ de que o governo líbio estava massacrando a população civil inocente. Na verdade, os “*freedom fighters*” eram terroristas e a operação *Odyssey Dawn* - como ficou conhecida a intervenção na Líbia - não passou de um grande pretexto para a ingerência externa das potências ocidentais naquele país. Toda a “luta pela democracia” martelada incessantemente pela mídia internacional não passou de uma grande *psy/ops*.

4.6.5 A intervenção (*Operation Odyssey Dawn*)

Um elemento importante que foi preparado antes da intervenção militar foi o da simbologia dos protestos. Como em todas as *psy/ops*, a simbologia é um elemento fundamental. A nova bandeira da Líbia, tricolor, foi difundida para o mundo inteiro como “símbolo da luta democrática”, quando na realidade representava o passado colonial e o vínculo com o terrorismo jihadista⁵⁴⁹.

A 27 de fevereiro de 2011, a então Secretária de Estado Hillary Clinton disse:

A Administração Obama está pronta para oferecer **qualquer tipo de assistência** aos líbios que procuram expulsar Kadafi... temos estendido a mão a muitos líbios diferentes que estão tentando se organizar no leste enquanto a revolução se move para oeste também... Acho que é muito cedo para dizer como isso vai funcionar, mas vamos estar prontos e preparados para oferecer qualquer tipo de assistência

⁵⁴⁸ BANDEIRA, L. A. M. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 265

⁵⁴⁹ “Este não é um movimento de protesto não violento, como no Egito e na Tunísia. As condições da Líbia são fundamentalmente diferentes. A insurreição armada na Líbia Oriental é apoiada diretamente por potências estrangeiras. A insurreição em Benghazi imediatamente ergueu a bandeira vermelha, preta e verde, com o crescente e a estrela: a bandeira monárquica do Rei Idris, que simbolizava o governo das antigas potências coloniais”. (Fonte: CHOSSUDOVSKY, Michel. *Insurrection and Military Intervention: The US-NATO attempted Coup d’État in Libya?*” **Global Research**. 7 de Março de 2011. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/insurrection-and-military-intervention-the-us-nato-attempted-coup-d-etat-in-libya/23548>

que qualquer um queira ter dos EUA” (CLINTON apud CBSNEWS, 2011)⁵⁵⁰ [tradução e grifo nosso]

A assistência veio a “qualquer um”, sobretudo aos grupos terroristas antiamericanos. Porém, independente disso, toda essa “ajuda” era apenas uma fachada para encobrir algo que já havia sido decidido a anos e planejado meticulosamente: a destruição da Líbia enquanto Estado.

Chossudovsky (2011), argumenta que a operação militar na Líbia tinha por objetivo tomar posse das reservas de petróleo e desestabilizar a National Oil Company, a petrolífera estatal líbia. Entretanto, a nosso entender, o petróleo não era o único motivo da ação sobre a Líbia. Como se sabe, a posição geográfica da Líbia colocava-a numa vantagem estratégica única: defronte para a Europa e sendo uma alça de acesso ao Sahel, como já argumentamos antes. A possibilidade do regime de Kadafi aliar-se com a Rússia, permitir-lhes o estabelecimento de uma base militar em território líbio e, assim, criar uma estrutura de *checkerboard* geopolítico, poderia muito bem dissuadir as estratégias de expansão da OTAN. Essa possibilidade foi o real motivo da destruição, não apenas do regime de Kadafi, mas de todo o Estado líbio. O petróleo, como sempre, apenas “pagou a conta”. Um Estado forte aliado dos russos poderia influenciar outros países árabes a fazer o mesmo, o que certamente não era o desejo de Washington. “As premissas estratégicas por detrás da operação militar na Líbia nos fazem lembrar os anteriores empreendimentos militares da OTAN na Iugoslávia e no Iraque” (CHOSSUDOVSKY, 2011). Porém, o que Chossudovsky não esclarece é que tal arranjo, bem como ocorreu antes nos exemplos citados, faz parte de uma geoestratégia conceitualmente assentada: a do impedimento da formação de *checkerboards* geopolíticos em determinados países com a Rússia. Tais formações permitiriam uma vantagem geopolítica para a Rússia e complicaria o *status quo* geopolítico da Aliança Atlântica.

O estaticídio é a “solução” para tal “problema”. Assim como na ex-Iugoslávia, as psy/ops, munidas por uma rede de desinformação, acabaram por dilacerar todo um país e gerar uma guerra civil sangrenta no seio da Europa. A Líbia estava sendo

⁵⁵⁰ CLINTON, Hillary. *U.S. ready to help Libyan opposition*. **CBS News**, 27 de fevereiro de 2011. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/clinton-us-ready-to-help-libyan-opposition/>

“tratada” pelo mesmo “remédio”. Assim como os EUA financiou os paramilitares armados do Exército de Libertação do Kosovo (UCK) e também o Exército Muçulmano da Bósnia, agora faziam isso com o LIFG na Cirenaica líbia⁵⁵¹, inclusive com o amplo uso das psy/ops⁵⁵².

A guerra civil iugoslava certamente teve seus episódios sangrentos perpetrados pelos sérvios, mas também os tiveram pelos croatas e bósnios (contra populações sérvias), bem como kosovares, o que quase nunca era difundido pela mídia internacional. O Estado sérvio, curiosamente também aliado de Moscou, poderia estabelecer o mesmo tipo de aliança geoestratégica de *checkerboard*, o que colocaria a OTAN numa posição menos privilegiada daquela que possui hoje. Na Sérvia, primeiro vieram as armas e depois vieram os preceitos e as táticas de Gene Sharp para derrubar Milosevic. O estaticídio da Iugoslávia foi o ensaio para o que ocorreria anos depois na Síria, na Líbia e na Ucrânia. Anulação geopolítica e um cisma cultural dentro desses países.

Assim como ocorreu na ex-Iugoslávia - onde a Eslovênia e a Croácia declararam-se independentes com o apoio ocidental quase que imediato e o envio de suporte bélico -, a OTAN fez o mesmo na região da Cirenaica líbia. “Centenas de conselheiros militares norte-americanos, britânicos e franceses chegaram à Cirenaica, a província oriental separatista da Líbia. Os conselheiros, incluindo oficiais de inteligência, desembarcaram de navios de guerra e botes nas cidades costeiras de Benghazi e Tobruk” (CHOSSUDOVSKY, 2011b). Assim, enquanto o Pentágono preparava o esquema de desinformação midiático, as forças especiais preparavam, no terreno, a insurreição.

Em 5 de março de 2011, o general James Mattis estabeleceu uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia, colocando uma enorme força naval dos EUA na costa daquele país com o objetivo de operar tal procedimento⁵⁵³. Enquanto isso, Amir

⁵⁵¹ CHOSSUDOVSKY, Michel. *Insurrection and Military Intervention: the US-NATO attempted Coup d'État in Libya?* **Global Research**. 7 de março de 2011. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/insurrection-and-military-intervention-the-us-nato-attempted-coup-d-etat-in-libya/23548>

⁵⁵² “Tanto no Kosovo como na Bósnia, a desinformação dos meios de comunicação social (incluindo mentiras e invenções) foi utilizada para apoiar as afirmações dos EUA e da UE de que o governo de Belgrado havia cometido atrocidades, justificando assim uma intervenção militar por razões humanitárias” (CHOSSUDOVSKY, op.cit., 2011)

⁵⁵³ CHOSSUDOVSKY, op. cit.

Moussa, porta-voz da Liga Árabe, convenceu a Arábia Saudita, o Qatar e outros países árabes a “acatar a zona de exclusão aérea”, argumentando que, com isso, agradariam a Washington e permaneceriam distantes do destino que sofreram Mubarak e Ben Ali⁵⁵⁴. Como bem ressaltou Engdahl (2011), a Líbia não havia ameaçado nenhum Estado vizinho nem representava ameaça militar iminente para nenhuma outra nação, o que seria uma pré-condição de qualquer intervenção internacional votada e aprovada pela ONU. Da mesma forma, Bandeira (2013, p. 278) ressaltava o argumento de que “as operações militares, navais e terrestres dos membros das Nações Unidas só poderiam ocorrer caso fossem necessárias para manter e restabelecer a paz e a segurança internacional... o levante contra Kadhafi não ameaçava nem a paz nem a segurança internacional”, o que constitui uma ilegalidade e uma desconsideração pelo Direito Internacional, manchando, uma vez mais a legitimidade das Nações Unidas, bem como a ideia de se construir uma ordem cujo respeito à soberania territorial dos Estados seja sua primazia essencial.

Richard Falk, professor emérito de Direito Internacional da Universidade de Princeton e relator especial da ONU, enumerou a total falta de critérios para uma intervenção na Líbia:

- 1) A ausência de qualquer preocupação com a relevância do Direito Internacional ou com a autoridade das Nações Unidas;
- 2) A obrigação legal fundamental da Carta da ONU exige que os Estados membros se abstenham de qualquer uso da força, a menos que isso possa justificar como autodefesa após um ataque armado transfronteiriço.⁵⁵⁵

O silêncio da Rússia e da China nessa questão também é um fato constrangedor e preocupante, o que deu a entender, erroneamente, de que esses países estavam coniventes com tal ação. Engdahl (2011) sugere que a abstenção - ao invés do veto - da Rússia e da China na resolução da ONU contra o regime de Kadhafi se deu por receio de

⁵⁵⁴ ENGDAHL, F. William. *Libya in Washington's Greater Middle East Project*. **Global Research**. 26 de março de 2011. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/creative-destruction-libya-in-washington-s-greater-middle-east-project/23961>

⁵⁵⁵ FALK, Richard. *Kicking the Intervention Habit*. Al Jazeera, 10 de março de 2011. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/03/201138143448786661.html>

que pudessem se indispor com os demais países da Liga Árabe, uma vez que eram grandes produtores de petróleo.

As três potências - EUA, Grã-Bretanha e França - não estabeleceram a *no-fly zone* para proteger civis... Empreenderam ataques aéreos, aliando-se abertamente aos rebeldes, como a Alemanha nazista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)... Além dos aliados da OTAN, aviões da Suécia, do Qatar, dos Emirados Árabes Unidos e da Jordânia tomaram parte nas operações tanto de monitoramento quanto de ataque aéreo na Líbia. (BANDEIRA, 2013, p. 280)

A operação, portanto, não foi apenas norte-americana, mas englobou tanto países da OTAN quanto outros europeus e do Oriente Médio na derrubada do regime de Kadafi. Mas nem todos os países da OTAN concordaram com tal empreendimento, o que acabou por revelar os obscuros motivos envolvidos nessa ação:

A Alemanha retirou o seu equipamento de apoio militar da região em desacordo com a falta de objetivos claros e da direção da campanha, e com isso a unidade dentro da OTAN desmoronou-se. A Itália acusou a França de apoiar a “zona de exclusão aérea” a fim de retirar as riquezas petrolíferas da Líbia sob o controle estatal italiano (ENI/AGIP). A Itália também ameaçou revogar os direitos dos EUA, do Reino Unido e da França de utilizarem suas bases. (ENGDAHL, 2011) [tradução nossa]

Logo que a Itália e a Alemanha perceberam que as ações contra a Líbia de Kadafi não ficariam apenas no plano geopolítico, mas atingiriam diretamente o controle econômico do petróleo, retiraram seu apoio, mas era tarde demais. Além da percepção tardia dos reais objetivos, ambos países não possuem força militar suficiente para constranger ou mesmo dificultar qualquer procedimento da OTAN.

Num artigo publicado pelo jornal The New York Times em 14 de abril de 2011, Barack Obama, David Cameron e Nicolas Sarkozy, manifestam sua decisão de intervir na Líbia:

Prosseguimos hoje as nossas operações militares para proteger os civis da Líbia... a Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas é a de proteger civis, e estamos fazendo isso... A permanência de Kadafi no poder condenaria a Líbia a ser um Estado pária e um *failed state*... Nem a Europa, nem a região, nem o mundo podem permitir um novo porto seguro para os extremistas... Há um caminho para que a paz que promete uma nova esperança para o povo da Líbia: um futuro sem Kadafi que preserva a integridade e a

soberania da Líbia e restaura sua economia e prosperidade para seu povo. (OBAMA, CAMERON, SARKOZY, 2011)⁵⁵⁶ [tradução nossa]

Ao final, a Líbia que detinha o melhor IDH da África entrou numa colapsante guerra civil, onde integrantes da Al-Qaeda e do Estado Islâmico encontraram, eles sim, um verdadeiro porto seguro para suas atividades. O território líbio virou a principal rota de imigração em massa para a Europa e se tornou um *failed state*, tudo o que a hipócrita declaração dos três presidentes prometia combater. Agora que a possibilidade da formação de um checkerboard geopolítico com a Rússia foi afastado, que o petróleo foi garantido sob a tutela ocidental, não há mais interesse da comunidade internacional em proteger os civis.

A Líbia pós-Kadafi tornou-se um risco muito maior à estabilidade regional, uma vez que abrigou dezenas de grupos terroristas e sem um governo forte e centralizado capaz de reprimi-los. Não houve, tampouco, nenhuma intervenção humanitária em países cujos regimes estavam afinados com Washington. A Arábia Saudita tratou violentamente os grupos de manifestantes opositores, muito mais do que Kaddafi havia feito na Líbia, e nenhuma ação ocidental ou sanção foi instaurada contra aquele regime. Tampouco houve alguma tentativa de impedir o bombardeamento do Iêmen pela Força Aérea Saudita, o que gerou o caos e, ali sim, uma gigantesca crise humanitária até hoje não completamente solucionada.

4.6.6 A subversão da Vestefália

As intervenções humanitárias são uma grande desculpa para invadir, conquistar e solapar a soberania de um Estado. Além disso fere e descredibiliza o princípio da não-ingêrência nos assuntos internos dos Estados-nações, princípio esse que vigora desde o Tratado da Vestefália em 1648.

Os Estados Unidos tradicionalmente sempre se afastaram de princípios universais de regulação da política - embora evoquem recorrentemente esses princípios para legitimar suas ações. Além do fato de colocarem seus interesses acima

⁵⁵⁶ OBAMA, CAMERON & SARKOZY. *Libya's Pathway to Peace*. **The New York Times**, 14 de abril de 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/04/15/opinion/15iht-edlibya15.html>

dos tratados, eles subvertem os mesmos em nome de princípios morais universais para alcançarem seus objetivos estratégicos. O caso líbio não fugiu a essa regra.

Em determinado ponto desta tese afirmamos que a política externa dos EUA não se traduz como uma política realista, uma vez que tem sempre como meta seu expansionismo idealista, comportando-se muitas vezes como uma “potência revisionista”. E é justamente esse idealismo que faz com que a potência americana não cumpra integralmente seus compromissos com o Direito Internacional.

O equilíbrio de poder, um dos pilares do realismo, é constantemente violado pelas ações americanas, mas não somente. O princípio da igualdade das nações e da soberania dos Estados (princípios esses institucionalistas) também são violados por tais ações, tudo em nome de seu interesse nacional. E isso ocorre não é de hoje. Já na Segunda Conferência de Paz em Haia (1907), os EUA tentaram subverter a proposta de Rui Barbosa para estabelecer a igualdade entre os Estados soberanos como um princípio universal do Direito Internacional. Na perspectiva de Washington, seria interessante criar um tribunal que discriminasse a importância relativa das nações, e não dar voto universal a todos os membros e submetê-los às mesmas regras. A proposta de Rui Barbosa acabou sendo aprovada e mais tarde seria ratificada pela Carta da ONU, onde ficava declarada a igualdade de todos os Estados perante o Direito Internacional⁵⁵⁷.

O grande perigo dessa desconsideração pelos tratados e princípios é que ele acaba por influenciar - negativamente - as ações de outros atores importantes. As demais potências, ao verem os EUA colocarem seus interesses acima do Direito Internacional, acabam por buscar, igualmente, um meio de subverter a ordem. O poder é mimético, como bem destacou Bertrand de Jouvenel (1998)⁵⁵⁸. Portanto, se uma potência assume uma postura, essa tenderá a ser copiada integralmente por seus antagonistas mais cedo ou mais tarde. Quem poderá um dia acusar a China de violar o Direito Internacional se a mesma decidir invadir Taiwan por alguma razão? Como fazer crer que a reincorporação da Crimeia pela Rússia é um erro depois do que ocorreu no Kosovo? Por isso reiteramos que essas ações que desconsideram tanto os pilares do

⁵⁵⁷ BANDEIRA, L. A. M. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 288

⁵⁵⁸ JOUVENEL, Bertrand de. *O Poder: história natural de seu crescimento*. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 1998.

realismo (equilíbrio de poder) como do institucionalismo (Direito Internacional) acabarão por criar mais uma “desordem” do que reforçar a ordem atual, e o papel dos EUA nessa desordem, a nosso ver, é significativo.

De acordo com Bandeira (2013, p. 288), com o fim da Guerra Fria e o estabelecimento da *Pax Americana*, os EUA passaram gradualmente a desconsiderar o Direito Internacional e em empenhar-se no estabelecimento de protetorados informais, sob o comando da OTAN, onde os direitos humanos prevaleceriam, pelo menos em discurso, sobre as tradicionais prerrogativas dos governos soberanos.

O novo conceito que os EUA tratavam de impor implicava a percepção de que a importância do Estado-Nação estava a declinar e que, por conseguinte, a ordem internacional seria baseada em princípios transnacionais, razão pela qual consideravam a política de *regime change* em outros países era um ato de política externa e não de intervenção em assuntos domésticos. (BANDEIRA, 2013, p. 289)

Entretanto, a própria postura dos EUA após o fim da URSS acabou por minar o projeto globalista, pelo menos em nível mundial. Pregando valores transnacionais, mas praticando uma política externa altamente assentada em seu interesse nacional, os EUA acabaram por despertar a desconfiança sobretudo da Rússia e da China, que fortaleceram seus respectivos projetos nacionais para se protegerem das ações de *regime change* patrocinadas por Washington. Da mesma forma, o avanço do corolário das bases americanas no antigo espaço soviético demonstrava que não havia valores transnacionais algum em tais posturas, mas sim o fortalecimento das posições geoestratégicas do Império para manter sua hegemonia global.

Isso tudo fez com que a humanidade tenha perdido uma excelente chance de construir uma ordem mais pacífica, menos acirrada e destrutiva. Mas, para isso, seria necessário, no mínimo, a atração da Rússia para tal projeto, o que desde o início foi rechaçado pelo Ocidente. Assim, a globalização só tinha efeito prático e ideológico para o Ocidente e seus aliados; os demais países tardaram, mas não falharam em perceber que esse processo era uma grande ameaça às suas respectivas soberanias. Após mais de vinte anos, o paradigma da “era pós-soberana” já não tem efeito político quase nenhum, sobretudo com a Rússia e com a China despontando novamente como grandes potências e com a ascensão de potências regionais medianas ao redor do mundo.

Bandeira (2013, p. 290) assevera que, embora o discurso seja o da lei - e por conseguinte do Direito Internacional - os EUA, ao longo da história, demonstraram que *o jus est in armis*, isto é, o direito está nas armas, prevalecia sobre o direito das leis. Para os amigos, a lei e as civilizadas negociações internacionais; para os demais, o peso das armas.

Vale lembrar que os EUA - mas também a Rússia e a China - não são signatários do Tribunal Penal Internacional, o que na prática significa que tal corte jamais terá em seu banco dos réus nenhum cidadão americano, russo ou chinês, por mais criminoso que esse o seja. Dessa forma, a bandeira da “responsabilidade de proteger” levada a cabo pelos americanos não passa de um disfarce hipócrita para passar por cima do conceito de soberania nacional⁵⁵⁹ (legalmente legitimada desde 1648).

De acordo com Bandeira (2013, p. 297), num discurso proferido no Parlamento Britânico em 25 de maio de 2011, Barack Obama disse “não acreditar no direito das nações, mas nos direitos dos cidadãos”, o que validava sua crença (e propaganda) no direito de intervir, vendido como direito de proteger.

Henry Kissinger, num artigo publicado no jornal *The Washington Post*⁵⁶⁰, em 30 de março de 2012, perguntava-se se a atual cruzada democrática dos EUA no mundo árabe poderia substituir o interesse nacional tradicional assentado em princípios realistas. Como que prevendo a tragédia vindoura, Kissinger alertava: “se o padrão agora emergente não conseguir estabelecer uma relação adequada com seus objetivos proclamados, correrá o risco de ser inerentemente instável desde o início, o que poderá submergir os valores que proclamou”. (KISSINGER, 2012).

Apesar dessas revoltas terem sido proclamadas massivamente pelos jovens da Líbia, prossegue Kissinger, “o país não será governado por essas forças, e dificilmente

⁵⁵⁹ “Essa doutrina da “responsabilidade de proteger” (RtoP) parte do princípio de que a soberania não é um direito, mas um privilégio, e que, se um Estado viola os preceitos da boa governança, a comunidade internacional (EUA e seus vassallos da OTAN) está moralmente obrigada a revogar a soberania da nação e assumir o comando e o controle do Estado transgressor [...] Na prática, só pode ser aplicado pelas grandes potências contra as nações mais débeis, que não dispõem de poder de defesa e retaliação, e a conclusão é, objetivamente, que todos os Estados devem armar-se, inclusive, tanto quanto possível, com artefatos nucleares” (Fonte: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 291).

⁵⁶⁰ KISSINGER, Henry. *A New Doctrine of Intervention?* **The Washington Post**, 30 de março de 2012. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/a-new-doctrine-of-intervention/2012/03/30/gIQAcZL6lS_story.html?utm_term=.42ef8b527e95

continuará a ser um Estado” (KISSINGER, 2012). O que de fato, infelizmente, se confirmou. Os grupos jihadistas, incluindo até mesmo o Estado Islâmico (ISIS), bem como uma gama de facções, retalharam o país entre si [ver Mapa 32].

Mapa 32 - A fragmentação do território líbio após o estaticídio

Fonte: Political Geography Now⁵⁶¹

A visão realista de Kissinger o mune de uma precisão e maturidade analítica raramente constatada nos analistas contemporâneos. Ele compreendeu, como poucos, que a destruição de uma ordem política existente não necessariamente faz emergir uma autoridade democrática em seu lugar e, quando isso ocorre, “maior será a tentação de promover a unidade através do nacionalismo ou do islamismo, que atacam os valores ocidentais” (KISSINGER, 2012).

Em relação às *psy/ops* da *freedom agenda* embasadas nas táticas de Gene Sharp, Kissinger se mostra conscientemente cético:

⁵⁶¹ Disponível em:

<https://www.polgeonow.com/2018/07/libyan-civil-war-map-libya-who-controls-what.html>

Temos que ter cuidado para que, numa era de atenção encurtada, as revoluções não se transformem, para o mundo exterior, numa experiência transitória da internet - vigiada atentamente durante alguns momentos-chave, depois desligada quando o evento principal é considerado terminado. A revolução terá de ser julgada pelo seu destino, não pela sua origem; pelo seu resultado, não pelas suas proclamações. (KISSINGER, 2012) [tradução nossa]

A crítica de Kissinger refere-se à eficiência que essa forma de política externa é benéfica para os EUA ou mesmo para a ordem internacional, em especial em seu aspecto de *regime change*. Se esse procedimento gerar mais instabilidade, mesmo tendo algum objetivo pontual alcançado, isso poderá, no decorrer do tempo, servir de afastamento desses países - bem como daqueles que se sintam ameaçados por esse processo - da esfera de influência ocidental e, mais adiante, coadunar num alinhamento antagônico, ou mesmo diverso, do pretendido pelos EUA. Seria exagero afirmar que o sucesso do *Belt & Road Initiative* chinês vem tendo ao longo do *rimland* eurasiático é oriundo dessa desconfiança daqueles diversos povos em relação às intenções norte-americanas e/ou ocidentais como um todo?

Para Kissinger, a instabilidade decorrente dessas intervenções são o resultado de uma incapacidade norte-americana em amalgamar seus interesses estratégicos com a coesão social desses países⁵⁶², isto é, com o que será colocado no lugar dos antigos regimes. O que se constata é que, objetivos estratégicos são parcialmente alcançados em um primeiro momento, mas gera-se um caos social muito pior - e que se torna muito mais desestabilizador - do que o regime tirânico derrubado. Os exemplos da Líbia, da Síria e do Iraque são nítidos nesse aspecto, e com consequências estratégicas que, agora, constatamos serem prejudiciais mesmo para os interesses da OTAN. Assim, na crítica de Kissinger estão inseridas duas questões fundamentais que os promotores da *freedom agenda* deveriam se fazer: 1) Por qual grupo o Ocidente terá preferência numa eventual intervenção? 2) Como evitar promover um novo absolutismo?

⁵⁶² KISSINGER, Henry. *A New Doctrine of Intervention?* **The Washington Post**, 30 de março de 2012. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/a-new-doctrine-of-intervention/2012/03/30/gIQAcZL6lS_story.html?utm_term=.42ef8b527e95

Pelo constatado neste estudo, nenhuma das duas questões foram respondidas ou mesmo sequer consideradas. Se, como afirma Kissinger (2012), “a conduta dos EUA será julgada se o que surgir da Primavera Árabe melhorar a responsabilidades dos Estados reformados para com a ordem internacional e as instituições humanitárias”, então, tal conduta não poderá ter um julgamento diferente do que o da reprovação total, uma vez que nem a responsabilidade desses Estados aumentou, uma vez que foram todos destruídos, e tampouco às instituições humanitárias ali prosperaram. O que se seguiu foi o caos, a barbárie e a guerra fratricida.

O trágico desfecho do estaticídio líbio: um território em retalhos dominados por milícias, terroristas e máfias internacionais financiadas do exterior, especialmente das monarquias wahabitas, que operam a estratégia geopolítica dos EUA+OTAN.

4.6.7 A Líbia Hoje

Como bem ressaltou Lendman (2019): “A Líbia hoje é um Estado distópico fracassado. Dezenas de facções rivais competem pelo controle do país, incluindo o ISIS, a Al-Qaeda e outros grupos terroristas apoiados pelos EUA”⁵⁶³ Da promessa de democracia, que as potências ocidentais insuflaram os rebeldes contra o ditador Kadafi, restou apenas um país muito pior do que aquele sem liberdade, mas que tinha o melhor IDH da África e uma relativa prosperidade material em relação não só aos países africanos, mas também ao restante do mundo árabe. Se a Líbia era uma ameaça militar, não por si só uma vez que sua força não representava nenhuma ameaça concreta aos países da OTAN, hoje a Líbia é uma ameaça humanitária e fonte de diversas células terroristas, que invadem o continente europeu todos os dias, através das hordas de refugiados. O exemplo do que ocorreu na Líbia, e como veremos adiante também com a Síria, revela um aspecto que foi ignorado pelos *decision-makers* ocidentais: a estabilidade do entorno geopolítico europeu.

A *freedom agenda*, movida por interesses financeiros e idealismos políticos, desconsiderando todos os imperativos geopolíticos e estratégicos envolvendo a região, acabou por promover a instabilidade, que não se restringiu apenas aos países alvo de

⁵⁶³ LENDMAN, Stephen. *Endless War and Chaos in Libya*. 8 de abril de 2019. Disponível em: <https://stephenlendman.org/2019/04/endless-war-and-chaos-in-libya/>

suas operações, mas acabou “migrando” para o seio do mundo europeu, sobretudo através da inoculação de células terroristas, muitas delas com origem no apoio logístico e bélico do Pentágono. Esqueceu-se, uma vez mais, da geografia, e o preço resultante desse desleixo geralmente é altíssimo e tem consequências geopolíticas diretas.

O estaticídio da Líbia também teve consequências além de seu território, sinalizou um *modus operandi* dos EUA para com aqueles que chama de “*rogue states*”:

O colapso de Kadafi enviou uma importante mensagem aos demais *rogue states*: seu maior erro foi destruir suas armas nucleares. O escudo nuclear é agora visto tanto por Teerã quanto por Pyongyang como a única apólice de seguro adequada contra a agenda da OTAN. (PRASHAD, 2012, p. 233) [tradução nossa]

A desestabilização do Sahel e o estaticídio líbio geraram um vácuo de controle e poder sobre tais territórios, bem como suas fronteiras, o que propiciou o surgimento das grandes hordas de refugiados com destino à União Europeia [ver mapa 33], que acabaram virando um drama a parte nesses últimos anos.

Mapa 33 - As rotas de migração convergindo para a Líbia

Fonte: Geopolitical Intelligence Services⁵⁶⁴

⁵⁶⁴ Disponível em:

<https://www.gisreportsonline.com/opinion-the-eu-meets-its-perfect-storm.politics,2411.html>

A Líbia tem sido um país de imigração para centenas de milhares de tunisinos, egípcios e centenas de africanos subsaarianos. No entanto, a situação do país pode produzir novos fluxos de saída se o país se desestabilizar ainda mais [...] Devido aos seus próprios conflitos internos, a Líbia – assim como seus vizinhos Chade e Mali – poderiam produzir ainda mais refugiados, criando movimentos adicionais de refugiados na região do Mediterrâneo. (FARGUES e FANDRICH, 2012, p. 13) [tradução nossa]

4.7 A destruição da Síria

Quase que simultaneamente aos acontecimentos da Líbia, os protestos estouraram na Síria em 26 de janeiro de 2011, com o mesmo tipo de reivindicação: maior democracia, maior liberdade política e movidos por jovens conectados e organizados a partir das redes sociais.

As táticas na Síria também foram idênticas às da Líbia: promover protestos violentos, esperar a reação do regime para, então, acusa-lo de crimes contra a humanidade, denegri-lo perante a comunidade internacional por meio da mídia global e convencer as Nações Unidas a apoiar uma intervenção humanitária.

De acordo com Bandeira (2013, p. 371), os EUA e seus aliados europeus armaram uma situação metodologicamente pensada em termos econômicos, geopolíticos e estratégicos.

Igualmente que na Líbia, a Síria representava um forte apoio geoestratégico para os interesses russos tanto no Oriente Médio quanto em suas posições no Rimland, uma vez que seu território lhe permite, também, implantar uma estrutura de checkerboard geopolítico, equilibrando as posições russas com as da OTAN nessas regiões. Havia, portanto, interesses russos diretos no contexto geopolítico da Síria.

A Rússia, desde 1971, estava a operar o porto de Tartus, na Síria, e projetava reformá-lo e ampliá-lo, como base naval, em 2012, de modo que pudesse receber grandes navios de guerra, garantindo sua presença no Mediterrâneo. Consta que a Rússia também planejava instalar bases navais na Líbia e no Iêmen. (BANDEIRA, 2013, p. 372)

O que distinguiu os eventos da Síria e da Líbia foi que, a Rússia e a China, desde o começo dos problemas na Síria, se manifestaram contra qualquer tipo de intervenção

ou invasão por parte das forças dos EUA/OTAN e trataram de vetar – e não apenas se absterem – qualquer resolução do Conselho de Segurança da ONU nesse sentido.

Segundo Bandeira (2013, p. 373), uma possível derrubada de Assad, aos moldes da derrubada de Kadafi, permitiria suprimir a presença da Rússia e de suas bases navais na Síria (Tartus e Latakia).

Além de sua posição geográfica central no Oriente Médio, onde o território sírio permite ligar o Mar Mediterrâneo à bacia Mesopotâmica e, por conseguinte, o Golfo Pérsico, a Síria também é um forte concorrente pelo posicionamento de pipelines a partir do Irã, do Curdistão e do Iraque aos seus portos no Mediterrâneo. Mais ainda, quem detiver o controle – ou mesmo o alinhamento estratégico – da Síria, estará geoestrategicamente posicionado entre a Turquia e Israel, duas potências regionais determinantes para o equilíbrio e a estabilidade do Oriente Médio.

De acordo com Bandeira (2016, p. 175), um dos motivos que tornavam fundamental a derrubada de Assad era a construção do gasoduto Qatar/Turquia, ligando o campo de gás natural South Pars/North Dome através da Síria [ver mapa 34], projeto esse impedido por Assad⁵⁶⁵, que preferiu optar pelo gasoduto Irã-Iraque-Síria, o que colocaria o Irã na vantagem de fornecimento de gás para o mercado europeu ao invés do Qatar.

Dessa forma, uma potência estrangeira que obtivesse essa vantagem geoestratégica na Síria – obtida pela força ou pela diplomacia – estaria diretamente projetando seu poder sobre todo o Oriente Médio. Mais ainda, se analisarmos sob o prisma da lógica estrutural dos *checkerboards* geopolíticos, a Síria ganha um papel fulcral, uma vez que permitiria, por um lado, a Rússia posicionar-se a oeste do Iraque ocupado pelas forças americanas e, mediante uma aliança com o Irã e levando em consideração sua posição geoestratégica garantida no Mar Cáspio e no Mar Negro, “cercar” o posicionamento norte-americano na Mesopotâmia e no Golfo Pérsico [ver Mapa 35].

⁵⁶⁵ O Qatar possui com o Irã um dos maiores campos de gás natural do mundo, depois da Rússia. O Qatar pretendeu construir o South Pars/North Dome, um gasoduto, calculado em US\$ 10 bilhões e uma extensão de 1500km a passar pela Arábia Saudita, Jordânia, Síria e Turquia, que lucrariam com taxas de pedágio, a fim de abastecer os mercados da União Europeia. (Fonte: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A Desordem Mundial: o espectro total da dominação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 175)

Mapa 34 - A encruzilhada dos gasodutos na Síria

Fonte: elaboração própria

Mapa 35 - *Checkerboard* russo a partir da Síria e do Irã

Fonte: elaboração própria

Por outro lado, os EUA que já estabeleceram um *checkerboard* cercando o Irã ao ocuparem o Iraque e o Afeganistão militarmente, teriam uma vantagem ainda maior e consolidariam sua hegemonia militar na região, construindo um acesso direto entre o Golfo Pérsico e o Mediterrâneo, e tornando anulando o posicionamento russo na região, bem como estrangulando o Irã geoestrategicamente [ver Mapa 36].

Mapa 36 - O *checkerboard* dos EUA no Or. Médio

Fonte: elaboração própria

Impedir a formação de um *checkerboard* por parte da Rússia, a nosso entender, tornou-se o fator decisivo para o estancidío da Síria, da mesma forma que ocorreu na Líbia. Porém, tanto a atitude russa quanto o desenrolar dos acontecimentos demonstraram que ali, na Síria, a história tomaria um caminho distinto, porém não sem antes destroçar o país numa sangrenta e implacável guerra civil, financiada e apoiada por forças externas.

Mas essa crise não começou do nada. Havia tanto uma intenção estratégica como um condicionante explosivo que pudesse desencadear a crise. De acordo com Gupta (2016), no final de 2010, mais de 1 milhão de sírios tinham migrado do campo para as grandes cidades devido aos 4 anos de uma seca sem precedentes na história do país. Ademais, haviam também milhares de iraquianos, palestinos e libaneses que viviam

como refugiados na Síria⁵⁶⁶, o que, se não provocou, colocou um elemento explosivo a mais na crise vindoura.

Havia, portanto, uma condição social explosiva, potencializadora de protestos e descontentamentos para com o governo. Uma condição climática desfavorável aliada ao ambiente de migrações provocadas pelo caos que virou o entorno da Síria nas últimas décadas, especialmente no Iraque, na Palestina e no Líbano. Tudo isso dava o tempero ideal para uma sublevação social. E foi nesse clima que alguns grupos dentro da sociedade síria, aliados com projetos de potências externas, viram a oportunidade para derrubar o regime.

Um relatório da OTAN reconhece que a sublevação da Síria teve inicialmente origem numa subclasse rural pobre que vive atualmente em ambientes urbanos distantes de seus ambientes de apoio [...] As deserções do Exército sírio só começaram de forma significativa muitos meses mais tarde; a realidade é que países como a Turquia e a Arábia Saudita começaram a fornecer armas e enviar combatentes islâmicos desde o início. (GUPTA, 2016, p. 2) [tradução nossa]

Gupta (2016, p. 2) afirma que a maioria das etnias sírias estava em conformidade com o Estado, incluindo aí a alta elite sunita que vivia nas grandes cidades. “Os que lutavam contra Assad eram os sunitas pobres, os desertores do exército e a minoria turcomena, sem contar os mais eficazes: islamitas sunitas estrangeiros”. (GUPTA, 2016, p. 2)

A minoria turcomena, cerca de 200 mil pessoas, com intrincadas relações com a Turquia por razões étnico-linguísticas, e que vivem nas montanhas nos arredores de Latakia, sempre foi inimiga do regime e está a receber apoio do governo turco desde que a guerra civil começou⁵⁶⁷.

Já em 5 de janeiro de 2012, um informe das forças especiais britânicas apontava para o treinamento de rebeldes contra o regime de Assad:

À medida que as forças governamentais continuam uma repressão brutal contra as revoltas populares em toda a Síria, tem havido cada vez mais conversas que indicam que as forças especiais britânicas estão, de alguma forma, **ajudando as forças alinhadas contra o**

⁵⁶⁶ GUPTA, Ranjit. *Understanding the War in Syria and the Roles of External Players: Way Out of the Quagmire?* **The Round Table: The Commonwealth Journal of International Relations**. Vol. 105, nº 1. 2016, p.1

⁵⁶⁷ Ibidem, p. 2

regime sírio [...] Relatórios do final de novembro do ano passado afirmam que **forças especiais britânicas se reuniram com membro do Exército Livre Sírio (FSA)**, a ala armada do Conselho Nacional Sírio. O objetivo desse contato inicial era estabelecer e fortalecer as forças rebeldes e **preparar o caminho para futuras operações de treinamento** [...] Relatórios mais recentes afirmam que as **forças especiais britânicas e francesas estão vindo treinar ativamente os membros do FSA**, a partir de uma base na Turquia. Alguns relatos indicam que a formação também está a decorrer em locais na Líbia e no norte do Líbano. **Os operativos britânicos do MI6 e o pessoal do UKSF (SAS/SBS)⁵⁶⁸ tem alegadamente treinado os rebeldes em táticas de guerra urbana**, fornecendo-lhes armas e equipamentos. Acredita-se que os agentes da CIA e as forças especiais dos EUA estejam a prestar assistência em matéria de comunicações com os rebeldes. (ELITE UK FORCES, 2012) [tradução e grifo nosso]

Assim como na Líbia, um grande aparato logístico internacional envolvendo setores de inteligência, militares e guerrilheiros mercenários estava sendo preparando no intuito de gerar a guerra civil e a destruição do Estado sírio⁵⁶⁹.

Um dos pilares do estaticídio é a oposição de diferentes grupos dentro do país para que os mesmos se imbriquem num conflito – armado, se possível – derivando daí numa subsequente guerra civil. Esses grupos podem ser étnicos, religiosos, provinciais, de casta ou classe social, importando apenas que lutem entre si e assumam posições antagônicas. Na Síria, opor sunitas, xiitas e alauitas (grupo étnico-religioso do qual a família Assad pertence) foi a prioridade da inteligência britânica e francesa, conforme o relatório das forças especiais demonstrou. A Arábia Saudita, por outro lado, apoiaria os sunitas contra xiitas e alauitas, que consideram meras “seitas hereges” que distorcem o verdadeiro Islã. Os xiitas sírios sempre tiveram fortes ligações com o Hezbollah libanês e eram o elo de ligação entre o mesmo e o seu maior apoiador, o Irã.

De acordo com Giraldi (2011), com o estourar da guerra civil, outro grupo começou a sofrer perseguições e a formar esse trágico tabuleiro conflituoso: os cristãos sírios⁵⁷⁰. Muitos deles são refugiados iraquianos exilados na Síria por conta da

⁵⁶⁸ UKSF (*United Kingdom Special Forces*); SAS (*Special Air Service*) e SBS (*Special Boat Service*), respectivamente.

⁵⁶⁹ De acordo com Bandeira (2013, p. 382), essas forças já treinavam os rebeldes opositores sírios antes mesmo dos protestos começarem. Além disso, agentes do DGSE (*Direction Générale de la Sécurité Extérieure*), o serviço secreto francês, estavam treinando os desertores do Exército Sírio.

⁵⁷⁰ “Os cristãos na Síria (ortodoxos gregos, católicos siríacos, siríacos ortodoxos, alguns maronitas e protestantes) somavam cerca de 10% da população, apoiavam o regime de Assad e começaram a migrar em massa, muitos para Tartus, onde se localizava a base naval russa, outros para a Turquia e o Líbano,

perseguição fundamentalista islâmica que se abateu naquele país após a queda do regime de Saddam Hussein e agora estão no meio do fogo cruzado das disputas que emergiram com a guerra civil síria⁵⁷¹.

Disso, resultou um conflito militarizado, que não tinha nada que ver com protestos pacíficos ou população jovem desarmada, como a imprensa tratou de inculcar mundialmente. “A militarização das manifestações de protestos na Síria chegou ao ponto de transformá-la em uma *low-level insurgency*, o que evidenciou que os objetivos não consistiam na democratização do regime de Bashar al-Assad”. (BANDEIRA, 2013, p. 381)

As *psy/ops*, como as que ocorreram na Líbia, estavam agora a serem usadas contra a Síria. De acordo com Bandeira (2013, p. 385), entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, a Liga Árabe enviou uma delegação de 144 investigadores para acompanhar o que de fato estava a ocorrer no interior da Síria, sobretudo nas cidades de Homs, Idlib, Hama e Daraa. O que presenciaram foi o Exército Livre da Síria (FSA) cometendo atrocidades contra a população civil, e não tropas do governo.

A propaganda difamatória e o uso de *fake news* e contrainformação estava em seu momento mais vigoroso na Síria⁵⁷². De forma planejada, uma grande operação internacional estava criando uma situação constrangedora para Assad e o governo sírio como um todo, a ideia era obter o mesmo respaldo internacional que a OTAN tinham obtido contra Kadafi.

O chefe da missão da Liga Árabe, o general Muhammad Ahmad Mustafa Al-Dabi, informou que muitos grupos haviam reportado falsamente explosões e violências que teriam ocorrido em muitos locais, e que, quando os observadores da missão lá chegaram, percebiam que esses relatos eram infundados. E salientou que, de acordo com as informações da equipe no local, a mídia “exagerava na natureza dos incidentes e no número de pessoas mortas nos protestos em determinadas cidades” [...] a missão desde que começou o trabalho,

devido às ameaças e violências das milícias rebeldes, salafitas, como antes acontecera no Iraque, de onde fugiram de 500.000 a 1 milhão de fiéis, muitos para Damasco, perseguidos após a queda de Saddam Hussein, em 2003”. (Fonte: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 398)

⁵⁷¹ GIRALDI, Philip. *NATO vs. Syria*. **The American Conservative**. 19 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://www.theamericanconservative.com/articles/nato-vs-syria/>

⁵⁷² “O jornalista Stephen Starr contou que a Al Jazeera mandou construir modelos de cidades look-a-like sírias para filmar, com diretores dos EUA, da França e de Israel, cenas de soldados espancando e matando civis, para transmitir depois nos noticiários” (Fonte: BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 397)

havia sido alvo de uma “viciosa campanha da mídia”, com a publicação de infundadas declarações atribuídas a seu chefe e que “grosseiramente exageravam sobre os eventos, distorcendo a verdade, o que contribuiu para aumentar as tensões entre o povo sírio e solapar as atividades dos observadores”. (BANDEIRA, 2013, p. 385)

O objetivo era criar um constrangimento internacional e “forçar” uma resolução do Conselho de Segurança da ONU para uma intervenção humanitária, sob o comando da OTAN, e uma possível zona de exclusão aérea de modo a limitar a ação do Exército sírio em seu próprio território soberano. Mas a resolução recebeu o veto da Rússia e da China, com a curiosa abstenção do Brasil. Sergei Lavrov, chefe da diplomacia russa, declarou ao jornal britânico *The Guardian* que “a Síria tem sido um aliado-chave para a Rússia desde os tempos soviéticos e Moscou tem se oposto a quaisquer demandas da ONU que defendam a intervenção ou o *regime change*”. (CHULOV, 2012) Isso reforça a percepção de que tanto a Rússia quanto a China aprenderam a lição de não “esperar pra ver” como haviam feito na Líbia e tinham certeza de que seus interesses também estavam em jogo, que a disputa era geopolítica, não uma questão de direitos humanos.

Mesmo sem a resolução da ONU, as forças da OTAN concentraram-se na cidade turca de Iskenderun, onde aviões levavam armas e voluntários que tinham atuado na luta contra Kadafi. De acordo com o ex-oficial de inteligência da CIA, Philip Giraldi (2011), Iskenderun também é a sede do Exército Livre Sírio (FSA) e onde operativos especiais da Inglaterra, da França e da CIA treinam os rebeldes sírios.

O relatório frequentemente citado nas Nações Unidas, segundo o qual mais de 3500 civis foram mortos pelos soldados de Assad, baseia-se em grande parte em fontes rebeldes [...] Da mesma forma, relatos de deserções em massa no Exército sírio e batalhas entre desertores e soldados leais parecem ser uma invenção, com poucas deserções sendo confirmadas independentemente. O governo sírio afirma que está a ser atacado por rebeldes armados, treinados e financiados por governos estrangeiros, e isso é mais verdadeiro do que falso. (GIRALDI, 2011)

Esse apoio aos rebeldes não foi, porém, uniforme e em total consonância. De acordo com Abouzeid (2012), tanto representantes da Arábia Saudita quanto do Qatar eram responsáveis por canalizar os armamentos e distribuí-los gratuitamente para os

rebeldes do Exército Livre Sírio (FSA)⁵⁷³. Essa operação tinha seu centro em Istambul, na Turquia⁵⁷⁴.

Abouzeid (2012) relata que o homem saudita que comanda esse centro em Istambul está ligado a uma organização do ex-primeiro-ministro Saad Hariri, que possui uma forte rivalidade com a Síria, a qual, segundo ele, teria sido cúmplice no assassinato de seu pai, Rafiq Hariri, em 2005. Esse político libanês seria responsável por supervisionar a distribuição de suprimentos para o FSA, incluindo lança granadas e munição para fuzis Kalashnikov⁵⁷⁵.

Entretanto, o Qatar tem preferência por ajudar conselhos militares regionais do FSA, enquanto que os sauditas têm preferência por outros grupos⁵⁷⁶, o que evidencia uma confusão clara de objetivos de ambos países. Os sauditas têm preferência “por ajudar mais os grupos que são mais ativos na mídia (Youtube e Facebook), independente da importância estratégica desses grupos” (ABOUZEID, 2012), revelando que as *psy/ops* também são a arma principal dos wahabitas. O importante é desestabilizar de forma mais ampla e variada possível a situação na Síria.

A divergência principal entre o Qatar e a Arábia Saudita é que o primeiro tem fortes laços com a Irmandade Muçulmana, da qual os sauditas são inimigos. O Qatar também tem fortes laços militares com a Turquia, outro rival saudita, rival esse que inclusive tem uma base militar no território do Qatar.

Assim, o Exército Livre Sírio (FSA) congrega redes islâmicas amplas, como forma de maximizar seus apoios e suprimentos. Suas ofensivas “são operações

⁵⁷³ ABOUZEID, Rania. *Syria's Secular and Islamist Rebels: who are the Saudis and the Qataris arming?* **Time**. 18 de setembro de 2012. Disponível em: <http://world.time.com/2012/09/18/syrias-secular-and-islamist-rebels-who-are-the-saudis-and-the-qataris-arming/>

⁵⁷⁴ “... como a reportagem da Time relatou, um grupo secreto opera algo como um centro de comando em Istambul, dirigindo a distribuição de supostas provisões militares vitais fornecidas pela Arábia Saudita e pelo Qatar e transportadas com a ajuda da inteligência turca para a fronteira síria e depois entregue aos rebeldes”. (Fonte: ABOUZEID, Rania, op. cit., 2012)

⁵⁷⁵ Saad Hariri é formado em Business Administration pela Universidade de Georgetown, nos EUA. Possui ademais, negócios com empresas e o governo da Arábia Saudita, chegou mesmo a ser CEO de um fundo de investimentos saudita. Participou ativamente dos protestos no Líbano que ficaram conhecidos como a Revolução dos Cedros, cuja reivindicação principal era a retirada das tropas sírias do território libanês.

⁵⁷⁶ ABOUZEID, op. cit.

conjuntas entre grupos de combatentes do FSA, islamitas, salafitas e até o grupo extremista al-Nusra, com fortes ligações com a Al-Qaeda⁵⁷⁷.

O papel dos Estados Unidos nessa orquestração do FSA também se faz notar.

A Administração Obama não lida diretamente com a oposição armada, mas autorizou uma organização sem fins lucrativos, o Grupo de Apoio Sírio (SSG) a angariar fundos para o FSA. O SSG é composto por exilados sírios nos EUA e Canadá, bem como por um ex-oficial político da OTAN. (ABOUZEID, 2012) [tradução nossa]

Assim como na Líbia, a aliança entre britânicos e wahabitas segue sendo uma norma. Aliás, tal aliança remonta já ao século XVIII, sobrevivendo às transformações geopolíticas pelas quais a região passou ao longo de todo esse tempo⁵⁷⁸.

Em meados de 2012, soldados desertores e combatentes tribais no leste da Síria começaram a se organizar contra Assad, com amplo financiamento ocidental (EUA+OTAN), do Qatar, da Turquia e da Arábia Saudita, que viram na revolta contra Assad uma excelente oportunidade de se livrarem dele⁵⁷⁹.

4.7.1 O Estado Islâmico (ISIS)

A partir daí, além das forças apoiadas por países estrangeiros contra as forças governamentais sírias, começaram a se infiltrar no país combatentes vindos do Iraque. Essa força ficaria conhecida como o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS), ou

⁵⁷⁷ ABOUZEID, Rania. *Syria's Secular and Islamist Rebels: who are the Saudis and the Qataris arming?* **Time**. 18 de setembro de 2012. Disponível em: <http://world.time.com/2012/09/18/syrias-secular-and-islamist-rebels-who-are-the-saudis-and-the-qataris-arming/>

⁵⁷⁸ Fundado em 1744, a aliança entre Muhammad Abdal-Wahhab e o impiedoso líder tribal, Muhammad Ibn Saud, cujos descendentes governam a Arábia Saudita até hoje. Essa marca reacionária do Islã foi a base teológica perfeita para a criação colonial do Reino da Arábia Saudita (KSA), e o wahabismo segue sendo a tendência islâmica oficial da Ar. Saudita até hoje. Em 1915, os britânicos assinaram um tratado com a Casa de Saud, protegendo suas terras e fornecendo-lhes armas... ao mesmo tempo, os britânicos fizeram de tudo para ajudar no florescimento da doutrina wahabita, reconhecendo-a como uma ferramenta ideológica para promover seus objetivos imperialistas. Alguns estudiosos têm argumentado que os britânicos realmente ajudaram a criar o wahabismo. (Fonte: PERREIRA, Gerald A. *British Intelligence Worked with Al-Qaeda to kill Qaddafi*. **Global Research**, 25 de março de 2011. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/british-intelligence-worked-with-al-qaeda-to-kill-qaddafi/23957>)

⁵⁷⁹ GUPTA, Ranjit. *Understanding the War in Syria and the Roles of External Players: Way Out of the Quagmire?* **The Round Table: The Commonwealth Journal of International Relations**. Vol. 105, nº 1. 2016, p. 3

simplesmente, Estado Islâmico, e iriam alterar significativamente o balanço das alianças na guerra da Síria.

Derivados de ex-integrantes da Al-Qaeda iraquiana – bem como do caos reinante naquele país desde a invasão americana em 2003 – o ISIS, cujo líder Abu Bakr al-Baghdadi, que fora um estudante de teologia islâmica na Universidade de Bagdá⁵⁸⁰ e membro da Irmandade Muçulmana durante sua juventude, teria sido preso pelas forças americanas na prisão de Camp Bucca, em 2004.

De acordo com McCants (2016), durante sua estada na prisão, al-Baghdadi começou a lecionar e pregar para os demais detentos, muitos deles jihadistas, mas também ex-apoiadores de Saddam Hussein. Após sua soltura, al-Baghdadi procurou o jordaniano Abu Musab al-Zarqawi, o chefe da Al-Qaeda do Iraque, que o incumbiu da missão de ir para Damasco propagar o movimento.

Após a morte de al-Zarqawi em 2006, durante um bombardeio americano, al-Baghdadi começou a subir nas fileiras da organização, até se tornar o líder do ISIS no começo de 2010. “Na esperança de aproveitar a crescente agitação na Síria em 2011, al-Baghdadi ordenou a um de seus agentes sírios que estabelecesse uma filial secreta do ISIS no país, mais tarde conhecida como Frente Al-Nusra” (MCCANTS, 2016), facção essa que iria divergir e combater algum tempo depois.

Em 2014, al-Baghdadi entraria em desacordo com a Al-Qaeda e, por conseguinte, com a Frente Al-Nusra, e ordenou que seus homens em Bagdá comessem a se expandir para o oeste do Iraque. Em junho do mesmo ano, o ISIS capturou a segunda maior cidade do Iraque, Mossul⁵⁸¹.

Gupta (2016) assevera que Assad não teve como combater a emergência do ISIS no leste da Síria em 2014 porque precisava se concentrar nos combates ocorridos no norte e na parte ocidental da Síria, o centro do poder sírio e núcleo dos alauitas no país, que estavam sob a ameaça de outros grupos rebeldes.

⁵⁸⁰ Consta que al-Baghdadi teria feito, além da graduação em estudos islâmicos, mestrado e doutorado em Estudos Corânicos na Iraq's Saddam University for Islamic Studies, entre 1999 e 2007. (Fonte: MCCANTS, William. *Who is Islamic State leader Abu Bakr al-Baghdadi?* **BBC News**, 8 de março de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-35694311>)

⁵⁸¹ Ibidem.

O ISIS então começou a combater as forças de Assad, da Al-Nusra (que reunia o maior número de rebeldes contra Assad) e mesmo atuar em ataques terroristas na Europa, na Turquia, na Líbia, no Egito e em outros locais. Foi nesse momento que tantos os EUA quanto a Rússia começaram a bombardear posições do ISIS na Síria⁵⁸². Para Gupta (2016, p. 7), o ISIS ao atacar múltiplos alvos de lados distintos da guerra na Síria, e não tendo uma aliança concreta com nenhum dos lados, acabou convergindo todos eles contra si, o que, ironicamente, beneficiou a posição de Assad.

Até o final de 2014, o ISIS espalhou-se rapidamente e controlou mais da metade do território do Iraque e boa parte do território da Síria, incluindo aí a maioria das áreas produtoras de petróleo na Síria, incluindo sua “capital”, Raqqa.

4.7.2 O envolvimento geopolítico dos países estrangeiros

A nossa tese de que o estaticídio é uma nova forma de geopolítica, uma geopolítica dendrítica, multidimensional, que tem por objetivo eliminar a possibilidade do estabelecimento de um *checkerboard* geopolítico da Rússia com alguns países, é reforçada pelos argumentos de Ranjit Gupta, ex-embaixador indiano em diversos países árabes e atual chefe da divisão para os países árabes do Ministério das Relações Exteriores da Índia. De acordo com ele,

O esforço para destruir Assad não teve nada que ver com a democracia em si, que os governantes árabes negam aos seus súditos. A razão simples, direta e real foi que a Síria sob Assad foi o único país árabe que tinha fortalecido sua aliança com o Irã depois da Revolução Islâmica de 1979 e **tinha continuado a manter uma aliança estratégica com a Rússia**, formada ainda durante a era soviética. (GUPTA, 2016, p. 3) [tradução e grifo nosso]

Esse argumento torna-se mais consistente, mais sólido, se colocarmos essa situação projetada cartograficamente num mapa de *checkerboard* geopolítico [ver mapas 13 e 14], que evidencia não apenas o alinhamento político e diplomático, mas a condição geográfica peculiar do território sírio em relação à dinâmica geopolítica do

⁵⁸² GUPTA, Ranjit. *Understanding the War in Syria and the Roles of External Players: Way Out of the Quagmire?* **The Round Table: The Commonwealth Journal of International Relations**. Vol. 105, nº 1. 2016, p. 7

Orientes Médio. A Síria, além de um “portal” de ligação entre o Mediterrâneo e o Golfo Pérsico, é uma rota vital para o Hezbollah e o Hamas, ambos apoiados pelo Irã. Portanto, o que determinou os acontecimentos foi a geopolítica, não o radicalismo islâmico (que existe bem mais acentuadamente em outros países) ou a “busca pela liberdade” (que também não é aplicada às monarquias wahabitas do Golfo, por serem aliados do Ocidente).

A situação do Irã é singularmente vinculada ao futuro da Síria enquanto Estado. Estando cercado pela presença americana no Oriente Médio – à leste no Afeganistão e a oeste no Iraque – o Irã tem poucas possibilidades de exercer sua influência na região sem o bastião sírio, que lhe permite atuar diretamente sobre o Hezbollah e o Hamas, ambos inimigos e combatentes de Israel. Da mesma forma, a Síria representa uma possibilidade de via de exportação de seus recursos. A tríade Irã-Síria-Rússia, certamente, reequilibraria a situação na região, e é justamente isso que está sendo combatido no momento. “Se Assad cair, será virtualmente impossível para o Irã manter sua presença e influência no Levante” (GUPTA, 2016, p. 4). O Irã tem mantido um forte apoio ao regime sírio, sobretudo enviando combatentes xiitas do Iraque para reforçar o Exército sírio, bem como oficiais da Guarda Revolucionária para assessorar em questões militares.

Outro *player* importante atuando no conflito sírio é a Arábia Saudita. Inimiga declarada das ideologias do Partido Baath (secularismo, socialismo, republicanismo e nacionalismo árabe), bem como maior inimiga declarada do regime iraniano, cujo regime de Assad tem uma aliança declarada, os sauditas são responsáveis por boa parte dos acontecimentos da guerra civil síria. Financiando o extremismo sunita, sobretudo a Frente Al-Nusra, bem como outras facções por meio de agentes na Turquia e no Líbano, os sauditas visam derrubar o regime de Assad e, assim, combater a influência do Hezbollah e do Hamas na região. A Arábia Saudita sempre teve dificuldades de influenciar o Levante, amplamente dominado por regimes laicos, com ligações com o Irã ou com relações com a Irmandade Muçulmana, três posturas inimigas do wahabismo saudita. “A derrubada do regime de Assad tornou-se uma das principais prioridades da política externa da Arábia Saudita, uma vez que não pode enfrentar diretamente o Irã” (GUPTA, 2016, p. 4).

4.7.3 A Turquia

O papel turco na questão síria foi ambivalente nos últimos vinte anos, alternando alinhamento e distensão em relação a Damasco. Em 2005, Assad visita a Turquia pela primeira vez, era também a primeira visita de um chefe de Estado sírio à Turquia, pois durante a Guerra Fria ambos os países estavam dos lados opostos, a Turquia do lado da OTAN e a Síria era alinhada com a então URSS. A ideia da visita era estreitar os laços e criar uma ampla cooperação econômica e política entre os dois países, de modo a compartilharem a influência na região. Em 2007, a Síria apoia a invasão turca no norte do Iraque e até praticaram exercícios militares conjuntos. Em 2009, abolem os vistos para seus cidadãos como uma medida de cooperação visando a implementação de uma zona de livre comércio futura⁵⁸³.

Em 3 de outubro de 2010, Turquia, Síria, Líbano e Jordânia assinam um acordo que pretendia ser a “UE do Oriente Médio”, que ficou conhecida com o nome de “Quarteto do Levante”. A tendência era tão animadora que “Assad começou a chamar o Estado turco de melhor amigo da Síria, enquanto que Erdogan se referia aos sírios como sendo ‘seus irmãos’” (GUPTA, 2016, p. 5).

Até mesmo analistas turcos estavam entusiasmados com a nova parceria entre os dois países:

O volume de comércio entre a Turquia e a Síria, que não tinha ultrapassado sequer a cifra de US\$ 1 bilhão há 10 anos, deverá agora atingir cerca de US\$ 5 bilhões em poucos anos. O volume das trocas comerciais, que foi de US\$ 1,4 bilhão durante os 10 primeiros meses de 2009, aumentou para US\$ 2,1 bilhões no mesmo período em 2010. Além disso, graças à política de isenção de vistos, o número de visitas mútuas entre os dois povos disparou. Em 2010, 750.000 sírios visitaram a Turquia, enquanto que o número de turcos que entraram na Síria foi de 1,35 milhão. (COSKUN, 2011) [tradução nossa]

Também foram acordadas medidas de combate ao terrorismo, a Síria extraditou pelo menos 110 terroristas para a Turquia, e as operações contra membros de

⁵⁸³ GUPTA, Ranjit. *Understanding the War in Syria and the Roles of External Players: Way Out of the Quagmire?* **The Round Table: The Commonwealth Journal of International Relations**. Vol. 105, nº 1. 2016, p. 5

organizações terroristas estão sendo conduzidas em conformidade com as exigências turcas⁵⁸⁴.

A Síria era vista como uma locomotiva da região e uma importante porta de entrada para o mercado árabe⁵⁸⁵. Além disso, “é altamente provável que qualquer tipo de melhoria nas relações tenha um efeito de arrastamento e seja tomada como modelo pelos demais países da região” (COSKUN, 2011)⁵⁸⁶. Assim, foi criado um Conselho de Cooperação Estratégica de Alto Nível, englobando Turquia, Jordânia, Síria e Líbano, que tinha como finalidade a criação de uma parceria estratégica de longo prazo e de uma zona de livre comércio entre tais países⁵⁸⁷. Gamze Coskun (2011), acrescenta em tom otimista: “parece que o modelo de parceria turco-síria poderá transformar a região num lugar mais próspero, desenvolvido e habitável” (sic).

Esse entusiasmo construtivista foi um ledor e ingênuo engano, a região em menos de dois anos mergulharia no caos da guerra e do terrorismo, tornando-se um dos lugares mais perigosos do mundo atual, com um lastro de destruição sem precedentes na história síria.

A Turquia, longe de se tornar o país-chave para promover a promissora parceria de paz e desenvolvimento regional, tornou-se uma cabeça-de-ponte para as ações internacionais e incursões dentro do território sírio, isto é, uma plataforma de ação de grupos terroristas (ou do financiamento dos mesmos) e de comandos de inteligência das potências ocidentais, notadamente os da Grã-Bretanha, França e EUA, mas também da Arábia Saudita e do Qatar.

Segundo Gupta (2016, p. 5), quando as revoltas começaram na Síria, Erdogan continuou apoiando Assad publicamente, mas ao mesmo tempo enviava armas e suprimentos para os revoltosos. “Erdogan, o proeminente patrono da Irmandade Muçulmana na Ásia Ocidental, percebeu que a agitação representava uma excelente

⁵⁸⁴ COSKUN, Gamze. *Model Partnership in the Middle East: Turkish-Syrian Relations*. **Hurriyet Daily News and Economic Review**, 5 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://sedatlaciner.blogspot.com/2011/01/model-partnership-in-middle-east.html>

⁵⁸⁵ Ibidem.

⁵⁸⁶ Gamze Coskun (2011) argumentava que uma das formas mais eficazes de encorajar outros países a tomar iniciativas é estabelecer um modelo de parceria com a Síria. Consequentemente, dizia ela, países como a Jordânia, o Líbano e o Egito reiteravam sua vontade de ver a Turquia cooperar de forma exitosa com eles, tal como o faz com a Síria.

⁵⁸⁷ COSKUN, op. cit.

oportunidade para levar a IM ao poder na Síria” (GUPTA, 2016, p. 5). De “irmão” dos turcos, Assad agora era chamado de “açougueiro ditador” por Erdogan⁵⁸⁸.

A Turquia tornou-se o principal apoiador de uma série de grupos islâmicos que lutam na Síria, além de grande compradora do petróleo contrabandeado das áreas controladas pelo Estado Islâmico (ISIS), o que ajudou a fomentar o mesmo. O partido de Erdogan (APK) tem uma visão de longo prazo de recuperar os territórios perdidos do Império Otomano. Aproveitando as condições instáveis da Síria, a Turquia começou a perseguir proativamente a “turquização” no nordeste da Síria, infiltrando-se em meio aos combatentes islâmicos de língua turca, bem como entre os chechenos. Davutoglu, o Ministro das Relações Exteriores turco disse em certa feita: “nós somos os novos otomanos... o que quer que tenhamos perdido entre 1911 e 1923, as terras de onde nos retiramos, nos encontraremos lá com nossos irmãos entre 2011 e 2023”. (GUPTA, 2016, p. 5) [tradução nossa]

Não é novidade o projeto de otomanização da Europa, do Oriente Médio e mesmo da Ásia Central. Durante a Guerra da Bósnia, em meados da década de 1990, a Turquia apoiou fortemente as milícias bosníacas. No mesmo período, consta que apoiavam indiretamente os insurgentes chechenos contra a Rússia e é cada vez maior sua influência no Azerbaijão, Cazaquistão e em toda a Ásia Central, cujos países falam línguas derivadas do turco (países turcófonos). A ideia da geopolítica turca é estender a influência de Ancara dos Balcãs ao Xinjiang chinês (também turcófono e islâmico). [ver mapa 37]

Num artigo intitulado “As Fantasia Imperiais Turcas”, publicado em 28 de agosto de 2014 no jornal *The New York Times*, Behlul Ozkan, professor da Universidade de Marmara, na Turquia, rememora as ideias do professor de filosofia política Ahmet Davutoglu na década de 1990 durante o debate nacional sobre se a Turquia deveria ou não entrar para a União Europeia⁵⁸⁹.

⁵⁸⁸ GUPTA, Ranjit. *Understanding the War in Syria and the Roles of External Players: Way Out of the Quagmire? The Round Table: The Commonwealth Journal of International Relations*. Vol. 105, nº 1. 2016, p. 5

⁵⁸⁹ OZKAN, Behlul. *Turkey's Imperial Fantasy*. *The New York Times*, 28 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/08/29/opinion/ahmet-davutoglu-and-turkeys-imperial-fantasy.html?pagewanted=all&r=0>

Mapa 37 - Influência geopolítica da Turquia

Fonte: elaboração própria

Davutoglu era o único professor na Universidade de Marmara que se posicionava contra a integração europeia. “Em suas palestras, argumentava que a Turquia logo emergiria como líder do mundo islâmico, tirando proveito de sua orgulhosa herança e potencial geográfico” (OZKAN, 2014).

De acordo com Ozkan (2014), o projeto geopolítico de Davutoglu se parecia mais com um conto de fadas do que com uma análise política. Consistia, basicamente, de uma reconstrução paralela baseada no histórico da Grã-Bretanha, que após uma guerra civil criou um império global, e com a Alemanha, que após sua unificação tornou-se uma potência global. “Davutoglu estava confiante de que sua visão poderia transformar o que era então uma nação devastada pela inflação, quase dilacerada por uma guerra com os separatistas curdos, em uma potência global” (OZKAN, 2014).

Ele cristalizou essas ideias no livro *Strategic Depth*, em 2001, um ano antes do Partido da Justiça e Desenvolvimento (APK) chegar ao poder. No livro ele defende a Turquia como uma nação “**que não estuda história, mas a escreve**” – uma nação que não está na periferia do Ocidente, mas no centro da Civilização Islâmica [...] O livro era como uma profecia do futuro da Turquia. Davutoglu viu-se como um grande

teórico no comando de seu país, enquanto o mesmo navegava no que ele chamava de “rio da história”. Ele e seu país não eram meros peões da política mundial, mas os jogadores que moviam as peças do mesmo. (OZKAN, 2014) [tradução e grifo nosso]

O pensamento de Davutoglu era pan-islamista – em contraste com o kemalismo, que visava substituir as instituições islâmicas pelas de estilo ocidental – e altamente embasado em teorias geopolíticas, como as de Alfred Mahan, Halford Mackinder e Karl Haushofer⁵⁹⁰. É de um nacionalismo expansionista e civilizacional, cujo objetivo é tornar a Turquia o centro do mundo islâmico.

Até mesmo conceitos como o de espaço-vital estão presentes no pensamento de Davutoglu:

De acordo com Davutoglu, os Estados-nações estabelecidos após o colapso do Império Otomano são criações artificiais e a Turquia deve, agora, criar o seu próprio *lebensraum* – uma frase que ele usa sem remorsos. Isso faria com que a integração cultural e econômica do mundo islâmico emergisse sob a liderança da Turquia. A Turquia deverá estabelecer a hegemonia econômica sobre o Cáucaso, os Bálcãs e o Oriente Médio, ou permanecer um Estado-nação dividido por conflitos que a podem fazer desmoronar. (OZKAN, 2014) [tradução nossa]

Aqui Davutoglu deixa claro uma tendência que vem ressurgindo recentemente: a da projeção geopolítica civilizacional, e não apenas embasada no Estado. O tom do discurso de Davutoglu lembra muito o do eurasianista russo Aleksandr Dugin, que também possui fortes relações com a Turquia⁵⁹¹, mas ambos possuem finalidades distintas.

De acordo com McNew (2016), Putin tem utilizado Dugin para construir junto à elite turca uma rede de influência da Rússia para afastar a Turquia do Ocidente. “Isso

⁵⁹⁰ OZKAN, Behlul. *Turkey's Imperial Fantasy*. **The New York Times**, 28 de agosto de 2014.

Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/08/29/opinion/ahmet-davutoglu-and-turkeys-imperial-fantasy.html?pagewanted=all&r=0>

⁵⁹¹ No dia 8 de novembro de 2016, a convite do partido de Erdogan, APK, Aleksandr Dugin visitou o Parlamento da Turquia, em Ancara, para, segundo palavras do próprio Dugin, dar apoio ao governo turco em relação a tentativa de golpe de Estado sofrida alguns meses antes. (Fonte: Daily Sabah Diplomacy. *Russian President Putin's advisor visits AK Party parliamentary group meeting*. 8 de novembro de 2016, Disponível em: <https://www.dailysabah.com/diplomacy/2016/11/08/russian-president-putins-advisor-visits-ak-party-parliamentary-group-meeting>

era baseado na ideia central de que um novo império eurasiático será construído sobre o princípio fundamental do inimigo comum: a rejeição do atlantismo e dos valores liberais” (MCNEW, 2016). Nesse aspecto, as concepções de Dugin e Davutoglu se coadunam, uma vez que Dugin preferirá sempre uma Turquia islamizada e promovendo a reotomanização da região do que um Estado laico com ampla aceitação liberal e membro da OTAN. Uma aliança civilizacional turco-eslava é o grande sonho de Dugin, e nesse ponto encontrou apoiadores também entre os círculos kemalistas, de acordo com McNew (2016).

Embora Dugin considere Davutoglu um conspiracionista pró-americano ligado ao movimento Gulen⁵⁹², inimigo de Erdogan, o projeto de ambos é anti-liberal. Civilizacionalmente, ambas posturas falam a mesma língua, o que as difere é que na proposta de Davutoglu, a Rússia é um concorrente da Turquia, não um aliado no projeto de reotomanização, até mesmo por razões geográficas [vide mapa 39]. A esperança de Dugin assenta-se no aprofundamento da política de Erdogan que possa levar a Turquia a romper com a OTAN e a se aproximar com a Rússia, o que revela quão intrincada e complexa é a situação sobre a Turquia. Davutoglu tem um projeto de otomanização sem a Rússia; Dugin tem um projeto eurasiático com a Turquia e a Rússia unidas; e os EUA/OTAN preferem a Turquia desempenhando um papel de pivô na região contra o mundo árabe e o Irã, e nada aliada da Rússia.

Davutoglu viu a Primavera Árabe como uma oportunidade de ouro de colocar em prática seu projeto, isto é, um cinturão de repúblicas da Irmandade Muçulmana⁵⁹³. Ozkan (2014) contrasta essa visão de Davutoglu dizendo que “a ideia de criar uma união islâmica pela abolição das fronteiras, acabou por tornar as fronteiras turcas tão porosas quanto um queijo suíço”, uma vez que não se soube lidar corretamente com o jihadismo na Síria e no Iraque.

Ozkan (2014) assevera que, ao invés de se propagar uma ideologia imperial embasada em princípios islâmicos que joga com facções terroristas, a Turquia deveria

⁵⁹² MCNEW, Molly. *Putin's Sinister Role in the Failed Turkish Coup*. **The Washington Free Beacon**. 25 de julho de 2016. Disponível em: <https://freebeacon.com/national-security/putins-sinister-role-failed-turkish-coup/>

⁵⁹³ OZKAN, Behlul. *Turkey's Imperial Fantasy*. **The New York Times**, 28 de agosto de 2014

promover os valores universais e seculares, que a fizeram ganhar o respeito digno de seus vizinhos.

Uma Turquia secular, próspera e democrática estabilizaria muito mais a região do que uma potência regional agressiva que insiste em medir forças com poderes muito superiores ao seu (EUA, UE e Rússia) em busca de um projeto no qual, caso alcançado, não teria condições de sustenta-lo.

Se a Turquia quiser levar a cabo seu recente projeto geopolítico de re-otomanização do Oriente Médio, terá que enfrentar uma coalizão de não menos de quatro países, que não estão dispostos a aceitar tal hegemonia: a Rússia, a Síria, o Irã e até mesmo o Iraque. Em outubro de 2015, oito caças F-16 da Força Aérea Turca foram detectados pelos radares russos e por seus sistemas antimísseis. Ademais, um avião MIG-29 teria interceptado o grupo de caças⁵⁹⁴, o que provocou a retirada dos aviões turcos. “Isso marcou o fim das ambições da Turquia de instituir uma zona de exclusão aérea na Síria e, com isso, re-otomanizar as antigas províncias otomanas de Idlib e Aleppo, na Síria e de Mossul no Iraque” (CROOKE, 2015).

O objetivo de Erdogan é ampliar territorialmente a província de Hatay em direção a Idlib, utilizando para isso, além da Frente Al-Nusra, uma coalizão rebelde que inclui terroristas uigures chineses do Partido Islâmico do Turquestão (TIP), bem como um misto de milícias chechenas⁵⁹⁵.

Clara está, portanto, a disputa hegemônica pela região entre a Turquia e a Rússia. Os turcos se utilizam de elementos humanos disruptivos (terrorismo, separatismo e revoltas) para instalar elementos políticos afinados com seu projeto imperial de re-otomanização da região [ver mapa 37]. Porém, mesmo sendo um membro pleno da OTAN, a Turquia não dispõe de toda a força da Aliança Atlântica para implementar seu projeto, estando a OTAN totalmente à disposição dos turcos apenas se seu território for atacado. Isso não impede, porém, que o Ocidente tire proveito

⁵⁹⁴ COCKBURN, Patrick. *Russia in Syria: Russian radar locks on to Turkish fighter jets as Moscow steps up air strikes against opposition targets*. **The Independent**, 6 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/russia-in-syria-russian-radar-locks-on-to-turkish-fighter-jets-as-moscow-steps-up-air-strikes-a6683766.html>

⁵⁹⁵ CROOKE, Alastair. *Russia Forecloses Erdogan's Gambit to 'Re-Ottomanise' Northern Syria & Iraq*. **Valdai Discussion Club**. 20 de outubro de 2015. Disponível em: <http://valdaiclub.com/a/highlights/russia-forecloses-erdogan-s-gambit-to-re-ottomanise-northern-syria-iraq/>

geopolítico dessa intenção turca, uma vez que a mesma visa enfraquecer a presença de duas de suas potências antagônicas: o Irã e a Rússia.

Hoje, Erdogan, ao estilo de Ataturk, vem exigindo da EU que a cidade de Idlib, vizinha da província de Hatay, se torne uma “buffer-zone”, separada da soberania síria, e efetivamente colocada sob mandato turco [...] Relatórios recentes informam que a Turquia está povoando de fato a região com assentamentos turcos, especialmente com os uigures turcófonos do Xinjiang. (CROOKE, 2015) [tradução nossa]

De acordo com Crooke (2015), Erdogan por diversas vezes já se posicionou promotor da “Grande Pátria da Raça de Língua Turca”, seguindo a tradição kemalista. Em 2009, Erdogan referiu-se à presença chinesa no Xinjiang (chamado pelos turcos de “Turquestão oriental”) como sendo um “genocídio” e alegou que os turcos possuem “laços históricos com seus irmãos uigures”. Além de uma comunidade de mais de 300 mil uigures vivendo na Turquia, muitos deles são combatentes da Al-Nusra, junto com elementos turcomenos.

O projeto de anexação do noroeste sírio pela Turquia não é algo obscuro ou subjacente, mas amplamente declarado, tanto pelo Estado quanto pela imprensa turca. Em 5 de agosto de 2015, o jornal turco Takvim publicou em sua primeira página que “Aleppo iria se tornar a 82ª província turca”, num tom de celebração [ver imagem 2].

Uma vez que os EUA e a Turquia selarem o acordo (de uma base militar), os equilíbrios políticos e militares começaram a mudar rapidamente [...] jornais dos EUA informaram que “o novo mapa da Síria será desenhado durante a reunião de Erdogan com Obama”. E, conforme o mapa da primeira página do jornal Takvim, o norte da Síria está sendo preparado para se tornar a “nossa 82ª província”, e incluía não apenas Aleppo, mas também Idlib e o norte de Latakia. (CROOKE, 2015)

Está evidente o projeto de redesenhar as fronteiras do Oriente Médio, um projeto antigo dos EUA, de Israel, e com forte apoio turco. Mas, se o noroeste da Síria está sendo “colonizado” pelos turcos, como afirma Crooke (2015), para onde está indo a população que ali residia? De acordo com Crooke (2015), as populações deslocadas de Idlib, muitas delas que inclusive buscaram refúgio no sul da Turquia, estão sendo

encaminhadas (transportadas pelo governo turco) para as praias da União Europeia como “refugiados”, amparados por um forte apoio logístico da Turquia⁵⁹⁶.

Imagem 2 - Jornal turco Takvim anunciando a 82ª província turca

Fonte: Kiosko.net⁵⁹⁷

Em meados de 2014, o governo estimava em cerca de 2 milhões o número de sírios que vivem como refugiados na Turquia⁵⁹⁸, número que se manteve estável até setembro de 2015, onde foram computados 1.938.999 refugiados⁵⁹⁹.

A Turquia tem utilizado a política de imigração e asilo para demonstrar suas capacidades de *soft-power*, no intuito de alcançar seu objetivo de política externa de atuar como uma poderosa potência regional e um ator estabilizador da ordem no Oriente Médio e, assim, construir uma reputação na sociedade internacional como um “pivô global” e um “Estado central” que é capaz de contribuir para a solução de problemas humanitários e políticos. (ARAS e MENCUTEK, 2015, p. 194) [tradução nossa]

⁵⁹⁶ De acordo com o jornal turco Hurriyet Daily News, em 2015, havia cerca de 1,8 milhão de sírios no território turco, dos quais 290 mil estavam em campos de refugiados. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/turkey-us-to-create-isil-free-zone-inside-syria-85906>

⁵⁹⁷ Disponível em: <http://en.kiosko.net/tr/2015-08-05/np/takvim.html>

⁵⁹⁸ YAZGAN, Pinar et. al. *Syrian Crisis and Migration*. **Migration Letters**. Vol. 12, nº 3, 2015, p. 183

⁵⁹⁹ ARAS, N. E. G & MENCUTEK, S.Z. *The International Migration and Foreign Policy Nexus: the case of Syrian refugee crisis and Turkey*. **Migration Letters**. Vol. 12, nº 3, 2015, p. 194

Segundo Aras & Mencutek (2015, p. 202), a Turquia adotou no começo do conflito sírio um tom “soft” em relação aos refugiados, e tampouco os relacionava a quaisquer ameaças à sua segurança nacional, pois acreditava que o regime de Assad teria uma queda breve, o que, de fato, não ocorreu.

Com a guerra se intensificando na Síria, a questão dos refugiados na Turquia foi ficando cada vez mais obscura, uma vez que é sabido que o governo turco participava ativamente do financiamento dos rebeldes opositores sírios e tinha um plano de usar os refugiados como elemento humano disruptivo:

A falta de transparência do lado turco é considerada **uma prova de que existe uma agenda secreta sobre os refugiados**. O governo turco não permite que as agências internacionais tenham acesso aos campos de refugiados. Mesmo o ACNUR só conseguiu aceder aos campos depois de fevereiro de 2012 [...] Além disso, em agosto de 2012, a exigência do principal partido da oposição de visitar os campos foi recusada pelo governo, que resultou em críticas intensas e na exigência de transparência de uma proteção bem administrada dos refugiados civis. (ARAS e MENCUTEK, 2015, p. 203) [tradução e grifo nosso]

Após diversos incidentes na região fronteiriça, o governo turco começou a transferir os refugiados da província de Hatay para outras províncias⁶⁰⁰. Da política de “open-door” no começo da guerra na Síria, que os turcos projetavam ser de breve duração, a Turquia deu um giro de 180 graus ao perceber que a situação saía de controle com cerca de 2 milhões de refugiados em seu território e, o que não é abordado por Aras & Mencutek, começou a canalizar esse problema para os países da União Europeia.

Assim, a Turquia, além de desestabilizar o Levante, o Xinjiang e parte da Ásia Central, está inoculando milhares de refugiados nos países europeus, causando caos e instabilidade política no continente. Erdogan, certa feita, declarou que “os islâmicos da Europa deveriam ter, ao menos, 5 filhos”, como sendo a melhor forma de islamizar a Europa sob os ditames turcos⁶⁰¹.

⁶⁰⁰ ARAS, N. E. G & MENCUTEK, S.Z. *The International Migration and Foreign Policy Nexus: the case of Syrian refugee crisis and Turkey*. **Migration Letters**. Vol. 12, nº 3, 2015, p. 204

⁶⁰¹ DEUTSCHE WELLE. “Tenham cinco filhos”, diz Erdogan a turcos que vivem na Europa. 17 de março de 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/tenham-cinco-filhos-diz-erdogan-a-turcos-que-vivem-na-europa/a-38002266>

A crise migratória passa, portanto, pelo processo de estaticídio da Líbia e da Síria. Não se trata apenas de um efeito colateral de uma tragédia, mas de uma situação pensada e provocada, visando objetivos claros, como o pronunciamento de Erdogan e as práticas do Estado turco no noroeste sírio demonstraram.

A consequência do estaticídio sírio foi que, com ampla participação da Turquia nesse processo, seu território passou a ser um dos principais emissores de massas de refugiados que se direcionaram para a União Europeia, da mesma forma que a Líbia havia se tornado o principal ponto de convergência das rotas de refugiados após o seu estaticídio e as diversas intervenções estrangeiras no Sahel. Não há aqui uma mera coincidência, mas um processo cartografado, como demonstra o mapa 38, a seguir.

Mapa 38 - Principais rotas de imigração para a Europa (2015)

Fonte: GIS⁶⁰²

A crise migratória e humanitária que se abate sobre o Mediterrâneo e o sul da Europa como um todo foi desencadeado, em grande medida, por opções geopolíticas e geoestratégicas equivocadas, como a do estaticídio líbio e sírio, por exemplo. Entretanto, a tendência é que esse quadro de migrações massivas rumo ao continente europeu continue durante toda a primeira metade do século XXI, o que exigirá da

⁶⁰² Disponível em:

<https://www.gisreportsonline.com/the-specter-haunting-europe.politics.2446.report.html>

comunidade europeia encarar o problema de frente, não apenas em relação à proteção de suas fronteiras, mas também na consideração da estabilidade político-econômica do entorno do núcleo geohistórico da Europa (Norte da África, Oriente Médio e o Leste Europeu).

[...] os países europeus representavam 25% da população mundial em 1900, enquanto hoje os 28 estados-membros da União Europeia representam apenas 6%. Até 2030, quando a explosão populacional da África Subsaariana atingir a previsão de 1,4 bilhão, a força de trabalho da Europa irá inevitavelmente contrair-se [...] Essas dinâmicas indicam que os fatores que causam a migração africana para a Europa irão persistir. (PINTO, 2017) [tradução nossa]

O encolhimento populacional europeu, somado ao deslocamento da economia mundial para a Ásia do Pacífico, potencializarão mais crises no continente europeu. Somando-se a isso o fato de que a África Subsaariana não irá parar de crescer em termos demográficos, como bem ressaltou Teresa Nogueira Pinto (2017), as migrações, caso o quadro geopolítico do entorno europeu permaneçam instáveis como estão hoje, seguirão sendo um constante e diário desafio para os decisores europeus e a própria segurança europeia poderá ficar ameaçada se isso persistir. “O tempo urge para que a Europa se concentre no grande quadro estratégico à medida que se prepara para a próxima onda de imigrantes” (SIMAN, 2017).

A estabilidade do entorno europeu é condição *sine qua non* para a própria segurança europeia e, como bem disse Bernard Siman, se os europeus não conseguirem lidar com os problemas desse entorno, eles tenderão a acabar na sua porta e na sua sala de estar⁶⁰³.

4.7.5 O papel da Rússia na Guerra da Síria

O apoio russo a Assad sela a complexidade geoestratégica síria. Com duas bases estabelecidas no país (em Tartus e em Latakia), a Rússia posicionou-se, geopoliticamente, no território sírio antes do desfecho da guerra, algo que não havia

⁶⁰³ SIMAN, Bernard. *GIS Dossier: Europe's migration impasse*. **Geopolitical Intelligence Services**, 17 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.gisreportsonline.com/gis-dossier-europes-migration-impasse.politics.2354.html>

feito na Líbia. A relutância dos EUA/OTAN em invadir a Síria, como havia feito no Afeganistão e no Iraque, bem como a impossibilidade de estabelecer uma zona de exclusão aérea devido ao veto de Rússia e China no Conselho de Segurança da ONU, assim como a perda de controle sobre os diversos grupos rebeldes apoiados tanto pelo Ocidente quanto pelo Qatar e pela Arábia Saudita – inclusive emergindo dessa circunstância o ISIS – deixaram cada vez mais imprecisas as posições ocidentais e abriram caminho para a intervenção russa.

Em 30 de setembro de 2015, o Parlamento Russo autorizou o uso de tropas para apoiar as forças de Assad⁶⁰⁴. Diversos ataques foram feitos e, a partir dali, o envio de tropas e equipamentos militares russos tornou-se uma constante. Além da mera operação militar contra o Estado Islâmico (ISIS), a posição russa teve impacto direto no equilíbrio de forças dentro do conflito sírio e em todo o Oriente Médio. De acordo com Gupta (2016, p. 6), “a intervenção russa abriu caminho para um envolvimento aberto e reforçado do Irã na Síria”, que recebeu apoio também do Egito.

Não se tratava mais de um “apoio logístico” a um dos lados da contenda, como estavam sendo feitos os suportes aos rebeldes sírios. Agora, a Rússia, segunda maior potência militar do planeta, estava fazendo da Síria seu teatro de operações diretas. O objetivo também era claro: apoiar Assad e desarticular o ISIS do território sírio.

Com a robusta cobertura aérea proporcionada pelos ataques aéreos russos, as forças de Assad começaram a libertar e dominar territórios, particularmente no corredor vital que liga Damasco a Aleppo. A ajuda russa proporcionou aos militares de Assad as distintas possibilidades de recuperarem o controle do conflito. (GUPTA, 2016, p. 6) [tradução nossa]

Após seis meses de combates com o apoio russo, as tropas de Assad ganharam apoio significativo no norte, no sul, nos subúrbios de Damasco e na região de Aleppo, a “capital rebelde”, que foi o maior prêmio estratégico e simbólico para Assad⁶⁰⁵. O Exército Sírio rumava agora em direção à fronteira com a Turquia para impedir o envio

⁶⁰⁴ G1. *Parlamento da Rússia autoriza uso de tropas na Síria*. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/parlamento-da-russia-autoriza-uso-de-tropas-militares-na-siria.html>

⁶⁰⁵ GERGES, Fawaz A. *Syria war: Tide turns Assad's way amid ceasefire push*. **BBC News**. 13 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-35562943>

de suprimentos aos rebeldes. A Rússia chegou mesmo a acordar um breve cessar-fogo, o que evidenciou o seu peso decisivo no conflito. Assad, agora, estava ganhando a guerra. “Em contraste, a oposição está política e militarmente desunida e com opções limitadas. Há uma desconexão entre as aspirações políticas da oposição e sua capacidade física” (GERGES, 2016).

A Rússia agora passava a dar as cartas do conflito na Síria:

Ao contrário dos EUA, a Rússia fez um investimento estratégico na Síria e a sua intervenção militar do lado de Assad, em setembro passado, é uma mudança de paradigma [...] Vladimir Putin exerce agora uma influência decisiva na Síria, uma carta de negociação poderosa para com a América. O poder aéreo russo também restringe a capacidade de potências regionais como a Turquia de ajudar os rebeldes. (GERGES, 2016) [tradução nossa]

Os próprios oficiais americanos admitiram que a entrada russa no conflito sírio alterou completamente os cálculos da guerra. De acordo com o Tenente General Vincent R. Stewart, chefe da Defence Intelligence Agency dos EUA, “Assad está numa posição de negociação muito mais forte do que estava há apenas seis meses” (MILLER, 2016) e que a Rússia agora alterava não apenas o cenário de guerra, como também emergia como uma força cibernética mais assertiva.

Em dezembro de 2017, Putin anunciava a vitória sobre o ISIS na Síria (POLYAKOVA, 2018), assegurando a sobrevivência do regime de Assad e retomando faixas de território anteriormente ocupadas pelos rebeldes apoiados pelos EUA⁶⁰⁶.

Não resta dúvida do equilíbrio de forças que a presença russa impôs no teatro de guerra sírio. Se compararmos os mapas da configuração do poder territorial na Síria antes e depois da entrada da Rússia no conflito, perceberemos o quão profundo foi o impacto militar naquele país [ver mapa 39]. Para Polyakova (2018), “a verdadeira vitória geopolítica de Putin tem sido o enfraquecimento bem-sucedido dos interesses dos EUA no Oriente Médio, ao mesmo tempo que estabelece a Rússia como um importante intermediário de poder em toda a região”.

⁶⁰⁶ POLYAKOVA, Alina. *Russia is a Great Power Once Again*. **The Atlantic**. 26 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2018/02/russia-syria-putin-assad-trump-isis-ghouta/554270/>

Para Moscou, preservar o governo de Assad era menos sobre o próprio Assad e mais sobre salvaguardar o que Putin via como um dominó em uma série de revoluções orquestradas pelos EUA no quintal da Rússia. A queda do ditador Líbio Muammar al-Kadafi perturbou Putin [...] Para Putin, a intervenção liderada pelos EUA na Líbia foi um “estudo de caso do intervencionismo ocidental”, uma política de regime change mergulhada na retórica de apoio aos direitos humanos. (POLYAKOVA, 2018) [tradução nossa]

Mapa 39 - O conflito sírio antes e depois da participação russa

Fonte: Al-Jazeera⁶⁰⁷

O que Polyakova (2018), bem como a maioria dos analistas de política externa e Relações Internacionais não perceberam, embora tenham corretamente ressaltado que Putin – diante do que ocorrera na Líbia em 2011 e na Ucrânia em 2014 – percebeu um efeito dominó orquestrado em relação aos parceiros estratégicos russos, é que tal percepção teve também consequências geoestratégicas duplamente implementadas, tanto pelos EUA quanto pela Rússia, que reagiu a esse empreendimento. Essas consequências geoestratégicas vêm à superfície, tornam-se claras, quando utilizamos o conceito de *checkerboard* geopolítico. Não se trata apenas de argumento de um dos lados, nem de conspiração, mas de um fato cartografado [ver Mapa 39] que demonstra a posição geoestratégica de cada um desses eventos extremamente inter-relacionados no intuito, de um lado, de impedir que a Rússia obtenha aliados fora de sua zona

⁶⁰⁷ Disponível em: <https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2015/05/syria-country-divided-150529144229467.html>

fronteiriça direta, formando um potencial *checkerboard*; e de outro, manter a posição dos EUA e da OTAN no Rimland, utilizando essa mesma estrutura de *checkerboard* para conter a Rússia.

O uso de *proxy-fighters*, como Polyakova acusa Putin de fazer uso na região do Donbass, foi amplamente usado na Líbia e na Síria, financiados pelos EUA, muito antes que a Rússia pudesse implementar qualquer apoio nesse sentido. Aliás, quem primeiro inventou o uso de *proxy-fighters* foram os EUA, em 1979, na tentativa de conter os soviéticos, na desastrosa estratégia elaborada por Zbigniew Brzezinski de armar os *mujahedins* afegãos, o que acabou derivando na organização terrorista conhecida hoje como Al-Qaeda.

O fato é que Putin acabou invertendo o jogo geopolítico na Síria, roubando o protagonismo dos EUA e estabelecendo novas regras, que certamente alteraram o destino da Síria, que já estava configurado para ser como o da Líbia de Kadafi.

4.8 O *Shatterbelt* na Ucrânia

O processo de alargamento da OTAN, acoplado estrategicamente com o estaticídio, tem propósito claro e definido de conter e enfraquecer a Rússia geopoliticamente e, por conseguinte, como potência mundial. Seu estágio mais avançado se abateu sobre a Ucrânia, em duas fases, a primeira, na Revolução Laranja de 2004, e dez anos depois, em 2014, quando eclodiram as fortes manifestações da Praça Maidan, logo após a ação ocidental ter se abatido sobre a Líbia e a Síria. Da mesma forma que nesses países, o uso de fake news, psy/ops e manipulações midiáticas visavam o regime change em prol de um sistema afinado com os EUA/OTAN e contra a Rússia.

Um elemento distintivo e fundamental no processo ocorrido na Ucrânia foi o do estabelecimento não de um *checkerboard* geopolítico, mas sim o de um *shatterbelt*, outro conceito geopolítico fundamental, uma vez que colocava, sob um mesmo país (ou região), duas bases de apoio de potências estrangeiras distintas e antagônicas. [ver Tabela 5]

Shatterbelts, na concepção de Kelly (1986, p. 168), são áreas cujo controle das grandes potências competem seriamente, onde bases de apoio (footholds) de potências antagônicas estão presentes no intuito de formarem uma estratégia de alianças. De acordo com essa tipologia, os shatterbelts são os únicos tipos regionais que contém, ao mesmo tempo, bases de apoio de potências rivais.

Tabela 5 - Shatterbelts como bases de apoio (*footholds*) estrangeiras

	<i>Establishers of footholds</i>	<i>Footholds of single major power</i>	<i>Absence of footholds</i>	<i>Rival footholds</i>	<i>Reciprocal foothold alliances</i>	<i>Satellite foothold alliances</i>
Major powers	X					
Allied powers		X			X	
Spheres of influence		X				X
Shatterbelts				X	X	
Buffer systems			X			
Non-contested areas			X			

Fonte: KELLY (1986)⁶⁰⁸

Mapa 40 - Divisão etno-linguística da Ucrânia

Fonte: Eurasian Geopolitics⁶⁰⁹

⁶⁰⁸ KELLY, Philip L. *Escalation of regional conflict: testing the shatterbelt concept*. *Political Geography Quarterly*. Vol. 5, nº 2, 1986, p. 169

⁶⁰⁹ Disponível em: <https://eurasiangeopolitics.files.wordpress.com/2014/07/ethno-summary-map-ukraine.png>

O território ucraniano, disposto ao longo da fronteira sudoeste da Rússia, portanto, “junto” ao território russo, não permitiria a existência de uma estrutura de *checkerboard*, sendo para isso necessário algum território entre ambos. Porém, e justamente por estar junto ao território russo, é perfeitamente possível o estabelecimento de um *shatterbelt* como forma de desestabilização da região e, por consequência, da própria Rússia. Não se visava impedir uma possível aliança, ou mesmo um alinhamento, da Rússia com a Ucrânia, uma vez que esses países, embora com nítidas diferenças culturais e políticas, sempre estiveram muito próximos. Tratava-se, ao invés disso, de descolar ou mesmo de fazer a Ucrânia romper seus laços com Moscou, colocando-a sob a esfera da OTAN e, com isso, criar um imenso “cinturão estratégico”, margeando toda a fronteira oeste da Rússia, prolongando-se da Estônia até o Azerbaijão [ver Mapa 28], o que certamente enfraqueceria a capacidade de projeção de poder da Rússia e, até mesmo, a preservação de sua estabilidade territorial.

4.8.1 O “*delusional desire*” ucraniano

Após 70 anos sob domínio soviético, do qual a Ucrânia era apenas uma “província”, em 1991, a então República Socialista Soviética da Ucrânia declarava um ato de soberania estatal, que evoluiu para a declaração de sua independência total, proclamada em 24 de agosto de 1991. Desde então, os ucranianos, que finalmente haviam conquistado sua independência e autodeterminação, sentiram a possibilidade de erguerem um país livre política e economicamente na nova ordem mundial que reluzia no horizonte.

De acordo com Sutela (2012), havia uma expectativa de que “a Ucrânia se tornasse uma democracia rica de livre-mercado e um membro de pleno direito da comunidade europeia e euro-atlântica, isto é, tornar-se membro da União Europeia, da OTAN e da OCDE⁶¹⁰. Dessa forma, a Ucrânia projetava seu futuro e seu destino para o Ocidente, distanciando-se de sua condição geográfico-geopolítica de estar na zona de influência direta da Rússia.

⁶¹⁰ SUTELA, Pekka. *The Underachiever: Ukraine's Economy since 1991*. Carnegie Endowment for International Peace. 9 de março de 2012. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2012/03/09/underachiever-ukraine-s-economy-since-1991-pub-47451>

Durante muito tempo, o próprio Ocidente não colocava muita esperança nesse desejo ucraniano, vendo-a mais como um “*sick man of Europe*” e mesmo um Estado fracassado devido à sua condição geopolítica⁶¹¹.

Nascida numa condição muito pobre, a jovem república ucraniana tinha um PIB per capita muito baixo, de apenas US\$ 1.300, menor até do que o do Turcomenistão, uma das ex-repúblicas soviéticas mais pobres⁶¹². Apesar disso, a Ucrânia era o celeiro da Rússia, possuía uma agricultura pujante e bem desenvolvida, embora muito distante da agricultura mecanizada dos países ocidentais.

Com uma história marcada por tragédias: duas guerras mundiais, um genocídio de sua população rural (Holodomor) e uma guerra civil, a Ucrânia era um país cosmopolita, mas ao mesmo tempo muito frágil em suas estruturas econômicas, dependendo da ajuda russa, sobretudo. Mesmo com uma indústria forte, era totalmente dependente dos recursos minerais e energéticos da Rússia, assim como do subsídio que Moscou sempre lhe ofereceu em relação ao preço do gás fornecido. O petróleo e o gás russos, com preços ilusoriamente subsidiados pelos russos, acabaram por deixar a Ucrânia muito dependente desse mecanismo e muito atrelada ao Estado russo.

Essa facilidade no acesso aos recursos energéticos, segundo Sutela (2012), gerou um clima de otimismo, onde o futuro seria promissor. Mesmo as divisões entre os falantes do idioma russo e os de idioma ucraniano não atrapalharam esse processo. Entretanto, esse sonho durou pouco e, devido a desorganização oriunda do colapso soviético, a economia ucraniana despencou. “A economia ucraniana contraiu-se entre 9% e 22% de 1991 a 1996 [...] o país experimentou uma hiperinflação e um declínio da produção [...] o PIB caiu quase pela metade de 1990 a 1994 e seguiu-se assim pelo restante da década”. (SUTELA, 2012)

Assim como na maioria das ex-repúblicas soviéticas, as máfias dominavam setores-chave da economia (*shadow economy*), o que estimulava a corrupção e dificultou o desenvolvimento de uma economia ao estilo ocidental. Os ucranianos sentiram o gosto amargo da realidade quando descobriram que não bastava mudar a

⁶¹¹ SUTELA, Pekka. *The Underachiever: Ukraine's Economy since 1991*. **Carnegie Endowment for International Peace**. 9 de março de 2012

⁶¹² Ibidem.

bandeira, o nome do regime ou simplesmente instituir instrumentos democráticos para se convertirem num país próspero, democrático e pacífico. Os ucranianos herdaram os obstáculos soviéticos, suas mazelas e dimensões políticas que não desapareceriam do dia para a noite, e seria ingênuo crer que tudo isso pudesse ser feito no transcorrer de uma década. “A prevalência de uma economia paralela e a existência continuada de subsídios estatais ocultos fizeram com que uma clara demarcação entre o Estado e uma economia de livre-mercado tivesse surgido” (SUTELA, 2012).

Assim como na Rússia, saiu-se de um modelo comunista dominado por burocratas para um “capitalismo” estatal dominado por máfias – muitas delas herdeiras do velho modelo soviético. Os antigos privilegiados do regime, agora, eram os donos do país. “As antigas indústrias soviéticas foram privatizadas para seus gerentes”⁶¹³, afirma Sutela.

A primeira década de independência da Ucrânia foi uma década de retração econômica. Somente a partir de 2001 é que houve uma recuperação significativa, porém, a moeda *hryvnia* (grívna) permanecia fraca. Essa recuperação se deu devido às exportações das indústrias de metalurgia, engenharia, química e alimentos, favorecidas pelo baixíssimo preço do gás importado da Rússia⁶¹⁴.

Durante um período mais longo, esse padrão de crescimento foi considerado insustentável. Esse é o fato mais importante das perspectivas econômicas da Ucrânia. A melhoria dos termos de troca da década de 2000 foi um ganho inesperado positivo, mas a Ucrânia não soube utilizar esse ganho inesperado de forma sensata. A economia da Ucrânia e suas perspectivas de crescimento acabaram por serem afetadas tanto por seu nacionalismo quanto por sua ineficiência. (SUTELA, 2012) [tradução nossa]

É interessante que durante mais de uma década a Rússia subsidiou o fornecimento de gás para a Ucrânia por preços muito menores do que vendia no mercado internacional. Assim também ocorreu com a compra de boa parte dos produtos industriais ucranianos. Não parece razoável, portanto, a afirmação de que a

⁶¹³ SUTELA, Pekka. *The Underachiever: Ukraine's Economy since 1991*. **Carnegie Endowment for International Peace**. 9 de março de 2012. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2012/03/09/underachiever-ukraine-s-economy-since-1991-pub-47451>

⁶¹⁴ De acordo com Sutela (2012), o preço do gás russo era vendido para os ucranianos pela metade do preço que a Rússia o vendia no mercado europeu.

Rússia impede e/ou atrapalha o desenvolvimento da Ucrânia. Se isso fosse legítimo, que razões haveria a Rússia para subsidiar pela metade do preço o seu principal produto de exportação? O grande problema econômico da Ucrânia, além dos supracitados, foi que não possuía muitos produtos de alto valor agregado, concentrando-se apenas na exportação primária de produtos agrícolas bem como na exploração rentista de infra-estruturas, mas não o desenvolvimento das mesmas. O trânsito do gás sempre foi uma vantagem desvantajosa para a Ucrânia, que acabou por limitar e atrasar sua economia dependente do rentismo dessa atividade⁶¹⁵. “Para a Rússia, a posição de quase monopólio da Ucrânia no trânsito do gás russo para a Europa conferiu-lhe um poder de negociação excessivo sobre as taxas de trânsito” (SUTELA, 2012). A consequência disso foi que a Ucrânia forçou demais a situação e acabou por estimular os russos a construírem, em conjunto com os alemães, o gasoduto Nord-Stream, que contorna pelo Mar Báltico a Europa de Leste geograficamente. Há intenções de se construir uma segunda linha dessa pipeline, assim como pipelines que margeiem a Europa pelo sul.

De um ganho rentista fácil e com acesso ao gás russo subsidiado, é bem provável que, no futuro, a Ucrânia fique sem ambas as coisas. A Ucrânia cometeu um erro de cálculo político sem precedentes ao desafiar seu principal parceiro comercial que possui um poder – incluindo aí o poder de se adaptar economicamente – muito maior que o seu, sem ter um substituto imediato à altura. Sem o gás russo circulando por sua extensa rede de pipelines, a Ucrânia perderá fontes de renda e, ainda por cima, acumulará prejuízos com o alto custo de manutenção dessa imensa rede. É tampouco crível que uma possível adesão à União Europeia possa compensar esses dois fatores determinantes de sua economia: a agricultura e os poucos produtos industrializados com valor agregado não são suficientes para manter seus índices econômicos estáveis.

A economia ucraniana, portanto, é muito frágil e com poucas alternativas. Segundo Sutela (2012), desde 1992, só houve um ano no qual o orçamento esteve equilibrado, em 2002. Todos os demais anos o país esteve sob um déficit fiscal agravado por uma enorme gama da população dependente do sistema previdenciário, o que torna o prognóstico econômico para a Ucrânia muito desalentador. “Em uma

⁶¹⁵ SUTELA, Pekka. *The Underachiever: Ukraine's Economy since 1991*. **Carnegie Endowment for International Peace**. 9 de março de 2012

nação com 46 milhões de habitantes, as pensões alcançam 14 milhões de habitantes e cresceram de 9,2% do PIB em 2003 para 18% em 2009. É uma das cargas previdenciárias mais pesadas do mundo”. (SUTELA, 2012) Se levarmos em consideração que a população do país está envelhecendo, então, essa situação tenderá a piorar nas próximas décadas.

4.8.2 O fim do gás barato

Um dos fatores decisivos para o agravamento das relações russo-ucranianas foi a decisão de Putin de abolir o subsídio do gás tanto para os consumidores internos da Rússia, quanto para os bielorrussos e ucranianos. Essa medida visava incentivar a modernização da economia russa, o que poderia ser traduzido da seguinte forma: preços mais altos para as commodities e mais baixos para as manufaturas⁶¹⁶.

Esse reordenamento da economia russa elaborado por Putin a partir de 2001 acabou por gerar consequências dramáticas para a Ucrânia. A China passou a ter um papel muito mais preponderante do que a Ucrânia nas importações da Rússia, o que obrigou os ucranianos a elaborar reformas fiscais e pedir empréstimos ao FMI, bem como privatizar empresas e cortar subsídios do gás para os consumidores. A ilusão do gás barato havia chegado ao fim e a dura realidade econômica, sobretudo após a crise econômica mundial de 2008, bateu à porta dos ucranianos.

Para Sutela (2012) um outro agravante para as possibilidades de se fazer negócios com a Ucrânia é a corrupção e a economia paralela das máfias (*shadow economy*), que contaminam o ambiente de negócios e contra o qual o próprio Estado ucraniano é fraco e incompetente para combater, uma vez que o mesmo está infectado por esses mesmos círculos mafiosos que atuam à margem da lei.

Por tudo isso, é improvável que a Ucrânia possa pleitear o ingresso na União Europeia. E é tampouco improvável que a União Europeia consiga elaborar um plano realista para a adequação econômica da Ucrânia. Se considerarmos que a Ucrânia está na região mais sensível da fronteira russa, isso torna essa ideia ainda mais distante. O

⁶¹⁶ SUTELA, Pekka. *The Underachiever: Ukraine's Economy since 1991*. Carnegie Endowment for International Peace. 9 de março de 2012.

melhor para a Ucrânia seria adequar-se economicamente para tirar proveito daquilo que tem de melhor: sua posição geográfica.

Se a Ucrânia conseguir explorar o potencial tanto da Rússia quanto da União Europeia, utilizando para isso sua condição de *buffer-state*, poderá, estrategicamente, se tornar um país próspero. Se, por ventura, pretender negar sua condição geográfica em nome de algum idealismo e distanciar-se econômica e politicamente da Rússia, é muito provável que sua condição permaneça como a de um país altamente instável, como os fatos pós-2014 vieram a confirmar.

4.8.3 A “Revolução” Laranja

Todos esses fatores econômicos desaguarão numa enorme convulsão social, que ficou conhecida como a “revolução laranja”. Estabelecia-se, ali, uma excelente oportunidade para um regime change e para as operações da USACAPOC (*United States Army Civil Affairs and Psychological Operations Command*), num território com um ativo geoestratégico imenso tanto para a Rússia quanto para os EUA/OTAN.

Nas eleições de 2004, Viktor Yushchenko (candidato apoiado pelos EUA/UE) e Viktor Yanukovich (apoiado pela Rússia) disputaram a eleição presidencial. Os resultados oficiais deram vitória a Yanukovich, mas os partidários de Yushchenko – cujas cores do partido era laranja – não aceitaram o resultado alegando fraude em prol de Yanukovich.

Todo esse processo já estava programado muito antes de seu início. Tratava-se de mais uma *psy/op*, como ocorrera na Sérvia quatro anos antes. De acordo com Taynor (2004), o governo dos EUA, por meio de ONGs, agências, corpo diplomático e veículos de imprensa, programou tanto a caída de Milosevic como a Revolução Laranja na Ucrânia. “A experiência na Sérvia, na Geórgia e na Bielorrússia tem sido inestimável na conspiração para derrotar o regime de Leonid Kuchma, em Kiev” (TRAYNOR, 2004).

Mapa 41 - As revoluções coloridas

Fonte: adaptado de *A Segunda Guerra Fria*⁶¹⁷

Como Kuchma não poderia mais ser candidato, escolheu Viktor Yanukovich como seu sucessor, e foi contra ele que a *psy/op* operou. Numa verdadeira encenação de fraude os dois políticos adversários de Yanukovich, Viktor Yushchenko e Yulia Timoshenko, armaram um verdadeiro circo midiático financiado e com apoio logístico dos EUA, o que acabou desencadeando uma série de protestos, bem como greves lideradas pelos “movimentos de oposição”.

Muitos sérvios que haviam sido treinados na ocasião dos protestos contra Milosevic se dirigiram para a Ucrânia semanas antes do estourar da Revolução Laranja⁶¹⁸. A política de *regime change* estava em curso na Ucrânia, mas oculta e manipulada pelos veículos de imprensa internacionais. Entretanto, os EUA gastaram cerca de US\$ 14 milhões mediante o uso de organizações como a Freedom House para organizar e monitorar os protestos bem como as sondagens eleitorais, que deram 11 pontos de vantagem a Yushchenko, envolveram mais de 1000 observadores e

⁶¹⁷ BANDEIRA, L. A. M. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 97

⁶¹⁸ TRAYNOR, Ian. *US campaign behind the turmoil in Kiev*. **The Guardian**, 26 de novembro de 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2004/nov/26/ukraine.usa>

agentes⁶¹⁹ na tática programática de forjar uma liderança nas intenções de voto para, depois, acusar o real vencedor de fraude.

Uma vez mais, as táticas de Gene Sharp estavam em ação, desta vez na Ucrânia:

Em Belgrado, Tbilissi e agora em Kiev, onde as autoridades tentaram inicialmente agarrar-se ao poder, o conselho era manter a calma, mas com determinação, e organizar manifestações massivas e desobediência civil, que devem permanecer pacíficas, mas correm o risco de provocar o regime a uma repressão violenta. (TRAYNOR, 2004) [tradução nossa]

A Ucrânia era um teatro perfeito para as psy/ops e a inoculação das táticas de Gene Sharp: um sistema político dividido que mal conseguia funcionar; uma configuração etno-linguística que dividia o país em duas partes; e, em 2004, dois candidatos com opções geopolíticas inversas.

Desde sua independência em 1991, a Ucrânia teve sua base político-parlamentar bastante dividida entre uma esquerda e uma direita bastante definidas, mas confusas quanto a suas objetividades⁶²⁰. O ex-presidente Leonid Kuchma conseguiu sobreviver politicamente porque se posicionou ao centro dessa dualidade. “Ao colocar-se entre a esquerda e a direita sobre questões fundamentais, Kuchma conseguiu sempre forjar uma aliança de um contra outro” (D’ANIERI, 2007, p. 115).

Basicamente, Kuchma conseguia provar que era melhor para cada um dos lados do que o outro lado. Adicional a isso, comenta D’Anieri (2007), os democratas liberais lutam mais entre si do que contra seus inimigos. Kuchma, que era um político soviético *old school*, sabia muito bem como manobrar com blocos antagônicos e dissidentes.

Kuchma acabou criando uma estrutura bem estamental na política ucraniana [ver tabela 6]. Seus principais apoiadores eram os oligarcas, representados por um grande bloco centrista (o “centrão” como costumamos denominar aqui no Brasil), onde tanto a extremidade à esquerda (Partido Comunista) como à direita (Partido “Nossa Ucrânia”, de Yushchenko) eram ambivalentes a ele⁶²¹. Entretanto, declaradamente

⁶¹⁹ TRAYNOR, Ian. *US campaign behind the turmoil in Kiev*. **The Guardian**, 26 de novembro de 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2004/nov/26/ukraine.usa>

⁶²⁰ D’ANIERI, Paul. *Understanding Ukrainian Politics: power, politics, and institutional design*. Nova Iorque: M.E. Sharp, 2007, p. 115

⁶²¹ Ibidem, p. 116

“anti-Kuchma” estavam apenas o Partido Socialista, e o Bloco Yulia Timoshenko (de centro). De acordo com D’Anieri (2007, p. 116), foram esses dois grupos que, mais tarde, mais pressionaram Kuchma e o forçaram a deixar o poder.

Para complicar a situação, a Ucrânia não é um país com uma unidade nacional homogênea; possui duas distinções etno-linguísticas bem demarcadas geograficamente [vide Mapa 42], sendo a parte leste do país inclinada à Rússia, enquanto a parte oeste é mais inclinada e influenciada pela Polônia e a União Europeia. Portanto, há uma divisão sul-sudeste/norte noroeste que refletem bem a configuração geohistórica daquele país.

Tabela 6- Quadro partidário ucraniano (2004)

Orientations of Ukrainian Political Parties, 2003–2004			
	Left	Center	Right
Pro-Kuchma		United Ukraine, Social Democratic Party of Ukraine (United), Party of Regions (plus smaller oligarchic parties)	
Ambivalent	Communist Party		Our Ukraine
Anti-Kuchma	Socialist Party	Bloc of Yulia Tymoshenko	

Fonte: D’ANIERI (2007)

Mapa 42 - O idioma russo nas regiões ucranianas

Fonte: Eurasian Geopolitics⁶²²

⁶²² Disponível em: <https://eurasiangeopolitics.files.wordpress.com/2014/07/ukraine-language.png>

Os dois candidatos, Viktor Yushchenko e Viktor Yanukovich, possuíam orientações geopolíticas bastante distintas. Enquanto o primeiro era pró-Occidental⁶²³, o segundo era pró-Rússia, o que ajudou a dividir o país ainda mais.

Após os primeiros resultados da eleição de 21 de novembro de 2004, o governo começou a informar que Yanukovich estava liderando as apurações. Foi o estopim da crise. Milhares de pessoas começaram a sair às ruas acusando o governo de fraude. De acordo com Traynor (2004), a Freedom House e o Partido Democrata dos EUA ajudaram a preparar o caminho dos protestos, financiando o envio de mais de mil observadores que elaboraram uma “sondagem” eleitoral que dava 11 pontos de vantagem para Yushchenko, numa mega-operação que envolveu mais de 14 milhões de dólares, como relatado antes.

Incitados por panfletos distribuídos por ONGs internacionais e pela mídia em geral, milhares de pessoas começaram a sair às ruas das grandes cidades, sobretudo em Kiev, onde se concentraram na praça Maidan, ocupação essa que durou semanas. Após esse impasse, a Suprema Corte da Ucrânia acabou declarando nula a eleição e remarcou uma nova para 26 de dezembro de 2004, onde Yushchenko obteve 52% dos votos⁶²⁴.

Entretanto, nessa segunda ronda, foram relatadas fraudes nas seções eleitorais no leste do país, onde Yanukovich tinha mais eleitores. Observadores que relatavam as irregularidades a favor de Yushchenko foram agredidos⁶²⁵, mas, desta vez, a Suprema Corte achou tudo normal e declarou a eleição válida. As *psy/ops* haviam funcionado uma vez mais.

O governo de Yushchenko foi marcado por um assentado redirecionamento geoideológico da Ucrânia na direção do Ocidente, com forte apoio dos EUA. Além disso, seu governo também foi marcado por uma série de escândalos de corrupção, sendo o

⁶²³ “Washington cria que, na Ucrânia, a ascensão de Viktor Yushchenko, candidato do partido de oposição Nossa Ucrânia, com a derrubada de Leonid Kuchma, poderia remodelar a orientação geopolítica do país, possibilitando maior integração nas instituições euro-atlânticas” (Fonte: BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 98)

⁶²⁴ FOLHA DE S. PAULO. *Yushchenko vence eleição histórica na Ucrânia*. 26 de dezembro de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u79594.shtml>

⁶²⁵ Ibidem.

mais famoso deles envolvendo Yulia Timoshenko, que foi primeira-ministra de 2007 a 2010 e que havia sido condenada a sete anos de prisão por abuso de poder⁶²⁶.

Embora com toda a ajuda externa que Yushchenko e seu partido tiveram em 2004 e 2005, após 5 anos, em 2010, a nova eleição presidencial não ratificou essa realidade, sem com isso, entretanto, ter sido menos polêmica. A então ex-primeira-ministra Yulia Timoshenko, envolvida em escândalos de abuso de poder e condenada por isso, saiu da cadeia para disputar a eleição como candidata da situação contra, principalmente, Viktor Yanukovich, líder da oposição e que havia perdido a eleição de 2004 após uma polêmica arbitragem da Suprema Corte do país.

Viktor Yanukovich venceu com 48,9% dos votos e Timoshenko ficou com 45,4%, na disputa do segundo turno. Porém, Yulia Timoshenko não aceitou a derrota e denunciou o que chamava de fraude em prol de Yanukovich, como seu aliado Yushchenko havia feito cinco anos antes, e tentou impugnar a eleição de Yanukovich uma vez mais, desta vez sem sucesso⁶²⁷. Como na eleição anterior, Yanukovich havia vencido majoritariamente não regiões russas, a leste do país. [ver Mapa 43]

Após assumir a presidência, Yanukovich pediu a renúncia de Timoshenko do cargo de primeira-ministra e deixou clara sua intenção de seguir próximo da Rússia em detrimento da aproximação que o governo anterior havia feito em direção à OTAN e aos EUA. Yanukovich, que fora governador da província de Donetsk em 1997 e 2002, representava um obstáculo a esse projeto de afastar a Ucrânia da Rússia, e pagaria caro por essa escolha alguns anos depois, quando sofreria um golpe de Estado.

Desde 2005, após a Revolução Laranja – que nunca foi uma revolução de fato, mas uma revolta incitada do exterior, manipulada midiaticamente, com o objetivo de implantar um regime change no país –, o espectro político de Yulia Timoshenko e Viktor Yushchenko, que mais tarde ganharia o reforço de Petro Poroshenko, havia instalado no país um discurso de divisão, acusando políticos oriundos do leste do país

⁶²⁶ BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *A Desordem Mundial: o espectro total da dominação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 253.

⁶²⁷ O ESTADO DE S. PAULO. *Candidato pró-Moscou vence eleições presidenciais da Ucrânia*. 8 de fevereiro de 2010. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/europa/candidato-pro-moscou-vence-eleicoes-presidenciais-da-ucrania,508019>

(majoritariamente de população russa) de colaborarem com Moscou, enquanto advogavam uma ilusória adesão ucraniana à OTAN e à União Europeia.

Na vitória de Yanukovich em 2010, essa divisão ficou muito bem demarcada geograficamente. Se observarmos o mapa 43, veremos uma clara correlação entre os votos do eleitorado de Yanukovich e a parte russófona do país. Além disso, a eleição de Yanukovich representava também um rechaço dessa população pelas políticas estipuladas pós-Revolução Laranja, bem como seus projetos de aproximação com o Ocidente.

Mapa 43 - Porcentagem eleitoral de Viktor Yanukovich por regiões (2010)

Fonte: Wikipedia⁶²⁸

A política externa de Yanukovich era mais sensata e realista que a de seus antagonistas liberais (tanto Timoshenko quanto Yushchenko), uma vez que previa tanto o manutenção das boas relações com a Rússia quanto com uma maior participação da Ucrânia na União Europeia. “Continuo empenhado numa política equilibrada, que proteja nossos interesses nacionais, tanto na nossa fronteira oriental – refiro-me à Rússia – como, evidentemente, na União Europeia”, afirmou

⁶²⁸ Disponível em:

https://es.wikipedia.org/wiki/V%C3%ADktor_Yanuk%C3%B3vich#/media/File:Ukraine_ElectionsMap_2010-2_Yanukovich.svg

Yanukovich⁶²⁹. Além disso, Yanukovich estava empenhado num acordo para a abolição de vistos para os cidadãos ucranianos na União Europeia⁶³⁰.

Yanukovich demonstrou seu realismo e consideração pela preservação do equilíbrio de poder entre a OTAN e a Rússia – vital para a sobrevivência da Ucrânia enquanto Estado – quando afirmou que a Ucrânia deveria ser um “Estado neutro” e que isso significava fazer parte de um sistema de defesa coletivo no qual a OTAN e a Rússia participassem em conjunto. Yanukovich frisava que a Ucrânia não deveria nem pertencer à OTAN nem tampouco à CSTO⁶³¹.

A Ucrânia sempre cooperou com a OTAN, e a Ucrânia sempre implementou seus programas. Pensamos que tal nível de cooperação é atualmente suficiente, e o povo ucraniano atualmente apoia tal nível de cooperação [...] O povo ucraniano não apoia atualmente a entrada da Ucrânia na OTAN e isso corresponde ao *status* que temos atualmente. Não queremos aderir a nenhum bloco militar. (YANUKOVICH, 2010) [tradução nossa]

Em janeiro de 2010, Yanukovich disse a agência de notícias Interfax que “a Ucrânia estaria pronta para apoiar iniciativas da França e da Rússia”, se referindo à construção de um novo sistema de segurança coletiva na Europa⁶³².

Outra medida que Yanukovich visava implementar – e que desagradou o Ocidente – foi a revisão dos contratos do gás importado da Rússia. Ele pretendia negociar com a Rússia a volta dos antigos subsídios em troca do apoio político e logístico da Ucrânia à construção da pipeline South Stream⁶³³. Esse acordo sobre o gás foi aprovado em Kharkov em 21 de abril de 2010 entre Yanukovich e o então presidente russo Dmitri Medvedev, onde ficou estabelecido um preço variante entre

⁶²⁹ GATEHOUSE, Gabriel. *Ukraine's political cat-fight leaves voters cold*. **BBC NEWS**. 2 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/8391317.stm>

⁶³⁰ ALEXE, Theodor. *EU, Ukraine Agree On 'Road Map' For Visa-Free Travel*. **Radio Free-Europe**. 22 de novembro de 2010. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/2227271.html>

⁶³¹ KYIV POST. *Yanukovich: Ukraine will remain a neutral state*. 7 de janeiro de 2010. Disponível em: <https://www.kyivpost.com/article/content/ukraine-politics/yanukovich-ukraine-will-remain-a-neutral-state-56539.html?cn-reloaded=1>

⁶³² INTERFAX. *Yanukovich describes current level of Ukraine's cooperation with NATO as sufficient*. 12 de janeiro de 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120515211754/http://www.interfax.com.ua/eng/main/29568/>

⁶³³ KYIV POST. *What Yanukovich presidency would mean for Ukraine*. 8 de fevereiro de 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120609121416/http://www.kyivpost.com/news/nation/detail/59046/>

US\$ 30 e US\$ 100 ao invés do preço internacional de US\$ 330 por tonelada cúbica de gás⁶³⁴. Além disso, ficaria renovada a utilização por parte da Rússia da base marítima de Sebastópol até 2042⁶³⁵.

De acordo com Bandeira (2016, p. 269), esses acordos com a Rússia renderiam à Ucrânia mais de US\$ 40 bilhões, o que ajudaria a combater a aguda recessão econômica que se abatia sobre aquele país, bem como a modernização de setores estratégicos ucranianos como aviação, energia nuclear, construção naval e de satélites.

Yanukovich, acertadamente, prometeu fazer do idioma russo uma língua oficial da Ucrânia⁶³⁶, uma vez que boa parcela de seus nacionais fala esse idioma como língua materna, o que certamente reduziria a barreira entre as duas comunidades, promoveria uma integração da população russófona e reduziria em muito a divisão e a rivalidade entre o leste e o oeste daquele país. Esse projeto de Yanukovich não só foi abolido após os tumultos de 2014 como foi proibido o uso do idioma russo em escolas após essa data.

4.8.4 A encruzilhada geopolítica do *European Union Association Agreement*

O acordo de livre-comércio com a União Europeia prolongou-se durante anos na Ucrânia, mas foi só em 2013 que isso se tornou, claramente, um assunto muito mais geopolítico que econômico.

Em 21 de novembro de 2013, realizou-se na capital da Lituânia, Vilnius, uma cimeira que visava concluir um acordo de livre-comércio entre a União Europeia e países como Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia, além da Ucrânia, que era o foco principal desse evento.

Yanukovich, entretanto, relutou em assinar esse acordo após uma série de reuniões com o presidente russo Vladimir Putin⁶³⁷. O presidente russo havia criado em 2009 a União Eurasiática (Comunidade Econômica Eurasiática – EurAsEc), na qual a Rússia, a Ucrânia, a Bielorrússia e o Cazaquistão acordariam uma união aduaneira aos

⁶³⁴ BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *A Desordem Mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 268

⁶³⁵ Ibidem, p. 268

⁶³⁶ KYIV POST. *What Yanukovich presidency would mean for Ukraine*. 8 de fevereiro de 2010, op. Cit.

⁶³⁷ COALSON, Robert. *Ukraine's Choice: East Or West?* **Radio Free-Europe**. 15 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/ukraine-choice-eu-russia/25169110.html>

moldes da União Europeia. “Sem a Ucrânia, a União Eurasiática torna-se um projeto eminentemente asiático, e a economia da Ucrânia – eminentemente menor que a russa – é a única da ex-URSS capaz de imbuir à União Eurasiática um semblante de equilíbrio” (COALSON, 2013).

Para Moscou, impedir a entrada da Ucrânia nesse acordo aduaneiro com a UE era de vital importância estratégica, não apenas para o futuro da União Eurasiática como também para impedir que um país tão vital para os interesses russos caísse sob a influência de Bruxelas. Era eminentemente uma batalha geoestratégica ampla e os russos não perderam tempo e ameaçaram impor duras sanções aos produtos e serviços ucranianos caso Yanukovich viesse a assinar tal acordo⁶³⁸.

Já para a Ucrânia, o acordo com a UE era apenas uma promessa distante e seus possíveis ganhos eram incertos:

Caso aderisse à área de livre-comércio da UE, as indústrias de mineração de ferro e siderúrgicas, a maior parte em Donbass, perderiam a competitividade, devido à alta do preço da energia e sofreriam dura concorrência tanto no mercado doméstico quanto no exterior. Muitas fábricas fechariam e/ou seriam assenhoreadas pelas corporações europeias, enquanto as grandes empresas do agrobusiness do Ocidente arruinariam os pequenos agricultores. (BANDEIRA, 2016, p. 272)

Além desses riscos apontados por Bandeira, se os russos reforçassem a pressão, a economia ucraniana entraria em colapso energético e econômico, uma vez que a Rússia era não apenas o maior comprador de seus produtos como também seu único fornecedor de gás, vital energeticamente e economicamente – sobretudo pelas taxas de trânsito. Seria muito improvável que a UE oferecesse vantagens tangíveis que fossem capazes de substituir essa importância russa.

Para Moscou, a UE tentava conquistar seus principais parceiros comerciais e, assim, tornar a Rússia mais vulnerável política e economicamente. A UE não estava buscando melhorar a condição econômica da Ucrânia, tanto é que não conseguiu oferecer-lhe vantagens maiores que as dos russos, tampouco oferecia a entrada plena da Ucrânia no bloco, coisa que os russos pleitearam desde o início. Na União

⁶³⁸ COALSON, Robert. *Ukraine's Choice: East Or West?* **Radio Free-Europe**. 15 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/ukraine-choice-eu-russia/25169110.html>

Eurasiática, a Ucrânia seria membro pleno. Moscou tinha um plano de ação muito bem elaborado, enquanto a UE cambaleava em promessas abstratas.

Em 3 de setembro de 2013, após uma reunião com Putin no Kremlin, o presidente armênio Serzh Sarkisian anunciou que a Armênia iria aderir à União Eurasiática, desistindo do acordo de Vilnius⁶³⁹. A 22 de setembro, Sergei Glazyev, membro da Academia de Ciências da Rússia e assessor de Putin, aconselhou o ex-ministro do Comércio da Ucrânia, Petro Poroshenko – que se tornaria presidente do país após o golpe de Estado de 2014 – de que a adesão da Ucrânia ao acordo com a UE seria catastrófica para o país e que isso poderia levar as regiões orientais do país ao separatismo⁶⁴⁰.

A 21 de novembro de 2013, o presidente Yanukovich suspendeu as negociações com a UE, o que desagradou os EUA. “A Ucrânia voltar-se-ia para a União Eurasiática percebida pelos EUA como uma tentativa de ressuscitar a URSS, ainda que nem a Rússia nem qualquer outro Estado pretendesse fazê-lo ou confrontar o Ocidente” (BANDEIRA, 2016, p. 274). Com isso, também, era prejudicado o processo de *regime change* iniciado dez anos antes, com o aporte de bilhões de dólares pelos EUA no intuito de arrancar, mesmo que à força, a Ucrânia da esfera de influência russa. Yanukovich pensou na sobrevivência de seu país a longo prazo, uma vez que a adesão ao acordo com a UE acarretaria uma dívida de bilhões de dólares, o que tornaria a Ucrânia praticamente um “*failed state*”, o que certamente seria de grande interesse para os EUA. A Rússia, por outro lado, oferecia uma vantagem econômica de US\$ 15 bilhões acordada numa reunião de Putin com Yanukovich no Kremlin em 17 de dezembro de 2013, além de um preço mais vantajoso no gás, que permitiria a Ucrânia economizar US\$ 3,5 bilhões por ano⁶⁴¹.

Yanukovich escolheu o melhor para o seu país, mas perderia seu cargo por isso. Logo após a desistência do acordo com a UE começaram a surgir em toda a Ucrânia pequenos grupos de protesto, instruídos pelo então embaixador dos EUA em Kiev, Geoffrey R. Pyatt, que havia preparado uma enorme equipe de especialistas em guerra

⁶³⁹ COALSON, Robert. *Ukraine's Choice: East Or West?* **Radio Free-Europe**. 15 de novembro de 2013

⁶⁴⁰ BANDEIRA, Luiz. A. Moniz. *A Desordem Mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 274

⁶⁴¹ Ibidem, p. 274

de informação⁶⁴² para manipular a opinião pública e subverter a ordem do país⁶⁴³. O método usado na Líbia e na Síria estava, novamente, em ação.

De acordo com Paul Craig Roberts, ex-secretário do Tesouro dos EUA na Administração Ronald Reagan, num artigo publicado em fevereiro de 2014, os EUA plantaram uma série de ONGs com o intuito de fomentar protestos, desestabilizar o governo e facilitar a adesão da Ucrânia à UE e, também, à OTAN, o que permitiria Washington colocar suas bases militares na fronteira russa⁶⁴⁴.

Ao perceberem que a ingerência na Ucrânia estariam diretamente desafiando a Rússia, líderes da UE temeram que, caso ali viesse a estourar algum conflito, o suprimento de gás seria afetado, o que colapsaria a economia do continente⁶⁴⁵. Essa atitude fez a ex-vice-secretária de Estado de Obama, Victoria Nuland, declarar “*fuck de E.U.*” e a oferecer uma ajuda de US\$ 5 bilhões para incrementar a agitação na Ucrânia.

Isso revela o quão destrutivo e nociva é a política de estaticídio. Não se trata apenas de “conquistar” um país para uma adesão voluntária e democrática, mas de tão somente destruí-lo com fins estratégicos. O que precisa ser ressaltado aqui é que, sem a perspectiva geopolítica, tudo isso parece ilógico e irracional. Fragmentar um país, colocar em risco a economia e a segurança de seus aliados europeus ou mesmo gastar bilhões para promover uma ideologia num país com pouquíssimo a oferecer, só se explica pela necessidade de pulverizar todo e qualquer Estado que seja pivô nas relações com a Rússia.

A postura de Victoria Nuland não revelou apenas o descompromisso com a Europa, mas com a ordem internacional. O episódio ucraniano tornou-se a tradução perfeita não só da tentativa de implodir todo aliado russo como também dilacerou qualquer esperança na construção de uma ordem baseada nos princípios vestefalianos e do Direito Internacional como um todo. Não por acaso a “ordem liberal” ruiu após

⁶⁴² Segundo Bandeira (2016, p. 275), esses especialistas impulsionaram as demonstrações de massa contra Yanukovich por meio de ONGs, organizadas pela CIA e financiadas pela USAID, pelo NED, bem como pela Open Society Foundation de George Soros, pela Freedom House e pela Poland-America-Ukraine Cooperation Initiative.

⁶⁴³ BANDEIRA, Luiz. A. Moniz. *A Desordem Mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 275

⁶⁴⁴ ROBERTS, Paul Craig. *Washington Orchestrated Protests Are Destabilizing Ukraine*. **Paul Craig Roberts Institute for Political Economy**. 12 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.paulcraigroberts.org/2014/02/12/washington-orchestrated-protests-destabilizing-ukraine/>

⁶⁴⁵ Ibidem.

2014, pois ninguém mais – em especial as grandes potências – acredita no discurso americano de “guardião da ordem”, uma vez que o maior indutor da corrosão dessa ordem são os EUA. Ademais, essa promoção da agitação e do estaticídio atenta contra os próprios princípios do liberalismo, que os EUA tanto se orgulham de defender.

4.8.5 Maidan: golpe contra Yanukovich e estaticídio

Após a desistência de Yanukovich de assinar o acordo com a UE, uma série de protestos irromperam na Ucrânia a partir de novembro de 2013. De acordo com Bandeira (2016, p. 277), George Soros e suas fundações patrocinaram muitos desses distúrbios, segundo revelações do próprio Soros ao analista da CNN Fareed Zakaria⁶⁴⁶. O mais curioso é que Soros afirmou na mesma entrevista, mesmo admitindo que suas fundações patrocinavam a discórdia política na Ucrânia, que quem “tentava desestabilizar a Ucrânia era Putin” (sic)⁶⁴⁷.

Yanukovich, após a tomada de medidas contrárias aos interesses dos EUA, virou um alvo a ser derrubado, assim como ocorreu com Kaddafi, na Líbia, e como se tenta, até hoje, derrubar Assad, na Síria. Assim como na Líbia e na Síria, obedecendo os mesmos critérios de ação propostos por Gene Sharp, um grupo de estudantes que, incitados pelas *psy/ops* americanas, tomaram a praça Maidan exigindo a renúncia do presidente em 30 de novembro de 2013, após diversos atos violentos de depredações e vandalismo generalizado, foi duramente reprimida pela polícia. Estava dado o estopim inicial para acusar o regime e demandar sua queda em nome da “democracia”.

Aos poucos, o número de manifestantes foi aumentando, assim como as demandas, que exigiam uma nova constituição, a renúncia de Yanukovich e a libertação de presos políticos e manifestantes encarcerados. Ao mesmo tempo que os protestos aumentavam, a violência se incrementava: prédios públicos incendiados e depredados. A polícia era atacada e o caos ganhava corpo a cada dia. O governo chegou mesmo a aprovar leis para conter abuso das manifestações violentas, mas isso acabou incendiando ainda mais as manifestações. A proliferação de notícias denunciando

⁶⁴⁶ ZAKARIA, Fareed. *Soros on Russian ethnic nationalism*. **CNN Press Room**, 25 de maio de 2014.

Disponível em: <http://cnnpressroom.blogs.cnn.com/2014/05/25/soros-on-russian-ethnic-nationalism/>

⁶⁴⁷ Ibidem.

casos de corrupção no governo começaram a pulular na imprensa, e isso passou a repercutir internacionalmente.

Em 22 de fevereiro, o Parlamento Ucrâniano destituiu Yanukovich do poder e marcou novas eleições para 25 de maio⁶⁴⁸, entretanto Yanukovich declarou que continuava sendo o presidente legítimo da Ucrânia, eleito pelo povo. Enquanto isso, agentes de inteligência da Rússia ajudavam Yanukovich a buscar um abrigo seguro na Rússia, pois havia rumores de que iriam mata-lo⁶⁴⁹. “Ameaças de represálias estão chegando a mim e aos meus associados. Eu tenho que pedir às autoridades da Federação Russa para garantir minha segurança pessoal das ações dos extremistas” (YANUKOVICH, 2014).

Ao mesmo tempo que Yanukovich era deposto, o Parlamento da Crimeia se reuniu e demitiu o presidente da Crimeia, Anatoly Mogilev e marcou novas eleições para 25 de maio exigindo uma maior autonomia à província.

Yanukovich declarava que o uso das forças armadas sem suas ordens era uma ação ilegítima, enquanto que o líder da facção Batkivschyna, Arneniy Yatseniuk, reagiu dizendo que Yanukovich não tinha mais nenhum direito político⁶⁵⁰. Yatseniuk foi primeiro-ministro ucraniano após a deposição de Yanukovich, e teve apoio logístico e político de Victoria Nuland, do Dep. de Estado dos EUA⁶⁵¹. Banqueiro milionário e aliado dos setores liberais, possui também fortes relações com o setor neonazista ucraniano⁶⁵².

⁶⁴⁸ HIGGINS, Andrew & KRAMER, Andrew E. *Archrival Is Freed as Ukraine Leader Flees*. **The New York Times**, 22 de fevereiro de 2014. Disponível em:

https://www.nytimes.com/2014/02/23/world/europe/ukraine.html?_r=0

⁶⁴⁹ KYIV POST. *Yanukovych reportedly declares he is Ukraine's president and plans press conference in Russia on Feb. 28*. Disponível em:

<https://www.kyivpost.com/article/content/euromaidan/yanukovych-says-he-is-still-president-of-ukraine-337743.html>

⁶⁵⁰ Ibidem.

⁶⁵¹ De acordo com o portal Sputnik, Victoria Nuland teria dito que “Eu acho que Yats (como ela carinhosamente se referia à Yatseniuk) é o cara que tem a experiência econômica, a experiência de governar...”. Disponível em: <https://sputniknews.com/politics/201509151027040455/> De acordo com Bandeira (2016, p. 298), Yatseniuk foi presidente da Open Ukraine Foundation, associado à Chatam House, antes de se tornar primeiro-ministro.

⁶⁵² Yatseniuk por diversas vezes se coligou com Oleh Tyahnybok, líder do partido ultranacionalista “Svoboda”, com forte tendência neonazista. (Fonte: Portal GEOPOLITICA.RU. *Ukraine: The Sovereignty Argument, and the Real Problem of Fascism*. Disponível em: <https://www.geopolitica.ru/en/article/ukraine-sovereignty-argument-and-real-problem-fascism>)

Houve uma verdadeira “aliança” entre os liberais e os grupos neonazistas e de extrema-direita para a derrubada de Yanukovich e a implementação das políticas pró-União Europeia e pró-OTAN.

[os protestantes da praça Maidan] eram ativistas do Svoboda, com tendência xenófoba, racista, antissemita e contra a Rússia, levados de Lviv, no leste da Galitzia, para Kiev. A eles se adiantavam 500 militares do Setor de Direita (*Pravyi Sektor*) cujas milícias, militarmente organizadas em companhias, patrulhavam as ruas em grupos de combate de dez pessoas. Alguns usavam capacetes e trajavam fardamento da divisão SS Galitzia (uma facção que lutou contra os soviéticos ao lado dos alemães 1943-1945). (BANDEIRA, 2016, p. 294)

Os setores extremistas – liberais e nacionalistas – defendem o mesmo programa para a Ucrânia: adesão à UE, adesão à OTAN, proximidade com os EUA, distanciamento da Rússia, separação religiosa entre a Igreja Ortodoxa Ucraniana e a russa⁶⁵³, preponderância do idioma ucraniano como única língua oficial do país, proibição da língua russa e suporte a grupos neonazistas e antissemitas.

Um dos ícones das manifestações de 2014 era Stepan Bandera, cujo retrato era sempre presente em protestos em Kiev e no oeste ucraniano. [ver Imagem 3] Bandera foi um líder ultranacionalista ucraniano, russófobo, antissemita, racista e que se coligou com a Alemanha nazista durante a invasão da URSS na Segunda Guerra Mundial no intuito de conseguir, mediante apoio nazista, a independência da Ucrânia⁶⁵⁴.

⁶⁵³ Em 6 de janeiro de 2019, a Igreja Ortodoxa Ucraniana se separou, formalmente, da Igreja Ortodoxa Russa. (Fonte: El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/05/internacional/1546690286_845318.html)

⁶⁵⁴ De acordo com o jornal israelense Haaretz, “em dezembro de 2018, o Parlamento Ucraniano declarou o dia 1 de janeiro como o Dia Nacional de Comemoração em memória a Stepan Bandera. (Fonte: LIPSHIZ, Canaa. *Ukraine Designates National Holiday to Commemorate Nazi Collaborator*. **Haaretz**. 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.haaretz.com/world-news/europe/ukraine-designates-national-holiday-to-commemorate-nazi-collaborator-1.6787201>)

Imagem 3- Ativistas do *Svoboda* com a foto de Stepan Bandera num protesto em Kiev, na Ucrânia (outubro de 2013)

Fonte: Haaretz⁶⁵⁵

De acordo com Bandeira (2016, p. 297), os protestos da praça Maidan foram elaborados pelo alto escalão do governo dos EUA, sobretudo Victoria Nuland, então Secretária de Estado para Assuntos Europeus, o então senador John McCain e Carl Gershman do NED (*National Endowment for Democracy*), “nos padrões formulados pelo professor Gene Sharp em *From Dictatorship to Democracy*, com a intenção de expelir a frota naval russa do Mar Negro e instaurar uma base da OTAN em Sebastopol” (BANDEIRA, 2016, p. 297).

⁶⁵⁵ Disponível em:

<https://www.haaretz.com/world-news/europe/ukraine-designates-national-holiday-to-commemorate-nazi-collaborator-1.6787201>

Imagem 4 - Victoria Nuland na praça Maidan, Kiev, em 15 de setembro de 2015

Fonte: Sputnik⁶⁵⁶

Imagem 5 - O senador John McCain na praça Maidan em 15 de dezembro de 2013

Fonte: The Guardian⁶⁵⁷

⁶⁵⁶ Disponível em: <https://sputniknews.com/politics/201509151027040455/>

⁶⁵⁷ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/dec/15/john-mccain-ukraine-protests-support-just-cause>

Em uma visita pessoal aos manifestantes da praça Maidan [ver imagem 5], John McCain, senador dos EUA, disse que “a Ucrânia vai melhorar a Europa e a Europa irá melhorar a Ucrânia”⁶⁵⁸ e, embora afirmando que os ucranianos deveriam escolher seu próprio caminho, apontava um direcionamento para o mesmo: “Estamos aqui para apoiar a vossa justa causa, o direito soberano da Ucrânia a determinar seu destino de forma livre e independente. E o destino que procuram é a Europa!” (sic) ⁶⁵⁹.

Entretanto, John McCain deixa escapar o desígnio geopolítico subjacente na questão ucraniana ao dizer que “a Ucrânia é a jóia da coroa de Putin” e que o mesmo se preocupa com seu entorno próximo. Questionado sobre se essa ingerência americana não poderia arranhar a cooperação recente entre a Rússia e os EUA nas questões do Irã e da Síria, a resposta de McCain foi que “não”⁶⁶⁰.

A resposta de John McCain pode parecer cínica à primeira vista, mas se olharmos com um pouco mais de cuidado e acurácia, perceberemos que se assenta numa larga produção e até mesmo uma certa tradição de parte dos pensadores de política externa dos EUA, notadamente os liberais e os neoconservadores. John McCain apenas repetiu o que a grande parte do *staff* do Departamento de Estado elabora como opinião e diretriz, uma vez que o mesmo nunca estudou profundamente assuntos tão complexos com as relações internacionais nem, tampouco, a geopolítica.

Zbigniew Brzezinski, ex-conselheiro de segurança nacional dos EUA ajudou a moldar e difundir essa visão idealista, propositalmente desconexa dos fatos, que McCain e Nuland incorporaram. Ele vê a incorporação da Crimeia como agressão, mesmo que a própria população da mesma não tenha essa percepção. Após a Revolução Laranja e os distúrbios da praça Maidan de 2014, diante da aliança de extremistas liberais com extremistas nacionalistas do oeste da Ucrânia – fundamentalmente contrários à população russa que vive na metade leste do país – os crimeios decidiram, por meio de um plebiscito, se separarem da Ucrânia e se incorporarem à Federação Russa, em detrimento da ameaça da loucura política que tomou conta de Kiev.

⁶⁵⁸ THE GUARDIAN. *John McCain tells Ukraine protesters: 'We are here to support your just cause'*. 15 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/dec/15/john-mccain-ukraine-protests-support-just-cause>

⁶⁵⁹ Ibidem.

⁶⁶⁰ THE GUARDIAN, op.cit.

Brzezinski considera esse massivo apoio popular crimeio de “tática de Putin”, desconsiderando aí a vontade popular e a autodeterminação dos habitantes daquela região, justamente os dois princípios “sagrados” que a política externa americana tomou como dogma após a queda da URSS. Foi em nome, justamente, de não se atender a autodeterminação dos bosníacos e dos kosovares, que os EUA justificaram suas intervenções militares naquelas regiões. Putin agora estava (re)agindo sob esses mesmos princípios: garantir a autodeterminação da população civil da Crimeia – etnicamente distinta e, portanto, ameaçada pela represália xenófoba extremista do novo poder de Kiev – e protegendo a população crimeia em seu direito de escolher. Mesmo que se argumente que o interesse maior da Rússia fosse preservar suas bases navais da Crimeia, isso não invalida o fato. A OTAN em todas as suas intervenções militares sempre agiu, paralelamente ao discurso dos direitos humanos, em busca da garantia de posições geoestratégicas.

Ocultando, assim, diversos fatos ocorridos desde 2004, incluindo aí toda a operação de inteligência montada para derrubar o poder instituído na Ucrânia e substituí-lo por uma junta política e ideologicamente afinada com Washington, que só conseguiu chegar ao poder pela força de um golpe de Estado⁶⁶¹, Brzezinski acusa Putin de ser o agressor, invertendo a lógica dos fatos e incitando que o mesmo pretende fazer o mesmo no leste do país⁶⁶² e compara, cinicamente, esse fato com a anexação dos sudetos pelos alemães em 1938⁶⁶³. Brzezinski chega mesmo a chamar Putin de “ditador do Kremlin [...] uma imitação parcialmente cômica de Mussolini e uma recordação mais ameaçadora de Hitler” (BRZEZINSKI, 2014), e clamando que a OTAN não seja passiva nessa situação. “Se a Ucrânia for esmagada enquanto o Ocidente assiste, a nova liberdade e segurança na fronteira com a Romênia, a Polônia e as três repúblicas bálticas também ficarão ameaçada” (BRZEZINSKI, 2014), entretanto, não menciona

⁶⁶¹ Segundo John Mearsheimer, professor emérito de Relações Internacionais da Universidade de Chicago, “embora a extensão total do envolvimento dos EUA ainda não tenha vindo à tona, é claro que Washington apoiou o golpe”. (Fonte: MEARSHEIMER, John J. *Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: the liberal delusions that provoked Putin*. **Foreign Affairs**. Outubro de 2014) Disponível em:

<https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>

⁶⁶² BRZEZINSKI, Zbigniew. *After Putin's Aggression in Ukraine, the West must be ready to respond*. **The Washington Post**. 3 de março de 2014. Disponível em:

https://www.washingtonpost.com/opinions/zbigniew-brzezinski-after-putins-aggression-in-ukraine-the-west-must-be-ready-to-respond/2014/03/03/25b3f928-a2f5-11e3-84d4-e59b1709222c_story.html?noredirect=on&utm_term=.0b4a76632180

⁶⁶³ Ibidem.

que essa tal “ameaça” de Putin não existia antes do avanço mais agudo da OTAN em direção à fronteira russa em 2004. Tal avanço não só é percebido como uma ameaça por Putin e todo o Estado russo, que praticamente os obriga a reagir de alguma forma a tais iniciativas como as que ocorreram na Ucrânia. O que Brzezinski esperava, que Putin assistisse passivamente a entrega das bases navais da Crimeia aos militares americanos?

Se a premissa fundamental para explicar esses eventos na Ucrânia forem apenas e tão somente as reações russas, então, estaremos diante do que Brzezinski, McCain e Nuland expressam e encenam publicamente para um público leigo e ignorante dos eventos históricos e dos fatos geopolíticos recentemente ocorridos. Agir assim é dissecar a história para selecionar apenas a parte que lhe interessa, uma atitude obviamente irracional e anticientífica. Boa parte da explicação “especializada” e quase a totalidade da imprensa ocidental – essa última bastante comprometida com as *psy/ops* do Pentágono – partem dessa premissa isolada e dissecada de que Putin é o agressor e tudo o que ocorre é uma defesa reativa do Ocidente para preservar a liberdade e a democracia. É preciso ser bastante ingênuo e bastante ignorante em geopolítica para acreditar, seriamente, em tal constructo retórico.

Uma breve consulta da própria obra de Brzezinski já é suficiente para identificar os elementos de contenção e, também, de tentativa de aniquilação estratégica da Rússia, assim como sua defesa assertiva da expansão da OTAN para o entorno próximo russo. Como foi demonstrado num elucidativo mapa de seu livro “*The Grand Chessboard*”, de 1997 [vide mapa 24], Brzezinski já traçava a tentativa de atrair a Ucrânia para o Ocidente e afatá-la da Rússia, muito antes mesmo da ascensão de Putin ao poder e de qualquer tentativa da Rússia de defender seu entorno próximo ou reagir a uma ação num país vizinho.

Portanto, há uma parte do *staff* estratégico dos EUA que advoga e fundamenta ações como as que ocorrem na Ucrânia e em outros países, mas nem todo o corpo acadêmico dos EUA concorda com isso, uma vez que essa política extremista liberal e com traços geoestrategicamente aniquiladores, não está funcionando como o prometido. Os realistas americanos desde há muito tempo já fazem uma dura crítica a essa empreitada idealista que junta expansão militar e promoção da democracia por

meio de *regime change* como um fracasso rotundo, assim como desestruturadora da ordem mundial.

Stephen M. Walt, professor de relações internacionais da Universidade de Harvard é um deles. Denunciou que, após o início de uma verdadeira guerra civil no leste da Ucrânia, de maioria russa; após ataques e promessas de Kiev de proibir-se o uso do idioma russo, e dos habitantes da região de Donbass temeram ser tratados como cidadãos de segunda categoria, *think tanks* americanos como o *Brookings Institution*, o *The Atlantic Council* e o *Chicago Council in Global Affairs* começaram a exigir que o governo dos EUA começasse a dar suporte militar e financeiro à Ucrânia para que a mesma combata seus próprios cidadãos⁶⁶⁴.

De acordo com WALT (2015), a Ucrânia não é do interesse vital dos EUA e o envio de tropas ou mesmo de armamento avançado não é uma estratégia inteligente por parte de Washington, por razões bastante claras:

Uma razão para sermos céticos em relação ao relatório dos três grupos de reflexão é o histórico de seus membros com ideias semelhantes. A força-tarefa não era formada por um conjunto diversificado de especialistas que procuravam explorar uma ampla gama de opções e encontrar um terreno comum criativo. Pelo contrário, os seus membros eram todos pessoas que há muito apoiam a expansão da OTAN e que tem o desejo óbvio de defender essa política, **que tem desempenhado um papel central na criação da atual crise [...]** são essas mesmas pessoas que tem dito desde o final da década de 1990 que a expansão da OTAN para leste não representaria qualquer ameaça para a Rússia e que, em vez disso, criariam uma vasta e duradoura zona de paz na Europa. Infelizmente, esse prognóstico agora está em farrapos, mas esses peritos estão agora se desdobrando para defender uma política que era questionável desde o início e que foi claramente levada longe demais. Como os críticos avisaram, a expansão indefinida da OTAN fez mais para envenenar as relações com a Rússia do que qualquer outra política ocidental isolada. (WALT, 2015) [tradução e grifo nosso]

Walt (2015) aponta uma interessante análise para explicar a reação russa no tocante ao problema da Ucrânia utilizando-se de um modelo explicativo de Robert Jervis. Segundo esse autor, há duas possibilidades para se entender uma reação militar

⁶⁶⁴ WALT, Stephen M. *Why Arming Kiev is a Really, Really Bad Idea*. **Foreign Policy**. 9 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/02/09/how-not-to-save-ukraine-arming-kiev-is-a-bad-idea/>

de uma determinada potência. A primeira delas ocorre quando um determinado líder, movidos por uma ideologia gananciosa, resolvem se expandir. Nesse caso não há uma reação às ameaças ou movimentos de outros Estados. Um exemplo específico desse tipo de situação foi a Alemanha hitlerista, que passou a conquistar territórios sem que houvesse uma pressão de outros sobre o seu território nacional. Hitler era movido por uma ideologia radical gananciosa. Assim, uma resposta de acomodação em nada adiantaria, restando aos demais Estados apenas um contraponto dissuasório. Jervis chama essa situação de “modelo de dissuasão”⁶⁶⁵.

A segunda situação ocorre quando um determinado Estado adota uma política agressiva reagindo a um medo ou insegurança promovida por outros Estados. “Fazer ameaças ou tentar dissuadi-las ou coagi-las apenas reforçará os seus receios e torná-las-á ainda mais agressivas, desencadeando uma espiral de ação e reação de crescente hostilidade” (WALT, 2015). É o caso da Rússia contemporânea e, segundo Walt, fazer ameaças a essa situação só faz aumentar o problema. A esse modelo Jervis dá o nome de “modelo espiral”⁶⁶⁶.

Era geopoliticamente óbvio que a expansão da OTAN sem uma cuidadosa consideração pelas percepções de ameaça da Rússia acabaria por gerar um modelo espiral. E isso, como analisamos anteriormente, poderia ter sido evitado, mas infelizmente está predominando uma visão ideológica – manifestada sobretudo nas posturas de Brzezinski, McCain e Nuland – de que o “correto” é impor uma política agressiva contra a Rússia, o que acabou reforçando o modelo espiral de Jervis. Todo o fenômeno do Estaticício decorre dessa opção levada às últimas consequências desconsiderando fatores estruturais do poder.

Na concepção de Walt (2015), o correto a se fazer, no caso de um modelo espiral, era apaziguar e não reforçar as ameaças:

Quando se verifica um “modelo espiral”, a resposta adequada é um processo diplomático de acomodação e apaziguamento para acalmar as preocupações do Estado inseguro. Tais esforços não exigem dar ao oponente tudo o que ele possa querer ou remover todas as suas preocupações, mas exigem um esforço sério para resolver as

⁶⁶⁵ WALT, Stephen M. *Why Arming Kiev is a Really, Really Bad Idea*. **Foreign Policy**. 9 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/02/09/how-not-to-save-ukraine-arming-kiev-is-a-bad-idea/>

⁶⁶⁶ Ibidem.

inseguranças que estão motivando o comportamento censurável do outro lado. (WALT, 2015) [tradução nossa]

Walt (2005) afirma que o setor governamental que quer que os EUA armem a Ucrânia – referindo-se aos liberais radicais e aos neocons – desejam a implementação de um modelo de dissuasão que possa fazer recuar Putin, que acreditam ser um “novo Hitler”, como Brzezinski expressou.

A Rússia, de acordo com Walt (2015) não é uma potência ambiciosa como foi a Alemanha hitlerista, nem tampouco é a China contemporânea. As preocupações de ameaça da Rússia giram em torno da promoção do regime change pelos EUA que se abate sobre suas regiões estrategicamente vitais:

Putin e seus conselheiros está genuinamente preocupado com os esforços da América em promover *regime changes* em todo o mundo – incluindo a Ucrânia –; uma política que eventualmente poderá ameaçar suas próprias posições. É o modelo persistente, não a ambição implacável que sustenta a resposta russa na Ucrânia. (WALT, 2015) [tradução nossa]

O que Walt não ressalta, e que conseguimos correlacionar, é que esses *regime changes* ocorrem, sempre, em localidades geográficas específicas, ou seja, são um instrumento geopolítico antes de tudo. Essas ações ocorridas na Sérvia, na Líbia, na Síria e na Ucrânia, têm em comum o fato de que todos esses países terem fortes relações com a Rússia e, ademais, sua condição geográfica era preciosa para a Rússia estabelecer uma estrutura de checkerboard geopolítico, o que certamente complicaria a aplicação de um modelo de dissuasão por parte dos EUA/OTAN. Seja pelo modelo geopolítico de Phil Kelly (*checkerboard* e *shatterbelt*), seja pelos modelos de Robert Jervis, as ações da OTAN são o grande causador da instabilidade, não a resposta (ou postura) russa.

[...] a crise na Ucrânia não começou com um movimento ousado da Rússia ou mesmo com uma série de exigências russas ilegítimas; começou quando os EUA e a União Europeia tentaram tirar a Ucrânia da órbita da Rússia e coloca-la na esfera ocidental de influência [...] Os líderes americanos ignoraram alegremente esses avisos – da insegurança russa e não de sua ganância territorial – e não surpreendentemente ficaram cegos pela reação de Moscou. (WALT, 2015) [tradução nossa]

A cegueira diplomática dos *decision-makers* americanos parece não se limitar às questões geopolíticas envolvendo o equilíbrio de poder e a uma falta de leitura adequada – assim como realista – da situação política da Rússia, mas também já afeta os próprios interesses norte americanos e de seus aliados europeus, como a trágica crise migratória nos exemplifica.

Walt (2015) corajosamente atesta que essa crise na Ucrânia é um extrato detalhado de incompetência diplomática americana em antever que, ao instalar cada vez mais próximo da Rússia instrumentos de dissuasão, o que acabou por gerar uma resposta da mesma, que foi, e continua sendo, amplamente desconsiderada. Walt ainda lamenta que “só podemos nos perguntar por que razão indivíduos que ajudaram a produzir o descarrilhamento da composição ainda possuem seus empregos” (WALT, 2015). Tal postura segue produzindo avaliações e estudos com o objetivo de aniquilar a Rússia multidimensionalmente.

4.8.6 A estratégia do estaticídio planejada

Num recente relatório publicado pela *Rand Corporation*, um importante *think tank* americano, denominado *Overextending and Unbalancing Russia*, que poderia ser chamado de “Como Destruir a Rússia”, publicado em 2019, examina de forma abrangente as opções não violentas e onerosas que os EUA e seus aliados poderiam incutir nas esferas econômica, política e militar para sobrecarregar excessivamente e desequilibrar a economia e as forças armadas da Rússia e a posição política do regime russo dentro da Rússia e no exterior⁶⁶⁷.

A premissa fundamental desse relatório é a de que a Rússia, no século XXI, seguirá a máxima de que não é nem tão fraca nem tão forte quanto parece, preceito esse que era muito popular no século XIX. Identifica, além disso, as quatro grandes vulnerabilidades russas: a possibilidade da queda do preço do petróleo; o declínio populacional; as sanções econômicas e o incremento do autoritarismo político⁶⁶⁸. Assim Dobbins et al. (2019) propõe uma avaliação das opções que poderiam

⁶⁶⁷ DOBBINS, James et al. *Overextending and Unbalancing Russia: assessing the impact of cost-imposing options*. **Rand Corporation Brief**. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB10014.html

⁶⁶⁸ Ibidem.

desequilibrar e sobrecarregar excessivamente a Rússia, baseado no conceito de “concorrência estratégica de longo prazo”, ou seja, um grande planejamento, não uma diretriz pontual, o que revela que há uma intenção de perpetuar esse modelo dissuasório com a Rússia, mesmo após os fracassos recentes.

Na **esfera econômica**, propõe quatro medidas contra a Rússia: 1) expandir a produção de energia nos EUA, sobretudo de petróleo, e fazer o preço despencar, o que restringiria o orçamento governamental russo e, conseqüentemente, seus gastos com defesa. A queda do preço do petróleo afetaria também o Irã e os países do Oriente Médio, bem como os da Ásia Central. 2) impor sanções financeiras e comerciais profundas, que ajudariam a degradar a economia russa (sic), mas a eficácia dependerá de outros países aderirem a esse processo. 3) aumentar a capacidade da Europa importar gás de outros fornecedores, o que equivaleria proteger a Europa das sanções e coerções russas no tocante ao gás. 4) encorajar a emigração da mão-de-obra qualificada da Rússia, sobretudo de jovens com boa formação, o que drenaria a energia vital criativa da Rússia e beneficiaria os receptores da mesma⁶⁶⁹.

Na **esfera geopolítica**, propõe seis medidas contenciosas: 1) fornecer ajuda letal à Ucrânia, no intuito de explorar a vulnerabilidade militar russa. 2) aumentar o apoio aos rebeldes sírios, embora isso possa comprometer a estabilidade da região e os interesses dos EUA. 3) promover a “libertação” da Bielorrússia, o que tem poucas chances de ocorrer além de colocar em risco a segurança da Europa. 4) expansão dos laços com o Cáucaso Meridional, o que, devido a geografia, seria muito difícil de competir com a Rússia. 5) reduzir a influência russa na Ásia Central, o que é muito difícil e dispendioso. 6) atacar a Transnistria e expulsar dali as tropas russas, o que representaria um golpe no prestígio russo, mas imporia um alto custo aos EUA e a seus aliados⁶⁷⁰.

Como **medidas ideológicas e informacionais**, propõe quatro medidas: 1) diminuir a confiança no sistema eleitoral russo, o que significaria aumentar o descontentamento com o regime. 2) criar uma percepção de que o regime não está a

⁶⁶⁹ DOBBINS, James et al. *Overextending and Unbalancing Russia: assessing the impact of cost-imposing options*. **Rand Corporation Brief**. Disponível em:

https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB10014.html

⁶⁷⁰ Ibidem.

perseguir o interesse público, que é de uma corrupção generalizada e, com isso, desafiar a legitimidade do Estado, o que seria de alto risco, visto que a Rússia poderia retaliar e atacar usando as mesmas medidas. 3) encorajar protestos internos e outras resistências não-violentas, o que distrairia e desestabilizaria o regime russo. 4) derrubar a imagem da Rússia no estrangeiro, o que ajudaria a diminuir sua influência, bem como retirar a Rússia de fóruns internacionais e boicotar eventos sediados na Rússia, o que é questionável quanto a eficácia⁶⁷¹.

Na **esfera militar aérea e espacial**, propõe oito medidas: 1) reposicionar os bombardeiros num raio de fácil alcance, possibilitando atingir alvos estratégicos russos. 2) reposicionar os caças para que estejam mais próximos dos seus alvos que os bombardeiros, onde o Báltico, nisso, é de fundamental importância. 3) dispor de armamento nuclear tático na Europa e na Ásia, o que provocaria o aumento das preocupações de Moscou e os incitaria a aumentar seus gastos em defesa. 4) reposicionar o sistema de defesa anti-mísseis dos EUA/OTAN, o que impulsionaria o engajamento de um sistema anti-mísseis russo, e seria de alto risco para a OTAN, além de ser ineficiente diante dos mísseis hipersônicos. 5) forçar a Rússia a engajar-se numa competição estratégica, desenvolvendo drones e bombardeiros de baixa detecção, provocando o gasto cada vez maior por parte de Moscou. 6) o risco de uma corrida armamentista com a Rússia teria alto custo para os EUA e não significaria que a Rússia se engajasse nisso, uma vez que poderia optar por opções mais baratas e eficientes. 7) investir mais em HARMs⁶⁷² e outras tecnologias de guerra eletrônica, como as armas espaciais. 8) sair do regime de controle de armas nucleares, o que seria um investimento caro e levaria a Rússia a tomar as mesmas medidas, mas a um custo político e estratégico alto para ambos⁶⁷³.

Na **esfera militar marítima**, propõe quatro medidas: 1) aumentar a presença naval nas áreas operacionais da Rússia, e forçar a mesma a aumentar seus gastos navais, mas é improvável que a Rússia reaja a isso. 2) aumentar P & D no setor naval,

⁶⁷¹ DOBBINS, James et al. *Overextending and Unbalancing Russia: assessing the impact of cost-imposing options*. **Rand Corporation Brief**. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB10014.html

⁶⁷² HARM é um acrônimo para *high-speed antiradiation missile*, um míssil anti-superfície hipersônico capaz de destruir sistema de defesa anti-aérea do inimigo.

⁶⁷³ DOBBINS, op. cit.

sobretudo no desenvolvimento de novas armas para submarinos americanos, bem como ameaçar submarinos russos com mísseis balísticos nucleares. 3) aumentar o tamanho da frota dos submarinos SSBNs, o que forçaria a Rússia a ter mais gastos no setor; altamente improvável. 4) controle da frota do Mar Negro, isto é, colocar mísseis de detecção nos acessos ao Mar Negro, o que provocaria uma reação da Rússia em sua frota na Crimeia, mas o cenário é de mais fácil operação para russos do que para americanos⁶⁷⁴.

Na **esfera militar terrestre**, propõe quatro medidas: 1) incrementar forças dos EUA/OTAN na fronteira russa, o que aumentaria o risco de conflito com a Rússia e seria percebido como ameaça pela mesma, tendo baixo resultado na configuração europeia. 2) aumentar a dimensão e a frequência dos exercícios da OTAN, no intuito de incrementar a dissuasão, mas podem demonstrar intenção ofensiva e incentivar a Rússia a fazer o mesmo. 3) desenvolver mísseis de alcance intermediário, o que levaria uma resposta russa e não teria um efeito positivo. 4) investir em novas tecnologias para combater as capacidades aéreas russas, o que obrigaria os russos a uma contramedida e colocar o regime em risco⁶⁷⁵.

Alega-se ainda que “as formas mais promissoras de desgastar a Rússia provavelmente não pertencem ao domínio militar” (DOBBINS, COHEN, *et al.*, 2019), uma vez que a Rússia não visa uma paridade militar com os EUA e isso poderia acarretar um custo muito mais alto para os EUA do que propriamente para a Rússia⁶⁷⁶. O estudo ainda sugere que os EUA devem investir no conhecimento linguístico e analítico sobre a Rússia, uma vez que ela representa uma ameaça a longo prazo e que “mesmo que o Exército não estivesse diretamente envolvido no desgaste da Rússia por si, desempenharia um papel fundamental na mitigação de um possível revés” (DOBBINS, COHEN, *et al.*, 2019).

As opções mais promissoras para desgastar a Rússia são aquelas que abordam diretamente as suas vulnerabilidades, ansiedades e forças, explorando áreas de fraqueza enquanto minam as vantagens russas [...] a maior vulnerabilidade russa em qualquer ponto de concorrência

⁶⁷⁴ DOBBINS, James et al. *Overextending and Unbalancing Russia: assessing the impact of cost-imposing options*. **Rand Corporation Brief**. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB10014.html

⁶⁷⁵ Ibidem.

⁶⁷⁶ DOBBINS, op. cit.

com os Estados Unidos, é a sua economia, que é pequena e dependente das exportações de energia. A maior ansiedade russa advém da estabilidade e durabilidade do regime, e suas maiores forças estão no domínio militar e na *cyberwar* (*info-war*). (DOBBINS, COHEN, *et al.*, 2019) [tradução nossa]

Embora reconhecendo as capacidades militares e de ação da inteligência da Rússia, o relatório também considera uma série de fatores que podem não resultar em ações alcançáveis ou mesmo que possuam algum valor estratégico certo. As medidas fundamentais dos quatro pilares que orientam a ação contra a Rússia, e que é chamado de vulnerabilidades russas (corte do preço do petróleo, declínio populacional, sanções econômicas e incremento do autoritarismo), dois são de ordem econômica, as sanções e o preço dos insumos energéticos; um deles de nível estrutural (demografia), onde pouco os EUA podem interferir para aumentar ou diminuir sua intensidade; e um que depende exclusivamente das ações dos EUA, ou seja, das *psy/ops* (percepção do autoritarismo).

Dentre as medidas econômicas, impor uma queda no preço do petróleo e do gás, somada às sanções de vários tipos não só podem como já estão em curso. Drenar os cérebros (mão-de-obra especializada russa) dependerá de quão atraente for o Ocidente para esses profissionais e de como essa massa de pessoas encararia o fato de viver na Rússia como uma desvantagem, o que não é tampouco certo ou previsível de alguma forma. Já a diminuição da dependência do gás que a Europa possui para com a Rússia não é algo simples ou que tenha uma solução viável a curto e médio prazo.

No tocante às medidas ideológicas e informacionais, só atestam o quão válido são as *psy/ops* e o instrumento de *regime change*. Embora não mencionado no relatório da RAND, as táticas de Gene Sharp, somadas a uma difusão programática pela mídia e redes sociais, ficam atestadas como instrumentos políticos que são usados para enfraquecer os inimigos, e não tão somente para difundir a democracia, mote esse divulgado como sendo o motivo principal.

Já na esfera militar ampla (terra, mar, ar e espaço exterior), a aproximação da OTAN às fronteiras russas permitiu, sobretudo, exercícios militares e o reposicionamento de bombardeiros em posições que ameaçam mais profundamente o território russo. A intenção de colocar a Marinha dos EUA no Mar Negro só revela o

quão útil seria a Crimeia sob o domínio de um governo instalado e financiado por Washington, o que enfraqueceria definitivamente o poder naval russo no sul da Europa e, conseqüentemente, em suas posições no Mediterrâneo, notadamente as suas bases na Síria.

Embora sempre ressaltando que algumas medidas propostas nesse estudo podem não ter o resultado esperado, as medidas geopolíticas são as que mais oferecem riscos e poderiam comprometer o poder da OTAN e que, obviamente, não possuem um indicativo seguro de alcance dos objetivos propostos, como revela a Tabela 7. Mas, ainda assim, se observarmos a Tabela 6, notaremos que a medida mais aceita é a de rearmar “letalmente” a Ucrânia, que embora tenha um alto custo e risco, possui, segundo o estudo, um altíssimo potencial de sucesso. Promover a “libertação” da Bielorrússia também é considerado uma possibilidade de altíssimo sucesso. Notadamente, e aqui nossa tese é reafirmada, o suporte aos rebeldes sírios tem relação direta com a tentativa de contenção da Rússia, assim como tais ações no Cáucaso e na Ásia Central.

Tabela 7 - Riscos da imposição de opções geopolíticas contra a Rússia

Geopolitical Cost-Imposing Options	Likelihood of Success in Extending Russia	Benefits	Costs and Risks
Provide lethal aid to Ukraine	Moderate	High	High
Increase support to the Syrian rebels	Low	Moderate	High
Promote liberalization in Belarus	Low	High	High
Expand ties in the South Caucasus	Low	Low	Moderate
Reduce Russian influence in Central Asia	Low	Low	Moderate
Flipping Transnistria	Low	Low	Moderate

Fonte: RAND Corporation⁶⁷⁷

⁶⁷⁷ Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB10014.html

4.8.7 A crítica de Mearsheimer

Nota-se que nem todo o establishment acadêmico americano é consonante que o problema ucraniano é resultado direto da ação russa. Assim como Stephen Walt, outro grande acadêmico que faz uma dura crítica a essa ideologia liberal acirrada de *regime change* é o realista John J. Mearsheimer, professor emérito de Relações Internacionais da Universidade de Chicago.

Realista assumido, num artigo publicado em 2014 na revista *Foreign Affairs*⁶⁷⁸, Mearsheimer critica a premissa de que a crise na Ucrânia se originou após a Rússia reagir à deposição de Viktor Yanukovich. Em sua visão, essa premissa é um erro fundamental, pois “os EUA bem como seus aliados europeus têm mais responsabilidade por essa crise” (MEARSHEIMER, 2014).

A raiz do problema é o alargamento da OTAN, o elemento-central de uma ampla estratégia para retirar a Ucrânia da órbita russa e integrá-la ao Ocidente. Ao mesmo tempo, a expansão para leste da União Europeia e o suporte ocidental a movimentos pró-democracia na Ucrânia – que começou com a Revolução Laranja em 2004 – foram elementos críticos, também. (MEARSHEIMER, 2014) [tradução nossa]

Na perspectiva de Mearsheimer (2014), o Ocidente (EUA/OTAN) é o responsável pela crise ucraniana ou, pelo menos, o seu grande desencadeador. Os russos, por sua vez, estão se comportando como qualquer outra potência, assistindo uma aliança militar antagonista aos seus interesses se aproximar a cada ano de seu território, reagindo a uma ação deliberada dos EUA. Desde o começo da ampliação da OTAN os russos deixaram claro que eram declaradamente contra e, a insistência ocidental na ampliação desse projeto, bem como a interferência na política interna ucraniana, fizeram com que os russos tomassem medidas de reação, incorporando a Crimeia antes que fosse tarde demais.

Tal reação de Putin não deveria surpreender a ninguém, pois, “antes de tudo, foi o Ocidente que começou a mover-se em direção ao quintal russo ameaçando seu núcleo

⁶⁷⁸ MEARSHEIMER, John J. *Why the Ukraine Crisis is The West's Fault*. **Foreign Affairs**. Setembro de 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>

de interesses estratégicos, um ponto que Putin sempre alertou e enfatizou” (MEARSHEIMER, 2014).

A mesma “cegueira” das elites ocidentais que Walt (2005) relatou, também é ressaltada pela análise de Mearsheimer:

As elites nos EUA e na Europa foram ofuscadas pelos acontecimentos apenas e tão somente porque aderiram a uma visão deficiente da política internacional. Eles tendem a acreditar que a lógica do realismo possui pouca relevância no século XXI e que a Europa poder ser preservada inteiramente livre com base nos princípios liberais como o Estado de Direito, a interdependência econômica e a democracia. (MEARSHEIMER, 2014) [tradução nossa]

É a imposição cega – assim como o seu amplo financiamento – da promoção dessa ideologia que está corroendo o equilíbrio de poder na Europa, em especial nas relações EUA-Rússia. A falta de uma visão realista, como apontada por Mearsheimer, acabou por gerar uma crença exagerada e ilusória (*wishful thinking*), em boa parte das elites ocidentais, de que a promoção desses valores poderia ser feita aos quatro ventos, desconsiderando não apenas os postulados do realismo como também os imperativos geográficos estruturantes do poder.

Segundo Mearsheimer (2014), “esse grande esquema falhou na Ucrânia, onde a crise que lá emergiu demonstrou que a *realpolitik* permanece relevante”⁶⁷⁹. Não apenas na Ucrânia, mas todo o esquema que relatamos como estaticídio não apenas não está alcançando os objetivos propostos como também está desestruturando as próprias bases do poder ocidental, enfraquecendo, sobretudo, seus aliados europeus, bem como induzindo a aproximação estratégica da Rússia com a China. Para Mearsheimer, agora que as desastrosas consequências dessa enorme política foram postas a nu, insistir nisso será uma política grotesca⁶⁸⁰.

Da mesma forma que Bandeira (2016), Mearsheimer (2014) também ressalta o envolvimento do Departamento de Estado dos EUA, sobretudo na figura de Victoria Nuland e sua cruzada para conseguir US\$ 5 bilhões para promover a oposição

⁶⁷⁹ MEARSHEIMER, John J. *Why the Ukraine Crisis is The West's Fault*. **Foreign Affairs**. Setembro de 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>

⁶⁸⁰ Ibidem.

ucraniana, assim como instituições como o National Endowment for Democracy (NED), cujo diretor se referiu a Ucrânia como um “*biggest prize*”. “Após a vitória de Yanukovich não eleições presidenciais de 2010, o NED decidiu que ele estava minando seus objetivos e então deu início a um forte investimento da oposição” (MEARSHEIMER, 2014).

Essa sanha por um regime change na Ucrânia acaba por gerar preocupações, prevenções e ações do lado russo como uma contramedida. “Quando os líderes russos observam o ‘social engineering’ ocidental na Ucrânia, eles preocupam-se que seu país poderá ser o próximo” (MEARSHEIMER, 2014), o que, mais cedo ou mais tarde, acabou ocorrendo.

O alargamento da OTAN, a expansão da UE, e a promoção da democracia, para Mearsheimer (2014), constitui um tripé político explosivo da situação na Ucrânia. Porém, há mais um detalhe esquecido – ou ao menos não considerado com a devida acurácia – tanto por Bandeira (2013, 2016), quanto por Walt (2015) e mesmo por Mearsheimer (2014) que são as estruturas geopolíticas (*checkerboard* e *shatterbelt*) na nova dinâmica da contenção russa. Do ponto de vista estritamente da Ciência Política ou das Relações Internacionais, o tripé denominado por Mearsheimer contempla e explica o ocorrido. Porém, numa perspectiva de análise geográfico-geopolítica, lhe falta essa dimensão estrutural da estratégia ocidental, bem como russa. O estabelecimento de ações que impeçam a Rússia de construir com seus parceiros uma estrutura de *checkerboard* geopolítico, somado ao fato da implantação de um *shatterbelt* na zona core do entorno russo, são o “prêmio-mor” dessa política ocidental, não a democracia ou os valores liberais.

4.8.8 A reação de Putin na Crimeia

A Crimeia pertenceu a Rússia desde 1774, quando o então Império Russo assinou o Tratado de Kuçük Kaynarca com o Império Otomano e, só em 1954, numa reorganização federativa da então URSS, o então presidente Nikita Khrushchov colocou a península da Crimeia sob jurisdição ucraniana.

Após o golpe de Estado contra Yanukovich, mais precisamente em 22 de fevereiro de 2014, Putin ordenou que os militares russos estacionados na base de

Sebastopol tomassem o poder na Crimeia e protegessem os cidadãos crimeios de qualquer ataque ordenado por Kiev, antes que a junta militar neofascista que acabara de tomar o poder em Kiev destinasse a região ao domínio militar americano.

A Rússia não bombardeou a Ucrânia para separar a península. O povo, com a queda de Yanukovich, estava a demandar a secessão da Ucrânia. Milhares de pessoas já estavam nas ruas de Sebastopol a clamar “*Rússia! Rússia! Rússia!*”, com a bandeira russa, e a gritar “*Não nos renderemos a esses fascistas!*”, os que se apossaram do governo de Kiev. (BANDEIRA, 2016, p. 308)

Um dos objetivos subjacentes do acordo com a UE que Yanukovich se recusou a assinar seria o de revogar a presença militar russa na península da Crimeia, um território vital para o poder naval russo conquistado a mais de dois séculos e cuja população majoritariamente é russa.

Para Putin, o tempo de agir contra a Ucrânia e o Ocidente tinha chegado. Pouco depois de 22 de fevereiro de 2014, ele ordenou que as forças russas tomassem a Crimeia da Ucrânia, e logo depois disso ele a incorporou à Rússia. A tarefa foi relativamente fácil, graças a milhares de tropas russas já estacionadas em uma base naval no porto de Sebastopol, na Crimeia. A Crimeia também foi um alvo fácil, uma vez que os russos étnicos compõem 60% da população, a maioria deles querendo sair da soberania ucraniana. (MEARSHEIMER, 2014) [tradução nossa]

Após a ação na Crimeia, Putin deixou claro ao governo de Kiev que se o mesmo tentasse usar o Ocidente contra a Rússia, “destruiria a Ucrânia como um Estado funcional antes que a mesma se tornasse uma fortaleza ocidental às portas da Rússia” (MEARSHEIMER, 2014). Após isso, começou a prover armas e suporte logístico aos separatistas russos no leste da Ucrânia⁶⁸¹, o que comprova o modelo espiral de Robert Jervis, uma vez que a presença ocidental não dissuadiu a Rússia, mas a fez se posicionar e incrementar sua presença na região. De acordo com Mearsheimer (2014), Putin está a jogar duro, mimeticamente, como o Ocidente desde 1996 vem jogando contra a Rússia.

⁶⁸¹ MEARSHEIMER, John J. *Why the Ukraine Crisis is The West's Fault*. **Foreign Affairs**. Setembro de 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>

Ao invés de comicamente comparar Putin com Hitler, como o fez Brzezinski, Mearsheimer tem uma analogia mais elegante e historicamente válida. Ao invés de colocar o problema na figura pessoal de Putin, Mearsheimer coloca sob as lentes geopolíticas e justifica que, a Rússia, “devido às expansões da França napoleônica, da Alemanha imperial e da Alemanha hitlerista – onde todas elas cruzaram as fronteiras russas – vê a Ucrânia como um enorme buffer-state estratégico” (MEARSHEIMER, 2014) e acrescenta que nenhum líder russo – independente de ser autoritário ou não – toleraria ver uma aliança militar, que considera a Rússia como inimiga, se mover para a Ucrânia⁶⁸².

Washington pode não gostar da posição de Moscou, mas deve entender a lógica por detrás da mesma. **Isso é geopolítica básica: grandes potências são sempre sensíveis a ameaças potenciais próximas de seu território nacional.** Afinal, os EUA não tolerariam grandes potências distantes que destacassem forças militares em qualquer parte do hemisfério ocidental, muito menos nas suas fronteiras. Imagine o ultraje em Washington se a China construísse uma aliança militar impressionante e tentasse incluir o Canadá e o México nela. (MEARSHEIMER, 2014) [tradução e grifo nosso]

No dia 16 de março, a Rússia realizou um referendo para perguntar à população da Crimeia o destino político que a mesma desejava, se continuar sendo uma província da Ucrânia ou uma região autônoma da Rússia. O resultado foi que mais de 93% dos eleitores decidiram pela união com a Rússia⁶⁸³.

O diário português Público publicou uma reportagem em 16 de março de 2014 noticiando a opinião das pessoas comuns da Crimeia e seus anseios, no que se destaca:

O governo de Kiev não é legítimo. Podiam ter deixado Yanukovich terminar o mandato, e depois votavam noutro presidente, nas eleições. Agora o poder está nas ruas. Os fascistas do Setor de Direita (*Pravyi Sektor*) têm armas e preparam-se para atacar as bases militares, e depois mandar em nós [...] Nós vivemos a guerra na Crimeia. Ninguém quer de novo o fascismo. (MOURA, 2014)

⁶⁸² MEARSHEIMER, John J. *Why the Ukraine Crisis is The West's Fault*. **Foreign Affairs**. Setembro de 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>

⁶⁸³ BBC BRASIL. *Eleitores da Crimeia querem anexação pela Rússia, diz pesquisa*. 16 de março de 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140315_referendo_urnas_lk.shtml

Agora, o mesmo mecanismo utilizado no Kosovo e na Bósnia pelo Ocidente era utilizado na Crimeia, pela Rússia. A autodeterminação, pelo visto, só vale para o Ocidente quando a mesma é favorável a seus interesses, o que desmascara que tal princípio não é universal como enfatizam. Putin utilizou um mecanismo ocidental contra o Ocidente, constringendo o mesmo e elucidando que, quando a Aliança Ocidental pretende conquistar algum território, esse artifício é usado como subterfúgio, entretanto, quando o mesmo mecanismo é usado por uma potência opositora, não é considerado “válido”. Esse fato demonstra outra dimensão importante. Até então ninguém acreditava que uma outra potência, muito menos a Rússia, pudesse patrocinar uma autodeterminação com um mecanismo de consulta popular como os EUA faziam na década de 1990. Para Putin, mais do que a vitória na Crimeia, estava demonstrando ao Ocidente que a Rússia também era capaz de impor sua vontade usando a democracia como estratégia. O mundo não era mais unipolar e os planos da OTAN no *rimland* russo estavam a fazer água.

Outro realista que enfatizou suas críticas a como os EUA está levando a cabo esse processo na Ucrânia é Henry Kissinger. Num artigo publicado no The Washington Post em 5 de março de 2014, o eminente teórico das relações internacionais enfatiza de forma cética e ao mesmo tempo realista que, embora guerras possam ter apelo popular, muitas delas terminam mal, e que o reconhecimento do certo e do errado se manifesta no fim dessas guerras, não começo⁶⁸⁴. Assim é a situação da Ucrânia, que deveria ser uma ponte entre o Ocidente e a Rússia, não objeto de confrontação, afirma Kissinger.

Na opinião de Kissinger, nem a Rússia deveria ver a Ucrânia como um mero satélite nem o Ocidente deveria querer tirar os vínculos da Ucrânia com a história russa, até porque não só grandes batalhas russas foram travadas em solo ucraniano como também sua defesa naval está estacionada ali.

Além disso, reforça uma contundente crítica aos líderes europeus:

⁶⁸⁴ KISSINGER, Henry. *To Settle the Ukraine Crisis, Start at the End*. **The Washington Post**. 5 de março de 2014. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html?utm_term=.74bf3bb4f71b

A União Europeia deve reconhecer que sua dilatação burocrática e subordinação do elemento estratégico à política interna na negociação do relacionamento da Ucrânia com a Europa contribuíram para transformar uma negociação em uma crise. A política externa é a arte de estabelecer prioridades. (KISSINGER, 2014) [tradução nossa]

O grande problema de acirrar divisões na Ucrânia é que, segundo Kissinger (2014), poderá levar à guerra civil. “Tratar a Ucrânia como parte do confronto entre Ocidente e Oriente, submergiria durante décadas qualquer perspectiva de levar a Rússia e o Ocidente para um regime de cooperação” (KISSINGER, 2014). Isto é, o acirramento está destruindo não apenas o equilíbrio de poder, mas também qualquer perspectiva institucional.

Como país bilíngue, os políticos ucranianos com pouca experiência estatal – apenas duas décadas de independência – devem aprender a não querer impor a visão de uma das facções do país sobre a outra, afirma Kissinger⁶⁸⁵. E ressalta que “uma política americana sábia em relação à Ucrânia buscaria uma maneira de as duas partes do país cooperarem entre si. Devemos buscar a reconciliação, não o domínio de uma facção” (KISSINGER, 2014).

Como proposta equilibrada, Kissinger (2014) sugere, dentre outras medidas, que a Ucrânia adote algumas medidas: 1) reafirme seu direito de escolher livremente suas parcerias comerciais; 2) não deve aderir à OTAN; 3) no plano internacional, adotar a postura da Finlândia, que coopera com o Ocidente na maioria dos domínios, mas evita qualquer tipo de hostilidade internacional com a Rússia.

Pelo visto, o Departamento de Estado dos EUA está acéfalo de mentes racionais e equilibradas como Mearsheimer e Kissinger, que certamente não apoiariam, sob hipótese alguma, essa sanha extremista de regime change em regiões estratégicas russas e que não são de nenhuma maneira vitais para os EUA. Infelizmente, o cenário para as próximas décadas tende a ser o pior possível: a guerra civil no Donbass não parece ter um horizonte de fim; a economia ucraniana tende a submergir cada vez mais; e o financiamento de políticos e instituições que fragmentam o país pelos EUA

⁶⁸⁵ KISSINGER, Henry. *To Settle the Ukraine Crisis, Start at the End*. **The Washington Post**. 5 de março de 2014. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html?utm_term=.74bf3bb4f71b

tende a não ter um fim a médio prazo, bem como a posição da Rússia em relação a Crimeia e a defesa de seus interesses também parecem ser inegociáveis no estágio em que a situação se encontra. Assim, o cenário mais provável é o da guerra indireta, *proxy-war*, constante, que tornará a região ainda mais instável e pobre.

Kissinger (2014) expressou uma verdade quase que absoluta nas relações internacionais: “o teste não é a satisfação absoluta, mas sim uma insatisfação equilibrada”. Pelo andar dos acontecimentos, nenhuma das potências está disposta a negociar uma insatisfação equilibrada e, quando isso ocorre, o resultado final é a guerra, não a paz.

As relações políticas na Ucrânia não melhoraram depois dos acontecimentos de 2014, a guerra civil na região de Donbass segue num impasse e a OTAN segue flertando com Kiev. Em 24 de novembro de 2017, o Secretário-Geral da OTAN, Jens Stoltenberg se encontrou com o então presidente da Ucrânia, Petro Poroshenko, [ver Imagem 6] para discutirem uma cooperação da aliança com aquele país⁶⁸⁶.

Imagem 6 - Jens Stoltenberg e Petro Poroshenko (2017)

Fonte: Strategic Culture Foundation⁶⁸⁷

⁶⁸⁶ OTAN. *Secretary General and President Poroshenko discuss NATO-Ukraine cooperation*. 27 de novembro de 2017. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_149214.htm

⁶⁸⁷ Disponível em: <https://www.strategic-culture.org/news/2018/03/06/moldova-georgia-ukraine-create-new-anti-russian-pro-nato-alliance.html>

O que emerge com clareza é que, em todos os países onde houve intervenção humanitária ou invasão estrangeira dos EUA/OTAN, tornaram-se focos de grandes movimentos migratórios e de grandes tragédias humanitárias. Num estudo realizado pelo Instituto Suíço pela Pesquisa da Paz e da Energia (SIPER) em 2015, demonstrou-se a relação entre esses eventos [ver Mapa 44], o que confirma nossa perspectiva de que mais do que uma garantia de estabilidade, esses eventos vêm corroendo a ordem internacional, bem como a segurança europeia, sobretudo. Do Sudão ao Mali, do Afeganistão à Líbia, o *estaticídio* não criou nenhuma ordem ou preservou direitos fundamentais de ninguém, ao contrário, causou uma das maiores crises humanitárias das últimas décadas.

Mapa 44 – A relação entre intervenção militar dos EUA/OTAN e as migrações internacionais

Fonte: SIPER⁶⁸⁸

⁶⁸⁸ Disponível em: <https://www.siper.ch/frieden/infografiken/fluechtlingsstroeme-via-griechenland-in-die-eu-im-jahr-2015-vs-nato-operationen.html>

Porém, o que está em jogo, numa perspectiva geopolítica mais ampla, é a contenção russa. O estaticídio geopoliticamente orquestrado tem como objetivo impedir que a Rússia estabeleça uma estrutura de *checkerboard* geopolítico com países aliados geograficamente localizados e assim impedi-la de reagir a contenção ampla que vem sendo movida em sua direção desde o começo do alargamento da Aliança Ocidental. Como demonstra o mapa 45, todos esses países estão geograficamente localizados no core da OTAN e dão acesso aos mares quentes para a Rússia, além de possibilitarem ser uma plataforma, como uma cabeça-de-ponte para operações russas no espaço do Mediterrâneo. Não somente a possibilidade de uma estrutura de *checkerboard*, o que abriria uma brecha no cerco da OTAN e nas conquistas de seu alargamento, mas também uma operacionalidade a partir desses territórios.

Mapa 45 - O arco da estabilidade decorrente do estaticídio

Fonte: elaboração própria

Cap. 5 – Astropolítica: a geopolítica ultraterrestre

*“Posto que o espaço é o fator mais decisivo na política mundial, uma análise sobre a situação atual do mundo deve se basear na distribuição do **espaço-vital** disponível na Terra”*

(Karl Haushofer)

De acordo com GRAY (1996, p. 293), “o *poder espacial* pode ser definido como a capacidade de usar o espaço exterior e ao mesmo tempo negar o seu uso a quaisquer de seus inimigos”. Nessa definição, implícito está a noção de impedimento ao acesso a um determinado território ou espaço específico, ou seja, uma ideia de “contenção” tal como ocorre no poder marítimo e no poder terrestre. Negar o acesso é, por princípio, uma decisão contenciosa. Não permitir que o oponente se aposse e estabeleça seu ali em um determinado sítio é um princípio básico da estratégia militar e, no caso do espaço exterior, isso segue em voga. E é nessa perspectiva que analisaremos o fenômeno da Astropolítica, que é, a nosso entender, também um fenômeno contencioso.

O espaço exterior como “*quarta dimensão geográfica*” (GRAY, 1996, p. 294), como tal, coloca problemas na utilização – e mesmo na formulação – da arte da guerra. Como toda dimensão geográfica, pode limitar ou dar vantagem posicional e/ou tática para quem a detém. Com o espaço exterior, essa regra também se aplica, mesmo não havendo determinadas rugosidades geográficas específicas.

Dessa forma, a Astropolítica é uma extensão das teorias da geopolítica global, formuladas durante os séculos XIX e XX, para a conquista humana do espaço sideral. De forma mais refinada, é a aplicação da visão realista da competição entre os Estados para o plano do espaço exterior. (DOLMAN, 2002)

A tentativa de conquista do espaço começa um pouco antes da Guerra Fria, com o desenvolvimento do míssil V2, em 1942, pela então Alemanha nazista; tal artefato foi o primeiro a romper a barreira da atmosfera terrestre. (KLEINBERG, 2007, p. 1) Não por acaso surge o termo “militarização do espaço”, que logo passa a designar o uso militar do espaço sideral.

Vale recordar que já em 1942, Nicholas J. Spykman já advertia para a mudança da dimensão da guerra provocada pelo avanço tecnológico, bem como a notória diferenciação entre as potências e os demais estados no sistema político internacional: “Nos dias de *blitzkrieg* e guerra aérea, a segurança coletiva não pode neutralizar o diferencial de poder entre os fracos e os fortes.” (SPYKMAN, 1942, p. 463) Esses novos paradigmas tecnológicos fomentaram o que Spykman denominou de terceira dimensão da guerra.

Da mesma forma, hoje, diante dos mecanismos aeroespaciais e nucleares, a diferença entre os fortes e os fracos segue impondo-se e é ilusório crer que instituições, por mais legítimas e reconhecidas que sejam, possam mitigar a luta pela supremacia do poder, muito menos anula-la. Vivemos hoje na quarta dimensão da guerra (a astropolítica) onde os pequenos estados continuam sendo apenas peças menores do grande tabuleiro geopolítico mundial, muitos dos quais são tão somente *buffer-states*, desempenhando um papel secundário e em relação direta com os desígnios da potência imediata a que estão submetidos em suas zonas de influência. Muitos deles até adquirem uma certa visibilidade, na maior parte dos casos econômica, nos períodos de paz, mas com pesos decisórios muito limitados, quicá até inexistente, em situações de guerra total e conflito sistêmico. A Astropolítica abre uma nova “frente de mimetismos” que dificilmente será ignorada pelas potências no séc. XXI.

Entretanto, há uma diferença conceitual entre militarização (*militarization*) e armamentização (*weaponization*) do espaço exterior. Outrossim, a confusão entre ambos os conceitos é frequente e nada trivial, fazendo crer que, sobretudo, o termo “militarização” açambarque toda a questão, o que é um equívoco.

De acordo com Philippe Henry⁶⁸⁹, a *militarização* do espaço resulta da colocação em órbita de satélites de reconhecimento, telecomunicações, vigilância espacial e espionagem. Essas tecnologias de coleta de informações contribuem estrategicamente para os Estados que as possuem e dão ao mesmo apoio logístico para suas tropas implantadas em seus teatros operacionais. (HENRY, 2008, p. 61) Tal estrutura não é considerada como parte do sistema de armamentos, embora dê suporte logístico aos

⁶⁸⁹ Membro da Association Aéronautique et Astronautique de France (3AF) Strategy and International Affairs Commission. Paris, França.

mesmos. Seu propósito, então, não é o de neutralizar e/ou destruir o inimigo e suas capacidades.

Já a *armamentização* ocorre quando há o uso direto de armas em artefatos localizados no espaço sideral. Os artefatos ali presentes, satélites e estações espaciais, passam a conter armamento e visam neutralizar e/ou destruir as estruturas militares dos oponentes.

5.1 Uma teoria do poder espacial?

A dimensão espacial da guerra é indiscutivelmente um fator adicional e determinante na forma de como conduzir combates futuros, sejam eles travados no interior do planeta ou fora do mesmo. Até hoje, entretanto, os artefatos posicionados no espaço exterior têm a função primordial de levantarem e gerarem informações, cada vez mais precisas e complexas. Essa possibilidade inédita na história humana de obter informações a partir de uma perspectiva não limitada por fronteiras mudou a operacionalidade das guerras e mesmo sua condução. A informação tornou-se um fator vital para o combate e “nenhum leitor da *Arte da Guerra* de Sun Tzu colocaria em dúvida este ponto: informação é informação, seja obtida pela cavalaria, por espiões, por aviões ou por satélites” (GRAY, 1996, p. 296) E, com a possibilidade de obtenção de informações de uma perspectiva global, não limitada por fronteiras ou barreiras geográficas e/ou políticas, a vantagem comparativa torna-se decisiva na arte da guerra. Um desses exemplos foi a operação *Desert Storm*, considerada por GRAY (1996), a primeira guerra moderna, justamente por fazer amplo uso de informações coletadas por satélites, bem como pelo uso operacional de dispositivos que eram diretamente operados por meio de informações oriundas diretamente de dispositivos no espaço exterior.

Grey (1996, p. 297) entende que os paradigmas estruturais das guerras são mudanças na forma de conduzir e planejar a guerra e constam de 7 mudanças fundamentais ao longo da história:

- 1) *A Cavalaria do Século XV*: inventada pelo Império Sassânida e posteriormente copiada pelo Império Bizantino, deu uma larga vantagem ao soldado que poderia lutar sobre o cavalo, ganhando velocidade, força e proteção.

- 2) *A Revolução Militar dos Sec. XVI e XVII*: onde a adoção de armas de fogo para cercos e guerras abertas mudam completamente a forma de guerrear.
- 3) *“Nação em Armas”*: a ideia do soldado cidadão oriunda das Revoluções Americana e Francesa.
- 4) *Guerra Massiva da Era Industrial*: a ideia de “nação em armas” também pode ser encontrada no conceito de guerra popular, cada vez mais armada e sustentada por estados industrialmente e agronomicamente modernos, que ajudaram a alimentar “guerras totais” como as de 1792-1815, 1914-1918 e 1939-1945. Ou seja, a utilização de um enorme contingente de soldados sustentados por um complexo industrial altamente organizado.
- 5) *Guerra Mecanizada (mechanized warfare)*: surge no fatídico ano de 1916 com a primeira batalha de tanques da história (em Somme) e a primeira batalha aérea de grande escala (em Verdun). Esse tipo de guerra provocou uma radical mudança no *modus operandi* alemão, caracterizado pelo programa de mobilização de Hindenburg para a guerra total e a busca de novos métodos de defesa e ataque para atingir um inimigo quantitativamente superior, comprometido com o estilo de guerra de atrito.
- 6) *Guerra Nuclear*: as armas nucleares transformaram os termos do combate, elevaram o “*casus belli*” e lançaram uma longa sombra sobre as grandes potências e até mesmo sobre as relações regionais de segurança. A revolução nuclear estabeleceu definitivamente um novo paradigma militar.
- 7) *Guerra na Era da Informação*: a partir da década de 1980 em diante, possibilitou uma revolução acelerada na qualidade e na quantidade da aquisição de informações para uso militar em todos os níveis (do planejamento às unidades táticas) e, com isso, permitiu o surgimento tanto da guerra cibernética quanto da possibilidade da guerra espacial.

Esses paradigmas estruturais alteraram não apenas o combate em si, como também a maneira de impor uma política sobre o inimigo. A contenção do inimigo caminha, paralelamente, à evolução dos paradigmas da guerra; e a consequência imediata desse raciocínio é que, a cada inovação tecnológica consistente o suficiente para adicionar mudanças significativas na arte da guerra, surge uma nova forma de

contenção geopolítica. Assim foi com o desenvolvimento dos canhões dos encouraçados, com os mísseis de longo alcance, com os bombardeiros estratégicos e, também o será, com o advento dos satélites militares.

Desde a década de 1950, diversos autores se debruçam sobre a necessidade de desenvolver uma teoria do poder espacial, ou uma teoria da guerra espacial. (KLEIN, 2004, p. 59) Muitos estrategistas partiram da ideia de que havia similaridades entre as teorias do poder terrestre e do poder naval que poderiam ser transplantadas – se não em sua totalidade, pelo menos em partes – para a formulação de uma teoria do poder espacial. Entretanto, há interpretações que entendem que não há como tomar as estratégias clássicas navais e aéreas para aplica-las ao espaço exterior. (KLEINBERG, 2007), (KLEIN, 2004)

Inovações e mudanças no paradigma das guerras sempre tem uma correlação forte. De acordo com GRAY (1996, p. 294), inovações no campo militar, como o poder aéreo e o poder espacial, obedecem a uma evolução permeada de quatro fases:

1. **Componentes Marginais:** são visões que podem ser alcançadas, mas não permitem quase nenhum ganho efetivo na guerra;
2. **Componente Importante:** quando há experimentos que dão substancialidades para visões em disputas
3. **Componente Indispensável:** período de demonstração extensiva, muito além de experimentações e potencialidades;
4. **Ganhador de Guerras (*war winner*):** quando uma mudança mais ou menos radical nos termos da dissuasão e da guerra é confirmada pela experiência inegável e em grande escala, que convida à exploração completa de modo a estar na vanguarda da eficácia militar contemporânea.

Como exemplo, pode-se destacar o poder aéreo entre 1903 e 1920, que era tão somente um componente marginal; de 1920 a 1940, tornou-se um componente importante; de 1940 até a atualidade, torna-se um componente indispensável; e, especula-se que a partir da década de 1990, que tenha se tornado um “*war winner*” inegável. [ver Figura 12]

Figura 12 - A utilidade estratégica do poder aéreo

Fonte: GRAY (1996)

Da mesma forma, nessa taxonomia de GRAY, o poder espacial de 1942 (primeiro voo do V-2) até 1957 (Sputnik) era um componente marginal; de 1960 a 1990, torna-se um componente importante; de 1990 até 2010 torna-se um componente indispensável e Gray especula que a partir de 2010 possa se tornar um *war winner*. [ver figura 13]

Figura 13 - A utilidade estratégica do poder espacial

Fonte: GRAY (1996)

Note-se que tanto o poder aéreo quanto o espacial, no diagrama de Gray, não estão classificados como componentes independentes (*war winner*). Isso se dá por conta de que ambos os poderes precisam de bases de apoio para desenvolverem suas atividades; o poder aéreo com aeroportos, porta-aviões e bases de abastecimento posicionadas em sítios geograficamente localizados; e o poder espacial por depender de suas bases de operação em terra, além de plataformas de lançamento localizadas também em terra. Caso haja uma desarticulação desses pontos de apoio, essas duas dimensões perdem a capacidade de atuarem independentemente.

5.2 O Poder Espacial e a Contenção

De acordo com Clausewitz (KLEINBERG, 2007, p. 2), uma das tarefas de uma teoria é esclarecer concepções e ideias que estão emaranhadas e confusas. Assim sendo, partiremos dessa assertiva para tentar esclarecer o quão contributivo para a contenção geopolítica a astropolítica pode ser. Para isso será necessário esclarecer, primeiro, o suporte teórico que dá fundamento ao poder espacial.

Um dos principais pontos discutidos amplamente pelos estudiosos do tema é se uma teoria do poder espacial poderia advir das teorias clássicas da geopolítica (poder terrestre, poder naval e poder aéreo), sobretudo as duas últimas que parecem ser mais similares à estrutura espacial do que o poder terrestre.

É fato que Estados competem por poder e para isso usam todos os meios disponíveis para exercer sua preponderância. A guerra é a radicalização desse objetivo, mas o planejamento da mesma se faz silenciosamente, mesmo em tempos de paz, onde a dissimulação e o dilema de segurança norteiam tais políticas estatais no incremento de novos conflitos ou na possibilidade de limitá-los. Se um determinado Estado busca a prevalência em um ramo ou domínio específico, logo, isso gerará temor e um impulso reativo na intenção de equilibrar tal equação. Assim, a guerra espacial segue a mesma lógica das guerras convencionais. Está fadada a ser um campo de embate a partir do momento que dois ou mais Estados forem de importância suficiente para terem a capacidade de realizarem alguma forma de ataque às capacidades do adversário (KLEINBERG, 2007, p. 5). Ademais, Estados atualmente buscam o “*spacefaring*”, ou seja,

não apenas a capacidade de atuarem no espaço, mas de poder impedir ou prejudicar a atuação de seus antagonistas.⁶⁹⁰

Kleinberg (2007, p. 6) enxerga a possibilidade de se criar uma teoria da guerra espacial e argumenta que tal necessidade se dá uma vez que o número de Estados interessados no desenvolvimento de suas capacidades militares espaciais está aumentando, o que, mais cedo ou mais tarde, resultará num conflito envolvendo esse domínio. Tal teoria deverá fornecer: 1) uma estrutura da presença, do movimento e do combate; 2) o meio eficaz de conduzir o combate no espaço; 3) previsões confiáveis para os resultados dos conflitos; 4) capacidade dos sistemas espaciais em desempenhar papéis necessários na guerra espacial ou como parte de um conflito geral; 5) deverá manter seus poderes explicativos, independente da tecnologia ou dos adversários de então.

Um comentário faz-se necessário em relação ao ponto 4 ressaltado por Kleinberg, onde a guerra espacial poderá ser parte ou uma decorrência de um conflito geral. Nesse sentido, pode-se inferir que a militarização (mas também a armamentização) do espaço poderá – e deverá – servir como plataforma de contenção militar e, conseqüentemente, geopolítica. Assim, uma teoria da guerra espacial acabará por absorver e ser produto de conflitos gerados em solo, por Estados nacionais antagônicos com pretensões de domínio desse espectro.

Entretanto, como nunca houve uma guerra travada no espaço, uma teoria da mesma não poderá erigir baseada em eventos empíricos.⁶⁹¹ “Uma maneira de conseguir isso é recorrer às teorias clássicas de combate e selecionar a teoria que fornece a melhor estrutura descritiva e prescritiva para a guerra espacial” (KLEINBERG, 2007, p. 7). Assim, como não há experiências prévias, não há como exercer um pensamento indutivo a partir de experiências que possam moldar uma estratégia consistente. Nesse caso, o que resta é fazer uma construção dedutiva a partir de experiências de conflitos e teorias não relacionadas ao espaço por meio das quais se possa extrair estruturas teóricas que possam servir para a elaboração e aplicação de uma teoria da guerra espacial.⁶⁹² Portanto, querendo ou não, não há como elaborar

⁶⁹⁰ KLEINBERG, H. *On War in Space*. **Astropolitics**, v. 5, n. 1, 2007, p. 24

⁶⁹¹ Ibidem, p. 7

⁶⁹² Ibidem, p. 7

qualquer estratégia para a guerra espacial sem recorrer às teorias da guerra tradicionais, uma vez que a própria guerra espacial é uma decorrência do avanço tecnológico da própria arte da guerra. E, se considerarmos que a guerra espacial poderá vir a ser uma vantagem comparativa, ela estaria em essência ligada aos conflitos desencadeados na esfera terrestre. O espaço exterior é uma extensão da projeção de poder dos Estados nacionais; é um novo teatro de projeção geopolítica.

5.3 O poder naval como suporte

Há algumas divergências em relação ao modelo estratégico no qual uma pretensa, e ainda por se construir, “teoria do poder espacial” poderia se apoiar. A maior parte dos estrategistas, porém, colocam no centro desse debate as duas principais teorias geopolíticas dos mares, a saber: a Teoria do Poder Naval, do almirante americano Alfred T. Mahan e a Teoria do Poder Marítimo, do britânico Julius Corbett.

Para GRAY (1996), o modelo construído por Mahan com seus elementos de poder podem ser aplicados ao poder espacial, mas tal teoria ainda precisa ser elaborada.⁶⁹³ De acordo com o próprio Alfred Mahan, os elementos que constituem o poder naval são: 1) a posição geográfica; 2) a conformação física dessa geografia; 3) a extensão do território; 4) o número da população; 5) o caráter nacional; 6) o caráter do governo (o que chamaríamos hoje de instituições) (MAHAN, 2014, p. 29)

O poder espacial, porém, é distinto do poder terrestre, do naval e do aéreo; e assim como o poder aéreo transformou o processo de realização da guerra em meados do século XX, o poder espacial o fará no século XXI. E vale destacar também que, embora o domínio dos ares pelo poder aéreo tenha transformado a guerra, o mesmo não eliminou as demais dimensões geográficas da mesma, mas agregou capacidades. De forma semelhante, o poder espacial poderá, quando plenamente desenvolvido e estabelecido, agregar capacidades únicas às três dimensões tradicionais da guerra.

Essa agregação de poder também pode ser analisada a partir da contenção. O poder espacial aumenta a eficácia militar do poder aéreo, da mesma forma que o poder aéreo aumentou a potência do poder naval, e ambos trabalham sinergicamente para

⁶⁹³ GRAY, C. *The Influence of Space Power upon History*. **Comparative Strategy**, v. 15, n. 4, 1996, p. 300

permitir que o poder terrestre possa terminar os conflitos contra inimigos territorialmente definidos. O poder espacial seguirá auxiliando, sobretudo, o poder terrestre. E, se a contenção clássica foi pensada utilizando-se as forças terrestre, navais e aéreas, a contenção moderna não se ausentará de utilizar a dimensão espacial para incrementar sua eficácia e objetivos.

A lógica que governa o poder espacial não é distinta da dos demais poderes e, em todos eles, a geografia molda a estratégia.⁶⁹⁴ Gray (1996, p. 300) identifica três influências geográficas significativas para o poder espacial: 1) o espaço exterior é uma variante do “terreno elevado” que inspirou os estrategistas clássicos desde Sun Tzu. Permite uma vantagem observacional sobre o inimigo e dificulta a ação de quem está posicionalmente abaixo; 2) o espaço exterior contém uma infinita área de manobra, permitindo além disso uma influência global de quem está nessa posição; 3) o poder espacial ainda é obediente e determinado pela astrodinâmica kepleriana, o que limita a ação dos dispositivos espaciais (satélites tem um movimento repetitivo), o que constitui uma rugosidade geográfica ainda não superada.

GRAY (1996, p. 304) é um tanto reticente quanto à adaptação da teoria do poder naval de Mahan para o espaço por considera-la limitada em relação a uma possível interconexão com os demais ambientes geográficos. “O poder espacial é de pouco interesse em si mesmo. O interesse estratégico está nas consequências de sua aplicação para a dissuasão e condução da guerra como um todo”. (GRAY, 1996, p. 304) Na visão do autor, Mahan não permite esse raciocínio de interconexão das dimensões geográficas da guerra e, tampouco, a possibilidade de complementaridade militar. De forma crítica, também podemos adicionar que o modelo de Mahan não contemplava a ideia de contenção, que é fundamental na dimensão espacial da guerra.⁶⁹⁵

⁶⁹⁴ GRAY, C. *The Influence of Space Power upon History*. **Comparative Strategy**, v. 15, n. 4, 1996, p. 300

⁶⁹⁵ Justiça seja feita, o almirante Alfred T. Mahan foi um desbravador de um domínio novo e, como tal, não poderia ter esgotado todas as possibilidades e desenrolares possíveis que tal domínio poderia oferecer para a humanidade, porém, teve a genialidade de lançar as bases de um pensamento que até hoje é debatido, pensado e melhorado em termos de aplicação e teoria. Como bem ressaltou Geoffrey Till, “Embora ele se concentrasse apenas em uma parte bastante restrita da história, Mahan esperava e de fato encorajava seus leitores a usar os insights que essa pesquisa gerou para ter uma visão mais ampla.” (*Maritime Strategy and the Nuclear Age*. Londres: Macmillan Press, 1982, p. 1) Mahan não apenas permitiu que seus leitores aprimorassem suas ideias como também gerou uma onda de mimetismo militar. De acordo com Geoffrey Till, em 1894, o Kaiser Guilherme II ao ler o livro de Mahan declarou: “Não apenas estou lendo, mas devorando o livro do capitão Mahan e tentando aprendê-lo de cor. É um

John J. Klein (2004) irá argumentar o que Gray (1996) não conseguiu perceber: que a teoria marítima de Julian Corbett abarca e complementa a teoria de Mahan com elementos que serão imprescindíveis para o poder espacial. “Nem os modelos aéreos nem os navais captam a verdadeira amplitude das questões pertinentes relativas às operações e estratégias espaciais”. (KLEIN, 2004, p. 34) Para o autor, o poder aéreo não pode ser espelhado no espaço pois o mesmo contém variáveis determinantes para a operacionalidade de seus artefatos, tais como a questão da propulsão, da mecânica orbital e da aerodinâmica, que acabam por impor restrições severas, sobretudo no quesito da manobra militar. Já em relação ao poder naval de Mahan, Klein acrescenta que o mesmo é limitado, uma vez que é centrado na marinha, desconsiderando as interações com os outros poderes, o que acaba por eliminar o escopo “holístico” necessário.⁶⁹⁶

O modelo ideal, na perspectiva de Klein, é o “*modelo marítimo*” de Corbett, e o mesmo se distingue do de Mahan justamente por abranger atividades amplas em relação aos mares e incluir correlações com a ciência, tecnologia, cartografia, indústria, economia, comércio, política, assuntos internacionais, crescimento imperial, comunicações, migrações, direito internacional, assuntos sociais e liderança.⁶⁹⁷ Corbett é o primeiro a dissertar sobre a necessidade da interação das atividades do poder marítimo com o terrestre, numa espécie de raciocínio sistêmico, o que acabou por colocar a teoria do poder naval de Mahan como um subsistema da teoria do poder marítimo, que é de natureza mais ampla. E por conter essa natureza ampla é que a mesma poderá servir de âncora ao desenvolvimento de uma teoria espacial.⁶⁹⁸

5.4 Julian Corbett e seu modelo marítimo

Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922) foi um dos maiores pensadores da geopolítica naval. Influenciado por Clausewitz e Jomini, contemporâneo de Mahan, destacou-se na escrita de diversos livros e tratados sobre a história e a estratégia naval

trabalho de primeira classe e um clássico em todos os pontos. Está a bordo de todos os meus navios e constantemente citado por meus capitães e oficiais” (Till, op. cit, p. 1)

⁶⁹⁶ KLEIN, J. J. *Space Warfare: a maritime-inspired space strategy*. *Astropolitics*, v. 2, n. 1, 2004, p. 35

⁶⁹⁷ Ibidem, p. 37

⁶⁹⁸ Ibidem, p. 37

ao longo de sua carreira. Graduado em Cambridge, foi convidado para proferir conferências no então criado Royal Naval War College, que fora fechado em 1914 por conta da Primeira Guerra Mundial e por reestruturações sofridas pelo comando naval britânico. Após esse incidente, Corbett foi lecionar em Oxford.

Sua obra-prima foi o livro *“Some Principles of Maritime Strategy”*, publicado em 1911, onde disserta aquela que seria considerada sua principal contribuição aos estudos estratégicos navais: a interdependência dos poderes marítimos e terrestres com os interesses das políticas nacionais. Dizia Corbett que “a influência da economia e da política internacional está diretamente relacionada com a expansão da força naval” (HUNT, 1989, p. 110) Escreveu mais de uma dezena de livros onde combinava estratégia naval com generalizações amplas e meticulosas sobre a política nacional e a grande estratégia.⁶⁹⁹ E, de acordo com HUNT (1989, p. 110), Corbett foi mais sintético enquanto que Mahan fora mais analítico e Corbett foi um estudioso naval superior e, ainda, um teórico estratégico mais sutil e cauteloso que Mahan. Sua obra teve um impacto tão significativo que motivou uma reforma estrutural em toda a esquadra britânica nos anos subsequentes.

O modelo analítico de Corbett é abrangente a tudo o que envolve a relação dos mares e oceanos. Não é restritivo apenas a “como dominar os mares”, mas sim uma proposta mais abrangente, que podemos até atribuir a alcunha de “sistêmica”. Como precursor dos princípios marítimos, “suas teorias e estratégias são consideradas bem mais acuradas e completas que os trabalhos de Mahan, além de serem bem mais desenvolvidas logicamente”. (KLEIN, 2004, p. 38). Corbett estabeleceu um contraponto. Diferentemente de Mahan, seu objetivo não era uma teoria naval universal, mas explicar o sucesso imperial britânico nos mares como decorrente de suas políticas.⁷⁰⁰ Embora o impacto da obra de Mahan tenha sido mais estrondoso⁷⁰¹, Corbett desenvolveu um modelo para as implicações das operações marítimas tanto em tempos de paz como em tempos de guerra, onde o domínio marítimo estava condicionado à política e ao interesse nacional, e ressaltava que “a guerra é uma forma

⁶⁹⁹ HUNT, Barry D. *The Strategic Thought of Sir Julian S. Corbett*. Nova Iorque: Palgrave Mcmillan, 1989, p. 111

⁷⁰⁰ Ibidem, p. 111

⁷⁰¹ De acordo com Geoffrey Till (1982, p. 28), Mahan fora traduzido para o idioma japonês já em 1897, apenas sete anos após o lançamento da obra original em inglês, em 1890.

de relação política, uma contribuição da política externa que começa quando a força é introduzida para alcançar nossos fins” (KLEIN, 2004, p. 38)

O propósito último das forças navais, para Corbett, era servir a política de Estado e ser um instrumento tanto para a diplomacia quanto para as demais forças nacionais. Para Hunt (1989), Corbett submete o poder marítimo à Grande Estratégia:

... a noção de que o sucesso britânico como principal potência mundial envolvia uma combinação inter-relacionada dos poderes naval, terrestre, econômico e diplomático num viés político estabelecido que não criou esferas de poder naval e terrestre como alternativas, mas como opções que se reforçam mutuamente. (HUNT, 1989, p. 111) [tradução nossa]

Assim, o domínio marítimo na visão de Corbett já é pensado em função da guerra, antes mesmo que ela venha a ocorrer. Klein (2004) não ressalta esse ponto, mas Corbett relatava de forma clara que um princípio que seria usado por toda a estratégia e em suas diversas dimensões geográficas depois da publicação de seu tratado: “o objetivo da guerra naval deve sempre estar relacionado, direta ou indiretamente, seja para proteger e assegurar o *comando dos mares* ou para prevenir que o inimigo o assegure” (CORBETT, 2014, p. 87). Esse princípio de assegurar a posse de um domínio geográfico e impedir que o inimigo o faça será amplamente utilizado na estratégia espacial. E a lógica da contenção obedece esse preceito: conter e impedir que o inimigo me contenha.

Alguns princípios desenvolvidos por Corbett terão uma adequação ampla para a esfera do domínio do espaço exterior, e é por isso que Sir Julian Corbett é o grande mestre inspirador das teorias do poder espacial. A seguir veremos em detalhe esses postulados fundamentais.

5.5 Comando dos Mares

Uma das noções mais originais e importantes de Corbett é a do *Comando dos Mares*. Segundo Corbett, na terra, o objetivo é a apreensão e detenção do território inimigo, mas na guerra no mar isso não seria possível, restando apenas o acesso ao uso

do mesmo.⁷⁰² Corbett achava que o objetivo da guerra marítima deveria ser sempre a de assegurar tal comando e prevenir que o inimigo o fizesse.⁷⁰³ De acordo com KLEIN (2004, p. 41), o comando dos mares só é alcançado quando o inimigo não é mais capaz de oferecer perigo contra as suas linhas de comunicação ou mesmo defender as suas próprias. Essa concepção de comando dos mares é analisada por Castex sob uma outra perspectiva, uma vez que o considera “um conceito relativo, incompleto e imperfeito” (TILL, 1982, p. 50). Para Castex, o mar não permitiria a blindagem contra um possível inimigo, por ser vasto demais. Assim, o comando significava apenas o controle das comunicações nas superfícies essenciais. Dizia Castex que, “em teoria, o comando do mar deveria ser conquistado antes que os ataques fossem fomentados contra o comércio ou a costa do inimigo.” (TILL, 1982, p. 50) Assim, o comando era, em essência, ofensivo.

Da mesma forma, controlar todo o espaço exterior é uma tarefa impossível e, assim, seu comando também é relativo, significando o controle das comunicações. Da mesma forma recomendada por Castex, quem se antecipar a qualquer possibilidade de ataque contra um inimigo, terá uma imensa vantagem estratégica. Esse também foi o espírito de todas as formas de contenção: dominar antes que o inimigo o faça. Lembra KLEIN (2004, p. 40) que o comando dos mares – mas também o do espaço – só é possível durante um estado de guerra. Em tempos de paz isso é feito de forma retórica e significa apenas que uma nação tem posições navais adequadas e frota considerável para assegurar o comando assim que a guerra for iniciada.⁷⁰⁴ Isso valerá para o espaço igualmente: prevenir e impedir que o inimigo tenha acesso às comunicações espaciais. “Operações ofensivas que buscam uma decisão contra uma frota inimiga são a chave para garantir um comando geral” (KLEIN, 2004, p. 41). O importante, portanto, é a possibilidade de se garantir o comando, ou seja, a supremacia na dimensão geográfica em questão.

⁷⁰² TILL, 1982, p. 41

⁷⁰³ KLEIN, J. J. *Space Warfare: a maritime-inspired space strategy*. **Astropolitics**, v. 2, n. 1, 2004, p. 40

⁷⁰⁴ Ibidem, p. 40

5.5 Agir ao invés de reagir

Foi a partir dos anos 80 que a armamentização começou a ser uma opção para as grandes potências. Mas, essa ideia ganhou força foi a partir da década de 1990, sob o governo Clinton.

“Esse desenvolvimento foi ampliado durante a década de 1990 até o ponto que, nos EUA, o espaço tornou-se uma força multiplicadora e um símbolo da RMA (*revolution military affairs*). Desde o fim da administração Clinton, a “síndrome de Pearl Harbor” tem ganhado espaço, abrindo caminho para uma política de maior controle do espaço e para uma estratégia cada vez mais voltada para a defesa espacial”. (HENRY, 2008, p. 62) [tradução nossa]

O que foi chamado de “síndrome de Pearl Harbor” é, na realidade, um princípio fundamental do poder americano. Toda a geopolítica dos EUA após a Segunda Guerra Mundial está orientada para o preceito de que é melhor *agir do que reagir*. Na geopolítica americana esse é um princípio fundamental: se antecipar ao problema, mesmo que o mesmo desencadeie alguns efeitos colaterais, é bem melhor do que simplesmente esperar uma realidade para se fazer algo a partir dela. O alargamento da OTAN, o estaticídio e a astropolítica obedecem a esse preceito fundamental. É o inverso do que se chama “*wait until it's a real danger*”⁷⁰⁵, ou seja, esperar até que uma ameaça se apresente. No pensamento estratégico do Pentágono, uma postura de espera é um erro que poderá ter custos muito onerosos, como demonstraram os eventos históricos de Pearl Harbor e do 11 de setembro.⁷⁰⁶

Dessa forma, o fio condutor da astropolítica norte-americana é a dominação primaz do espaço exterior através de uma vantagem tecnológica ímpar e inédita, isto é, desenvolver capacidades ainda não desenvolvidas pelas potências concorrentes que possam, um dia, vir a ter tal capacidade; no caso, Rússia e China.

Acima de tudo, não se deve permitir que o tempo de preparação se transforme em tempo de reação. Se um adversário é o primeiro a implantar ou usar armas espaciais, então já pode ser tarde demais para os EUA fazerem algo a respeito. A perda de uma guerra no espaço seria totalmente catastrófica para os EUA e para o mundo. (KLEINBERG, 2007, p. 22) [tradução nossa]

⁷⁰⁵ KLEINBERG, Howard. *On War in Space. Astropolitics*. Vol. 5, nº1, 2007, p. 22

⁷⁰⁶ Ibidem, p. 22

5.6 O Tratado do Espaço desconsiderado

É preciso notar que o Tratado do Espaço (*Outer Space Treaty* – OST), de 10 de outubro de 1967, foi desenhado e estruturado tanto pelos EUA quanto pela URSS, as duas potências “espaciais” (e também militares) da época. Ambas potências firmaram o compromisso de manterem o equilíbrio militar, proibindo e limitando o uso de determinados dispositivos no espaço, em particular, as armas de destruição em massa.

O Artigo IV do referido tratado reza que:

[...] não se colocarão em órbita da Terra quaisquer objetos que portem armas nucleares ou quaisquer outros tipos de armas de destruição em massa, bem como instalar tais armas em corpos celestes ou coloca-las no espaço de qualquer outra forma... A Lua e outros corpos celestes serão usados exclusivamente para fins pacíficos. (UNITED NATIONS, 2002, p. 4) [tradução nossa]

Entretanto, a situação não demonstra ser das mais estáveis desde o fim da Guerra Fria. A China desenvolveu em 2007 um sistema de mísseis antissatélites militares⁷⁰⁷ e sabe-se que a Rússia já os possui desde os tempos da URSS e vem os aprimorando recentemente⁷⁰⁸. Soma-se a isso o fato dos EUA ter abandonado o Tratado ABM (*Anti-Ballistic Missile Treaty*) em 2001, a situação só se demonstra mais preocupante.

A Política Nacional para o Espaço do ex-presidente George W. Bush, de 2006, afirma veementemente os princípios da liberdade de ação no espaço. Rejeita qualquer limitação no direito – considerado fundamental – de usar o espaço, incluindo sua armamentização quando os interesses dos EUA estiverem em jogo⁷⁰⁹.

Pode-se destacar o seguinte princípio da política referida:

Os EUA rejeitam qualquer reivindicação de soberania por parte de qualquer nação sobre o espaço exterior ou sobre os corpos celestes, ou *partes deles*; e rejeita qualquer limitação no direito fundamental dos EUA de operar e adquirir dados do espaço. (THE WHITE HOUSE, 2006) [tradução e grifo nosso]

⁷⁰⁷ HENRY, P. *The militarization and weaponization of space: towards a European space deterrent*. **Space Policy**, n. 24, 2008

⁷⁰⁸ MOORE, Charlie. *Russia successfully tests anti-satellite missile capable of wiping out US navigation, communications and intelligence devices*. **The Daily Mail**. 27 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3612851/Russia-successfully-tests-anti-satellite-missile-capable-wiping-navigation-communications-intelligence-devices.html>

⁷⁰⁹ HENRY, op.cit. p.63

É necessário destacar a afirmação americana de que **parte** do espaço ou dos corpos celestes não serão reconhecidos como de soberania de outro país. Isso significa que os EUA consideram o espaço exterior **sobre** os territórios dos outros países como **zona livre**, sem jurisdição ou soberania, como está devidamente destacado na política espacial dos EUA desde o ano de 2006.

Implícito a essa declaração está o fato de que os EUA consideram de pleno direito o posicionamento de satélites, armas e artefatos sobre o espaço e a soberania dos demais países, o que contribuirá, certamente, para um desequilíbrio nas relações entre eles, os EUA e as demais potências – sobretudo a China e a Rússia – que consideram a soberania a todo e qualquer espaço sobre os seus respectivos territórios.

Essa decisão americana fere não apenas o princípio da soberania como também a noção de equilíbrio de poder. É uma atitude imperial anti-vestefaliana e com propósitos aniquiladores do ponto de vista estratégico-militar e também geopolítico.

Soma-se a isso, pode-se considerar que a armamentização do espaço, juntamente com a militarização do mesmo, constitui um claro posicionamento de contenção. Essa contenção ocorre no espaço exterior, cujo território os EUA reconhecem como *terra de ninguém* e se sentem no direito pleno de o ocupar militarmente, com vistas à contenção da Rússia, mas também da China.

5.7 A postura chinesa

Certamente, tal posicionamento gerou reações por parte de seus oponentes. A China e Rússia foram as primeiras a reagir, construindo dispositivos militares antissatélites com vistas a destruir qualquer tentativa de colonização do espaço exterior imediatamente acima de seus territórios por parte dos EUA.

Em 30 de outubro de 2015, a China lançou um novo míssil antissatélite denominado *Dong Neng-3*, com vistas a proteger, destruir e neutralizar qualquer ameaça à segurança nacional chinesa por parte dos EUA em sua militarização (e também da possível armamentização) do espaço⁷¹⁰.

⁷¹⁰ GERTZ, Bill. *China Tests Anti-Satellite Missile*. **The Washington Free Beacon**. 9 de novembro de 2015. Disponível em: <http://freebeacon.com/national-security/china-tests-anti-satellite-missile/>

Desde os anos 50 a China busca sua posição no espaço exterior, mas sempre permaneceu tardia, só lançando seu primeiro satélite em 1984, quando a então URSS e os EUA dominam o setor. De acordo com Al-Rodhan (2014), desde então a China vem implementando tecnologias civis e militares no âmbito do espaço, bem como projetos de exploração lunar e de construção de uma estação espacial própria.

A China hoje possui sua própria nave espacial, chamada Shenzhou, uma série de foguetes com alta capacidade de carga, um programa de mísseis hipersônicos com capacidade nuclear e vem desenvolvendo seu próprio sistema de navegação por satélite, chamado Beidou⁷¹¹. Em 2013 a China colocou pela primeira vez na história um robô na superfície lunar, e em 2017 enviou uma tripulação chinesa de 11 astronautas para o espaço⁷¹².

Al-Rodhan (2014) acredita que o rápido desenvolvimento da capacidade da China no espaço exterior acabará por mudar o equilíbrio militar do planeta, o que dará a China uma capacidade agressiva sem precedentes. Pelo visto, a lógica da conquista do espaço obedecerá ao modelo de defrontação que assistimos na geopolítica “terrestre”.

O presidente Xi Jinping deixou claro querer fazer da China a próxima potência espacial para fortalecer suas capacidades militares ampliadas⁷¹³. Nesse esforço, uma estação espacial própria será lançada depois de 2020 e um satélite quântico já foram produzidos pelos chineses. Assim, a Astropolítica seguirá, pelo visto, a lógica da conquista-contenção, buscando se apoderar do domínio e, se possível, impedir os demais a fazê-lo.

5.8 O armamento antissatélite já é uma realidade militar

O lançamento do sistema russo *Nudol*, em 18 de novembro de 2015 demonstrou que a Rússia já se considera ameaçada pela armamentização do espaço e, como a China, já desenvolveu artefatos militares para contrabalancear tal ameaça.

⁷¹¹ AL-RODHAN, Nayef. *China Aims for the Moon – and Beyond*. **The Diplomat**. 14 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/02/china-aims-for-the-moon-and-beyond/>

⁷¹² Ibidem.

⁷¹³ Ibidem.

Em declaração à revista *The National Interest* de 15 de abril de 2015, o tenente-general Jay Raymond, comandante da 14ª Força Aérea disse que a China está acumulando capacidades formidáveis de armamentos antissatélites. Em julho de 2015, a China fez um teste de mísseis antissatélites com sucesso, provando que poderá usar os mísseis ASAT para derrubar satélites dos EUA a fim de degradar sua capacidade militar, o que tornaria suas bases incapazes de se comunicar ou compartilhar informação⁷¹⁴.

De acordo com o portal russo Sputnik, a Rússia e a China serão capazes de incapacitar qualquer satélite americano em órbita até 2025, disse a general Nina Armagno, da Força Aérea dos EUA, clamando que Washington use a força para proteger seus ativos orbitais e não descartou uma guerra no “domínio espacial”⁷¹⁵.

Para Christian Davenport, do *The Washington Post*, “enquanto os EUA tem estado atolados em operações de combate ao terrorismo no Iraque e no Afeganistão, oficiais do Pentágono dizem que a Rússia e a China vem desenvolvendo capacidades para atacar os Estados Unidos no Espaço.

Todas as operações militares que tem lugar no mundo hoje dependem criticamente do espaço, de uma forma ou de outra, disse o comandante do Comando Espacial da Força Aérea dos EUA. “Quer nosso povo esteja ou não plenamente ciente de nossa dependência do espaço, o resto do mundo tem estado a observar-nos de muito perto”. (DAVENPOR, 2016) [tradução nossa]

Os investimentos parecem não parar. Em 27 de outubro de 2016, o portal Sputnik declarou que a agência espacial russa Roscosmos tinha aberto licitação para mais três satélites GLONASS que seriam lançados em 2017-18, e cuja constelação já contemplava 27 satélites. Já o Pentágono declarava ter gasto já mais de US\$ 22 bilhões em programas espaciais e está investindo mais US\$ 5 bilhões em esforços na área⁷¹⁶.

⁷¹⁴ KECK, Zachary. *China's Next Super Weapon Revealed: satellite destroyers*. **The National Interest**. 15 de Abril de 2015. Disponível em: <https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/chinas-next-superweapon-revealed-satellite-destroyers-12640>

⁷¹⁵ SPUTNIK NEWS. *Star Wars Reboot: US Sets Stage for Space-Based Arms Race With Russia, China*. 23 de outubro de 2016. Disponível em: <https://sputniknews.com/world/201610231046633927-russia-china-us-satellites-space/>

⁷¹⁶ SPUTNIK NEWS. *'Space Wars are Likely in the Future' as US, Russia Developing Satellite Weapons*. 27 de outubro de 2016. Disponível em: <https://sputniknews.com/world/201610271046790868-us-russia-space-combat/>

Imagem 7 - Sistema russo balístico antissatélite Nudol, lançado em 18 de novembro de 2015

Fonte: Business Insider⁷¹⁷.

A Rússia há muito que se opõe à armamentização do espaço exterior. Em 2008, os governos da Rússia e da China propuseram um acordo internacional para evitar a colocação e utilização de armas no espaço exterior, mas o governo dos EUA rejeitou categoricamente participar de tal tratado⁷¹⁸. “A humanidade terá de decidir se quer militarizar o espaço ou não. Estão em curso negociações muito difíceis. Além disso, os EUA querem aprovar um projeto de lei para declarar certas órbitas exclusivamente americanas”, disse Viktor Baranets, especialista militar russo⁷¹⁹.

Na primeira Comissão de Desarmamento e Segurança Internacional da Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em outubro de 2018, o representante dos Estados Unidos, Robert Woods, apresentou as prioridades de Washington:

⁷¹⁷ Disponível em: <http://www.businessinsider.com/russia-just-successfully-tested-an-anti-satellite-missile-2015-12>

⁷¹⁸ SPUTNIK NEWS. 'Space Wars are Likely in the Future' as US, Russia Developing Satellite Weapons. 27 de outubro de 2016. Disponível em: <https://sputniknews.com/world/201610271046790868-us-russia-space-combat/>

⁷¹⁹ Ibidem.

Ele disse que a delegação dos EUA planeja pressionar ativamente contra as questões que vão contra os interesses de segurança dos EUA e de seus aliados. A principal delas, disse ele, foi a determinação dos EUA em combater as ameaças russas e chinesas cibernéticas e do espaço exterior [...] Ele disse que os EUA rejeitam as alegações de que as atividades de Moscou e Pequim visam impedir a militarização do espaço exterior. (SCHLEIN, 2018) [tradução nossa]

Para Wood, a Rússia e a China só querem limitar a capacidade dos Estados Unidos de operar no espaço exterior e que ambos não estão dispostos a abandonar seu armamento antissatélite; logo, os EUA não poderiam ceder a tal apelo⁷²⁰. Já para o especialista russo Viktor Baranets, o Tratado do Espaço Exterior de 1967 deveria ser revisto o mais rapidamente possível, uma vez que o espaço exterior está se tornando um lugar para ataques efetivos contra o inimigo⁷²¹.

Já o comandante do *U.S Space Command*, general Joseph Ashy, disse certa vez que “atacaremos alvos terrestre um dia a partir do espaço – navios, aviões, alvos terrestres. Vamos lutar no espaço. Nós estamos indo para lutar a partir do espaço e vamos lutar para o espaço” (BLUM, 2013, p. 4). Já o ex-secretário assistente das Forças Armadas para o Espaço, Keith R. Hall, afirmou que “no que diz respeito ao domínio do espaço, temos, gostamos e iremos mantê-lo” (BLUM, 2013, p. 4)

As opções são apenas duas: ou se optará pelo equilíbrio de poder, onde todos perderão um pouco em nome da preservação da neutralidade militar do espaço exterior ou se optará pelo acirramento, onde um conflito terá mais possibilidade de emergir. Se essa decisão for baseada no que constatamos na geopolítica da contenção, bem como na ideia de Gray (1996, p. 300) de que o espaço exterior é governado pelas mesmas regras dos demais domínios do poder, então, é muito provável que as três potências optem pela segunda opção, o que significa optar pela guerra.

⁷²⁰ SCHLEIN, Lisa. *US to Confront Russia, China on Militarization of Outer Space*. **Voice of America (VOA NEWS)**. 4 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/us-to-confront-russia-china-on-militarization-of-outer-space/4599793.html>

⁷²¹ SPUTNIK NEWS. *Star Wars Reboot: US Sets Stage for Space-Based Arms Race With Russia, China*. 23 de outubro de 2016. Disponível em: <https://sputniknews.com/world/201610231046633927-russia-china-us-satellites-space/>

Cap. 6 – O Neoeurasianismo como *Ideia Russa*.

"In the life of states just as in that of private individuals there are moments when one must forget all but the defense of his honor."

(Czar Alexander II)

O ponto principal aqui é demonstrar a teoria do Neoeurasianismo de Dugin como uma continuação da *Ideia Russa* (*Russian Idea*), ao invés de uma doutrina geopolítica, uma vez que o referido autor desconsidera elementos importantes da ciência geopolítica, como, por exemplo, as três esferas de contenção demonstradas anteriormente.

Com o colapso da União Soviética e a instauração do caos social, político e econômico no espaço do antigo império comunista – esborado em 15 estados –, o sistema bipolar erodiu. A antiga rivalidade ideológica entre dois blocos antagônicos no mundo deixou de existir e, a partir de então, segundo alguns entusiastas do período, o mundo viveria sob um só polo, ou seja, o mundo entraria na era unipolar⁷²².

Nesse caldeirão confuso, se digladiavam ideologicamente algumas tendências políticas. Embora diferentes entre si, comunistas, nacionalistas e eurasianistas estavam convictos de uma verdade que os unia: que a Rússia deveria recuperar o *status* de potência e tornar-se um centro de oposição ao poder americano unilateral vigente. (ERSEN, 2004)

Segundo Andrei Tsygankov (*apud* ERSEN, 2004), há uma similaridade entre o Neoeurasianismo e a Teoria do Realismo, uma vez que ambos consideram a guerra como o fim último da solução dos conflitos. Entretanto, diferente dos realistas, que consideram o Estado-Nação como elemento-chave nas relações internacionais, os eurasianistas colocam ênfase no *império*. Tal ênfase dar-se-á numa inescapável guerra

⁷²² O conceito de unipolaridade aqui expresso se baseia na concepção de William C Wohlforth publicado no artigo *The Stability of a Unipolar World*. **International Security**, Vol. 24, No. 1 (Summer 1999), pp. 5–41. Disponível em: <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/wohlforthvol24no1.pdf>

entre o mundo continental, liderado pela Rússia e seu suposto *império eurasiático*; e o mundo atlântico, liderado pelos EUA.

6.1 As bases do pensamento de Dugin

A concepção geopolítica de Dugin é um tanto confusa, se pautando mais por uma visão perspectivamente assentada, isto é, a tomada de opinião de acordo com a posição no qual se encontra a Rússia. Dugin dizia que “temos que estudar o modo como os russos compreendem e interpretam o mundo e seu ambiente” (DUGIN, 2014, p. 9). Assim, Dugin coloca seu projeto civilizacional à frente da Geopolítica, que considera apenas um instrumento. “Não se trata de compreender o tipo de estrutura geográfica dos territórios russos, isso é importante, mas insuficiente” (DUGIN, 2014, p. 9). Assim, Dugin usa a Geopolítica (ou o que entender por) para fomentar sua visão socioantropológica. Não se trata apenas de compreender a estrutura territorial, mas Dugin literalmente pula essa etapa. Não há em sua obra nenhuma menção sequer aos seis problemas territoriais russos identificados nesta tese. A geopolítica para Dugin é quase uma fenomenologia, baseada na percepção cultural do espaço (*raum*) pelos russos, não uma teoria científica⁷²³ que pretende desenvolver métodos e explicações sobre o espaço na escala do poder internacional.

Não há nas postulações de Dugin, sequer, uma geoestratégia. Estratégia vem do termo grego *strategia* (στρατηγία), que significa “direção de uma expedição armada”⁷²⁴, ou seja, quais os caminhos a seguir para se alcançar um determinado objetivo. Na concepção de Liddell-Hardt, a estratégia seria “a arte de distribuir e acionar os meios militares para cumprir os fins da política” (CORREIA, 2010, vol. 1, p. 32), e na de Andre Baufre, “é a arte de fazer concorrer com a força para atingir os objetivos da política” (CORREIA, 2010, vol. 1, p. 33). Por quais caminhos e projeções geográficas se aplicarão as teses duginianas? Essa resposta, no plano da geoestratégia, Dugin não responde. Não há em seus textos uma orientação geográfica para sua pretensa geopolítica. Isso reforça os argumentos de que, para Dugin, a geopolítica é apenas um adendo.

⁷²³ MORGADO, Nuno. *Towards the New World Order? A Geopolitical Study of Neo-urasianism and Meridionalism*. Tese de Doutorado. Praga: Charles University in Prague, 2017, p. 339

⁷²⁴ CORREIA, Pedro de Pazarat. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Vol. 1. Lisboa: Almedina, 2010, p. 28

Embora Laruelle (2019, p. 97) considere o livro “*As Bases da Geopolítica: o futuro geopolítico da Rússia*”⁷²⁵ (*Osnovy Geopolitiki*), publicado pela primeira vez em 1997, como sendo a principal publicação de Dugin e que, segundo essa mesma autora, teve um impacto imediato nos círculos militares russos, o “acolhimento” dessa obra deve-se mais ao fato do desconhecimento da teoria geopolítica naquele país do que por méritos teóricos do livro em questão⁷²⁶. Para Correia (2010, p. 177), esse livro dissertava apenas como o mundo continental poderia reagir à hegemonia ocidental. Dugin subverte a ideia de Mackinder da oposição geopolítica entre as potências terrestres e marítimas para o campo cultural, onde coloca que as sociedades terrestres são movidas pela tradição, enquanto que as marítimas pelo liberalismo⁷²⁷. Nessa publicação, segundo Glover (1999, p. 11), Dugin acaba por cometer uma incoerência geopolítica, propondo uma aliança de países continentais contra o Ocidente, ignorando o fato de que o Japão não é um país terrestre, mas totalmente marítimo e guiado geopoliticamente por esse imperativo, inclusive sendo o mesmo um aeródromo dos EUA no Extremo Oriente. Outra contradição latente é o fato de Dugin insistir que a Alemanha não é um país “ocidental”⁷²⁸.

Um outro ponto que sugere uma inconsistência geopolítica – ou, pelo menos, uma falta de originalidade – é o modelo cartográfico que Dugin apresenta, que é, senão idêntico, quase igual às elaborações de Halford Mackinder e Nicholas Spykman, incluindo aí suas noções de *Rimland*, *Heartland* e *World-Island*. [ver Mapa 46] Note-se que Dugin coloca a designação “*Ilha Mundial*” sobre a América, e não na Eurásia, como Mackinder havia determinado, num claro erro de semiologia cartográfica, o que denuncia sua pouca intimidade com a ciência geográfica. [Mapa 46]

⁷²⁵ O título da obra em inglês seria: “*The Foundations of Geopolitics*”, mas o mesmo nunca fora traduzido para o inglês nem tampouco para outras línguas.

⁷²⁶ “A Geopolítica nunca teve bom acolhimento na URSS, que não produziu nenhuma escola própria” (Fonte: CORREIA, Pedro de Pazarat. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Vol. 1. Lisboa: Almedina, 2010, p. 177)

⁷²⁷ GLOVER, Charles. *Dreams of Eurasian Heartland*. **Foreign Affairs**. Vol. 78, nº 2, 1999, p. 11.

⁷²⁸ Ibidem, p. 11

Mapa 46 - A estrutura "geopolítica" de Dugin

Fonte: GLOVER (1999)⁷²⁹

Essa visão fenomênica de Dugin é evidenciada quando o mesmo assinala que “o sistema geopolítico depende da posição do observador e do intérprete” (DUGIN, 2014, p. 11), que ele denomina como “*apercepção geopolítica*”⁷³⁰. É uma interpretação militante do mundo, não científica. É também uma visão anti-geográfica:

Quem se ocupa da geopolítica tem antes de mais nada de clarificar a sua posição em relação ao mapa geográfico do mundo. Este posicionamento não é nem geopolítico nem político, mas sociocultural, civilizacional e axiológico; toca diretamente a identidade do próprio geopolítico. (DUGIN, 2014, p. 12)

Dugin nega a própria ciência geográfica, ao colocar a geopolítica como uma manifestação da vontade do pesquisador, não como um instrumento teórico-conceitual

⁷²⁹ GLOVER, Charles. *Dreams of Eurasian Heartland*. **Foreign Affairs**. Vol. 78, nº 2, 1999, p. 11

⁷³⁰ Apercepção: ação pela qual a mente amplia, intensifica ou plenifica a consciência de seus próprios estados internos e representações; apreensão direta, imediata, não reflexiva, de um objeto físico ou mental; intuição; faculdade de perceber algum objeto de forma clara e distinta. Consciência imediata de si e do mundo. (Fonte: DICIO - Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/apercepcao/>).

“A apercepção geopolítica é a habilidade de contemplar a totalidade dos fatores geopolíticos de modo consciente, com uma compreensão explícita tanto da nossa posição subjetiva como das regularidades da estruturação daquilo que estamos a observar” (Fonte: DUGIN, Aleksandr. *A Geopolítica da Rússia Contemporânea*. São Paulo, 2014, p. 11)

racional e universal que pode explicar o mundo de uma determinada perspectiva de análise. Ele mesmo coloca sua interpretação da Rússia enquanto país como sendo produto das seguintes características: o conservadorismo, o holismo, a antropologia coletiva, o sacrifício, uma orientação idealista de mundo calcada nos valores da fé, do ascetismo, da honra e da lealdade⁷³¹. E é nesse molde que Dugin passa a entender a Rússia, se aproximando bastante do antigo conceito de *Ideia Russa*, uma cosmovisão peculiar da Rússia e dos russos, com elementos metafísicos e religiosos únicos, isto é, quase que um excepcionalismo russo universalizante.

A própria ideia de soberania, para Dugin, reflete essa cosmovisão da *Ideia Russa*: “Todas as potências e Estados do mundo que tenham aspectos telurocráticos dependem da Rússia conseguir corresponder ou não ao seu desafio histórico e conseguir preservar e fortalecer a sua soberania” (DUGIN, 2014, p. 18).

A “geopolítica” professada por Dugin é puramente idealista, como concluiu Morgado (2017, p. 339), o que acaba por moldar sua interpretação de uma forma nada convencional da história russa, desconexa inclusive com a produção científica da geopolítica, uma vez que nas obras de Dugin não há citações de trabalhos geopolíticos academicamente relevantes, artigos ou mesmo livros e teorias. Nada é analisado de forma profunda quando Dugin fala de geopolítica; não há contrastação com muitos autores e a única referência é o atlantismo de Mackinder, que ele insite em se posicionar contrário, mas apenas isso, sem maiores análises.

Por sua vez, Laruelle (2019, p. 97), considera que o papel da geopolítica no pensamento de Dugin é sua relação com o fascismo, uma vez que pretende “uma regeneração palingenética da nação através de um processo totalitário de destruição do que existia anteriormente” (LARUELLE, 2019, p. 97), o que é a essência do fascismo. Dessa forma, Dugin posiciona essa abordagem palingenética fascista da nação dentro de uma geopolítica do Estado russo, que deverá sofrer uma transformação radical na cena internacional. A Geopolítica, portanto, é vista como uma etapa de implementação, como uma retórica, para o processo fascista autoritário, do império eurasiático sonhado por Dugin⁷³²

⁷³¹ DUGIN, Aleksandr. *A Geopolítica da Rússia Contemporânea*. São Paulo, 2014, p. 17

⁷³² LARUELLE, Marlene. *Russian Nationalism: imaginaries, doctrines, and political battlefields*. Londres: Routledge, 2009, p. 97

Há também um caráter expansionista no Neoeurasianismo de Dugin, uma vez que considera a Rússia algo muito maior do que a Federação Russa nas atuais fronteiras administrativas, e considera que todo o ex-espço soviético (os países da CEI) são a verdadeira Rússia. E Dugin advoga inclusive sua reconquista:

[...] de modo a garantir a segurança de seu território, a Rússia deve obter o controle militar sobre o centro das zonas a que se encontra ligada – a Oriente e a Ocidente, e ainda na esfera do Ártico [...] Porém, se considerarmos a Rússia como um pólo telurocrático planetário, então torna-se aparente que os seus interesses mais diretos se espalham por todo o território da Terra e tocam todos os continentes, mares e oceanos. (DUGIN, 2014, p. 20)

Aqui fica claro que seu projeto não é, como ele mesmo diz, centrado numa estrutura multipolar, onde cada potência não se intrometeria na esfera da outra. Como poderia haver um sistema multipolar sendo a Rússia um pólo telurocrático planetário que se espalha por todo o mundo? Há uma contradição aqui, bem como um superdimensionamento do papel da Rússia, mas com um propósito bem identificado: o de substituir a Nova Ordem Mundial americana pela Nova Ordem Mundial eurásiana⁷³³, o que nos remete à mais uma característica em comum com a *Ideia Russa*.

Outro aspecto de sua concepção é o endeusamento ideológico de determinadas facções, como no caso dos bolcheviques. “Podemos afirmar que os bolcheviques cultivavam um estilo espartano: ascetismo, heroísmo, devoção a um ideal” (DUGIN, 2014, p. 29), o que reforça ainda mais os vínculos de Dugin com a *Ideia Russa*. De acordo com Shlapentokh (1992, p. 200), os bolcheviques mesclaram princípios do messianismo russo transformando sua missão em uma bandeira global.

Conforme ressaltamos anteriormente, o projeto de Dugin é similar ao das pan-regiões de Haushofer (SOUSA, 2012, p. 67) e sua constatação pode ser observada cartograficamente:

⁷³³ MORGADO, Nuno. *Towards the New World Order? A Geopolitical Study of Neo-eurasianism and Meridionalism*. Tese de Doutorado. Praga: Charles University in Prague, 2017, p. 151

Mapa 47 - As pan-regiões de Haushofer

Fonte: SOUSA (2012)⁷³⁴

Mapa 48 - A concepção "multipolar" de Dugin

Fonte: SOUSA (2012)

Se observarmos os Mapas 47 e 48, não só há uma influência nítida como a própria divisão do mundo feita por Dugin é igual a de Haushofer, com minúsculas alterações. Além do mais, como bem ressaltou Morgado (2017, p. 156), essas quatro

⁷³⁴ SOUSA, Danilo R. *A Nova Geopolítica Russa e o Eurasianismo*. *Revista de Geopolítica*, vol. 3, nº 2, Natal, UFRN, Julho de 2012. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/49/48>

grandes regiões (*grossraum*) de Dugin desconsideram os interesses nacionais de outros povos englobados nessa estrutura⁷³⁵. Além de tudo, desconsidera a nova regionalização mundial provocada pelo *Belt and Road Initiative* levado a cabo pela China [ver Mapa 27], onde fica claro que há uma forte tendência de regionalização através do Rimland, de leste para oeste, e não obedecendo a regionalização vertical de Dugin. Portanto, essa visão de mundo é falsa, uma vez que não há uma correção entre esse modelo e as formas atuais de divisão do poder internacional. Acima de tudo, é um desejo que o mundo seja assim (*wishful thinking*), não uma análise ou uma constatação científica. Embora essa estrutura contenha em si um certo equilíbrio de poder, uma vez que o mundo é repartido em quatro zonas correspondentes a uma potência central, não se pode atribuir que isso seja de forma alguma realista ou que atenda aos parâmetros da formulação de um equilíbrio de poder real. Antes de tudo é um equilíbrio “ideal”, não real.

Para Dugin, Haushofer era uma “reação a Versalhes”, em contraposição ao atlantismo de Mackinder e Bowman⁷³⁶. Haushofer teria elaborado o plano perfeito para o bloco continental eurasiático, juntando Alemanha, Rússia e Japão num amplo eixo reativo à talassocracia atlantista, o que Dugin reproduz sem adaptá-las às realidades contemporâneas.

Dugin estabelece uma relação binária (telurocracia *versus* talassocracia) que se torna uma verdadeira panaceia para todos os males. Disso, resultam constatações bem atípicas, como a que Dugin faz de Stálin e da própria URSS

A URSS foi uma nova versão do czarismo russo de inspiração terrestre e Stálin foi o “czar vermelho”. O conceito de Terceira Roma da Idade Média foi paradoxalmente transformado no ideal de Moscou como capital da Terceira Internacional, que como rede de partidos e movimentos comunistas orientados ao redor da Rússia soviética, tornou-se um instrumento geopolítico para a propagação mundial da influência telurocrática da Rússia [...] O messianismo ortodoxo do século XVI refletiu-se de modo fantástico no “messianismo” comunista/bolchevique da revolução global tendo em seu centro Moscou. (DUGIN, 2014, p. 44)

⁷³⁵ MORGADO, Nuno. *Towards the New World Order? A Geopolitical Study of Neo- Eurasianism and Meridionalism*. Tese de Doutorado. Praga: Charles University in Prague, 2017, p. 156

⁷³⁶ DUGIN, Aleksandr. *A Geopolítica da Rússia Contemporânea*. São Paulo, 2014, p. 38

A impressão que se passa é que tudo não passa de uma grande conspiração, um “geopolitismo” que magnetiza todos os fenômenos em torno de seus objetivos e premissas. Dugin, uma vez mais, utiliza-se de alguns autores e teorias da geopolítica clássica para “amarrar” suas analogias e tentar dar um fundamento contínuo ao longo de toda a história russa. A geopolítica, para Dugin, é quase um fenômeno transcendente, o que mais uma vez aponta para a sua relação com a *Ideia Russa*. Esse “messianismo” da Terceira Roma que ele está a citar é um dos pilares da *Ideia Russa*.

Quaisquer menções a um possível apaziguamento das relações da Rússia com o Ocidente são duramente criticadas por Dugin, que diz que isso é uma forma de “amolecer a vigilância da civilização continental para que a mesma faça concessões ao Ocidente” (DUGIN, 2014, p. 65). E vê a abertura da URSS (*perestroika*) como uma grande derrota para aquilo que denomina de “Grande Guerra dos Continentes”⁷³⁷. Para Dugin, a Perestroika não foi uma política que trouxe um pouco de alívio e liberdade para o povo soviético, mas uma medida para direcionar o povo em direção ao regime burguês capitalista e que foi interpretada como uma manifestação de fraqueza no seu entorno⁷³⁸, ou seja, um grande cavalo-de-Troia do Ocidente, o que resultou num novo “tempo de dificuldades”⁷³⁹. “Gorbachev é uma exceção absoluta na história geopolítica da Rússia. A sua história jamais conheceu tamanha traição, nem nos seus piores períodos. Não apenas destruiu o sistema socialista, mas o heartland foi detonado por dentro” (DUGIN, 2014, p. 71).

Muito crítico e nada pragmático, Dugin utiliza-se corriqueiramente de frases de efeito para superdimensionar algum aspecto daquilo que visa combater. Ao se referir ao fim da URSS, Dugin diz que “a capitulação geopolítica foi acompanhada por uma capitulação civilizacional e ideológica: Cartago penentrou o *heartland*” (DUGIN, 2014, p. 84). Isso de forma alguma explica, geopoliticamente, o processo que levou o fim da URSS bem como o decorrente após o colapso da mesma.

Dugin, entretanto, não deixa de ter algumas críticas interessantes sobre a ideologia neoconservadora e liberal que domina a política externa americana, sem com isso oferecer uma solução pragmática:

⁷³⁷ DUGIN, Aleksandr. *A Geopolítica da Rússia Contemporânea*. São Paulo, 2014, p. 66

⁷³⁸ Ibidem, p. 68

⁷³⁹ Mais uma analogia a um elemento conceitual da *Ideia Russa*

[os neoconservadores] elevaram a ideologia liberal capitalista à categoria de dogma indiscutível, e proclamaram a supremacia americana e o império americano como sendo o melhor e o mais ideal dos sistemas políticos e o arranjo ótimo do novo sistema de relações internacional. (DUGIN, 2014, p. 91)

Além de não propor uma solução mais viável, Dugin estipula reações pautadas na guerra, em termos de inimigos, dominação e força, além da destruição total do liberalismo ocidental – o “mal” de todas as coisas. Não há, portanto, um equilíbrio de poder em Dugin, há aniquilação geopolítica, da mesma forma que seu antagonista Brzezinski. Ambos, nesse sentido, se igualam, pois querem a aniquilação um do outro.

Para contrapor a este império atlântico, Dugin propõe uma reação imperial no antigo espaço soviético, mas não fica muito claro como seria este “império”. Para Ersen, a forma que este novo império vai tomar, no entanto, é uma fonte de discussão entre o próprio Eurasianismo⁷⁴⁰.

6.2 - Os diversos tipos de Eurasianismo

É quase lugar-comum associar as ideias eurasianistas a Aleksandr Dugin, mas isso não é apenas um erro como também é uma confusão interpretativa. A postura eurasiática da Rússia não é algo proposto primordialmente por Dugin, mas um fenômeno bem antigo. Antes mesmo de existir uma teoria geopolítica (ou mesmo ideológica) o Estado Russo já possuía a tendência eurasiática bem marcada.

Se considerarmos o que popularmente chama-se de Eurasianismo – cuja denominação mais precisa seria *Neoeurasianismo* – há algumas posturas bem distintas das de Dugin.

“... mais do que uma ‘identidade’ nacional, o Eurasianismo é empregado mais no sentido de justificar a importância da Rússia como grande potência e dar uma continuidade a seu papel dentre as nações da Ásia”. (RANGSIMAPORN, 2006, p. 372)

⁷⁴⁰ ERSEN, Emre. *Neo-eurasianism and Putin's multipolarism in Russian Foreign Policy*. **Turkish Review of Eurasian Studies**. 2004, p. 138.

Disponível em: http://www.pu.virmk.ru/arhiv/2014/01/OBIV_2004.pdf

6.2.1 - Os Modernizadores

Grupo composto sobretudo por Aleksandr Prokhanov e Shamil Sultanov, este grupo apregoava que o fim da Guerra Fria não apenas evidenciou o declínio da URSS como também dos EUA. Tal declínio americano acarretará na 3ª Guerra Mundial e, então, o mundo se reordenará. Para esse grupo, essa guerra já começou, mas como a Rússia está atualmente fraca demais para embrenhar-se em tal luta, e que deve concentrar-se econômica e tecnologicamente, ao invés de entrar neste conflito.⁷⁴¹ Vale ressaltar que esse grupo manifestava tais opiniões na década de 1990.

6.2.2 - Os Expansionistas

Para esse grupo, as relações entre as potências seguem no modelo “bipolar”, em conformidade com o modelo geopolítico da história (Mackinder), embora a bipolaridade da Guerra Fria tenha acabado, mas as grandes potências – segundo a visão desse grupo – seguem travando uma guerra bipolar (potências terrestres x potências marítimas). Têm como principal líder Alexander Dugin, o mais famoso intelectual dos assim denominados neoeurasianistas.

Para Dugin, a tarefa da Rússia é formar, mais uma vez, um bloco continental contra as potências atlânticas, recorrendo ao vasto conjunto estratégico e demográfico potencial do continente euroasiático. Uma vez que os russos estão no controle do ‘Heartland’ eurasiático e por causa de uma necessidade geopolítica real, o bloco eurasiático deve ser fundado sob a liderança dos russos. (ERSEN, 2004, p. 139)

Tal *Império Eurasiano* não fica muito bem definido nas ideias de Dugin, só se sabe que incluiria o antigo espaço soviético, mas “sem se basear em princípios territoriais ou étnicos” (ERSEN, 2004).

Um império sem território é algo difícil de ser concebido ou, sequer, imaginado, mas é assim que Dugin trata a questão. Para ele, os povos dos diferentes países da sua

⁷⁴¹ ERSEN, Emre. *Neo-eurasianism and Putin's multipolarism in Russian Foreign Policy*. **Turkish Review of Eurasian Studies**. 2004. Disponível em: http://www.pu.virmk.ru/arhiv/2014/01/OBIV_2004.pdf

mítica “Eurásia” iriam se unir contra o Império do Ocidente e, todas as questões conflituosas regionais entre eles ficariam a segundo plano.⁷⁴²

As concepções de aliança de Dugin baseiam-se nos eixos estratégicos que deveriam vir a ser estabelecidos entre as potências e países “continentais”: eixo Rússia-Alemanha, eixo Rússia-Irã, eixo Rússia-Japão. Alemanha e Japão forneceriam a tecnologia e os instrumentos econômicos necessários ao novo império e o Irã poderia atuar como um elo entre o império eurasiático e o mundo islâmico.

Tais alianças, se é que podemos chamar isso de alianças – pois não há na obra de Dugin nenhuma preocupação conceitual com relação ao termo “eixo estratégico” – estão assentadas em princípios totalmente idealistas, moralistas e metafísicos, considerando todas as preferências filosóficas de Dugin. Entretanto, como isso se dará, qual instrumental será necessário para concretizar e materializar isso, Dugin não explica.

A justificativa para a adesão a esse império, segundo Dugin, seria a vantagem de estar sob a proteção do “guarda-chuva” nuclear russo, além de amplamente suprido por uma oferta enorme de energia, que só a Rússia poderia oferecer. (ERSEN, 2004)

Mas, concomitantemente a esses autores, o Eurasianismo foi o discurso predominante para uma série de personagens políticos russos, teóricos ou não. Serviu como um “guarda-chuva ideológico” para os mais diversos projetos políticos.

Gennady Zyuganov, líder do Partido Comunista da Rússia, escreveu um livro em 1999 no qual dizia que a luta entre o *Heartland* e o *Rimland* continua e o Ocidente pretende intervir nos assuntos domésticos da Rússia e reduzindo sua influência sobre a Comunidade de Estados Independentes (CEI).⁷⁴³ Ele também escreveu dois livros nos anos 1990 conectando o discurso comunista ao eurasiático nos quais expressava a necessidade de criar um bloco ortodoxo com laços estreitos com o islamismo radical contra a dominação ocidental.⁷⁴⁴

⁷⁴² ERSEN, Emre. *Neo-eurasianism and Putin's multipolarism in Russian Foreign Policy*. **Turkish Review of Eurasian Studies**. 2004. Disponível em: http://www.pu.virmk.ru/arhiv/2014/01/OBIV_2004.pdf

⁷⁴³ Ibidem.

⁷⁴⁴ GLOVER, Charles. *Dreams of the Eurasian Heartland*. **Foreign Affairs**, Vol. 78, No. 2, 1999, pp. 12-13.

Tal ideologismo não foi exclusividade de Dugin, como podemos constatar contrastando as declarações de Zyuganov. De acordo com Glover, Zyuganov se utilizou do Eurasianismo para reinventar o Partido Comunista⁷⁴⁵, em acentuado descrédito entre a população russa.

Outro político russo que se apropriou do discurso eurasianista para seu projeto foi o líder do Partido Liberal Democrata, Vladimir Zhirinovsky, que sempre declarou que a Rússia deveria restaurar o velho espaço soviético e se expandir para o Pacífico, com vistas a combater o Ocidente. (ERSEN, 2004)

6.2.3. O pragmatista multipolar

De acordo com Rangsimaporn⁷⁴⁶, existe na Rússia o que se chama de *Eurasianismo Pragmático*, que é mais vinculado ao Estado e às interpretações oficiais, buscando fomentar a identidade eurasiática russa através da legitimação dos interesses do país tanto no Oriente como no Ocidente.

Fora do círculo dos idealistas, uma figura dessa dita linha eurasianista pragmática, que fora membro do Estado Russo, como ministro das relações exteriores, e que também tinha uma concepção eurasianista da Rússia, foi Yevgeny Primakov.

Primakov nunca se definiu como “eurasianista”, mas foi uma das lideranças mais importantes na tendência posteriormente chamada de “multipolar”, tendência esta que influenciou profundamente o comportamento da política externa russa no pós-Guerra Fria e também no governo de Putin⁷⁴⁷.

A política externa “multipolar” de Primakov tinha forte oposição aos princípios adotados por Yeltsin e se compunha de 5 pontos:

- 1) A Rússia deveria continuar a defender a sua posição de grande potência na política mundial, apesar de todas as suas fraquezas atuais;

⁷⁴⁵ GLOVER, Charles. *Dreams of the Eurasian Heartland*. **Foreign Affairs**, Vol. 78, No. 2, 1999, pp. 12-13.

⁷⁴⁶ RANGSIMAPORN, P. *Interpretations of Eurasianism: Justifying Russia's Role in East Asia*. **Europe-Asia Studies**. Vol. 58, nº 3, maio de 2006.

⁷⁴⁷ Segundo Andrei Tsygankov (2016, p. 65), Primakov é categorizado como um *estatista realista*, distinto dos eurasianistas justamente porque não considera que o Ocidente seja incompatível com os interesses da Rússia, mas sim o revisionismo da OTAN em alterar o equilíbrio de poder.

- 2) A Rússia deve seguir uma política multidimensional e aumentar suas relações não só com as grandes potências como EUA, China e União Europeia, mas também com potências regionais como o Irã e a Turquia;
- 3) A Rússia tem credenciais muito importantes à sua disposição, como sua posição geopolítica única, a posse de armas nucleares e ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU;
- 4) A Rússia deve estabelecer laços com os países que também estão preocupados com a crescente tendência norte-americana para o unipolarismo;
- 5) Não existem inimigos constantes para a Rússia, mas há interesses nacionais constantes, portanto, a Rússia deveria "perseguir um" pragmatismo racional "desprovido de romantismo e sentimentalismo inacessível" e deveria "procurar muito mais um campo para" parcerias construtivas", especialmente com China, Índia e Japão, além do Irã, Líbia, Iraque e outros.

Esses cinco pontos do multipolarismo de Primakov foram adotados, mais tarde, como norteadores da política externa de Putin⁷⁴⁸. O último ponto é uma clara alusão à postura realista de Lord Palmerston⁷⁴⁹, que disse certa vez que “Não temos aliados eternos, nem inimigos perpétuos. Nossos interesses são eternos e perpétuos, e é nosso dever seguir esses interesses”⁷⁵⁰.

6.3 A Multipolaridade de Dugin

Acerca do que é a multipolaridade, Dugin diz que não há uma definição concisa acerca da realidade de um mundo multipolar e, tampouco, uma teoria coerente e consistente da mesma. (DUGIN, 2012)

⁷⁴⁸ ERSEN, Emre. *Neo- Eurasianism and Putin's multipolarism in Russian Foreign Policy*. **Turkish Review of Eurasian Studies**. 2004. Disponível em: http://www.pu.virmk.ru/arhiv/2014/01/OBIV_2004.pdf

⁷⁴⁹ Lord Palmerston (1784 – 1865), político e nobre britânico, famoso por ser contrário às potências continentais europeias, Rússia e França, além de ter declarado guerra à China (1840) forçando a mesma a abrir seus portos.

⁷⁵⁰ Lord Palmerston, citação em Henry Kissinger, “*Ordem Mundial*”, 2014, p. 34.

O que existe, na realidade, são declarações de líderes e constatações acadêmicas de que o mundo hoje está rumando para uma ordem que não seja dominada por um único ator hegemônico, isto é, uma ordem que não seja unipolar, logo, seria tal ordem uma ordem multipolar.⁷⁵¹

O mundo atual ainda segue o sistema vestefaliano estabelecido no século XVII e que estabeleceu que somente o Estado Nacional possui a alta soberania e de que fora deste não poderia existir qualquer instância que tenha o direito legal de interferir na política interna deste Estado – sejam quais forem os objetivos e propósitos que o guiem.

Esse sistema, segundo Dugin, guiou as relações internacionais desde o século XVII até meados do século XX, tanto na Europa que o desenvolveu quanto no resto do mundo que o incorporou. Tal modelo apregoa que os Estados têm por *jure* a igualdade de soberania e em relação aos demais membros dessa comunidade.

Para Dugin, o mundo multipolar difere do sistema vestefaliano clássico devido ao fato de que não reconhece o Estado-Nação individual, legalmente e formalmente soberano, o “estatuto de um polo de pleno direito” (DUGIN, 2012). A grande maioria dos Estados não consegue exercer soberania plena e são dependentes, política e economicamente, dos atores hegemônicos e por eles sofrem uma autoridade externa que lhe é imposta. A soberania absoluta dos Estados, para Dugin, é uma ficção legal apenas.

“O multipolarismo não é um sistema de relações internacionais, que insiste em que a identidade legal entre os Estados-Nações é contemplada como sendo o real estado das relações. Trata-se meramente da fachada de uma visão muito diferente do mundo, tendo por base o balanço real do poder em vez do balanço nominal das forças e das capacidades estratégicas... as potências secundárias e terciárias não têm como defender a sua soberania perante o desafio externa da potência hegemônica, qualquer que seja a efêmera constituição do bloco”. (DUGIN, 2012, p. 12)

⁷⁵¹ Dugin cita em seu livro, na página 8, diversos comentários feitos por líderes do Ocidente, tais como o da ex-Secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, que afirmou que o mundo pós-Guerra Fria havia criado uma integração econômica que estabeleceu “um determinado mundo que já pode ser chamado de *multipolar*”.

Mas, o que Dugin propõe como alternativa ao modelo vestefaliano? O que seria esse “balanço nominal das forças”? Morgado (2017, p. 156) diz que a crítica do modelo vestefaliano de Dugin assenta-se sobre sua ideia de grandes espaços (*grossraum*), conceituação emprestada de Ratzel, Schmitt e Haushofer, que é nada mais do que uma antinomia da ordem vestefaliana.

Ainda assim, a visão geopolítica de Dugin não consegue definir muito claramente as bases de sua multipolaridade, uma vez que o mesmo diz:

Um mundo multipolar não é um mundo bipolar (tal qual o conhecemos na segunda metade do século XX), uma vez que **no mundo atual não há qualquer potência que consiga por si só resistir ao poder estratégico dos EUA e dos países da OTAN**, para além disso não existe qualquer ideologia generalizada e coerente capaz de unir grande parte da humanidade numa oposição densamente ideológica à ideologia da democracia liberal, do capitalismo e dos direitos humanos, nas quais se baseia a nova, e única, hegemonia dos EUA. Nem mesmo a Rússia moderna, nem a China, nem a Índia, nem qualquer outro Estado, conseguem sozinhos ter a pretensão de atingir o estatuto de segundo polo”. (DUGIN, 2012, p. 13) [grifo nosso]

Em tal questão, Dugin concorda com Brzezinski⁷⁵² que a única potência global, hoje, são os Estados Unidos. Entretanto, do ponto de vista da contenção, Dugin esquece-se – ou ignora os fatos – da posição russa no espaço exterior (Astropolítica), bem como a crescente participação chinesa na mesma orientação.

Após o fim da dualidade ideológica da Guerra Fria, surge o mundo unipolar (unipolaridade), que tem como característica a democracia liberal, o livre mercado e a defesa dos direitos humanos, todos em nível global. O Ocidente, liderado pelos EUA, estabelecem, assim, a única hegemonia possível.

“Mas, apesar de tudo, foi exatamente a unipolaridade, de uma forma ou de outra – de forma assumida ou camuflada – o modelo para a ordem mundial, que se tornou realidade depois de 1991, e assim permanece até hoje”. (DUGIN, 2012, p. 15)

Dugin alega que a unipolaridade continuou justificando a realidade *de jure* da ordem bipolar, mantendo os EUA como ator hegemônico e o Conselho de Segurança da

⁷⁵² BRZEZINSKI, Zbigniew. *El Gran Tablero Mundial: la supremacia estadounidense y sus imperativos geoestratégicos*. Barcelona: Paidós, 1998, p. 19

ONU, herança da Guerra Fria, não reflete mais, segundo Dugin, a realidade na qual vivemos.

Salta à vista que a ordem mundial multipolar não só difere da unipolar, como é a sua direta antítese. A unipolaridade pressupõe uma hegemonia e um centro decisor, a multipolaridade insiste nuns quantos centros, não detendo nenhum deles direitos exclusivos e é concebida para ter em conta as posições de terceiros. Assim sendo, a multipolaridade é a alternativa lógica e direta à unipolaridade. Não pode haver qualquer compromisso entre ambas: sob as leis da lógica, *o mundo é unipolar ou multipolar*. (DUGIN, 2012, p. 16)

6.3.1 Ordem multipolar é “ordem”?

Há uma contradição ou uma não-correspondência entre anarquia e ordem nos postulados de Dugin? Ordem não pressupõe um centro decisor mais ou menos concertado? Se para Dugin é preciso esboroar tal centro, então, consequentemente, o mundo multipolar seria, necessariamente, um mundo sem ordem, contrariando os princípios seculares de estruturação do poder internacional, isto é, como uma ideologia aniquiladora da ordem.

Afirmar isso teria como consequência óbvia que o mundo multipolar vindouro seria um mundo sem poder, sem potências e sem geografia.

Essa incongruência da multipolaridade com a unipolaridade será o alicerce da proposta de Dugin. Porém, o mesmo reconhece que não vivemos numa era multipolar, e sim na unipolaridade:

O mundo unipolar é a real ordem mundial até a data. Só podemos afirmar se é boa ou má, se nos encontramos na sua alvorada ou, alternativamente, no seu declínio, se irá demorar muito tempo ou se, pelo contrário, irá acabar rapidamente. Mas permanece o fato. Vivemos num mundo unipolar. (DUGIN, 2012)

Mas o mundo unipolar não se manifesta apenas e tão somente por essas vias. Há quem defenda um *mundo apolar*. Em tal situação, a democracia liberal irá tomar frente e prosseguir além do centro hegemônico e espalhar-se por todo o mundo. Sua meta é a cooperação dos países democráticos, e a inclusão de atores não-estatais, como ONGs, movimentos sociais, grupos de cidadãos, comunidades em rede, etc. (DUGIN, 2012) Ou

seja, um mundo não-geográfico, abstrato, “online”, totalmente virtualizado e conectado “em rede”.

Esse mundo apolar seguramente é parcialmente real, mas ainda assim não explica e nem tem a prerrogativa da guerra. Quem declara guerra e a impõe são, majoritariamente, os Estados⁷⁵³. O mundo apolar é o mundo da sociedade civil absoluta, o que não passa de uma mera ideologia. Sociedades civis nunca substituíram nenhum Estado e, ainda assim, dependem do mesmo para existir, pois quem garante, muitas vezes à força, que a mesma sociedade civil possa existir é o próprio Estado. Os Estados seguem sendo os sócios majoritários do poder mundial, e não há nenhum sinal que aponte para uma alternativa.

A relação entre o mundo apolar e a ideologia do fim das fronteiras, ou seja, não só o fim da história, mas também o fim da geografia, permanece viva e é o discurso dominante na mídia, na educação e no mundo virtual do início do século XXI, mas não passa de uma ideologia ofuscante e irreal, basta olharmos todos os conflitos desde a década de 1990 até hoje para constatarmos que, sim, a geografia, as nações e as fronteiras permanecem vivas e são determinantes no curso da história mundial.

“O multipolarismo pressupõe que os centros decisores sejam suficientemente relevantes (mas não dependentes de uma única instância – como nas atuais condições do mundo unipolar) e que as especificidades culturais de cada civilização sejam preservadas e fortalecidas (e não dissolvidas numa só multiplicidade cosmopolita)”. (DUGIN, 2012, p. 19)

Há que se fazer uma diferenciação importante entre o mundo unipolar e apolar. Os que defendem a unipolaridade são os chamados *neoconservadores* americanos, que insistem na imposição pela força militar e econômica dos EUA a todo o mundo. Já os que defendem o mundo apolar, usam a tática chamada de *multilateralismo*. Essa última é defendida pelos membros do Partido Democrata dos EUA.

Para o multilateralismo, a liderança dos EUA será feita pelo convencimento, por acordos de compromisso e pelo *soft-power*. É uma imagem da liderança do membro mais importante dentre os iguais, ao invés do ditador poderoso. Obviamente, tal

⁷⁵³ Diz-se “majoritariamente” porque há o fenômeno do terrorismo que usa a guerra e os artifícios bélicos para impor suas vontades, embora sejam incapazes de gerar uma ordem de poder.

postura não passa de um discurso ideológico, apoiado amplamente por uma estrutura militar, política e econômica do Estado americano e seus imperativos de potência.

“É de realçar que, na prática, a política multilateralista de Obama, inúmeras vezes mencionada por este, e pela Secretária de Estado, Hillary Clinton, não difere muito da era do imperialismo direto e transparente de George W. Bush, na qual predominavam os neoconservadores. As intervenções militares dos EUA continuaram (Líbia) e as tropas dos EUA permaneceram no Iraque e no Afeganistão ocupados”. (DUGIN, 2012, p. 20)

Dugin estabelece seis pontos que definem o que poderia vir a ser o mundo multipolar.

- 1) O mundo multipolar é uma alternativa radical ao mundo unipolar (que existe de fato na atual situação), dado que insiste na presença de uns quantos centros de decisão independentes, em nível global.
- 2) Esses centros **devem** encontrar-se suficientemente e financeiramente equipados, sendo materialmente independentes de modo a conseguirem defender a sua soberania no caso de uma invasão direta levada a cabo por um inimigo potencial. Como exemplo, devemos ter a mais forte potência atual. Esta condição resume-se à capacidade de conseguir resistir à hegemonia estratégico-militar dos Estados Unidos e dos países da OTAN.
- 3) Tais centros de decisão não devem aceitar *sine qua non* o universalismo dos padrões, normas e valores ocidentais (democracia, liberalismo, livre mercado, parlamentarismo, direitos humanos, individualismo, cosmopolitismo, etc.) e devem ser totalmente independentes da hegemonia espiritual do Ocidente.
- 4) O mundo multipolar não significa um regresso ao sistema bipolar, dado que hoje não existe qualquer força estratégica ou ideológica capaz de, por si só, resistir à hegemonia espiritual e material do Ocidente moderno e do seu líder – os Estados Unidos. Devem existir mais de dois polos num mundo multipolar.
- 5) O mundo multipolar não reconhece a soberania dos atuais Estados-Nações, soberania essa que assenta numa base meramente legal e que não se confirma graças à ausência de poderio estratégico e econômico e ainda potencial político. No século XXI, ser um Estado nacional já não é suficiente para se ser uma entidade soberana. Em tais circunstâncias, a verdadeira soberania só pode ser

obtida por intermédio de uma combinação, de uma coligação de Estados. O sistema vestefaliano, que continua a existir *de jure*, já não reflete a realidade do sistema das relações internacionais e precisa ser revisto.

- 6) O multipolarismo não se reduz ao apolarismo nem ao multilateralismo, dado que não coloca o centro de decisão (o polo) no seio dum governo mundial, nem na clava dos EUA e dos seus aliados democráticos (o “Ocidente Global”) nem ao nível das redes subestatais, ONGs e outras instâncias da sociedade civil. O polo deve localizar-se noutra esfera qualquer.

Basicamente, esses pontos de Dugin são uma rejeição à ideia de ordem, uma vez que não reconhece o Estado-Nação como ator hegemônico nas relações internacionais; tampouco reconhece o sistema vestefaliano. Ora, se não há uma aceitação de regras universais, não há equilíbrio, muito menos ordem. Isso assemelha-se mais a uma visão metafísica do que com as estruturas que regem o poder mundial. Da mesma forma, Dugin prega uma independência material e financeira para esse paradigma multipolar, mas não oferece nenhuma teoria econômica que lhe dê suporte ou que possa servir de norte.

Alguns autores divergem sobre o espectro político no qual Dugin possa ser encaixado. Morgado (2017, p. 127-128) estabelece que, embora seja muito difícil categorizar a ideologia de Dugin, pode-se colocá-la dentro do espectro ideológico da esquerda. Já em sua *Quarta Teoria Política*, Dugin ressalta que o nacional-bolchevismo é um socialismo sem o materialismo ateu. Já para Correia (2010, vol. 1, p. 177), tanto Dugin quanto Gennadi Zyuganov⁷⁵⁴ (outro autor eurasianista e líder do Partido Comunista da Federação Russa) afirmam que as sociedades tradicionais são socialistas.

Laruelle (2008, p. 132) também entende que no aspecto econômico, Dugin possa ser encaixado no espectro da esquerda:

Na economia, Dugin é visceralmente “de esquerda”, ainda que essa classificação da Europa Ocidental não seja necessariamente aplicável ao espectro político russo. Dugin repetidas vezes afirmou que tomou emprestado ideias das teorias socialistas, em particular no campo econômico, uma vez que é favorável a dar ao Estado o papel crucial nas

⁷⁵⁴ Autor de um livro intitulado *Geography of Victory*. (Fonte: GLOVER, Charles. *Dreams of Eurasian Heartland*. **Foreign Affairs**. Vol. 78, nº 2, 1999, p. 11)

estruturas da produção [...] Dugin tem a esperança de estabelecer as “fontes teóricas do novo socialismo”, amplamente baseadas na visão econômica paternalista keynesiana. [Dugin] também se apropriou de algumas ideias marxistas; para ele, a oposição entre trabalho e capital, continentalismo e atlantismo, oriente e ocidente são paralelos. Essas concepções de esquerda tiveram um papel central na aproximação de Dugin com o economista socialista Sergei Glazev e na sua breve aliança, em 2003, como o bloco socialista “Rodina”, que se auto-proclamava como uma alternativa de esquerda ao Partido Comunista. (LARUELLE, 2008, p. 132) [tradução nossa]

Contudo, cabe ressaltar que, de acordo com Laruelle (2008, p. 132), Dugin nunca jogou as cartas do comunismo soviético e sempre foi um crítico do marxismo-leninismo professado na URSS. Dugin “aprecia as visões geopolíticas de Ziuganov mas condena sua exploração eleitoral da nostalgia soviética e, acima de tudo, lamenta sua inconsistência ideológica” (LARUELLE, 2008, p. 132). Embora simpatizante de ideais revolucionários do passado, Dugin nunca defendeu um retorno ao passado soviético, tampouco ao tsarismo, o que acabou o afastando da maioria dos líderes nacionalistas russos⁷⁵⁵. Assim, Dugin não pode ser considerado um comunista *stricto sensu*.

Há uma série de críticas de Dugin ao socialismo assim como às esquerdas em geral. O mesmo chega a afirmar que “não há atualmente qualquer margem para as ideias e projetos políticos de esquerda” (DUGIN, 2013, p. 153), sejam eles comunistas ou socialistas⁷⁵⁶. Para Dugin, a velha esquerda caducou, uma vez que ficou presa aos modelos industriais quando as sociedades europeias e norte-americana já se encontravam num momento pós-industrial, o que inviabilizou qualquer projeto realístico de esquerda, uma vez que estava desconectado da realidade⁷⁵⁷. Igualmente, Dugin tece várias críticas aos social-democratas de esquerda, uma vez que rejeitam o conservadorismo e acabam por endossar o *status quo* do liberalismo⁷⁵⁸.

Dugin acredita que o marxismo só triunfou onde teve um componente nacionalista, um caráter nacional-comunista, que “proporcionou êxito e estabilidade a essas revoluções por meio da mobilização pelo marxismo de histórias nacionais

⁷⁵⁵ LARUELLE, Marlene. *Russian Eurasianism: an ideology of empire*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008, p. 132.

⁷⁵⁶ DUGIN, Alexander. *La Cuarta Teoría Política*. Barcelona: Ediciones Nueva República, 2013, p.153.

⁷⁵⁷ Ibidem, p. 156

⁷⁵⁸ Ibidem, p. 159

arcaicas como um mito escatológico nacionalmente interpretado” (DUGIN, 2013, p. 161). Assim, esse marxismo “nacionalista” acabou por vingar, enquanto o abstrato da Europa Ocidental ficou apenas no plano das ideias.

O comunismo tem possibilidades reais quando as ideias de esquerda são multiplicadas pelas energias nacionais (étnicas e arcaicas) e implementado no parâmetro das sociedades tradicionais. Basicamente, este é um marxismo neo-ortodoxo, uma forma de nacional-marxismo *sui generis*, independentemente de como ele mesmo se caracterize. (DUGIN, 2013, p. 162) [tradução nossa]

De uma maneira um tanto heterodoxa, Dugin vincula as realizações revolucionárias comunistas, que ele chama de nacional-esquerdistas, a uma espécie de realização religiosa: “a tese da justiça e dos direitos governamentais sobre os quais se constrói a utopia socialista passa a ter uma significação religiosa, que desperta as energias tectônicas fundamentais do *ethos*”. (DUGIN, 2013, p. 163)

No tocante ao liberalismo, Dugin também tem uma visão heterodoxa do mesmo, afirmando que tal ideologia quer “criar uma sociedade civil sem raças, povos e religiões no lugar dos governos tradicionais” (DUGIN, 2013, p. 175). Porém, há aqui uma distorção desproporcional. Ao contrário do que enfatiza Dugin, uma sociedade civil plena não pretende excluir todos esses elementos, mas sim uma convivência harmoniosa entre todos eles, pelo menos no plano ideal. Sociedades liberais não são sem raças, povos ou religiões, mas onde todos esses elementos podem conviver, lado a lado, democraticamente com base no respeito mútuo e na tolerância, seguindo os princípios jurídicos. Nenhuma sociedade liberal “excluiu” nenhuma raça ou religião, ao contrário do que pretendia fazer o fascismo e o comunismo, especialmente em suas vertentes soviética e chinesa, que pretenderam criar sociedades sem classe, sem Estado, sem nacionalidades (povos) e, acima de tudo, sem religiões, que eram reprimidas ou simplesmente consideradas instrumentos burgueses de dominação. Dugin não ressalta esse aspecto histórico desses regimes e atribuiu tudo isso, erroneamente, ao liberalismo. Em outra passagem, Dugin sublinha que o liberalismo pretende ser “um modelo universal de desenvolvimento e progresso [...] que deve ser tomado como padrão” (DUGIN, 2013, p. 175). Novamente, isso não é exclusividade do liberalismo, mas também do socialismo e do fascismo, que também pretendiam criar um modelo padrão “universal”.

Para Dugin, o liberalismo foi erguido sobre bases seculares ateístas, proclamando a ideia de progresso técnico e social e suas fundações encontram-se numa visão científica de mundo⁷⁵⁹, o que se traduziu como sendo as bases civilizatórias do que se chama de Ocidente. Contudo, e é preciso destacar isso, o socialismo – e Dugin não ressalta este ponto – também foi erguido sobre essas mesmas bases, isto é, o ateísmo, a ideia de progresso técnico e social e com uma visão científica de mundo. Além do mais, o marxismo também é uma ideologia ocidental, que nunca respeitou – sequer teoricamente – as ditas sociedades tradicionais elogiadas por Dugin.

Apesar de todas essas afirmações, Laruelle (2019, p. 95) considera, entretanto, que a base doutrinal da filosofia de Dugin são as ideologias da extrema-direita, e que Dugin é o principal “fabricante do neofascismo *à la russe*”⁷⁶⁰, e que permeia tanto os círculos de poder quanto os que estão fora dele. Laruelle também destaca que Dugin é uma espécie de agregador de ideologias, capaz de usar e se comunicar tanto com acadêmicos como com a imprensa e círculos panfletários radicais⁷⁶¹, o que demonstra a complexidade de sua atividade.

Dugin é um doutrinário complexo. Ele é um **pensador camaleão**: pode adaptar o seu discurso a diferentes públicos, falando como um defensor convicto da condição de grande potência do Estado Russo diante de servidores públicos e militares, mas ao mesmo tempo apelando à violência revolucionária contra a ordem política atual para grupos de contracultura. Ele é bastante **bricoleur**, usando criativamente o que está na moda para elaborar uma metanarrativa filosófica sobre a Rússia. (LARUELLE, 2019, p. 95-96) [grifo e tradução nossos]

Glover (1999, p. 10) considera que esse amálgama híbrido e abrangente é o grande responsável pelo relativo sucesso do Eurasianismo entre descontentes da esquerda e da direita, transformando a contradição de ambos num amplo projeto civilizacional:

Nas competentes mãos de seus cuidadosos ideólogos, o Eurasianismo conseguiu conciliar as filosofias – muitas vezes contraditórias – do comunismo, da ortodoxia religiosa e do fundamentalismo nacionalista [...] tornou-se uma filosofia guarda-chuva, absorvendo tudo o que é

⁷⁵⁹ DUGIN, Alexander. *Contra o Ocidente: Rússia contra-ataca*. Porto Alegre: Editora Austral, 2013, p. 13

⁷⁶⁰ LARUELLE, Marlene. *Russian Nationalism: imaginaries, doctrines and political battlefields*. Londres: Routledge, 2019, p. 95

⁷⁶¹ Ibidem, p. 96

radical no caldeirão borbulhante do pensamento político pós-soviético [...] um compromisso entre extremos – da esquerda e da direita – e longe do centro por sua própria vontade. (GLOVER, 1999, p. 10) [tradução nossa]

Se tomarmos a classificação do espectro político da Rússia elaborado por Tsygankov (2016, p. 8), Dugin certamente estaria mais afinado com o grupo dos “civilizacionistas socialistas”, uma vez que os mesmos, além de considerarem legítimo o expansionismo no contexto internacional como sendo a melhor forma de garantir a segurança da Rússia. Assim, os “civilizadores socialistas” se dividem em dois grupos: os nacionais-comunistas, representado pelo Partido Comunista da Rússia e seu líder, Gennadi Zyuganov, que entende que o Ocidente é o principal inimigo da Rússia e que a mesma ainda é uma superpotência; e os eurasianistas, representados no espectro político oficial por Vladimir Zhirinovsky, um nacionalista liberal anti-comunista que considera que “a Rússia é um império geopolítico terrestre [...] que deve preservar e expandir sua esfera de influência”. (TSYGANKOV, 2016, p. 65). Tsygankov considera que os eurasianistas como uma espécie de continuadores da doutrina da revolução mundial de Lênin e Trotsky⁷⁶². Essa ideia coaduna com as declarações do próprio Dugin, que chegou mesmo a dizer que “na política social, o Eurasianismo inclina-se para a esquerda, para a posição socialista [...] eu pessoalmente gosto do socialismo” (DUGIN apud MORGADO, 2017, p. 127).

Há aqui uma clara diferenciação com o grupo dos “estatistas”, mais realistas e pragmáticos e que tiveram como grande expoente Yevgeny Primakov, do qual Putin é o legítimo sucessor. Esse grupo defende que “a Rússia é um Estado soberano e uma grande potência com interesses específicos próprios na manutenção da estabilidade do Sistema Internacional” (TSYGANKOV, 2016, p. 65). Entendem também que o revisionismo de alguns Estados, notadamente os Estados Unidos, em alterar o equilíbrio de poder existente é a principal ameaça à Rússia⁷⁶³. É, sem dúvida, o argumento mais preciso em termos diplomático-geopolíticos, bem como uma postura

⁷⁶² TSYGANKOV, Andrei. *Russia's Foreign Policy: change and continuity in national identity*. 4ª ed. Londres: Rowman & Littlefield, 2016, p. 8

⁷⁶³ Ibidem, p. 65

mais realista, uma vez que coloca ênfase não num restauracionismo ou em uma ideologia, mas no equilíbrio de poder.

Tsygankov (2016, p. 660) considera que os velhos civilizacionistas continuam argumentando que o único interesse do Ocidente é a sua hegemonia global e o enfraquecimento da Rússia enquanto potência. De certa forma, tanto eurasianista quanto os nacionais-comunistas, nesse aspecto sublinhado por Tsygankov, encontraram uma justificativa factual na política de *regime change*, no estaticídio e, sobretudo, no alargamento da OTAN. Como não entender que o Ocidente não busca tão somente sua hegemonia global e a aniquilação da Rússia enquanto potência se suas diretrizes geopolíticas agem contra a Rússia solapando qualquer possibilidade de equilíbrio de poder ou preservação do entorno geopolítico vital da mesma? As três dimensões geopolíticas da contenção da Rússia reforçam e dão credibilidade não aos liberais ou estatistas, mas aos comunistas e eurasianistas de linha-dura, o que acaba por obrigar o Estado russo a aceitar tal fato e a tomar medidas em prol de seu interesse nacional.

Os estatistas realistas, argumenta Tsygankov (2016, p. 66), concordam com a cooperação econômica e mesmo com a cooperação com o Ocidente em determinadas questões internacionais, como o terrorismo, por exemplo, mas insistem na preservação da posição da Rússia como grande potência, isto é, como um estado forte e poderoso. O sucesso de tal grupo, representado principalmente por Vladimir Putin, deve-se ao fracasso da terapia de choque promovida pelos liberais, assim como pela instabilidade crescente no antigo espaço soviético, produtos da pouca centralidade do sistema político russo de então⁷⁶⁴. A diferença entre esses estatistas – incluindo Primakov que tinha até uma visão de política externa mais “eurasianista” – e os civilizacionistas socialistas, incluído aí Dugin e os demais eurasianistas, é que eles não apregoam e nem têm por objetivo a aniquilação do Ocidente, mas a manutenção da Rússia como potência, uma diferença nada trivial em relação ao que professa Dugin.

Uma outra ideia bastante presente nas obras de Dugin é a de eixo, mas o mesmo confunde eixo com integração ou cooperação entre países. Cooperar não significa que

⁷⁶⁴ TSYGANKOV, Andrei. *Russia's Foreign Policy: change and continuity in national identity*. 4ª ed. Londres: Rowman & Littlefield, 2016, p. 66

ali exista um “eixo”. Essa ideia remete a um acordo tácito militar, uma verdadeira aliança militar. Entretanto, Dugin advoga o estabelecimento de, pelo menos, três grandes eixos: o eixo Moscou-Teerã⁷⁶⁵, o eixo Moscou-Nova Deli⁷⁶⁶, Moscou-Berlim⁷⁶⁷ e Paris-Berlim-Moscou⁷⁶⁸. Nenhum desses eixos jamais existiu como aliança concreta (MORGADO, 2017, p. 159), sendo apenas mais um desejo de construir algo que não se tem evidência de realização. A própria ideia de ordem no pensamento de Dugin é confusa, uma vez que ele mistura concepções de “grandes espaços” de Ratzel e Haushofer (*grossraum*) com a ideia de autarquia de Rudolf Kjellén. Entretanto o Sistema Internacional nunca foi estruturado segundo essas concepções, que sequer conseguem oferecer uma resposta aos desafios da Rússia no cenário internacional. Não há autarquia no mundo globalizado, tampouco grandes espaços como concebido por Dugin.

Talvez a mais decisiva e polêmica concepção de Dugin seja sua ideia de “Estado”. Para ele, o Estado é um instrumento burguês para destruir as tradições (sic)⁷⁶⁹. “O Estado foi introduzido com o propósito de destruir a ordem política medieval, a velha ordem política russa da Idade Média” (DUGIN, 2016). Entretanto não havia “ordem” no mundo russo medieval. As ordens internacionais surgiram a partir do Tratado de Tordesilhas, no século XV. A Rússia nessa época era um pequeno principado encurralado entre suecos, polacos, bizantinos e mongóis e não tinha o status de potência.

O Estado, na visão de Dugin, é a grande materialização da modernidade, seu objetivo é erguer uma “ordem” baseada em elementos pré-modernos, anteriores ao Estado-Nação, negando a realidade do mundo político existente, suas estruturas e imperativos:

Só o retorno à visão de *império* acerca do espaço político; só com o retorno às raízes sagradas da legitimidade religiosa da ordem política, nós poderemos superar essa mudança liberal globalista. Essa é a minha visão. Eu considero o Estado russo apenas como um momento,

⁷⁶⁵ DUGIN, Aleksandr. *Eurasianismo: textos escolhidos*. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2012, p. 28.

⁷⁶⁶ Ibidem, p. 29

⁷⁶⁷ MORGADO, Nuno. *Towards the New World Order? A Geopolitical Study of Neo-eurasianism and Meridionalism*. Tese de Doutorado. Praga: Charles University in Prague, 2017, p.157

⁷⁶⁸ Ibidem, p. 157

⁷⁶⁹ DUGIN, A. *O Estado é um projeto burguês para destruir as tradições*. Entrevista ao canal Ação Avante. 31 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dQ6RqyoJ7ko&t=9s>

um momento de transição à restauração do Império Ortodoxo Cristão.
(DUGIN, 2016)

Justamente por essa concepção idealista-messiânica é que Dugin não pode ser considerado um geopolítico. Morgado (2017, p. 339) chega mesmo a concluir que o Neoeurasianismo não passa de uma ideologia, um amálgama de conceitos com fins ideológicos, cuja missão “é a destruição do mundo unipolar” (MORGADO, 2017, p. 150). Essa ideologia, por sua vez, não visa elaborar uma teoria geopolítica para explicar o mundo, mas usa fragmentos de diversas teorias geopolíticas – interpretadas do seu modo e para seu propósito – no intuito de dar uma fundamentação ao que não tem fundamento. A geopolítica enquanto ciência não se presta a negar a realidade material e a ordem, mas entende-las. O desejo de redesenhar o mundo usando pretextos civilizatórios revisionistas já foi tentado pela Escola de Munique, com nefastas consequências para o país que a patrocinou, bem como para a Geopolítica como um todo, que acabou pagando caro – e até certo ponto injustamente – por causa da decisão de um pequeno grupo de radicais idealistas.

O “modelo” duginista de interpretação dos fenômenos não é capaz, no plano geopolítico, de responder aos problemas discutidos e explanados nesta tese, tais como a contenção, o estaticídio, a astropolítica e os *regime changes*. Não há um potencial preditivo no modelo duginista.

Embora reconhecendo um ou outro ponto das relações internacionais que se abatem sobre a Rússia, Dugin faz antes de tudo apenas uma crítica, não uma construção de um modelo teórico científico que possa, através de conceitos, abstrações e teorias, ser capaz de oferecer, de forma realista, uma solução ou mesmo um caminho viável. O mundo que Dugin profetiza é um mundo que não existe. Sua “concepção” multipolar é quase uma cópia das pan-regiões de Haushofer, que tampouco chegou a existir. Como apontou SOUSA (2012, p. 67), Dugin incorporou essa estrutura do teórico germânico.

Segundo Morgado (2017, p. 153), Dugin apresenta modalidades de ação que visam mais a subversão, a desestabilização e a desinformação. Sua filosofia política, portanto, tem um claro propósito de subverter a ordem política existente em prol de

seu ideal⁷⁷⁰, não de explicação. Típico exemplo de “*wishful thinking*” teórico, muito comum em setores militantes radicais.

6.4 A Ideia Russa

Pode-se traduzir a *Ideia Russa* como sendo o amálgama da vocação imperial russa com o seu messianismo. Essas duas características (império e messianismo) teriam moldado, ao longo dos séculos, a espinha dorsal do pensamento político russo, além da visão singular da Rússia em relação à humanidade.

Muitos consideram que a ideia da Rússia como um país detentor de uma singularidade única só obteve êxito após a Revolução de 1917 e mesmo após a Segunda Guerra Mundial. Isso é de certa forma corrente nas publicações do Ocidente⁷⁷¹.

Até o fim do século XIX, o público geral e acadêmico do Ocidente não colocava muita atenção na Rússia, que era muitas vezes vista apenas como uma periferia provincial do Ocidente. (SHLAPENTOKH, 1992)

Durante séculos, a Rússia foi o único país ortodoxo livre. Desde o ano 1054, a Rússia viveu e forjou seu pensamento sob a égide da Ortodoxia. O Papa, por conta do cisma entre católicos e ortodoxos em 1054, havia excomungado os patriarcas russos. A ortodoxia, portanto, foi o ponto inicial da identidade russa, e até mesmo de sua intelectualidade.

“A Rússia, então, tornou-se o santuário das ideias de humildade e castidade, enquanto que o Ocidente se tornou o centro da imoralidade e da crueldade. Na Rússia, vigorou a noção de unidade livre baseada no amor, ideia essa que dominou a mentalidade da maior parte dos intelectuais russos até a metade do século XIX, enquanto que o Ocidente incorporava a ideia de individualismo. Assim, a ordem no Ocidente se impunha como obrigação jurídica imposta, enquanto na

⁷⁷⁰ Cabe ressaltar aqui que as obras de Dugin são publicadas, pelo menos as de língua portuguesa, em impressões caseiras ou por editoras não-comerciais, que sequer possuem site, editor profissional ou o registro ISBN. Com exceção do debate de Dugin com Olavo de Carvalho, publicado pela Vide Editorial, os demais títulos publicados no Brasil são feitos por editoras que não existem e que não tem penetração alguma no mercado editorial. O livro “*Putin vs Putin*”, o que melhor teve diagramação e editoração, bem como registro ISBN, foi publicado pela “Carvalho Editora”, que não possui site com domínio próprio, nem é uma editora comercial e cujo acervo se limita a esse único livro; uma editora de um livro só. Além disso, as traduções para o português são horripídeas, com diversos problemas, constando também diversos erros de português. Aliás, o português das obras de Dugin no Brasil é sofrível.

⁷⁷¹ SHLAPENTOKH, D. *The End of Russian Idea*. **Studies in Soviet Thought**, 43, Maio 1992.

Rússia era uma unidade livre baseada no seu devir messiânico". (SHLAPENTOKH, 1992, p. 200) [tradução nossa]

Nota-se que já há um certo rechaço ocidental em relação ao pensamento russo desde a Idade Média (1054), e isso veio sendo cultivado ao longo dos séculos. Se fizermos alusão ao Eurasianismo, perceberemos esse mesmo rechaço, esse sentimento de repulsa e rejeição em relação ao que é Ocidental.

Por volta do século XV, o filósofo religioso russo Filofei⁷⁷² cunhou uma famosa frase: *"Duas Romas caíram, a Terceira já existe e uma Quarta não chegará a existir"*. A ideia messiânica e a ideia imperial estavam amalgamadas desde há tempos. Moscou era a Terceira Roma, com seu devir messiânico de salvar o mundo já estabelecido. O discurso de Dugin é idêntico a essa alcunha de Filofei.

Muitos povos no mundo tiveram seus messianismos sem necessariamente terem uma ideia imperial; como os judeus, por exemplo. Entretanto, o messianismo russo sempre esteve baseado na expansão territorial. O elemento territorial sempre esteve ligado à história russa, que foi sempre uma expansão sem fim. Essa força expansionista e capacidade militar russa proveu o povo russo de uma ideologia especial, pois a Terceira Roma não era apenas celestial como a Nova Jerusalém, mas também terrestre, sobretudo territorial. Tal expansionismo não apenas reforçou a ideia do messianismo russo como o tornou um projeto global: a missão russa (a *Ideia Russa*) seria a de levar a humanidade à conquista da natureza. (SHLAPENTOKH, 1992)

Pode-se fazer uma analogia entre o poder russo e a expansão territorial da Rússia. A Rússia quase não perdeu território, com exceção de seus dois maiores momentos de fraqueza: o da Guerra da Criméia e o fim da URSS. Nesses dois momentos houve perdas territoriais estratégicas.

Havia, portanto, uma moral justificadora associada à conquista territorial e a consolidação imperial, assim como há uma moral justificadora – o messianismo – por parte dos EUA de levar a democracia, ou até mesmo impô-la, a todos os rincões do mundo. Considerar-se o centro do mundo – ou como disse o presidente Obama, “uma

⁷⁷² Filofei de Pskov (1465 – 1542) foi um monge russo, autor da profecia da Terceira Roma, na qual Moscou seria herdeira do legado do Império Romano (primeira Roma), como um dia fora Constantinopla (segunda Roma).

nação indispensável” – parece ser a essência de todo grande império, e com o russo não foi diferente⁷⁷³.

6.4.1 - O Cosmismo

O cosmismo foi um movimento filosófico e cultural, de cunho antropocêntrico, que surgiu na Rússia no final do século XIX. Tinha como centro a Filosofia Natural e mesclava preceitos religiosos e éticos derivados da cultura russa e da religião ortodoxa, além de filosofias orientais diversas. De certo modo, o cosmismo foi um movimento eurasiático, pois mesclava tanto influências ocidentais como orientais.

Seu principal ícone foi Nicolai Fedorov (1829 – 1903), filósofo cristão ortodoxo e futurólogo, defendia que a ciência deveria prolongar a vida humana e que a missão dos homens era buscar a perfeição da raça e das sociedades humanas. Influenciou profundamente Konstantin Tsiolkovsky (1857 – 1935), pioneiro no estudo de foguetes e da cosmonáutica.

Para Fedorov, a humanidade só superaria seus problemas sociais e venceria as forças da natureza (conquistar o Cosmos) se fosse liderada política e espiritualmente pela Rússia⁷⁷⁴.

O cosmismo influenciou cientistas do mundo inteiro e teve como desfecho a conquista espacial. Não por acaso, a conquista do espaço e o militarismo sempre estiveram lado-a-lado. Além disso, o cosmismo incorporou e justificou a tendência messiânica da *Ideia Russa*.

6.4.2 O Bolchevismo e a Ideia Russa

De acordo com Shlapentokh (1992, p. 202), os bolcheviques mesclaram o marxismo com os princípios do messianismo nacional russo, levando sua causa e bandeira como uma visão global. A roupagem do messianismo russo era distinta, mas

⁷⁷³ OBAMA, Barack. *US 'The One Indispensable Nation in World Affairs'*. **VOA News**. 23/03/2012. Disponível em:

<http://www.voanews.com/a/obama-tells-air-force-academy-us-is-one-indispensable-country-world-affairs/940158.html>

⁷⁷⁴ SHLAPENTOKH, D. *The End of Russian Idea*. **Studies in Soviet Thought**, 43, Maio 1992.

preservava seus propósitos iniciais: dominar a natureza, unificar todas as nações (internacionalismo) e conquistar o cosmos

A indústria, o poder militar e econômico da URSS ajudou, uma vez mais a reforçar a Ideia Russa. E, mesmo entre os primeiros eurasianistas, que eram críticos do bolchevismo, essa ideia messiânica estava presente.

“Mesmo Kruchev e seu processo de desestalinização não rompeu com a Ideia Russa, pois suas ações e campanhas ideológicas reafirmaram o potencial messiânico da ideologia soviética. A população soviética seguia acreditando que a continuidade da existência da humanidade dependia da vitória e da prevalência de seu país”. (SHLAPENTOKH, 1992, p. 202) [tradução nossa]

Desde a Ortodoxia medieval, passando depois pelo Czarismo, Cosmismo, Comunismo e, por último, pelo Eurasianismo; todos eles, mantiveram viva a *Ideia Russa*. O devir da humanidade dependeria do sucesso da Rússia. Isso impulsionou o programa espacial soviético que, em 1961, colocou o primeiro ser humano na órbita da Terra.

6.4.3 A expansão cósmica soviética

A intenção de conquistar o espaço, como vimos, não nasce na segunda metade do século XX, mas já era uma intenção pretenciosa já no fim do século XIX. Em 1924, um filme soviético – o primeiro filme de ficção científica da história – chamado “*Aelita, a rainha de Marte*”⁷⁷⁵ lançou sobre o imaginário popular o desejo de ver a humanidade conquistar o espaço. Nesse filme, os soviéticos chegam a Marte, encontram uma civilização oprimida por um monarca despótico e tentam funda a República Socialista Soviética de Marte para libertar o povo. Nota-se, aqui, que a Ideia Russa continuou presente e inspirou, inclusive, a vanguarda artística soviética.

⁷⁷⁵ “*Aelita, a rainha de Marte*” (“Аэлита”), filme de 1924, é uma adaptação do romance homônimo de Alexei Tolstói lançado um ano antes. Direção de Yakov Protazanov.

A exploração espacial além de cumprir o destino humano contido na Ideia Russa, possibilitaria garantir a abundância de recursos necessários para a consolidação do projeto russo-soviético a nível global e, quiçá, interplanetário.

“Dentro desse contexto filosófico, a humanidade mantinha uma posição especial, similar àquela da Rússia diante do mundo. A humanidade buscava a conquista do espaço ao mesmo tempo que a URSS buscava conquistar a unidade dos povos da Terra. Essas ideias não eram apenas uma manifestação da humanidade e da inclinação imperial natural da Rússia, eram sobre um entendimento especificamente definido de destino e de dever”. (SHLAPENTOKH, 1992, p. 203) [tradução nossa]

A era Brejnev (1964 – 1982) não alterou essencialmente a Ideia Russa, apesar da crise econômico-social. Os soviéticos seguiram acreditando que o país deveria liderar o mundo.

Apesar de tropeços estruturais, a URSS deu sequência a seu projeto imperial graças aos generosos preços do petróleo e do gás. Sua influência ao redor do mundo aumentou e continuou a ser uma das potências espaciais (ou cósmicas), junto com os EUA.

O messianismo esteve presente tanto na continuidade da Ideia Russa como na disponibilidade da URSS em “estender às mãos” a qualquer regime progressista, com ou sem o consentimento de seus governos.

De acordo com Shlapentokh (1992, p. 205), o nacionalismo russo sempre esteve subjacente dentro da ideologia oficial da URSS. O sistema de bem-estar coletivo não era resultado apenas do sistema político superior (socialismo), mas também de características inatas russas.

Tal nacionalismo subjacente, entretanto, pode ter levado à corrosão do próprio sistema soviético e ao aparecimento de movimentos nacionais dentro da URSS (ucranianos, bálticos, georgianos, etc.), assim como fora da mesma, em sua zona de influência, como no caso polonês.

Não se pode afirmar, portanto, que a Ideia Russa foi incorporada por povos não-russos, o que evidencia sua ineficácia global, pelo menos no fim do século XX. Se ela

conseguiu abarcar diversos povos, protegendo-os contra as hordas turcas e mongólicas durante séculos, não se pode afirmar o mesmo após 1989.

A Ideia Russa, ainda assim, não foi mera ficção. Deu a Rússia uma singularidade própria e a distinguiu dos demais; fomentou idealisticamente a expansão territorial e conseguiu misturar tradições ocidentais (marxismo) com o progresso tecnológico e a conquista da natureza com pressupostos do nacionalismo russo misturado com as tradições ortodoxas.

“A Ideia Russa foi um messianismo imperial, que não apenas transcendeu as fronteiras nacionais, como também, no caso de qualquer ideologia imperial, buscava abarcar o mundo inteiro e harmonizar todo o Cosmos. O homem ideal russo era, portanto, uma peculiar variação de um cruzado medieval, armado com tecnologia moderna, adorador e crente no alastramento do ‘Reino de Deus’ através das galáxias”. (SHLAPENTOKH, 1992, p. 205) [tradução nossa]

Seria essa a proposta do Neoeurasianismo, a de resgatar o homem ideal russo nos tempos atuais? Seria Dugin um cruzado medieval com discurso militar moderno e intenções imperiais não só globais como cósmicas? Para Dugin (2014, p. 164), não há futuro para a Rússia como um ator regional normal. “A Rússia ou será grande ou não será [...] não será capaz de se transformar num país normal [...] se não entrar em novo ciclo de ascensão, será forçada a entrar num novo ciclo de declínio”. Isso sugere que o pensamento de Dugin é uma tentativa de restaurar e promover a *Ideia Russia*. Diferentemente do que pensou Shlapentokh (1992), a *Ideia Russa* não morreu, está apenas moribunda e tentando renascer, ainda que por meios um tanto heterodoxos.

Considerações Finais

A hipótese levantada no início deste estudo era a de que a contenção geopolítica ampla dos EUA em relação à Rússia se encadeava na combinação de três fatores: o alargamento da OTAN (expansão territorial da aliança), o *estaticídio* dos possíveis aliados russos que pudessem ser objeto do estabelecimento de uma estrutura de *checkerboard* geopolítico e a armamentização (militarização) do espaço exterior como forma de contenção. Além disso, foi proposto também um exame de contrastação da teoria do Neoeurasianismo, visando constatar se a mesma poderia responder àqueles três vetores.

No processo de expansão da OTAN, revelou-se como a Aliança Ocidental está conquistando seus aliados mediante o incremento de iniciativas econômicas e militares em regiões do antigo espaço soviético (*intermarium*), que se manifestam no aumento da fronteira orgânica da OTAN, no encapsulamento dos mares quentes interiores da Europa (Mediterrâneo, Negro e Báltico) e através do controle dos estreitos (*choke-points*), onde a Marinha Russa tem suas principais plataformas de operação. O *Three Seas Initiative* é a forma institucional da antiga ideia geopolítica polaca do *intermarium* e pretende romper com a dependência do gás russo e criar uma plataforma de infraestruturas ligando os países da Europa centro-oriental.

Nesse processo de alargamento, constatou-se a desconsideração dos conselhos realistas de George Kennan, pai da teoria da contenção moderna, que entendia que esse alargamento seria o pior erro estratégico do século, o que decorreria numa futura confrontação com a Rússia. A desconsideração pelo realismo e a crença na morte da geopolítica acabaram por fomentar uma série de políticas equivocadas, o que resultou no modelo espiral de acirramento. O impulso aniquilador liberal-neoconservador representado pela geoestratégia de Brzezinski impediu uma consideração ponderada e que levasse em conta o equilíbrio de poder, e isso se deu tanto pelo desejo de isolar a Rússia quanto pela crença de que a mesma jamais voltaria a ser uma potência novamente.

O alargamento da OTAN revelou, também, a primazia da geografia nos assuntos internacionais e militares. O território segue sendo valioso e motivo de guerras e conspirações. Assentar-se territorialmente ainda é a missão número um de todas as potências, em especial da hegemônica.

A ideia do estaticídio permitiu o estabelecimento de um novo conceito geopolítico assentado amplamente nos conceitos clássicos da geopolítica como o de *checkerboard* e o de *shatterbelt*, do professor Phil Kelly. A falsa ideia da paz democrática foi a motivação principal do desenvolvimento dessa conceituação, bem como a necessidade de explicar geopoliticamente o fenômeno.

A partir daí, tornaram-se claro os princípios de Gene Sharp, das *psy/ops* financiadas e pensadas pelos serviços de inteligência ocidentais (CIA e MI6, principalmente), assim como o papel das ONGs e *think tanks* norte-americanos, naquilo que se convencionou chamar de *freedom agenda*, e que foi possível relacioná-la a vínculos com facções terroristas e neonazistas.

A ofensiva contra a Líbia tinha por objetivo econômico o amplo acesso aos recursos minerais e energéticos do Sahel, assim como impedir que a mesma se alinhasse de alguma forma com a Rússia, que ali já tinha contratos e intenções a respeito. Esse evento elucidou-se a subversão dos princípios vestefalianos, tornando a ingerência estrangeira uma prática proclamada como normal. Como resultado, deu-se a crise migratória, que hoje assola a Europa meridional e incha as cidades europeias com hordas de imigrantes despojados pela guerra e pela fome.

Na Síria, os mesmos princípios aplicados contra a Líbia foram utilizados, visando impedir, primeiramente a construção de um amplo gasoduto por parte do Irã, que permitiria o mesmo acesso direto aos portos do Mediterrâneo. Depois, impedir o estabelecimento de um *checkerboard* russo com a Síria, o que colocaria em xeque a geoestratégia norte-americana no Oriente Médio, também baseada numa estrutura de *checkerboard*. Disso emergiu a primazia da geografia novamente, como elemento indispensável nas ações militares e políticas internacionais. Um dos efeitos colaterais mais nefastos foi o surgimento do Estado Islâmico (ISIS), decorrente da nefasta participação do Qatar, da Arábia Saudita e da Turquia no conflito sírio. Assim como na Líbia, como resultado veio à tona uma grave crise migratória. Entretanto,

diferentemente da Líbia, o desfecho foi diferente, pelo menos até então. A participação russa não foi tardia, o que atrapalhou a grande estratégia dos EUA/OTAN de *regime change* e mudou o curso da guerra em poucos anos, expulsando quase completamente o ISIS do território sírio e tendo um impacto muito forte sobre as tropas rebeldes anti-Assad e apoiados pela Turquia e pelos EUA. Com isso, a Rússia demonstrou que estava apta, novamente, para operações fora de sua zona de influência, se preciso for para defender sua soberania e seus interesses. Aqueles que apostavam na morte do “*urso das estepes*”, se enganaram. A Rússia agora é uma potência novamente, capaz de mudar o destino dos eventos internacionais, para o bem e para o mal.

A Ucrânia revelou a pertinência de um outro conceito geopolítico: o de *shatterbelt*. Instalou-se ali bases de apoio tanto dos EUA quanto da Rússia, o que ajudou a “rachar” o país em dois e, conseqüentemente, surgiu uma guerra civil na região do Donbass. De forma idêntica aos outros dois casos, na Ucrânia também foram amplamente utilizadas as *psy/ops* através da promoção da Revolução Laranja, um claro exemplo de aplicação dos princípios de Gene Sharp, o que acabou decorrendo, anos depois, na deposição (*Coup d’État*) do presidente Yanukovich. ONGs e políticos americanos claramente estavam por detrás dessas ações, no intuito de sacar a Ucrânia da esfera de influência da Rússia. Como decorrência disso, ressurgiram no país grupos neonazistas radicais, que reivindicam um passado histórico sombrio de aliança com a Alemanha hitlerista. A participação russa foi decisiva e, assim como na Síria, não permitiu que se abatesse sobre a Ucrânia, pelo menos não inteiramente, o que tinha ocorrido na Líbia. A Crimeia foi reincorporada, com apoio da população local, à Rússia e o leste ucraniano quer fazer o mesmo.

Uma reação interessante ocorreu entre os realistas norte-americanos com relação aos episódios ocorridos na Ucrânia, sobretudo vozes sensatas e impactantes no mundo acadêmico como as de John Mearsheimer, Henry Kissinger e Stephen Walt. Todos eles se colocaram contra esse desprezo pelo realismo em nome de uma promoção acirrada (quase fanática) da democracia por meio de *regime change*. A voz sensata se fez presente, o que corroborou com nossa perspectiva de análise.

No tocante à Astropolítica, elucidou-se a nova dimensão geográfica da guerra e, sobretudo, suas similaridades conceituais com as do poder naval clássico de Mahan e

Corbett. Também se revelou que o objetivo maior dessas políticas para o espaço exterior é impedir o inimigo de acessar o domínio, o que já a torna uma política contenciosa. Dessa forma, ao impedir o inimigo, fica estabelecida a hegemonia. Entretanto, isso fere categoricamente o Tratado do Espaço de 1967, que proíbe qualquer tipo de armamentização do espaço exterior, mas tal tratado não foi ratificado pelos EUA, que claramente o desconsidera. Devido a essa desconsideração, tanto a Rússia quanto a China iniciaram um amplo programa de desenvolvimento de armamento antissatélite, visando combater possíveis satélites norte-americanos equipados com artefatos nucleares. A confrontação é a diretriz, não o equilíbrio.

Por fim, a teoria do Neoeurasianismo se mostrou mais como uma tentativa de continuar a *Ideia Russa* do que propriamente de ser uma teoria geopolítica, mostrando-se ineficiente, para não dizer incapaz, de analisar os fenômenos estudados nesta tese numa perspectiva científica e conceitual. A não-cientificidade da ideologia de Dugin usa a geopolítica como suporte a seu projeto intelectual, que é uma ideologia aniquiladora, uma vez que pretende destruir o liberalismo ocidental. Assim, nega qualquer possibilidade de equilíbrio de poder, contribuindo para o acirramento, não para a solução dos problemas.

O realismo, durante os últimos 25 anos, sofreu um verdadeiro descrédito, juntamente com a geopolítica; ambos rotulados como coisas do passado, *démodé* ou simplesmente antiquados e superados. A então proclamada “Nova Ordem Mundial” remexeria em todos os princípios políticos e os suplantaria em prol do que chamavam de “aldeia global” liberal-democrata; e aqueles que por ventura ainda não tivessem aceitado ou simplesmente se rendido ao novo paradigma, seriam tidos como hereges de uma tendência histórica “natural”, como se pudesse haver uma tendência histórica de tal tipo. O “Fim da História” de Francis Fukuyama e o “Choque de Civilizações” de Samuel Huntington – embora essencialmente bem distintos – passaram a nortear o *mainstream* acadêmico acerca das questões internacionais. As fronteiras nacionais – assim como as naturais, impostas pela geografia – caíram sob o descrédito dos sectários e apologistas do novo dogma, que era professado como um dever moral; uma ideologia que deveria ser levada a ferro e fogo aos quatro cantos do globo, rompendo elementos estruturais do poder, quando não desconsiderando-os por completo.

Enquanto os liberais e os demais adeptos da aldeia global, assim como seus críticos marxistas, ressaltavam o que unifica a humanidade, em seus princípios universalizantes, os realistas sempre sublinhavam aquilo que a divide, como bem disse Robert Kaplan uma vez. O realista é um enxadrista diante do tabuleiro, pensando sempre em como tirar proveito das vantagens geográficas.

A expansão imperial – mesmo sob a forma da presença militar por meio de bases, como no caso dos EUA – estabeleceu uma certa estabilidade sistêmica no passado, uma vez que transferia os grandes conflitos para longe das fronteiras das grandes potências. Morgenthau já chamava a atenção para esse apinhamento do tabuleiro geopolítico mundial em meados do séc. XX, que por si só já gera um potencial de atrito muito maior do que em épocas passadas e exige um equilíbrio de poder cada vez mais acurado e uma diplomacia cada vez mais criativa para se possa evitar a guerra total.

Constatou-se tanto no alargamento da OTAN, quanto no estaticídio dos possíveis aliados da Rússia, bem como na política do espaço exterior (astropolítica) um acirramento e uma proximidade em relação ao inimigo cada vez maior. Quando sobreposições atingem a dimensão geográfica, a explicação não se encontra tão somente nas estruturas econômicas e sociais. Revela-se aí, a importância da ciência geográfica e, sobretudo, a importância da ampla gama conceitual e teórica da geopolítica clássica, que nos permite uma leitura numa perspectiva única e original.

Dessa forma, se contemplarmos o encurralamento cada vez maior do espaço-vital chinês e russo por parte dos EUA e de seus aliados (por meio de bases militares e governos afinados e patrocinados por eles), bem como também a presença cada vez maior da Rússia e da China fora de suas áreas de influência direta, como na África e no Oriente Médio, vislumbraremos a possibilidade de uma guerra de grandes proporções se acercar cada vez mais. Nem mesmo durante a Guerra Fria os conflitos nodais eram dispostos na fronteira do inimigo como o são hoje; e quando se ensaiou algo parecido, como no caso da crise dos mísseis em Cuba (1962), a humanidade chegou mais próxima do limiar de uma hecatombe nuclear. Se imaginarmos, além das posições no terreno, que a dimensão da guerra está adquirindo cada vez mais o espaço exterior, como a astropolítica nos revelou, então, estamos muito mais propensos a um desfecho bélico.

Além disso, esta pesquisa revelou o grande problema das doutrinas aniquiladoras, tanto aquela ligada aos liberais-neoconservadores, sobretudo representada por Zbigniew Brzezinski, quanto à doutrina do neoeurasianismo de Aleksandr Dugin. Em ambas, o acirramento é a palavra-chave, não há espaço para nenhum apaziguamento, nem muito menos um equilíbrio de poder. As declarações dos especialistas e militares ligados ao setor militar vinculados às práticas do espaço exterior das três potências dominantes, bem como seus incrementos tecnológicos impressionantes, não deixam também muita esperança para qualquer contenção de impulsos acirrados. A ordem parece ser a da vantagem acima de tudo, o que nos coloca diante de um cenário bastante preocupante.

Dessa forma, em real apreço à noção de equilíbrio de poder, urge que a humanidade mantenha seus conflitos, sobretudo aqueles que denotem uma conflituosidade sistêmica, o mais longe possível das fronteiras das principais potências para que possamos ter a possibilidade de uma paz, senão absoluta, pelo menos sistêmica. O equilíbrio político e a sobrevivência da espécie dependerão, no século nascente, de tal ponderação.

Felizmente, ainda há vozes como as de Henry Kissinger, Stephen Walt e John Mearsheimer que clamam pela proeminência do realismo na política externa dos EUA que, ainda que possa perder um pouco de sua dimensão hegemônica, seguirá sendo a principal potência multidimensional no século XXI. A Rússia e a China certamente não ficarão assistindo passivamente (não mais) às empreitadas americanas, por isso, o realismo deve sempre preceder a qualquer ação mais ousada. Se isso ocorrerá ou não, a história nos dirá. Cabe aos intelectuais, inclusive àqueles ligados à Geopolítica acadêmica, fazer a devida crítica e chamar a devida atenção para os direcionamentos no qual essas ações estão tomando, seguindo o bom exemplo de Kissinger, Mearsheimer e Walt. Este trabalho, acreditamos, tentou fazer isso.

Bibliografia

ABOUZEID, R. Syria's Secular and Islamist Rebels: who are the Saudis and the Qataris arming? **Time**, 18 Setembro 2012. Disponível em:

<http://world.time.com/2012/09/18/syrias-secular-and-islamist-rebels-who-are-the-saudis-and-the-qataris-arming/>

ADAMS, J. T. **Empire on the Seven Seas: the British empire 1784-1939**. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1940.

ALBINI, Joseph L. et al. Russian Organized Crime: Its History, Structure and Function. **Journal of Contemporary Criminal Justice**. Vol.11, Nº 4, 1995. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.886.1679&rep=rep1&type=pdf>

ALEXE, Theodor. EU, Ukraine Agree On 'Road Map' For Visa-Free Travel. **Radio Free-Europe**. 22 de novembro de 2010. Disponível em:

<https://www.rferl.org/a/2227271.html>

ALMEIDA, P. V. D. **Do Poder do Pequeno Estado**. Lisboa: ISCSP, 2012.

AL-RODHAN, Nayef. China Aims for the Moon – and Beyond. **The Diplomat**. 14 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/02/china-aims-for-the-moon-and-beyond/>

AMBROSE, S. E.; BRINKLEY, D. G. **Rise to Globalism: american foreign policy since 1938**. Nova Iorque: Penguin Books, 2011.

ANDERSON, Perry. **American Foreign Policy and his Thinkers**. Londres: New Left Review, 2013.

ANISHCHUK, Alexei. Gaddafi fall cost Russia tens of billions in arms deals. **Reuters**. 2 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/russia-libya-arms-idUSL5E7M221H20111102>

ANSLEY, R. Making the Three Seas Initiative a Priority for Trump. **Atlantic Council**, 3 Maio 2017. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/making-the-three-seas-initiative-a-priority-for-trump>

ARAS, N. E. G.; MENCUTEK, S. Z. The International Migration and Foreign Policy Nexus: the case of Syrian refugee crisis and Turkey. **Migration Letters**, 12, 2015.

ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora da UnB/Imprensa Oficial, 2002.

BACKHEUSER, E. Geografia Política e Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1942.

BACKHEUSER, E. Leis Geopolíticas da Evolução dos Estados. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, 8, n. 88, 1950.

BANDEIRA, L. A. M. **A Segunda Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BANDEIRA, L. A. M. **A Desordem Mundial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARANOVSKY, V. Russia: a part of Europe or apart from Europe. **International Affairs**, v. 76, n. 3, Julho 2000.

BBC BRASIL. Eleitores da Crimeia querem anexação pela Rússia, diz pesquisa. 16 de março de 2014. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140315_referendo_urnas_lk.shtml

BESSA, A. M.; DIAS, C. M. M. **O Salto do Tigre**. Lisboa: Prefácio, 2007.

BESSA, A. M.; PINTO, J. N. **Introdução à Política**. Lisboa: Verbo, vol. 3, 2002.

BLACK, Ian & BOWCOTT, Owen. Libya protests: massacres reported as Gaddafi imposes news blackout. **The Guardian**, 18 de fevereiro de 2011. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2011/feb/18/libya-protests-massacres-reported>

BLUM, W. **America's Deadliest Export Democracy**. Londres: Zed Books, 2013.

BRAITHWAITE, R. Bringing Russia in. **Prospect Magazine**, Londres, 20 Junho 1997. Disponível em: <http://www.prospectmagazine.co.uk/magazine/bringingrussiain>

BRZEZINSKI, Z. **El Gran Tablero Mundial**. Barcelona: Paidós, 1998.

BRZEZINSKI, Z. After Putin's aggression in Ukraine, the West must be ready to respond. **The Washington Post**, 3 Março 2014. Disponível em:

https://www.washingtonpost.com/opinions/zbigniew-brzezinski-after-putins-aggression-in-ukraine-the-west-must-be-ready-to-respond/2014/03/03/25b3f928-a2f5-11e3-84d4-e59b1709222c_story.html?noredirect=on&utm_term=.8799cec60461

BURGIS, Tom. Uranium: coup alters the balance as nations jostle for positions. **Financial Times**, 14 de junho de 2010. Disponível em: <https://www.ft.com/content/93e487c6-74ed-11df-aed7-00144feabdc0>

BUSHKOVITCH, P. **História Concisa da Rússia**. São Paulo: Edipro, 2014.

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Therezinha de. Geografia Política e Geopolítica. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 133, 1956.

CASTAGNIN, D. **Poder Global y Geopolítica**. Buenos Aires: Pleamar, 1984.

CHANDRASEKARAN, Pravin. **Kautilya: Politics, Ethics and Statecraft**. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2006.

CHOSSUDOVSKY, Michel. Insurrection and Military Intervention: the US-NATO attempted Coup d'État in Libya? **Global Research**, 7 de março de 2011. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/insurrection-and-military-intervention-the-us-nato-attempted-coup-d-etat-in-libya/23548>

CHOSSUDOVSKY, Michel. "Our Man in Tripoli": US-NATO Sponsored Islamic Terrorists Integrate Libya's Pro-Democracy Opposition. **Global Research**, 1 de abril de 2011. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/our-man-in-tripoli-us-nato-sponsored-islamic-terrorists-integrate-libya-s-pro-democracy-opposition/24096>

CHULOV, M. Syria resolution vetoed by Russia and China at United Nations. **The Guardian**, 4 Fevereiro 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2012/feb/04/assad-obama-resign-un-resolution>

CLARK, Wesley. "I Think About It Every Day". **Democracy Now**. 2 de março de 2007. Disponível em:

https://www.democracynow.org/2007/3/2/gen_wesley_clark_weighs_presidential_bid

CLINTON, Hillary. U.S. ready to help Libyan opposition. **CBS News**, 27 de fevereiro de 2011. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/clinton-us-ready-to-help-libyan-opposition/>

COALSON, R. Ukraine's Choice: East Or West? **Radio Free-Europe**, 15 Novembro 2013. Disponível em:

<https://www.rferl.org/a/ukraine-choice-eu-russia/25169110.html>

COCKBURN, Patrick. Russia in Syria: Russian radar locks on to Turkish fighter jets as Moscow steps up air strikes against opposition targets. **The Independent**, 6 de outubro de 2015. Disponível em:

<https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/russia-in-syria-russian-radar-locks-on-to-turkish-fighter-jets-as-moscow-steps-up-air-strikes-a6683766.html>

COHEN, Ariel. **Russian Imperialism: development and crisis**. Westport: Praeger Publishers, 1996

COHEN, R. Who Really Brought Down Milosevic? **The New York Times Magazine**, 26 Novembro 2000. Disponível em:

<http://www.nytimes.com/2000/11/26/magazine/who-really-brought-down-milosevic.html>

CORBETT, J. S. **Principles of Maritime Strategy**. Nova Iorque: Dover Publications, 2014.

CORREIA, Pedro de Pazarat. **Manual de Geopolítica e Geoestratégia**. Lisboa: Almedina, 2 vols., 2010.

COSKUN, G. Model Partnership in the Middle East: Turkish-Syrian Relations. **Hurriyet Daily News and Economic Review**, 5 Janeiro 2011. Disponível em: <http://sedatlaciner.blogspot.com/2011/01/model-partnership-in-middle-east.html>

COSTA, Wanderley M. da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CROOKE, A. Russia Forecloses Erdogan's Gambit to 'Re-Ottomanise' Northern Syria & Iraq. **Valdai Discussion Club**, 20 Outubro 2015. Disponível em: <http://valdaiclub.com/a/highlights/russia-forecloses-erdogan-s-gambit-to-re-ottomanise-northern-syria-iraq/>

D'ANIERI, P. **Understanding Ukrainian Politics: power, politics, and institutional design**. Nova Iorque: M.E. Sharp, 2007.

DAVENPOR, C. A fight to protect 'the most valuable real estate in space'. **The Washington Post**, 9 Maio 2016. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/business/economy/a-fight-to-protect-the-most-valuable-real-estate-in-space/2016/05/09/df590af2-1144-11e6-8967-7ac733c56f12_story.html?noredirect=on&utm_term=.66358587555d.

DEKKER, E. Globes in Renaissance Europe. In: WOODWARD, D. **The History of Cartography**. Chicago: The University of Chicago Press, v. 3, 2007.

DEUTSCHE WELLE. *"Tenham cinco filhos", diz Erdogan a turcos que vivem na Europa*. 17 de março de 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/tenham-cinco-filhos-diz-erdogan-a-turcos-que-vivem-na-europa/a-38002266>

DINIZ FILHO, Luís Lopes. **Por Uma Crítica da Geografia Crítica**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

DIX, Arthur. **Geografia Política**. Barcelona: Editorial Labor, 1929.

DOBBINS, J. et al. Overextending and Unbalancing Russia: Assessing the Impact of Cost-Imposing Options. **RAND Corporation Brief**, 2019. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB10014.html.

DOLMAN, E. **Astropolitik: classical geopolitics in the space age**. Londres: Frank Cass, 2002.

DUGIN, Aleksandr. **Evrasianismo: textos escolhidos**. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2012

DUGIN, Aleksandr. **Teoria do Mundo Multipolar**. Lisboa: IAEG, 2012.

DUGIN, Alexander. **Contra o Ocidente: Rússia contra-ataca**. Porto Alegre: Editora Austral, 2013

DUGIN, Alexander. **La Cuarta Teoría Política**. Barcelona: Ediciones Nueva República, 2013.

DUGIN, A. **A Geopolítica da Rússia Contemporânea**. São Paulo: (impressão artesanal), 2014.

DUGIN, A. O Estado é um projeto burguês para destruir as tradições, 31 Julho 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dQ6RqyoJ7ko&t=9s>.

DULEBA, A. From Domination to Partnership: the perspectives of Russian-central-East. **NATO Research Fellowship Program**. [S.l.]. 1998.

EARLE, E. M. **Makers of Modern Strategy**. Princeton: Princeton University Press, 1948.

ELITE UK FORCES. **British Special Forces Training Syrian Rebels?** [S.l.]. 2012.

ELLMAN, Michael. The Role of Leadership Perceptions and Intent in the Soviet Famine of 1931-1934. **European-Asia Studies**. Vol. 57, nº 6, 2005

ENGDAHL, F. William. Libya in Washington's Greater Middle East Project. **Global Research**. 26 de março de 2011. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/creative-destruction-libya-in-washington-s-greater-middle-east-project/23961>

ERSEN, E. Neo- Eurasianism and Putin's multipolarism in Russian foreign policy. **Turkish Review of Eurasian Studies**, v. 4, 2004.

FALK, Richard. Kicking the Intervention Habit. **Al Jazeera**, 10 de março de 2011. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/03/201138143448786661.html>

FARGUES, P.; FANDRICH, C. Migration after the Arab Spring. **Migration Policy Centre Research Report**, 2012.

FERNANDES, J. P. T. Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Pós Moderna. **Revista Política Internacional**, Lisboa, n. 26, 2002.

FICHTE, J. G. **Discursos a la Nación Alemana**. Salamanca: Ediciones Orbis, 1984.

FLYNN, Daniel & DE CLERQ, Geert. Special Report: Avena and Niger's uranium fight. **Reuters**, 5 de fevereiro de 2014. Disponível em:

<https://www.reuters.com/article/us-niger-areva-specialreport/special-report-areva-and-nigers-uranium-fight-idUSBREA140AA20140205>

FOLHA DE S. PAULO. *Yushchenko vence eleição histórica na Ucrânia*. 26 de dezembro de 2004. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u79594.shtml>

FRANKLIN, S.; WIDDIS, E. **National Identity in Russian Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GABAGLIA, F. A. R. A Geopolítica. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 54, 1947.

GASMAN, Daniel. **The Scientific Origins of National Socialism**. Londres: Routledge, 2004

GASPAR, Joaquim Alves. Pedro Nunes e a distância de Lisboa à Índia. **Público**, 24 de setembro de 2018. Disponível em:

<https://www.publico.pt/2018/09/24/ciencia/ensaio/pedro-nunes-e-a-distancia-de-lisboa-a-india-1844698>

GATEHOUSE, Gabriel. *Ukraine's political cat-fight leaves voters cold*. **BBC NEWS**. 2 de dezembro de 2009. Disponível em:

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/8391317.stm>

GEOPOLITICA.RU. **Ukraine: The Sovereignty Argument, and the Real Problem of Fascism**. Disponível em:

<https://www.geopolitica.ru/en/article/ukraine-sovereignty-argument-and-real-problem-fascism>

GERGES, F. A. Syria War: Tide turns Assad's way amid ceasefire push. **BBC News**, 13 Fevereiro 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-35562943>

GERTZ, Bill. "China Tests Anti-Satellite Missile". **The Washington Free Beacon**. 9 de novembro de 2015. Disponível em: <http://freebeacon.com/national-security/china-tests-anti-satellite-missile/>

GIRALDI, P. NATO vs. Syria. **The American Conservative**, 19 Dezembro 2011. Disponível em: <https://www.theamericanconservative.com/articles/nato-vs-syria/>

GLOVER, Charles. Dreams of the Eurasian Heartland, **Foreign Affairs**, Vol. 78, nº 2, 1999.

GOTTMANN, J. The Background of Geopolitics. **Military Affairs**, v. 6, n. 4, 1942.

GOTTMANN, J. Doutrinas Geográficas na Política. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 54, 1947.

GRAY, C. S. The Influence of Space Power upon History. **Comparative Strategy**, v. 15, n. 4, 1996.

GRAY, C. S. The Continued Primacy of Geography. **Orbis**, 2, n. 40, 1996.

GRAY, C. S. Nicholas John Spykman, the Balance of Power, and International Order. **The Journal of Strategic Studies**, v. 38, n. 6, 2015.

GUPTA, R. Understanding the War in Syria and the Role of External Players: way out of the quagmire? **The Round Table: The Commonwealth Journal of International Relations**, 105, n. 1, 2016. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00358533.2016.1128630>.

HARRIES, Owen. The Danger of Expansive Realism. **The National Interest**. Inverno de 1997. Disponível em: <http://nationalinterest.org/article/the-dangers-of-expansive-realism-551>

HARRING, G. C. **From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HAVERLUCK et al. The Three Critical Flaws of Critical Geopolitics: towards a neo-classical geopolitics. **Geopolitics**, vol. 19, nº 1, 2014.

HENRY, P. The militarization and weaponization of space: towards a European space deterrent. **Space Policy**, n. 24, 2008.

HIGGINS, Andrew & KRAMER, Andrew E. Archrival Is Freed as Ukraine Leader Flees. **The New York Times**, 22 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/02/23/world/europe/ukraine.html? r=0>

HOBBS, J. **World Regional Geography**. Belmont: Brooks/Cole, 2009.

HOPKINSON, W. Enlargement: a New NATO. **Chaillot Paper**, Paris, Outubro 2001.

HUNT, B. D. The Strategic Thought of Sir Julian S. Corbett. In: HATTENDORF, J. B.;

INFORM AFRICA. *Gaddafi Placed \$97 Billion On Table to Free Africa From Imperialism*.

25 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.informafrika.com/blog/gaddafi-placed-97-billion-on-table-to-free-africa-from-imperialism/>

INTERFAX. Yanukovich describes current level of Ukraine's cooperation with NATO as sufficient. 12 de janeiro de 2010. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20120515211754/http://www.interfax.com.ua/eng/main/29568/>

ISAEV, Leonid. Why Might Russia Need Libya? **Portal Riddle**. 28 de janeiro de 2019.

Disponível em: <https://www.ridl.io/en/why-might-russia-need-libya/>

JORDAN, R. S. **Maritime Strategy and the Balance of Power**: Britain and America in the Twentieth Century. Nova Iorque: Palgrave Mcmillan, 1989.

JOUVENEL, Bertrand de. **O Poder**: história natural de seu crescimento. São Paulo: Peixoto Neto, 1998.

KAPLAN, R. D. **A Vingança da Geografia**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013.

KECK, Zachary. China's Next Super Weapon Revealed: satellite destroyers. **The National Interest**. 15 de Abril de 2015. Disponível em: <https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/chinas-next-superweapon-revealed-satellite-destroyers-12640>

KELLY, Phil. **Classical Geopolitics: a new analytical model**. Stanford: Stanford University Press, 2016

KELLY, P. A Critique of Critical Geopolitics. **Geopolitics**, v. 11, 2006.

KELLY, Philip L. Escalation of regional conflict: testing the shatterbelt concept. **Political Geography Quarterly**. Vol. 5, nº 2, 1986.

KELLY, P. Geopolitics Part I. In: AGNEW, J.; DUNCAN, J. **The Wiley-Blackwell Companion to Human Geography**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2011.

KENNAN, G. The "X" article (The Sources of Soviet Conduct). **Foreign Affairs**, Washington, Julho 1947. Disponível em:

<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/2016-10-31/sources-soviet-conduct-excerpt>.

KENNAN, G. A Fateful Error. **The New York Times**, Nova Iorque, 02 Fevereiro 1997. Disponível em: <http://www.netwargamingitalia.net/forum/resources/george-f-kennan-a-fateful-error.35/>

KENNAN, Jeremy. **The Dying Sahara: US imperialism and terror in Africa**. Londres: Pluto Press, 2013.

KIENIEWICZ, J. Polónia en la OTAN. **Política Exterior**, 11, Outubro 1997.

KISSINGER, Henry. A New Doctrine of Intervention? **The Washington Post**, 30 de março de 2012. Disponível em:

https://www.washingtonpost.com/opinions/a-new-doctrine-of-intervention/2012/03/30/gIQAcZL6lS_story.html?utm_term=.42ef8b527e95

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

KISSINGER, Henry. To settle the Ukraine crisis, start at the end. **The Washington Post**, 5 Março 2014. Disponível em:

https://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html?utm_term=.74bf3bb4f71b.

KLEIN, J. J. Corbett in Orbit: A Maritime Model for Strategic Space Theory. **Naval War College Review**, v. 57, n. 1, 2004.

KLEIN, J. J. Space Warfare: a maritime-inspired space strategy. **Astropolitics**, v. 2, n. 1, 2004.

KLEINBERG, H. On War in Space. **Astropolitics**, v. 5, n. 1, 2007.

KRISTOF, L. The Origins and Evolution of Geopolitics. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 4, n. 1, 1960.

KYIV POST. What Yanukovich presidency would mean for Ukraine. 8 de fevereiro de 2010. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20120609121416/http://www.kyivpost.com/news/nation/detail/59046/>

KYIV POST. Yanukovych reportedly declares he is Ukraine's president and plans press conference in Russia on Feb. 28. Disponível em:

<https://www.kyivpost.com/article/content/euromaidan/yanukovych-says-he-is-still-president-of-ukraine-337743.html>

KYIV POST. Yanukovych: Ukraine will remain a neutral state. 7 de janeiro de 2010. Disponível em:

<https://www.kyivpost.com/article/content/ukraine-politics/yanukovych-ukraine-will-remain-a-neutral-state-56539.html?cn-reloaded=1>

LACOSTE, Y. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 2014.

LARUELLE, Marlene. **Russian Eurasianism: an ideology of empire**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.

LARUELLE, Marlene. **Russian Nationalism: imaginaries, doctrines, and political battlefields**. Londres: Routledge, 2019.

LAVERY, Jason. **The History of Finland**. Westport: Greenwood Press, 2006.

LAYNE, C. Kant or Cant - The Myth of the Democratic Peace. **International Security**, Cambridge, MA, v. 19, n. 2, 1994. Disponível em:

<http://links.jstor.org/sici?sici=0162889%28199423%2919%3A2%3C5%3AKOCTM0%3E2.0.00%3B2-A>.

LEIGH, David. Britain's Security Services and Journalists: the secret story. **British Journalism Review**. Vol 11, nº 2, 2000.

LENDMAN, Stephen. **Endless War and Chaos in Libya**. 8 de abril de 2019. Disponível em: <https://stephenlendman.org/2019/04/endless-war-and-chaos-in-libya/>

LEVERETT, F. Why Libya Gave Up on the Bomb. **The New York Times**, 23 Janeiro 2004. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/01/23/opinion/why-libya-gave-up-on-the-bomb.html>.

LIPHSHIZ, Canaa. Ukraine Designates National Holiday to Commemorate Nazi Collaborator. **Haaretz**. 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.haaretz.com/world-news/europe/ukraine-designates-national-holiday-to-commemorate-nazi-collaborator-1.6787201>

LO, B. **Russia and the New World Disorder**. Washington: Brookings Institution Press, 2015.

MADRIAGA, Isabel de. **Catherine the Great: a short history**. New Haven: Yale University Press, 1996.

MAHAN, A. T. **The Influence of Sea Power upon History 1660-1783**. Nova Iorque: Dover Publications, 2014.

MCCANTS, W. Who is Islamic State leader Abu Bakr al-Baghdadi? **BBC NEWS**, 8 Março 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-35694311>.

MCCORNELL, S. NATO Wrong Turn. **The American Conservative**, 28 Março 2014. Disponível em: <http://www.theamericanconservative.com/articles/natos-wrong-turn/>.

MCNEW, M. Putin's Sinister Role in the Failed Turkish Coup. **The Washington Free Beacon**, 25 Julho 2016. Disponível em: <https://freebeacon.com/national-security/putins-sinister-role-failed-turkish-coup/>.

MEARSHEIMER, J. J. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. **Foreign Affairs**, Setembro 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>.

MELLO, L. I. A. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1999.

MEYER, Jean. **Rusia y sus Imperios 1894-1991**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

MILLER, G. U.S. officials: Russian airstrikes have changed 'calculus completely' in Syria. **The Washington Post**, 9 Fevereiro 2016. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/national-security/spy-chief-warns-that-us-could-face-attacks-inspired-by-terrorism-in-paris/2016/02/09/29f172c8-cf2f-11e5-b2bc-988409ee911b_story.html?noredirect=on&utm_term=.1ea68d34145f.

MODELSKI, G. Kautilya: foreign policy and international system in the ancient hindu world. **The American Political Science Review**, 58, 1964.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, v. Livro XI, capítulo XI, 1973.

MOORE, Charlie. Russia successfully tests anti-satellite missile capable of wiping out US navigation, communications and intelligence devices. **The Daily Mail**. 27 de maio de 2016. Disponível em:

<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3612851/Russia-successfully-tests-anti-satellite-missile-capable-wiping-navigation-communications-intelligence-devices.html>

MORGADO, Nuno. **Towards the New World Order? A Geopolitical Study of Neo-urasianism and Meridionalism**. Tese de Doutorado. Praga: Charles University in Prague, 2017.

MOURA, P. “Ganhámos. A Crimeia é parte da Rússia”. **Público**, 16 Março 2014. Disponível em:

<https://www.publico.pt/2014/03/16/mundo/reportagem/ganhamos-a-crimea-e-parte-de-russia-1628549#/0>.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **NATO Expansion: What Gorbachev Heard**, 12 Dezembro 2017. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/russia-programs/2017-12-12/nato-expansion-what-gorbachev-heard-western-leaders-early>.

NOGUEIRA, J. M. F. **O Método Geopolítico Alargado**. Lisboa: IESM, 2011.

NYE Jr, Joseph. **Compreender os conflitos internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

O ESTADO DE S. PAULO. *Candidato pró-Moscou vence eleições presidenciais da Ucrânia*. 8 de fevereiro de 2010. Disponível em:

<https://internacional.estadao.com.br/noticias/europa,candidato-pro-moscou-vence-eleicoes-presidenciais-da-ucrania,508019>

OAKLEY, Stewart P. **War and Peace in the Baltic 1560-1790**. Londres: Routledge, 1992.

OBAMA, Barack. "US 'The One Indispensable Nation in World Affairs". **VOA News**. 23/03/2012. Disponível em:

<http://www.voanews.com/a/obama-tells-air-force-academy-us-is-one-indispensable-country-world-affairs/940158.html>

OBAMA, B; CAMERON, D. & SARKOZY, N. Libya's Pathway to Peace. **The New York Times**, 14 de abril de 2011. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2011/04/15/opinion/15iht-edlibya15.html>

OLIVEIRA, F. **A Arte da Guerra do Mar**. Lisboa: Edições 70, 2008.

OTAN - ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. The North Atlantic Treaty. **OTAN**, 4 Abril 1949. Disponível em:

<https://www.nato.int/cps/ie/natohq/official-texts-17120.htm>.

OTAN. Secretary General and President Poroshenko discuss NATO-Ukraine cooperation. 27 de novembro de 2017. Disponível em:

<https://www.nato.int/cps/en/natohq/news-149214.htm>

OZKAN, B. Turkey's Imperial Fantasy. **The New York Times**, 28 Agosto 2014. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/08/29/opinion/ahmet-davutoglu-and-turkeys-imperial-fantasy.html?pagewanted=all&r=0>

PERREIRA, Gerald A. British Intelligence Worked with Al-Qaeda to kill Qaddafi. **Global Research**, 25 de março de 2011. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/british-intelligence-worked-with-al-qaeda-to-kill-qaddafi/23957>

PINTO, Teresa N. Europe's migration impasse. **Geopolitical Intelligence Services**, 17 Outubro 2017. Disponível em: <https://www.gisreportsonline.com/gis-dossier-europes-migration-impasse.politics.2354.html>

POLYAKOVA, A. Russia is a Great Power Once Again. **The Atlantic**, 26 Fevereiro 2018. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2018/02/russia-syria-putin-assad-trump-isis-ghouta/554270/>.

PONSARD, L. **Russia, NATO and Cooperative Security**. Londres: Routledge, 2007.

PRASHAD, V. **Arab Spring, Libyan Winter**. Baltimore: AK Press Publishing & Distribution, 2012.

QUEIRÓ, J. F. Pedro Nunes e as Linhas de Rumor. **Gazeta Matemática**, Coimbra, v. 143, 2002.

QUEIRÓ, J. F. Proposta Cartográfica de Pedro Nunes em 1566. **Suplemento do Boletim da SPM**, v. 65, 2011.

RANGSIMAPORN, P. Interpretations of Eurasianism: Justifying Russia's Role in East Asia. **Europe-Asia Studies**, 58, n. 3, Maio 2006.

RATCLIFFE, Susan. **Oxford Essential Quotations**. Oxford: Oxford University Press, 2018, 6ª edição. Disponível em:

<https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780191866692.001.0001/q-oro-ed6-00011827>

RATZEL, F. **Ratzel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Tradução de Antonio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Ática, 1990.

REES, E. A. **The Changing Nature of Centre-Local Relations in the USSR, 1928-1936**. Londres: Palgrave, 2002.

RIASANOVSKY, N. V. **Russian Identities: a historical survey**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

RIBEIRO, A. S. Estudo Introdutório. In: OLIVEIRA, F. **A Arte da Guerra no Mar**. Lisboa: Edições 70, 2008.

RICHARDS, Robert. **The Tragic Sense of Life**. Chicago: Chicago University Press, 2008.

ROBERTS, Paul Craig. Washington Orchestrated Protests Are Destabilizing Ukraine. **Paul Craig Roberts Institute for Political Economy**. 12 de fevereiro de 2014. Disponível em:

<https://www.paulcraigroberts.org/2014/02/12/washington-orchestrated-protests-destabilizing-ukraine/>

SCHLEIN, L. US to Confront Russia, China on Militarization of Outer Space. **Voice of America (VOA NEWS)**, 4 Outubro 2018. Disponível em:

<https://www.voanews.com/a/us-to-confront-russia-china-on-militarization-of-outer-space/4599793.html>.

SCOTT, Peter Dale. Who are the Libyan Freedom Fighters and Their Patrons? **Asia-Pacific Journal**. Vol. 9, nº 13, março de 2011). Disponível em: <https://apjif.org/-Peter-Dale-Scott/3504/article.pdf>

SEMPA, Francis. Why Teach Geopolitics? **International Social Science Review**, v. 65, n. 1, 1990.

SEMPA, Francis. **Geopolitics, from de Cold War to the 21st Century**. New Jersey: Transaction Publisher, 2002.

SEMPLE, E. Geographical Boundaries I. **Bulletin of the American Geographical Society**, n. 7, 1907.

SHLAPENTOKH, D. The End of Russian Idea. **Studies in Soviet Thought**, 43, Maio 1992. 199-217. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20099445>.

SIMAN, B. GIS Dossier: Europe's Migration Impasse. **Geopolitical Intelligence Services**, 17 Outubro 2017. Disponível em: <https://www.gisreportsonline.com/gis-dossier-europes-migration-impasse.politics,2354.html>.

SINGLETON, Fred. **A Short History of Finland**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

SOUSA, Danilo. R. A Nova Geopolítica Russa e o Eurasianismo. **Revista de Geopolítica**, 3, Julho 2012. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/49/48>

SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. Environmental Factor in the Study of International Politics. **Conflict Resolution**, v. 1, n. 4, 1957.

SPUTNIK NEWS. 'Space Wars are Likely in the Future' as US, Russia Developing Satellite Weapons. 27 de outubro de 2016. Disponível em: <https://sputniknews.com/world/201610271046790868-us-russia-space-combat/>

SPUTNIK NEWS. Star Wars Reboot: US Sets Stage for Space-Based Arms Race with Russia, China. 23 de outubro de 2016. Disponível em:

<https://sputniknews.com/world/201610231046633927-russia-china-us-satellites-space/>

SPYKMAN, N. Geography and Foreign Policy I. **American Political Science Review**, v. 32, n. 1, 1939.

SPYKMAN, N. J. **America's Strategy in World Politics: the United States and Balance of Power**. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1942.

STRAUSZ-HUPÉ, Robert. **Geopolítica: la lucha por el espacio y el poder**. México: Editorial Hermes, 1945.

SUGANDHI, Namita S. **Between the Patterns of History: rethinking Mauryan imperial interactions in the Southern Deccan**. Tese de Doutorado. Universidade de Chicago, 2008

SUTELA, P. The Underachiever: Ukraine's Economy Since 1991. **Carnegie Endowment for International Peace**, 9 Março 2012. Disponível em:

<https://carnegieendowment.org/2012/03/09/underachiever-ukraine-s-economy-since-1991-pub-47451>.

TAYLOR, A. J. P. **The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918**. Oxford: Oxford University Press, 1954.

THE GUARDIAN. John McCain tells Ukraine protesters: "We are here to support your just cause". 15 de dezembro de 2013. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2013/dec/15/john-mccain-ukraine-protests-support-just-cause>

THE WHITE HOUSE. **National Space Policy**. Washington. 2006.

THOMAS, Gordon & GIANNANGELI, Marco. *Libya defector Moussa Koussa was an MI6 double agent*. **Daily Express**. 3 de abril de 2011. Disponível em:

<https://www.express.co.uk/news/uk/238354/Libya-defector-Moussa-Koussa-was-an-MI6-double-agent>

TILL, G. **Maritime Strategy and the Nuclear Age**. Londres: The Macmillan Press, 1982.

TOSTA, O. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984.

TRAYNOR, I. US campaign behind the turmoil in Kie. **The Guardian**, 26 Novembro 2004. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2004/nov/26/ukraine.usa>.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia's Foreign Policy: change and continuity in national identity**. 4ª ed. Londres: Rowman & Littlefield, 2016.

UMLAND, A. How to Solve Ukraine's, Moldova's and Georgia's Security Dilemma? The Idea of a Post-Soviet Intermarium Coalition. **Foreign Policy Association**, 24 Agosto 2018. Disponível em: <https://foreignpolicyblogs.com/2018/08/24/how-to-solve-ukraines-moldovas-and-georgias-security-dilemma-the-idea-of-a-post-soviet-intermarium-coalition>

UNITED NATIONS. **U.N. Treaties and Principles on Outer Space**. Nova Iorque: [s.n.]. 2002.

URADNIK, Kathleen. **Battleground: government and politics**. Santa Barbara: Greenwood, 2011.

UTRATA, Alina et al. Russian Organized Crime. **Stanford Model United Nations Conference**. Stanford University, 2014.

Disponível em: <http://web.stanford.edu/group/sias/cgi-bin/smunc/wp-content/uploads/2014/10/Russia-BG-Final.pdf>

VIVES, J. V. **Tratado General de Geopolítica**. Barcelona: Editorial Teide, 1956.

WALT, S. M. Why Arming Kiev is a Really, Really Bad Idea. **Foreign Policy**, 9 Fevereiro 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/02/09/how-not-to-save-ukraine-arming-kiev-is-a-bad-idea/>.

WEIGERT, H. **Geopolítica, Generales y Geógrafos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

WOHLFORTH, William C. The Stability of a Unipolar World. **International Security**, Vol. 24, No. 1 (Summer 1999), pp. 5–41. Disponível em:

<http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/wohlforthvol24no1.pdf>

YANUKOVICH, V. Yanukovych describes current level of Ukraine's cooperation with NATO as sufficient. **INTERFAX**, 12 Janeiro 2010. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20120515211754/http://www.interfax.com.ua/eng/main/29568/>

YANUKOVICH, V. Yanukovych reportedly declares he is Ukraine's president and plans press conference in Russia on Feb. 28. **KYIV POST**, 27 Fevereiro 2014. Disponível em: <https://www.kyivpost.com/article/content/euromaidan/yanukovych-says-he-is-still-president-of-ukraine-337743.html>.

YAZGAN, Pinar et. al. Syrian Crisis and Migration. **Migration Letters**. Vol. 12, nº 3, 2015.

ZAKARIA, Fareed. Is Realism Finished? **The National Interest**, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/42896823.pdf>

ZAKARIA, Fareed. Soros on Russian ethnic nationalism. **CNN Press Room**, 25 de maio de 2014. Disponível em: <http://cnnpressroom.blogs.cnn.com/2014/05/25/soros-on-russian-ethnic-nationalism/>

ZIMMER, Heinrich. **Philosophies of India**. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1953.

ZUBIRÍA, Martin. Los Discursos a la nación alemana de Fichte. **Revista Philosophia**. Vol. 74, nº 1, 2014.